

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

v. 31, n. 1

Janeiro a junho de 2023

Publicação contínua



ISSN 2526-7752

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

ISSN@ 2526-7752

v. 31, n. 2

julho a dezembro de 2023

Publicação contínua

Estudos Sociedade e Agricultura

Revista de Ciências Sociais aplicadas ao estudo do mundo rural
Julho a dezembro de 2023 (publicação contínua), volume 31, número 2
ISSN @ 2526-7752

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS)
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues; Vice-reitor: César Augusto Da Ros
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação: Lúcia Helena Cunha dos Santos
Chefe do DDAS: Cícero Pimenteira
Coordenadora do CPDA: Antonádia Borges

Editora-chefe: Maria José Carneiro
Editoras adjuntas: Carmen Andriolli e Leonilde Servolo de Medeiros

Conselho editorial: Alberto Riella (Universidad de La República, Uruguai), Ana Carneiro Cerqueira (Universidade Federal do Sul da Bahia), Andrea Lorena Butto Zarzar (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Andréa Zhouri (Universidade Federal de Minas Gerais), Arilson Favareto (Universidade Federal do ABC), Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Carla Gras (Universidad Nacional de San Martín, Argentina), Catia Grisa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Cloves Farias Pereira (Universidade Federal do Amazonas), Cristiana Losekann (Universidade Federal do Espírito Santo), Cristóbal Kay (Erasmus Universiteit Rotterdam, Países Baixos), Darío Fajardo (Universidad Externado de Colombia, Colômbia), Edna Castro (Universidade Federal do Pará), Eli Napoleão de Lima (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – *in memoriam*), Georges Gérard Flexor (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Gil Almeida Felix (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), Isidoro Moreno (Universidade de Sevilla, Espanha), João Carlos Barrozo (Universidade Federal de Mato Grosso), John Cunha Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (Universidade Federal do Maranhão), Marie France Garcia-Parpet (Institut National de la Recherche Agronomique, França), Marilda Aparecida de Menezes (Universidade Federal do ABC), Paulo Henrique Freire Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Ramonildes Alves Gomes (Universidade Federal de Campina Grande), Renata Campos Motta (Freie Universität Berlin Alemanha), Rodrigo Constante Martins (Universidade Federal de São Carlos), Sergio Sauer (Universidade de Brasília), Sergio Schneider (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (Universidade Federal do Pará), Susana de Matos Viegas (Universidade de Lisboa, Portugal) e Wendy W. Wolford (Cornell University, Estados Unidos).

Assistente Editorial e Comunicação: Delcio Junior (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Revisão de português: Vania Santiago
Revisão de inglês: Tracy Smith Miyake
TI e Administração Web: Diego Jesus de Oliveira (InfoInterativa)

Foto de capa: Ana Carneiro Cerqueira

Apoio: Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG), Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

CPDA - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Av. Presidente Vargas, 417 – 6º a 10º andares – Centro – CEP 20071-003 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: +55 (21) 2224-8577
Editoria: estudoscpda@ufrj.br
revistaesa.com

Sumário

Artigos

(fluxo contínuo)

A estrutura de prestígio dos moradores na reconstrução do "tempo do algodão"

Edgar Braga Neto

e2331201

A atuação de governos estaduais na titulação de territórios quilombolas sob o prisma dos instrumentos de ação pública

Adriane Cristina Benedetti

e2331202

Ruralidade quilombola e a constituição das condições de habitabilidade nas paisagens multiespécies do extremo norte do Espírito Santo, Brasil

Gustavo Rovetta Pereira

e2331204

Movimentos sociais e políticas públicas contra os agrotóxicos: a Lei Zé Maria do Tomé em foco

Joana Tereza Vaz de Moura, Leandro Vieira Cavalcante

e2331205

Situações de emergência no sudeste do Pará: a sobrevivência econômica e social de duas organizações camponesas em tempos de pandemia e pecuarização

Cristiano Bento da Silva

e2331206

Grilagem judicial verde: um estudo de caso sobre a participação do Poder Judiciário na expansão do agronegócio no estado do Tocantins

Braz Batista Vas, Leador Machado

e2331207

Diversidade de canais curtos de comercialização com participação de agricultores familiares: relevância de modalidades tradicionais como feiras do produtor e inovadoras como grupos de WhatsApp

Thiago de Carvalho Verano, Gabriel da Silva Medina, Carlos de Melo Silva Neto

e2331216

Tradução

Movimentos sociais como agentes de mudança: combatendo as desigualdades alimentares interseccionais, fazendo dos alimentos teias de vida

Renata Campos Motta

e2331203

Seção Temática

Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil:
transformações, permanências e os 60 anos da Contag

Editores da seção temática

Marco Antonio Teixeira (Universität Heidelberg, Alemanha)

Priscila Delgado de Carvalho (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Estudos sobre sindicalismo rural no Brasil:
transformações, permanências e os 60 anos da Contag

e2331208

Marco Antonio Teixeira, Priscila Delgado de Carvalho

O sindicalismo rural brasileiro na política externa:
narrativas e oportunidades de incidência política desenvolvidas pela Contag

e2331209

Juliana R. Luiz

A luta das mulheres trabalhadoras rurais da Contag:
a Marcha das Margaridas em diálogo com o(s) feminismo(s)

e2331210

Sarah Moreira, Suzi Huff Theodoro

Mulheres jovens trabalhadoras rurais: a emergência de uma
nova categoria política e suas repercussões no sindicalismo rural

e2331211

Eryka Galindo

A trajetória do Movimento Sindical Rural no
Nordeste Paraense do ponto de vista de seus líderes

e2331212

Lucas Gabriel da Silva Moraes, Heribert Schmitz

A organização da luta pela terra no Sudeste Paraense a partir dos
Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs)

e2331213

Rogério Rego Miranda

Caminhos para chegar a terra: a atuação do STTR e MST na
Ocupação da Fazenda Cipó Cortado em João Lisboa-MA

e2331214

Verônica Viana da Fonseca, Maciel Cover, Marcelo Sampaio Carneiro

Resenha

Contag: 60 anos de um sindicalismo em movimento

(Resenha para *Contag: 1963-2023. Ações de reprodução social e formas de ações coletiva*,
de Marco Antonio Teixeira)

e2331215

Ricardo Braga Brito

Table of contents

Articles

(continuous flow)

- The prestige structure of the residents in the reconstruction of the "time of cotton"
Edgar Braga Neto e2331201
- The state government's role in titling quilombola territories,
from the viewpoint of public action instruments
Adriane Cristina Benedetti e2331202
- Quilombola rurality and creating habitability in multispecies landscapes in the
extreme north of Espírito Santo, Brazil
Gustavo Rovetta Pereira e2331204
- Social movements and public policies against pesticides:
the Zé Maria do Tomé Law in focus
Joana Tereza Vaz de Moura, Leandro Vieira Cavalcante e2331205
- Emergency situations in southeastern Pará: the economic and social survival
of two peasant organizations amid the pandemic and expanding livestock farming
Cristiano Bento da Silva e2331206
- Green judicial land grabbing: a case study on judiciary participation
in the expansion of agribusiness in the state of Tocantins
Braz Batista Vas, Leador Machado e2331207
- Diversity of short marketing channels with the participation of
family farmers: Relevance of traditional modalities such as producer fairs
and innovative ones such as Whatsapp groups
Thiago de Carvalho Verano, Gabriel da Silva Medina, Carlos de Melo Silva Neto e2331216

Tradução

- Social movements as agents of change: Fighting intersectional food inequalities,
building food as webs of life
Renata Campos Motta e2331203

Thematic Section

Rural Workers Unionism in Brazil:
transformations, permanence and 60 years of Contag

Theme Editors

Marco Antonio Teixeira (Universität Heidelberg, Germany)

Priscila Delgado de Carvalho (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Studies on rural trade unionism in Brazil:
transformations, continuities, and 60 years of CONTAG

e2331208

Marco Antonio Teixeira, Priscila Delgado de Carvalho

Brazilian rural unionism in the foreign policy:
narratives and opportunities for political influence developed by Contag

e2331209

Juliana R. Luiz

The struggle of CONTAG's rural women workers:
the March of Daisies in dialog with feminism(s)

e2331210

Sarah Moreira, Suzi Huff Theodoro

Young rural women workers: the emergence of a
new political category and repercussions on rural trade unionism

e2331211

Eryka Galindo

The trajectory of the Rural Trade Union Movement in
northeastern Pará from the perspective of its leaders

e2331212

Lucas Gabriel da Silva Moraes, Heribert Schmitz

Organization of the struggle for land in southeastern Pará
through the Rural Workers' Unions

e2331213

Rogério Rego Miranda

Pathways to reach land: the activities of STTR and MST in
occupying the Cipó Cortado Farm in João Lisboa, Maranhão

e2331214

Verônica Viana da Fonseca, Maciel Cover, Marcelo Sampaio Carneiro

Review

CONTAG: 60 years of unionism in motion

(Review to the book *Contag: 1963-2023. Ações de reprodução social e formas de ações coletivas*,
by Marco Antonio Teixeira)

e2331215

Ricardo Braga Brito


Artigos

Fluxo contínuo

A estrutura de prestígio dos moradores na reconstrução do ‘tempo do algodão’

The prestige structure of the residents in the reconstruction of the ‘time of cotton’

 Edgar Braga Neto¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_01

Resumo: Após a realização de pesquisa etnográfica em fazendas localizadas no semiárido cearense, identificamos formas simbólicas comuns de pensamento entre os moradores de fazenda, que vão constituindo o que definimos como “estrutura de prestígio”, que nada mais é que a reconstrução da memória social desses camponeses acerca de suas experiências de parceria na economia do algodão. Em seu sistema simbólico, eles constroem, tendo como base as condições sociais derivadas do rural contemporâneo, uma estrutura de sentimentos na qual sobressai o “prestígio” que tinham no “tempo do algodão”. Assim, ressaltamos a dimensão da economia dos bens simbólicos na manutenção das relações duradouras de dependência e não a sua pobreza, dependência e submissão, como fizeram os historiadores do econômico. É a memória social dos moradores sobre o “tempo do algodão” e as relações de parceria que captamos por meio de entrevistas e de conversas informais na observação participante do trabalho rural contemporâneo, e que engendra em suas lembranças

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: edgarbraganeto@gmail.com.

imagens honrosas de sua condição, como também uma visão de mundo complexa na qual eles reúnem as conquistas do presente com elementos característicos da dominação tradicional. Por meio de pesquisa etnográfica, de aportes teóricos da sociologia bourdeusiana e da história econômica do semiárido, discutimos a “estrutura de prestígio” dos moradores, mais precisamente, a sua formação, contradições e dissolução, ao buscar a complexidade das relações que constituem essa formação social.

Palavras-chave: algodão; sistema de moradores; estrutura de prestígio; semiárido.

Abstract: After conducting ethnographic research on farms in the semi-arid region of Ceará, we identified common symbolic forms of thinking among the peasants who resided there that comprise what we define as a prestige structure, namely the reconstruction of the social memory of these peasants about their experiences of partnership in the cotton economy. Within their symbolic system they construct a structure of emotions based on the social conditions derived from contemporary rural experience, most notably the “prestige” they had during what they call the cotton era. In this way, we emphasize the role of the economy of symbolic goods in maintaining lasting relationships of dependence, rather than poverty, dependence and submission (which has been frequent among historians of economics). Through interviews and informal conversations as part of participant observation of contemporary rural work, we were able to capture the residents' social memory of the cotton era and the partnership relationships which produce honorable images of their condition in their memories, along with a complex worldview in which they combine the achievements of the present with characteristic elements of traditional domination. This ethnographic research, along with theoretical contributions from the sociology of Bourdieu and the economic history of the semi-arid region, permits a discussion of the prestige structure found among the residents (more precisely, how it was shaped, and its contradictions and disintegration) by examining the complex relationships that constitute this social formation.

Keywords: cotton; “moradores” system; prestige structure; semi-arid region.

Introdução

Desde a Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865) até a década de 80 do século XX, o cultivo do algodão foi uma das economias mais relevantes da região Nordeste. Nos anos 1970, a produção nordestina correspondia a 40,7% do algodão produzido no Brasil. No estado do Ceará, 80% da produção algodoeira era realizada por trabalhadores sem terra (BARREIRA, 1977) através do sistema de morada (BRAGA NETO, 2017). Atualmente, a cadeia produtiva do algodão emprega mais de meio milhão de pessoas, sendo que, no Nordeste, esse impacto se dá sobretudo no parque têxtil do Ceará, Rio Grande do Norte e na Paraíba, e não mais no campo. A partir dos anos 1980, houve uma crise na produção da região, devido à praga do bicudo (infestação do besouro bicudo nas plantações), do embargo às exportações de algodão, do desestímulo à produção interna e do fim da redução da alíquota de importação da malvácea (DAVID, 2005). Assim, o algodão, que era produzido em consórcio com a criação de gado, foi praticamente banido das fazendas e milhares de moradores tiveram que abandonar seus postos de trabalho, migrando para as cidades do interior ou para as capitais, especialmente para São Paulo, por não terem como se ocupar somente com a pecuária, que necessita de pouca mão de obra. A região Nordeste passou, então, de grande produtora a uma das grandes consumidoras de algodão, principalmente em razão de sua indústria têxtil, e o cultivo do produto sofreu, mais uma vez, um processo de transferência de produção, sendo levado pelos cotonicultores do Sul e do Sudeste para a região Centro-Oeste, especialmente para o estado do Mato Grosso que hoje, em virtude da introdução de novas variedades e da mecanização do cultivo, ocupa o lugar de maior produtor nacional.

Assim, podemos dizer que, na paisagem do semiárido, quase não vemos mais roçados de algodão (pois há uma retomada tímida de sua produção), mas isto não significa que na memória social dos trabalhadores rurais a malvácea tenha sido apagada. Muito pelo contrário, o “tempo do algodão”, que é como os trabalhadores rurais designam a economia do algodão, sempre está presente em suas rodas de conversa. O “tempo do algodão” para eles é uma época na qual diversas gerações de sertanejos tinham como meio de vida o cultivo do algodão,

que foi interrompido pela praga do bicudo e pela expansão da pecuária. Em suas narrativas, o fim da era do algodão significa um novo tempo, em que, se por um lado, há a dimensão da conquista dos direitos e da inserção nas políticas públicas, por outro, há privações, tais como as perdas da autonomia no trabalho, do roçado, das relações de parceria e da “renda certa”. Desse modo, o que nos interessa são as representações sociais que esses trabalhadores fazem das relações de produção que envolvem o cultivo do algodão, pois, como a análise da condição camponesa vai além das condições objetivas, é necessário compreender os valores morais que os trabalhadores rurais objetivam em suas visões de mundo (NEVES; SILVA, 2008).² Suas representações estão calcadas no confronto do passado com o tempo presente. Isto é, na tensão entre as lembranças de uma época na qual se mantinham como produtores autônomos e a experiência contemporânea na qual o gado do patrão lhes retirou a possibilidade de produzir autonomamente, levando-os à proletarização, às “escalas e interações de tempo-espço típicas da empresa fabril moderna” (BRANDÃO, 2007, p. 44).

Ao confrontar tais lembranças com a história econômica do algodão, percebemos que o capital simbólico dos moradores, a crença numa posição honrosa derivada do “tempo do algodão”, está ausente das análises econômicas (TAKEYA, 1985; LEITE, 1994), que se concentraram somente na renda, no capital comercial, no poder aquisitivo dos agricultores, na expansão da produção e formação do mercado interno.³ Buscamos então preencher esse vazio, indicando que, ao confrontar o passado com o presente, os moradores representam o pretérito como uma época na qual tinham “prestígio”: prestígio

² Os trabalhadores rurais estudados aqui são moradores de fazenda. Como, “no tempo do algodão”, eles estavam inseridos num sistema misto de relações capitalistas e paternalistas, podemos incluí-los no diversificado grupo do camponato brasileiro, do qual os trabalhadores assalariados do campo estão excluídos (MARTINS, 1981). Viviam, pois, sob uma lógica camponesa, mantendo relativa autonomia em relação à sociedade global, trabalho familiar, sistema econômico diversificado, relações de interconhecimento e função decisiva das mediações entre sociedade local e sociedade global (MENDRAS, 1976).

³ Na história econômica do algodão, os lavradores não são entrevistados nem muito menos suas falas (representações) são registradas, pois os economistas não se importam com a estrutura de sentimentos dos moradores. Takeya (1985, p. 69) define a meia como relação de exploração entre os proprietários de terra e os moradores. Por sua vez, Leite (1994, p. 15) diz que somente os comerciantes e proprietários rurais se beneficiaram da economia do algodão, pois, mesmo através dela, permaneceu uma estrutura de produção que permitia somente uma distribuição de renda injusta, perpetuando a pobreza dos sertanejos. Os moradores são, em sua narrativa, pobres, dependentes e submissos. Se elas tivessem dado atenção à dimensão simbólica, ou as nuances e complexidade da realidade social, teriam percebido que tanto a exploração quanto a submissão, resultantes das relações de moradia, são sentidas de forma complexa pelos moradores.

esse que perderam na contemporaneidade. Todavia isto não quer dizer que no “tempo do algodão”, ou no “tempo do prestígio”, não surjam contradições em suas lembranças. Para captarmos essa “estrutura de prestígio” e suas contradições, nos são indispensáveis as reflexões de Pierre Bourdieu (2015) sobre a valorização social do capital simbólico, a eufemização da violência simbólica nas relações de dependência pessoal contidas nas economias pré-capitalistas, que cria uma “estrutura de prestígio”, que nada mais é que uma espécie de acúmulo das aquisições materiais e simbólicas. E, assim, discutimos a valorização social do capital simbólico mediante os fatos da realidade pesquisada, fazendo um exercício tão caro a Bourdieu, como lembram Garcia Jr. e Garcia-Parpet (2022, p. 11), ou seja, “uma teoria investida nos fatos”. Procuramos, então, explorar a dimensão simbólica da dominação tradicional. Seguimos nesse caminho, acompanhando Bourdieu (2001) em seu objetivo de demonstrar a presença da dimensão simbólica nos diferentes tipos de dominação: “Mesmo quando repousa sobre a força nua e crua, a das armas ou a do dinheiro, a dominação possui sempre uma dimensão simbólica” (BOURDIEU, 2001, p. 209).

Tal dimensão simbólica está nos testemunhos dos moradores, que foram obtidos em nossa pesquisa de doutorado, de inspiração etnográfica, que versa sobre a dinâmica do sistema de moradores no semiárido.⁴ Tais fontes orais foram coletadas por meio de entrevistas com o uso de gravador, como também através de diários de campo resultantes da observação participante que realizamos em fazendas localizadas no semiárido cearense, mais precisamente, em Quixeramobim, que, ao lado de Quixadá, Iguatu, Orós e Acopiara, era um dos principais municípios algodoeiros do Ceará (PRATA, 1977). Dessa forma, as falas são de moradores que viveram o esgotamento da produção algodoeira. Eles têm, neste artigo, suas identidades preservadas, mediante o princípio do anonimato (BEAUD; WEBER, 2007), especialmente devido à vigilância que sofrem pela administração das fazendas: em outras palavras, os nomes das pessoas e da fazenda de produção citados aqui são fictícios. Captamos, desse modo, a

⁴ BRAGA NETO, Edgar. *Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores*. 2017. 289 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Fortaleza, 2017.

reconstrução dessa memória social, em especial a formação, as contradições e a desintegração da “estrutura de prestígio”.

O 'tempo do algodão'

A história do algodão no semiárido tem relação direta com a Guerra de Secessão (1861-1865). Isso acontece em virtude da produção de algodão dos Estados Unidos (principal fornecedor de matéria-prima para a indústria inglesa) ter sido reduzida em razão do conflito. A Inglaterra passa então a incentivar a produção de algodão em várias regiões do globo, entre elas o semiárido brasileiro, região que já tinha experiência com o plantio da malvácea. Houve uma retomada significativa do plantio no semiárido e, assim, o algodão tornou-se mais um fator de remuneração na caatinga, disputando, palmo a palmo, a terra com o gado, no famoso binômio da economia do semiárido: gado-algodão. Sabendo da posição hegemônica que historicamente o gado ocupou nessa região, não podemos considerar esse fato irrelevante, como acreditam certos historiadores, cientistas sociais e economistas que não dão a atenção devida a esse momento de transição em suas análises (ver, por exemplo, BRAGA NETO, 2018). Momento esse em que o algodão foi brotando nas terras destinadas somente aos rebanhos da fazenda. Não é sem razão que Rodolfo Teófilo (1922, p. 16) escreveu sobre o surgimento desse cultivo em escala comercial: “Cada vez mais se acelerou a atividade dos lavradores ambiciosos e imprevidentes. Aos golpes do machado destruidor iam caindo diariamente as matas; devorava-as depois o incêndio; surgiam novas e numerosas lavras”. A economia do algodão se consolidou onde a pecuária era a regra.

Era sob o sistema de parceria que o algodão era produzido no semiárido, incorporando componentes ideológicos do sistema paternalista às relações capitalistas, buscando assim garantir mão de obra segura e de produtividade elevada (LOUREIRO, 1976). Na produção da malvácea também havia outras categorias, tais como arrendatários, assalariados permanentes e temporários, mas a maioria deles era constituída por parceiros, moradores das fazendas – moradores-parceiros – que recebiam dos proprietários, em troca de determinada porcentagem da produção de algodão, milho e feijão, terrenos para o plantio

consorciado do algodão e da subsistência e dinheiro e insumos para que o cultivo pudesse ser iniciado. Além disso, eles tinham a obrigação de trabalhar dois dias na plantação do patrão, recebendo uma diária inferior à dos trabalhadores assalariados. Se tivessem filhos engajados no trabalho, estes ficavam apenas com 3/4 de sua remuneração (SILVA, 1982). A combinação de oferta crescente de mão de obra com baixo índice de produtividade viabilizava essa relação, porque dividia riscos e custos entre proprietários de terras e moradores-parceiros, sendo que para estes se refletia como “uma opção compensatória à falta de terras”. Somente dessa forma os proprietários de terra conseguiram imobilizar a mão de obra para o cultivo do algodão, fazendo com que a relação deles com os moradores se consolidasse e reproduzisse a dominação tradicional no sertão (BARREIRA, 1992), sem deixar de criar estratégias para eufemizar a violência simbólica oriunda de tal dominação. Configurava-se, portanto, um sistema misto de relações paternalistas e capitalistas, no qual a justaposição da opressão paternalista com a exploração capitalista provocava “a dominação ilimitada dos subalternos” (SABOURIN, 2011, p. 23).

Como a economia pré-capitalista é o lugar por excelência da violência simbólica (BOURDIEU, 2015), essa violência, que se traduz especialmente no estabelecimento das relações de dependência, deve ser transfigurada, pois senão tais relações podem ser desintegradas.⁵ Aliás, para que a crença na parceria do algodão fosse reforçada, ou para que os agentes (fazendeiros e moradores) conseguissem manter a relação de parceria, era preciso que houvesse a reprodução de *habitus* conformistas (BOURDIEU, 2015). Visando manter a economia do algodão e sua clientela, os fazendeiros cediam casas e terrenos para os moradores, estreitavam laços de amizade com eles, apadrinhavam os filhos, assistiam a família com médicos, dentistas,

⁵ O sistema de moradia configura-se como relações de trabalho que não são típicas do capitalismo. Assim, no “tempo do algodão” havia a exploração capitalista, mas a opressão paternalista, consubstanciada na cessão da casa e da terra, também estava presente, formando um sistema misto. Nesse sentido, a produção direta dos alimentos, dos meios de vida, em terras de empréstimo pelos moradores trata-se de um componente camponês pré-capitalista na relação laboral, “que impossibilita definir essas relações como relações propriamente capitalistas de produção”, tal como o trabalho dos imigrantes europeus sob o regime do colonato nas fazendas de café (MARTINS, 2013, p. 36). Segundo Martins (1975, p. 33), em *Capitalismo e tradicionalismo*: “O elemento perturbador, que parece ter gerado esse dilema, está no fato de que a economia brasileira de hoje não disfarça as suas raízes na economia escravista de há algumas décadas que, produzindo para o mercado, produzindo mercadorias, assentava-se sobre relações de produção não capitalistas”. Isto é, formas pré-capitalistas de produção e ação econômica. Desse modo, vemos na Santa Fé todas as características do paternalismo, como a da lealdade pessoal, incorporada à racionalidade capitalista, o que lembra o estudo de caso de Loureiro (1976) sobre uma fazenda de agricultura em Goiás.

medicamentos, professores e advogados, adiantavam insumos e dinheiro para as plantações, vendiam a crédito alimentos e ferramentas no barracão da fazenda etc. – tudo isso buscando ocultar a violência simbólica gerada pelo sistema misto. Reproduziam, então, crença na obrigação, fidelidade pessoal, hospitalidade, dádiva, dívida, “todas as virtudes às quais, em uma palavra, [a violência simbólica] presta homenagem a moral da honra” (BOURDIEU, 2015, p. 206-207).

Ponciano de Azeredo Furtado, proprietário da fazenda Santa Fé, procurava suavizar a violência simbólica da parceria do algodão com os moradores, comprando instrumentos musicais para eles montarem uma banda de forró, levando médicos e dentistas para atendê-los, agradando os filhos deles com calçados e roupas: a atmosfera de intimidade entre Ponciano e seus moradores era tão sólida, que dava a impressão de que havia entre eles relações horizontais, pois eram compadres na amizade e sócios de um mesmo negócio. Os moradores da Santa Fé vivenciaram a economia do algodão quando eram crianças, ajudando os pais no roçado, ou quando adultos, sustentando a casa com a renda da malvácea. Nos dias de hoje, eles perderam, uma a uma, as concessões extramonetárias que tinham, com a suspensão do plantio de algodão pela fazenda Santa Fé, que se deu após o afastamento de Ponciano da administração do estabelecimento por causa de sua idade avançada. Por isso, os moradores se lembram do passado com certa nostalgia.

Desde os fins da década de 1980 os moradores da Santa Fé e a população do semiárido em geral sentem a decadência do algodão e o predomínio absoluto do gado. Essa reestruturação produtiva – a substituição do binômio gado-algodão pela pecuária leiteira – provocou desemprego em massa, visto que o cultivo do algodão, feito manualmente, abria um número elevado de postos de trabalho em cada unidade de produção; diminuiu as terras de trabalho, onde os moradores criavam seus animais e cultivavam os algodoeiros e as lavouras de provisionamento, transformando-as em pasto para o gado; e fez com que o uso prioritário dos recursos hídricos já não valesse mais para o consumo humano, mas sim para irrigar os capinzais e matar a sede do rebanho da fazenda. Desse modo, os proprietários de terra deram uma guinada capitalista em seus negócios, pois retiraram o exercício parcial do processo de trabalho das mãos

dos moradores, que caracterizava a parceria do algodão. Agora os moradores deixaram de ter acesso aos meios de trabalho, à terra para os roçados e criação de animais, tornando-se somente assalariados e não parceiros da produção. Como o salário que recebem não lhes assegura direitos trabalhistas, principalmente no campo onde a fiscalização do Estado é deficitária, a interrupção do “tempo do algodão” também significa a precarização do trabalho rural no semiárido.

O efeito da decadência da economia do algodão foi a redução dos moradores das fazendas, e não o esvaziamento das fazendas tradicionais como apregoa Carvalho (1990), isto é, a migração de parte dessa população para as cidades. Assim, na história estrutural do semiárido, há um movimento contínuo de povoamento, esvaziamento e repovoamento das fazendas, determinado por várias condicionantes, entre elas a intempérie da seca, crises econômicas, reestruturações produtivas e sedições (BRAGA NETO, 2017). Na seca de 1877-1879, o êxodo rural levou milhares de sertanejos a abandonar as terras da fazenda e procurar os socorros públicos nas cidades do litoral, como aconteceu na cidade de Fortaleza, que viu rapidamente sua população quadruplicar (PONTE, 2010). Mas aos poucos as fazendas foram sendo repovoadas com o fim das estiagens, mostrando a dinâmica da morada no semiárido. Com a decadência da economia do algodão, na década de 80 do século XX, temos um movimento contrário ao que foi assinalado por Celso Furtado (2009, p. 42-43): enquanto a população da “caatinga” cresceu devido à cultura do algodão mocó consorciada com a agricultura de subsistência, ela foi diminuindo sensivelmente com a redução dos índices da produção algodoeira na região. Como ocorreu em Quixeramobim, município onde os ex-moradores se deslocaram para a cidade com a esperança de se empregarem numa fábrica de calçados. Porém a maioria deles foi para a cidade de Fortaleza ou para outras regiões, principalmente para o Sudeste. Mesmo assim, não podemos afirmar que houve um esvaziamento completo das fazendas. Ao contrário, os estabelecimentos rurais ainda mantêm a morada porque continua sendo lucrativo contar com o apoio dos moradores.

Por tudo isso, na memória social dos moradores e ex-moradores, o “tempo do algodão” traz imagens contrárias às do tempo contemporâneo. Quer dizer que o sistema misto de relações capitalistas e paternalistas, no qual estavam inseridos nas décadas de 1970 e 1980 pode ser, em determinadas situações e aspectos, preferível à situação contemporânea, que tem como aspecto principal o bloqueio das terras de trabalho (GARCIA JR., 1983). A reestruturação produtiva na região – com a hegemonia da pecuária leiteira – subtraiu deles as terras de trabalho, as lavouras de subsistência, os meios de produção que, embora pertencentes às fazendas, eram por eles utilizados: em resumo, as contraprestações da morada, a lógica da reciprocidade que para eles prevalecia sobre a lógica do excedente ou do lucro imediato (ZANINI; SANTOS, 2022). E uma das perdas que eles mais sentem é a que extraiu deles o capital simbólico positivo, “o prestígio” do homem do campo. O que tem em comum na sequência de imagens criadas por eles é que, na maioria delas (porque em suas memórias há contradições, como veremos), eles acreditam que tinham, à custa de muito trabalho, certo prestígio no “tempo do algodão”; que nele podiam fazer uma representação honrosa de sua condição; isto é, que acumulavam capital simbólico positivo nessa temporalidade, fama de trabalhador disciplinado, que produzia bastante algodão e não causava problemas aos fazendeiros.

A formação da 'estrutura de prestígio' e suas contradições

A “estrutura de prestígio” é um produto da memória social dos camponeses que foram entrevistados. Sem a referência do tempo presente, ou melhor, das suas condições de vida atuais, a “estrutura de prestígio” não existiria, não seria (re)construída, tal como nos ensina Halbwachs (1990) sobre o caráter construtivo da memória social. Para os moradores e ex-moradores, o cultivo do algodão dava prestígio ao homem do campo. “Prestígio” que pode ser traduzido em emprego, pois tanto os homens quanto as mulheres do semiárido poderiam ser aproveitados. Com o algodão, o “emprego era certo”, porque essa economia empregava a todos, como afirma o morador Zé Mundola:

O filho trabalhava. O avô trabalhava. O pai trabalhava. A mulher trabalhava. Aqui mesmo eu cansei de ver mulher colhendo algodão. Era um serviço maneiro. Dava emprego a todo mundo. Sem contar com a fábrica aí, que era um absurdo de gente trabalhando. Que tá aí fechada. Eu mesmo trabalhei na fábrica. Trabalhei dezoito meses. Trabalhei três anos – seis meses em cada ano. Gostei, era muito gente trabalhando de dia e de noite. O homem pagava direitin. Prestava as contas direitin, quando terminava o serviço. Quando acabava, já convidava pra trabalhar no próximo ano.

Nesse trecho, Zé Mundola fala das boas safras do final da década de 1970 e começo da década de 1980. De acordo com ele, “o algodão dava emprego a todo mundo”. A usina (“fábrica”), que processava o caroço do algodão para extração do óleo e preparação da torta para o gado, empregava os trabalhadores rurais no período de entressafra, aumentando-lhes a renda. Diferentemente, pois, do que acontece atualmente na região, onde os moradores do campo não têm mais ocupação, engrossando assim a fila dos inempregáveis que devem contar com os auxílios do governo. Ao dizer que todos os integrantes da família trabalhavam – “O avô trabalhava, o pai trabalhava e a mulher trabalhava” –, Zé Mundola faz uma comparação com a época atual, na qual poucos são os que têm emprego. Na maioria dos casos, somente uma pessoa da família está empregada, ou está aposentada, e as despesas da casa são mantidas apenas pelo seu ordenado. As pessoas empregadas são os homens da casa, pois a pecuária leiteira tem se organizado no semiárido como uma atividade majoritariamente masculina. Sendo assim, as trabalhadoras rurais, que colhiam algodão, devem buscar trabalho na fábrica de calçados na cidade. No passado, segundo Zé Mundola, a produção de algodão empregava todos que realmente quisessem trabalhar (diferentemente do que acontece com a pecuária leiteira), e “todo mundo tinha dinheiro”, porque “todo mundo tinha emprego”.

Conforme suas memórias, os lavradores sentiam-se honrados com a parceria do algodão. Eles criavam laços com os proprietários de terra, e, na lógica camponesa, ser procurado pelo fazendeiro, feitor ou gerente para trabalhar, estar próximo do patrão, ter seus filhos apadrinhados pela casa-grande, ter suas necessidades atendidas pela família senhorial, tudo isto significava ser dotado

de *status*. Desse modo, os lavradores que cultivavam o algodão poderiam acumular “prestígio”, e, no interior de cada fazenda, esse “prestígio” era variável, dependente da história local de cada fazenda. Mas, no geral, a “estrutura de prestígio” se define pela valorização do homem do campo que, na época do algodão, era “disputado” pelos fazendeiros. Segundo relato do morador Manoel Patrício:

O pobre tinha valor pro patrão. Morador, cidadão, com cinco filhos, trabalhador, se desgostasse do patrão, já tinha quatro ou cinco patrão em volta, pedindo pro morador ir pra ele.

Em sua fala, Manoel Patrício defende que os proprietários de terra competiam entre si pelos braços dos moradores. Essa procura era uma manifestação de reconhecimento social, que tornava os moradores conhecidos, visíveis, conferindo-lhes uma teodiceia de sua existência (BOURDIEU, 2001). Eles, os lavradores pobres, achavam-se desse modo valorizados pelos fazendeiros. O que importava era a produção de algodão: quanto maior a produção, mais reverenciado o morador: por isso, quanto maior era a família do morador (“com cinco filhos”), maior a produção, e maior seria a disputa entre os fazendeiros. Na fala de Manoel Patrício, também é interessante notar que há uma inversão nas relações de poder: em vez do patrão se desgostar do morador, era o morador que se desgostava do patrão e, em vez do morador pedir um favor ao patrão, é este que pede um favor àquele (“já tinha quatro ou cinco patrão em volta, pedindo pro morador ir pra ele”). Isto demonstra que o “prestígio” dos moradores significa capital simbólico, que, em determinadas circunstâncias, pode embaralhar as cartas dos jogos sociais que se desenrolam no campo.

O “prestígio” quer dizer produção, trabalho, esforço, suor. Sendo assim, o “prestígio” do morador poderia ser elevado pela produção que ele tivesse. Como o “capital simbólico [...] não constitui uma espécie particular de capital, mas [...] aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital quando é desconhecida enquanto capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração” (BOURDIEU, 2001, p. 296), a exploração do trabalho nas fazendas de produção de algodão era escamoteada pelo “prestígio” que era concedido pelos proprietários de terra. Quanto mais o indivíduo correspondesse às

expectativas do patrão, mais distinto ele seria. Quanto menos correspondesse, menor seria a chance de o morador permanecer na fazenda. Se a família do morador fosse extensa, produzisse grande quantidade de lã, ela devia ser, além de exaltada, conservada na unidade de produção. Assim, nas palavras do morador João Miguel: “Quando o cara era trabalhador, que deixava produção pro patrão, ele era abraçado por qualquer fazendeiro que tivesse em volta.” Esse abraço, que demonstrava certa intimidade, era, no “tempo do algodão”, almejado tanto pelos fazendeiros quanto pelos moradores. Portanto, “o prestígio” era determinado pelo sucesso da parceria e dava aos moradores força para resistir ao arbítrio dos fazendeiros.⁶

A renda gerada pelo algodão também contribuiu para a construção da “estrutura de prestígio”. Na década de 1980, João das Neves adquiriu uma boa renda com o cultivo da malvácea, trabalhando praticamente sozinho, porque seus filhos não queriam trabalhar no campo. O dinheiro que obteve foi suficiente para sair da condição de sem-teto. No entanto, ele tinha duas filhas que desejavam estudar:

Eu plantei em 80 sete hectares de algodão. Eu ia comprar uma casa pra mim. Mas aí tinha duas filhas querendo estudar. Aí eu fiz um depósito para o custo delas estudar. [...] Peguei esse dinheiro que podia comprar uma casa pra mim e entreguei pra elas. Porque, naquele tempo, o governo não ajudava quem queria estudar. O governo não dava um lápis, nada. Não tinha uma borracha daquela que enfia no lápis que o governo desse. Tudo era a gente que tinha que dar. Não tinha transporte. Eu não podia comprar uma casa na cidade. Eu não podia ir morar na cidade. [...] Daquilo ali [do dinheiro do depósito] era que eu pagava o dono da casa, que eu pagava o material escolar, a roupinha delas... O patrão mesmo, que tem uma visibilidade muito boa – ele dizia às vezes em palestra: “Eu não sei como o senhor consegue, ganhando o que ganha, educar a família.” Por

⁶ Essa força tem influência mais local, ou seja, estava limitada à fazenda, não tendo relação com os direitos sociais consubstanciados no Estatuto da Terra (1964), pois essa legislação não foi suficiente para assegurar tais direitos aos moradores, e muito menos para encerrar com a tradição latifundiária no Brasil. Tornou-se então letra morta, sendo, pois, raras as indenizações pagas aos parceiros nos latifúndios do semiárido. Essa legislação só foi efetivamente realizada onde os camponeses estavam politicamente organizados, como na Zona da Mata (SIGAUD, 1977). No semiárido, ou em outras regiões, exceto na Zona da Mata por causa das Ligas Camponesas e dos sindicatos ligados à Igreja Católica e ao Partido Comunista, vale a sentença de Martins (1989, p. 44): “Embora a lei estabelecesse certos direitos sociais, no interior da grande propriedade fundiária o direito era constituído pela vontade pessoal do patrão.”

que educava? Por isso. Porque passava um ano trabalhando. Quando tinha dado pra comprar uma casa pra mim, no caso das duas agriculturas que foram em 80 e 81, eu entreguei pra elas. Daí pra frente não deu mais pra agricultura... Como é que você arruma dinheiro hoje pra comprar uma casa no campo? Como é que o homem do campo hoje consegue? Não comprei por isso.

João das Neves desistiu de comprar a tão sonhada casa para prover a despesa dos estudos das filhas na cidade. Como à época as escolas estavam mais limitadas à cidade, os lavradores que desejavam estudar eram forçados a se deslocar para a área urbana dos municípios do interior, ou até mesmo para a capital. Tal quadro não é diferente da realidade atual em razão da insuficiência de escolas no sertão; porém, no passado, não havia a quantidade de carros e de motocicletas que existe atualmente nem transportes escolares para o atendimento das comunidades interioranas. Em vez de se deslocar diariamente para as escolas, como os filhos dos lavradores fazem na atualidade, “no tempo do algodão” o jovem do campo tinha que se mudar para a cidade. E, na maioria das vezes, era obrigado a desempenhar a função de empregado doméstico das casas que o acolhiam. Mas isto não aconteceu com as filhas de João das Neves, porque elas foram para a casa de parentes que não exigiam delas a prestação de serviço doméstico. Assim seus quatro filhos foram morar na cidade para estudar. Cada um foi para uma casa diferente. Em contrapartida, João das Neves tinha que arcar com as despesas das filhas.

À época, o Estado não os ajudava, não havendo políticas públicas para a subvenção de transporte e de material escolares. Como diz João das Neves: “Não tinha uma borracha daquela que enfia no lápis que o governo desse.” Para suas filhas estudarem, ele dependia exclusivamente da renda proporcionada pelo algodão. Mais uma vez, ele compara o passado com o presente e, no tocante à presença do governo, critica a ausência dele em relação à assistência estudantil. Sobre a situação atual, diz que o governo manda vir buscar o aluno na porta de casa, além de lhe fornecer o material escolar. No pretérito, todavia, não havia “facilidades” para o sertanejo que desejasse estudar. Se suas filhas não tivessem que se mudar de casa para realizarem o sonho de “terminar os estudos”, João das Neves teria comprado a sua casa. Assim, de acordo com sua lembrança,

havia, “no tempo do algodão”, a possibilidade de o homem do campo adquirir sua residência, livrando-se da morada da fazenda. Ele, que atualmente continua sem ter casa própria, faz essa revelação, sem no entanto deixar de contrapor o tempo do algodão com os dias de hoje (“Como é que você arruma dinheiro hoje para comprar uma casa no campo?”).

Para os moradores, adquirir uma casa representa mais do que sair do aluguel: é libertar-se, em parte, da dominação dos proprietários de terra. Em vez de residir e trabalhar na fazenda, tendo sua vida vigiada e sendo forçado a uma submissão exorbitante, ficaria na fazenda apenas durante o seu tempo de trabalho. Ao terminar o expediente, os trabalhadores sairiam da fazenda e iriam descansar em suas residências, livrando-se do assédio dos fazendeiros ou gerentes, que regularmente interrompiam o repouso deles para exigir que realizassem determinado serviço além do seu tempo de trabalho, aumentando-lhes o sobretrabalho. Comprar uma casa significa, pois, liberdade para o trabalhador rural: é sair, em parte, da condição submissa de morador.

Ao falar da prosperidade que o cultivo do algodão proporcionou à população sertaneja no final da década de 1970 e começo da década de 1980, Manoel Patrício lembra que com a renda do algodão: “Os moradores compraram espingarda, bicicleta, geladeira, fogão [a gás].” O algodão assim proporcionou uma inédita elevação econômica para o trabalhador rural da região semiárida. Ele passou a ter acesso a bens que não tinha antes. Foi a parceria do algodão que fez com que os moradores pudessem trocar o burro pela bicicleta; o fogão a lenha pelo fogão a gás; o sal pela geladeira; a baladeira pela espingarda; a casa de taipa na fazenda pela casa de alvenaria fora da fazenda etc. O acesso a esses bens levou os moradores a idealizar de forma positiva o seu passado e a censurar o “tempo de hoje”, no qual, apesar da compra facilitada de bens de consumo, a sua renda já não se equipara à do “tempo do algodão”.

Mas essa “estrutura de prestígio” não se reduz somente à renda gerada, à quantidade de algodão produzido e ao trabalho despendido (ao sucesso da parceria), ou seja, ela também é construída por diferentes sentimentos. Trazendo mais um elemento para o debate, Manoel Patrício explica assim a complexidade do “prestígio” dos moradores no “tempo do algodão”: “O único

prestígio é o suor. Ou o patrão gosta da filha do morador.” Assim, Manoel Patrício indica que o “prestígio” também era determinado por certa admiração dos fazendeiros em relação às filhas dos moradores. “Gostar da filha do morador” é, no sentido dado por Manoel Patrício, dedicar amizade à filha do morador, como aconteceu com sua filha, que foi apadrinhada por Ponciano Azeredo Furtado. Foi por causa do padrinho que ela pôde morar e estudar na cidade de Fortaleza.

Agora, na maioria dos casos, “o gostar” pode ser traduzido por forte atração sexual pela filha do morador ou por outro integrante da família do morador, inclusive sua esposa, como descrevem os romances sobre a vida nos engenhos e fazendas do interior (ver, por exemplo, *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, 1997). Desse modo, “o gostar” opera uma distinção em relação à família das moradoras, que são desejadas sexualmente pelos fazendeiros ou seus filhos.

Tal estima reforçava essa “estrutura de prestígio”. Além disso, o saber acumulado pela experiência social dos camponeses era um determinante positivo de *status*. A importância do saber na determinação do *status* do morador se deu principalmente na realização de serviços que requeriam um grau mínimo de especialização. Serviços, pois, que não se limitavam somente ao amanho da terra. O morador que, além de cultivar o algodão, sabia construir açudes e barragens, medir a propriedade, conduzir trator com habilidade, fazer silagem etc., tinha seu capital simbólico elevado. João Grilo foi, sem dúvida, um desses moradores. Não foi sem razão que ele ocupou a posição de chefe do setor agrícola da fazenda Santa Fé. Se tivesse tratado com a papelada do escritório, João Grilo teria sido o gerente da fazenda, pois, além de saber fazer essas coisas necessárias ao funcionamento da propriedade, era uma espécie de líder para o grupo. Em suas histórias, recorda sempre que liderou uma equipe de 80 homens no desmatamento de 700 hectares, para fazer áreas de pastagem para o gado. Também lembra o caso em que, em razão dos seus conhecimentos, evitaram a construção de mais um açude na Santa Fé. De acordo com seu testemunho:

Já tinha [o patrão] decidido. Ia fazer um açude na extrema da fazenda. O gerente tava de acordo com o projeto. No dia em que os homens chegaram para fazer a construção, o dono [Ponciano de Azeredo Furtado] perguntou o que eu achava da

obra. Eu disse que o açude era caro e pouco lucrativo pra fazenda. Assim que ele ouviu isso, ele mandou dispensar os homens, guardar o material, que ele tinha desistido de fazer o bendito do açude.

O patrão desistiu de construir o açude porque levou em consideração a opinião de João Grilo. Dificilmente, isto aconteceria nos dias de hoje, nos quais não há proximidade entre moradores e proprietários de terra nas fazendas de produção do semiárido, sendo depreciado o conhecimento empírico dos lavradores. No “tempo do algodão”, porém, a organização patrimonialista do trabalho nas fazendas permitia a aproximação entre esses dois segmentos sociais, fazendo com que a experiência de trabalho dos lavradores fosse aproveitada. Ao lembrar esse episódio, João Grilo narra uma época em que ele era reconhecido entre seus pares, ou seja, que era vitorioso na luta simbólica.

Todavia, no “tempo do algodão”, “o prestígio” não era para todos os moradores. Para os indivíduos que não trabalhavam regularmente não havia admiração: pelo contrário, havia estigmas e repúdio. O homem do campo devia trabalhar, suar bastante, dar renda para o patrão. Se, ao contrário disso, não gostasse de trabalhar, de suar e produzir, ele devia ser expulso da fazenda, porque no meio rural ele era desvalorizado. É nesse sentido que o morador Marciano explica a distinção produzida no “tempo do algodão”:

Tinha um fazendeiro aqui, o senhor [João Paulo dos Santos Ferreira]. Se ele fosse na estrada e encontrasse um cantador com uma viola, ele virava a cara pra outro lado e deixava esse cara de pés. Se ele achasse um homem com uma enxada, ele levava.

Marciano recorda que o fazendeiro João Paulo dos Santos Ferreira não admitia violas. Para o fazendeiro, o morador era para andar com a enxada nos ombros e não tocando violão em sambas regados à cerveja. A atitude do fazendeiro (“de virar a cara”) demonstra que, nas fazendas, o “prestígio” dos moradores que gostasse de festas seria nulo. Havia, portanto, muitos indivíduos que não admitiam o ritmo de trabalho regular das fazendas e, assim, dificilmente, poderiam residir nelas. O “prestígio” do camponês estava ligado à

produção, ao “suor”, ao trabalho dedicado à malvacea e, quem não trabalhasse de forma regular, não ganharia *status* de “bom trabalhador”.

Mesmo com o prestígio do “tempo do algodão”, não se pode esquecer que nessa época os moradores viviam sob uma grande sujeição, que relativizava o “prestígio” que eles tinham, pois, quando lembram essa época, irrompem contradições em suas memórias. É como se o “prestígio” e o “desprestígio” convivessem lado a lado, como faces de uma mesma moeda. Por isso, não dá para sustentar, como fez Antônio Candido (2010) sobre os parceiros do Rio Bonito, que os moradores da Santa Fé estejam orientados por “saudosismo transfigurador”, no qual, ao cotejar o presente com o passado, eles defendem somente que as condições do passado eram superiores às do presente. Tendo feito verdadeiro louvor ao “tempo do algodão”, Manoel Patrício afirma: “daquele tempo pra trás, [o trabalhador] era tipo escravo”. Ou João Miguel, ao negar essa estrutura de sentimentos: “pobre não tinha prestígio de nada”. Ou ainda Arnaldo, quando diz: “o morador estava amarrado à fazenda”. Nesse sentido, encontram-se em suas memórias contradições que são próprias dessa formação social, na qual os proprietários de terra ainda precisavam manter relações pré-capitalistas para dinamizar a economia do algodão.

Há, sem dúvida, muitas contradições em seus testemunhos, o que revela a complexidade dessa formação social. Com o distanciamento em relação ao “tempo do algodão” e com as mudanças estruturais que aconteceram no semiárido, os moradores puderam refletir sobre o “tempo do algodão”, comparando-o com o tempo atual, no qual o assalariamento, juntamente com os direitos trabalhistas, e também a inclusão deles em programas de benefícios sociais do governo federal compensaram, em parte, as vantagens que havia na época em que eram parceiros dos proprietários de terra. Por isso, essas contradições em suas falas. Neste depoimento de Manoel Patrício fica evidente que ele está confrontando o tempo atual com o passado. Embora seja o “tempo do prestígio”, nele havia abandono, fome e tumultos:

No passado não tinha quem ajudasse. Durante os repiquetes e as secas, quando chegava o mês de março, o pessoal tava nos comércio ali quebrando tudo, tomando, morrendo de fome. O cara dava rapadura e farinha e o pessoal escapava lá, tava na

calçada, o prefeito fazia isso. Quando faltava, eles tomavam a cidade, pedia, se humilhava, pedia pelo amor de Deus me dê um bocado. Eu vi muito isso. Na época, se você vivia do algodão e não tinha o inverno [que no semiárido é considerado como período de chuvas] aí você ia viver de quê? Ia ter que sair de algum canto. Como era que saía? Ninguém dava nada, o cara ia tomar. Hoje você pega um 2012 desse aí, que não houve inverno, e nós chegamos aqui no mês de abril todo mundo trabalhando nas suas rocinha; aquele motozim ali: o governo tá ajudando. Quem tem sua vaquinha, tira seu leitin, o carro passa lá, ele vende, todo dia apura alguma coisa, e tá sobrevivendo. Ninguém foi mais pra cidade pra tomar nada de ninguém. Hoje tá assim diferente, totalmente. O pessoal tá nos assentamento dos governos aí. Tem gente que acha até melhor, Seguro-Safra e mais algumas vantagens. Hoje o governo dá uma coisinha, tá diferente... A gente sabe que no final do mês tem aquele dinheirinho [do Bolsa-Família]. [...] Hoje a gente vive melhor, naquele tempo era sofrimento. Se você chegar num mercantil desses e comprar 500 reais – não for comprar besteira, a sobrevivência do homem do campo, ele come o mês todim e sobra e ele ainda escolhe lá o que quer. E na época [no passado] não dava, não dava pra nada. Hoje tá um beleza, 742 reais, sobra 300 reais pra você pagar um consórcio, pra você pagar aí uma prestação de alguma coisa, de uma televisão, duma coisa.

De fato, a história social do semiárido é marcada por saques no comércio das cidades do interior e das capitais do Nordeste, pois durante as secas os trabalhadores rurais se retiravam das fazendas e migravam para as zonas urbanas com o objetivo de garantir a alimentação da família, por meio da caridade particular, e, quando não eram atendidos, furtavam os armazéns e as mercearias que encontravam (ver NEVES, 2000). Manoel Patrício utiliza os saques do passado como uma espécie de termômetro para avaliar o tempo presente, e assim percebe que, mesmo em um ano de seca, como foi o ano de 2012, não houve saques ao comércio, o que significa que os tempos mudaram, tornando suas condições de vida mais satisfatórias. Conforme o seu relato, isto se deve à ajuda do governo, seja com as políticas públicas voltadas para a reforma agrária, seja com os programas de transferência de renda, seja com a valorização do salário mínimo, que, “se o homem do campo não for comprar

besteira, ainda sobra um dinheirinho para pagar um consórcio”. Essas políticas públicas foram decisivas para a elevação econômica dos trabalhadores rurais, como afirma Jorge Teixeira (2014, p. 210), porquanto “colocaram alternativas de ganho e remuneração para os moradores, que dependiam exclusivamente dos recursos do patrão”.

Mais uma vez, é Manoel Patrício que demonstra que o passado deles não deve ser considerado uma idade de ouro. Pode-se dizer que era uma época na qual “a renda era certa”, mas que havia poucas oportunidades de mobilidade social. Isso quando os moradores não estavam endividados. Assim, Manoel Patrício não se esquece de recordar o fato de que, no “tempo do algodão”, os moradores não conseguiam se livrar das dívidas. E o que mais lhe causava indignação era saber que, ao contrário do que acontecia com as dívidas dos fazendeiros, as dos moradores eram imperdoáveis:

Aí pra trás acontecia dum ano fraco o banco perdoava a conta do fazendeiro. E o fazendeiro não perdoava a do morador. Ele pagava de qualquer jeito. O morador tinha que pagar. Não podia sair sem pagar. A coisa era cruel, vi muito isso. O morador que tava devendo tinha que pagar na próxima safra. Trabalhando dia de serviço barato, descontado. Eu mesmo fiz isso aqui. Na época eu fiz isso. No ano de 81.

Enquanto os bancos livravam os fazendeiros do pagamento de dívidas, os moradores deviam pagar os fazendeiros na próxima safra, tendo assim sua diária reduzida. Isto demonstra que, para o Estado, eram os fazendeiros que tinham “prestígio”, e não os moradores. Nesse caso, a “estrutura de prestígio” dos moradores não os protegia das dívidas contraídas na fazenda. Manoel Patrício revela, então, ter consciência das injustiças que eram cometidas com os trabalhadores rurais que, tradicionalmente, estiveram excluídos das políticas públicas. Desse modo, as dívidas dos moradores se concentravam no barracão das fazendas, de onde recebiam o fornecimento, que se traduzia como mais um pilar da dependência (BARREIRA, 1992). Tal fornecimento os deixava em uma situação de grande vulnerabilidade, de insegurança alimentar, reforçando assim a sua dependência para com os proprietários de terra. É por isso que o morador Silveira ainda se lembra do padecimento passado:

Do passado não tem nada bom, não. De primeiro você tinha um saquim de pano. Pedia dois quilos de uma coisa, três de outra. O comerciante pesava e botava dentro do saquim. Cansei de ir, mais o meu pai, pra bodega, com os saquim na mão, e do jeito que eu levava, trazia seco. O cara não vendia porque nós tava devendo. Hoje, eu trabalho de carteira assinada, né? Aí tenho minhas férias, tenho meu salário todo o mês, tem meu décimo... Eu tenho meu emprego fixo e tenho meu salário todos os meses fixo, né? Hoje, se eu adoecer, eu peço meu atestado ao médico e eu fico ganhando, não é? De primeiro, não...

Ao falar do passado, o morador Silveira não deixa de falar do tempo presente, destacando então os direitos trabalhistas assegurados na carteira de trabalho, tais como férias, salário, décimo terceiro e licença-saúde. Para ele o “tempo do algodão” foi uma época de muito sofrimento: além das dívidas, a fome que os acompanhava, e que deixa o “tempo do algodão” e a “estrutura de prestígio” ainda mais complexos. Estar numa fazenda, plantando algodão “de meia”, recebendo o fornecimento do patrão, comprando no comércio da cidade ou caçando na mata, não significa que os moradores estivessem livres do fantasma da fome. Situação essa que se agravava em decorrência das secas.

Além do morador Silveira, o morador Arnaldo também fala da carência alimentar que experimentou no “tempo do algodão”, ao comparar essa época com o tempo presente, que ele chama de “tempinho dado”:

Naquele tempo passado, você levava o quê [pro trabalho]? Um quarto de rapadura e uma mão cheia de farinha branca dentro de um saco pra passar o dia todim. Quando chegava de noite, olhava pro fogão tava só as cinzas. Hoje, quando você chega, você vê quatro ou cinco panelas no fogo. É o arroz, tem o macarrão, tem a carne e tem o feijão, né? Agora tá um tempinho dado.

O relato de Arnaldo lembra o farmacêutico e historiador Rodolfo Teófilo (1980) que, no começo do século XX, escreveu sobre o que ele definia de “resistência orgânica” dos cearenses, isto é, a força que os cearenses demonstravam no trabalho do campo, embora tivessem apenas farinha e rapadura para a sua alimentação. O “tempinho dado” indica uma maior diversidade de alimentos, uma sensação de fome saciada, e, claro, é o antípoda

do “tempo do algodão” em que, em vez de arroz, macarrão, carne e feijão em cima do fogão, só tinha “cinzas”. Assim, os moradores descreveram uma situação alimentar que não se coaduna com a fonte de proteínas que os sertanejos tinham acesso, tais como: carne de boi, carne de carneiro e carne de cabrito (CASTRO, 2006). A alimentação sertaneja, considerada um regime alimentar saudável, estava, de acordo com os testemunhos de Arnaldo e de Silveira, mais próxima das áreas de fome endêmica do que das áreas de epidemia da fome (CASTRO, 2006). Todos esses elementos relativizam a “estrutura de prestígio” dos moradores.

No entanto, em suas rodas de conversas, não demora muito para que, além dos aspectos negativos, sobressaiam aspectos positivos do “tempo do algodão”. Dessa forma, podemos dizer que a experiência de cada morador com a economia do algodão é diversa, confusa, ora o algodão era o “ouro branco”, solução para resolver todos os seus problemas, ora uma economia insuficiente para a sobrevivência digna do homem do campo. Ao idealizarem positivamente o seu passado, os moradores têm dessa época mais uma lembrança favorável: certa autonomia (liberdade), porque o tempo de trabalho do morador não pertencia ao domínio absoluto dos fazendeiros, tal como no “tempo do leite”, mas também era propriedade deles. Como nos disse o morador Jesuíno Soares:

Na era do algodão, a gente não só trabalhava pra ele [para o fazendeiro, como atualmente no “tempo do leite”], trabalhava pra gente também. A gente dava só três dias de trabalho, e ele pagava no dia.

Desse modo, Jesuíno destacava uma das maiores vantagens que ele tinha “no tempo do algodão”: a de poder trabalhar para si, dedicar-se quatro dias da semana ao seu roçado e, assim, aumentar sua produção. Depois que a fazenda Santa Fé trocou o algodão pelo leite, os moradores passaram a trabalhar apenas para o patrão, mas sem ter direito sobre a produção leiteira. Eleva-se assim o grau de exploração e a situação de Jesuíno e dos demais moradores é semelhante à dos trabalhadores da cidade. Quando ele faz essa reclamação, ele está censurando o tempo atual, no qual ele só trabalha para a fazenda Santa Fé.

Atualmente, sem o cultivo do algodão, os proprietários de terra não cedem mais terrenos, uma vez que, para a produção de leite, não é preciso destinar

terra aos moradores. Agora, os moradores são assalariados, não precisam dispor de terra para garantir seus meios de subsistência. Tampouco podem criar animais – “ninguém pode criar uma galinha”, como diz Manoel Patrício – porque, além de ser assalariados, a terra e a água da fazenda devem ser destinadas às vacas do patrão e não às ovelhas dos moradores.

Por tudo isso, vemos que são muitas as contradições da “estrutura de prestígio”. Como pode o morador ter prestígio se o fazendeiro não perdoa suas dívidas? Como pode o morador ser prestigiado se era tipo escravo? Como pode o morador dispor de capital simbólico se ele não tem o que comer? Tais contradições demonstram a complexidade dessa sociedade, que se transformará, mas que não deixará de ser contraditória.

A desintegração da ‘estrutura de prestígio’

A interrupção da produção algodoeira dissolveu a fonte de “prestígio” dos moradores. Nos dias atuais, eles não têm mais o capital simbólico que a economia algodoeira lhes conferia: o “prestígio” foi embora com o algodão. Nesse sentido, a interrupção do algodão demarca um tempo de rupturas, no qual o algodão foi substituído pelo leite, tornando a agricultura do semiárido mais capitalizada, e os moradores foram perdendo suas terras de trabalho, ao serem proibidos de plantar suas lavouras e de criar seus animais. Assim, o morador Zuca desabafa: “Depois do algodão, o prestígio do pobre ficou igual ao do jumento.”

O desabafo de Zuca mostra que, quando se interrompeu o cultivo do algodão, a “estrutura de prestígio” foi dissolvida. O grau de “prestígio” do homem do campo foi rebaixado, igualando-se ao do jumento, ou seja, tornou-se nulo, visto que, hoje em dia no semiárido, o jumento não tem valor, foi desprezado. A comparação de Zuca é elucidativa, pois o jumento era bastante valorizado no passado, mas, após a popularização das motocicletas, ele perdeu a posição de principal meio de transporte do interior. Desse modo, Zuca afirma que, no passado, os trabalhadores rurais tinham “prestígio”, porque eles tinham parte do controle da produção de algodão (uma das principais fontes de renda das fazendas). Mas, atualmente, com a interrupção da produção algodoeira, eles

estão desprestigiados, da mesma forma que os jumentos que vagueiam pelo sertão.

Desse modo, para melhor compreensão da “estrutura de prestígio”, que representa a economia do algodão, Zuca coteja o tempo pretérito com os dias de hoje, sobretudo em relação à quantidade de mão de obra nas fazendas:

Hoje, se o patrão quiser um morador, que ele só tenha um filho, que ele seja aposentado, que vá viver lá dentro ganhando qualquer coisinha. Então, é o contrário do passado. No passado, era quanto mais gente melhor. Hoje ninguém quer mais ninguém. Se for tirador de leite, se for um cara que insemine uma vaca, até que ainda vai. Mas se não for, não tem.

Com a interrupção do cultivo do algodão, os moradores não são mais “disputados” pelos fazendeiros. Como os meios de trabalho foram arrancados das suas mãos, o capital simbólico deles caiu, tal como as taxas de produção algodoeira do Nordeste. O “prestígio” agora foi deslocado para os trabalhadores rurais que sabem, por exemplo, inseminar as vacas do patrão. Comparando o tempo presente com o passado, a situação foi invertida: enquanto, “no tempo do algodão”, o número de integrantes da família era um determinante de “prestígio”, hoje família extensa se tornou sinônimo de ônus e os fazendeiros têm por preferência famílias menores e pessoas já aposentadas, que preferem morar no campo e, dessa forma, podem vigiar as fazendas sem custo algum para os proprietários, ou se instalam nelas “ganhando qualquer coisinha”. Em virtude da decadência da cultura do algodão, os proprietários de terra diminuíram o número de moradores sem perderem nenhuma fração de suas terras, por intermédio de uma verdadeira reforma agrária, e, assim, contribuíram para o inchaço urbano das cidades do interior e da capital, pois, no campo, “hoje ninguém quer mais ninguém”.⁷

Desse modo, os moradores que ficaram nas fazendas sofrem com o “desprestígio” atual. Ao confrontarem o passado do algodão, que lhes dava “prestígio”, com o tempo presente, que para eles significa distanciamento da

⁷ Carvalho (1990) aponta o “esvaziamento das fazendas” como uma das causas do fim do neocoronelismo, porque, segundo ela, a passagem do sistema de morada para o assalariamento da mão de obra teria minado a base dos coronéis, que controlavam o voto dos seus moradores. No entanto, defendemos que, além da morada sobreviver ao assalariamento, as práticas responsáveis pelo neocoronelismo sobrevivem no sertão brasileiro, independentemente do sistema de morada.

casa-grande e perda dos meios de trabalho, sentem-se nostálgicos. Ressentem-se da ausência dos fazendeiros e seus familiares nas propriedades; na verdade, eles sentem mais a falta da figura do fazendeiro, do patriarca, porque os fazendeiros sabiam tratá-los de forma paternalista, tal como era exigido pelo código do sertão (sobre essas relações, ver HOLANDA, 1995). É como se aquela estrutura social tivesse desmoronado, embora a reconstruíssem constantemente em suas lembranças.

Para se ter uma ideia disso, o morador Arnaldo relata acidente que seu sobrinho, o morador Fabiano, sofreu no trabalho, ao dizer que, se o seu patrão, Ponciano Azeredo de Furtado, ainda estivesse no comando da fazenda, o tratamento dado a Fabiano teria sido totalmente diferente. Fabiano caiu do trator ao ajudar o tratorista na colheita de capim, e o rolamento do veículo decepcionou sua perna esquerda. E como a fazenda Santa Fé não pagou as cirurgias de Fabiano, Arnaldo chegou a esta conclusão:

Ali foi um desprestígio muito grande. A empresa não fez nada pelo rapaz. Se fosse o dono tinha sido diferente. Ele tinha dado assistência ao rapaz. Foi um desprestígio muito grande...

Arnaldo faz, então, uma crítica aos novos administradores da fazenda Santa Fé, isto é: aos filhos de Ponciano de Azeredo Furtado, pois a relação deles com a fazenda difere totalmente da que o patriarca tinha quando frequentava a Santa Fé. Seus filhos não se interessam pelos negócios rurais que são realizados no semiárido, especialmente porque são poucos lucrativos, e, assim, coloca-os sob a administração de um gerente, visitando, muito raramente, a propriedade rural, que Ponciano tanto amava. Portanto, seus filhos não se compadecem de Fabiano e não fazem nada para ajudá-lo. Tampouco Fabiano procura seus direitos na Justiça. Tudo leva a crer que ele não processa a administração da fazenda porque ele mora de favor na Santa Fé por mais de quatro décadas, e, dessa forma, busca proteger os demais moradores que, além de colegas de trabalho, fazem parte da sua família. Eis, pois, “o tempo do desprestígio”, da dominação do capital, que varre a “estrutura de prestígio” do mapa da região.

Com efeito, o que ainda se mantém da “estrutura de prestígio” são as lembranças dos moradores sobre “o tempo do algodão”. Prestígio esse que, de acordo com os relatos dos moradores, é preciso ser problematizado.

Considerações finais

Realizamos as entrevistas com os moradores e ex-moradores que trabalharam diretamente na produção algodoeira, em Quixeramobim, um dos municípios cearenses que mais produziram algodão. Inicialmente, esse material estava designado somente para a realização de nossa tese de doutorado sobre o sistema de moradores, mas como havia grande riqueza temática a explorar nessas entrevistas, especialmente no tocante ao trabalho na produção algodoeira das décadas de 1970 e 1980 na região, pudemos aproveitá-las para escrever esse artigo sobre a representação dos moradores acerca da economia do algodão. À luz dos escritos de Bourdieu, procuramos demonstrar, por meio dos depoimentos de moradores e ex-moradores, que em suas falas sobressaía a palavra “prestígio”, formando uma “estrutura de prestígio” que, apesar de ser aparentemente mais solidária do que a estrutura social na qual estão inseridos, revela-se, nas contradições de seus testemunhos, uma estrutura cruel na qual estavam submetidos ao princípio da servidão no trabalho. Isto é, buscar os aspectos simbólicos da memória social é de grande valia para a história e as ciências sociais, como demonstra a construção da “estrutura de prestígio” dos moradores que viveram o “tempo do algodão”.

Há entre os moradores entrevistados formas simbólicas comuns de pensamento, cuja base de sustentação está no confronto com as condições sociais do tempo presente, que são antípodas do “tempo do algodão”. Em suas falas, há uma idealização do passado, tendo o algodão como motor da economia regional. Todavia, essa idealização tem limites bem demarcados, pois, no complexo dos seus sentimentos, surgem contradições que são peculiares da formação social que estavam inseridos. Da mesma forma que no “tempo do algodão” havia liberdade, havia escravidão; da mesma forma que, nessa temporalidade criada por eles, davam-lhes autoridade e reconhecimento, sobretudo em relação ao conhecimento empírico da natureza, havia sujeição; e,

da mesma forma que havia moradores “prestigiados”, havia moradores “desprestigiados”. Tais pares opostos coexistem, de forma tensa, na memória social dos moradores sobre o “tempo do algodão”, delimitando assim a sua idealização do passado. Portanto, não foi de nosso interesse explorar os componentes ilusórios de tal memória, como alerta Raymond Williams (1989), principalmente porque conseguimos, por meio dos depoimentos de nossos interlocutores, perceber as contradições dessa formação social, isto é, identificar que, em sua memória, coabitam o “sofrimento de hoje” e o “sofrimento do passado”, ao compreender que a violência simbólica do passado é recompensada em sua memória com o “prestígio” que a economia do algodão concedia aos moradores.

É preciso destacar que a censura que os moradores fazem à economia da região se concentra majoritariamente no tempo atual, na exploração derivada do capitalismo, apesar de não definirem tal exploração como capitalista. Mas é preciso dizer também que a censura do tempo presente tem, tal como a idealização do passado, limites, especialmente por causa da ação do Estado e das políticas sociais de enfrentamento à pobreza. Assim, os direitos trabalhistas assegurados, a valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda são sempre lembrados como conquistas fundamentais para a melhoria de suas condições de vida.

Mas, ao mesmo tempo que eles ressaltam a importância do Estado em sua vida social, reclamam da ausência do patrão na fazenda, pois, no “tempo do algodão”, o patrão sempre estava presente, reforçando portanto os vínculos entre eles, porém o Estado não: “o Estado só ajudava o patrão”. No pretérito, não havia políticas sociais direcionadas a essa população rural, e os lavradores deviam contar apenas com a classe dos proprietários de terra. Dessa forma, a parceria do algodão aproximou fazendeiros e moradores, sendo que estes eram reconhecidos pela classe fazendeira como fundamentais para a economia do algodão. Reconhecimento esse que lhes falta hoje em dia, em razão das mudanças estruturais, mas que não foram capazes de lhes tirar da memória a relação amistosa que devia existir entre eles na parceria do algodão.

O seu mundo ideal seria a reunião da autonomia do processo de trabalho e de uso dos meios de produção que tinham no “tempo do algodão”, com os direitos trabalhistas assegurados e a inserção de uma política social robusta, sem, no entanto, desfazer a cultura do favor, da dependência, que lhes reforçava o “prestígio”. Uma mistura de intervenção do Estado com o reforço da casa-grande, da ordem privada. É, sem dúvida, uma visão de mundo conservadora, mas que não deixa de considerar as transformações sociais que lhes são positivas. Portanto, nem o pretérito, marcado por uma sociedade que violava seus direitos, ainda com resquícios do escravismo (GARCIA JR., 1989), nem o tempo presente, identificado com uma carta ampla de direitos e proletarização, escapam do seu escrutínio. Nesse sentido, a visão de mundo dos moradores lembra Bourdieu (2001), quando o sociólogo defende que há “consciência demais” naqueles que sofrem os efeitos da dominação simbólica.

Referências

- BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BARREIRA, César. *Parceria na cultura do algodão: Sertões de Quixeramobim*. 1977. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 1977.
- BEAUD, Stéphanie; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar os dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRAGA NETO, Edgar. *Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores*. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/24244>. Acesso em: 14 out. 2022.
- BRAGA NETO, Edgar. *O algodão e a “estrutura de prestígio” dos moradores*. 2018. 97 f. Monografia (Graduação em História) – Bacharelado em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais no Brasil. *Ruris*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, 2007.

- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Tradução de Guilherme J. de Freitas Teixeira e Maria da Graça Jacintho Setton. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul, 2010.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (Org.). *O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais*. Campinas: Pontes; Fortaleza: UFC, 1990.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- DAVID, Creusa Checoni. *Abertura comercial, políticas econômicas e exportações brasileiras de algodão*. 2005. 69 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Coordenação do Curso de Pós-Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6599>. Acesso em: 20 out. 2022.
- FURTADO, Celso. *A saga da Sudene*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Ed. de la maison des sciences de l'homme, 1989.
- GARCIA JR., Afrânio Raul; PARPET-GARCIA, Marie-France. Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos: ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p 1-31, 2022. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa30-2_st02. Acesso em: 5 nov. 2022.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Leon Schaffer. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880)*. Fortaleza: SECULT, 1994.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MENDRAS, Henri. *Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris: Armand Colin, 1976.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Introdução. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*, v. 1, São Paulo: NEAD/Unesp, 2008.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza na Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2010.
- PRATA, Flávio da Cunha. *Principais culturas do Nordeste*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 67. edição. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SABOURIN, Eric. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 19, v. 1, p. 5-29, 2011. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/334>. Acesso em: 27 out. 2022.
- SILVA, Marlene Maria da. *Sertão Norte: área do sistema gado-algodão*. Recife: Sudene, 1982.
- SIGAUD, Lygia. A percepção do salário entre os trabalhadores rurais. In: SINGER, Paulo (Org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB; Etene, 1985.
- TEIXEIRA, Jorge Luan Rodrigues. *Na terra dos outros: mobilidade, trabalho e parentesco entre os moradores do Sertão dos Inhamus (CE)*. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1915*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.
- TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1919*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZANINI, Maria Catarina Chitalina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Colonos italianos no Sul do Brasil: reflexões partindo da obra de Bourdieu. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-22, 2022. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa30-2_st04. Acesso em: 19 dez. 2022.

Como citar

BRAGA NETO, Edgar. A estrutura de prestígio dos moradores na reconstrução do ‘tempo do algodão’. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331201, 19 jul. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_01.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

A atuação de governos estaduais na titulação de territórios quilombolas sob o prisma dos instrumentos de ação pública

The state government's role in titling *quilombola* territories, from the viewpoint of public action instruments

 **Adriane Cristina Benedetti¹**

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_02

Resumo: Este artigo volta-se para a análise da titulação de territórios quilombolas, temática que ganhou espaço no meio acadêmico, buscando contemplar um aspecto ainda pouco explorado. De maneira geral, os estudos realizados têm focalizado a ação do Executivo Federal na promoção dos direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombolas, o que acaba por invisibilizar a atuação dos demais entes federados. Em função disso, o presente artigo tem por objetivo analisar a atuação de governos estaduais na titulação de territórios quilombolas fazendo uso de dados obtidos por meio de pesquisa documental e da realização de entrevistas com agentes públicos envolvidos na execução da política. As reflexões seguem a abordagem dos Instrumentos de Ação Pública, entendidos por Lascoumes e Le Galés (2012) como um meio de orientar a relação entre Estado e sociedade, o que permitiu

¹ Professora Adjunta na Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: adriane.benedetti@gmail.com.

apontar os limites e as potencialidades da atuação dos governos estaduais na implementação dessa política pública.

Palavras-chave: comunidades quilombolas; território; governos estaduais.

Abstract: This paper analyzes the process of titling *quilombola* territories. As this topic has gained ground in academia, we consider some aspects which have not yet been widely explored in political studies. Studies have mostly focused on the role of executive branch of Brazil's federal government in promoting land rights for the remaining *quilombola* communities, which overshadows the function of other federated entities. This paper consequently highlights the state government's role in titling *quilombola* territories by using data from documentary research and interviews with public agents involved in implementing this policy. Our reflections follow the public action instrument approach, understood by Lascoumes and Le Galés (2012) as a means of guiding the relationship between state and society; this method allows us to point out both the limits and potential of the state government's actions in implementing this public policy.

Keywords: *quilombola* communities; territory; state governments.

Introdução

No cotidiano da pesquisa, podemos nos deparar com situações nas quais de entrevistadores passamos à condição de interpelados. Foi desta forma que, durante a realização de uma entrevista, defrontei-me com a observação de meu interlocutor referente ao fato de, em geral, as análises sobre a política de titulação de territórios quilombolas centrarem-se no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desviando o olhar dos órgãos encarregados nos governos estaduais.

A observação do meu interlocutor suscitou reflexões, levando-me a lançar um olhar mais apurado sobre os dados existentes. Entre os governos federal, estaduais e administrações municipais, foram expedidos 267 (duzentos e sessenta e sete) títulos até 2021, contemplando 171 (cento e setenta e um)

territórios quilombolas e 17.515 (dezessete mil, quinhentas e quinze) famílias (INCRA/DFQ, 2021).

De acordo com os dados, os governos estaduais foram responsáveis por dois terços do número total de territórios quilombolas titulados no país. Enquanto foram regularizados 42 (quarenta e dois) territórios entre Incra, Fundação Cultural Palmares e Secretaria do Patrimônio da União (SPU), abrangendo uma área de 204.615,6310 hectares, os governos estaduais responderam pela titulação de 121 (cento e vinte e um) territórios por intermédio de seus respectivos órgãos encarregados, compreendendo uma área de 816.185,8772 hectares. Por seu turno, sete territórios foram titulados conjuntamente por órgãos federais e estaduais, ao passo que a titulação de um território ficou a cargo da Prefeitura Municipal de Santarém, estado do Pará (INCRA/DFQ, 2021).

Estes dados reforçam a observação do meu interlocutor de que pouco se fala sobre a atuação dos governos estaduais na titulação de territórios quilombolas, os quais acabam sendo invisibilizados pela centralização dos estudos no Executivo Federal. Em sintonia com a formulação de uma política, a temática quilombola passou a ganhar espaço no meio acadêmico, tendo se constituído um campo de estudos específico sobre os remanescentes de quilombos a partir dos anos 1990. Apesar da intensa produção acadêmica (entre outros, CHASIN, 2009; CARVALHO, 2016; BENEDETTI, 2021), observamos algumas lacunas nos estudos sobre a política pública. Diante disso, indagamos como tem se dado a atuação dos governos estaduais na titulação de territórios quilombolas.

O recorte proposto por este artigo é o de abordar a atuação dos governos estaduais na titulação de territórios quilombolas, buscando mapear os atores sociais envolvidos na sua construção e identificar quais são os limites e as potencialidades. Para tanto, lançamos mão dos aportes da Sociologia da Ação Pública para a análise e compreensão das políticas públicas, fazendo uso da noção de instrumentos de ação pública de Lascoumes e Le Galès (2012). Para os autores, os instrumentos de ação pública configuram um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações específicas entre Estado e sociedade, amparado em uma concepção de regulação, representações e significados. Essa noção possibilita ir além da construção da política, contemplando como ela é

operacionalizada, o que permite ultrapassar as abordagens funcionalistas centradas nos objetivos das políticas públicas e, assim, entender melhor as dimensões invisibilizadas (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012).

São utilizados dados obtidos em órgãos encarregados pela titulação de territórios quilombolas, tanto os disponibilizados de forma aberta quanto aqueles conseguidos com a ajuda da Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio da Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do governo federal, os quais permitiram traçar o quadro atual da política. Buscando trazer os Instrumentos de Ação Pública para o centro da análise, foi também efetuada pesquisa documental em acervos e demais fontes disponíveis em meio eletrônico, assim como entrevistas com agentes envolvidos na implementação da política, tanto presenciais quanto a distância, por meio de canais de comunicação da web.

Para atender aos objetivos do artigo, direcionamos o olhar para o estado do Maranhão, onde foram construídos vários instrumentos normativos sobre a matéria, permitindo que fossem alcançados resultados significativos por parte do governo estadual, cuja introdução de elementos inovadores suscita questões pertinentes para a discussão em torno da política de titulação de territórios que se pretende efetuar.

O texto foi estruturado em três seções, além desta breve introdução e das considerações finais. Partimos do reconhecimento dos direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos na Constituição Federal de 1988 para, em seguida, abordar como se deu a atuação dos governos estaduais na titulação de territórios quilombolas, traçando o quadro atual, com os resultados alcançados entre os distintos entes federados. A partir de tais passos, procedemos à discussão em torno da atuação de governos estaduais, sob o prisma dos Instrumentos de Ação Pública.

O reconhecimento de direitos dos remanescentes das comunidades dos quilombos

A Constituição Federal de 1988 incorporou o Estado como garantidor de direitos. Em seu texto, são reafirmados os direitos originários dos povos indígenas

sobre as terras tradicionalmente ocupadas e reconhecidos, pela primeira vez, os direitos territoriais dos remanescentes das comunidades de quilombos.

Esse reconhecimento faz frente a uma demanda histórica. Além da formação de quilombos, em diferentes regiões brasileiras, a literatura tem reportado espaços de construção de autonomia sob o regime escravista, fruto das complexas redes de relações entre senhores, escravos e libertos, bem como no pós-abolição. Entre os autores que se dedicaram ao tema, *Ciro Flamarion Cardoso* (1987) menciona as práticas de produção própria de escravos aos domingos e em dias santos, denominadas “brecha camponesa”, enquanto *Alfredo Wagner Berno de Almeida* (2011) aponta situações de acampesamento de escravos resultante do declínio da monocultura agroexportadora.

Tais processos deram origem a formas de ocupação territorial que não foram reconhecidas pelos instrumentos legais disciplinadores do acesso à terra. A primeira legislação agrária do pós-Independência, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850), conhecida como Lei de Terras, instituiu a compra de áreas devolutas e impôs o registro formal como único instrumento legítimo de domínio territorial. Sua aprovação ocorreu no contexto da transição do trabalho escravo para o livre, em sequência à Lei Eusébio de Queiroz que proibiu o tráfico de escravizados no país. Deste modo, a Lei de Terras se constituiu em instrumento legislativo que inviabilizava o acesso à terra por parte do negro (TRECCANI, 2006), tendo o controle sobre a propriedade da terra agido na garantia da oferta de mão de obra às fazendas.

A legislação incluiu as terras indígenas, aldeias e vilas no Plano da Lei de Terras, como áreas a serem demarcadas e regularizadas. Com a Constituição republicana de 1891, a demarcação de áreas devolutas passou a ser atribuição dos governos estaduais. Embora estivesse prevista a legitimação de posses pela Lei de Terras, as dificuldades para sua efetivação configuravam um impedimento.² Também não houve medidas para a ratificação de posses oriundas de doação de terra aos escravos via testamento pelos antigos

² O instrumento legal do usucapião para documentação de posses somente foi introduzido no Código Civil de 1916 e referendado na Constituição Federal de 1934.

senhores,³ ou como recompensa por serviços prestados, que se convertesse em registro formal das terras.

Pesquisas realizadas⁴ por Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002) no estado do Maranhão identificaram modalidades de posse da terra caracterizadas pelo viés étnico, como as chamadas “terras de preto”, que se distinguem das formas consagradas pela legislação. Trata-se de uma modalidade de uso comum da terra em que o controle do uso dos recursos é determinado por acordos construídos sob normas específicas e consensuadas no plano comunitário e não pelo grupo doméstico individual (ALMEIDA, 2010).

Outro aspecto elucidado nas pesquisas diz respeito ao fato de essas coletividades negras nem sempre terem origem na fuga e no isolamento, apresentando uma diversidade de “situações sociais” (ALMEIDA, 2011), como aquilombamento, apossamento, compra, doações de áreas em testamento, chamado de “deixa” de terras, ou como recompensa por serviços prestados. Alfredo Wagner de Almeida (2002) evidenciou que o quilombo do Frechal, no Maranhão, se constituiu nas proximidades da casa-grande, estando relacionado à desagregação da grande lavoura de exportação. Nesta direção, Eliane Cantarino O’Dwyer (2004) demonstrou que a identidade étnica de grupos negros formados desde o final do século XVIII nos rios Trombetas e seu afluente Erepecuru-Cuminá, no estado do Pará, não se constituía a partir do isolamento geográfico, mas se deu na relação com outros grupos.

Isso significa que foram as relações com a sociedade envolvente, e não o seu isolamento, que explicam a formação e a resistência destas coletividades, a exemplo das comunidades do Vale da Ribeira, em São Paulo, que estabeleceram uma interação com a sociedade local, repercutindo nas formas de uso e ocupação da terra. No estado de São Paulo, a política de criação de parques estaduais e de construção de hidrelétricas desconsiderou a ocupação centenária de comunidades negras da região, relacionada tanto à fuga quanto à alforria e

³ Conhecido como “deixa” de terras, a doação de áreas pelos antigos senhores aos seus escravos, os quais são também alforriados via testamento, foi recorrente em estados como o Rio Grande do Sul. Partindo dos estudos efetuados por historiadores, Rosane Rubert (2005) levanta a hipótese de que a promessa de alforria constituísse um instrumento de obediência e de amenizar tensões.

⁴ Um dos primeiros estudos sobre comunidades negras rurais foi realizado por Mari Baiocchi, entre o final dos anos 1970 e início de 1980. A autora realizou uma etnografia em bairro rural de negros no município de Mineiros, no estado de Goiás, colocando em evidência a historicidade do grupo, suas práticas sociais e religiosas, entre outros aspectos (BAIOCHI, 1983).

ao abandono da atividade mineradora escrava (ITESP, 2000), vindo a se constituir em elemento catalisador da organização de vários grupos.

Descontínuas e dispersas geograficamente, tais modalidades de posse da terra não foram consideradas pelas categorias censitárias oficiais, segundo aquele autor. Em geral, os moradores das comunidades negras eram classificados institucionalmente como posseiros e, por vezes, constituíam “foco de tensão social” (ALMEIDA, 2002). No entanto, essas disputas por terra se distinguem dos posseiros nas frentes de expansão da fronteira agrícola, tendo em vista não corresponder ao deslocamento para abertura de novas áreas de produção e apresentar fortes vínculos de pertencimento ao território.

Por ação do movimento negro,⁵ que desde a década de 1970 seguia uma trajetória crescente de organização, a regularização fundiária de modalidades de posse da terra, como as “terras de preto”, foi inserida na pauta política. Nos estados do Maranhão e do Pará, foi o movimento negro que tomou à frente na identificação das comunidades negras rurais, denunciando as estruturas desiguais de acesso e posse da terra que se articulam à questão racial (SOUSA, 2016). Por meio do Centro de Cultura Negra (CCN), no Maranhão, e do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), efetuou-se o levantamento de comunidades negras rurais, atividades de pesquisas e de formação política. Naquele primeiro estado, o CCN efetuou o mapeamento das comunidades quilombolas por meio do Projeto Vida de Negro (PVN), que resultou na criação da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Aconeruq), em 1997, dando visibilidade e institucionalidade a esses grupos.

Foi também o movimento negro que articulou uma rede de parceiros políticos em prol do reconhecimento de direitos territoriais. A realização do I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, promovido pelo CCN em 1986, tem sido apontado como o momento no qual foi apresentada a proposta de reconhecimento dos direitos territoriais dessas coletividades (RIBEIRO, 2014).⁶ Essa proposta foi protocolada como Projeto de Lei (PL) pelo

⁵ Por movimento negro se entende a extensa rede de entidades, ativistas, lideranças, políticos e intelectuais que lutam contra a discriminação racial, na perspectiva de movimento social como rede de atores de Mário Diani (1992).

⁶ Ivana Ribeiro (2014) cita um relatório técnico de 1988 que apontava a existência de apenas 70 (setenta) comunidades remanescentes de quilombos, o que teria levado à suposição de uma demanda de regularização fundiária restrita e localizada.

deputado federal Carlos Alberto Caó (Partido Democrático Trabalhista – PDT/RJ), contando com o apoio da deputada federal Benedita da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT/RJ). A articulação pela via legislativa levou à inserção do artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição Federal de 1988, estabelecendo que:

Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 1988, p. 154)

Ao conferir o direito de propriedade aos remanescentes de quilombos, o artigo 68 do ADCT transformou uma categoria histórica em categoria jurídica. Tal fato provocou discussões, pois, se por um lado, o uso do termo remanescente equacionava a descontinuidade das comunidades atuais perante o grupo histórico, por outro, gerava um impasse conceitual, exigindo um esforço interpretativo do texto constitucional. Nesse contexto, a academia foi chamada a contribuir, tendo sido criado o Grupo de Trabalho sobre Terra de Quilombos em 1994, envolvendo o Ministério Público Federal (MPF) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Como resultado das discussões, houve ressignificação do conceito, em que se buscou tecer uma postura crítica à visão estática de quilombo, evidenciando seu aspecto dinâmico, relacional e contemporâneo (LEITE, 2000; O'DWYER, 2002).

Outra discussão se deu no plano normativo, contemplando questões jurídicas e legislativas, haja vista a necessidade de definição da categoria jurídica geradora de direitos sobre o território, além da aplicabilidade do dispositivo constitucional. Levando em consideração que toda política pública envolve instrumentos, impôs-se a questão de como operacionalizar a política de reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas?

Em sintonia com a discussão em torno da formulação de uma política, a temática quilombola ganhou projeção no meio acadêmico, constituindo um campo de estudos específico a partir dos anos 1990. Contudo, a inserção da regularização fundiária dos territórios negros no ADCT acabou conferindo caráter de transitoriedade, além do distanciamento do Capítulo III, que trata da Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária. Entre as possíveis

explicações, apontamos o paralelismo das discussões, associado à dificuldade de visualizar a regularização de posses como medida de reforma agrária, haja vista a desapropriação de terras, considerada forma de enfrentamento ao latifúndio pelos movimentos sociais do campo, ter sido o eixo em torno do qual girou o debate na Assembleia Nacional Constituinte. Somente em 2003, com o lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), é que a titulação dos territórios quilombolas foi inserida no âmbito daquela política (BRASIL, 2005).

Cabe aqui destacar o papel da rede de atores que levou à inserção da regularização fundiária dos territórios dos remanescentes das comunidades dos quilombos na Constituição Federal de 1988. A articulação política das organizações do movimento negro, a atuação da academia e as instituições do Estado tiveram papel fundamental na construção da política pública, que assumiu sentido de reparação histórica, colocando novas questões à análise da relação Estado-sociedade.

A atuação dos entes federados na titulação de territórios quilombolas

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Brasil é uma federação composta pela União, estados, Distrito Federal e municípios. O artigo 18 estabelece que, no âmbito de atuação de cada ente federado, existe a possibilidade de convivência harmônica e o justo exercício do poder, havendo competências que se exercem simultaneamente por mais de um ente sobre a mesma matéria.

No que se refere à regularização fundiária dos territórios quilombolas, a artigo 68 do ADCT estabelece que é dever do Estado emitir os títulos de propriedade aos remanescentes das comunidades dos quilombos, tendo suscitado debate em torno da interpretação do que se entende ser o Estado. Outra questão de debate correspondeu aos Instrumentos de Ação Pública necessários para pôr em prática a disposição constitucional, aqui entendidos como um tipo de instituição no sentido de Douglass North (2018),⁷ que fornece

⁷ North (2018) distingue organizações de instituições, em que estas últimas constituem restrições formais e informais, regulando as interações humanas.

um quadro estável reduzindo as incertezas e estruturando a ação coletiva (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012),

Acompanhando a Constituição Federal, alguns estados incluíram a regularização fundiária dos territórios quilombolas em suas próprias constituições, como Maranhão, Pará, Bahia, Goiás e Mato Grosso, estabelecendo um instrumento legal para atuar na matéria. No caso dos dois primeiros, o artigo que reconhece os direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos compõe o texto principal, ao passo que nos três últimos ele figura no ADCT. Por sua vez, no caso do Rio Grande do Sul e de São Paulo, o respaldo legal foi dado por Lei Ordinária, mesmo sem estar previsto em sua Constituição, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Legislações estaduais sobre a titulação de territórios quilombolas

Unidade da Federação	Instrumento Legal
Bahia	Constituição Estadual da Bahia
Espírito Santo	Lei nº 5.623, de 9 de março de 1998
Goiás	Constituição Estadual de Goiás; Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995; Lei Complementar nº 19, de 5 de janeiro de 1996; Lei nº 13.022, de 7 de janeiro de 1997
Maranhão	Constituição Estadual do Maranhão; Decreto nº 15.848, de 1º de outubro de 1997; Decreto nº 15.849, de 1º de outubro de 1997; Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010; Decreto Estadual nº 32.433, de 23 de novembro de 2016; Instrução Normativa Iterma nº 1, de 16 de março de 2020
Mato Grosso	Constituição Estadual do Mato Grosso; Lei nº 7.775, de 26 de novembro de 2002
Pará	Constituição Estadual do Pará; Decreto nº 663, de 20 de fevereiro de 1992; Lei Estadual nº 6.165, de 2 de dezembro de 1998; Decreto nº 3.572, de 22 de julho de 1999; Instrução Normativa Iterpa nº 2, de 16 de novembro 1999; Decreto nº 4.054, de 11 de maio de 2000; Decreto nº 5.273, de 3 de maio de 2002; Decreto nº 5.382, de 12 de julho de 2002; Decreto nº 713, de 7 de dezembro de 2007; Decreto nº 1.240, de 3 de setembro de 2008
Pernambuco	Decreto nº 23.253, de 15 de maio de 2001
Rio de Janeiro	Decreto nº 25.210, de 10 de março de 1999
Rio Grande do Sul	Lei nº 11.731, de 9 de janeiro de 2002; Decreto nº 41.498, de 25 de março de 2002

São Paulo

Decreto nº 40.723, de 21 de março de 1996; Decreto nº 41.774, de 13 de maio de 1997; Lei nº 9.757, de 15 de setembro de 1997; Decreto nº 42.839, de 4 de fevereiro de 1998; Decreto nº 43.651, de 26 de novembro de 1998; Decreto nº 43.838, de 10 de fevereiro de 1999; Decreto nº 44.293, de 4 de outubro de 1999; Decreto nº 44.294, de 4 de outubro de 1999; Lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999; Lei nº 10.850, de 6 de julho de 2001

Fonte: Iterpa (2009), Iterma (2021) e CPI-SP (2022).

O Quadro 1 traz um panorama dos instrumentos legais que dão respaldo jurídico à atuação em prol dos direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos em 10 (dez) estados. Em sua análise dos pontos em comum entre as distintas legislações, Treccani (2006) destaca o entendimento como obrigação do Poder Público em reconhecer a propriedade e emitir o título em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Outro aspecto apontado pelo autor corresponde à autoaplicabilidade da medida, em que apenas o estado do Maranhão exigiu Lei Complementar. No caso do Pará, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, foi estabelecido o autorreconhecimento e a abertura do processo de titulação do território pela comunidade quilombola, o que veio a ser corroborado, posteriormente, pelo Executivo Federal. Além disso, ele menciona o enquadramento da medida como valorização do patrimônio histórico e social brasileiro; a cláusula de inalienabilidade, presente nas legislações de Goiás, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo; e as diferentes definições de território entre as normatizações que, em geral, se refere aos locais de moradia, aos destinados à sobrevivência física, social e religiosa, com possibilidade de acompanhamento da delimitação pela comunidade.

Por parte do Executivo Federal, as primeiras tentativas de regulamentar a disposição constitucional se deram no ano de 1995, por meio da Portaria nº 307, do Incra, e da Portaria nº 25, da Fundação Cultural Palmares, dissociando-se a identificação da titulação dos territórios quilombolas. Contudo, houve indefinição do órgão competente até 1999, quando foram editadas a Medida Provisória 1911-11, de 27 de maio de 1998 e a Portaria nº 447, de 2 de dezembro desse ano, atribuindo competência à Fundação Cultural Palmares (MÜLLER, 2006). Essas iniciativas redundaram no Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de

2001, que estabelecia a comprovação temporal para fins de reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2001).

Nesta perspectiva, a titulação do território quilombola é tratada como um processo ordinário de usucapião, sem dispor de instrumentos para efetuar a desintrusão da área. Em razão da ocorrência de conflitos pela sobreposição de títulos de domínio de particulares em territórios titulados pela Fundação Cultural Palmares, houve casos em que o Incra acabou abrindo, posteriormente, novo processo de titulação. Em outras situações, a localização em terras públicas estaduais condicionou a titulação de forma conjunta entre a Fundação Cultural Palmares e órgãos estaduais, abarcando uma área de 21.990,6882 hectares (INCRA/DFQ, 2021).

Em decorrência dos questionamentos ao Decreto nº 3.912/2001, foi instituído um GT interministerial⁸ no início do ano de 2003 para rever as suas disposições e propor uma nova regulamentação. As discussões contaram com a participação de lideranças quilombolas do país e de organizações do movimento negro, resultando na assinatura do Decreto nº 4.887, em 20 de novembro daquele ano. O novo decreto trouxe a definição normativa de remanescentes das comunidades dos quilombos, estabelecendo o critério de autoatribuição para fins de identificação de tais coletividades:

[...]

Art. 2º. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. [...] (BRASIL, 2003)

O estabelecimento do critério da autodefinição como elemento central para a identificação e reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos afastou a necessidade de comprovação temporal presente na regulamentação anterior. Esse critério se apoia na identidade construída pela própria comunidade, ao longo de sua trajetória e da relação com outros grupos,

⁸ O Grupo de Trabalho foi instituído via Decreto em 13 de maio de 2003, com a finalidade de rever as disposições contidas no Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001, e propor uma nova regulamentação.

o que se alinha à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

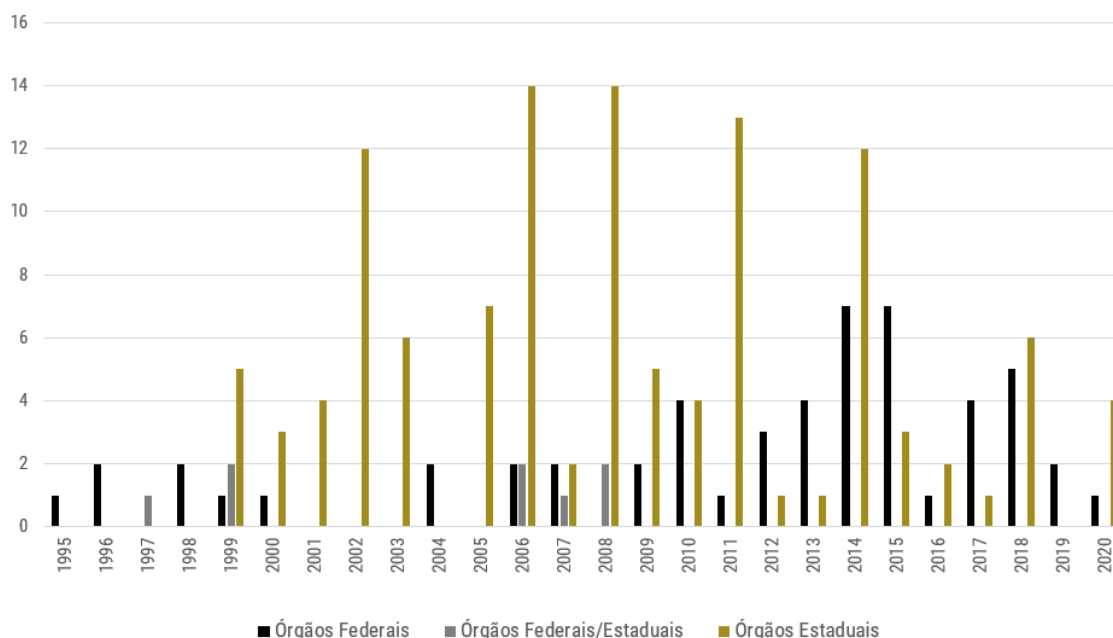
No entanto, o reconhecimento de direitos vinculados à identidade étnica é mediado pelas instituições do Estado, implicando passagem por um rito. Segundo o Decreto nº 4.887/2003, compete à Fundação Cultural Palmares a certificação da comunidade, a partir da autoatribuição identitária, e a respectiva inscrição no Cadastro Geral. O reconhecimento oficial leva à inscrição como sítio de valor histórico-cultural, passando a contar com medidas protetivas por parte do Estado mediante seus Instrumentos de Ação Pública. Por sua vez, o Incra é encarregado do processo de identificação, delimitação, regularização e titulação, sem danos à competência concorrente dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 2003).

Assim, a regulamentação da ação do Executivo Federal na promoção dos direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos não suprimiu a atuação dos governos estaduais. No decorrer da indefinição do órgão competente na esfera federal, os governos estaduais tomaram a iniciativa de atuar na regularização fundiária dos territórios quilombolas, movida, via de regra, pela pressão do movimento negro e do Ministério Público Federal que, em alguns casos, ajuizou Ação Civil Pública. Essa atuação se deu por meio dos órgãos encarregados nas administrações estaduais, como o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), o Instituto de Terras da Bahia (Interba) e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), além do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

De acordo com os dados atuais, os governos federal, estaduais e administrações municipais expediram 267 (duzentos e sessenta e sete) títulos, referentes a 171 (cento e setenta e um) territórios quilombolas, regularizando uma área total de 1.042.794,489,5 hectares, onde vivem 17.515 (dezessete mil, quinhentas e quinze) famílias (INCRA/DFQ, 2021). Ao compararmos esses números com as 3.471 (três mil, quatrocentas e setenta e uma) comunidades certificadas como remanescentes das comunidades dos quilombos no país (FCP, 2021), vemos que existe uma defasagem no processo de titulação desses territórios. O Gráfico 1 permite visualizar a evolução da titulação de territórios

quilombolas pelos órgãos estaduais e federais de 1995 e 2020, cujo momento de maior intensidade foi verificado entre os anos de 2002 e 2014.

Gráfico 1 – Evolução na titulação dos territórios no país (1995-2020)



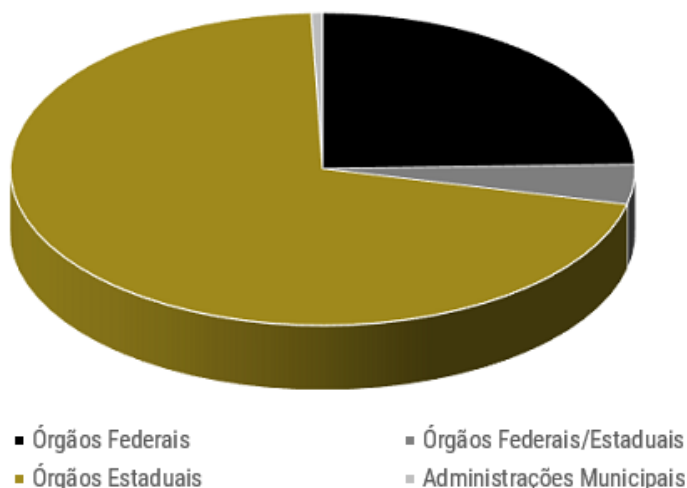
Fonte: Incra/DFQ (2021).

Podemos perceber o predomínio da atuação de órgãos federais na segunda metade da década de 1990, em que a primeira terra de quilombo foi titulada pelo Incra, ao amparo da Portaria nº 307/1995, correspondente à comunidade Boa Vista, no estado do Pará. Treccani (2006) observa que a atuação do órgão foi facilitada pela localização dos territórios quilombolas em terras públicas federais, arrecadadas e registradas pela União.

Já o governo do estado do Pará foi o primeiro a atuar na regularização fundiária de territórios quilombolas no final dos anos 1990, sendo seguido por outras administrações estaduais, por meio dos instrumentos legais apresentados no Quadro 1, e o que emitiu maior número de títulos de domínio em favor dos quilombolas. Assim, durante o período em que houve indefinição do órgão responsável na esfera federal, os órgãos estaduais responderam pelo maior número de territórios titulados no país, quadro que, mesmo com a entrada em cena do Incra, a partir do Decreto nº 4.887/2003, pouco se alterou.

Ao longo do tempo, a atuação dos órgãos encarregados nos governos estaduais se refletiu em sua significativa participação no número total de territórios titulados até o ano de 2021, tal como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição da titulação de territórios quilombolas entre os entes federados



Fonte: Incra/DFQ (2021).

O Gráfico 2 permite visualizar a atuação majoritária dos governos estaduais, os quais foram responsáveis por dois terços dos territórios quilombolas titulados no país até 2021, tendo regularizado uma área de 816.185,8772 hectares (INCRA/DFQ, 2021). Já os órgãos do Executivo Federal responderam pela titulação de 42 (quarenta e dois) territórios, abrangendo uma área de 204.615,6310 hectares entre Incra, Fundação Cultural Palmares e Secretaria do Patrimônio da União. Outros 7 (sete) territórios foram titulados conjuntamente entre órgãos federais e estaduais, enquanto a titulação de um território ficou a cargo da Prefeitura Municipal de Santarém, no estado do Pará. Entre os órgãos estaduais, destacam-se o Iterpa e o Iterma, os quais foram responsáveis, respectivamente, pela titulação de 58 (cinquenta e oito) e 38 (trinta e oito) territórios quilombolas (INCRA/DFQ, 2021).

Importa registrar que a titulação de territórios quilombolas constitui uma atribuição do Estado, mas sem que tenha sido estabelecida competência exclusiva da União. O artigo 18 da Constituição Federal de 1988 determina que,

no âmbito de atuação de cada ente, existe a possibilidade de convivência harmônica e o justo exercício do poder, havendo competências que se exercem simultaneamente por mais de um ente sobre a mesma matéria (BRASIL, 1988). Portanto, não há impedimento para que os governos estaduais atuem na regularização de territórios quilombolas, os quais podem lançar mão de seus instrumentos de ação pública, assunto que será retomado na seção seguinte.

Os instrumentos de ação pública em prol da titulação de territórios quilombolas

Sendo facultado aos governos estaduais atuarem na promoção dos direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, alguns entes federados buscaram respaldo jurídico. Considerando a majoritária participação dos governos estaduais, levantamos a indagação de quais são os instrumentos de que dispõem para atuar na titulação de territórios quilombolas? Como essa política pública é operacionalizada?

Para responder às indagações, lançamos mão da noção de instrumento de ação pública, entendido como dispositivo simultaneamente técnico e social que organiza as relações entre Estado e sociedade. Amparados em uma concepção de regulação, representações e significados que carregam, os instrumentos de ação pública podem ser: i) legislativos e regulamentadores; ii) econômicos e fiscais; e iii) informativos, consultivos e comunicacionais (LASCOURMES; LEGALÈS, 2012). Sua proposição está relacionada à complexificação das questões contemporâneas, como os problemas públicos emergentes e a proliferação de instrumentos para enfrentá-los.

Ainda que focalize a construção da política, a noção de instrumentos de ação pública permite ir além, contemplando como ela é operacionalizada. Essa noção carrega um tom crítico aos modelos de análise das políticas públicas centrados na lógica *top down* ou *bottom-up*, o que faz lembrar a observação do nosso interlocutor, comentada na parte introdutória, de que a centralização das análises sobre a política de titulação de territórios quilombolas no Executivo Federal acaba por invisibilizar a atuação dos governos estaduais.

Na seção anterior, vimos que os órgãos estaduais respondem pela maior parte da titulação de territórios quilombolas no país. Contudo, essa atuação não

é generalizável entre as unidades federativas, haja vista a ausência, em alguns estados, de norma infraconstitucional que regulamente tais procedimentos. Ou seja, alguns estados não dispõem de instrumentos de ação pública, que constituem os meios técnicos através dos quais o Estado coloca as políticas públicas em execução, como leis, decretos e instruções normativas, para proceder à regularização fundiária das terras de quilombos.

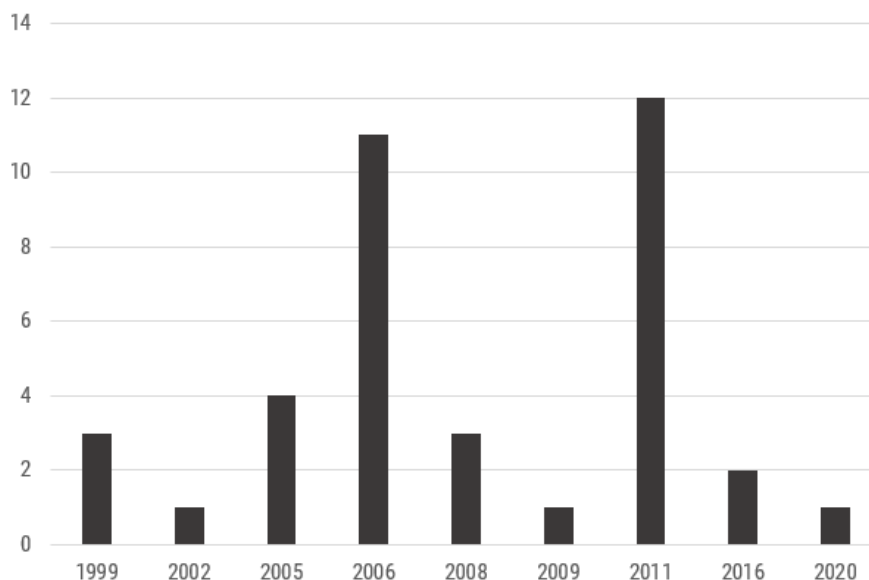
O que potencializa a atuação de governos estaduais na titulação dos territórios quilombolas é a natureza da terra reivindicada, ou seja, o fato de corresponder à terra pública estadual. Nesse caso, por se tratar de terras sob seu domínio, os órgãos estaduais efetuam a arrecadação sumária da área requerida e abrem o processo de regularização, com vistoria e demais procedimentos administrativos. Por tais motivos, a localização em terras devolutas estaduais configura uma das possíveis explicações para o significativo número de territórios quilombolas titulados pelos estados do Pará e do Maranhão, respectivamente, 58 (cinquenta e oito) e 38 (trinta e oito).

Para analisar a atuação dos governos estaduais na promoção dos direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, focalizaremos o estado do Maranhão. No artigo 229 de sua Constituição Estadual, está prevista a atuação do governo estadual na titulação de territórios quilombolas, o que tem respaldo jurídico na Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010 (MARANHÃO, 2010), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.433, de 23 de novembro de 2016 (MARANHÃO, 2016). Por sua vez, a Instrução Normativa (IN) nº 1, de 16 de março de 2020, disciplina os procedimentos para reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas. A norma prevê que a atribuição para atuar na titulação de territórios quilombolas cabe: i) ao Iterma,⁹ quando se tratar de terras públicas estaduais; ii) ao Incra, no caso de terras pertencentes à União, sendo o processo encaminhado a esse órgão; e iii) à celebração de convênio com o Incra em se tratando de terras estaduais e federais (ITERMA, 2021). Esse conjunto de instrumentos legais constitui o meio pelo qual a política é operacionalizada, em que o Gráfico 3 apresenta a evolução da

⁹ O Iterma foi criado pela Lei Estadual nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995, e reestruturado pelo Decreto Estadual nº 17.171, de 15 de fevereiro de 2000, sendo o órgão responsável pela discriminação e arrecadação de terras públicas estaduais.

titulação de territórios quilombolas pelo Iterma entre os anos de 1999 e 2020.

Gráfico 3 – Territórios titulados pelo Iterma (1999-2020)



Fonte: Incra/DFQ (2021).

A primeira titulação ocorreu no ano de 1999, correspondente à comunidade Eira dos Coqueiros, situada no município de Codó. No total, o Iterma titulou 38 (trinta e oito) territórios quilombolas, regularizando 30.449,31 hectares, onde vivem 2.418 (duas mil, quatrocentas e dezoito) famílias (INCRA/DFQ, 2021), em que o momento de maior intensidade correspondeu aos anos 2006 e 2011.

Na visão da secretária adjunta da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial, esse significativo número de territórios quilombolas titulados pelo governo do estado do Maranhão se deve aos seguintes fatores:

[...] Primeiro que a gente tem um movimento quilombola extremamente forte no estado do Maranhão [...], tem uma associação chamada Aconeruq, que é a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, e tem uma atuação direta também da Conaq, da coordenação nacional. Então, além da Aconeruq, ConAQ, tem o Moquibom, que é também um movimento quilombola que cresceu e que nasceu também a partir da, inclusive de uma compreensão que era preciso ter

uma ação mais, mais incisiva com relação aos governos, ao governo federal, ao governo estadual. Então, esse movimento social pressionou o governo, tanto o governo federal quanto o estadual, fazendo ocupações, ocuparam prédios do Incra, bloquearam estradas, estradas de acesso, estradas importantes inclusive para a economia do estado e do país [...] e foi exatamente com esse propósito que era pressionar para que a regularizações fundiárias avançassem, não só o Incra mas também o estado do Maranhão. Então, esse fator é extremamente importante: a organização da sociedade civil que pressionou o governo, tanto a nível federal quanto estadual, para que as regularizações avançassem. A outra questão foi a sensibilização, a compreensão do governo estadual, do gestor, o governador Flávio Dino [...], a compreensão mesmo de que era preciso garantir isso como direito às populações tradicionais quilombolas. E garantindo a titulação garante também a permanência dessas pessoas no território, o trabalho, a sobrevivência. Quer dizer, junto com a política de regularização vem aí várias outras políticas: a garantia de acesso à saúde, por exemplo, no território, com construção, instalação de serviços de saúde, escola, educação [...]. Então, foram esses dois grandes fatores: a organização do movimento social, da sociedade civil, e também a compreensão do gestor público da necessidade de garantir esse direito. (Entrevista concedida à autora pela gestora pública MSG, 2022)

O depoimento anterior evidencia o papel desempenhado pelos movimentos sociais, pressionando o Estado pelo atendimento de suas demandas. Conforme apontado anteriormente, o Pará e o Maranhão foram os estados que “puxaram” as discussões sobre a regularização fundiária dos territórios negros no Brasil e, não por acaso, foi onde a atuação dos governos estaduais mais avançou. Portanto, a construção da política é indissociável da atuação do movimento negro, mobilizando uma rede de parceiros políticos para que uma demanda histórica fosse acolhida pela Constituição Federal de 1988 e transformada em ação pública.

Outro fator destacado pela interlocutora corresponde à ocupação de espaços de participação política pelos quilombolas, como Conselhos. A partir da redemocratização do país, houve proliferação de instrumentos consultivos,

diversificando as formas de gestão na medida em que constituem instâncias de tomada de decisão sobre políticas públicas. Sua fala reforça as considerações de Lascoumes e Le Galès (2012),¹⁰ para quem a ação civil pública resulta da articulação entre a transformação da sociedade e a regulação política.

Por sua vez, a receptividade da estrutura estatal às demandas dos movimentos sociais também é um fator apontado pela interlocutora. A legitimação de um determinado grupo social perante o Estado pode repercutir na forma de instrumentos normativos para respaldar a atuação do Poder Público. Tal fato sinaliza mudança na relação entre governantes e governados (CHARLOTTE; LASCOUMES; LE GALÈS, 2021) que, na presente situação, reside na emergência do quilombola como sujeito político.¹¹ Essa receptividade, contudo, é seletiva e variável conforme o ciclo político, podendo se alternar de acordo com a correlação de forças políticas que dá sustentação ao governo estadual.

A proximidade dos movimentos sociais em relação ao aparato do governo estadual também foi apontada pela coordenadora da Comissão de Territórios Tradicionais no Iterma em sua visão sobre a atuação do órgão na titulação de territórios quilombolas:

[...] Então, um ponto que eu vejo e eu sempre falo isso nas comunidades, é que o avanço na política se dá por muito esforço do movimento social, que cobra os órgãos do estado, que tem um maior acesso a, não sei se você for comparar o acesso ao corpo técnico dos estados, ele é mais fácil também. Acho que isso facilita, porque qualquer discussão a nível nacional você não tem uma representatividade muito grande prá você se fazer ser ouvido, fazer chegar um Projeto de Lei, fazer chegar a conseguir agenda com deputados federais e com as Comissões do Congresso, enfim. Então, aqui eles estão muito mais próximos do corpo político do estado e conseguem dialogar com uma facilidade. Então, houve um movimento ali entre 2009 e 2010 para sair a Lei nº 9.169 e de um lado houve um aporte de recursos de investimentos que ele teve nesse período em que a Lei foi

¹⁰ O modelo de análise da ação pública proposto por Lascoumes e Le Galès (2012) possui cinco variáveis-chave que permitem a análise de cada uma delas e suas interações: atores, representações, processos, resultados e instituições, configurando um esquema pentagonal. A abordagem dos Instrumentos de Ação Pública rompe com a perspectiva estadocêntrica e unipolar, inaugurando um modo de agir multipolar no qual o Estado é mais um ator, necessitando integrar-se em rede (SILVA, 2012).

¹¹ Faz-se uso da noção de sujeito político de Michel Foucault (2006), a qual vai além de sujeito portador de direitos, contemplando atuar e se situar no mundo, e se constitui em uma trama de relações de poder.

instituída e o governo estadual também fez um aporte financeiro para titular. A gente vai ver um bom número de titulações em 2011, 2012 saiu um número significativo [...]. (Entrevista concedida à autora pela gestora pública ASL, 2022)

Nossa interlocutora ressalta o papel desempenhado pelos movimentos sociais, pressionando o Estado para que ocorram avanços na política pública, indo ao encontro do depoimento anterior. Ela destaca a maior proximidade dos movimentos sociais perante a estrutura estatal no plano estadual que, no caso do Maranhão, se refletiu na instauração de um instrumento consultivo no âmbito da política. A criação da Mesa Quilombola para as Questões Agrárias e Fundiárias no Iterma, em 2018, abriu espaço para discussão com vistas a repensar a política da regularização fundiária dos territórios quilombolas a cargo do governo estadual. Outro aspecto mencionado, que se soma ao depoimento anterior, diz respeito à presença ativa de lideranças quilombolas nos espaços de participação política como Conselhos. Tais apontamentos convergem com as considerações de Le Galès (2011), para quem a abordagem dos instrumentos de ação pública pode ser útil na análise de mudanças na ação do Estado, tornando-o mais participativo e receptivo a demandas da sociedade civil.

Contudo, se os governos estaduais estão mais próximos dos movimentos sociais, também o estão em relação a grupos políticos que lhes são oponentes, de forma que a pressão do movimento social e a receptividade da cúpula estatal podem não ser suficientes para pôr as políticas públicas em prática. Efetuando um paralelo com o Rio Grande do Sul, verifica-se que a pressão do movimento negro e a receptividade do governo estadual em determinados momentos não foi suficiente. Apesar de dispor de uma legislação específica, não se efetivou a regularização fundiária dos territórios quilombolas pelo governo estadual, cuja ação se restringiu à elaboração de laudos antropológicos mediante convênio com a Fundação Cultural Palmares no início dos anos 2000. Posteriormente, na gestão de Tarso Genro (2011-2014), foi aventada a possibilidade de reedição do decreto que regulamenta a atuação do governo estadual na titulação de territórios quilombolas, alinhando-o ao Decreto nº 4.887/2003, sem, contudo, ter avançado. Uma das hipóteses explicativas reside na ocorrência de conflitos envolvendo quilombolas e agricultores familiares (BENEDETTI, 2020), em que

estes últimos integravam a base de sustentação política do governo estadual naquele momento. Desta forma, a efetivação (ou não) dos instrumentos de ação pública pode explicitar relações de poder, em que grupos com maior poder e legitimidade no Estado são os que conseguem negociar suas pautas.

Se a pequena extensão da área reivindicada facilita a ação do Estado na regularização fundiária desses territórios, também constitui um fator limitante por assegurar a moradia mas não as condições mínimas de sobrevivência das famílias. Dos 38 (trinta e oito) territórios titulados pelo Iterma, a maior parte possui área inferior a 500 hectares (INCRA/DFQ, 2021). Outro aspecto diz respeito às situações nas quais a atuação dos órgãos se restringiu à ação regularizatória de posses, sem efetuar a desintração do território, conforme apontado por um técnico do Incra:

[...] Nessa época [início dos anos de 2000], as áreas que foram regularizadas no Brasil, a sua maioria, foi pelos estados e pela Fundação Cultural Palmares. No caso da Fundação Cultural Palmares foi um caos, porque ela não fazia a desintração. No caso dos estados, o que aconteceu? Os estados regularizaram as áreas que não tinham conflito, que não era preciso desapropriar [...]. (Entrevista concedida à autora pelo gestor público SHSL 2018)

De acordo com o depoimento anterior, durante determinado período a regularização fundiária dos territórios quilombolas esteve a cargo da Fundação Cultural Palmares e dos órgãos encarregados nos governos estaduais, mas sem que fosse efetuada a desintração do território. A desintração do território quilombola constitui, para Treccani (2006), a principal dificuldade enfrentada pela política, tendo em vista as situações de sobreposição de títulos de domínio de particulares e os potenciais conflitos que pode acarretar.

Esta questão também foi observada por uma gestora do Iterma, segundo a qual foi justamente o fato de os processos de titulação a cargo do governo estadual estarem considerando apenas as áreas de ocupação mansa e pacífica pela comunidade quilombola que suscitou críticas de lideranças por não estar sendo observada a integralidade do território. A desapropriação de terras está

prevista no artigo 13 do Decreto nº 4.887/2003,¹² o que leva à anulação de títulos de domínio e à remoção de ocupantes não quilombolas com vistas a restituir áreas perdidas mediante processos de expropriação territorial.

A desapropriação de terras de particulares requer instrumentos legais que disciplinem os procedimentos, motivo pelo qual representa um desafio à atuação dos governos estaduais na regularização fundiária dos territórios quilombolas. Neste sentido, o estado do Maranhão apresentou uma inovação ao estipular a desapropriação por interesse social no instrumento normativo que disciplina o processo de titulação de territórios quilombolas. Trata-se do artigo 17 da IN nº 1/2020, que prevê o procedimento desapropriatório quando incidir título de domínio de particulares no território quilombola, alinhando-se ao Decreto nº 4.887/2003 do Executivo Federal. Outra mudança consta no artigo 18 da IN nº 1/2020 que, diferente daquele Decreto, não prevê indenização a títulos de domínio de quilombolas, mas sua incorporação à titulação coletiva por meio de doação à comunidade. A norma foi posta em prática por meio do Decreto Estadual nº 37.557, de 31 de março de 2022, que trata da regularização do Território Quilombola Sesmarias do Jardim, formado pelas comunidades de Bom Jesus, Patos e São Caetano, no município de Matinha (MARANHÃO, 2022).

De acordo com a gestora do Iterma, a IN nº 1/2020 é bem mais simplificada se comparado à IN 57/2009 que disciplina os procedimentos para a titulação de territórios quilombolas por parte do Incra, mas sem negligenciar os conteúdos necessários para dar respaldo jurídico. Isso aponta a dimensão política da escolha dos instrumentos efetuada pelos atores, que são portadores de valores e ideias exercendo influência na escolha. Os instrumentos de ação pública não são dispositivos neutros, mas portadores de valores e representações, segundo Lascoumes e Le Galès (2012), expressando uma determinada visão sobre o problema social que, neste caso, diz respeito ao reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas. Portanto, ao prever o procedimento desapropriatório, a IN nº 1/2020 sinaliza mudança na política pública e a

¹² A desapropriação de terras constitui um ponto polêmico, tendo embasado um dos argumentos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 movida contra o Decreto nº 4.887/2003. A ação foi julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal, cujo entendimento foi de que a desapropriação para a regularização fundiária quilombola configura interesse social, nos termos do artigo 5º da Constituição Federal, com fundamento nos artigos 215, 216 e 68 do ADCT (BRASIL, 2021).

capacidade da autoridade política orientar a ação pública (CHARLOTTE; LASCOUMES; LE GALÈS, 2021) em prol desse grupo social.

De forma distinta da desapropriação para fins de reforma agrária, definida como prerrogativa da União pelo artigo 184 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a desapropriação por interesse social é uma competência concorrente entre os entes federados. Ou seja, não constitui uma atribuição exclusiva da União, sendo que tanto os estados quanto municípios podem dispor de instrumentos legais que respaldem os procedimentos. Como aponta Treccani (2006), o artigo 68 do ADCT deve ser interpretado à luz dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, em que se ampliou o entendimento de patrimônio cultural brasileiro, abarcando o material e o imaterial, e foram estabelecidas medidas protetivas por parte do Estado. Assim, o instituto da desapropriação encontra respaldo no próprio texto constitucional, no qual o artigo 216 estipula a proteção ao patrimônio cultural brasileiro, como os sítios de valor histórico-cultural, inclusive por meio de desapropriações (CONSTANTINO, 2014).

Uma vez assegurado o respaldo jurídico, coloca-se outro desafio aos governos estaduais. Além dos instrumentos legais, deve-se dispor de instrumentos de ordem econômica, como a previsão de recursos orçamentários para arcar, quando necessário, com a desintrusão do território, aspecto apontado pela gestora do Iterma como um fator limitante à atuação dos governos estaduais. Como a desintrusão implica anulação de títulos de domínio e remoção de ocupantes não quilombolas, requer o pagamento de indenizações por benfeitorias e terra nua. Tal aspecto assume importância em virtude da possibilidade de ocorrência de disputas por terra envolvendo os quilombolas e da necessidade de assegurar a integralidade do território.

Do que foi exposto, verifica-se a importância dos governos estaduais disporem de instrumentos de ação pública para promover o direito à propriedade dos remanescentes das comunidades dos quilombos e, quando existentes, de condições para colocá-los em prática, seja do ponto de vista político (diante das oligarquias), bem como econômico (recursos financeiros). Portanto, além dos instrumentos de ação pública de caráter legislativo e regulamentador, os governos estaduais também precisam dispor de meios econômicos para implementar a política pública.

Considerações finais

Este artigo esteve voltado para a institucionalização da titulação de territórios quilombolas no país, focalizando a atuação de governos estaduais. Considerando que toda política pública envolve instrumentos para sua implementação, buscamos trazer a titulação de territórios quilombolas para o centro da análise, abordando os instrumentos de que os governos estaduais dispõem.

Neste sentido, a Sociologia da Ação Pública, a qual se insere na análise e compreensão das políticas públicas (SILVA, 2012), apresentou importantes contribuições, possibilitando preencher algumas lacunas das abordagens tradicionais. A noção de instrumentos de ação pública, entendida como um meio de orientar a relação entre Estado e sociedade por Lascoumes e Le Galès (2012), permitiu focalizar a construção da política, contemplando como ela é operacionalizada. Cada instrumento porta um conteúdo cognitivo, significados e intencionalidades, sendo ilusório pensar em uma racionalidade técnica “pura” das políticas públicas.

Embora os instrumentos de ação pública ainda sejam pouco mobilizados nos estudos realizados, podem contribuir na análise de mudanças na ação pública, sobretudo no que se refere aos fenômenos de recomposição do Estado. A abordagem permitiu apontar as potencialidades para a atuação de governos estaduais na titulação de territórios quilombolas, como as terras sob seu domínio, e os seus limites, a exemplo da ausência de norma infraconstitucional que dê respaldo jurídico e da previsão orçamentária para efetuar a desapropriação de áreas de particulares sobrepostas ao território quilombola. Isso abre a possibilidade de complementaridade entre a atuação do Executivo Federal e dos governos estaduais na promoção dos direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, em que estes últimos podem dispor de seus Instrumentos de Ação Pública.

Agradecimentos

A autora agradece ao professor Aniceto Cantanhede Filho, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); à Maria do Socorro Guterres, da Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial; à Anny da Silva Linhares, do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão; e a Sebastião Henrique Santos Lima, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pelo fornecimento de informações que foram fundamentais para a elaboração do artigo. Contudo, ressalta que o conteúdo do texto é de sua inteira responsabilidade.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. *In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002. p. 43-81.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *In: DELGADO, Nelson Giordano (Org.). Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília: MDA/Condraf, 2010. p. 104-136.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. *In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombolas e as novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011. p. 56-88.
- BAIOCCHI, Mari de Nasare. *Os negros do Cedro: um estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás*. São Paulo: Ática, 1983.
- BENEDETTI, Adriane Cristina. “Quando se fala em terra”: a constituição de arena pública em torno da titulação de territórios quilombolas no Rio Grande do Sul. 2020. 254 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213170>. Acesso em: 20 maio 2022.
- BENEDETTI, Adriane Cristina. Entre avanços e bloqueios: uma análise da política de titulação de territórios quilombolas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 699-726, 2021. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-3_08_quilombola. Acesso em: 18 ago. 2022.

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 fev. 2022.
- BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001*. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3912.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 12 maio 2012.
- BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Brasil, 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 24 fev. 2022.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Edição Especial para o Fórum Social Mundial 2005. Brasília: NEAD/IICA/MDA, 2005.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Inteiro Teor do Acórdão ADI 3239*. Brasil, 2021. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARVALHO, Ana Paula Comin de. Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 131-157, 2016.
- CHARLOTTE, Halpern; LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. As abordagens a partir dos Instrumentos de Ação Pública. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick (Orgs.). *Sociologia Política da Ação Pública: teorias, abordagens e conceitos*. Tradução da Escola Nacional de Administração Pública. Brasília: Enap, 2021. p. 31-59.
- CHASIN, Ana Carolina da Matta. 20 Anos de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas: um balanço da implementação do direito à terra estabelecido pela Constituição Federal de 1988. *Política Hoje*, Recife, v. 18, n. 2, p. 158-183, 2009.

- CPI-SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo. *Legislação Estadual*. 2022. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/leis/legislacao-estadual/>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- CONSTANTINO, Giuseppe Luigi Pantoja. Do regime jurídico de proteção das comunidades quilombolas. *Conteúdo Jurídico*, Brasília, 30 set. 2014. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/41075/do-regime-juridico-de-protecao-das-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- DIANI, Mario. The concept of social movement. *The Sociological Review*, [s.l.], v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. Curso dado no Collège de France (1981-1982). Edição estabelecida por Frédéric Gros sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FCP – Fundação Cultural Palmares. *Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) atualizadas até a Portaria nº 88/2021*, publicada no DOU de 01/04/2021. Disponível em: www.palmares.gov.br/quilombolas, Acesso em: 7 maio 2021.
- ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. *Negros da Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. 2. ed. São Paulo: Itesp, 2000.
- ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão. *Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas no estado do Maranhão: Legislação estadual, perguntas e respostas*. São Luís: Iterma, 2021.
- ITERPA – Instituto de Terras do Pará. *Territórios Quilombolas*. Belém: Iterpa, 2009.
- INCRA/DFQ – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Divisão de Identificação e Reconhecimento de Territórios Quilombolas. *Pedido de acesso à informação via Fala.BR*. Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (<https://falabr.cgu.gov.br/publico>), sob Protocolo 21210.011506/2021-81. Acesso em: 16 set. 2021.
- LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A Ação Pública a bordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 18, p. 19-44, 2012. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331>. Acesso: 2 maio 2022.
- LE GALÈS, Patrick. Policy instruments and governance. In: BEVIR, Mark. *The Sage Handbook of governance*. Berkeley: Sage, 2011. p. 1-18.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. *Etnográfica*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2769>. Acesso em: 3 jun. 2022.

- MARANHÃO. *Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010*. Dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências. São Luís: Governo do Maranhão, 2010. Disponível em: <https://cpisp.org.br/lei-n-o-9-169-de-16-de-abril-de-2010/>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- MARANHÃO. *Decreto nº 32.433, de 23 de novembro de 2016*. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, e dá outras providências. São Luís: Governo do Maranhão, 2016. Disponível em: <https://cpisp.org.br/decreto-no-32-433-de-23-de-novembro-de-2016/>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- MARANHÃO. *Decreto nº 37.557, de 31 de março de 2022*. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território Quilombola Sesmarias do Jardim, composto pelas comunidades de Bom Jesus, Patos e São Caetano, localizado no Município de Matinha-MA, e dá outras providências. São Luís: Governo do Maranhão, 2022.
- MÜLLER, Cíntia Beatriz. *Comunidade remanescente de quilombos de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção de significado da identidade jurídico-política de “remanescente de quilombo”*. 2006. 285 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10253>. Acesso em: 5 set. 2022.
- NORTH, Douglass. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. *In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 13-42.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Territórios negros na Amazônia: práticas culturais, espaço memorial e representações cosmológicas. *In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). Significados da terra*. Brasília: Editora da UnB, 2004. p. 181-208.
- RIBEIRO, Ivana de Pinho. *Titulação de territórios quilombolas: a reação da Bancada Ruralista*. 2014. 136 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2286867. Acesso em: 3 jun. 2022.
- RUBERT, Rosane Aparecida. *Comunidades Negras Rurais do Rio Grande do Sul: um levantamento socioantropológico preliminar*. Porto Alegre: RS Rural; Brasília: IICA, 2005.

- SILVA, Alessandro Soares da. *A Ação Civil Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas*. Maceió: Editora da UFAL, 2012.
- SOUSA, Igor Thiago Silva de. *Processos de Mobilização Quilombola: a ACONERUQ e o MOQUIBOM no Maranhão*. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180879>. Acesso em: 8 jul. 2022.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. *Terras de Quilombo: Caminhos e entraves no processo de titulação*. Belém: Secretaria Executiva de Justiça, 2006.

Como citar

BENEDETTI, Adriane Cristina. A atuação de governos estaduais na titulação de territórios quilombolas sob o prisma dos instrumentos de ação pública. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331202, 28 jul. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_02.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Ruralidade quilombola e a constituição das condições de habitabilidade nas paisagens multiespécies do extremo norte do Espírito Santo, Brasil

Quilombola rurality and creating habitability in multispecies landscapes in the extreme north of Espírito Santo, Brazil

 **Gustavo Rovetta Pereira**¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_04

Resumo: O artigo aborda as formas por meio das quais os quilombolas do Sapê do Norte, no extremo norte do Espírito Santo, Brasil, constituíram as paisagens multiespécies da região, mediante uma ruralidade característica, baseada numa habitação coletiva das terras entre membros das comunidades, da caça, coleta, pesca e de uma forma característica de agricultura. Tais formas de constituição das paisagens do Sapê do Norte mantinham a permanência e a reprodução das famílias quilombolas, bem como proporcionavam a manutenção das condições de habitabilidade de outras espécies, como a permanência das florestas, dos solos e o da reprodução do ciclo das águas, tal qual, deram origem a novas variedades de plantas e animais.

Palavras-chave: habitabilidade; paisagens multiespécies; comunidades quilombolas.

¹ Doutorado em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: gustavorpcso@yahoo.com.br.

Abstract: The article discusses the ways in which the *quilombolas* of Sapê do Norte, in the extreme north of Espírito Santo, Brazil, shaped multispecies landscapes in this region through a distinctive rurality based on shared inhabitation of land by community members, hunting, gathering, fishing, and a distinctive form of agriculture. These methods that shaped the landscapes in Sapê do Norte allowed the *quilombola* families to remain in this region and continue this way of life while also making it possible for other species to live in this area; for example, maintaining the forests, soils, and water cycle gave rise to new varieties of plants and animals.

Keywords: habitability; multispecies landscapes; *quilombola* communities.

Introdução

Em 2020, durante uma audiência virtual para expandir os monocultivos de eucalipto no “Sapê do Norte”, no Espírito Santo, que serviriam como matérias-primas para a celulose branqueada da Suzano S.A, ouvi de um pesquisador da área das ciências agrárias e professor da Universidade Federal do Espírito Santo a seguinte colocação: “Os eucaliptos causam danos na bacia hidrográfica, mas, não muito mais que as pastagens.” O apontamento em questão, ao defender a continuidade e a expansão dos monocultivos, é importante para compreender a busca contínua por invisibilizar as ontologias quilombolas e os seus desdobramentos nas paisagens da região. Este é um aspecto significativo do processo de conversão, nos últimos sessenta anos, de um grande território quilombola florestado e habitado por milhares de famílias naquilo que passou a ser conhecido, entre ativistas quilombolas e não quilombolas, como “deserto verde”.

A busca por invisibilizar populações que têm formas coletivas de habitação dos territórios e paisagens, principalmente as não brancas, é parte significativa das estratégias de colonização dos territórios e das paisagens ao longo do Sul global. Diversos autores(as) caracterizaram essa prática como a produção de “vazios demográficos”, parte das estratégias para a expansividade colonial (FU KIAU, 2001; DARÉ, 2010; CAMANA; ALMEIDA, 2019). No caso do Sapê do Norte, a produção dos vazios demográficos juntou-se à retórica do “reflorestamento”

para justificar a implantação de monocultivos de eucalipto, tratados pelos proponentes, o Estado e a indústria de celulose, como florestas. Além disso, houve o não reconhecimento dos direitos territoriais das famílias quilombolas e a expulsão de boa parte.

Este trabalho pretende se contrapor à sistemática espoliação das ontologias quilombolas do Sapê do Norte, como elementos constituintes das paisagens multiespécies da região. Para isso, abordarei as formas por meio das quais os quilombolas se estabeleceram nas florestas do Sapê do Norte, nos últimos sessenta anos, aproximadamente. Isto sem dissociar tais formas das condições sócio-históricas de produção de uma ruralidade quilombola nos ambientes.

O presente estudo é o resultado da tese de doutorado em desenvolvimento rural intitulada *Na batida do acauã, se não termina hoje, termina amanhã* (PEREIRA, 2022), realizada entre 2018 e 2022. A pesquisa analisou as formas de permanência dos quilombolas do extremo norte do Espírito Santo perante a colonização e o Estado. Também acompanhou os projetos e práticas ligados à agroecologia e o desenvolvimento rural de João Batista, quilombola de Angelim 1, uma das comunidades do Sapê do Norte.

Usei a abordagem dos desenhos ontológicos de Arturo Escobar (2016, 2018), que compreende a construção de mundo dos povos, além de capturas e/ou contextualizações filosóficas e/ou cosmológicas, mas de uma perspectiva multidimensional. Isto é, tendo em conta toda a diversidade de formas de defesa e reconfiguração dos territórios pelas comunidades indígenas e camponesas perante a modernidade colonial.

Também foi proposta uma abordagem sobre o desenvolvimento rural que não focasse apenas na relação entre famílias agricultoras, com acesso à terra e a sociedade de mercado, na estruturação de sistemas alimentares. O desenvolvimento rural é, portanto, considerado parte de uma ontologia política voltada à construção de mundos, ou seja, formas de os povos criarem projetos e expectativas em relação aos seus territórios de vida (HAESBAERT, 2020) e de pensarem a futuralidade (ESCOBAR, 2016) das comunidades.²

² O conceito de “futuralidade” está ligado à abordagem dos desenhos ontológicos de Arturo Escobar (2016, 2018), que se concentra na produção de pesquisas sobre as formas de defesa, configuração e reconfiguração das comunidades camponesas diante do recrudescimento da modernidade colonial. Tais formas incluem sistemas

Os ambientes e/ou paisagens são considerados neste texto como tendo o mesmo significado analítico³, tratados como “sistemas abertos” (INGOLD, 2000). São consequências das múltiplas interações entre organismos humanos e não humanos, bem como de fatores bióticos e abióticos, como relevo, altitude, dentre outros. Além disso, esses elementos ou componentes interferem na forma dos ambientes e nas possibilidades que esses ambientes vão oferecer para o desenvolvimento da criatividade ontológica dos organismos, dentre eles os humanos (TSING, 2019).

A partir da perspectiva que guia este texto, as relações entre os povos/sociedades/ontologias humanas e o ambiente/paisagem são entendidas como subprodutos da multidimensionalidade das construções de mundo dos povos. Ou seja, da interação entre a religião, a política, a economia, as relações de poder, as disputas e conflitos, as formas de conhecimento e a filosofia. Tal abordagem é diretamente inspirada na forma como Arturo Escobar (2010, 2016, 2018) e Anna Tsing (2019) contextualizaram, em suas análises, a questão ambiental e a virada ontológica desde as ciências sociais.

Mesmo me utilizando das contribuições de Tsing, este texto se localiza mais próximo de uma perspectiva interdisciplinar da etnoecologia e da agroecologia, no sentido de análise das práticas e conhecimentos das populações camponesas e seus efeitos ambientais, do que dos estudos e pesquisas focados nas “etnografias multiespécies ou multiespecíficas”. Julgo que a forma da autora abordar as relações entre espécies e a constituição das paisagens, origina conceitos híbridos interdisciplinares, no limiar entre as ciências sociais e a ecologia, profícuos e menos especializados para a compreensão das relações sociedade e ambiente, que podem ser usados como conceitos alternativos e/ou em diálogos com as ciências mais especializadas, a exemplo da antropologia e a ecologia.

Isto posto, este texto analisa como os quilombolas contribuíram para a formação das paisagens do Sapê do Norte, sobretudo antes da década de 1960,

produtivos sustentáveis, parcerias e organizações entre movimentos sociais, organizações não governamentais e pesquisadores(as), novos processos de educação, lazer e trabalho.

³ A paisagem, como elaborada por Anna Tsing, tem o mesmo sentido da categoria ambiente, abordada pelos trabalhos do campo sociologia da questão ambiental (ALMEIDA, 2016), em que as dinâmicas sociais, culturais/ontológicas, conflitos, disputas e desigualdades estão contidas.

quando tinham autonomia sobre os territórios e as paisagens da região, algo que mudou com a colonização pela indústria de celulose e o Estado. Para isso, foi fundamental a operacionalização dos conceitos de paisagens, assembleias e coordenações, na forma como foram concebidos por Tsing (2019), para explicar os processos e agências e seus efeitos na constituição das paisagens multiespécies.

Na pesquisa, tive a oportunidade de conhecer algumas comunidades quilombolas do Sapê do Norte, seus membros, ouvir histórias, testemunhar e participar de parte das suas formas de habitação, sobretudo nos quilombos de Angelim 1, Linharinho, São Domingos e Cantagalo. Entre os vários sujeitos das comunidades, os principais interlocutores foram João Batista, seu pai Sr. Getúlio e a sua mãe Dona Dolores, todos nascidos e criados no território do Quilombo de Angelim 1. João Batista atualmente faz parte da seção estadual da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Sr Getúlio é um agricultor e Dolores, falecida em abril de 2020, era agricultora, benzedeira, quer dizer uma das lideranças espirituais das comunidades. Os estudos foram realizados nos anos de 2018 a 2022, em diferentes momentos, totalizando seis meses de observação participante ao longo das trajetórias do Sapê do Norte. Isto, somado a diferentes momentos de interlocução via mensagens, ligações telefônicas, troca de mensagens por e-mail e redes sociais.

O sapê do norte como produto da ruralidade quilombola

As comunidades quilombolas brasileiras são organizações socioterritoriais-ambientais do seu próprio gênero, um desdobramento indissociável da colonização de boa parte dos territórios da África e da América do Sul pelos europeus. Os quilombos brasileiros podem ser divididos em três momentos históricos: durante a escravidão, após o fim formal da escravidão e a partir da Constituição de 1988.

Durante a escravidão, os quilombos eram considerados praticamente qualquer grupo de pessoas negras que se opunham ou desenvolviam formas de organização alternativas à ordem colonial. Isto, desde um grupo de poucas pessoas até coletivos maiores, como assentamentos e/ou comunidades.

Muitos quilombos se situavam em terras indígenas, assim como mantinham ligações com essas comunidades e com a sociedade colonial (GOMES, 2015; GOMES; REIS, 2016).

No final do século XIX, os quilombos tornaram-se um reflexo direto da Lei de Terras de 1850, ou seja, da proibição da posse formal de terras pelo uso, como era costume até então. Dessa forma, os despossuídos não tinham mais acesso formal à terra, ficando apenas com as lacunas perante o interesse dos grandes proprietários, próximos do governo ou eles mesmos os governantes e os aplicadores das leis (LINHARES; SILVA, 1999; MEDEIROS, 2015).

A condição quilombola se relaciona à constituição da sociedade-nação brasileira como uma formação social antagônica, tendo em vista que não houve política de acesso a terras para as populações negras depois do fim formal da escravidão. Ao contrário, iniciou-se um processo de perseguição às ontologias negras em sua diversidade, o que, sobretudo, resultou no genocídio das populações negras brasileiras nos centros urbanos nascentes (NASCIMENTO, 1978). Situação atrelada à política de embranquecimento do Brasil, que permitiu o acesso a terras por imigrantes italianos e alemães, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país (CELIN, 1984).

No Sapê do Norte a história não diferiu, os quilombos atuais são desdobramentos dos quilombos históricos de Zacimba Gaba, Negro Rugério e Benedito Meia-Légua. Personagens de muitas insurgências negras de séculos atrás e de ocupações das terras que eram domínios de fazendeiros como barão de Trancoso, barão do Timbuhy, dentre outros. Territórios predominantemente negros, mas, com componentes indígenas e em menor escala, de um campesinato branco. Durante o século XIX, mesmo que a província de São Mateus não fosse a região de maior contingente de populações escravizadas do Espírito Santo, ficando atrás da região Centro-Serrana e do vale do rio Itapemirim, foi o local com o maior registro de aquilombamentos (OLIVEIRA, 2011; MACIEL, 2016; BERNARDO NETO, 2017).

Com base na perspectiva de interlocutores(as) do Sapê do Norte, é possível dividir os territórios dos quilombos em três dimensões, principalmente antes da indústria de celulose. Uma primeira dimensão dos núcleos familiares, com uma ou mais casas onde vivem parentes. Há uma segunda dimensão das

lavouras que se mistura com os locais de moradia e, por outro lado, com as áreas de floresta. Uma terceira dimensão é de uso coletivo, como florestas, lagoas, várzeas, pântanos, rios e córregos, lugares de caça e extrativismo.

Os territórios dos quilombos eram extensos antes de tornarem-se, majoritariamente, grandes plantações de eucalipto, mesmo intervalados por fazendas e posteriormente pela indústria madeireira. Algo similar àquilo que Haesbaert (2020) conceitua como “territórios de vida” dos povos originários e das comunidades tradicionais do continente latino-americano. Esta forma de estabelecer territórios é fluida e extensa, para além da ideia de propriedade privada e exclusiva, coexistindo áreas privadas e coletivas. Todavia, o fato de existirem locais privados não cerceava o trânsito entre famílias ao longo do Sapê do Norte, como demonstraram relatos que pudemos ouvir enquanto vivenciamos a região.

Além do comércio de terras, havia o recebimento de novos habitantes de um quilombo ou comunidade nas terras de outro quilombo. Tal processo poderia ser por um casamento, uma aliança ou um acolhimento de um novo morador. As terras eram vistas como vastas e passíveis de serem compartilhadas pelas comunidades.

O matrimônio entre quilombolas de comunidades diferentes era comum. Ouvimos exemplos de casamentos entre quilombolas do Angelim 1 e quilombolas que viviam no entorno do córrego Santa Helena e do córrego Santa Isabel, bem como da Vila de Itaúnas. Também eram feitos casamentos entre quilombolas de São Domingos e Angelim Disa. Assim como entre camponeses brancos e das comunidades remanescentes indígenas, com quilombolas.

Mas as situações de uso e habitação coletiva também podem resultar em disputas e discordâncias, como uma adaptação malsucedida de quilombolas acolhidos em determinado território, podendo, em um caso extremo, resultar em um conflito violento e/ou na retirada de uma das partes em litígio. Esta característica destes processos foi lembrada por um interlocutor que apontou um núcleo familiar originado em Santa Isabel, mas que hoje mora na retomada⁴

⁴ “Retomadas” foram processos de ocupação de terras, por quilombolas, não quilombolas e parceiros a partir de meados dos anos 2000. O processo ocorreu em áreas que anteriormente haviam sido espoliadas pela indústria de celulose e que após anos de litígio não foram tituladas como terras de quilombo pelo Estado.

de Angelim 1, como aquele que “sempre deu problemas” onde quer que morasse na região. Isso evidencia a necessidade de cultivar qualidades pessoais/familiares para “viver junto” ou “viver bem” com os outros.

De outro lado, houve o choque entre desenhos ontológicos vinculados à habitação coletiva das terras e uma perspectiva colonizadora dos fazendeiros. Isso se percebeu nos fazendeiros, por meio da violência, em negócios injustos, na dissimulação e ao submeter membros dos quilombos ao trabalho em condições semelhantes à escravidão.

Um dos interlocutores da nossa pesquisa, natural do quilombo de Chiado, conta que seu avô trocou 5 hectares de terra por um rádio de pilhas com os Donatti, família de fazendeiros de grande influência. Atualmente, nestas terras, os fazendeiros plantam cana-de-açúcar na escala do monocultivo. A quantidade de terras que ficou com os fazendeiros excedeu o acordado, em virtude da medição das terras pelos agrimensores, que geralmente favoreciam os fazendeiros.

Outro caso lembrado ao longo da nossa incursão no Sapê do Norte é sobre um fazendeiro que vivia perto de Angelim 1. Nenetora, o fazendeiro, costumava intimidar o patriarca para vender suas terras à família. Quando o fazendeiro ia até a casa desta família, não aceitava remar a canoa, mas exigia que o interlocutor deste relato e seus irmãos, ainda crianças, fizessem o esforço em seu lugar.

Em um desses exercícios de intimidação, Nenetora gritou para o pai do interlocutor que iria comprar aquelas terras, mas as crianças responderam rapidamente, afirmando que o pai não iria vender. O fazendeiro sugeriu que o pai punisse as crianças, agredindo-as com o “pirai”, um instrumento típico de fazendeiros e feitores, que tinha grande capacidade de infligir ferimentos.

Outrora, fazendeiros roubavam terras dos quilombolas por meio de intimidação. Isto poderia acontecer com pessoas que tinham escrituras e conseguiram terras pelo Estado, algo raro para os “pequenos”, isto é, camponeses e/ou quilombolas. Os quilombolas das comunidades do Sapê do Norte eram enganados e roubados por advogados, funcionários e donos de cartórios, quando dependiam dos serviços desses profissionais.

No quilombo de Angelim 1 e no Sapê do Norte, em geral, as pessoas não usavam cercas para criar animais, principalmente porcos e, em menor escala, gado bovino. Os animais eram criados soltos sem roubo, só os fazendeiros roubavam os animais dos quilombolas.

Para mais, quando as famílias das comunidades do Sapê do Norte precisavam comprar materiais e ferramentas para o trabalho nas roças, ou qualquer outra coisa que não produziam, a exemplo de peças de bicicleta, eles se deslocavam por longas distâncias, para serem usualmente humilhados por comerciantes da Vila de Itaúnas. Os comerciantes muitas vezes tratavam com desprezo “os pequenos”, como diz um dos interlocutores, não aceitando parcelar-lhes as compras, mesmo que fossem produtos de baixíssimo valor.

No passado, nas terras de Angelim 1, ficava a fazenda do barão de Trancoso, um fazendeiro escravista que viveu na região. Algumas pessoas da região sabem que em uma das matas há ruínas e restos do tronco usado para torturar pessoas escravizadas. A área atualmente é propriedade da família Donatti, mas era de uso coletivo das famílias de Angelim 1. O barão de Trancoso era um senhor de engenho cruel, certa feita tirou a barba de uma pessoa escravizada usando o facão, “com o couro e tudo”.

Na sociologia brasileira do começo do século XX, destacam-se os exercícios de análise do “mandonismo local”, como observou Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969). Melhor dizendo, a grande influência no território e nas paisagens dos projetos dos fazendeiros, que viviam de maneira análoga a déspotas perante as comunidades no interior do Brasil. Sob essas condições, eram quase inexistentes os limites para o poder dessas elites, além de as famílias camponesas não terem nenhuma garantia ou direito, que não fosse a sua própria resistência.

Freyre (2012) aponta as origens desse mandonismo local como sendo originadas na postura dos grandes proprietários de terra na colônia. Essas pessoas eram oriundas das “casas” de Portugal, ou seja, das famílias da aristocracia, habituadas a sociedades diferenciadas por castas. Assim, o Brasil produziu sociedades cindidas e desiguais desde o seu início.

A diferenciação entre colonizadores, senhores de terras e quilombolas encadeou uma divisão por castas, com a diferença racial entre brancos e não brancos. Visto que no Sapê do Norte havia populações negras e também alguns poucos brancos em condição de subalternidade perante os fazendeiros, isto sem afirmar que brancos pobres e negros vivem as mesmas dificuldades da colonização até os dias atuais.

Um dos interlocutores desta pesquisa é um exemplo desse tipo. Nascido e criado no Angelim 1, participou dos mutirões de trabalho, das festas tradicionais, casou-se e teve filho com uma quilombola, que morava em outro núcleo familiar na outra margem do rio. Ademais, assim como os negros e indígenas, viveu trabalho análogo à escravidão e roubo de terras de sua família. Certa vez, ele nos mostrou uma moringa antiga que seu pai guardava, na qual os fazendeiros ricos tomavam água fresca por longos períodos. Ao nos mostrar a moringa, disse que só os “grandes” tomavam água naquele recipiente, já os familiares carregavam água nos coités, que tinham uma capacidade muito menor de manter a água fresca.

Algumas semelhanças das condições sociais de brancos pobres e negros não são exclusividade do Sapê do Norte, mas de quase todas as sociedades nascidas da colonização e da escravidão de africanos. Davis (2004) pontua que, em lugares onde há uma evidente desigualdade racial, alguns grupos sociais não negros podem viver uma parte do tratamento que os colonizadores dão aos negros(as). A autora concebeu esse processo como “efeito ricochete”.⁵

A divisão entre comunidade e fazendeiros, os “pequenos” e os “grandes”, no Sapê do Norte, explica o conceito de comunidade. O que mais tarde, nos anos 2000, resultou na formulação do conceito de quilombos e remanescentes quilombolas na região, com base no artigo 68 da Constituição brasileira de 1988. Agregando o pertencimento comunitário, nos mutirões, nas festas e expressões artísticas, na moradia coletiva das terras, na ancestralidade e na raça.

⁵ É importante enfatizar que ainda é uma tarefa árdua para o movimento negro brasileiro, em sua diversidade, afirmar a relevância sociológica e política da variável “raça”, como aquela que direciona majoritariamente o percurso social das pessoas negras em uma sociedade configurada através do racismo, como no Brasil. Em vista disso, o objetivo desta passagem não é afirmar irresponsavelmente que pessoas pobres e/ou camponeses brancos tenham o mesmo percurso social das pessoas negras e/ou negras quilombolas. No entanto, em algumas situações, podem haver alguns percursos sociais comuns entre populações racializadas negativamente e brancos em situação de subalternidade, como conceituou Angela Davis (2004), mobilizando o conceito de “efeito ricochete” e como pudemos perceber na situação de um dos nossos interlocutores no Sapê do Norte.

Com a Constituição de 1988, a partir do artigo 68, foi aberta a possibilidade das comunidades negras rurais se constituírem como “comunidades de remanescentes de quilombos”, isto é, sujeitos de direito territorial (ARRUTI, 2000, 2002). As comunidades se organizaram para materializar essas possibilidades, como pesquisadores, servidores públicos e ativistas, para releitura da memória das comunidades e titulação coletiva de suas terras.

Dessa forma, foi notado o surgimento de tecnologias governamentais em torno da titulação das terras quilombolas, em que os antropólogos tiveram um papel relevante na elaboração de relatórios antropológicos. Isto, quando esses sujeitos têm seu trabalho demandado pelas comunidades, por diferentes segmentos do Estado e movimentos sociais (CARVALHO, 2007, 2016).

O propósito da titulação de terras de quilombo influenciou a concepção de variedades locais, regionais e nacionais do movimento quilombola e a expansão e o fortalecimento do movimento negro. O movimento social quilombola comumente se articulou com pesquisadores, organizações não governamentais e partidos políticos, configurando blocos de luta, como nos dizem Borba (2013), Cardoso (2013), Santos (2014, 2015), Nunes (2015), Oliveira (2011), Silva (2012) e Benedetti (2020). Neste processo, os quilombolas sofisticaram suas formas de organização social e desenvolveram maneiras próprias de lidarem com atores externos aos quilombos, no sentido de não deixarem seus interesses e projetos serem sobrepujados (SILVA; ANJOS, 2008).

Porém, mesmo com todo esse processo, há uma significativa descontinuidade entre a emissão de títulos coletivos de terras para comunidades quilombolas e a quantidade de processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sendo que a quantidade dos segundos é absurdamente maior que a dos primeiros. De maneira relacionada, foram protocoladas ações contrárias à titulação de terras de quilombos, por fazendeiros e seus representantes, atores políticos que sempre dominaram o mundo rural brasileiro (RODRIGUES, 2014).

Nos dias hodiernos, o governo brasileiro não quer fazer a consulta aos povos indígenas e tradicionais sobre a instalação de empreendimentos que afetem os quilombos. Também se manifestam tentativas de se instituir um

marco temporal que atribui a titulação de comunidades indígenas e quilombolas somente para aquelas que estavam nos territórios à época da Constituição de 1988.⁶

No caso do Sapê do Norte, a contextualização deste terceiro momento dos quilombos no Brasil se relaciona à chegada da indústria madeireira e da celulose, que desencadeou uma ruptura violenta das condições propícias a uma ruralidade quilombola na escala anterior. Os territórios e paisagens de uso comum foram espoliados, as florestas desmatadas, áreas de moradia e lavouras tomadas, tudo para a implantação de monocultivos de eucalipto que abasteceriam as linhas de produção da indústria de celulose. Os desdobramentos desses acontecimentos resultaram na expulsão de parte dos quilombolas, secamento dos cursos d'água, redução da diversidade da vida, degradação da fertilidade dos solos e irrupção das condições de permanência nos quilombos.

Em 2000, os quilombolas começaram a se organizar para o Estado reconhecer e titular as terras dos diversos quilombos do Sapê do Norte. Isto, articulado entre as comunidades, juntamente a sujeitos não quilombolas, como eram ativistas de organizações não governamentais, especialmente a Fase/ES (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

O ativismo dos quilombolas e parceiros gerou diferentes efeitos, como a visibilidade do Sapê do Norte como um grande território quilombola. Isto, com uma Comissão Quilombola do Sapê do Norte, uma Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo e quilombolas da região como membros da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Somado a isso, há a produção, ao longo dos anos, de relatórios e peças de denúncia de circulação (inter)nacional sobre a colonização da região pela indústria de celulose.

⁶ Conferir os textos: "Por que o debate do marco temporal é tão importante para os quilombolas e indígenas" e "STF confirma: não há marco temporal para a titulação dos territórios quilombolas", ambos disponíveis na página da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). <http://conaq.org.br/noticias/por-que-o-debate-do-marco-temporal-e-tao-importante-para-os-quilombolas-e-indigenas/> e <http://conaq.org.br/noticias/stf-confirma-nao-ha-marco-temporal-para-a-titulacao-dos-territorios-quilombolas/>.

Mesmo com décadas de ativismo, até hoje, nenhuma terra de quilombo foi titulada. A não titulação é causada pelo desinteresse de governos em devolver terras que hoje são da indústria de celulose e fazendeiros, que costumam arrendá-las à empresa. Associadamente a dependência de boa parte dos Estados Nacionais latino-americanos a grandes empreendimentos extrativistas como são a mineração, o agronegócio e o monocultivo de árvores (ACOSTA, 2016; ARÁOZ, 2016; SVAMPA, 2019). Desde 2018, os monocultivos do Sapê do Norte são da Suzano S.A, a maior empresa do ramo.

Como desdobramento, nenhuma das famílias quilombolas acessou as condições de habitabilidade (TSING, 2019) semelhantes àquelas existentes anteriormente à chegada da indústria de celulose. Em períodos de estiagem, muitas comunidades ficam sem água, como ocorreu em 2015 e 2017, no evento caracterizado pela mídia como “crise hídrica do Sudeste”.

Mesmo que as condições atuais do Sapê do Norte sejam antagônicas à constituição da habitabilidade das paisagens dos quilombos em comparação ao momento anterior à chegada dos eucaliptais, ainda é possível notar que as formas tradicionais dos quilombolas relacionam-se com as matas e com os solos, onde ainda existem núcleos familiares quilombolas. Isto ocorre em terras onde nunca houve eucaliptos plantados ou naquelas terras que estavam de posse da indústria de celulose e que foram retomadas.

Nos parágrafos seguintes trataremos das formas de relacionamento entre quilombolas e as paisagens no Sapê do Norte, como o conhecimento e manejo das florestas, dos solos e da vida, por meio da caça, coleta e, principalmente, da agricultura.

As formas de habitação e a constituição do Sapê do Norte como paisagem multiespécie

A relação com as matas, várzeas, lagoas, pântanos e rios da região, principalmente, antes da invasão pelos monocultivos de eucalipto, é um aspecto fundamental da vida dos quilombolas e suas formas de constituição da paisagem. Esses locais eram onde as famílias logravam alimentos, fibras vegetais e madeiras, essenciais à vida nos quilombos.

Nas proximidades do quilombo de Angelim 1, havia matas frondosas, hoje apenas remanescentes, como a mata da Viração, mata do Tinga e mata da Inveja. Na mata da Viração, o Sr. Getúlio afirma que viviam pássaros bonitos, como a araponga, e muitas onças que iam à região caçar. Era comum caçar porcos-do-mato no local, os chamados caititus. Na mata do Tinga, o Sr. Getúlio, pai de João Batista, relata que:

Ali era uma mata que quando você entrava nela, você sentia gelo, de tão frio que a mata era, a mata era gelada, você olhava muito mitinga, aí botaram o nome de mata do Tinga e aquelas mariposas, só que era muito, aquelas mariposas, aquelas grandonas. Tinha abelha também, mas não tinha costume de pegar mel. (Entrevista com Sr. Getúlio em 16 ago. 2021)

João diz que ouviu histórias que contavam que a mata do Tinga era tão densa que, à noite, não podia ver um palmo à frente.

Outra mata do quilombo de Angelim 1 que fazia parte do cotidiano das famílias era a mata da Inveja. Getúlio disse que, se você passasse à noite montado a cavalo, o cavalo entrava mata adentro e ia embora com você. A mata atraía os animais.

Tão relevantes quanto às matas eram os cursos d'água, também identificados pelas famílias da região. Entre os córregos e rios do Sapê do Norte, estão o córrego do Piloto, o córrego do Gomes, o córrego da Viração, o Corrêa, o córrego da Velha Antônia e o rio Angelim, somados às lagoas da região.

O nome Sapê do Norte se refere a um sapezal entre Linharinho e Angelim 1, um dos pontos de referência dos quilombolas. João conta sobre um escritor, que fazia parte do Movimento Paz no Campo,⁷ que afirmou que não havia florestas na região, mas somente um sapezal, negando o desmatamento produzido pelos fazendeiros, pela indústria madeireira e principalmente pela indústria de celulose.

A caça ao tatu era muito comum na região. O tatu era predado por uma armadilha chamada “mundéu”, com quatro ou cinco capturas, como “tatus-mirins”, “tatupebas” e “tatus-canastras”. Em cada caça, eram capturados dois ou

⁷ Seção local de uma organização de grandes proprietários de terra da região, nascida nos anos 2000, que se articulavam contra a busca dos quilombolas do Sapê do Norte, pela titulação de suas terras.

três tatus, que eram limpos, “muquiados” e,⁸ em seguida, a carne e a gordura eram misturadas à farinha e conservada por até 15 dias. Unicamente quando findava a carne é que outros tatus eram capturados.

Getúlio afirma que não havia desperdício, as pessoas não extinguíam os animais caçados e todas as famílias conseguiam alimento pela caça. Segundo ele, é um jeito de caçar diferente dos caçadores que comercializam animais caçados com pessoas de fora da região.

Observavam-se os locais mais apropriados para a pesca, conhecidos e compartilhados por diversos núcleos familiares. O rio Angelim era abundante em quantidade e diversidade de peixes. Há famílias com crianças pequenas que se instalaram perto do rio, comendo peixes pescados por um ano, até os primeiros plantios vingarem.

Nas muitas caminhadas pelas trilhas, como o trajeto até Conceição da Barra, era comum que as pessoas não levassem água para beber. A causa é o fato de nos caminhos haver rios e córregos com água pura.

As florestas também eram locais de retirada de madeira para a feitura de canoas de um “pau só”, feitas de tronco escavado e lapidado da oiticica, e usadas para locomoção nos rios da região.⁹ Além disso, também eram produzidos “samburás”, armadilhas, e retiravam-se materiais para construção de moradias, assim como restos de madeiras e troncos eram usados para servir de combustível para a fabricação da farinha de mandioca. Também eram feitos cestos, balaios e correias de diferentes tipos, utilizando fibras vegetais, como as das jaqueiras, gameleiras e das biribas.

Eugênio Canoeiro, um dos moradores originários do quilombo de Angelim 1, fazia da gameleira a prensa para espremer mandioca, ferramenta utilizada na feitura de farinha e goma. O pilão feito do cerne de diferentes árvores também era uma ferramenta muito importante na região. Em uma casa de um dos núcleos familiares de Angelim 1 existe um pilão que data de 1951. O Sr. Getúlio pontuou que a madeira que deu origem ao pilão tinha um cerne muito grande.

Alguns quilombolas iam até os mangues perto do quilombo de Santana, próximo à sede de Conceição da Barra, para pegar caranguejo. Certa vez,

⁸ Forma de assar e conservar a carne de caça.

⁹ Feitas de um único tronco de árvore, talhada no processo de confecção.

podemos ver uma quilombola de Linharinho comercializando caranguejo nessa mesma região. Mas não era prática comum, em virtude da distância e da pesca nas matas do Sapê do Norte, que ainda eram abundantes.

De maneira associada à caça e à coleta, os trabalhos realizados para a produção de alimento pelas famílias se vinculavam a uma agricultura característica do Sapê do Norte, destacadamente fundamentada no plantio de mandioca. Foi através da agricultura que os quilombolas transformaram as paisagens e criaram novas espécies de plantas cultiváveis.

As formas de agricultura do Sapê do Norte abrangiam os terreiros ao redor das casas que incluíam plantas frutíferas, temperos, plantas medicinais, criação de galinhas, sobretudo trabalhos realizados pelas mulheres dos quilombos, isto, somado a diferentes áreas de lavouras ao longo dos territórios. Em muitos casos, as plantações permanentes de uma diversidade de cultivos se misturavam às florestas nativas.

Nas lembranças de Sr. Getúlio, encontra-se bem nítida a lógica subjacente ao desenho da agricultura no Sapê do Norte nos tempos anteriores à chegada da indústria de celulose. A agricultura era feita abrindo-se clareiras na mata, mediante o uso do machado. Depois, colocava-se fogo nas árvores derrubadas; segundo ele, “o fogo nem entrava nas matas do entorno, porque chovia bastante”, isto é, a queimada não se alastrava de maneira descontrolada, pois “aqui era bom de chuva, chovia bastante”. Depois de algumas roças, o local era deixado em descanso, pois, posteriormente, “aquilo ali voltava ao natural de novo, ninguém repetia roça ali não”. Essa forma de se fazer agricultura era antigamente chamada de “montoado”.

A primeira lavoura do “montoado” tinha alta produtividade, rendendo dez cargas de mandioca em um curto intervalo de tempo, uma vez que a terra era fértil.¹⁰ Em situações em que a terra já havia sido cultivada, mas se regenerou, ao ser deixada em descanso, a produtividade não era igual. Atualmente, para alcançar um quinto desta eficácia produtiva é empregado um grande empenho,

¹⁰ De acordo com João Batista, uma carga de mandioca consistia em dois balaies cheios de mandioca, feitos de cipó de jaqueira, um valor aproximado de 150 kg, mas, que poderia variar conforme o animal que a carregaria, pois o burro aguenta mais peso que jegue e mais ainda que o cavalo.

visto que a terra “está diferente”, conforme Sr. Getúlio, “ela está dura” e, em vista disso, trabalhá-la produz “calo na mão com o enxadão”.

O cultivo tradicional de mandioca expandiu-se em diversas utilidades para a raiz no Sapê do Norte. Em uma lógica de seleção de espécies e de melhoramento, que amenizou a “brabeza” das diferentes “mandiocas-bravas” que levavam mais de um ano para serem colhidas. Estas, se fossem consumidas, cruas ou cozidas, por criações como porcos, gado, cavalos e galinhas, envenenavam os animais. Já aqueles tipos de mandioca que levavam menos tempo para serem retiradas da terra serviam para alimentação das criações e o consumo humano.

Mandioca de primeira que a gente tinha aqui era mandioca “ruim” ou “braba”, mandioca Alegria ou São Pedro Pampo, mandioca Negra Rica, Aipim Cacau, Aipim Manteiga, Aipim Caixaão, tinha aquela que dava visgo na nossa mão, até a casca dela se você jogava assim no campo, matava vaca, comia e morria, chama-se mandioca roxinha, e essas não existem mais. A Negra Rica, nós temos agora, também temos a Tesourinha, a Caravela, a Aipim Caixaão, que com seis meses você pode cozinhar, você pode bater para galinha que a galinha não sente. Tem várias mais novas aí agora, mas, todas mais mansas que as mandiocas antigas. As mais antigas, eram mais do mato, eram “zarras”, bravas, você só conseguia arrancar depois de 1 ano e meio, ela tinha um fermento muito zarro (forte). Antigamente a mandioca, dependendo da qualidade, em poucas horas a galinha que comia tava tonta e depois morria. (Entrevista com Sr. Getúlio em 16 ago. 2021)

Esse relacionamento profundo, entre quilombolas e a mandioca, coadunou na transformação da própria mandioca, das suas possibilidades de servir de alimento tanto para humanos quanto para outras espécies. Isto, à luz das reflexões de Anna Tsing (2019), é entendido como uma relação ou assembleia de coordenação entre espécies e entre espécies e a paisagem multiespécie. A coordenação é uma relação em que uma ou mais espécies induzem o sentido da transformação de determinados organismos, sua relação entre si, com a paisagem e suas condições de habitabilidade, como a mandioca “brava” que passou a ser comestível.

De acordo com João, a mandioca, quando tem suas manivas plantadas (quer dizer, pequenos recortes de seu tronco), nasce de 8 a 21 dias. Caso não brote neste período, o plantio precisa ser refeito. Em solos mais degradados pela ausência da diversidade de outras plantas, as formigas podem cortar as mudas ainda pequenas. Para o cultivo de mandioca, é necessário o intervalo de 1,5 m de espaço entre uma planta e outra. Alguns tipos de mandioca, como o caso da mandioca Periquita, requerem 2,5 m de espaço entre um pé e outro.

Em outros tempos, era produzida uma abundância de farinha de mandioca nos quitungos das famílias e das comunidades do Sapê do Norte. Gado bovino chegou a ser criado para trazer madeira das matas para que fossem abastecidas as casas de farinha. Após a produção, a farinha era transportada em canoas enormes que comportavam uma quantidade de até 70 sacos.

A farinha era produzida em mutirões, com pessoas de comunidades diferentes, para cortar árvores, que eram usadas como combustível para a casa de farinha. Após findado o processo, as pessoas que trabalhavam na produção ficavam, até dois dias posteriores, comendo e bebendo na casa onde se localizava a farinheira. Com efeito, toda noite após o trabalho também costumavam dançar forró.

Neste período, somente a farinha de mandioca era vendida. O beiju, a goma de tapioca e, mais recentemente, a moqueca de beiju eram utilizados para alimentação das famílias. Isso é proveniente do fato de que a única matéria-prima para a feitura de produtos similares aos pães, biscoitos e bolos, como o caso do beiju, tapioca e a moqueca de beiju, era a farinha de mandioca.

Outro cultivo, de suma relevância para a compreensão do Sapê do Norte, é o plantio de feijão que, a partir do manejo dos quilombolas, se ramificou em uma diversidade de variedades. Entre as variedades de feijão são encontrados o feijão-preto, o rosinha e o feijão mulatinho. Tais variedades de feijão demoravam um período aproximado de 90 dias entre o plantio e a colheita. Segundo Sr. Getúlio, tempos atrás existia um feijão “meio rosinha, bem menor que o carioca”, que nascia em aproximadamente 60 dias. Ele não conseguiu recordar o nome dessa variedade. O agricultor pontuou que o feijão-carioca, comum atualmente, é bem mais recente na região.

Anteriormente à chegada da indústria de celulose, era possível plantar um saco de feijão e como resultado colher entre 15 e 17 sacos. De acordo com João, o feijão é irmão do milho na agricultura tradicional quilombola, “você via muito feijão embarçado no milho”. Na visão dele, é um saber agrícola que se perdeu, pelo próprio decréscimo das condições de produtividade da agricultura. Presentemente, em razão da diminuição da fertilidade dos solos, é cultivado um saco de feijão para em retorno colher pelo menos a mesma quantidade de feijão plantada.

Somadas aos diferentes tipos de feijão e de mandioca, entre os quilombos do Sapê do Norte, também foram concebidas variedades próprias de café. Conforme o Sr. Getúlio, no Angelim 1, existiam o café grande e o café do jacaré, dentre outros que ele não conseguiu recordar no momento de nossa interação.

Durante nossa experiência no Sapê do Norte, a jaqueira teve grande relevância, pois tinha seus frutos consumidos, ocupando o papel de um grande componente da alimentação dos quilombos. Em somatório, a árvore era usada para o fazimento de móveis e construções, quando derrubada. Algumas jaqueiras foram nomeadas pelas famílias em Angelim 1 como a do Gambá, no sítio Porto dos Tocos, que foi importante na infância de João e os seus irmãos, servindo como alimento na época em que frequentavam o núcleo de origem de sua mãe do outro lado do rio Angelim. Outra jaqueira, lembrada por Sr. Getúlio, era a jaqueira do Ovo, que dava frutos nos quais o gomo se assemelhava a um ovo. Segundo ele, os gomos não tinham visgo e possuíam um sabor mais agradável que a média.

Certo dia, pudemos entrar em um remanescente de floresta, que hoje está sob posse da Suzano S.A. Lá, nós, os quilombolas e os ativistas da Fase/ES encontramos um sinal evidente das ontologias quilombolas do Sapê do Norte, no que se refere ao subproduto na paisagem de suas construções de mundo. Tais sinais consistiam na existência de dendezeiros e jaqueiras, plantas exóticas usualmente cultivadas nos quilombos e usadas para alimentação. Um aspecto que nos chamou a atenção é que em meio a essas plantas estavam frutos dos dendês e das jaqueiras com marcas de mordidas de animais silvestres. Segundo

os quilombolas, as marcas eram provenientes do processo de alimentação de tatus, pacas e aves.

Diante disso, conseguimos compreender a relação entre os cultivos encontrados nos quilombos e a alimentação dos animais silvestres, principalmente com a redução das florestas a partir da colonização da indústria de celulose. Somado a isso, também percebemos o caráter da forma como os desenhos ontológicos quilombolas vinculados à agricultura constituem as paisagens multiespécies do Sapê do Norte, incrementando positivamente as condições de habitabilidade na perspectiva de diferentes espécies.

Em momentos posteriores, notamos que nos locais de moradia e trabalho dos quilombolas, destacadamente nos entornos do território quilombola do Angelim 1, onde nós mais circulamos, existe uma constante incidência de animais silvestres cativados pela diversidade agrícola e florestal dos quilombos, em comparação ao monocultivo de eucaliptos. Em meio a esses animais foi possível ver macacos-prego, quatis, carcarás, surucuá-de-barriga-amarela, caxinguelês, maritacas, uma diversidade de insetos, e também ouvimos histórias de avistamentos de caimitus, onças, saruês, pacas e capivaras, dentre outros.

O dendê, uma planta natural do continente africano, é outro cultivo muito incidente no Sapê do Norte e presente em quase todo o território, até algumas vezes entre os eucaliptais. A palmeira produz frutos que, após macerados e cozidos, servem para o fazimento do azeite de dendê. Juntamente com a gordura de porco, o dendê foi por muito tempo a única gordura usada na culinária local. Atualmente, ainda existem mulheres no quilombo de Angelim 1 que produzem o óleo do dendê, mas algo bem menos presente que no tempo anterior à chegada da indústria de celulose.

Sempre foi muito comum a criação de porcos e galinhas no Sapê do Norte, de maneira unânime pela totalidade dos núcleos familiares. Nos quilombos que pudemos visitar, notamos muitas galinhas soltas em meio às agroflorestas, pois elas só ficavam nos galinheiros no período da noite. Gado bovino era criado em raros casos, sobretudo nas regiões de brejos. Não era comum que se fizessem pastos para a criação destes animais.

É dito que na área que abrange a mata da Viração residia um conhecido criador de porcos, cuidador das fazendas que existiam na região. Pelo fato de os porcos serem tradicionalmente criados livres, sem cercas, muitas de suas criações fugiram, cruzando com os caititus, porcos-do-mato, originando uma nova variedade da espécie na região. Por este motivo, era comum a presença de membros dos quilombos interessados em caçar esses animais. João nos disse que a carne era tida como ótima, todavia, os porcos eram resistentes à captura. Certa vez, foi disparado um tiro na direção de um desses porcos, entretanto, a bala se chocou na pele do animal, sem penetrá-la e, em seguida, caiu no chão.

A história da influência dos quilombolas no desenho das paisagens multiespécies do Sapê do Norte destaca a presença das mulheres, que na divisão do trabalho nos quilombos focaram-se simultaneamente na agricultura e no beneficiamento dessa produção. Além do que, dedicavam-se às atividades de cuidado relacionados à saúde física e espiritual, não havendo exclusividade sobre essas práticas, mas dispendo de um certo protagonismo na sua realização.

Dolores, uma quilombola de Angelim 1, mãe de João Batista, sempre teve muito gosto por plantar, por isso, ao longo do terreiro há inúmeros pés de frutas, como jaqueiras, laranjeiras, limoeiros, biribiri, pitangueiras, cajazeiras e abacaxis, flores e plantas ornamentais, como a babosa e o capim-santo. João conta que em determinados momentos a matriarca saía de sua casa para plantar na antiga terra de seus pais, onde havia nascido e que moravam seus irmãos e irmãs, do outro lado do rio Angelim, por gosto. Ela também se dedicava bastante ao cuidado com a alimentação e por vezes orientava João a dar gomos de jaca e bananas para as crianças que ficavam soltas nas ruas da vila de Itaúnas, no período em que eles moravam por lá.

Em um núcleo familiar de Angelim 1, pudemos perceber várias ervas ao longo do quintal, que rapidamente João e sua tia as identificaram e explicaram sobre suas possíveis propriedades e formas de utilização. As plantas eram: quiôô, utilizada para temperar comida, tipí/guinê (usado para defumação em rituais religiosos), vassourinha, que pode ser empregada em banhos rituais para proteção e limpeza espiritual e cordão-de-frade, que serve para combater a diabetes. Em outra oportunidade, João também me apresentou, nas terras que

ele estava manejando no sítio Porto das Canoas, também no Angelim 1, outras dessas plantas espontâneas e suas possibilidades de uso. As ervas eram: língua-de-teiú, erva indicadora de solo ácido e a salsa bubalina, que pode ser utilizada na feitura de garrafadas curativas.

No tempo anterior à degradação das terras do Sapê do Norte pela indústria de celulose era possível perceber a presença da agricultura até nas brincadeiras das crianças. Ao longo de uma das nossas caminhadas pela região, João nos mostrou algumas plantas forrageiras e disse que quando criança ele e os irmãos costumavam derrubá-las, brincando como se elas fossem cachos de banana que eles estavam colhendo.

De maneira geral, compreendemos a agricultura dos quilombos do Sapê do Norte, principalmente nos tempos anteriores à chegada da indústria de celulose, como uma agricultura caracteristicamente tradicional. Melhor dizendo, análoga tanto àquela dos povos indígenas do Brasil quanto à dos povos tradicionais da América Latina, África e Ásia.

Darrell Posey (1986) fez um estudo importante sobre o manejo das capoeiras e das florestas pelos Kayapó que vivem entre o Centro-Oeste e o Norte do Brasil. Este estudo foi um dos precursores na demonstração da profundidade da relação mútua entre indígenas e a constituição das florestas. Relação que envolvia ganhos tanto para a diversidade vegetal, e animal das paisagens, quanto para as comunidades indígenas em questão. Diversos elementos dessas formas de manejo persistem de maneira análoga no Sapê do Norte.

Entre as semelhanças dessas duas realidades estão a existência de plantas perenes, plantadas há anos no Sapê do Norte. Quer dizer, bananeiras, jaqueiras, coqueiros, mangueiras, entre outras que, quase sem nenhum manejo, continuam fornecendo alimentos por décadas, para as famílias. Outro aspecto análogo é a existência de plantas semidomesticadas no Sapê do Norte, quer dizer, plantas que não foram plantadas pelas famílias, mas que tiveram o entorno modificado por elas. Isto é, pelas práticas dos quilombolas, sendo extraídas e utilizadas sistematicamente pelas comunidades, a exemplo das plantas medicinais e daquelas que fornecem fibras vegetais.

Igualmente, as agriculturas praticadas pelos quilombolas não dependiam de insumos externos às paisagens da região e logicamente não dependiam de

recursos financeiros. Em somatório, essa agricultura não era direcionada por técnicas e metodologias de caráter científico. De outra forma, eram mobilizados saberes que compreendiam a identificação e classificação de animais, de tipos de solo, da compatibilidade ou incompatibilidade entre cultivos. Algo característico da diversidade agrícola das comunidades camponesas e dos povos originários em diferentes partes do planeta (ALTIERI, 2009).

Para mais, conforme Altieri (2009), estas formas de interação e transformação das paisagens, por meio da agricultura, também proporcionam materiais de construção, lenha, ferramentas, medicamentos, alimentos para criações e para o consumo humano, e ainda conhecimento sobre o território e as interações entre diferentes espécies. É no curso dessas interações que as pessoas conhecem o mundo e se dão conta das relações entre seus habitantes. Comumente, agricultores tradicionais desenvolveram formas de agricultura muito bem adaptadas, ou seja, passíveis de reprodução ao longo do tempo sem a degradação excessiva das características da paisagem. Principalmente, aqueles vinculados aos agroecossistemas tropicais, manejados por: pousios, hortas domésticas complexas, lotes agroflorestais, com uma diversidade de cultivos. O incremento da biodiversidade através da agricultura tradicional também se liga à influência de áreas do entorno como florestas, lagos, pastagens, arroios e pântanos.

A agricultura de pousio, isto é, de clareiras no meio da floresta, possibilita que organismos que provavelmente dilapidariam os plantios se direcionem para as matas. A associação entre uma variedade de plantas previne a concorrência por ervas espontâneas, pois a cobertura das folhas proporcionada por uma diversidade de árvores impede que a luz solar chegue a essas ervas espontâneas que podem concorrer com os cultivos.

Nesta linha, a agricultura também pode incrementar a biodiversidade e por consequência colher benefícios ecológicos para a própria agricultura e para as formas de habitação dos agricultores(as). Isto é, na fertilidade dos solos, na disponibilidade de água e no incremento da diversidade de insetos benéficos para a agricultura, a exemplo do controle de pragas e da polinização (ALTIERI; NICHOLLS, 2010).

Uma variedade de cultivos, somado ao rodízio entre áreas de plantio e de descanso, como ocorreu tipicamente no Sapê do Norte, produz uma série de consequências que impulsionam a abundância da paisagem. A diversidade genética impulsiona a resistência a doenças e outros tipos de problemas e o aumento da diversidade nutricional (ALTIERI, 2009).

Presentemente, estes cultivos diversificados e agroflorestais incrementam a capacidade dos locais de habitação às mudanças climáticas e seus eventos críticos como chuvas intensas, secas, dentre outras. Isto, em virtude da proteção dos solos contra a erosão pelo impacto da chuva ou proporcionando um melhor armazenamento de água. Além disso, as árvores produzem condições microclimáticas que possibilitam certa proteção aos cultivos e aos solos contra intempéries climáticas como tempestades e secas, que têm se intensificado e vão se intensificar ainda mais com a acentuação dos eventos críticos vinculados às transformações nos ciclos climáticos dos territórios do planeta (ROSSET; ALTIERI, 2018).

A metamorfose da agricultura característica dos quilombos do Sapê do Norte vem ocorrendo principalmente como consequência da colonização das terras pela indústria de celulose, interligada à expansão dos valores da Revolução Verde e do agronegócio na região, aquilo que João caracteriza como a expansão da “mentalidade do fazendeiro”, assunto que será desenvolvido mais profundamente em outros trabalhos no futuro.

Considerações finais

Com o intuito de conclusão deste texto, que teve o objetivo de discorrer sobre a produção do Sapê do Norte como um entrecruzamento de desenhos ontológicos quilombolas e seus desdobramentos na paisagem, trazemos uma história narrada pelo Sr. Getúlio. O relato conta que, certo dia, uma onça, uma cobra pico-de-jaca e uma cabra escolheram um mesmo terreno para fazerem uma casa. No entanto, isto ocorreu sem que cada um dos animais soubesse que os outros tinham escolhido o mesmo local. Pois, coincidentemente, quando um deles chegava ao local, os outros estavam fora, buscando materiais para a construção da casa. Somente quando terminada a construção da casa é que eles

se encontraram e perceberam que, coincidentemente, se organizaram para morar nesta mesma área.

A meu ver, esta história é uma metáfora sobre como o Sapê do Norte se constituiu pela perspectiva dos quilombolas, antes da chegada das grandes plantações de eucalipto. Isto é, como um território enorme que abrange partes de dois municípios, dezenas de quilombos, centenas de famílias, com uma forma de habitação coletiva e comum, baseada nos subprodutos de seus desenhos ontológicos sobre a paisagem, nas brechas das grandes fazendas. Deste modo, mesmo estando sobrepostos no mesmo território, uma fazenda não é um quilombo, assim como um quilombola não é um fazendeiro.

Os quilombolas empreendiam modos de agricultura, de caça, coleta, de formas comunitárias de ocupação das terras, festas, expressões artísticas e religiosas, relações de reciprocidade ligadas ao trabalho coletivo e à troca de favores. Dito de outro modo, um conjunto de formas instituídas de vida comum. Tais formas somavam-se ao parentesco, à ancestralidade no território, constituindo um nexu indissociável transversal aos atributos de um território tradicional (ANJOS, 2009).

A partir das contribuições de Anna Tsing (2019), entendemos que os desenhos ontológicos quilombolas produziram alterações nas condições de habitabilidade das diferentes espécies que residem nas paisagens da região, de uma maneira não degradante. Em alguns casos, desencadeando coordenações que conceberam novas espécies, como são as variedades de mandioca, de café, de feijão e de porcos-do-mato. Deste modo, contribuíram para a manutenção dos regimes de chuvas, dos ciclos de reprodução das águas nos rios, nascentes e córregos, em uma densidade demográfica que chegou a ter aproximadamente 12.000 famílias vivendo nos quilombos, conforme afirmam diferentes lideranças da Comissão Quilombola do Sapê do Norte.

O jeito desses quilombolas se relacionarem com os diferentes componentes das paisagens oferece uma contribuição multifacetada para o entendimento das relações sociedade-natureza ou da relação entre humanidades e ambientes e, por consequência, da problemática ambiental contemporânea. Com base na experiência do Sapê do Norte, observamos uma forma de relação entre espécies

e entre espécies e paisagens que, mantendo seu ritmo e características, como era antes da colonização pela indústria madeireira e, principalmente, pela indústria de celulose, poderia se repetir ao longo do tempo. Isto, sem acabar com as condições para a diversidade de espécies, da fertilidade dos solos, da capacidade de reprodução das águas, das condições para reprodução das comunidades quilombolas e para a profusão de sua criatividade ontológica. Processo que significa uma experiência concreta do que podemos entender como sustentabilidade. Essa relação de povos entre si e com a diversidade dos componentes da paisagem, por meio de coordenações e assembleias, é desenvolvida ao se associarem técnicas, práticas, o conhecimento dos quilombolas sobre os elementos da paisagem e as diferentes relações sociais e seus desdobramentos, que atravessam a vida das comunidades. De modo semelhante, há a manutenção das formas de compartilhamento das terras, mesmo diante das práticas de fazendeiros que buscavam dominar e/ou exterminar essas ontologias. Coisa que passou a ser inviabilizada em virtude da violência colonial da indústria de celulose.

O exemplo dos quilombos do Sapê do Norte ilustra que a existência e a perpetuação de uma paisagem, habitável, como no caso das paisagens florestais do Brasil, entre outros territórios semelhantes, não depende de fatores técnicos, políticos, econômicos e cosmológicos isoladamente. De outro modo, necessita da forma como a associação entre essas dimensões do comportamento de um povo ou espécie cria um lastro ontológico específico e por consequência uma maneira de constituir as paisagens multiespécies, e suas possibilidades de habitação para diferentes povos e espécies.

Referências

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 46-85.

- ALMEIDA, Jalcione. Pesquisa social sobre ambiente: misturando sujeitos e objetos híbridos. In: ALMEIDA, Jalcione (Org.). *Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.11-26.
- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. *Diseños agroecológicos: para incrementar la biodiversidad de entomofauna benéfica em agroecosistemas*. Medellín: SOCLA, 2010.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ANJOS, José Carlos dos. *Etnodesenvolvimento e mediações político-culturais no mundo rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ARÁOZ, Horácio Machado. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: a natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.444-468.
- ARRUTI, José Maurício Andion. Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 93-123, 2000.
- ARRUTI, José Maurício Andion. As comunidades negras rurais e suas terras: a disputa em torno de conceitos e números. *Dimensões*, Vitória, n. 14, p. 243-270, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2630>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BENEDETTI, Adriana Cristina. “Quando se fala em terra”: a constituição de arena pública em torno da titulação de territórios quilombolas no Rio Grande do Sul. 2020. 254 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213170>. Acesso em: 15 out. 2022.
- BERNARDO NETO, Jaime. *Negros em Terras de Brancos? Reflexões sobre o racismo e a colonialidade nas representações hegemônicas sobre o Espírito Santo*. 2017. 337 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/29005>. Acesso em: 26 out. 2022.
- BORBA, Carolina dos Anjos. *Terras negras nos dois lados do Atlântico: quem são os proprietários? Estudo Comparado – Cabo Verde/Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72253>. Acesso em: 21 out. 2022.

- CAMANA, Angela; ALMEIDA, Jalcione. Da insustentabilidade do desenvolvimento: os discursos da produção de “vazios” no âmbito de um programa de cooperação internacional. *Civitas*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 391-408, 2019.
- CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. Reconhecimento e organização política quilombola na luta por território na Ilha de Marajó (PA). *Cronos*, Natal, v. 14, n. 2, p.93-107, 2013.
- CARVALHO, Ana Paula Comin de. A atuação dos antropólogos na regularização dos territórios quilombolas. *Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas*, Pelotas, v. 4, n. 7/8, p. 11-36, 2007.
- CARVALHO, Ana Paula Comin de. Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 131-157, 2016.
- CELIN, José Lazaro. *Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*. 1984. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.
- DARÉ, Raquel. *A “Crise do Café” e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo*. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3569>. Acesso em: 10 out. 2022.
- DAVIS, Angela Y. *Mujeres, raza y clase*. Madri: Ediciones Akal, 2004.
- ESCOBAR, Arturo. *Autonomía y diseño: la realización de lo comunal*. Popayan: Universidad del Cauca, 2016.
- ESCOBAR, Arturo. *Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and making of worlds*. Londres: Duke University Press, 2018.
- ESCOBAR, Arturo. Postconstructivist political ecologies. In: REDCLIFF, Michael; WOODGATE, Graham (Eds.). *International Handbook of Environmental Sociology*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010. p. 91-105.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2012.
- FU KIAU, Kimbwadende Kia Busenki. *African Cosmology of the Bantu-Kôngo: principles of life and living*. Canada: Athelia Henrietta Press, 2001.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

- HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. *Journal of American Latin Geography*, v. 19. n. 1, p. 141-153, 2020.
- INGOLD, Tim. *The perception of environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Abingdon: Routledge, 2000.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 339-380.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NUNES, Patrícia Maria Portela. Conflitos étnicos na Amazônia Brasileira: processos de construção identitária em comunidades quilombolas de Alcântara. *Colômbia Internacional*, n. 84, p. 161-185, 2015.
- OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. *Ruris*, Campinas, v. 5, n. 2, 2011.
- PEREIRA, Gustavo Rovetta. “Na batida do acauã, senão termina hoje, termina amanhã”: desenhos ontológicos e desenvolvimento rural na modernidade colonial. 2022. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/249757>. Acesso em: 10 out. 2022.
- POSEY, Darrell A. Manejo de floresta secundária, capoeira, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Darcy (Ed.); RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *Suma Etnológica Brasileira vol. 1: etnobiologia*. Petrópolis: Vozes; Finep, 1986. p. 172-186.
- QUEIROZ, Maria Pereira Isaura de. *O mandonismo local na vida política brasileira (da colônia à primeira república): ensaio de sociologia política*. São Paulo: IEB, 1969.
- RODRIGUES, Vera. Brasil e Colômbia: dinâmicas etnicorraciais e territoriais. *Revista de História Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 156-188, 2014.
- ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: ciência y política*. Medellín: SOCLA, 2018.
- SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. Maria do Povo: etnografia de uma resistência no semiárido piauiense. *Vivência*, Natal, n. 43, p. 47-65, 2014.

- SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. Redes e interações: a formação do Movimento Negro e do Movimento Quilombola no Mato Grosso do Sul. *Série Antropologia*, Brasília, v. 451, 2015.
- SILVA, Paulo Sérgio da; ANJOS, José Carlos Gomes dos. A rede quilombola como espaço de atuação política. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 155-172.
- SILVA, Sandro José da. Política e identidade quilombola no Espírito. 2012. 357 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- SVAMPA, Maristela. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB; Mil Folhas, 2019.

Como citar

PEREIRA, Gustavo Rovetta. Ruralidade quilombola e a constituição das condições de habitabilidade nas paisagens multiespécies do extremo norte do Espírito Santo, Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331204, 24 ago. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_04.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Movimentos sociais e políticas públicas contra os agrotóxicos: a Lei Zé Maria do Tomé em foco

Social movements and public policies against pesticides: the Zé Maria do Tomé Law in focus

 Joana Tereza Vaz de Moura¹

 Leandro Vieira Cavalcante²

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_05

Resumo: A lei intitulada “Zé Maria do Tomé”, de autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL/CE), foi aprovada em janeiro de 2019 no Ceará (Brasil) proibindo a pulverização aérea de agrotóxicos no estado. Esta lei é resultado da articulação direta dos movimentos sociais com representantes políticos alinhados à pauta da justiça ambiental. O artigo analisou como esses movimentos atuaram buscando o apoio para a aprovação da lei num contexto caracterizado por um modelo de acumulação baseado no agronegócio e na ampla utilização de agrotóxicos. Diante disso, buscou-se jogar luz sobre o processo de articulação e aprovação da Lei Zé Maria do Tomé e sobre as condições que favoreceram a influência dos movimentos sociais na modelagem do projeto. Para tanto, utilizou-se a abordagem qualitativa através de relatos e narrativas

¹ Professora do Departamento de Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado em Sociologia pela New York University (NYU), com bolsa Capes. E-mail: joanateresa@gmail.com.

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: leandro.cavalcante@hotmail.com.

dos atores (movimentos, parlamentares, pesquisadores) obtidas em jornais, revistas, *lives*, *blogs* e audiências públicas.

Palavras-chave: agrotóxicos; movimentos sociais; políticas públicas.

Abstract: A bill entitled the Zé Maria do Tomé Law, sponsored by state representative Renato Roseno (PSOL/CE), was approved in January 2019 in the state of Ceará (Brazil), prohibiting aerial spraying of pesticides. This law is the result of direct articulation between social movements and political representatives in line with the environmental justice agenda. This article analyzes how these movements sought support to approve this law within a context characterized by the current accumulation model based on agribusiness and widespread use of pesticides. In doing so, we investigate the process of creating these connections and obtaining approval for the Zé Maria do Tomé Law, as well as the conditions that favored the influence of social movements in shaping the proposed bill. A qualitative approach is used, through reports and narratives from the actors (movements, parliamentarians, researchers), newspapers, magazines, live sessions on social media, blogs, and public hearings.

Keywords: pesticides; social movements; public policies.

Introdução

Em 2019 foi aprovada a primeira lei de abrangência estadual proibindo a pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil. Trata-se da intitulada “Lei Zé Maria do Tomé”, de autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL/CE), a qual proíbe o despejo de agrotóxicos por via aérea em todo o estado do Ceará. Esta lei é resultado da articulação direta de movimentos sociais em constante diálogo com representantes do Legislativo e do Executivo, num processo de mútua constituição entre movimentos e Estado, que resultou numa incidência direta sobre a legislação estadual que restringe a aplicação de agrotóxicos.

A mobilização contra o uso dos agrotóxicos no país e pelo fim da pulverização aérea no Ceará, em particular, reflete como as práticas e disputas por justiça ambiental e em defesa da saúde pública são também significativas para os movimentos sociais do campo. Nesse sentido, toma-se como referência

sobretudo as ações e articulações desempenhadas pelo Movimento 21 de Abril (M21) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no debate político em torno da Lei Zé Maria do Tomé.

Por meio da mobilização da literatura brasileira que busca compreender a organização e atuação dos movimentos sociais no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018; LAVALLE *et al.*, 2018; CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2021; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021; SILVA, 2021), este artigo procurou analisar o processo de articulação e aprovação da Lei Zé Maria do Tomé e as condições que favoreceram a influência direta dos movimentos na sua modelagem. Neste sentido, teve como propósito abordar o papel dos movimentos sociais na elaboração do projeto de lei a partir de uma perspectiva relacional proposta por Abers, Silva e Tatagiba (2018) e Silva (2021), utilizando as noções de “regimes políticos”, de “subsistemas de políticas públicas” e da “teoria dos campos”.

Para Abers, Silva e Tatagiba (2018, p. 17), o regime político pode ser compreendido como “a configuração das relações entre os atores politicamente relevantes, a qual condiciona o acesso às discussões e decisões governamentais”. Já o subsistema de políticas públicas refere-se “às configurações de poder específicas a cada setor da política pública, que conferem aos movimentos sociais diferentes condições de acesso a esses setores e influência sobre eles”, conforme definido por Abers, Silva e Tatagiba (2018, p. 17). Por sua vez, a teoria dos campos proposta por Fligstein e McAdam (2011), de acordo com Silva (2021, p. 74), “constitui um esforço de síntese de diversas perspectivas de estruturas relacionais na conformação do social”, destacando o papel que o agente social tem na conformação das identidades. Alguns agentes são dotados de habilidades sociais (*social skills*) e, portanto, atuam “na produção de cooperação em torno da implementação de diferentes projetos de sentido em convivência e/ou disputa na sociedade” (SILVA, 2021, p. 75).

A pesquisa orientou-se a partir de leituras sobre a lei em tela e de artigos e trabalhos já produzidos sobre a temática. Em seguida, analisaram-se relatos e narrativas dos atores (movimentos, parlamentares, pesquisadores) obtidas em jornais, revistas, *lives*, *blogs* e audiências públicas, buscando construir a relação

entre a atuação dos movimentos sociais e a Lei Zé Maria do Tomé para compreender o processo de efetivação da proibição da pulverização aérea de agrotóxicos no estado.

A primeira parte do artigo apresenta as concepções teóricas que sustentam a análise, especialmente o debate sobre as consequências das ações dos movimentos sociais nas políticas públicas. Na sequência, foi introduzido o caso empírico e demonstrado como os movimentos sociais, em constante diálogo com representantes do Poder Legislativo, mas também com pesquisadores, construíram narrativas e repertórios que possibilitaram a aprovação da Lei Zé Maria do Tomé.

Movimentos sociais e a incidência nas políticas públicas

A análise dialoga com o modelo teórico apresentado principalmente por Abers, Silva e Tatagiba (2018), Tatagiba, Abers e Silva (2018) e Silva (2021) sobre a incidência dos movimentos sociais na elaboração, implementação e gestão das políticas públicas no Brasil. Abers, Silva e Tatagiba (2018) propuseram um modelo analítico com base no qual pretenderam abordar a agência dos movimentos a partir de sua atuação na construção, proposição e defesa de modelos alternativos de políticas públicas. Combinado a essa agência, os autores também enfatizam o papel dos contextos políticos, que condicionariam sua atuação, mas que também são condicionados pelos próprios movimentos.

Os autores argumentam que os movimentos sociais não se relacionam a um “contexto político” objetivado e externo que condiciona sua formação e ação, mas “estão inseridos em relações de interdependência com os diversos atores e instituições com quem interagem rotineiramente, constituindo o que denominamos de estruturas relacionais” (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018, p. 17). O conceito de estruturas relacionais, incorporado pelos autores, tem como fundamento central a discussão profícua da sociologia relacional, entendendo o mundo como um sistema aberto de relações, processos e práticas, especialmente a partir dos textos de Emirbayer (1997).

Conforme destaca Tirelli (2014, p. 26), citando Emirbayer (1997), “a agência não preexiste às relações, mas surge delas (...) trata-se de um processo dialógico

que apresenta fatores internos e externos”, tendo em vista que “[...] não há como separar os atores do contexto no qual se encontram imersos e através do qual adquiriram a sua experiência e consciência do mundo”. Para tanto, Abers, Silva e Tatagiba (2018) compreendem esses processos a partir de duas noções que estão em diálogo constante com a abordagem relacional: os regimes políticos e os subsistemas de políticas públicas. Para os autores,

os movimentos sociais operam simultaneamente em duas estruturas relacionais mais ou menos distintas na sua configuração: aquela formada pelos atores, interesses e arranjos institucionais estruturados em torno de determinada coalizão governante (*regime*); e aquela composta pelos atores, interesses e arranjos institucionais que caracterizam determinado setor de política pública (*subsistemas*). (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018, p. 23, grifos no original)

Os regimes, de acordo com a maneira como se configuram em contextos diversos, podem dar mais ou menos possibilidade de acesso às interferências dos movimentos sociais nas definições das políticas públicas. Com relação aos subsistemas, os autores se baseiam na literatura da análise de políticas públicas, especialmente nos trabalhos de Sabatier (1988), que construiu um modelo teórico que tem sido aprimorado e fundamenta reflexões sobre a produção de políticas públicas em áreas específicas. Segundo o autor, a estrutura conceitual concentra-se no sistema de crenças de “coalizões de defesa” dentro de subsistemas de políticas públicas. Entende-se subsistema de políticas públicas como o lócus de interação de diferentes atores interessados em uma área da política.

Conforme destaca Sabatier (1988, p. 138),

os subsistemas vão além de grupos de interesse, órgãos governamentais e comissões do Legislativo, incorporam também jornalistas, analistas de políticas públicas, cientistas, pesquisadores, personalidades, entre outros que desempenham papéis importantes na geração, disseminação e avaliação de ideias políticas. (tradução nossa)

Dentro de um subsistema, os diversos atores se agrupam, informalmente, em coalizões de defesa compostas por pessoas de várias organizações que compartilham um “conjunto de crenças normativas e causas e que frequentemente agem em conjunto” (SABATIER, 1988, p. 133, tradução nossa). Cada uma dessas coalizões pode adotar uma ou mais estratégias buscando promover seus objetivos na área temática em que se enfrentam. Em alguns casos, essas coalizões são mediadas por um terceiro grupo, os *policy brokers*, agentes negociadores que buscam diminuir a tensão entre as coalizões e que tentam encontrar um meio termo entre as disputas, evitando o conflito mais intenso. No caso do Brasil, pode-se compreender que o Ministério Público cumpriria esse papel de mediador de conflitos.

Silva (2021), explorando os aspectos relacionais entre movimentos sociais e os agentes públicos na produção de políticas públicas e nos resultados desse processo, apresenta um enfoque teórico “relacional tanto dos movimentos quanto do Estado” (ABERS *et al.*, 2021, p. 13). Segundo Silva (2021), a teoria dos campos proposta por Fligstein e McAdam (2011) permite explorar as estruturas relacionais e as agências dos indivíduos combinando as “perspectivas do neoinstitucionalismo, a teoria dos campos de Pierre Bourdieu e a teoria de redes” (SILVA, 2021, p. 74).

Fligstein (2001) chama a atenção para a relação entre os atores e as estruturas sociais, utilizando a perspectiva neoinstitucionalista e focando nos conceitos de campos e domínios de agência, desenvolvendo a ideia de *social skills* ou habilidades sociais que alguns atores têm para induzir a cooperação entre outros. Estes teriam um papel importante nas transformações estruturais e na reprodução da vida social, uma vez que podem motivar outros atores a partir da defesa de um conjunto de arranjos sociais e/ou negociando uma nova ordem, ou seja, “atores habilidosos fornecem identidades e estruturas culturais para motivar outros” (FLIGSTEIN, 2001, p. 106).

Em textos recentes e buscando desenvolver mais a teoria dos campos, Fligstein e McAdam (2011) exploram as interações sociais de modo a entendê-las como definidoras da vida social. “Seria a partir da interação com os outros que cada indivíduo (re)produz cotidianamente sua (s) identidade (s), seu senso de valor pessoal e o mundo como algo dotado de um sentido inerente” (SILVA,

2021, p. 74). Entretanto, nota-se que esses sentidos e identidades estão em constante disputa no interior do campo: “sempre haverá agentes contestando os sentidos e as identidades coletivas dominantes” (SILVA, 2021, p. 75-76). Segundo Fligstein (2007, p. 65),

os grupos dominantes, que podem ser identificados em uma determinada arena de ação, trabalham para reproduzir sua posição. Os grupos desafiantes tentam explorar as oportunidades apresentadas a eles na interação e por crises geradas, seja na lógica interna do campo seja pelas ações de membros de campos próximos.

Para Silva (2021), a teoria dos campos de Fligstein contribui com outras perspectivas que buscam compreender as relações entre movimentos sociais e políticas públicas apreendendo a realidade social. “Neste sentido, ela apresenta similaridades e complementaridades com diversas formulações teóricas contemporâneas (...) que tem como objetivo operacionalizar teoricamente uma perspectiva relacional” (SILVA, 2021, p. 83-84).

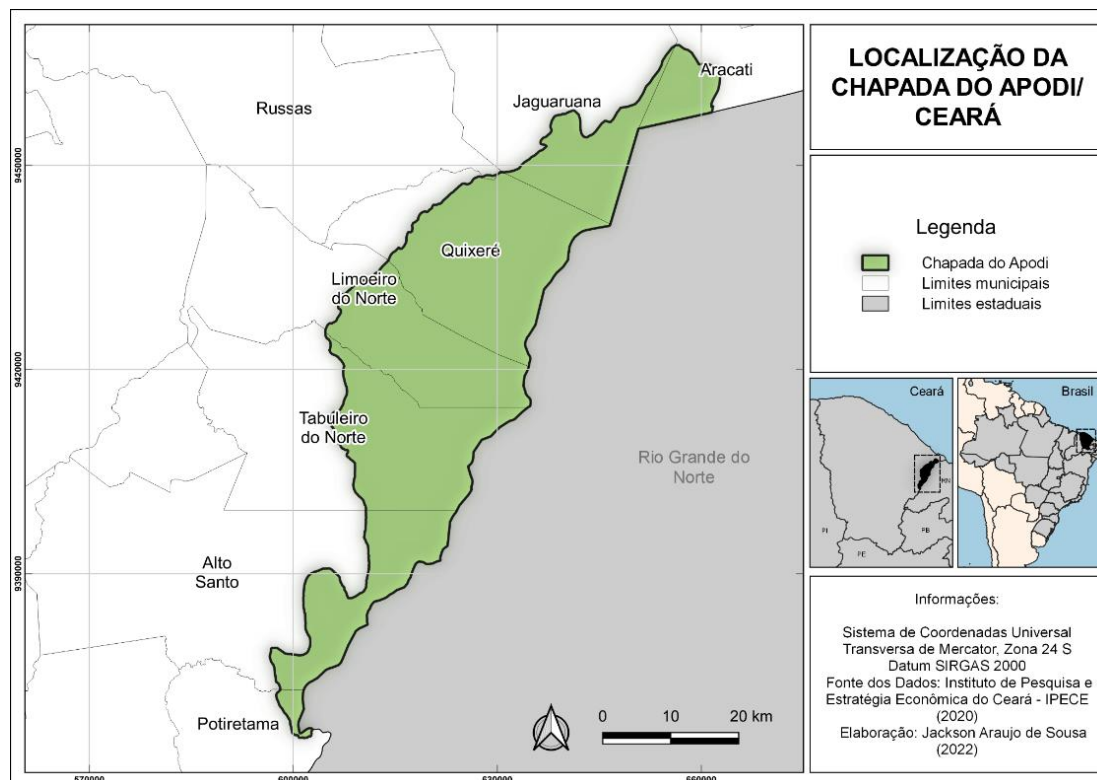
Assim, defende-se que compreender a produção de políticas públicas a partir da ideia de subsistema de políticas públicas, regimes políticos e da teoria dos campos permite explorar o *como* e o *quanto* os movimentos sociais importaram para a elaboração do Projeto de Lei Zé Maria do Tomé. Entende-se que os movimentos sociais aqui considerados (M21 e MST) são expressões das contradições presentes no campo brasileiro e que vão perpassar as discussões sobre o uso dos agrotóxicos no Brasil, inclusive pressionando por sua maior regulamentação. Isso se reflete nas configurações do campo político que disputam a regulamentação dos agrotóxicos no Brasil, conforme discutido por Moura, Rozendo e Oliveira (2020) e Moura e Pontes (2022), cujo movimento possui destaque na agenda política no sentido de pressionar por políticas restritivas de uso de agrotóxicos no país.

Os contornos e os caminhos da Lei Zé Maria do Tomé

A promulgação da Lei Zé Maria do Tomé no início de 2019 reflete uma longa caminhada de mobilizações e articulações contra o uso de agrotóxicos no Ceará

e particularmente contra a realização da prática da pulverização aérea, até então recorrente na região conhecida como Chapada do Apodi, a leste do estado. Tal região é uma formação geomorfológica com solos potencialmente férteis, sendo um dos principais lócus de expansão do agronegócio de frutas no Ceará, cuja dinâmica expande-se para o Rio Grande do Norte, estado vizinho.

Figura 1 – Mapa de localização da Chapada do Apodi – Ceará



Fonte: Elaborado por Jackson Araújo de Sousa.

A expansão do agronegócio da fruticultura foi incisiva particularmente na porção cearense da Chapada do Apodi, que passou a contar, desde a década de 1990, com a instalação de grandes corporações especializadas na produção e exportação de frutas, muito em função do arranjo institucional e da oferta hídrica garantida diretamente pelo governo do estado (CAVALCANTE, 2019). Em pouco tempo, assistiu-se a uma significativa reconfiguração da questão agrária da região mediante alteração das relações de uso, posse e propriedade da terra, resultando na expansão do latifúndio, da monocultura, do uso de agrotóxicos e do acirramento da concentração hídrica e fundiária, conforme evidenciado em

estudos realizados por Freitas (2010), Marinho (2010), Rigotto (2011) e Cavalcante (2019, 2020, 2023), entre outros.

De acordo com Cavalcante (2021), as empresas do agronegócio tinham na pulverização aérea a forma mais viável de aplicar agrotóxicos em seus cultivos, sobretudo de banana, expondo o ambiente, os trabalhadores e os moradores a riscos de contaminação. É nesse contexto que emerge Zé Maria do Tomé, um camponês que incidiu politicamente contra a prática da pulverização aérea e mobilizou as comunidades, entidades, pastorais, movimentos populares e universidades numa conjunta articulação contra o uso de agrotóxicos na Chapada do Apodi, com ampla atuação durante toda a década de 2000. Zé Maria do Tomé se destacou como um agente com habilidades sociais (*social skills*) capaz de induzir a cooperação de outros atores (FLIGSTEIN, 2001), mobilizando o que Leitão (2020) identificou como uma “rede territorial de resistência” que se formou em torno da atuação do líder comunitário que mobilizava as ações de denúncia e resistência.

Nesse cenário, assume destaque o papel desempenhado pelo Núcleo Tramas, grupo de pesquisa vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, que passou a realizar uma série de investigações que comprovaram os agravos à saúde ocasionados pela alta quantidade de agrotóxicos utilizados na região (RIGOTTO, 2011; TEIXEIRA, 2011), endossando a articulação e a mobilização entre diferentes atores que se somaram ao processo de luta contra a prática da pulverização aérea. Marinho, Carneiro e Almeida (2011, p. 170) notificaram que tal procedimento afetava “de maneira perversa a comunidade, tornando-a refém das pulverizações sendo por muitas vezes atingida diretamente, conformando o principal motivo das queixas pelos moradores”. Os pesquisadores relatam que os principais sintomas percebidos eram “[...] característicos da exposição a venenos, principalmente cefaleias, vômitos, náuseas e alergias, além de relatos sobre a morte de animais, de galinhas, pássaros e peixes” (MARINHO; CARNEIRO; ALMEIDA, 2011, p. 170).

Teixeira (2011, p. 527) calculou que ao longo de toda a década de 2000 houve o lançamento sobre a Chapada do Apodi “de aproximadamente 4 milhões de litros de calda extremamente tóxica ou muito tóxica, altamente persistente no

meio ambiente e muito perigosa”, aplicadas nos cultivos de banana como forma de eliminar uma doença conhecida como *Sigatoka-amarela*, causada por um fungo. Os danos à saúde e ao ambiente em decorrência da ampla utilização de agrotóxicos, com ou sem a prática da pulverização aérea, foram identificados e denunciados pelos pesquisadores do Núcleo Tramas (ALEXANDRE, 2009; MARINHO, 2010; RIGOTTO, 2011; ROCHA, 2013; AGUIAR, 2017; DIÓGENES, 2017), que constataram a contaminação da água e do solo, a alta incidência de câncer, o crescente número de crianças com má-formação congênita e puberdade precoce, entre outros.

De acordo com Teixeira (2011, p. 532), em face da percepção dos riscos aos quais estavam expostos com a pulverização aérea,

as organizações dos moradores e agricultores das comunidades locais promoveram alianças com demais atores da sociedade civil, [...] a fim de incluir as associações, pastorais, sindicatos, ONGs, movimentos sociais e pesquisadores de universidades.

Com isso, realizou-se, entre 2008 e 2010, uma série de ações de mobilização e conscientização na região para denunciar as violações decorrentes da utilização da pulverização aérea, bem como demais riscos associados à expansão do agronegócio na Chapada do Apodi. Entre essas ações estavam seminários, intercâmbios, mapeamento participativo, passeatas, romarias, denúncias nas rádios e na mídia local e nacional, audiências públicas, abaixo-assinados encaminhados oficialmente ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

A articulação mobilizada por Zé Maria do Tomé e a “rede territorial de resistência” que foi instituída, em que se incluem representações da universidade, de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, aqui sendo considerada uma “coalizão de defesa” (SABATIER, 1988), incidiu politicamente na esfera do Legislativo municipal de Limoeiro do Norte, na Chapada do Apodi, resultando na aprovação da Lei Municipal nº 1.478, de 20 de novembro de 2009, que proibia a pulverização aérea em toda a extensão do município. Como trata-se de uma lei pioneira no Brasil, sua aprovação teve como consequência uma grande reação por parte de outra “coalizão de defesa” formada por empresários do agronegócio da banana na região, alguns

parlamentares e entidades patronais, alegando prejuízos financeiros e gerando novos debates e audiências públicas. Eles continuaram com a prática da pulverização diante da inoperância do Estado. Mesmo com a pressão popular e dos movimentos sociais, a lei municipal foi revogada em 26 de maio de 2010.

Em razão do cenário de forte violência instaurado na região em decorrência dos conflitos agrários, Zé Maria do Tomé passou a ser perseguido e ameaçado por fazendeiros e empresários, e foi assassinado com mais de 20 tiros em 21 de abril de 2010 supostamente a mando do proprietário de uma das empresas que se utilizavam da pulverização aérea de agrotóxicos em suas plantações de banana (CAVALCANTE, 2021). Note-se que a revogação da lei municipal que proibia tal prática deu-se exatamente após um mês do assassinato de Zé Maria do Tomé. Na opinião de Silva (2019, on-line), “ao denunciar as consequências do uso de agrotóxicos, além do debate sobre a saúde das comunidades que vivem no Apodi, Zé Maria enfrentou diretamente grandes empresas do agronegócio”. Mesmo com o assassinato bárbaro e com a revogação da lei municipal contra a pulverização aérea, a “coalização de defesa” que pautava a lei continuou as mobilizações que já vinham sendo realizadas.

Conforme assegurado por Teixeira (2011, p. 544), ainda que revogada essa lei municipal, “os acúmulos adquiridos com as discussões e mobilizações políticas sobre o tema tornaram o combate à pulverização aérea elemento mobilizador e reivindicativo em todos os atos políticos que se deram posteriormente”. Com isso, logo após o assassinato de Zé Maria, deu-se a criação do M21 (Movimento 21 de Abril), uma rede de abrangência regional fundada em Limoeiro do Norte e que congrega diferentes movimentos sociais, organizações da sociedade civil, associações comunitárias, universidades públicas, coletivos de pesquisa e pastorais sociais, cujas ações permitem a continuidade da luta da liderança comunitária, diante do grave quadro de injustiça social e ambiental preconizado pelo agronegócio na região.

Assistiu-se também a uma intensificação das denúncias e das articulações como mecanismos de resistir ao avanço do agronegócio e aos impactos ocasionados sobretudo pela pulverização aérea, aliados aos pedidos de justiça para Zé Maria do Tomé. O M21 passou a aglutinar uma série de entidades que

atuam na Chapada do Apodi e em regiões circunvizinhas, que têm em comum a defesa da justiça social e ambiental e a denúncia contra todas as formas de violência cometidas pelo agronegócio contra as comunidades camponesas instaladas nos territórios de atuação do grupo, que ultrapassam os limites inicialmente estabelecidos e abarcam toda a região cearense do Vale do Jaguaribe.

O M21 representa hoje um locus da articulação e do diálogo entre esses diferentes coletivos na região do Vale do Jaguaribe, que possuem pautas e atividades próprias, mas que compartilham anseios e interesses comuns que se coadunam na realização de vários processos de luta e resistência e que vêm conseguindo lograr significativo êxito no sentido de viabilizar iniciativas que incidem politicamente na intensificação das denúncias e das mobilizações como mecanismos de resistir ao avanço do agronegócio, a exemplo da própria aprovação da Lei Zé Maria do Tomé. Neste sentido, o M21 não busca somente se inserir no subsistema da política de desenvolvimento rural do estado, mas utiliza “oportunidades institucionalmente dadas e [propõe] inovações institucionais percebidas como mais favoráveis à promoção de seus interesses e propostas” (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p. 107).

Pode-se entender o M21 como um movimento social que desempenha um papel que denota efetivamente a disputa pelo espaço e a apropriação do território, articulando ações diversas em âmbito regional e nacional. Infere-se que tais ações não se resumem ao debate sobre os agrotóxicos, incorporando pautas como a saúde dos trabalhadores, o acesso à terra e à água, a agroecologia, a questões de gênero, entre outras. A vinculação do M21 com demais movimentos e organizações possibilita expandir a sua pauta para além da esfera da Chapada do Apodi e vincula-se diretamente com demais mobilizações contra o uso de agrotóxicos, a exemplo de sua inserção na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e no Fórum Cearense de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos.

A Lei Zé Maria do Tomé em foco e em disputa

Reunidos no M21, os movimentos, coletivos e grupos que atuam na Chapada do Apodi, apoiados em inúmeras pesquisas científicas que atestam os danos à saúde das pessoas e do ambiente em decorrência da contaminação por agrotóxicos e em articulação com demais movimentos e coletivos em âmbito estadual, continuaram a pauta de luta de Zé Maria do Tomé e conseguiram, por intermédio do Legislativo Estadual, a aprovação da Lei nº 16.820/2019. Essa lei proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos em todo o Ceará, que passou a ser o único estado a proibir tal prática no Brasil. De acordo com Cavalcante (2021), trata-se de uma ação voltada para a produção de territórios livres de veneno e com mais dignidade no campo, representando uma conquista importante para as pessoas que sofriam cotidianamente com os impactos da pulverização aérea de agrotóxicos em suas comunidades.

A Lei inclui dispositivo na Lei Estadual nº 12.228/1993, que dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como a fiscalização do uso de consumo do comércio, do armazenamento e do transporte interno desses produtos (CEARÁ, 2019). O Projeto de Lei nº 18/15 foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em 24 de fevereiro de 2015. Nele, o deputado estadual Renato Roseno (PSOL) justifica que “[...] a prática de aplicação de agrotóxicos por pulverização viola o direito fundamental ao meio ambiente, agride a saúde humana e contamina em larga escala os recursos hídricos” (CEARÁ, 2015). Foi aprovado em plenário no dia 18 de dezembro de 2018, em razão do parecer favorável de autoria do deputado estadual Renato Roseno e subscrito pelos, à época, deputados estaduais Elmano de Freitas (PT) e Joaquim Noronha (PRP), tendo sido sancionada pelo então governador Camilo Santana (PT) em 8 de janeiro de 2019.

O Projeto de Lei tramitou por quatro anos, circulando entre seis comissões internas na Assembleia Legislativa e intercalando com a realização de diversos seminários e audiências públicas para debater a natureza da proibição de agrotóxicos no estado. As comissões pelas quais o Projeto de Lei passou e obteve parecer favorável foram: i) Constituição, Justiça e Redação; ii) Agropecuária; iii)

Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido; iv) Indústria, Comércio, Turismo e Serviços; v) Trabalho, Administração e Serviço Público; vi) Orçamento, Finanças e Tributação. Em todas elas se fez necessário mobilizar diferentes estratégias políticas com vistas a construir uma unidade partidária que levasse à aprovação da lei, mesmo diante de um cenário nacional desfavorável a medidas restritivas quanto ao uso de agrotóxicos.

Apesar de inúmeras críticas e forte reação contrária por parte do empresariado do agronegócio estadual e nacional, que se articulou judicialmente para reverter sua implementação, uma série de instituições ligadas à saúde e aos direitos humanos se manifestou evidenciando a sua importância como um instrumento em defesa do ambiente e da saúde pública. Em notas, divulgadas pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), dentre outras entidades e organizações da sociedade civil, são ressaltadas as vinculações da lei com a promoção e defesa da agroecologia, da soberania alimentar, da justiça ambiental e da saúde pública, de modo a evidenciar a sua importância no contexto atual.

Por outro lado, a coalizão formada por entidades patronais que representam os interesses do agronegócio se manifestou contrariamente à lei, alegando sua inconstitucionalidade e os prejuízos econômicos que seriam decorrentes da sua implementação, ingressando, em 2021, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6.137) no Supremo Tribunal Federal como meio de revogar a medida, a qual foi apreciada em 2023 com a confirmação de sua constitucionalidade. Dentre as instituições que se posicionaram publicamente e judicialmente contra a Lei estão a Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará (Faec), a Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), que mobilizaram um *lobby* político e campanhas midiáticas contrárias à proibição da pulverização.

Novamente, após a pressão das organizações patronais para revogar a Lei, as entidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais incidiram, entre 2021 e 2023, numa rede de articulações e mobilizações em sua defesa, realizando campanhas na mídia e nas redes sociais, articulando abaixo-assinados e promovendo seminários e debates públicos, tendo como proponentes principais os coletivos que compõem o M21 e o Mandato É Tempo de Resistência, do deputado estadual Renato Roseno. Isso reforça o papel dos movimentos sociais não só na proposição da lei, como também na sua defesa, resultando no lançamento da campanha “Chuva de Veneno Nunca Mais” em novembro de 2021, que contou com a adesão de 165 entidades ambientalistas e científicas, mandatos parlamentares e movimentos sociais do Brasil e do exterior, que se colocaram favoráveis à Lei Zé Maria do Tomé.

A incidência dos movimentos sociais na Lei Zé Maria do Tomé

A atuação dos movimentos sociais, em especial o M21, mas com articulações diretas estabelecidas com o MST, o Fórum Cearense pela Vida no Semiárido (FCVS), os setores progressistas da Igreja Católica, os movimentos de agroecologia e agricultura orgânica, os movimentos ambientalistas, as organizações de direitos humanos, os laboratórios e grupos de pesquisa de universidades públicas, os sindicatos e associações, dentre outros, representou a efetiva mobilização contra a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará, em memória da luta de Zé Maria do Tomé e com uma escala de ação que extrapola os limites municipais, estaduais e inclusive nacionais.

Nesse processo, foi expressiva a articulação entre

a realidade local, a luta do movimento do campo, do MST, entidades, pesquisadores, institutos e universidades, tendo como ponto de partida para a análise interpretar as articulações políticas entre os diversos sujeitos envolvidos no processo e seus desdobramentos que se materializaram no projeto de lei apresentado no parlamento. (SOUTO; LIMA; DANTAS, 2019, p. 7)

Tal processo denota a contribuição dos movimentos sociais na formulação de projetos de lei que incidem diretamente na promoção de políticas públicas, aqui representadas pelo combate ao uso de agrotóxicos. Ou seja, a aprovação da

Lei partiu de uma “demanda popular, que foi efetivada a partir da luta dos movimentos sociais do campo, entidades ligadas aos trabalhadores, pesquisadores comprometidos com o saber engajado, parlamentares de esquerda que encamparam o debate” (SOUTO; LIMA; DANTAS, 2019, p. 8).

Na opinião de Souto, Lima e Dantas (2019, p. 8), a aprovação da lei representa uma articulação política muito maior, que dialoga diretamente com o Legislativo Estadual, aqui representado sobretudo pelo Mandato É Tempo de Resistência, mas que parte de uma agenda de luta diretamente mobilizada pelos movimentos sociais e que se insere nas pautas nacionais contra o uso de agrotóxicos. Apesar disso, asseguram os autores, a efetivação prática da Lei “[...] requer uma luta constante, que parte da disputa de projetos sociais, ancorados no respeito à natureza, fortalecimento da agricultura familiar, e na saúde humana” (2019, p. 8).

O próprio deputado estadual Renato Roseno, em entrevista concedida em 2019, endossa o argumento da centralidade exercida pelos movimentos sociais e sua articulação política com objetivo de garantir a aprovação da lei:

Os movimentos sociais do campo desde sempre se mantêm vigilantes desde antes. Nós utilizamos vários mecanismos aqui, tanto audiência pública aqui, quanto no território, participamos muito ativamente de um Fórum Cearense de Combate ao Uso Indiscriminado dos Agrotóxicos, que foi sediado pelo Ministério Público. [...] Como a pauta dos agrotóxicos está em todas as reivindicações do campo, hoje os movimentos sociais do campo no Ceará e em várias partes do Brasil estão muito conscientes dessa necessidade. (SOUTO; LIMA; DANTAS, 2019, p. 9)

Particularmente sobre o papel dos movimentos sociais, o deputado reafirma a sua importância ante os ataques que o projeto de lei enfrentou, quando foi necessária uma ampla aliança no sentido de demonstrar a necessidade de sua aprovação diante de pautas que partiram do território via M21 e ganharam adesão de demais movimentos e organizações, inclusive localizadas no espaço urbano e distante do cenário observado na Chapada do Apodi. Em outro trecho de entrevista concedida em 2019, Renato Roseno

ressalta o papel do MST e demais entidades na luta contra os agrotóxicos e em defesa da Lei Zé Maria do Tomé:

São articulações locais, nacional e internacional, movimentos sociais e intelectuais acadêmicos. Logo após a aprovação da Lei, houve uma série de articulações no sentido de sancionar a Lei (...), várias manifestações de cientistas, do Ministério Público, da Abrasco, de uma rede internacional contra o uso dos agrotóxicos, com mais de 28 entidades da América Latina que se mobilizaram pela sanção e pela defesa lei, essas redes reúnem tanto os movimentos sociais do campo como cientistas engajados no combate ao uso indiscriminado dos agrotóxicos. Ressaltaria o papel do MST, mais recentemente nós tivemos um diálogo muito interessante com o MST e com a campanha nacional pela redução dos agrotóxicos, no sentido de levar a outras Assembleias Legislativas também iniciativas como essa (...) ressaltaria o papel de algumas entidades como a Terra de Direitos, fez uma ampla cobertura, do processo da lei, o Jornal Brasil de Fato (...), dentre outras entidades. (SOUTO; LIMA; DANTAS, 2019, p. 10)

Entre a apresentação do projeto em 2015, sua aprovação em plenário na Assembleia Legislativa por unanimidade parlamentar em 2018 e a sanção pelo então governador Camilo Santana (PT) em 2019, foram inúmeras as articulações entre o Legislativo e os movimentos sociais, comunidades e universidades. Dentre elas, destaca-se a realização de uma série de audiências públicas na Assembleia e nos territórios com o objetivo de possibilitar a escuta dos sujeitos diretamente impactados pela pulverização aérea na Chapada do Apodi, bem como a apresentação de resultados das pesquisas realizadas sobre os agravos à saúde em decorrência do uso e contaminação por agrotóxicos. Além de campanhas de conscientização contra os agrotóxicos efetivadas em parceria entre movimentos, universidades e o mandato de Renato Roseno, foi viabilizada a realização, em 2016, do Seminário Agrotóxicos e Saúde, que ocorreu na própria Assembleia Legislativa do Ceará com a presença de pesquisadores e movimentos sociais, contando com ampla participação de integrantes do M21 e do MST, por exemplo.

Alguns dos mencionados atores possuem habilidades sociais que foram fundamentais para buscar a cooperação entre outros sujeitos e coletividades que também compartilham sentidos e identidades. Além disso, essas cooperações foram possíveis diante do contexto político de oportunidades para a difusão de projetos dentro de um subsistema de políticas públicas (ambiental, por exemplo) que, mesmo conflituoso, se tornou permeável às demandas dos movimentos sociais. Também se sustenta que a mobilização desses movimentos foi determinada por suas atuações históricas no Ceará e pela conformação e ação da coalizão governante à frente do Poder Executivo no estado, ou seja, um regime político que possibilitou interferência mais significativa nas definições de políticas públicas, assegurando a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos.

Diferentes representantes do M21 endossam o argumento da mobilização realizada a partir desse movimento social em defesa da Lei, à qual se referem como uma “vitória do Movimento 21” que “alimenta-se da luta do povo”. Na avaliação de Araújo (2020, p. 37): “Essa lei, sem dúvida alguma, foi uma representativa vitória do Movimento 21 em seus dez anos de vida, pois foi a prova que a luta de Zé Maria do Tomé continua viva e que o Movimento conseguiu dar prosseguimento à sua batalha contra a pulverização.” Já para outro representante do M21, “a lei estadual que proíbe a pulverização aérea no estado do Ceará alimenta-se da luta do povo e é, para nós, uma conquista da qual não vamos abrir mão! É o nosso direito à vida, à saúde e ao meio ambiente” (TV EFA, 2021, on-line).

No que se refere à participação do MST na defesa da Lei Zé Maria do Tomé, um representante desse movimento afirmou que se trata de “uma luta da vida contra a morte”, tecendo críticas ao uso de agrotóxicos e refletindo sobre a necessidade de “usar todas as nossas armas, todas as nossas linguagens” para garantir a continuidade da lei e da realização de campanhas e políticas sobre os agrotóxicos:

[...] uma lei que é um patrimônio nosso, patrimônio da classe trabalhadora, e que nós enquanto MST temos a compreensão de que é um dever nosso, enquanto movimento social, fazer a defesa dessa importante lei para o Ceará e para o Brasil. [...]

Discutir hoje uma lei como essa é muito importante para nós, porque nós acreditamos que é [...] a luta da vida contra a morte. Essa luta nossa contra o uso de agrotóxicos é a luta pela vida. [...] Nós, enquanto movimento social e classe trabalhadora, precisamos usar todas as nossas armas, todas as nossas linguagens, para defender essa lei. Por isso que o MST tem uma campanha nacional contra o uso de agrotóxicos. [...] Essa defesa tem que ser de todos nós. (ROSENO, 2021, on-line)

Renato Roseno, em *lives* e entrevistas veiculadas na mídia, destaca três elementos centrais que resultaram na aprovação da Lei Zé Maria do Tomé: i) movimentos sociais; ii) ciência engajada; iii) articulação política. Para ele, o produto da articulação entre essas três esferas foi fundamental, demonstrando, por sua vez, que a atuação dos movimentos sociais foi crucial, mas que dependeu também das contribuições da “ciência engajada” e da articulação política realizada no âmbito do Legislativo, de modo que as relações estabelecidas entre os diferentes campos de poder possibilitaram uma unidade centrada numa agenda em comum. Questionado sobre a articulação que resultou na aprovação da lei, o deputado respondeu:

Eu tomei posse, pelo primeiro mandato, em 2015. Obviamente venho muito influenciado tanto por essa produção técnico científica, como também pela densidade do movimento social. Ontem me perguntavam: qual é o diferencial, digamos assim, do aprendizado da Lei Zé Maria do Tomé? É a aliança entre comunidade técnico-científica, ou seja, a produção científica, e o movimento social. Ou seja, essa aliança foi muito importante. (RODRIGUES, 2022, on-line)

O deputado, inserido ele próprio num contexto de articulador do “regime político” necessário para a aprovação e a defesa da Lei Zé Maria do Tomé, reconhece que a “aliança do território em movimento” foi o que garantiu a efetividade prática da mobilização política que fora realizada numa “aliança” entre diferentes atores que foram mobilizados e tensionados com vistas a assegurar o apoio político necessário. Isso fica evidente na sua fala:

[...] essa aliança do território em movimento, ou seja, os movimentos no território, a aliança com sujeitos políticos do

território e também de outros territórios de resistência, sujeitos não institucionais e sujeitos institucionais, e a ciência, em especial, a universidade pública. Ou seja, a Lei Zé Maria do Tomé é uma construção de muitas mãos, são várias camadas que se entrelaçam. [...] O movimento para a proibição da pulverização aérea só foi vitorioso no Ceará porque houve esta aliança do território em movimento, ou seja, do território da resistência, com outros territórios, com sujeitos políticos diversos. (TV EFA, 2021, on-line)

A partir dos relatos aqui apresentados, seja dos movimentos sociais diretamente mobilizados em torno da Lei Zé Maria do Tomé, notadamente M21 e MST, seja em falas do próprio deputado autor do projeto de lei, observa-se a intrínseca articulação entre movimentos e demais frações de poder no âmbito da mobilização política que resultou na aprovação da Lei, o que reforça a instância dos regimes políticos e suas diferentes escalas de atuação, que nem sempre se dão de maneira linear e unilateral e que revelam grande quantidade de conexões estabelecidas entre os diferentes atores.

Considerações finais

A aprovação, em 2019, da Lei Zé Maria do Tomé, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no estado do Ceará, se configura um exemplo de mobilização popular diante dos avanços do agronegócio, tornando-se a primeira lei estadual no Brasil que impossibilita tal prática. Vivenciando um contexto político de extremo conservadorismo no campo, no âmbito federal, com flexibilizações na lei nacional que regulamenta o uso dos agrotóxicos, é importante observar como o estado do Ceará se destaca nesse processo inverso.

Para a análise, mobilizou-se a literatura mais recente sobre movimentos sociais que busca compreender as suas articulações para a elaboração e implementação de políticas públicas. A partir dos conceitos de regimes políticos, subsistemas de políticas públicas, coalizões e habilidades sociais (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018; SILVA, 2021), apreenderam-se as condições que favoreceram a influência desses na modelagem do projeto de lei, a partir da incidência particularmente do M21 e do MST.

Evidenciou-se que, com o aumento do uso dos agrotóxicos na Chapada do Apodi, movimentos sociais com o apoio de demais entidades e instituições começaram a se mobilizar e a denunciar as implicações ambientais e sociais daí decorrentes. Especialmente nos anos 2000, essas lutas se intensificaram e ganharam relevância nacional com a atuação do camponês Zé Maria do Tomé que, tido como um agente com habilidades sociais, conseguiu reforçar as articulações em torno das preocupações com os agrotóxicos na região e no estado.

Desse processo, constituiu-se uma coalizão de defesa que incidiu politicamente na esfera política municipal e estadual. Com a participação de representantes no Legislativo e com a oportunidade política no contexto estadual, os movimentos sociais, especialmente o M21 e o MST, articulados com outras entidades, conseguiram pautar e aprovar a Lei Zé Maria do Tomé, proibindo a pulverização aérea de agrotóxicos. Obviamente, essa Lei é consequência de disputas políticas entre diversos interesses, conforme destaca Moraes (2019, p. 5), para quem as “regulações sobre agrotóxicos não são criadas e implementadas por órgãos de Estado politicamente neutros: elas resultam da influência relativa de grupos organizados”.

Este exemplo específico, centrado particularmente na Lei Zé Maria do Tomé, evidencia a agência dos movimentos sociais e sua incidência política na formulação de políticas públicas e na promulgação de leis que refletem os interesses que partem da mobilização dos atores que estão diretamente inseridos em processos de violação de direitos humanos e de injustiça ambiental. Todavia, para isso, é necessário que movimentos sociais, representantes do Legislativo e das universidades, entre outros atores, conformem uma coalizão para defender seus interesses dentro de um determinado subsistema de políticas públicas.

Referências

ABERS, Rebecca *et al.* Introdução. In: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves (Orgs.). *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2021. p. 9-22.

- ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018.
- AGUIAR, Ada Cristina Pontes. *Más-formações congênicas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)*. 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/30896>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- ALEXANDRE, Severino Ferreira. *Exposição a agrotóxicos e fertilizantes químicos: agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi, em Limoeiro do Norte-CE*. 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15792>. Acesso em: 3 maio 2022.
- ARAÚJO, Reginaldo Ferreira de. *Pedagogia libertadora do Movimento 21: em defesa da terra, da água e da vida na Chapada do Apodi*. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2020. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=101356>. Acesso em: 5 abr. 2022.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. “As firmas tomaram conta de tudo”: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe/CE. 2019. 396 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. *NERA*, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 22-46, 2020.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. Conheça a lei Zé Maria do Tomé, que proíbe pulverização aérea de agrotóxicos. *Brasil de Fato*, São Paulo, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/18/artigo-conheca-a-lei-ze-maria-do-tome-que-proibe-pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. Entre fazendas e firmas: agronegócio da fruticultura e concentração fundiária no Baixo Jaguaribe/CE. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 18, p. 216-240, 2023.
- CEARÁ. Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei nº 18/15, de 24 de fevereiro de 2015*. Inclui dispositivo na Lei Estadual nº 12.228, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins bem como sobre a fiscalização do uso de consumo do comércio,

do armazenamento e do transporte interno desses produtos. Disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2015/pl18_15.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do. *Lei nº 16.820, de 8 de janeiro de 2019*. Inclui dispositivo na Lei Estadual nº 12.228, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins bem como sobre a fiscalização do uso de consumo do comércio, do armazenamento e do transporte interno desses produtos. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2018/16820.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

DIOGENES, Saulo da Silva. *(In)visibilização das causas de câncer na zona rural do município de Limoeiro do Norte-CE: a vulnerabilização das comunidades rurais e os riscos dos usos dos agrotóxicos*. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 103, n. 2, p. 1-22, 1997.

FLIGSTEIN, Neil. Social skills and the theory of fields. *Sociological Theory*, v. 19, n. 2, p. 105-125, 2001.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 61-80, 2007.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Douglas. Toward a general theory of strategic action fields. *Sociological Theory*, v. 29, n. 1, p. 1-26, 2011.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. *Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará*. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

LAVALLE, Adrian Gurza *et al.* (Org.). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2018.

LEITÃO, Liana Sandra Maia Chaves. *Repercussões geográficas das lutas e resistências na Chapada do Apodi (CE): a territorialização das ações de Zé Maria do Tomé*. 2020. 172 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

MARINHO, Alice Maria Correia. *Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe/CE – o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente*. 2010. 245 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARINHO, Alice Maria Correia; CARNEIRO, Fernando Ferreira; ALMEIDA, Vicente Eduardo. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades. In: RIGOTTO, Raquel (Org.). *Agrotóxicos*,

- trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 166-213.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória. *Texto Para Discussão*, IPEA, Brasília, n. 2506, 2019.
- MOURA, Joana Tereza Vaz de; ROZENDO, Cimone; OLIVEIRA, Marcio Vilela de. Movimento e contramovimento e as configurações do campo político em torno da utilização dos agrotóxicos no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 54, p. 560-609, 2020.
- MOURA, Joana Tereza Vaz de; PONTES, Bárbara Maia Lima Madeira. A construção das redes que disputam a regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: o PL 6299 versus a Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PNaRa). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 39, p. 1-37, 2022.
- RIGOTTO, Raquel (Org.). *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- ROCHA, Mayara Melo. *Das águas que calam às águas que falam: opressão e resistência no curso das representações da água na chapada do Apodi*. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio-Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- RODRIGUES, Bruno. Renato Roseno: “A indústria dos agrotóxicos repete as estratégias da indústria do tabaco nos anos 1970”. *Esquerda Online*, Fortaleza, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/02/11/renato-roseno-a-industria-dos-agrotoxicos-repete-as-estrategias-da-industria-do-tabaco-nos-anos-1970/>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- ROSENO, Renato. *Lei Zé Maria do Tomé: 2 anos sem chuva de veneno no Ceará*. 26 mar. 2021. 1 vídeo (1h03min42s). Publicado pelo canal Renato Roseno. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BtMSbNZx45k>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- SABATIER, Paul. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy oriented learning therein. *Policy Sciences*, v. 21, p. 129-168, 1988.
- SILVA, Cláudio. Assassinato de Zé Maria do Tomé: 9 anos de impunidade. *Brasil de Fato*, Fortaleza, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2019/04/29/opiniao-or-assassinato-de-ze-maria-do-tome-9-anos-de-impunidade>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- SILVA, Marcelo Kunrath. Contribuições da teoria dos campos ao estudo das relações entre movimentos sociais e políticas públicas. In: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Orgs.). *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 71-94.

SOUTO, Vanda; LIMA, Josael Jario Santos; DANTAS, Ailton Lopes. A lei nº 16.820/2019, contra os agrotóxicos: conflitos e contradições entre governo e empresários do agronegócio. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 9., São Luís, 2019. *Anais...* São Luís: UFMA, 2019.

TV EFA JAGUARIBANA. *EFAoVivo - Em defesa da Lei Zé Maria do Tomé*. 13 out. 2021. 1 vídeo (5h52min20s). Publicado pelo canal TV EFA Jaguaribana. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u9fqKu-eltM>. Acesso em: 10 abr. 2022.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Orgs.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: IPEA, 2018. p. 106-138.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Orgs.). *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

TEIXEIRA, Maiana Maia. “Por Deus que parece que fizeram por aí algum rebuliço”: experiências de combate à pulverização aérea na Chapada do Apodi, Ceará. *In: RIGOTTO, Raquel (Org.). Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 524-545.

TIRELLI, Cláudia. As contribuições da sociologia relacional para as análises das organizações sociais do campo da assistência: o caso da Rede Parceria Social/RS. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 19, p. 25-43, 2014.

Como citar

MOURA, Joana Tereza Vaz de; CAVALCANTE, Leandro Vieira. Movimentos sociais e políticas públicas contra os agrotóxicos: a Lei Zé Maria do Tomé em foco. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331205, 5 set. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_05.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Situações de emergência no sudeste do Pará: a sobrevivência econômica e social de duas organizações camponesas em tempos de pandemia e pecuarização

Emergency situations in southeastern Pará: the economic and social survival of two peasant organizations amid the pandemic and expanding livestock farming

 Cristiano Bento da Silva¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_06

Resumo: São Félix do Xingu – PA é o município brasileiro campeão de produção de gado, com um rebanho de mais de 2 milhões de cabeças, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). A forte presença dessa atividade, entretanto, não pode ser vista como a única em curso ou a que representa, em absoluto, todas as formas de apropriação, significação e uso dos espaços. A região acolhe uma diversidade social ampla, sendo os agricultores e agricultoras familiares atores expressivos. Durante a pandemia, estes últimos viram as suas lógicas de existência confrontadas. Estimulado a investigar a situação, o presente trabalho estudou o modo como agricultores e agricultoras familiares do município de São Félix do Xingu – PA organizados em associações e cooperativas atravessaram/atravessam a crise no contexto da pandemia e dos processos de pecuarização. A análise recaiu sobre as suas maneiras

¹ Docente no Instituto de Estudos do Xingu da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (IEX/Unifesspa). Doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: cristiano@unifesspa.edu.br.

de perceber riscos à saúde e à perda de condições de trabalho em face do referido cenário. A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, sendo a ferramenta digital WhatsApp um instrumento de interlocução fundamental, nos tempos mais duros da pandemia. As entrevistas foram semiestruturadas, sendo o distanciamento devidamente observado. A pandemia da Covid-19 impôs uma situação de vulnerabilidade aos interlocutores da pesquisa, pela ameaça à saúde física, mas também econômica e social. Apesar da situação, os atores sociais seguem reoxigenando as esperanças, mantendo as suas agendas e planos traçados.

Palavras-chave: crise; pandemia; pecuária.

Abstract: São Félix do Xingú, Pará is the Brazilian city that produces the most cattle, with a herd of over 2 million head, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2020). Despite its strong presence, this is not the only activity underway in this region, nor does it entirely represent all forms of appropriation, signification, and use of spaces. The region is home to broad social diversity, and family farmers play an important role; during the pandemic, these farmers saw their way of living threatened. In an effort to investigate the situation, this work studied how family farmers in São Félix do Xingu who had organized themselves into associations and cooperatives lived through and continue to live through the crisis within the context of the pandemic and expanding livestock farming. The analysis focused on how they perceived health risks and the inability to work within this scenario. The research was qualitative, and the WhatsApp cell phone application was essential for maintaining contact with the participants during the most difficult times of the pandemic. The interviews were partially structured and social distancing strictly observed. The COVID-19 pandemic made the interlocutors in this study vulnerable in terms of infection risk as well as economic and social threats. Despite this situation, the social actors continue to keep their hopes alive, maintaining their established agendas and plans.

Keywords: crisis; pandemic; livestock.

Introdução

O alerta planetário sobre o novo coronavírus (Sars-Cov-2) foi dado em janeiro de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), justamente quando a doença (Covid-19) se espalhou pelo mundo nos corpos de turistas e de outras pessoas de posição social e econômica privilegiada. Se, por um lado, é verdade que a Covid-19 acomete a saúde humana indistintamente, por outro, fatores geopolíticos, econômicos, ecológicos e histórico-culturais determinam a intensidade com que afeta diferentes sociedades, povos e territórios, tornando-os mais ou menos vulneráveis a esse contexto de crise (OLIVEIRA; TIRIBA, 2020). Desse modo, as condições sociais e materiais que recobrem os diferentes atores incidem, categoricamente, na possibilidade destes se defenderem das consequências socioeconômicas e ambientais da doença.

Vários meses após a identificação do primeiro caso no Brasil, do ponto de vista sanitário, a situação ainda se mostrava absolutamente crítica. À crise sanitária somou-se uma crise econômica vivida, sentida e refletida rigorosamente por variados povos do campo, cujos mundos seguem sendo invisibilizados. Em outra escala, a produção de *commodities* e os processos de violência a ela associados continuaram a pleno vapor.

Carolina Motoki, jornalista, educadora popular e assessora da “Campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra”, em artigo publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, asseverou que “é preciso enxergar a violência como sendo sistêmica: ela é necessária para a expansão do agronegócio e dos projetos extrativos”. Essa reflexão é bem ilustrada pelo fato de que, em plena pandemia, a justiça do município de Redenção (sul do estado do Pará) concedia liminar de reintegração de posse das terras em que habitam as 200 famílias onde, “em 2017, nove trabalhadores e uma trabalhadora foram torturados e assassinados por policiais civis e militares na área da fazenda Santa Lúcia, pleiteada pela família Babinski” (MOTOKI, 2020).

Não fosse a Vara Agrária da cidade de Marabá (sudeste do estado do Pará), que sustou a ordem até que a contaminação do coronavírus tivesse uma solução, tudo teria sido feito em tom de (uma já conhecida) normalidade (MOTOKI, 2020). Juntamente com esse fenômeno, outros estavam acontecendo na(s)

Amazônia(s). Um artigo publicado em junho de 2020 assinalou que “enquanto a doença [Covid 19] se alastrava por metrópoles, interior e territórios indígenas, o desmatamento da Amazônia continuou a subir assustadoramente” (PINTO; BERNASCONI; VASCONCELOS, 2020).

Esse quadro é sintomático de que, durante a pandemia, o capitalismo não parou. Por isso mesmo, “afirmar sua parada é como definir uma grande montanha apenas pela sua parte visível e esquecer toda sua base de sustentação” (MALHEIRO; MICHELOTTI; SABINO, 2020, p. 34), a qual é muito expressiva no campo brasileiro, nos processos de concentração de terras, na especulação fundiária e, de modo geral, na privatização de bens comuns (ACSELRAD, 2004, 2009, 2020). O mês de abril de 2020, conforme especificam os autores com base em dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, “para aqueles que constroem uma violenta economia de exportação de *commodities* agrícolas e minerais” foi “o melhor mês de abril da história” (MALHEIRO; MICHELOTTI; SABINO, 2020, p. 39, grifo no original).

No município de São Félix do Xingu, sudeste do estado do Pará, onde esta pesquisa foi ancorada empiricamente, a dinâmica hegemônica da economia é dada pela pecuária. O município, que tem o dobro da área territorial da Holanda, é o campeão em cabeças de gado no Brasil, com cerca de 2,5 milhões (PONTES, 2020). A jornalista Nádia Pontes, em reportagem intitulada “A capital do desmatamento na Amazônia”, assinalou que o gado oriundo da região é destinado tanto para os frigoríficos locais (cerca de cinco) como para outros países e continentes: China, Estados Unidos, Ásia e África.

Nesse contexto, é sabido que parte da dinâmica do desmatamento ilegal resulta, em alguma medida, da abertura de áreas para a pecuária (ROSÁRIO, 2020) e, conseqüentemente, da grilagem de terras (CASTRO *et al.*, 2017). Na região são recorrentes ações, denúncias e reclamações de que grande parte da área de desmatamento mais recente está situada na Área de Preservação Ambiental Triunfo do Xingu (PONTES, 2020).

Entretanto, imputar essa concepção de desenvolvimento a todos os agentes locais indistintamente seria um equívoco interpretativo. São Félix do Xingu é um espaço geográfico que abriga uma diversidade de formas sociais, pautadas

em modos *sui generis* de relação com o ambiente, ancoradas em modos de vida tradicionais.

Se, conforme ressaltei, o capitalismo não parou, as atividades que se processam nos territórios em que habitam agricultores familiares também não recuaram. Tais atividades continuaram/continuam essenciais para a existência e o abastecimento das famílias produtoras e para o comércio local. As famílias camponesas, a despeito das intempéries – crise sanitária, dificuldades em comercializar seus produtos, dos constantes encarecimentos de itens alimentícios básicos – continuam com os processos organizativos e de trabalho anterior à pandemia, apesar das limitantes impostas pela situação atual.

Para a pesquisa, foram elencados dois grupos sociais. O primeiro é representado por mulheres camponesas organizadas na Associação das Mulheres Produtoras de Polpas de Frutas (AMPPF), fundada em 2012. As associadas aproveitam comercialmente as frutas de suas propriedades e, ao mesmo tempo, reforçam a autonomia produtiva e política, o que é feito com os parceiros: a AMPPF é assessorada pela Organização não Governamental Instituto de Manejo de Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). As mulheres vinculadas à referida associação habitam três vilas rurais de São Félix do Xingu: Maguary, Tancredo e Nereu.

Nessa mesma escala, há outros agentes sociais organizados que mereceram aqui atenção. Refiro-me aos cooperados – agricultores familiares – da Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu (Campax), que também atravessaram/atravessam os atuais momentos de crise sanitária e econômica. A Campax foi criada em 2013. As entrevistas apontam a existência de 226 cooperados, embora a cooperativa esteja passando por um processo de recadastramento para avaliar o número exato de cooperados ativos. Estima-se que a quantidade de cooperados orbita entre 180 e 200. A Campax também é assessorada pela ONG Imaflora e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O principal produto que recebe dos *pequenos produtores*² é o cacau. Em segundo lugar está a castanha-do-pará, adquirida de agricultores familiares e

² A grafia dos termos em itálico será sempre quando me referir a algum termo em língua estrangeira. *Pequenos produtores* é um termo local utilizado juntamente com a categoria correlata, *agricultor(a) familiar*. Optei por ocultar os nomes dos(as) interlocutores(as) apresentando apenas as iniciais.

dos povos indígenas Mebêngôkre-Kayapó; adquire ainda folhas de jaborandi, que estava quase em extinção na região por causa da ação sistemática de madeireiros desde a década de 1990.

O trabalho está estruturado em seis subtópicos, nos quais são apresentadas as entrevistas realizadas e o contexto de pesquisa; os impactos na produção e comercialização dos produtos; as categorias (auto)definidoras e a organização política dos interlocutores do estudo; o espaço social e as condições de realização da pesquisa; a crise sanitária como produtora de vulnerabilidade; e a crise sanitária e a reverberação na saúde econômica.

Entrevistas realizadas e contexto de pesquisa

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em São Félix do Xingu, entre os meses de junho e agosto de 2020, durante o período de isolamento social imposto pela pandemia. Foram conduzidas sete entrevistas com representantes da ONG Imaflora e membros da Associação das Mulheres Produtoras de Polpa de Frutas (AMPPF) e da Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu (Campax). O objetivo da pesquisa foi caracterizar a relação dos entrevistados com as áreas rurais de São Félix do Xingu, sua organização social e, principalmente, compreender os impactos socioeconômicos da pandemia em suas vidas.

As entrevistas foram conduzidas com cinco mulheres e dois homens. Um dos homens é o presidente da Cooperativa Campax, um agricultor residente em São Félix do Xingu desde os anos 1980, em uma propriedade rural legalizada. O outro homem é o gerente da ONG Imaflora, que assessora a Campax, e estava na região desde 2017. Notavelmente, o presidente da Campax é um agricultor negro, enquanto o gerente da Imaflora é um paulista branco.

Entre as mulheres entrevistadas, uma é assessora de projetos da Imaflora e trabalha diretamente com as mulheres produtoras de polpa de frutas. Ela é negra, chegou à região em 2006, vinda de Minas Gerais. A presidente da AMPPF é uma agricultora que possui terra própria e está na região há 33 anos, vindo do Paraná. Outra entrevistada, M.H., também é moradora da região e reside na vila Tancredo desde 1997, quando se mudou do município de Xinguará. Todas as

mulheres iniciaram suas atividades com polpa de frutas em 2012, ano de criação da associação e de consolidação da participação feminina nessa atividade econômica. Muitas delas tiveram que aprender todo o processo de produção da polpa de frutas ao longo desses anos.

A pandemia de Covid-19 trouxe significativos impactos para as comunidades rurais de São Félix do Xingu e afetou de forma expressiva a vida social e econômica dos entrevistados. Durante as entrevistas, emergiu a preocupação com a continuidade das atividades produtivas e as dificuldades de manter o sustento das famílias. O isolamento social e as restrições impostas afetaram diretamente a comercialização dos produtos, impactando a renda dos agricultores e das mulheres produtoras de polpa de frutas.

Especificamente, a comunidade de folheiros, trabalhadores que vivem do extrativismo e não possuem terra própria, também enfrentou desafios durante a pandemia. A restrição de acesso a áreas de coleta, aliada à queda na demanda e nos preços dos produtos coletados, agravou a situação econômica desses trabalhadores.

Além dos desafios econômicos, a pandemia trouxe preocupações com a saúde e bem-estar dos moradores da região. Durante as entrevistas, os impactos psicológicos e emocionais do isolamento social e da incerteza em relação ao futuro foram evidenciados.

A pesquisa realizada com representantes da ONG Imaflora, da AMPPF e da Camppax evidenciou os desafios enfrentados pelas comunidades rurais de São Félix do Xingu durante a pandemia de Covid-19. A dificuldade em manter a atividade econômica e a incerteza em relação ao futuro destacaram-se como pontos centrais das preocupações dos entrevistados. Nesse contexto, compreender as experiências e percepções das mulheres produtoras de polpa de frutas e dos pequenos agricultores é fundamental para desenvolver políticas e ações que possam mitigar os impactos socioeconômicos decorrentes de situações de crise como essa pandemia. Além disso, considerando a diversidade étnica e de origens dos entrevistados, é essencial que as abordagens de apoio e assistência considerem as particularidades e necessidades específicas de cada

grupo, buscando promover a inclusão e a sustentabilidade das atividades produtivas no contexto rural de São Félix do Xingu.

Antes da pandemia, o trabalho dos agricultores e agricultoras da Camppax seguia um curso normal, com produção e comercialização de seus produtos, como a polpa de fruta, com a Prefeitura através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e com restaurantes locais. Além disso, havia reuniões para trabalhos em grupo e formações, sendo o contato humano essencial para a articulação com as ONGs que os assessoravam.

No entanto, a pandemia trouxe impactos significativos para essa dinâmica. A limitação do contato humano e a ameaça do vírus tornaram impossível a realização de reuniões coletivas, fundamentais para a produção agrícola local. Diante dessa situação, foi necessário criar um protocolo de biossegurança para reunir poucas pessoas (homens e mulheres) com as ONGs, garantindo a continuidade do suporte e assessoria, embora de forma mais restrita.

Impactos na produção e comercialização dos produtos

Com a pandemia, os mercados para a polpa de frutas, jaborandi e castanha-do-pará foram prejudicados. A cooperativa Camppax é responsável por comprar e processar esses produtos em sua fábrica própria, o que inclui a retirada da casca da castanha-do-pará e o seu posterior acondicionamento a vácuo. Durante a pandemia, o processo de compra, processamento e comercialização desses produtos sofreu impactos negativos, como destacado pelo senhor R.F.S., presidente da cooperativa.

A redução da demanda por esses produtos e as dificuldades logísticas decorrentes das restrições afetaram diretamente a renda dos agricultores e a continuidade das atividades produtivas. Além disso, o contato limitado com os assessores das ONGs também impactou a produtividade e a organização das atividades agrícolas.

A agricultura familiar, a construção social da organização política e o tempo da pandemia

O presente artigo aludiu à categorização dos agentes sociais provocado, sobretudo, pela observância da autoidentificação. Nesse sentido, as denominações *agricultoras(es) familiares e pequenos produtores rurais* serão amplamente utilizados. Tais distinções, entretanto, não existem sem uma razão histórica e sociológica. O mesmo ocorre com as formas associativas e cooperativistas abordadas no estudo.

A socióloga Maria de Nazareth Baudel Wanderley assevera que a agricultura familiar é uma denominação genérica a qual remete a uma diversidade de situações concretas. O agricultor familiar, assim considerado, não perdeu suas referências tradicionais camponesas. Ocorre que em um contexto de modernização ele se adapta às novas exigências da sociedade englobante. A agricultura de base familiar seria, então, “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”³ (WANDERLEY, 1996, p. 2). Essa relação família-produção-trabalho assume, no tempo e no espaço, uma diversidade de formas sociais, conforme a mencionada autora.

Nesse sentido, o agricultor é o camponês que passou a incorporar tecnologias no processo de produção e, com isso, teve modificada a estrutura tradicional de produção. Tradicionalmente, o camponês organiza as múltiplas dimensões da vida a partir dos seus conhecimentos ancestrais e experiências cotidianas. Entretanto, “a modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser apreendida em escalas especializadas e com os especialistas dos serviços técnicos de assistência técnica” (WANDERLEY, 2003, p. 46). No universo da agricultura familiar, cresce a importância dos serviços de assistência técnica gerados fora da comunidade local.⁴

³ Em sentido similar, Schneider e Cassol (2013) destacam que agricultores familiares são grupos sociais formados por pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais.

⁴ O município de São Félix do Xingu apresenta uma realidade marcada pela presença de ONGs e entidades governamentais de assistência técnica que prestam assessoria a diversas unidades familiares, dada a recorrente degradação do solo, da água e de boa parte do ambiente imediato de produção da vida. Entre as instituições cujo trabalho

Wanderley (2003, p. 47) ressalta o debate que há entre diversos autores sobre a existência de uma possível ruptura entre o campesinato (tradicional) e o agricultor (moderno). Ela, entretanto, busca equalizar a situação controversa ao defender a hipótese de que “teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais”.

Assim, tem-se o reconhecimento de que o agricultor familiar é portador de uma ontologia específica. O seu ser social comporta, nesse caso, as referências do mundo moderno e, ao mesmo tempo, as referências do camponês tradicional. Em todo caso, o que torna os agricultores familiares “construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura” (WANDERLEY, 2003, p. 47).

No Brasil, os anos 1990 foram bastante representativos para a agricultura familiar, porque marcaram o início “de um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas, que vão criar espaço e condições favoráveis à emergência, legitimação e consolidação da [expressão] agricultura familiar no Brasil” (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 9). O agricultor familiar/camponês, mesmo em condições sociais e históricas difíceis, não se furta à busca pela construção de “sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna” (WANDERLEY, 2003, p. 58). A agência na construção da própria história pode ser percebida quando se depara com a organização política dos camponeses com os quais se trabalhou em São Félix do Xingu – PA.

Há muito se discute que os sujeitos pertencentes às diversas sociedades subalternizadas do globo terrestre possuem historicidades, ordem culturais, sociais, econômicas, ecológicas e cosmológicas muito próprias (WOLF, 2005). Tais análises relativizaram as narrativas e formulações coloniais, que insistiam em considerar essas sociedades como desprovidas de “experiência em construir seu próprio modo de vida” ou que as suas histórias tivessem iniciado

é desenvolvido com os pequenos produtores rurais, três são centrais. São elas: The Nature Conservancy Brasil (TNC), o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

quando agentes externos passaram a surgir diante delas (SAHLINS, 2007, p. 534).

De acordo com Andrade e Alves (2013), o cooperativismo desponta como uma espécie de opção para a resolução de vários problemas enfrentados pelos atores sociais que assim se organizam. A ideia é que, desse modo, haja uma contribuição para o fortalecimento das atividades produtivas, bem como uma inserção mais participativa e positiva nos circuitos econômicos. Além de organizar a capacidade e o espaço da produção, no caso de agricultores familiares, espera-se que as cooperativas contribuam no sentido de promover vantagens aos produtos da agricultura familiar e, com isso, fortalecer os seus territórios (ANDRADE; ALVES, 2013).

No caso da Associação das Mulheres Produtoras de Polpa de Frutas (AMPPF), a intenção é de expandir e integrar outras famílias da região de São Félix do Xingu. Hoje, a associação conta com 16 famílias associadas. O número é pequeno, se for considerada a imensidão territorial do município e a existência de muitas outras famílias.

De todo modo, “demanda a gente tem”, afirma a analista de projetos da ONG Imaflora. Enumerando as possibilidades, diz ela,

a gente tem famílias da Casa Familiar Rural que querem se associar. Já fomos provocados por pessoas lá da [vila] Nova Vida, tem a parceria com a CPT com possibilidade de fazer algum trabalho com aquela região de Lindoeste, Sudoeste [assentamentos muito distantes da cidade]. A dona L. quer mobilizar famílias da [vila] Santa Rosa. (Entrevista concedida por C.G.O, 2020)

Esse era o curso ordinário dos acontecimentos e do planejamento, até o início da pandemia. Entretanto, as animadas intenções tiveram um freio significativo e ficaram comprometidas, no ano de 2020. A explicação é esta: “a gente ainda não teve possibilidade de continuar por causa da Covid-19. Fica difícil marcar reunião, ir a campo, né? Mas essa é a expectativa: a de que a gente aumente para 50 famílias” (Entrevista concedida por C.G.O., 2020). Os planos interrompidos também reverberam na Cooperativa Alternativa Mista

dos Pequenos Produtores do Alto Xingu (Campax), assunto abordado adiante.

Ao ser questionado sobre qual comprometimento a atividade da ONG Imaflora sofreu no contexto da pandemia, e que repercutiu também na Campax, o assistente de projetos da referida ONG, V. F., destacou que a perda principal aconteceu na oferta dos serviços às famílias de agricultores que vendem seus produtos para a cooperativa. Em janeiro, “que é um mês meio parado, e em fevereiro já começam as atividades, a gente conseguiu fazer uns mutirões, só que em março parou”, destacou ele.

Mesmo que as atividades desenvolvidas sejam coletivas, por meio de mutirões, o pouco tempo não permitiu que elas fossem suficientemente realizadas. “São bastantes frentes”, detalha o interlocutor, “adubação, curso de cacau, sistema agroflorestal, entrelinhas, manejo de entrelinhas, beneficiamento, gestão de sítios, gestão das organizações sociais, mercado” (Entrevista concedida por V.F., 2020).

O espaço social e as condições para a interlocução

A frente de expansão impulsionadora da ocupação do município de São Félix do Xingu, região sudeste do estado do Pará, por grupos não indígenas esteve intimamente conectada à chegada de migrantes na região de Marabá, nos anos de 1970 (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004). Estes recém-chegados adentraram municípios como Xinguara e Redenção e foram abrindo novas áreas rumo ao município de São Félix do Xingu.

Passou a haver, nesse período, a coexistência entre uma diversidade de atores sociais, notadamente grandes e médios empresários da madeira e da pecuária, pequenos produtores cuja existência material orbitava em torno do uso necessário da mão de obra familiar e da articulação da pecuária com a agricultura; também havia aqueles que possuíam grandes propriedades e não dependiam de mão de obra familiar; existiam as comunidades ribeirinhas situadas próximas das margens dos rios e várias áreas indígenas, nomeadamente as dos povos Mebêngokrê-Kayapó (ESCADA *et al.*, 2005).

A presença dessa diversidade de atores é algo contemporâneo e caracteriza, inclusive, a região. É o caso da vila Taboca, distante 97 km da cidade de São Félix do Xingu. Esta é uma daquelas localidades em que é perceptível a coexistência de múltiplas atividades econômicas. É o caso do garimpo artesanal de cassiterita, monazita e (em menor escala) de ouro. Ainda há pessoas que retiram e comercializam madeira de forma ilegal e famílias que vivem da agricultura, mas sem o abandono total da pecuária. A vila foi formada em função desse amálgama de atividades. Localmente, a retirada de madeiras, como a castanheira, não parece ser encarada como infração. Na vila, existe até uma pequena marcenaria que beneficia a madeira retirada e emprega umas poucas pessoas. Em estudo nessa região, Escada *et al.* (2005) observaram fenômeno similar, em que os pequenos colonos interlocutores de sua pesquisa afirmaram que não são criminosos por executarem queimadas nas terras (devolutas) em que ocupavam. Alegavam apenas que estariam ali tentando tirar o sustento, haja vista que o Estado não lhes dava alternativas de sobrevivência.

Na década de 1980, a mineradora Taboca se instalou na referida vila. Nesse período, uma madeireira denominada “Perachi” também se instalou nos arredores, incentivando ainda mais o povoamento a partir de suas atividades. As famílias que foram morar nos arredores, mas que viviam da atividade agrícola, vendiam a sua produção para os funcionários da empresa que residiam em casas construídas pela própria mineradora.

O resultado dessa dinâmica deu-se da seguinte maneira: “após a desativação da mineradora Taboca nos anos 1990, a vila construída no ‘meio do nada’, com infraestrutura para servir exclusivamente aos funcionários da empresa, foi invadida por famílias de colonos” (KAWAGE, 2002, p. 71, grifo do original). Cedendo à pressão dos ocupantes, nasce o então povoado, cuja população é estimada atualmente em cerca de 20.000 habitantes.

Na região de São Félix do Xingu, “o pecuarista chegou ao mesmo tempo que as empresas de mineração de cassiterita e o garimpo de ouro, com a chegada de novos grupos atraídos pela exploração da folha de jaborandi” (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 7). O (des)encontro de agentes com

historicidades distintas, nessa região de fronteira (MARTINS, 2009), e portadores de diferentes formas não só de apropriação, mas também de significação do mundo material (ACSELRAD, 2004), resulta até hoje em conflitos socioambientais.

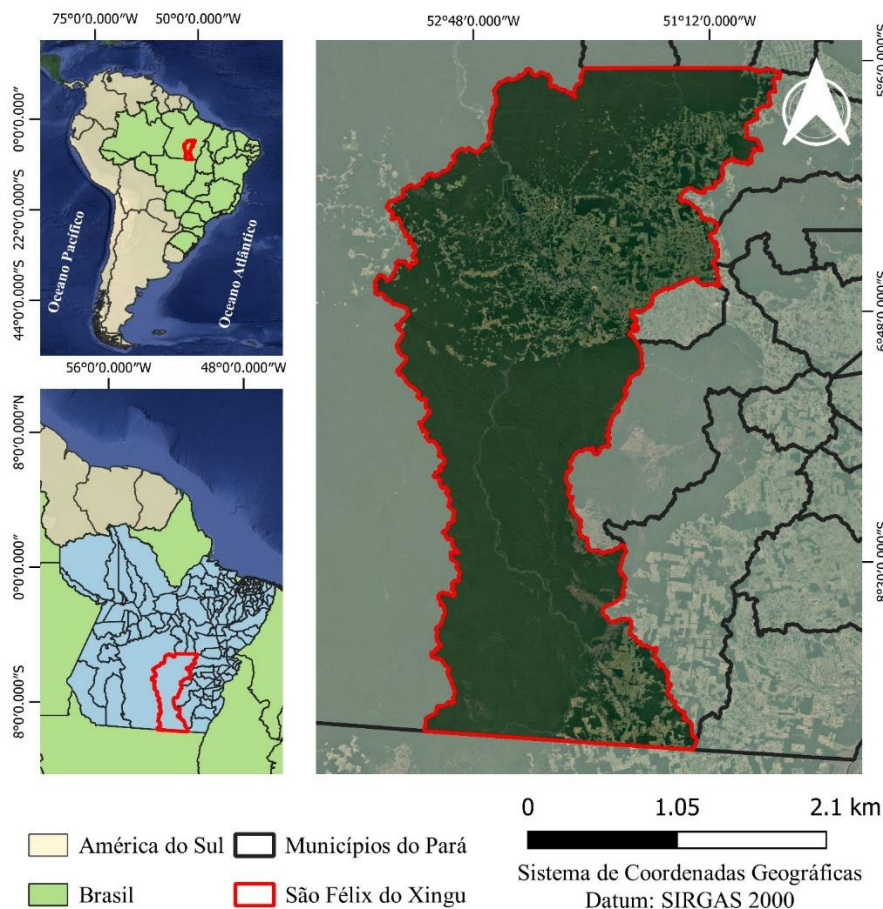
Essa diversidade social expressiva remete a manifestações já referidas pelo antropólogo Paul Little. Com razão afirma que “a imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária” (LITTLE, 2004, p 251). As múltiplas formas de relação com o ambiente geográfico delineiam a territorialidade, a qual consiste no “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (p. 253).

Com o passar do tempo, e em função das denúncias de diversos setores sociais, ficou cada vez mais patente que a devastação da floresta e da complexidade de seus ecossistemas, em São Félix do Xingu, produzia efeitos deletérios sobre as sociedades indígenas e comunidades tradicionais, possuidoras de saberes específicos sobre esses ecossistemas e que, em função disso, corriam sérios riscos.

No limiar dos anos 2000, Castro, Monteiro e Castro (2004) registraram o risco de perda da possibilidade de continuidade das atividades extrativistas, como castanha-do-pará, frutas e raízes, plantas medicinais, entre outras, em função do avanço do desmatamento e, sobretudo, em virtude do padrão dominante de ocupação dos espaços ainda preservados ser a instalação de grandes fazendas.

Um desdobramento dessas atividades, cujo passivo ambiental atinge fortemente os grupos não hegemônicos, pode ser percebido a partir dos dados apontados pelo Inpe (2019). Eles ressaltam que o estado do Pará contribuiu com 34% (148.399 km²) do desmatamento total da Amazônia Legal, no período de 1988 até o ano de 2018. Nesse cenário, o município com maior índice de desmatamento foi São Félix do Xingu – com 18.440 km² – de 2000 a 2015.

Figura 1 – Localização do município de São Félix do Xingu



Fonte: SIRGAS, 2000.

Foi, portanto, no interior dessa realidade socioespacial, com todas as suas complexidades, que esta pesquisa se desenvolveu. O enfoque foi dado aos agentes sociais cuja preocupação com a produção material da vida não está descolada de preocupações com as chamadas questões ambientais. Conforme mencionado na introdução, a pesquisa foi feita com agricultores e agricultoras familiares da região. Estes encaminham práticas variadas de produção, sendo o extrativismo uma prática muito valorizada. Além disso, há uma preocupação crescente com uma produção orgânica, sobretudo de cacau, polpa de frutas e outros.

As entrevistas demonstram que a ordenação das atividades produtivas dessas famílias foi mudando ao longo do tempo, na medida em que elas foram se articulando a organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a

Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (Adafax). A analista de projetos da ONG Imaflora, que assessora esses agentes sociais desde o ano de 2006, quando ainda trabalhava na Adafax, considera que “o carro-chefe dessas famílias sempre foi a pecuária. Quando a gente começa, a Adafax vem com um trabalho iniciado pela CPT. Então, A CPT aqui em São Félix já tinha essa animação, esse trabalho para diversificar com o cacau” (Entrevista concedida por C.G.O., 2020).

Esse padrão de produção, centrado quase que exclusivamente na pecuária, foi se diversificando conforme o passar do tempo e as articulações com diversas instâncias, dentre elas a CPT, as associações locais, a Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri) e as ONGs. O fato é que as famílias tinham a produtividade assentada na pecuária e depois surgiu a possibilidade de plantarem cacau. Nesse processo, conforme referiu a interlocutora, “ao invés de ser a pecuária em primeiro plano, e o cacau em segundo, o cacau passa a ser em primeiro e a pecuária em segundo” (Entrevista concedida por C.G.O., 2020).

Um fato importante é que não estava em discussão o fim da possibilidade de criar gado. Ao contrário, havia um respeito pelo modo de vida das famílias camponesas, em que a diversidade de culturas já fazia parte da vida social. Por isso,

a Adafax, além do cacau e além da pecuária, trabalhou muito na linha da diversificação da produção: com pequenos animais, polpas de fruta, horta. Quando a gente criou a AMPPF, essas famílias já eram famílias vindas de um trabalho com a Adafax. Já eram famílias bem dispostas a mudar, a reverter essa situação. (Entrevista concedida por C.G.O., 2020)

Há famílias que fizeram essa travessia econômica deixando de criar gado para pôr na ordem de prioridades a produção de cacau e de outras árvores frutíferas. É o caso da dona M.J.N., vinculada à AMPPF. Ela é migrante (veio do estado do Paraná) e mora na região há 33 anos. Já chegou a trabalhar com o gado e, na antiga propriedade, também plantava cacau. Morava entre grandes fazendas. Aconteceu, certa vez, da sua roça de cacau ser queimada. Não se sabe explicar quem o fez nem a razão. O testemunho deu-se nos termos a seguir. “Perdemos tudo. Meu marido quase perdeu a cabeça e falou que não ia plantar mais nada

pra lá, porque a gente morava no meio de várias fazendas. E aí o fogo, naquela época, queimou tudo” (Entrevista concedida por M.J.N., 2020). O fato, de acordo com ela, ocorreu há dez anos. Esse período é correspondente ao tempo em que a vida se rearranjou. Assim, ressalta a interlocutora,

vendemos a terra lá e compramos a terra aqui. Só que lá, na época, nós vendemos 18 alqueires e compramos só dois alqueires e meio, e é onde nós moramos hoje. Aí nós decidimos não mexer com o gado (...). E aí acabamos com o gado e ficamos mexendo só com o cacau.

Em 2012, a família ingressa na AMPPF para trabalhar também com a comercialização das polpas das frutas dos seus quintais.

A organização da vida produtiva nos termos colocados anteriormente tem sinergia com o que o escritor Eduardo Galeano disse, ao prefaciar a edição brasileira do livro *As veias abertas da América Latina*. Naquela ocasião, o pensador latino-americano fez referência à produção baseada na monocultura como sendo uma “prisão”, ao passo que a diversidade produtiva foi assemelhada à liberdade, porque seria ela quem nos defenderia “dos mortíferos golpes da cotação internacional, que oferece pão para hoje e fome para amanhã” (GALEANO, 2015, p. 7). As palavras de Eduardo Galeano são bastante assertivas, em virtude de aludir que: “A autodeterminação começa pela boca” (GALEANO, 2015).

As reflexões postas até aqui, antecedem, contextualizam e ambientam o que era importante que fosse dito sobre a organização metodológica deste artigo. Falam, por conseguinte, de como foi possível materializar os dados para compor este artigo. Um primeiro elemento a ressaltar é que estes escritos refletem as condições sanitárias impostas pela situação da pandemia, no período em que as entrevistas foram conduzidas. Assim, os instrumentos usuais de coleta de dados – o partilhar das vivências com os interlocutores e suas dinâmicas cotidianas, tão caro às ciências sociais – tiveram que ser rearranjados.

A antropóloga Rosana Guber considera o trabalho de campo importante por abrir possibilidades para o pesquisador compreender, na interação com os interlocutores, “el sentido que éstos le dan al encuentro” (GUBER, 2011, p. 59). Assim, as produções textuais resultantes desse encontro são sempre

construções “a partir de interlocuções” (NEVES, 2007, p. 33). Diante da impossibilidade do “encontro etnográfico” (PEIRANO, 1986) nos moldes ordinários, lançou-se mão de um aporte tecnológico que estava sendo muito utilizado pelas agricultoras e agricultores, nos tempos de pouco contato pessoal, ou seja, às conexões e conversas pelo WhatsApp.

Antes de principiar qualquer diálogo com as agricultoras e agricultores houve uma conversa com mediadores, em especial da Comissão Pastoral da Terra e da ONG Imaflora. O trabalho na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) possibilitou conhecer pessoas ligadas a essas entidades e, a partir delas, foi feita a interlocução – como uma rede virtual – necessária à pesquisa. Outro fator a considerar é que, quanto mais ocorre o afastamento da cidade de São Félix do Xingu em direção à área rural, menos possibilidades de cobertura telefônica existem. Por outro lado, mesmo em algumas áreas onde não tem rede telefônica, há redes de internet.

Boa parte das interlocutoras e interlocutores da pesquisa têm acesso à internet em suas propriedades. Não apenas acessam a internet, como também lhe conferem um uso político. Nessa pandemia, a tesoureira da AMPPF ressalta a importância de acessar o WhatsApp, nos marcos da organização social e em tempos de pandemia. Em seus próprios termos, “devagar, a gente vai se atualizando. Hoje, já é bom porque tem WhatsApp, a gente se comunica. Esses tempos atrás era mais difícil, mas agora pelo menos tem WhatsApp para manter a gente organizadas” (Entrevista concedida por M.J.N., 2020).

De todo modo, a pesquisa se beneficiou do uso que as agricultoras já estavam fazendo dessa ferramenta. A partir dela, a interlocução foi possível. Esse contato, por outro lado, mostrou-se permanente, haja vista que a conexão continuou e, por diversas vezes, a conversa foi retomada, as dúvidas foram esclarecidas, e houve atualização sobre os últimos acontecimentos relacionados à condição social dos(as) interlocutores(as).

De qualquer forma, o uso do WhatsApp também demonstrou que os agricultores e agricultoras calculavam/calculam os riscos do contato pessoal, no cenário pandêmico. Isto é o que apontou a tesoureira da AMPPF: “A gente sempre fala que na nossa associação, todo mês, nós tinha a nossa reunião. Aí,

com o negócio da pandemia, nós nos distanciamos, porque não estava podendo” (Entrevista concedida por M.J.N., 2020).

As reflexões sobre o risco à saúde, a partir do contato interpessoal, também foram registradas pelo assistente de projetos da ONG Imflora. Com a pandemia, as visitas de campo ficaram prejudicadas. Por isso, eles elaboraram o que foi denominado de “Protocolo de Biossegurança”, prevendo uso normativo de máscaras, autorização do proprietário, não aglomeração, dentre outras coisas.

Porém,

alguns não aceitaram a nossa visita: “Ah não, vocês estão na rua”. A gente tem que concordar: “você está certo, é isso aí mesmo”. Isso eu achei interessante por parte dos agricultores. Achei que teriam menos agricultores assim, mas até que não. Não vêm para a cidade, mesmo que seja para entregar cacau, pedem para alguém trazer. Isso está acontecendo bastante. (Entrevista concedida por V.F., 2020)

Esse é, portanto, o cenário que demarcou os caminhos metodológicos, bem como as ferramentas de interlocução e pesquisa, no presente contexto.

A crise sanitária e a produção da vulnerabilidade para as associadas da AMPPF

A associação de Mulheres Produtoras de Frutas (AMPPF) foi criada em 3 de março de 2012 e congrega famílias de três comunidades do município de São Félix do Xingu – Xadá, Maguary e Tancredo Neves. O livro *Adequação ambiental e políticas públicas para a agricultura familiar do Alto Xingu*, organizado pela Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (Adafax), conta um pouco dessa história.

Destaca, dentre outras coisas, que o surgimento da AMPPF se deve à “percepção da falta de aproveitamento das frutas produzidas nos lotes de alguns agricultores” (OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 29). Houve, a partir de então, um diálogo com os agricultores e agricultoras familiares para firmar o interesse em criar a associação e, nesse mesmo processo, fez-se um estudo de mercado para saber das potencialidades comerciais, preferências de sabores e cotação de valores.

Esse diálogo, de acordo com a analista de projetos da ONG Imaflora que nessa época prestava assessoria para a Adafax, não foi obra do acaso, mas sim fruto de provocações das pessoas interessadas. É o caso da dona Maria da Conceição – dona Diomar, como era conhecida – que, individualmente, já vinha construindo experiências de aproveitamento de frutas em seu lote, apesar das limitações com relação à falta de eletricidade. Ela morava na comunidade Maguary e, vendo a necessidade de dar uma finalidade econômica às frutas, sentiu que haveria de ter uma articulação coletiva para comercializar os seus derivados. Esse processo foi e tem sido fundamental em termos da emancipação não apenas produtiva, mas também política e social.

Nessa época já existia um desejo das mulheres de aproveitar todo o excesso que tem de produção de frutas nas propriedades. Nisso, a Adafax começou a conversar com uma e conversar com outra, se elas tinham interesse. Na verdade, o interesse partiu de uma senhora chamada dona Diomar. (...) Dona Diomar faleceu, mas desde de 2011 ela já falava: “olha, vocês da Adafax podiam fazer um apoio, a gente tem tanta fruta que poderia processar”. Ela já fazia alguns ensaios na propriedade dela. Porque, lá não tinha energia elétrica. Então, esse era um grande gargalo a ser superado. E aí ela começou a conversar com a Adafax: “o que vocês podem fazer pra ajudar a gente?”. E aí ela foi se reunindo com as vizinhas, porque lá a casa de todo mundo é de parentes, na colônia lá. É uma colônia pequena, Maguary, e todas elas demonstraram interesse. (Entrevista concedida por C.G.O., julho de 2020)

O ponto é que o resultado desse debate foi positivo. Avaliou-se a existência de um mercado e, em função disso, soube-se que os agricultores e agricultoras das três regiões poderiam destinar seus produtos ao comércio institucional e, concomitantemente, já poderiam ir pensando na possibilidade de ampliar a diversidade do que seria produzido ulteriormente. Do início até os dias atuais o mercado institucional é quem absorve grande parte das polpas produzidas. Nesse sentido, a comercialização de peso ocorria com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae.

A Lei nº 11.947,⁵ de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. É esse mercado institucional que tem sido a salvaguarda, por assim dizer, das mulheres produtoras de frutas organizadas na AMPPF.

Mesmo a lei existindo, o acordo para a comercialização não foi pacífico. A Prefeitura do município de São Félix do Xingu precisou ser interpelada e avisada de que comprar das agricultoras não era conceder-lhes favor, mas sim respeitar um direito que estava em vigor.

A gente discutiu com a prefeitura, até então a prefeitura não comprava a merenda escolar delas. Então foi uma briga boa, com a prefeitura, com secretária de dizer que esse programa não era favor da prefeitura, nem do governo, era um direito dos agricultores familiares e elas conseguiram comercializar. (Entrevista concedida por C.G.O., julho de 2020)

Em 2013, ano da publicação do já mencionado livro *Adequação ambiental e políticas públicas para a agricultura familiar do Alto Xingu*, tinha-se um diagnóstico de que a AMPPF havia conseguido uma capacidade organizacional muito importante. Isso graças à “tomada de decisão, de definição de papéis, e governança autônoma”. Aliado a esse aspecto, há o fato de que seus membros já eram sócios de outras entidades organizativas. Mais ainda, está dito que o “que diferencia a AMPPF dos demais é a mentalidade objetiva da mudança de paradigmas em relação às alternativas produtivas sustentáveis” (OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 30).

Para as mulheres da AMPPF, a situação imposta pela pandemia impactou, sobremaneira, a continuidade das atividades. A comercialização pelo Pnae, por exemplo, ficou prejudicada em 2020. Desde o início daquele ano o quadro foi se agravando. É o que ressalta a tesoureira da AMPPF, referindo-se à situação dizendo que “nós estamos paradas. Nós só conseguimos fazer duas entregas no mês de março. Logo veio a pandemia e acabou, está tudo parado, e esse foi um

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: maio 2020.

impacto grande para nós”. Ou seja, sem aulas na rede municipal, a Prefeitura achou por bem não continuar comprando os produtos das agricultoras.

O caso é que “como elas entregam diretamente para a merenda escolar, a prefeitura está alegando que não tem aula e então não tem porque comprar”, ressalta a analista de projetos da Imaflora. Porém, a Prefeitura começou a comprar sextas básicas (os kits) e a doar para as famílias dos estudantes que estavam necessitadas, em razão de medidas legais.⁶ Eis, então, um novo desajuste, pois

a Prefeitura está fazendo esse kit, essa sexta, com produtos tradicionais”, isto é, “produtos de mercado mesmo, arroz que compra em pacote, feijão e não estão entregando os produtos da agricultura familiar”. A alegação, diz ela, é a de que a “polpa de fruta não entra como alimento essencial. (Entrevista concedida por M.J.N, 2020)

Em função disso, as mulheres pediram um posicionamento da Prefeitura sobre esse modo de proceder. Enquanto aguardavam, foram sobrevivendo do jeito que podiam. Dona M., uma das associadas que vive às margens do rio Xingu, falou comigo muito rapidamente, em função do acesso à internet e de sinal de celular precários. E também pelo fato de que o seu confinamento estava sendo na propriedade recém-adquirida.

Ela destacou que estava sobrevivendo graças ao auxílio emergencial,⁷ no valor de 600 reais, que recebia do governo federal. Por outro lado, diz a interlocutora, “não recebemos nada do governo estadual”. A tesoureira da AMPPF explicou a situação vivida: “da nossa associação, tem mulheres que

⁶ A Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, publicada na edição extra do *Diário Oficial da União* desta terça-feira, 7, alterou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de Educação Básica. A medida ficará vigente enquanto durar o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, resultante da pandemia do coronavírus. “Publicada a lei que autoriza a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do Pnae durante a suspensão das aulas na rede pública”. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13438-publicada-a-lei-que-autoriza-a-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-alimentos-adquiridos-com-recursos-do-pnae-durante-a-suspens%C3%A3o-das-aulas-na-rede-p%C3%BAblica>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁷ O auxílio emergencial estava previsto para ser pago, inicialmente, em três parcelas a partir de abril de 2020. Elas tinham o valor de R\$ 600,00 cada uma. No fim de junho de 2020, o governo anunciou a prorrogação desse pagamento, totalizando cinco parcelas. Logo após, foi confirmada mais uma prorrogação. Desta vez, seriam mais quatro parcelas. Porém, o valor caiu para R\$ 300,00, com exceção de quem já recebia vinculado ao Programa Bolsa Família, que permaneceria com o valor anterior. “Beneficiário do Bolsa Família recebe 6ª parcela do auxílio emergencial a partir do dia 17”. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/09/beneficiario-do-bolsa-familia-recebe-6a-parcela-do-auxilio-emergencial-a-partir-do-dia-17.shtml>. Acesso em: 20 set. 2020.

receberam o auxílio. Tem outras pessoas também que não tem Bolsa Família que receberam o auxílio”. O auxílio, de acordo com ela, tinha sido a única renda do governo.

As associadas tentaram concorrer a um edital aberto pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que incentiva a compra de produtos da Agricultura Familiar (PAA). Foi uma tentativa não exitosa, por assim dizer. M.J.O. assinala que “não tivemos outra renda. Nós até tentamos entrar na Conab, PAA estadual, mas ficamos entre os 50, mas nós não conseguimos chegar a entregar pelo PAA/Conab”. Ela finaliza dizendo que estão sobrevivendo “só mesmo com o auxílio. Quase todas as mulheres têm o Bolsa Família” (Entrevista concedida por M.J.N., 2020).

Na sequência da conversa, dona M.J.N. ressaltou que foi muito bom receber o auxílio. Boa parte das mulheres receberam até 1.200 reais. Àquela altura da conversa estimava-se que teriam direito, no segundo semestre de 2020, a receber apenas 600 reais, dada a redução dos valores. Para dona M.J.N., a despeito de receberem o auxílio, ainda continuaria a existir um desbalanceamento, pois “o auxílio abaixa e as coisas sobem, porque, agora a complicação não vai ser o auxílio, vai ser a condição dos mantimentos que a pessoa compra, que não tem no campo e tem que comprar. É caro, que está ficando caro, então vai ser uma polêmica”.

A Camppax entre a crise sanitária e a saúde econômica

A Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu (Camppax), assim como a AMPPF, também não atravessou incólume a situação posta pelo contexto pandêmico. Ela adquire dos agricultores familiares a castanha-do-pará, o cacau e a folha do jaborandi. Esse produto, conforme revelam os dados da pesquisa, já estava em queda durante os últimos três anos, em função da dificuldade em comercializá-lo de forma certificada no mercado. É um produto caro.

Na década de 1990, a cadeia do jaborandi era controlada pelos grupos econômicos que detinham maior força. O senhor R.F.S. assinalou que “na época quem dominava mais não era a agricultura familiar”, porque “quem tinha mais

bagagem, mais valentia adquiria as áreas”. Tais pessoas eram conhecidas como “gatos” e, para explorar o jaborandi, contratavam mão de obra local – os chamados “folheiros”.

Analisando essa relação a partir de suas memórias considerou ambientalmente descuidado o modo como a exploração da matéria-prima aconteceu. Em seus próprios termos, “não cuidaram da questão ambiental, de zelar pelo produto” e “chegou o momento de ser suspenso”.

Os antigos “folheiros”, outrora subordinados aos “gatos”, mais recentemente retomaram o extrativismo desse produto e passaram a ser cooperados. Com isso, retiram a folha do jaborandi observando os critérios ambientais necessários. Embora a cooperativa trabalhe com esse produto, “a produção ainda é pouca de acordo com a procura que tem”, observa o senhor R.F.S. Consoante a sua narrativa, as folhas de jaborandi são coletadas em terras particulares, pois “os que tiram folhas não têm terra”. Eles fazem a coleta nas terras de fazendeiros e pagam uma porcentagem do lucro para os proprietários. A norma criada pela cooperativa assinala que 10% do lucro do extrativista deve ser destinado ao proprietário da terra.

Esse é um processo não apenas para evitar o extrativismo ilegal e problemas de degradação ambiental. É também para tentar gerenciar e amortecer eventuais conflitos.

Hoje não tem problema de conflito. O cara, ele próprio, vai lá e negocia. A gente faz um cadastro e nesse cadastro a gente tem um controle de onde o cara tá, o acampamento em que ele tá. E aí tem os técnicos daqui que tá dando esse suporte, vai lá e vê a área. Por exemplo, ele trabalhou esse ano e no próximo ano ele não vai mais trabalhar naquela área. Ela vai recuperar. Ela também precisa da semente, de reproduzir a semente para tá repovoando. (Entrevista concedida pelo senhor R.F.S. em 2020)

A compra desse produto pela cooperativa é fruto da demanda, sobretudo, da empresa Centroflora,⁸ que também exige um compromisso ambiental dos extrativistas. Em todo caso, o jaborandi não chega à cooperativa em volumes próximos aos do cacau e da castanha-do-pará. Contudo, há ainda muitos

⁸ Para mais informações sobre a empresa e seu ramo de atuação, acessar: <https://www.centroflora.com.br/grupo-centroflora-vence-o-1-premio-nacional-da-biodiversidade/>.

agricultores desconhecedores da importância da cooperativa e, em função disso, depositam a produção nas mãos dos chamados “atravessadores”.

Hoje tem muitos concorrentes, os atravessadores, que querem tirar de linha a própria cooperativa e ficar livre do negócio. (...) A maioria deles [agricultores] não sabe a importância de ter a cooperativa. Mas já tem um bom número, e esse número a gente vem acreditando. E hoje tem uma demanda de produção e a gente precisa trabalhar ela com qualidade. (Entrevista concedida pelo senhor R.F.S. em 2020)

A despeito das tantas dificuldades, o vislumbre por um futuro mais próspero ainda é mantido: “A gente pensa em trabalhar também os outros produtos, mas aí veio essa questão [pandemia]. ... Hoje a gente precisa de mais estrutura”, assinalou o senhor R.F.S.

A pandemia, nesse sentido, produziu para os cooperados não apenas riscos à saúde física, mas também a sua saúde econômica. É o que pode ser exemplificado a partir do beneficiamento da castanha-do-pará. A castanha-do-pará que chega à Campapax é oriunda do município de São Félix do Xingu, de áreas pertencentes à agricultura familiar e, principalmente, das Terras Indígenas (TI) onde residem os povos Mebêngôkre-Kayapó.

A pandemia afetou intensamente a comercialização do produto. Nesse cenário, a fábrica teve que ficar fechada, por causa da lei que proibiu a aglomeração. Como são mais de dez funcionários – e é necessária uma quantidade superior a dez funcionários para funcionar –, ela ficou parada. Ou seja,

a cooperativa só fez um estoque de castanha in natura, comprou castanha in natura, quando foi ligar as máquinas, deu um problema na eletricidade. Beleza, não tinha ainda a lei. E aí foi comprando, comprando e quando arrumou o transformador, veio a lei. (Entrevista concedida por V.F., 2020)

Em decorrência da pandemia, houve um gasto de dinheiro para estocar a castanha *in natura*, porém, a fábrica não pôde funcionar. O fato é que “isso deu um baque grande na cooperativa, tanto que não tem castanha nova para vender. Só tem castanha in natura. Aí ferrou, porque tinha gente esperando comprar,

como todo ano tem clientes que compram de São Paulo” (Entrevista concedida por V.F., 2020).

As frentes de agravos à saúde econômica são intensamente retomadas nas narrativas dos interlocutores e interlocutoras. Os problemas já mencionados se somaram a outros. O senhor R.F.S. assinala o prejuízo a partir de dois principais fatores: a interrupção do planejamento e a rescisão do contrato dos trabalhadores. Assim, diz ele, “um é que a gente tinha um planejamento e não podemos cumprir pelo que estava sendo projetado, que é a implantação da nossa indústria, que era pra ser concluída e não foi concluída”. Sem poder dar continuidade às ações propostas e ao trabalho na fábrica de beneficiamento de castanha-do-pará, a situação se complexificou.

Em decorrência disso, “a gente teve que rescindir o contrato de todo mundo. Até hoje não voltou ainda. As vezes volta uma semana, duas semanas só pra atender o mercado local e suspende as atividades”, destacou o senhor R.F.S. A cooperativa também ficou sem poder adquirir a produção de muitos cooperados, haja vista a diminuição de seu poder de compra. O cacau foi o único produto que ainda manteve a comercialização. Os contratos firmados antes da pandemia com as empresas compradoras foram mantidos e os pequenos produtores puderam dar continuidade à produção e a cooperativa assegurar a circulação do produto. Os outros produtos não tiveram a mesma sorte. Portanto, o efeito à saúde econômica tendeu a se projetar, inevitavelmente, sobre a agricultura familiar local.

O agricultor familiar, nessa pandemia, se viu impelido a permanecer em seu território. Isso aconteceu quando passou a conceber as atuais condições sanitárias como muito graves. Porém, não interrompeu as suas atividades. Quando questionado sobre como os agricultores compreenderam as atitudes exigidas pelo cenário da pandemia, o senhor R.F.S. destacou que, inicialmente, “eles tiveram muita dúvida. Só deram fé mesmo porque deu um impacto no financeiro”, ocorrido quando a cooperativa chamou a atenção para as dificuldades de comprar os seus produtos à vista.

Em todo caso, a produção nos territórios camponeses não parou, porque “o trabalhador já tem o hábito de amanhecer o dia e ele fazer o que deve fazer,

chovendo ou fazendo sol, com algum problema, dor na coluna ele vai fazer”, afirmou o interlocutor, ao assinalar que também age dessa forma em sua terra.

Considerações finais

O presente trabalho analisou o modo como agricultores e agricultoras familiares cooperados e associados do município de São Félix do Xingu (PA) percebem os riscos à saúde e à perda das condições de trabalho em face do atual contexto de pandemia e de pecuarização. A interlocução para a pesquisa ocorreu com atores sociais vinculados à Associação das Mulheres Produtoras de Polpas de Frutas (AMPPF) e à Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu (Campax).

A pesquisa, naquela situação, precisou ser articulada de modo a garantir o distanciamento físico. A pandemia, apesar de todas as problemáticas que trouxe, direcionou agricultores e agricultoras para o diálogo por meio do WhatsApp. Esta ferramenta digital foi mobilizada para debater os problemas e manter o contato entre associadas e cooperados. Portanto, está aí contido um uso político.

O processo de interlocução, apesar de ocorrido por meio do WhatsApp, possibilitou a obtenção de materiais importantes para a análise. Por meio dos diálogos pôde-se perceber, concretamente a partir dos testemunhos, como a região de São Félix do Xingu é habitada por uma heterogeneidade de atores sociais, com suas formas diversas de utilização e significação do mundo material. O desencontro entre elas influencia, sobremaneira, a emergência dos conflitos sociais (ACSELRAD, 2004).

A pandemia veio a somar com situações preexistentes, produzindo agravos significativos à saúde física e financeira dos *pequenos produtores*. Tanto as mulheres associadas na AMPPF quanto os cooperados da Campax presenciaram uma retração do mercado para os seus produtos.

A percepção dos interlocutores da pesquisa, portanto, remete às dificuldades existentes antes da pandemia nos marcos dos conflitos com o latifúndio. A crise sanitária e econômica provocada pela Covid-19, como se nota, criou um problema no interior de uma realidade já problemática. De todo modo, e apesar

de tudo, os agricultores e agricultoras familiares, durante todo o processo de pesquisa, deixaram evidente que continuavam o trabalho ordinário. Além disso, sempre reforçaram a possibilidade de fortalecer a AMPPF e a Camppax, a partir da acolhida de novas iniciativas, pessoas, e projetos futuros.

Agradecimentos

Esta pesquisa é fruto do projeto “Construção de movimentos sociais e capacidade das comunidades para defender seus direitos ameaçados pelas empresas de mineração no Brasil”, financiado pela Fundação Ford e coordenado pelo professor Dr. Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ), a quem o autor agradece o apoio.

Referências

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, Henri. O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 115-129, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/10158>. Acesso em: 20. jan. 2023.
- ACSELRAD, Henri. A microbiologia cega do capitalismo. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; MELO, Eriki Aleixo de (Orgs.). *Pandemia e Território*. São Luís: UEMA Edições/ PNCESA, 2020.
- ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e agricultura familiar: em estudo de caso. *RAIMED – Revista de administração IMED*, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

- DALL'AGNOL, Laísa. Beneficiário do Bolsa Família recebe 6ª parcela do auxílio emergencial a partir do dia 17. *Uol*, São Paulo, 8 set. 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/09/beneficiario-do-bolsa-familia-recebe-6a-parcela-do-auxilio-emergencial-a-partir-do-dia-17.shtml>. Acesso em: 8 set. 2020.
- CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimundo; CASTRO, Carlos Potiara. Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio. *Papers do NAEA Belém*, n. 180, 2004.
- CASTRO, Roberta Rowsy Amorim de *et al.* Da posse à Reserva Extrativista Rio Xingu: ameaças conflitos e mobilização social na Terra do Meio, Pará, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 88-101, 2017.
- ESCADA, Maria Isabel Sobral *et al.* Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/Iriri). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10068>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- GALEANO, Eduardo. Prefácio à presente edição. In: GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&M, 2015.
- GONÇALVES, José Sidnei; VEGRO, Celso Luis Rodrigues. Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da cooperativa agrícola de Cotia (CAC). *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v, 41, n. 2, p. 57-87, 1994.
- GUBER, Rosana. La observación participante. In: GUBER, Rosana. *La etnografía. Método, campo y reflexividad*. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-felix-do-xingu/pesquisa/18/16459?ano=2020>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espacial. *Projeto PRODES: Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite*. 2019. Disponível em www.obt.inpe.br/prodes. Acesso em: 10 mar. 2020.
- KAWAGE, Claudia Maria Carneiro. *Organização política de camponeses em São Félix do Xingu: estratégias, identidades e associações*. 2002. 173 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Belém, 2002.
- LITTLE, Paul Elliott. Anuário Antropológico 2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.
- MALHEIRO, Bruno Cesar Pereira; MICHELOTTI, Fernando; SABINO, Thiago Alan Guedes. Aqui o capitalismo não parou! Espoliação e brutalidade em tempos de pandemia, o que a Amazônia tem a dizer? *Geographia*, Niterói, v. 22, p. 33-50, 2020.

- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MOTOKI, Carolina Falcão. As lutas camponesas e a utopia possível. *Le Monde Diplomatique*, Brasil, jul. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-lutas-camponesas-e-a-utopia-possivel/>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- NEVES, Delma Pessanha. Em tempo de fronteira: 40 anos de leitura. *Humanitas: diálogos com Otávio Velho*. v. 23, n. 1/2, 2007.
- OLIVEIRA, Carolina Alves de; TIRIBA, Léa. Pandemia, crise de cuidados e educação ambiental: o que aprender com quem cuida da vida? *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 6, n. Especial, p. 36-57, 2020.
- OLIVEIRA, Celma *et al.* *Adequação ambiental e políticas públicas para a agricultura familiar do Alto Xingu*. São Félix do Xingu: ADAFAX, 2013.
- PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. O encontro etnográfico e o diálogo teórico. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 10, n. 1, 1986.
- PONTES, Nádia. Especial Amazônia: a capital do desmatamento na Amazônia. *DW*, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-capital-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia/a-52243986>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- PINTO, Luís Fernando Guedes; BERNASCONI, Paula; VASCONCELOS, André. Brasil exporta soja com desmatamento ilegal. *Le Monde Diplomatique*, Brasil, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/brasil-exporta-soja-com-desmatamento-ilegal/>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- PUBLICADA a lei que autoriza a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do PNAE durante a suspensão das aulas na rede pública. 8 abr. 2020. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13438-publicada-a-lei-que-autoriza-a-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-alimentos-adquiridos-com-recursos-do-pnae-durante-a-suspens%C3%A3o-das-aulas-na-rede-p%C3%BAblica>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- ROSÁRIO, Juliana Thomé Cavalcante do. *Desmatamento no estado do Pará: Causas e efeitos versus as ações de combate realizadas pela Polícia Civil*. 2020, 174 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública) – Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. *Série Documentos de Trabajo n. 145*. Grupo de Trabajo: Desarrollo con cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Santiago: Rimisp, 2013.

SOUZA, Alzira Silva de Souza. *Cooperativismo: uma alternativa econômica*. Rio de Janeiro: CECRERJ, 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: 25 jul. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambu, 1996. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1996.*

WOLF, Eric. *A Europa e os povos sem história*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da USP, 2005.

Como citar

SILVA, Cristiano Bento da. Situações de emergência no sudeste do Pará: a sobrevivência econômica e social de duas organizações camponesas em tempos de pandemia e pecuarização. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331206, 5 out. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_06.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Grilagem judicial verde: um estudo de caso sobre a participação do Poder Judiciário na expansão do agronegócio no estado do Tocantins

Green judicial land grabbing: a case study on judiciary participation in the expansion of agribusiness in the state of Tocantins

 **Braz Batista Vas**¹

 **Leador Machado**²

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_07

Resumo: Destacamos o movimento de concentração de terras no município de Campos Lindos – Tocantins, combinado com processo de expulsão de comunidades tradicionais do local, estimulada pelo projeto denominado Matopiba. Com as áreas de chapada ocupadas, com base em um decreto estadual que desapropriou essas terras e as entregou a políticos e autoridades locais e nacionais, houve uma decisão judicial que autorizou o processo de expansão se voltar também aos baixões, região de morada das populações tradicionais que passaram a ter essas áreas questionadas judicialmente como sendo de reserva ambiental. Analisamos aqui a decisão judicial que consolidou

¹ Professor do curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). E-mail: brazbv@gmail.com.

² Mestrado em Cultura e Território pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGCult/UFNT). Juiz do trabalho aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 10a Região. E-mail: leadormachado@gmail.com.

essa visão e, com base em estudo documental e bibliográfico, ante a exposição de casos análogos, identificam-se indícios de formação de um padrão de “grilagem judicial verde”. Investigamos o histórico da terra e ocupação dessa região, o caso concreto contido no processo judicial e um padrão no discurso que lhe subjaz.

Palavras-chave: grilagem judicial verde; Matopiba; Campos Lindos; Tocantins.

Abstract: This study highlights the concentration of land in the municipality of Campos Lindos, Tocantins, along with the process of expelling traditional communities from this region which resulted from the project known as Matopiba. With the occupation of plateau areas through a state decree that expropriated these lands and handed them over to politicians and local and national authorities, a court decision also authorized the return of expansion to the lowland *baixões*. While these areas are the home of traditional communities, their continued occupation is now being questioned in court as the *baixões* are being considered as environmental reserves. Here we analyze the judicial decision that consolidated this vision; based on a study of documents and the literature revealing similar cases, signs that a pattern of “green judicial land grabbing” is forming are identified. The history of the land and occupation in this region is investigated, along with the concrete case in the judicial process and a pattern in the underlying discourse.

Keywords: Green judicial land grabbing; Matopiba; Campos Lindos; Tocantins.

Introdução

Tendo conseguido as terras de chapada por meio de um questionável decreto de desapropriação (TOCANTINS, 1997), os sojicultores da região de Serra do Centro, em Campos Lindos – Tocantins, viram a necessidade de destacar parte de suas propriedades como reserva ambiental. Voltaram os olhos, na sequência, para os baixões,³ local de moradia das comunidades tradicionais, que diziam invadidos por posseiros. A disputa entre a associação que representa o

³ “[...] áreas baixas, ao pé das chapadas, onde a produção de soja não está presente, mas seus efeitos sim. Nessas áreas, que não foram ocupadas pelas lavouras em função das condições de solo e relevo menos propícias, se concentram os remanescentes da vegetação nativa local. São habitadas pelas populações mais antigas, que ali estavam desde antes da chegada do agronegócio” (FAVARETO, 2019, p. 22-23).

agronegócio e os posseiros deu origem ao Processo Judicial nº 5000008-77.2005.8.27.2720, iniciado em 4/7/2005, na Vara Cível da Comarca de Goiatins, opondo de um lado a associação e, de outro, quatro posseiros. A ação era de interdito proibitório⁴ e, no seu curso, foi transformada em ação de reintegração de posse (SILVA, 1991). Ao final foram retiradas aproximadamente 400 pessoas da região, algumas das quais estavam lá há mais de 100 anos. Buscamos nesta pesquisa entender este caso e suas consequências, em correlação com o fenômeno denominado “grilagem verde”.

No estado do Tocantins é identificado um acelerado processo de concentração fundiária. Famílias inteiras e até povoados são expulsos de suas terras tradicionais para dar lugar ao agronegócio monocultor, predominantemente de soja, ou a fazendas de gado. Essas famílias não têm outra opção senão deslocarem-se para as periferias das cidades próximas onde passam a viver na extrema pobreza, pois empregos não existem (MOTOKI; MOTA, 2018). No início de 1997, o então governador do estado de Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, desapropriou, por meio do Decreto nº 436, de 8 de maio de 1997 (TOCANTINS, 1997), uma área de mais de cem mil hectares e a entregou à então presidente da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins (Faet), Kátia Regina de Abreu, para que fizesse distribuição entre seus escolhidos (CIFUENTES, 2013).

Nessas terras foi implementado um projeto de agronegócio exportador de soja transgênica, com uso intenso de venenos e tecnologia agrícola avançada, que dispensa mão de obra local, agravando a situação de desemprego e desamparo da população (MOTOKI; MOTA, 2018; SANTOS, 2019; GOMES, 2019). Não bastasse isso, os empreendimentos estão isentos de pagamento de imposto ao município em face das isenções implementadas pela Lei Kandir (BRASIL, 1996), não trazendo nenhuma contribuição para a coletividade local, fazendo com que Campos Lindos seja, ainda em 2023, um município com alta produção agrícola e indicadores sociais abaixo da média (FAVARETO *et al.*, 2019).

Estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) de 2001 aponta a região do cerrado brasileiro como a mais importante

⁴ Do latim *interdictum*, de *interdicere* (interdizer, lavar um decreto), significando ordem expedida pelo magistrado para a prática de um ato, feitura de alguma coisa, ou se proteja um direito individual.

zona de expansão agrícola mundial. A expansão dos monocultivos de soja no cerrado nas últimas décadas contribuiu para alçar o Brasil ao posto de maior exportador global desse produto, representando 42% do total de exportações globais e 18% da exportação brasileira. A soja tornou-se um dos principais atrativos para os investimentos estrangeiros no Brasil. Somado isso à histórica conexão desse setor com o sistema político brasileiro, estrutura-se um poder econômico e político incomparável no país e que se espalha para os demais setores, incluso o Judiciário (AGUIAR, 2018).

A destruição do cerrado, operada pelo monocultivo e pelo uso intensivo de veneno, poluindo o lençol freático, alterou o regime pluviométrico da região, aumentando a seca e destruindo nascentes de rios, fazendo-os secar. Com as áreas de chapadas devastadas, as empresas dirigiram seus interesses também para os baixões, pois o cerrado preservado nessas áreas serve como justificativa para cumprir a exigência de preservação de 35% de reserva legal de cada propriedade (PITTA; MENDONÇA, 2018). A ideia seria ampliar o conceito de reserva legal, usando-o para expropriação, forma de desapropriação mediante uso de violência.

Esse procedimento representa, para Vecchione (2018), padrões deturpados de preocupação ambiental que apenas garantem mais expropriação, pois o deslocamento das pessoas dos baixões, logo após fazê-lo nas chapadas, detecta alguns padrões de apropriação, com novos caminhos para concentração e acumulação. Trata-se de uma forma de grilagem e captura verde que, embora se baseie em legislação ambiental, está longe de configurar justiça socioambiental e agrária (VECCHIONE, 2018).

Essa é, também, a conclusão da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR) ao afirmar que, com o tempo, as comunidades de seu estado (Bahia) foram perdendo acesso às áreas de uso comum das chapadas e ficando restritas aos vales e, mesmo essas áreas, passaram a ser alvo de uma nova forma de grilagem – a “grilagem verde” (AGUIAR; BONFIM; CORREIA, 2021).

É exatamente a situação discutida neste artigo. A habitação de baixões, próxima de riachos, é tradicional na região analisada. Essa área é usada para construir moradias, criar pequenos animais e fazer as “roças de toco” da

população ali estabelecida de longa data. As chapadas são terras comuns, onde solta-se o gado e procede-se o extrativismo da lenha, dos frutos silvestres e ervas medicinais que o Cerrado oferece (FREDERICO; ALMEIDA, 2019). Essas terras normalmente são ocupadas por populações tradicionais ou originárias, como camponeses, indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, sertanejos e ribeirinhos – conceitos que podem ser vistos em Almeida (2004), Diegues *et al.* (2000), Marés (2018) e no Decreto nº 6.040 (BRASIL, 2007) – que tiram seu sustento dessa terra, cultivam suas tradições, asseguram sua reprodução por meio de conhecimento secular sobre uso de recursos naturais e que lutam e resistem para permanecer em seus territórios.

Da ‘grilagem judicial verde’

A bibliografia que trata do tema grilagem no país aponta que, a rigor, a expropriação dessas terras se dá graças à falsificação de títulos de propriedade originalmente pública por agentes privados, conforme podemos ver em Oliveira (2020). Não bastasse a grilagem por esses meios, há também os de expropriação mediante o uso de coerção e violência imposta às populações mais vulneráveis e com poucas condições de resistência (FREDERICO; ALMEIDA, 2019).

Neste estudo partimos do pressuposto de que o caso analisado se constitui uma nova forma de expropriação, desta feita com a participação direta do Poder Judiciário, somando ao que se está convencendo chamar de “grilagem verde”. A expressão é encontrada na legislação internacional, especificamente na língua inglesa, na qual é grafada com o termo *green grabbing* (FAIRHEAD; LEACH; SCOONES, 2012, p. 241 *apud* SAUER; BORRAS JR., 2016) e indica apropriação de terras para fins ambientais, estando relacionada a mudanças climáticas e à busca de lucros no bojo do que, na fase neoliberal do sistema capitalista, se denomina economia verde (SAUER; BORRAS JR., 2016, p. 25-26).

A hipótese a ser analisada nesta abordagem é a de que o Poder Judiciário estaria contribuindo para a constituição de uma nova forma de grilagem na região do projeto Matopiba. Esse novo procedimento de grilagem se daria em três momentos: primeiro, as empresas de agronegócio se apropriam das terras de chapada e indicam os locais de moradia das comunidades tradicionais como

áreas de reserva legal de seus empreendimentos; segundo, acionam o Poder Judiciário, por meio de ações possessórias, demandando a reintegração de posse das áreas ocupadas por essas comunidades com o argumento de estarem invadindo e degradando essas áreas; terceiro, o Judiciário, sem permitir a produção de provas, a ampla defesa e o devido processo legal aos demandados, concede liminares reconhecendo a condição de “reserva legal” das áreas ocupadas e determina a sua imediata reintegração.

A característica marcante desse tipo de grilagem seria o uso desse poder para transformar terras de moradia das comunidades tradicionais, nos baixões, em áreas de reserva legal de empreendimentos ligados ao agronegócio, proporcionado sua expropriação por ação desse mesmo Poder Judiciário em ações possessórias. Para demonstrar essa hipótese, iniciamos expondo o cenário em que se dá esse conflito, o caso concreto a partir do qual se desenvolve e um histórico do comportamento do Poder Judiciário na região. Em seguida apresentamos um estudo bibliográfico sobre a atuação do Estado e do Direito na estrutura do sistema capitalista para, ao final, analisarmos qual o comportamento do Poder Judiciário no caso concreto.

Matopiba – ‘um mar de pobreza e indignância em torno de uma ilha de geração de riqueza’

O processo judicial apreciado teve como cenário a região de Serra do Centro, município de Campos Lindos, no Tocantins, no bojo do projeto de desenvolvimento denominado Matopiba. Trata-se de um acrônimo formado pela junção das sílabas iniciais dos estados para os quais este projeto foi dirigido, ou seja, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, alvo de políticas estatais de ocupação do Cerrado para produção de grãos. É um projeto de desenvolvimento agropecuário criado pela ex-presidente Dilma Rousseff, por meio do Decreto nº 8.447, de 6 maio de 2015 (BRASIL, 2015), e defendido como “última fronteira agrícola do Brasil”⁵ pela então senadora tocantinense Kátia Abreu e pela bancada agropecuária.

⁵ Em um debate virtual intitulado “Seminário Matopiba – Desafios do Cerrado Nordestino”, realizado pela Fundação Perseu Abramo, no dia 12 de agosto de 2021, a senadora Kátia Abreu encerrou sua fala dizendo que o Matopiba é a “última fronteira agrícola do Brasil e do mundo” e explicando por quê: “Porque se nós olharmos pra direita do mapa do Brasil, nós vamos ter o Semiárido. Se nós olharmos pra esquerda do mapa do Brasil, nós vamos encontrar a floresta

O cenário mais intenso da chegada da soja ao estado do Tocantins, todavia, é anterior ao lançamento do projeto Matopiba e remonta aos anos 1990 e início de 2000. Segundo Fábio T. Pitta e Maria Luisa Mendonça (2018), foi com a crise dos então denominados Tigres Asiáticos e a maxidesvalorização do real em 1999, com a economia brasileira apresentando índices módicos de acumulação, que o Estado, tentando compensar um déficit comercial e evitar fuga de capitais, passou a fomentar, por meio de créditos subsidiados, a agroindústria exportadora (PITTA; MENDONÇA, 2018).

A expansão territorial dos monocultivos no Brasil coincidiu também com o aumento global dos preços das *comodities*. Foi nesse período, ainda segundo Pitta e Mendonça (2018), que a produção de soja alcançou o Matopiba, sendo que, entre 2000 e 2014, a área plantada com soja nessa região aumentou 253%, passando de 1 milhão para 3,4 milhões de hectares. Nas regiões de Cerrado do Tocantins e Piauí a área de plantação de soja era de menos de 100 mil hectares em 2000, chegando a 1,4 milhão de hectares em 2016 (IBGE, 2018). Essa expansão é estimulada por agentes financeiros, principalmente fundos de pensão internacionais que se associam ao agronegócio no Brasil (PITTA; MENDONÇA, 2018).

A introdução desse monocultivo leva em conta apenas a questão da produtividade, deixando de considerar o rastro de conflitos agrários e ambientais que subjazem à sua expansão. Entre 2005 e 2014, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018), do total de mais de 11 mil localidades onde ocorreram casos de violência no campo brasileiro, 39% foram no Cerrado. Em 2016, houve um crescimento de mais de 300% dos conflitos no estado do Tocantins. Durante o último governo, de 2018 a 2022, tivemos os maiores índices de violência de toda a série histórica registrada pela CPT desde 1985 (CPT, 2022). Nos últimos 20 anos, de acordo com a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia (AGUIAR; BONFIM; CORREIA, 2021), foram registrados 2.388 conflitos por terra na região do Matopiba.

amazônica, que nós precisamos preservar. Então se você olhar pra baixo do Brasil, no Sul já vem produzindo, ocupando. O Matopiba agora estanca, nós não temos mais pra onde crescer agricultura. Essa é a última fronteira agrícola do Brasil. Por que eu digo que é a última fronteira agrícola do mundo? Porque a outra fronteira que existe é a África, só que a África ainda vai demorar muito pra chegar aonde nós chegamos e produzir uma grande agricultura” (AGUIAR; BONFIM; CORREIA, 2021, p. 13-14).

No Tocantins, a inclusão do cultivo de soja se deu por meio do “Projeto Agrícola Campos Lindos”, cujo termo inicial foi a desapropriação de terras pelo Decreto nº 436 (TOCANTINS, 1997), com a finalidade de implantar o projeto Polo de Produção de Grãos e Frutas, para o mercado nacional e internacional, transformando, segundo a justificativa, terras improdutivas em produtivas, gerando novas fontes de trabalho, desenvolvendo social e tecnologicamente o estado e aprimorando as condições de vida da população (SILVA, 2017, p. 51-52).

Os benefícios sociais para o município de Campos Lindos, esboçados no decreto desapropriatório, não vieram, conforme demonstra Favareto (2019). Com relação à estrutura fundiária, em 1996 o município possuía 473 estabelecimentos rurais ocupando área de 91.536 hectares, sendo 269 de proprietários e 204 na condição de ocupantes. A partir do Censo Agropecuário de 2006 o número de proprietários subiu para 403, contra apenas dois ocupantes (CIFUENTES, 2013).

Os dados demonstram que no intervalo desses dois censos houve uma redução do número de estabelecimentos rurais e um aumento em 70% da área por eles ocupada. Cifuentes (2013) alerta para o fato de que esses números revelam o processo de concentração fundiária que vem ocorrendo em Campos Lindos (TO), após a chegada dos empreendimentos do agronegócio e a implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos. Segundo esse autor, o avanço desse modelo de desenvolvimento no município até permitiu a urbanização e industrialização de alguns lugares, entretanto trouxe várias consequências, como a exclusão social, o êxodo de populações rurais, a concentração fundiária e a desagregação de populações rurais. De acordo com Cifuentes, “Campos Lindos é um mar de pobreza e indigência em torno de uma ilha de geração de riqueza” (CIFUENTES, 2013, p. 21).

Serra do Centro – expulsando comunidades tradicionais, ‘ricos ou pobres’

Na petição inicial do processo,⁶ a autora se apresenta como uma associação de produtores de grãos do município de Campos Lindos e informa que as áreas

⁶ *Formulação escrita de pedido*, fundado no direito da pessoa, feita perante o juiz competente ou que preside o feito (SILVA, 1991, vol. III, p. 371).

ocupadas pelos requeridos são reservas ambientais de seu empreendimento e, portanto, seu desmatamento e ocupação constituem ilícitos. O interesse da associação autora, conforme seus argumentos, estaria circunscrito a cumprir a legislação ambiental. Pede que o Judiciário faça valer seu direito de propriedade.

A demanda teve início com a designação de uma audiência de justificação marcada para 1º de agosto de 2005, na qual foi concedido prazo para a parte requerida contestar a ação. Presidiu a audiência o juiz de direito Francisco Vieira Filho (fls. 52, Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720). Os requeridos não compareceram. A Defensoria Pública Estadual pediu inclusão no feito por se tratar de processo de repercussão coletiva, sendo revel⁷ os réus, cabendo a estes serem nomeados curadores (Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720, Evento 111). Esse pedido foi desconsiderado.

Após a oitiva das testemunhas, todas indicadas pela reclamada e a ela ligadas, os autos⁸ foram conclusos⁹ para apreciação do pedido de liminar. A liminar foi deferida pelo juiz que presidiu a audiência no sentido de que os requeridos e pessoas que se encontravam no fundo do lote 29¹⁰ da fazenda Santos Dumont, se abstivessem de fazer derrubadas, picadas, construção de barracos ou cercados e que saiam do local no prazo de cinco dias sob pena de multa, sendo autorizado o uso de força policial para retirá-los (fls. 68/69, Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720). Atente-se para o fato de que a ação foi proposta contra quatro pessoas que estavam “invadindo e esbulhando” um lote específico. No curso do processo isso muda radicalmente.

Em 13 de fevereiro de 2009, o juiz Helder Carvalho Lisboa despachou o processo determinando o cumprimento do mandado de reintegração de posse (fls. 103, Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720). No cumprimento dessa decisão, aqueles quatro primeiros demandados, que faziam parte da petição inicial, passaram para 29. Em 29 de abril de 2009, os demais atingidos, apresentam

⁷ Entende-se por revelia a rebeldia de alguém que deixa intencionalmente de comparecer ao curso do processo para o qual foi citado, prosseguindo o processo sem a presença dele. Diz-se também contumácia, ou seja, rebeldia que traz o sentido de desobediência deliberada ou intencional ao mandado do juiz (SILVA, 1991).

⁸ Nome dado às peças produzidas em um processo, quer seja judicial ou administrativo.

⁹ Autos que são colocados pelo cartório à disposição do juiz para tomada de decisão que só a ele compete.

¹⁰ A ação inicial referia-se a apenas esse lote e a quatro pessoas, mas veremos na sequência que a decisão se estendeu para todo o empreendimento e mais de 40 famílias.

pedido de reconsideração da decisão liminar, dizendo-se detentores de posse mansa e pacífica, por mais de dez anos, de área pertencente ao estado de Tocantins, não sendo a associação autora proprietária dessas áreas, o que poderia ser comprovado por perícia que desde então requeriam (fls. 112/116, Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720).

Observa-se que o processo, originalmente, tinha quatro requeridos no polo passivo, porém se estendeu para 29 pessoas, acrescidas no transcurso do processo, principiando as irregularidades processuais. Nas contestações desses requeridos, que foram apresentadas individualmente ou em grupo, apontou-se aquisição ou posse dos imóveis há mais de ano e dia, requisito que afastaria a possibilidade de concessão de liminar (Art. 558, CPC, SILVA, 1991). Alguns posseiros afirmaram estar no local há décadas, antes do registro dos imóveis, feitos pela associação requerente. Defendiam que a área pertencia ao estado do Tocantins, não podendo a associação figurar como autora no processo.¹¹ Declararam que não houve citação regular de diversos contestantes, sendo nulo o processo e que executavam agricultura de subsistência, sem danos ao meio ambiente. Apontaram que as benfeitorias existentes datam de 10 a 20 anos. Requereram perícia, reconsideração da decisão, improcedência do pedido, pedindo reconhecimento de usucapião¹² e retenção¹³ por benfeitorias (fls. 136/149, Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720).

Em despacho, datado de 22 de maio de 2009, a juíza Deuzamar Alves Bezerra reconsiderou a liminar concedida sob a fundamentação de tratar-se de ação de interdito proibitório e não de reintegração de posse (fls. 164, Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720). Novos incidentes ocorreram, denotando a necessidade de audiência de instrução e julgamento, na qual haveria oportunidade de produzir provas. Essa audiência foi marcada para 26 de agosto de 2013 (fls. 357, Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720).

Nesse ínterim, os demandados apresentaram termo de audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal a respeito dessa demanda específica,

¹¹ Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720.

¹² Do latim *usucapio, de usucapere* (usucapir), exprime o modo de *adquirir pelo uso*, ou *adquirir pela prescrição* (SILVA, 1991).

¹³ Do latim *retentio, de retinere* (reter, manter, conservar), na linguagem corrente significa a *manutenção*, a *guarda*, a *conservação*, a *posse*, a própria *retenção* da coisa (SILVA, 1991).

na qual estiveram presentes dois procuradores da República, Defensoria Pública, Núcleo de Direitos Coletivos e Individuais Homogêneos, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria de Agricultura, Fundação Natureza do Tocantins (Naturatins), Instituto de Terras do Tocantins (Itertins), Prefeitura de Campos Lindos, entidade autora da demanda, representantes dos posseiros demandados, Comissão Pastoral da Terra e população local. A ata da audiência informa existência de inquéritos civis de apuração de possíveis crimes ambientais cometido pela associação ante o uso excessivo de agrotóxicos na Serra do Centro e Serra da Cangalha. Seguem, conforme quadro explicativo, informações prestadas pelos presentes.

Quadro 1 – Depoimento dos participantes da audiência pública em 26 de agosto de 2013

Depoente	Considerações
Posseiros	Informam que moravam no local antes da implantação do projeto de soja e que sofrem ameaças e veem os recursos naturais de sua subsistência serem destruídos. Negam interesse em ir para a cidade. Relatam estar no local há mais de 30 anos, com mais 200 pessoas, e não podem pagar agrimensor.
A Associação Planalto – autora	Fala de seu interesse em proteger a área de reserva e que não ameaça e nem tem interesse de tirar ninguém. Defende que o projeto emprega mais que o município e que se o projeto parar haverá prejuízos.
Representante da Prefeitura	Aponta que Campos Lindos é a cidade que mais cresce no Tocantins.
CPT – Comissão Pastoral da Terra	Informa que existem diversas comunidades no local de conflito, algumas delas vinculadas lá há mais de cem anos. Que nos últimos dez anos sofrem os impactos ambientais e sociais da soja. São 82 famílias anteriores ao projeto de 1998. Que o projeto agrícola não possui licença e que existem provas de contaminação por agrotóxicos do rio Manoel Alves.
Indígena Kraô (vivem em 15 aldeias próximas às cidades de Itacajá e Goiatins – TO)	Relata contaminação e morte de peixes e caça, e que seu povo não tem como viver de soja.

Aderaldo, posseiro da Serra da Cangalha	Informa não haver invasores na Serra do Centro, todos são posseiros legítimos. Que o desmatamento e invasão veio com o decreto do governador. Foi dada isenção de ICMS à soja privando o município de recursos para seu desenvolvimento. Prevê genocídio com criação de parque da serra da Cangalha.
Defensor Público	Informa que o projeto de Campos Lindos é catastrófico para os seres humanos da área. Que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Campos Lindos tem o menor índice e no município existe muita pobreza. Naturatins informa que cancelou licença de funcionamento dos projetos e mesmo assim eles continuam. Reafirma contaminação de famílias, inclusive com óbito.
Defensor Agrário	Diz que o projeto significa “reforma agrária às avessas” e que o município não ganha com o mesmo. Naturatins volta a informar problemas com licença ambiental para o projeto e que essa licença não existe. Que o projeto é irregular, pois funciona sem licenciamento (fls. 8, Termo de Ajuste de Conduta – TAC).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do inquérito civil do Ministério Público Federal, fls. 1003/1010 (Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720, Evento 14).

Após apresentação das conclusões da audiência pública citada anteriormente, os envolvidos no processo pediram a suspensão do julgamento e declaração de sua nulidade, dentre outras razões, por falsificação de assinatura imputada ao oficial de justiça, e por não ter havido intimação do Ministério Público, interveniente necessário em caso de litígio coletivo sobre terras, dado o interesse público manifesto (art. 82, CPC). Pediram cancelamento da audiência designada e intimação do Ministério Público.

A audiência foi cancelada por despacho do juiz Luatom Adelino Bezerra de Lima e o processo concluso. No julgamento, confirmou-se a liminar que já tinha sido reconsiderada e julgou-se a demanda no estado em que se encontrava, sem produção de provas, assim fundamentando sua decisão:

Ante o exposto, julgo procedente o pedido para determinar que os promovidos desocupem no prazo de 90 dias toda extensão da área delimitada às fls. 27/43 e fls. 254/313 (...) como antecipação dos efeitos de tutela,¹⁴ ante a prova inequívoca de que a área se destina a proteção do meio ambiente, bem como estar este em risco de degradação permanente. A sentença atingirá não

¹⁴ Do latim *tutela*, de *tueri* (proteger), vulgarmente entende-se a *proteção*, a *assistência* instituída em benefício de alguém (SILVA, 1991).

somente aqueles descritos na petição inicial, mas todos aqueles que estejam efetivamente ocupando a referida área. O cartório deverá expedir tantos mandados de reintegração de posse quanto sejam necessários, inclusive requisitando força policial, se necessário. Custas e honorários pelos requeridos, dispensadas face à gratuidade de justiça concedida. (Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720, sentença, fls. 13-14)

Apelações foram interpostas com pedido de efeito suspensivo da decisão, denunciando todas as irregularidades e arbitrariedades (Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720, evento 114) e mandados foram expedidos para cumprimento de sentença antes do trânsito em julgado. O juiz recebeu o recurso nos efeitos devolutivos e suspensivos,¹⁵ mas, em seguida, voltou atrás para retirar o efeito suspensivo que impossibilitaria o cumprimento do mandado de imediato.

Interveniente necessário no processo (art. 82, CPC), o Ministério Público do Estado do Tocantins disse que as partes são maiores e capazes e, por isso, não havia necessidade de sua intervenção, mesmo tendo sido requerido por ambas as partes. Opostos embargos de terceiro contra cumprimento de sentença por quem não participou do feito não foram recebidos.

O estudo antropológico levado a termo por profissional do Justiça Federal, juntado aos autos, mostra que a maioria das famílias pode ser caracterizada como tradicional e equivalente, e que têm perfil para serem consideradas beneficiárias da reforma agrária. Poucas são destituídas desse perfil, segundo o mesmo estudo (Processo 5007813-15.2013.8.27.0000/TJTO, Evento 20, RELT2).

Apesar de todas essas inconsistências e de todos os esforços dos órgãos envolvidos, a decisão foi mantida na sua integralidade pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, limitando-se a repetir o que disse o juiz em sua sentença, ou seja, que a área ocupada era de proteção ambiental, cuja ocupação é inconstitucional em face da obrigação de todos de proteger o meio ambiente, independentemente de serem ricos ou pobres, proprietários ou posseiros (Processo 5007813-15.2013.8.27.0000/TJTO, Evento 27, ACOR1, p. 1).

¹⁵ São efeitos relativos ao recebimento do recurso. No efeito suspensivo o processo fica parado até pronunciamento do órgão revisor. No efeito apenas devolutivo o recurso segue para apreciação do órgão superior sem prejuízo da continuação da tramitação no juízo que tomou a decisão (SILVA, 1991).

Nas mãos de um 'Judiciário humanista'

A decisão analisada poderia dar-se em diversas outras direções, igualmente fundamentadas. Dentre essas possibilidades de decisão poderia o juiz, por exemplo: primeiro, anular o processo por falta de intimação do Ministério Público ou da Defensoria Pública, uma vez tratar-se de processo que envolve uma coletividade em que está presente o interesse público (art. 279, Código de Processo Civil); segundo, anular por falta de citação ou irregularidade de citação de diversos dos atingidos, em relação aos quais não houve direito de defesa (art. 238 e 239, Código de Processo Civil); terceiro, julgar de forma diversa, pois a associação autora sequer tinha licença ambiental para tocar o empreendimento; quarto, ter acatado as ações de usucapião e os embargos de terceiros; quinto, ter determinada produção de perícia técnica para averiguar se havia presença de moradores na região antes do início do projeto agrícola; sexto, determinar a realização de estudo antropológico e averiguar o perfil das comunidades existentes. Poderia, portanto, tomar diversos outros caminhos que seriam considerados tão ou mais legítimos que aqueles adotados na decisão que se tornou paradigma. A decisão, portanto, poderia, e até deveria, ser outra, dadas as inúmeras inconsistências apontadas. O que levou o Poder Judiciário a se posicionar na forma da decisão de primeiro grau, confirmada integralmente pelo tribunal é a indagação que se pretende enfrentar doravante.

Para entender, a partir do caso concreto, como age o Direito em uma sociedade capitalista, é necessário irmos ao que centraliza toda essa discussão, para onde flui toda essa produção intelectual, ou seja, para o ato de dizer o Direito, para a análise de como se dá a construção de uma decisão judicial. Na decisão analisada, o julgador tenta mostrar certa neutralidade em relação a toda a conjuntura em que está inserido (Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720, sentença, folhas 9), mesmo aceitando sem reservas as provas documentais juntadas pela associação autora (Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720, sentença, folhas 11) – em um país em que a grilagem de terras, a fabricação fraudulenta de documentos de propriedade é uma constante (PRIETO, 2020), e afasta qualquer possibilidade de produção de provas pelos posseiros requeridos. À prova documental deveria opor-se a prova oral ou prova pericial, pois a característica principal desse tipo

de posse é de ser uma situação fática e não de direito (SILVA, 1991, Vol. IV, p. 81). Além de diferentes historicidades em conflito, também os dois modos de aquisição de propriedade em disputa são completamente distintos e um deles é desconsiderado.

Assim procedendo, o juiz não permite o conflito entre teorias, que daria vitalidade ao sistema. Esse embate é fundamental, pois o juiz tem apenas uma visão sua, portanto, parcial da realidade, uma vez que o real nos escapa à consciência (ORLANDI, 2012). O julgador atua dentro do sistema capitalista e julga conforme as regras desse sistema, uma realidade que foge do seu controle, mas que ele acredita dominar. Acredita que está agindo como técnico, não sofrendo ingerências políticas, pois o Judiciário não teria por missão realizar reforma agrária nem adotar política fundiária (Proc. 5000008-77.2005.827.2720, sentença, p. 9).

Veja-se que o julgador maneja um discurso que parece defender o direito positivo, o direito a um meio ambiente preservado, insurgindo-se contra o desmatamento atribuído aos posseiros para atender os interesses dos empresários do agronegócio monocultor. Em nome da defesa do meio ambiente, uma causa que, a princípio, parece defensável, expropria pequenos posseiros e entrega suas terras às grandes fazendas que invadiram a região na esteira do processo de expansão do agronegócio e que destroem de forma trágica esse mesmo meio ambiente que dizem querer proteger.

Em um exercício de argumentação, no ordenamento jurídico posto, um juiz que efetivamente quisesse fazer cumprir os mandamentos constitucionais, deveria emitir seu pronunciamento judicial olhando para o ápice da pirâmide normativa, na acepção de Hans Kelsen (1991). Em outras palavras, teria que analisar se daria cumprimento aos princípios constitucionais que norteiam sua atuação, em um movimento de ponderação entre esses mandamentos. Precisaria ponderar se sua decisão se coadunava com o Estado Democrático de Direito que tem como princípios, dentre outros, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, III e IV, Constituição Federal). Necessitaria estar atento para avaliar se sua decisão consideraria os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre eles a

construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a erradicação da pobreza, da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, I e III, Constituição Federal). Precisaria ainda garantir isonomia às partes (art. 6º, Constituição Federal). Nesse caso, observaria o direito à propriedade privada, limitada por sua função social (art. 170, II e III, Constituição Federal), sendo inclusive objeto de desapropriação para fins de reforma agrária aquela propriedade que não cumpre essa função social (art. 184, Constituição Federal). Poderia concluir que, não fazendo cumprir esses princípios constitucionais em suas decisões, o juiz não só não faria reforma agrária, como impediria que ela fosse feita: manipularia o texto constitucional para manter o *status quo* vigente.

Trata-se de um discurso autoritário, na concepção de Orlandi (1996), em que o locutor, no caso o Estado na condição de juiz,¹⁶ se coloca como agente exclusivo, acima dos demais, apagando os interlocutores, monofônico. Constatar que se trata de um discurso autoritário não envolve nenhum juízo de valor, mas uma descrição de funcionamento em relação às suas determinações histórico-sociais e ideológicas.

Esse discurso autoritário volta a se tornar evidente mais à frente na decisão quando o juiz vocifera que não tolerará o descumprimento de decisões, como a que ocorreu com a liminar concedida e que havia sido revogada (Proc. n.5000008-77.2005.827.2720, sentença, p. 12). Fala grosso, usando da autoridade que o cargo lhe confere, com os posseiros e fecha os olhos para as irregularidades dos grandes empreendimentos. Nesse sentido, o discurso, mais que autoritário, é seletivo.

Para entender essa posição do juiz e a forma como ele decide dentro de um ordenamento jurídico dado, faz-se necessário compreender como se dá a formação de uma decisão judicial. Nesses termos, pode-se opor, grosso modo, as concepções subsuntivas, ou silogísticas, às casuísticas, conforme Adeodato (2002). Nas primeiras, entende-se que a norma geral constitui a premissa maior, o caso concreto, a premissa menor, donde surge a decisão, fechando o silogismo. A visão casuística, por seu turno, parte do princípio de que a norma geral por si só não garante a racionalidade, a justiça ou qualquer outra forma de legitimação

¹⁶ Nesse caso, o Estado está personificado na figura do juiz, é o Estado-juiz.

da decisão; ela sequer fixa os limites da interpretação, servindo, no mais das vezes, para “justificar *a posteriori* uma decisão já tomada com base em normas ocultas pelos próprios procedimentos decisórios” (ADEODATO, 2002, p. 227).

Vejamos como isso funciona no caso concreto. Na decisão, a premissa maior, a base legal, está incorporada no artigo 125 da Constituição de República que prevê proteção ao meio ambiente. A premissa menor, consiste na prova da propriedade e a iminência de sua turbação ou esbulho. O que, em tese, autorizou o Estado-juiz a criar outra norma para esse caso concreto consistente na proibição de turbação ou esbulho e na reintegração da área aos proprietários, pondo termo ao caso mediante efetivação, ou conclusão, do silogismo jurídico.

A decisão teria, em primeiro momento, um claro caráter retórico-silogístico, uma vez que o uso da premissa maior, o texto constitucional que impõe a preservação do meio ambiente, é feito apenas para justificar a expropriação das terras dos posseiros e sua entrega aos empresários. Trata-se de estratégia retórica, pois é fato que esse empreendimento degrada sobremaneira o meio ambiente, envenenando rios, destruindo a vegetação, conforme comprovado na audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal (Proc. 5000008-77.2005.8.27.2720, Evento 14) a que o julgador teve pleno acesso. É mais do que isso, todavia, pois, nesse caso, o juiz parte de uma premissa menor falsa, a invasão de terras pelos posseiros, o que faz a decisão, além de equivocada, parcial e tendenciosa, porque havia elementos nos autos que apontavam a falsidade dessa premissa.

Acontece que o processo de julgar, para Adeodato, raramente começa com uma premissa da qual se extrai a conclusão, uma vez que, ordinariamente, o juiz trabalha em sentido contrário, formando a decisão de forma vaga e antecipada e só depois tenta encontrar as premissas para fundamentá-la (ADEODATO, 2002, p. 278-279). Prova cabal dessa prática pode se ver em decisão do Supremo Tribunal Federal – STF de Goiás que, julgando o recurso extraordinário 111.787 –, em ação de indenização em desapropriação, acolhe o voto do relator de forma unânime, ementando que “o magistrado deve realizar a solução mais justa, considerada a respectiva formação humanística. Somente após, cabe recorrer à

dogmática para, encontrado o indispensável apoio, formalizá-la” (ADEODATO, 2002, p. 280).

E quem é esse Judiciário que, com sua formação humanística, realiza a solução mais justa? De acordo com Comparato (2016), esse poder sempre foi composto pelos grupos sociais dominantes, partilhando integralmente de sua mentalidade, valores, crenças e preconceitos, interpretando o direito à luz desses princípios e interesses. Aliados com os agentes estatais durante a colônia, com a vastidão territorial em que tinha de atuar, a jurisdição, no mais das vezes, coube aos “poderosos do sertão”, coronéis ou capitães-mores da milícia. Desde cedo entre nós, o serviço Judiciário existiu, na maior parte dos casos, não para fazer justiça, mas para extorquir dinheiro. Na Constituição de 1824, em que pese o Poder Judiciário passar a compor um dos quatro poderes do reinado, o corpo de magistrados permaneceu estritamente ligado às famílias ricas e subordinados à Corte. A criação dos “juízes de paz” em 1832, pelo Código de Processo Penal, ao final, só reforçou o poder local dos senhores de engenho e grandes fazendeiros que, em muitos casos, eram eles mesmos esses juízes (COMPARATO, 2016).

Na realidade atual, conforme Mascaro, os integrantes do Poder Judiciário passam de estamento para classe social. São filhos da classe média que têm tempo e dinheiro para ficar de três a cinco anos somente estudando para concurso, decorando textos, súmulas e regulamentos, e, ao ingressar na magistratura, passam a conviver, nas cidades onde são lotados, com aqueles que têm o mesmo padrão remuneratório. A ideologia desse juiz, portanto, é a ideologia das pessoas com as quais convive, ou seja, o melhor dentista da cidade, o melhor médico, o promotor de Justiça, o procurador que, com suas esposas, levam seus filhos para a Disney, ou divertem-se juntos no Jockey Club ou clube de tênis, por exemplo (MASCARO, 2019).

E como se deu o comportamento desse Poder Judiciário no caso que estamos usando como exemplo? Nessa situação, a fundamentação de proteção ao meio ambiente foi usada não só para afastar os requeridos iniciais, quatro pessoas que, pela petição inicial estavam invadindo o fundo do lote 29. Essa decisão, ao final, estendeu-se a mais de 40 famílias, alcançando, segundo relatos dos autos, mais de 400 pessoas que já estavam há décadas no local e que estão abrangidas

pelo conceito de “comunidades tradicionais”, segundo o Estudo Antropológico juntado aos autos em grau de recurso (Processo 5007813-15.2013.8.27.0000/TJTO, Evento 20, RELT2). Contrariando a Escola do Direito Livre e a revolta dos fatos contra a norma, haveria uma revolta da norma contra os fatos, pois, em um sentido bem literal, as normas fazem os fatos (ADEODATO, 2002). A decisão judicial, norma para o caso concreto, constituiu fatos e atingiu pessoas que sequer foram citadas ou estavam nos autos.

Indícios de parcialidade do Poder Judiciário na região estudada

Esse não é, todavia, um caso isolado. Na bibliografia que trata dos conflitos agrários no estado do Tocantins e nos estados circunvizinhos, a figura do Judiciário é recorrente, nem sempre nas melhores posições. No norte do estado do Tocantins, região denominada Bico do Papagaio, em meados dos anos 1980, diversos conflitos pela posse de terras levaram ao homicídio de Padre Josimo Moraes Tavares – mártir da luta pela reforma agrária na região. Conforme aponta Linka Le Breton, seu martírio se deu com a conivência da polícia local e com a anuência do Poder Judiciário (BRETON, 2000). O caso da Gleba Tauá, localizada no município de Barra do Ouro – TO, também é um escandaloso processo de grilagem que se arrasta nos corredores do Judiciário há mais de 20 anos, sem solução (AGUIAR, BONFIM, CORREIA, 2021).

A revista da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia, em publicação datada de 2017, trata especificamente de ocorrências de grilagens de terra com a participação do Poder Judiciário. Na região dos baixões, zona rural de Barra, a grilagem ocorria via acordos judiciais em ações discriminatórias de terras.¹⁷ Em Angicos Dias – BA, aparece outro acontecimento rumoroso de grilagem com participação do Judiciário, com táticas de simulação e manipulação de registros públicos. Em Gentio do Ouro – BA, grileiros conseguem burlar a proibição de usucapir terras públicas, com flagrante participação do Poder Judiciário. O método é propor ação de usucapião de uma determinada terra pública, o que a Constituição Federal não permite (AATR, 2017).

¹⁷ Ação discriminatória é a ação judicial que tem como objetivo identificar as terras devolutas estaduais, delimitá-las, separá-las do patrimônio privado, transferi-las para o estado e registrá-las em cartório.

Dois eventos, ainda na Bahia, guardam muita semelhança com o processo aqui analisado, no Tocantins. Em ação possessória movida contra comunidades tradicionais em Capão do Modesto, na bacia do rio Corrente, em Santa Maria da Vitória, foi concedida liminar e depois suspensa pelo Tribunal de Justiça. No julgamento final, a liminar foi ressuscitada, acatando o argumento dos grileiros de que as famílias do fecho de pasto¹⁸ estariam promovendo a “degradação ambiental” da área da “reserva legal”, com a criação tradicional do gado nas pastagens naturais (AGUIAR; BONFIM; CORREIA, 2021). Em Cachoeira do Estrondo, no Oeste do Bahia, um caso está listado como um dos maiores sobre grilagens de terras no Brasil, ocupando 444 mil hectares. Houve uma investigação federal que revelou corrupção envolvendo juízes, desembargadores, advogados e procuradores rurais visando à compra de decisões judiciais que garantissem a posse de terras roubadas (ANGELO, 2019).

Estamos, segundo Pereira (2015, p. 89-90), diante do que podemos chamar de uma expansão da privatização dos espaços públicos, “ou, práticas que revelam não só a omissão e a cumplicidade de juízes” e de outros órgãos do Estado, mas de uma violência sistemática contra trabalhadores rurais em favor de fazendeiros e empresários rurais, na defesa da grande propriedade. Essa versão é corroborada por Borges da Silveira em sua tese de doutoramento, que trata da colonização de região que hoje corresponde à cidade de Araguaína – TO – e ao chamado antigo Norte Goiano. Assevera esse autor que, com documentos nas mãos, respaldado por juízes, policiais, delegados, prefeitos, dentre outros, e, no mais das vezes, contando com suas milícias, o fazendeiro aparecia diante dos lavradores “falando grosso” e determinando que os posseiros fizessem suas trouxas e desaparecessem da terra (SILVEIRA, 2009, p. 98).

Indícios dessa parcialidade são também apontados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência no Campo no Nordeste (2005), levado a termo pelo Legislativo federal. Informa esse documento que se tornou comum a participação de policiais nos homicídios ligados aos conflitos no campo. Eles passaram a ganhar dinheiro para expulsar e assassinar trabalhadores rurais. Para tanto, contaram com o respaldo da própria polícia e,

¹⁸ Áreas de criação de animais usadas de forma comum, coletiva, pelas comunidades tradicionais.

muitas vezes, de juízes, de promotores de Justiça e de parlamentares (PEREIRA, 2015).

Estado, Direito e Poder Judiciário na sociedade capitalista

A narrativa anterior traz a impressão que seria apenas um desvio de conduta de alguns membros do Poder Judiciário. Para entender o comportamento desse poder e do próprio Estado nesses conflitos é necessário aprofundarmos mais a análise. Para tanto, iniciemos com Marx, em seus primeiros escritos. Na legislação sobre o furto de madeira, segundo Marx, o Estado feudal aparece como garantia de interesses privados, em vez de encarnar um interesse geral, resumindo-se à soma de relações contratuais privadas, um vulgar segurador dos proprietários. Mais ainda, ao constituir um novo direito, que difere da lei natural, com hipóteses imaginárias (como o contrato social originário), criaram-se entraves para os fracos e novas forças para os ricos, fixando para sempre a lei da propriedade e da desigualdade (MARX; BENSALID, 2017).

A sociedade burguesa, ao nascer da sociedade feudal, a destrói. Esse mundo tinha que ser destruído para construção de um novo, de acordo com Marx. Nesse novo mundo, as relações que eram humanas, tornam-se jurídicas e todas as relações passam a ser mediadas pela mercadoria, pela propriedade privada. Uma relação em que um é proprietário de todas as mercadorias e outro de apenas uma, a sua força de trabalho. A terra é libertada das relações de domínio e servidão e converte-se numa propriedade privada, mais uma mercadoria. A propriedade capitalista da terra não pressupõe nenhum tipo de ligação orgânica entre a terra e o proprietário. Ela só é concebível se estiver sujeita à livre transmissão de uma mão para outra, com o objetivo de lucrar o mais fácil e rapidamente possível (MARX, 2003).

É Pachukanis (2017) que demonstra que o surgimento da mercadoria demanda garantia, demanda forma, por isso, as relações entre pessoas transformam-se na relação entre sujeitos mediadas por leis naturais, por polícias, por tribunais, processos e advogados. O sujeito de direito aparece como um complemento indispensável da mercadoria e o dinheiro surge como equivalente universal. Para organizar todas essas relações entre proprietários,

surge o Estado político, fazendo a sociedade burguesa se dissolver em indivíduos independentes, cujas relações são baseadas no direito, editado por esse Estado, substituindo o privilégio do estamento. Mas esse direito não surge de uma evolução teórica, da cabeça de algum iluminado. O direito surge de um sistema de relações, uma mediação real das relações de produção, e não de um sistema de ideias (PACHUKANIS, 2017).

O homem se transforma em sujeito de direito da mesma forma que o produto natural se transforma em mercadoria dotada de enigmática qualidade do valor, segue Pachukanis. A sociedade se converte em um espaço de relação entre proprietários de mercadorias, onde as premissas naturais do ato de troca tornam-se premissas naturais de todas as relações humanas, imprimindo nessas relações sua marca universal, a qual adquiriu um caráter de eternidade. Por meio do processo judicial, o momento jurídico é abstraído do momento econômico e figura como independente (PACHUKANIS, 2017).

Aprender o que foi descrito anteriormente, entendendo o papel do Estado e, com ele, o papel do direito na emergente sociedade capitalista é fundamental para que se compreenda o próprio sistema capitalista. Como afirma Mascaro (2019), parafraseando Pachukanis, o Estado não é um poder neutro e afastado que foi, por acaso, acoplado à exploração empreendida pelos burgueses. Nessa nova conformação societal, a sociedade capitalista, para que possam contratar os indivíduos são tornados juridicamente sujeitos de direito, criando para isso uma forma jurídica, o contrato, pelo qual se passa a atuar dentro desse Estado capitalista. Assim como o Direito, o Estado moderno também não surge como uma decorrência da evolução histórica ou filosófica, mas como uma imposição das relações mercantis e de produção, que geram uma forma política necessariamente apartada dos portadores de mercadoria, forma que seja “terceira”, pública, assegurando as condições de reprodução do valor. Essa forma estatal é imediatamente acompanhada pela forma jurídica e tem o Judiciário para lhe garantir. Este age apenas quando provocado e julga conforme a legalidade. O respeito a essas decisões significa a manutenção da própria estrutura de submissão à conformação jurídica geral (MASCARO, 2013).

Entendido isso, fica mais fácil compreender o Direito contemporâneo, pois nos é revelado, por exemplo, que pilares “científicos” como unidade de

ordenamento jurídico, a neutralidade do juiz ou a objetividade da lei constituem, no fundo, meras estratégias discursivas. Para Adeodato não se trata de questão ética ou aética, são posições retóricas viáveis, mas, de modo algum, inquestionáveis. Demonstram apenas como a ideologia da facção vitoriosa luta pelo poder (ADEODATO, 2002).

O Estado aparece como autônomo nessa relação para garantir a reprodução capitalista, apartando o poder político dos agentes econômicos, burgueses ou trabalhadores, mas sempre dentro de relações sociais capitalistas. É uma autonomia relativa. A mágica dessa forma política e forma jurídica, derivadas da forma mercantil, é constituir os indivíduos não como membros de determinadas classes ou grupos, mas sim como sujeitos de direitos e cidadãos, impedindo o avanço da luta de classes, ficando a mesma circunscrita ao voto, à representação e ao cumprimento de direitos e deveres, numa realidade que reproduz a ordem capitalista. O Estado jurídico funcionaria como uma miragem, substituindo a religiosa em decomposição e escondendo das massas o domínio da burguesia (PACHUKANIS, 2017, p. 148).

Essa miragem vem marcada por uma máscara que dificulta sua percepção. Essa máscara, a ideologia, é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, tornam-se ideias dominantes, conforme expõe Marx e Engels em *A ideologia alemã* (2007). O papel da ideologia seria impedir que essa divisão em classes, a exploração e a dominação sejam percebidas em sua realidade concreta. Para tanto, é função da ideologia dominante dissimular, ocultar, a existência das divisões sociais como divisão de classes, escondendo assim a própria origem. Resta ao final que essa ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma dessas classes na dominação, naturalizando-se como verdade. A função da ideologia dominante, portanto, seria apagar as diferenças como as de classe e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, com a liberdade, a igualdade, a justiça, a nação, a família, o Estado (MARX; ENGELS, 2007).

Consideração finais

Com esteio no conceito esboçado anteriormente e com base no caso paradigma e casos análogos citados, força é concluir que o que defini como “grilagem judicial verde” se tornou uma prática recorrente nos cerrados do Matopiba. Opera por meio da fraude sobre essas terras, com a participação do Poder Judiciário, com o objetivo específico de averbá-las como reserva legal. Esse comportamento vem com respaldo em orientações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, cujos critérios de avaliação do magistrado estão centrados especialmente na produtividade. Tudo isso se faz para atender aos reclamos do projeto neoliberal, com intromissão direta do Banco Mundial, que requer um Poder Judiciário previsível e célere, não necessariamente justo. O discurso de segurança jurídica desses organismos, que visa garantir exclusivamente a segurança dos investimentos feitos pelas empresas e fundos de pensão na região, tem pautado a atuação de nossos magistrados, importando em graves lesões aos direitos dos povos tradicionais (AGUIAR; BONFIM; CORREIA, 2021).

Essa constatação pode ser verificada na Carta Pública de abril de 2021, assinada por 70 organizações e movimentos sociais, que expressam preocupação com os acordos assinados pelo Brasil, em que prevalece o interesse dos investidores, legalizando grilagens de terras públicas ligadas aos latifúndios do agronegócio, sem a participação da sociedade nessas negociações, caminhando para a perpetração de uma política de fato consumado em relação à invasão de terras públicas, servindo mais à grilagem do que à legitimação de posses, e à titulação dos territórios indígenas, quilombolas e tradicionais (AGUIAR; BONFIM; CORREIA, 2021, p. 28).

Além dos casos expostos na Bahia pelas diligentes instituições de sua sociedade civil, outros gravíssimos acontecem no Maranhão, Piauí e Tocantins, especialmente nas áreas onde a soja mais se expande. Além daquelas já citadas, poderíamos enumerar: São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, Carolina e Riachão, no Maranhão; Wanderlândia, Babaçulândia e Filadélfia, no Tocantins; e Santa Filomena, Gilbués e Bom Jesus, no Piauí (LIMA, 2021).

Há que se debruçar sobre o comportamento do Poder Judiciário também nos conflitos ocorridos nessas regiões, pois sabemos que essas intromissões não são

novas e vêm pautando a atuação desse poder desde os tempos coloniais, quando as elites mantinham a prática de mandar seus filhos para Coimbra para fazer o curso de Direito. Formados, esses jovens retornavam para defender os interesses das famílias como juízes, promotores, advogados. Ao mesmo tempo que ocorria o domínio dos cargos no Judiciário para efetivação dos interesses das elites proprietárias, as práticas de grilagem de terra no acompanhamento do Juízo dos Feitos da Coroa e da Fazenda eram as formas coloniais do que hoje chamamos de grilagem judicial (PRIETO, 2020, p. 136, nota de rodapé), um primeiro indício do tema abordado por este artigo.

Respondendo, ou tentando responder, ao objeto da análise aqui proposta, temos que o comportamento do Poder Judiciário, no processo do caso tocantinense, e em alguns outros analisados, traz indícios de formar-se um padrão. Houve e há uma atuação orquestrada de setores do Judiciário para favorecer o agronegócio no processo de desposseção (HARVEY, 2005) de terras das comunidades tradicionais que, no processo analisado, se caracterizou como uma típica ocorrência de “grilagem verde”, o que não destoa de todo o histórico desse poder.

Essa versão é reforçada pela análise de outros casos citados, dentre eles o de Cachoeira do Estrondo que, em muitas peculiaridades, coincide com aquele aqui apresentado (ANGELO, 2019). Tanto no Tribunal de Justiça da Bahia quanto no do Tocantins, integrantes desse poder foram afastados por conta de indícios de corrupção nessas demandas. Por fim, a fundamentação da decisão judicial do processo de Serra do Centro, em Campos Lindos – TO, e da decisão de Cachoeira do Estrondo, em Formosa do Rio Preto, no Oeste da Bahia, são ambas no sentido de proteção do meio ambiente e risco de degradação permanente. As duas fazem uso desse discurso protetor para permitir que o agronegócio avance sobre as terras das comunidades tradicionais.

Na mesma linha de coincidência com a decisão do processo modelo, vêm os acontecimentos de Capão Modesto, onde foi acatado ao final o argumento dos grileiros de que as famílias do fecho de pasto estariam promovendo a “degradação ambiental” da área da “reserva legal” (AGUIAR; BONFIM; CORREIA, 2021, p. 21). Em cenário e *modus operandi* idênticos ao fato inicialmente exposto,

moradores da comunidade Ilha Verde, em Babaçulândia (TO), estavam sofrendo um processo de despejo quando da visita da equipe da pesquisa da ONG *Action Aid Brasil*. A visita foi feita no bojo de uma pesquisa que trata do “Cerrado e modos de vida tradicionais no Maranhão, Piauí e Tocantins”, levada a termo por essa e outras ONGs, cujos resultados foram expostos na *Revista do Cerrado* (LIMA, 2021). A expulsão ocorria sob a justificativa de que estavam em uma área de proteção ambiental, mesmo argumento da decisão analisada.

Esse, contudo, não é o verdadeiro problema. O conflito social, base desta análise, destaca dois modelos societários em disputa. A organização do posseiro e da sociedade local com seus modos de vida tradicionais, por um lado, e a racionalidade capitalista-neoliberal-monocultora, por outro. Considerando-se apenas um desses modos de vida e produção na sua decisão, o juiz, automaticamente, exclui o outro.

O comportamento do juiz prolator da sentença, no processo do caso tocantinense e em outros processos análogos, foi parcial e favoreceu aos chamados “barões da soja”. Isso também se deu em outros processos e em outras jurisdições, conforme também foi observado. Tais decisões, algumas teratológicas, serviram para expor as contradições do sistema, ainda que a expansão do agronegócio sobre as terras tradicionais acontecesse mesmo sem decisões desse tipo. Isso ocorre porque se trata de uma racionalidade hegemônica que está se impondo em todos os setores da sociedade e da vida (DARDOT; LAVAL, 2016), como se confirma em alguns processos que até hoje não foram julgados de forma definitiva pelo Poder Judiciário, levando em conta que o tempo age inexoravelmente contra os pequenos posseiros e as comunidades tradicionais (SOUSA SOBRINHO, 2020, p. 189).

Esse Estado, com seu Poder Judiciário, como o temos, como se viu, não é uma fatalidade ou fruto de uma evolução histórica. É, segundo Boaventura de Sousa Santos, uma escolha entre diversas outras possíveis. No caso do modelo econômico, trata-se da opção por um paradigma local, a modernidade ocidental, que se tornou um localismo globalizado. No Direito, é a opção pela norma positivada, construída em um parlamento, no seio de um Estado burguês, em detrimento de todas as demais formas de direito costumeiro e ancestrais (SANTOS, 2002). Nesse sentido, a decisão esboçada no processo

tocantinense e sua confirmação pelo Tribunal de Justiça, apesar de todas as suas inconsistências e de constituir-se em um escandaloso caso de grilagem verde, cumpriu seu desiderato, ou seja, reproduzir a ordem vigente e o *status quo*.

A essa racionalidade hegemônica haveria que se contrapor uma racionalidade contra-hegemônica (SANTOS, 2002), mas o Poder Judiciário, em raríssimas ocasiões, se comporta nessa direção, mesmo em questões periféricas e pontuais, como se viu em seu esboço histórico.

Referências

AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (Org.) *No rastro de grilagem – formas jurídicas de grilagem contemporânea: casos típicos de falsificação na Bahia*. 1. ed. Salvador: AATR, 2017. Disponível em: <https://irpaa.org/geral/revistagrilagem-final-reduzido.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ADEODATO, João Maurício. *Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2002.

AGUIAR, Diana. Exportando injustiça ambiental e agrária: experiência de ocupação do agronegócio nos Cerrados como modelo para outros territórios. *Revista Cerrados/Comissão Pastoral da Terra*, Goiânia, p. 20-27, 2018.

AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice; CORREIA, Maurício (Orgs.). Na fronteira de ilegalidade: desmatamento e grilagem no Matopiba. *In: AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais. Na fronteira de ilegalidade: desmatamento e grilagem no Matopiba*. 1. ed. Salvador: AATR, 2021. p. 5-32. Disponível em: https://www.matopibagrilagem.org/_files/ugd/90fabf_904c1fc80ef64b04bd895c4959055366.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Presidente Prudente, v. 6, n. 1, p 9-32, 2004.

ANGELO, Maurício. Investigação revela esquema de corrupção entre juízes e ruralistas no oeste da Bahia. *Mongabay*, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2019/11/investigacao-revela-esquema-de-corrupcao-entre-juizes-e-ruralistas-no-oeste-da-bahia/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível

- em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 30 jan. 2022.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Lei Kandir*. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm. Acesso em: 12 dez. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 8.847, de 6 de maio de 2015*. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e criação de seu Comitê Gestor. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm. Acesso em: 30 jan. 2022.
- CASTILHO, M. W. V.; CASTRO, J. G. D. *Do Sertão à Periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja*. Araguaína: FASE/CPT/APA-TO, 2006.
- CIFUENTES, Joaquín Eduardo Machola. Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos (TO). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100016>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- COMPARATO, Fábio Konder. O poder judiciário no Brasil. *Cadernos IHUideias*, São Leopoldo, v. 13, n. 22, 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/222cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo Brasil 2021*. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *História: organização e coordenação*. 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/organizacao-e-coordenacao>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echelar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEGUES, Antonio Carlos *et al.* (Orgs). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA;USP, 2000.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Sobre o Matopiba*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- FAVARETO, Arilson *et al.* Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do Matopiba. *NERA, Presidente Prudente*, v. 22, n. 47, p. 348-381, 2019. Disponível em:

- <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%C3%8A%20MATOPIBA>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- FAVARETO, Arilson (Org.). *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado*. São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.
- FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do Matopiba. *NERA*, Presidente Prudente, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 123-147, 2019. Disponível: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%C3%8A%20MATOPIBA>. Acesso 30 jan. 2022.
- GOMES, Jannine Castelo Branco. *Direito à terra e conflitos agrários: narrativa de camponeses atingidos por processos de expulsão na Serra do Centro, Município de Campos Lindos – TO*. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult), da Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2190>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HASHIZUME, Maurício; CAVALCANTE, Jane. Fartura de grãos contrasta com precariedade de políticas sociais. *Repórter Brasil*, São Paulo, 30 jul. 2009. Disponível: <https://reporterbrasil.org.br/2009/07/fartura-de-graos-contrasta-com-precariedade-de-politicas-sociais/>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1995-1996*. Brasília: IBGE, 1997. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. Brasília: IBGE, 2007. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Tradução de João Batista Machado. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LE BRETON, Linka. *Todos sabiam: a morte anunciada de Padre Josimo*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- LIMA, Débora Assunção. *Cerrado e modos de vida tradicionais no Maranhão, Piauí e Tocantins*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2021.

- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo de seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARX, Karl. *Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao furto de madeira*. Tradução de Nélio Shineider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes: Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Calvin Matorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MASCARO, Alysson. Quem é o judiciário brasileiro? *TV Boitempo*, YouTube, 16 dez. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tX_yaaEh_zI. Acesso em: 30 jan. 2022.
- MOTOKI, Carolina; MOTA, Jessica. Camponeses da Serra do Centro. *Repórter Brasil*, 3 jul. 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/camponeses-da-serra-do-centro/>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *A grilagem de terras na formação territorial brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Tradução de Paula Vaz Almeida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora UFPE, 2015.
- PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa. Especulação com terras agrícolas na região do Matopiba. *Revista Cerrados/Comissão Pastoral de Terra*, Goiânia, 1. ed, p. 34-43, 2018. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/Revista%20Cerrados%20-%201%20edic%CC%A7a%CC%83o%202018.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *A grilagem de terras na formação territorial brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 131-178. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/581>. Acesso em: 30 jan. 2022.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição na transição paradigmática*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Valéria Pereira. *Mulheres e conflitos socioambientais, saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, Campos Lindos – TO*. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas regionais) – Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019.
- SAUER, Sergio; BORRAS JR., Saturnino. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 4 v. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- SILVA, Marcos Ferreira da. *Agricultura familiar na Serra do Centro, Campos Lindos (TO): trajetória histórica e transformações decorrentes da expansão do “agronegócio”*. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017. Disponível: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/893>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- SILVEIRA, Marcos César Borges da. *Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975)*. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/96128>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- SOUSA SOBRINHO, José de. Nacional por usurpação: A grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Os processos de tomadas das terras de uso comum e de resistência dos camponeses geraizeiros no Oeste da Bahia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 179-201.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Os povos tribais da convenção 169 da OIT. *Revista da Faculdade de Direito da UFG, Goiânia*, v. 42, n. 3, p. 155-179, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/55075>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Processo judicial nº 5000008-77.2005.8.27.2720 – Vara Cível da Comarca de Goiatins. Goiatins: TJTO, 2005.
- TOCANTINS. *Decreto nº 436, de 8 de maio de 1997*. Diário Oficial do Estado do Tocantins. Palmas. 1997.
- VECCHIONE, Marcela. Acumulação por legislação: Código Florestal e Cadastro Ambiental Rural como zoneamento da expansão do agronegócio e da apropriação de

terras nos cerrados. *Revista Cerrados/Comissão Pastoral de Terra*, Goiânia, p. 44-54, 2018. Disponível:

<https://campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/Revista%20Cerrados%20-%201%20edic%CC%A7a%CC%83o%202018.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

Como citar

VAZ, Braz Batista; MACHADO, Leader. Grilagem judicial verde: um estudo de caso sobre a participação do Poder Judiciário na expansão do agronegócio no estado do Tocantins. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331207, 16 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_07.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.


Diversidade de canais curtos de comercialização com participação de agricultores familiares: relevância de modalidades tradicionais como feiras do produtor e inovadoras como grupos de WhatsApp

Diversity of short marketing channels with participation by family farmers: the relevance of traditional modalities like farmers' markets and innovative modes such as WhatsApp groups

 Thiago de Carvalho Verano¹

 Gabriel da Silva Medina²

 Carlos de Melo Silva Neto³

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_16

Resumo: Neste trabalho foram comparadas as modalidades de comercialização tradicionais, como feiras do produtor, e inovadoras, como vendas por aplicativos, praticadas por agricultores familiares via canais curtos, que são as formas de comercialização com conexão direta entre produtor e consumidor. Por meio de

¹ Doutorado no Programa de Pós-graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: veranoseco@gmail.com.

² Professor na Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade de Brasília (FAV-UnB). E-mail: gabriel.silva.medina@gmail.com.

³ Servidor e pesquisador do Instituto Federal de Goiás (IFG). Doutorado e Pós-Doutorado em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: carlos.neto@ifg.edu.br.

aplicação de questionários e realização de entrevistas com informantes-chave, buscou-se tipificar, verificar a distribuição geográfica e aferir a relevância econômica e o nível de participação de agricultores familiares nos diferentes canais curtos de comercialização. Os dados revelam que existe grande diversidade de canais curtos nos municípios amostrados (7,18 canais em média) e que mais de um quarto dos agricultores familiares (26,25%) escoam sua produção via canais curtos. Os canais curtos tradicionais são mais recorrentes, mais inclusivos em relação ao número de produtores e geram mais renda do que os canais curtos inovadores. Os dados também demonstram que municípios com maior diversidade de canais tendem a promover maior nível de inclusão socioprodutiva de agricultores familiares e que o conjunto de canais curtos é responsável por 25,74% da renda produtiva do conjunto de agricultores amostrados. Apesar da diversidade e da grande ocorrência, os canais curtos ainda não incluem a maioria dos agricultores familiares nem representam a sua principal fonte de renda, portanto devem ser considerados como uma, entre muitas outras, estratégias de promoção do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: mercados; agricultura familiar; vendas por aplicativos; sistemas agroalimentares.

Abstract: This study compares traditional marketing modalities like farmers' markets and innovative markets such as sales via phone app that are utilized by family farmers as short marketing channels, which are modalities that directly connect them to consumers. Through questionnaires and interviews with key informants, we investigated, characterized, and verified the geographic distribution and assessed the economic relevance and level of participation in various short marketing channels by family farmers. We found that diverse short channels exist in the sampled municipalities (7.18 channels per municipality, on average), and over a quarter of family farmers (26.25%) use them to sell their goods. Traditional short marketing channels are more common and more inclusive in terms of the number of farmers, and generate more income than the newer modes. Municipalities with more channels tended to promote a higher level of socio-productive inclusion for family farmers, since short channels were responsible for 25.74% of the productive income of the sampled group of farmers. Despite their diversity and frequent presence, short channels do not yet include the majority of family farmers and do not even represent

their main source of income, and as a result should be considered as only one of many strategies to promote rural development.

Keywords: markets; family farming; app sales; agrifood systems.

Introdução

O surgimento de marcas globais no setor alimentar e a internacionalização da distribuição de alimentos varejista retiraram do agricultor o protagonismo em muitas cadeias produtivas (WILKINSON, 2002). Com essa reestruturação dos sistemas agroalimentares, os custos de produção aumentaram e os ganhos, por parte dos agricultores, diminuíram (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Os mercados passaram a exigir cada vez mais padronização dos produtos, regularidade na oferta e o conjunto de regramentos, associado aos ambientes institucionais desse novo modelo de mercado de alimentos se configuram como uma barreira de entrada aos agricultores familiares (WILKINSON, 2003). Tal processo de exclusão trouxe à luz do debate acadêmico o tema da construção de novos paradigmas de desenvolvimento rural como estratégia de promoção da sustentabilidade e inclusão de agricultores familiares nas várias dimensões do rural, tais como produção, distribuição e consumo (PLOEG *et al.*, 2000).

A construção desse novo paradigma coloca o agricultor familiar numa posição de centralidade e promove desdobramentos que vão além da produção. Nessa perspectiva, a agropecuária passa a ter diversas funções, dentre elas a conservação das paisagens e dos recursos naturais e genéticos, o equilíbrio dos fluxos populacionais e a reconexão entre campo e cidade. Admite-se, assim, que a construção e o fortalecimento de formas alternativas de comercialização são fundamentais para se obter sinergias necessárias ao processo de desenvolvimento rural e inclusão de agricultores familiares

(PLOEG *et al.*, 2000). Essas novas práticas mercantis se configuram, portanto, como um elemento central da busca por autonomia das comunidades rurais e como uma estratégia de resistência dos agricultores de base familiar ao cenário de fortalecimento dos impérios alimentares (PLOEG, 2008).

Diversas modalidades de comercialização direta têm sido praticadas por agricultores familiares e investigadas pelos estudiosos, sendo designadas como canais curtos de comercialização (*short food supply chains*). Algumas dessas modalidades, como as feiras e as vendas às margens de rodovias ocorrem desde antes do tema da inclusão produtiva entrar na agenda dos estudos rurais. Outras modalidades, como os sistemas de entrega de cestas e as vendas por aplicativos, são mais recentes e surgiram a partir da demanda de setores da sociedade por alimentos que carregam em si dimensões ligadas à responsabilidade social e ambiental (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Essa tipificação dos canais curtos de comercialização é tema de vários estudos e leva em consideração conceitos como mercados imersos – *embeddedness*, e mercados aninhados – *nested Market* (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012; CASSOL, 2018; BRASIL, 2019). Características como multifuncionalidade, distintividade, conectividade e infraestrutura sociomaterial são alguns dos parâmetros analisados para se inferir o quão imerso e aninhado é um mercado (BRASIL, 2019). No presente estudo não foram analisadas as relações entre os agentes dos mercados nem suas respectivas normas e instituições. Portanto, não se buscou aferir o nível de imersão e aninhamento de cada canal.

A categorização dos canais curtos de comercialização adotada na presente pesquisa, se deu pela observação empírica. Modalidades praticadas há várias décadas, vinculadas a práticas sociais e econômicas ancestrais dos agricultores, foram denominadas de tradicionais. As modalidades categorizadas como inovadoras são aquelas mais contemporâneas, que refletem processos como diferenciação de demandas de consumo, popularização do uso de novas tecnologias de comunicação e construção de identidades de categorias sociais (agricultor familiar, quilombola, assentado da reforma agrária).

Grande parte dos estudos sobre os canais curtos é carregada de análises supersocializadas dos processos de troca e acabam por escamotear a dimensão econômica dos referidos canais (HINRICHS, 2000) e negligenciar as relações competitivas com os canais longos de comercialização (SONNINO; MARSDEN, 2006). Os canais curtos podem promover aumento na criação de empregos e na adoção de práticas mais sustentáveis por parte dos agricultores familiares, mas não estão claramente relacionados a um aumento na oferta de alimentos saudáveis nem na dinamização das economias locais (MUNDLER; LAUGHREA, 2016). Além disso os canais curtos podem se transformar, com o passar do tempo, em nichos elitizados de mercado (GOODMAN, 2009), podem ser capturados pelos setores hegemônicos dos sistemas agroalimentares e, por isso, não são necessariamente alternativos ao modelo convencional de produção distribuição e consumo de alimentos (ROSOL, 2020).

Trabalhos mais recentes têm contribuído na discussão sobre as relações existentes entre os canais curtos e longos, seus agentes e seus papéis na construção de modelos de sistemas agroalimentares (GASSELIN; HOSTIOU, 2020). Os trabalhos existentes, essencialmente qualitativos, com base em estudos de caso ou de caráter teórico/conceitual (SONNINO; MARSDEN, 2006) revelam que os canais curtos são relevantes para os agricultores familiares (AGUIAR; DEL GROSSI; THOMÉ, 2018) e apontam para o surgimento de novas modalidades desse tipo de comercialização. No entanto, esses estudos não permitem identificar a abrangência desses canais curtos, sua diversidade, sua capacidade de inclusão de agricultores familiares e sua relevância econômica (DUARTE; THOMÉ, 2015).

Diante dessa lacuna, o presente estudo teve o propósito comparar e quantificar a relevância e a abrangência dos diferentes canais curtos de comercialização com participação de agricultores familiares do estado de Goiás. Especificamente, objetivou-se: (1) identificar e espacializar a diversidade de canais curtos tradicionais e inovadores com participação de agricultores familiares; (2) quantificar a capacidade de inclusão de agricultores familiares nos canais curtos de comercialização tradicionais e

inovadores; e (3) aferir a relevância econômica desses canais na renda produtiva dos agricultores familiares.

Metodologia

O recorte geográfico do deste estudo é o estado de Goiás, localizado na região central do Brasil. Apesar de Goiás ser reconhecidamente um estado produtor eficiente de grandes culturas e grandes criações, a agricultura familiar também é um segmento relevante, responsável por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) (IBGE, 2017). Dados referentes aos tipos de produção, ao perfil dos agricultores, tecnologias utilizadas, valor e volume de vendas estão disponíveis nos Censos Agropecuários, mas a forma como a produção é escoada não aparece claramente nesses Censos. Por esses motivos decidiu-se investigar a importância dos canais curtos de comercialização no âmbito do desenvolvimento da agricultura familiar desse estado.

Por meio de discussões com pesquisadores da área dos estudos rurais e lideranças da agricultura familiar, chegou-se à conclusão que a única instituição goiana que apresenta capilaridade e capacidade de levantar informações referentes aos processos de comercialização dos agricultores familiares dos 246 municípios do estado é a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária de Goiás (EMATER/GO), pois nela atuam técnicos de campo que estão em contato direto com as comunidades de agricultores familiares dos municípios. Assim, por intermédio de parceria entre esta instituição e o Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás, PPGAgro-UFG, foi elaborado um plano de ação para se levantar os dados referentes à comercialização praticada pelos agricultores familiares do estado de Goiás.

Inicialmente foram realizadas reuniões entre o pesquisador responsável e a direção estadual da instituição com o objetivo de mostrar a relevância da pesquisa no âmbito do desenvolvimento rural do estado. Em seguida foram feitas reuniões com os coordenadores de cada uma das regionais da Emater. Tais encontros foram fundamentais para se construir o nivelamento de informações teórico-metodológicas referentes às categorizações dos diversos

tipos de canais de comercialização existentes nos municípios. Desta maneira, os coordenadores regionais se capacitaram a categorizar cada canal como canal curto ou canal longo de comercialização. Durante esse processo, com a contribuição dos coordenadores regionais e da direção estadual, foi sendo construído o questionário que foi encaminhado aos técnicos de campo das Unidades Locais (UL). Os coordenadores regionais fizeram encontros de formação com os técnicos das UL visando capacitá-los na categorização dos canais de comercialização disponíveis aos agricultores familiares.

Os técnicos das UL foram orientados a identificar lideranças da agricultura familiar de cada um dos canais de comercialização presentes no município. Assim, as respostas dos questionários de cada município foram construídas coletivamente a partir dos conhecimentos de informantes-chave de cada canal de comercialização.

Os questionários foram enviados por e-mail aos técnicos das UL pela plataforma Google Formulários. Dividiu-se os questionários em duas seções: (1) canais longos de comercialização disponíveis aos agricultores familiares do município; e (2) canais curtos de comercialização disponíveis aos agricultores familiares do município. Foram elencados os canais longos e curtos mais frequentes no estado, e os entrevistados responderam duas perguntas para cada canal: (1) se existe ou não agricultor(es) familiar(es) participando do canal; e (2) quantos agricultores familiares participam do canal. Os dados foram levantados entre agosto de 2020 e março de 2021. Foi requerido aos respondentes que levantassem os dados com informações que retratassem o período pré-pandemia da Covid-19.

Dos 246 municípios goianos, obteve-se resposta de 155. Dentre os 155 municípios que enviaram questionários preenchidos, foram sorteados 75 para enviar os questionários referentes ao desempenho econômico de cada canal de comercialização. Destes, apenas 58 responderam. Nesse questionário de desempenho econômico foi feita apenas uma pergunta referente a cada canal de comercialização: quantos reais (bruto) o conjunto de agricultores familiares participantes do canal recebe por mês? A partir dos dados obtidos com essa pergunta, chegou-se ao somatório da renda referente ao conjunto de

agricultores familiares amostrados em cada canal. Considerou-se como universo da renda (100%), os somatórios relativos às vendas em todos os canais curtos e longos. Portanto, denominou-se essa variável percentual como renda produtiva oriunda de cada canal, que expressa a participação da renda em cada canal quando comparada ao total da renda encontrado em todos os canais.

Os dados referentes à comercialização praticada por agricultores familiares via Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) foram coletados mediante consulta ao site do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) por meio da plataforma SiGPC (Sistema de Gestão de Prestação de Contas). A amostragem dos municípios seguiu o mesmo padrão da que foi utilizada para se levantar os dados dos demais canais.

Foram contabilizados em cada canal apenas aqueles agricultores que participam de cada modalidade de comercialização de forma sistemática. Não foram contabilizados os que vendem seus produtos no canal de forma esporádica. As modalidades de canais curtos foram separadas em duas categorias: (1) tradicionais; e (2) inovadoras. O Quadro 1 apresenta as modalidades informadas nos questionários. O canal “inovação – novos mercados” se refere às formas de comercialização inovadoras que não se enquadram em nenhuma das modalidades anteriores.

O canal curto inovador CSA (comunidade que sustenta a agricultura) foi identificado por meio de fontes que não participaram da pesquisa como respondentes. O estado de Goiás possui apenas uma CSA em pleno funcionamento com consumidores (denominados coagricultores) de Goiânia e duas famílias de agricultores assentados da reforma agrária do município de Palmeiras de Goiás. Existem também CSA funcionando no Distrito Federal (DF), com coagricultores de Brasília e agricultores do entorno do DF. Como Goiânia e Brasília não estavam na amostragem de municípios realizada no delineamento da pesquisa, decidiu-se não incluir tal modalidade no estudo.

Quadro 1 – Modalidades de canais curtos levantadas no questionário

Canais curtos tradicionais		Canais curtos inovadores	
Nome do canal	Descrição	Nome do canal	Descrição
Mercados locais	Venda em supermercados, mercearias e mercados locais	Aplicativos e redes sociais	Venda de produtos ao consumidor final utilizando ferramentas virtuais como aplicativos e redes sociais.
Feira	Venda em feiras livres, especiais ou de agricultores familiares	Loja específica AF	Venda em espaço físico permanente, gerido por agricultor(es) familiar(es) onde são vendidos apenas produtos da agricultura familiar
Porta em porta	Venda de produtos de porta em porta na cidade ou zona rural	Sistema de cestas	Venda de kits de produtos com periodicidade definida entre agricultores e consumidores participantes
Restaurantes, hotéis e afins	Venda em restaurantes, hotéis, lanchonetes, pizzarias e afins	Pnae	Venda institucional de produtos para alimentação escolar de estudantes de escolas públicas
Venda na propriedade	Venda de seus produtos ao consumidor final na própria unidade produtiva	Inovação – novos canais	Inovações comerciais; formas de comercializar não descritas nos outros canais; abertura de novos mercados
Venda de produtos do cerrado	Venda de frutos, cascas e demais produtos oriundos da sociobiodiversidade.		
Bancas nas ruas da cidade	Venda de produtos em bancas montadas às margens de estradas ou nas ruas da cidade.		
Açougues locais	Venda de gado vivo a açougues locais		
Venda aos vizinhos	Venda de produtos aos vizinhos da comunidade e adjacências		

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2019), Cassol (2017) e Ploeg; Jingzhong; Schneider (2012).

A pesquisa obteve dados referentes à presença de canais de comercialização e participação de agricultores familiares de 63,01% dos municípios goianos. Foram obtidos dados de desempenho econômico dos canais de comercialização

de 37,41% dos municípios amostrados, o que representa 23,57% dos municípios do estado de Goiás.

Para as comparações entre os canais curtos tradicionais e os inovadores do estado de Goiás (no que se refere à capacidade de inclusão), foram utilizadas as quantidades de cada tipo de canal de forma pareada dentro de cada município, empregando um teste t pareado com significância de 95%. Para representação e visualização dos valores médios, foi plotado um gráfico de *boxplot* representando desvios do erro, desvio padrão e mediana. O mesmo método foi utilizado para comparar a participação dos canais curtos tradicionais e inovadores utilizando a renda produtiva das famílias amostradas.

Com relação ao levantamento da quantidade de agricultores familiares que participam de canais curtos e canais longos ao mesmo tempo, foi criada a categoria “quantidade de postos de comercialização do tipo canal curto ocupados por agricultores familiares de cada município”, que foi obtida por meio do somatório das quantidades de agricultores familiares que participam de cada canal do município. Com a finalidade de se chegar ao índice de participação dos agricultores familiares em cada canal de comercialização, considerou-se como o universo em cada município o número de estabelecimentos rurais familiares obtidos no Censo Agropecuário 2017.

Com o intuito de aferir o nível de participação dos agricultores familiares do município em canais curtos como um todo, foi criada a variável denominada “índice de participação de agricultores familiares no conjunto de canais curtos estudados”. Tal variável foi calculada por meio da razão entre a quantidade de postos de comercialização criados pelo conjunto de canais curtos e a quantidade de estabelecimentos rurais familiares de cada município amostrado. Em alguns municípios o índice de inclusão foi maior que 100%, pois existem agricultores familiares que participam de mais de um canal e, em alguns estabelecimentos rurais familiares, residem mais de uma família. Nesses casos, considerou-se como 100% o índice de inclusão.

Os mapas foram elaborados por meio de Sistema de Informação Geográfica (SIG) com uso do software Qgis. Os dados coletados durante a pesquisa foram relacionados à base de dados do Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás

(Sieg), do governo do estado de Goiás. Os mapas apresentam a presença e ausência dos canais com participação de agricultores familiares.

Referencial teórico

A industrialização da agricultura é um processo que, apesar de não ser recente, ainda está em curso e centraliza e concentra a produção, distribuição e consumo de alimentos (DELGADO, 2012), além de promover desconexões entre os ecossistemas locais e suas sociedades (PLOEG, 2008; TETREULT; MCCULLIGH; LUCIO, 2021). Tais desdobramentos levaram esse modelo a uma crise moral, ética e estética, gerando interstícios férteis ao surgimento de iniciativas que buscam ressocializar a produção de alimentos e reconectar os agentes dos sistemas alimentares (NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2019). A pauta da construção de sistemas agroalimentares inclusivos e sustentáveis entra na agenda de instituições de pesquisa e se torna objeto de estudo de diversos pesquisadores. Assim, surge um arcabouço de conceitos e perspectivas que busca explicar como se dão os processos de troca mercantil dos agricultores familiares nessa nova conjuntura dos sistemas agroalimentares.

Agência e construção social de mercados

As dinâmicas produtivas, sociais e econômicas dos agricultores de base familiar são marcadas pela resiliência, capacidade adaptativa e resistência. Essa capacidade de se organizar e se articular, seja individualmente no núcleo familiar, seja coletivamente em grupos ou organizações, confere aos agricultores autonomia e versatilidade para se adequarem a diferentes realidades (WANDERLEY, 2014; PLOEG, 2006). Na perspectiva da busca por autonomia, os agricultores familiares lançam um novo olhar sobre os circuitos de troca em que eles se inserem e, nesse sentido, procuram se afastar daqueles em que são tratados apenas como fornecedores de mercadorias e se aproximam dos circuitos que os reconectem aos mercados locais (CONTERATO *et al.*, 2011).

Nessa perspectiva da autonomia é necessário que os estudos empíricos sobre cadeias curtas abordem o conceito de agência. Tal conceito se assenta no fato de que o agricultor não é passivo às mudanças externas, ele também é capaz de

moldar a realidade gerando atributos e significados aos processos de produção e comercialização (DARNHOFER *et al.*, 2016). A agência estratégica é a capacidade de envolvimento de muitos atores num projeto de uma ou mais pessoas. Ela pode ser classificada em agência individual (ação dos indivíduos numa escala micro), ação proxy (ação de um agente em função do outro) e agência coletiva (colaboração entre indivíduos visando ganhos mútuos). A agência individual e a coletiva são importantes nos processos de construção e fortalecimento de canais curtos, pois os agricultores precisam exercer seu protagonismo e sua capacidade de transformar a realidade tanto na escala da unidade produtiva quanto na escala da comunidade e do território. Essas modalidades de agência são fundamentais para que sejam potencializadas experiências de agregação de valor aos produtos e processos e de criação de vínculos sociais e econômicos (BALESTRO, 2017).

Diversidade de canais de comercialização

Alguns fatores limitam a participação de agricultores familiares em mercados (tanto do tipo canal longo quanto curto), tais como: falta de informações das dinâmicas comerciais; infraestrutura deficiente; e altos custos de transação (KHAPAYI; CELLIERS, 2016). Uma das principais críticas à participação de agricultores familiares em canais longos de comercialização é o fato de essa categoria estar mais suscetível aos impactos negativos do *squeeze*. Assim, os canais curtos aparecem na literatura como uma forma da agricultura de base familiar comercializar seus produtos obtendo melhores rendas (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; DUARTE; THOMÉ, 2015).

A comercialização em canais curtos mais praticada pelos agricultores familiares brasileiros são as feiras, porém é bastante comum a prática de se comercializar seus produtos em mais de um canal curto (DAROLT *et al.*, 2016). A diversidade de canais de comercialização pode contribuir para uma maior inclusão de agricultores familiares e o fortalecimento de uma rede agroalimentar em que os processos e produtos locais são valorizados (SABOURIN, 2013).

Definições de canais curtos

Para se compreender melhor os atributos que caracterizam os canais curtos, é necessário analisá-los em comparação aos canais longos. Os canais curtos e longos podem ser diferenciados nas seguintes dimensões: (1) objetivos; (2) configuração; e (3) relações espaciais. Os canais curtos têm como objetivos integrar e gerar autonomia aos atores dos sistemas agroalimentares, enquanto os canais longos visam gerar eficiência às cadeias. Os canais longos se configuram pela existência de atores que orbitam em torno de empresas, enquanto a configuração dos canais curtos é baseada na aproximação de produtores e consumidores. Já na dimensão das relações espaciais o que diferencia as categorias supracitadas é que os canais curtos produzem produtos com carga territorial, local ou regional, ao passo que os canais longos, produtos padronizados, impessoalizados e sem diferenciação regional (SONNINO; MARSDEN, 2006).

Os canais curtos de abastecimento alimentar ou canais curtos de comercialização não são novidades recentes criadas por grupos de agricultores e consumidores conscientes. Essa prática é ancestral e remonta aos tempos em que as dificuldades de transporte e conservação dos alimentos forçavam os produtores a vender sua produção localmente (GIUCA, 2013).

Essas modalidades de comercialização podem ser tipificadas como: (1) venda na unidade rural, que se refere à venda direta na unidade e vendas em que o consumidor colhe seus produtos na propriedade; (2) venda fora da unidade rural, que se refere a: vendas de beira de estrada, vendas em feiras de agricultores, pontos de venda próprios de agricultores, vendas de cestas prontas, vendas em Grupos Organizados de Oferta e Demanda – Good, vendas de grupos de compra conjunta, vendas pela internet e vendas organizadas pela Agricultura de Base Comunitária (ABC), também conhecida por *Community Supported Agriculture* (CSA) (BELLETTI; MARESCOTTI, 2013).

Os canais curtos podem ser definidos em duas dimensões: a da definição de qualidade dos produtos – locais, regionais, tradicionais e orgânico, agroecológico, saudável – e a da estrutura organizacional da comercialização – venda direta, proximidade espacial e espacialmente estendida (RENTING;

MARSDEN; BANKS, 2003; DAROLT *et al.*, 2016). O sucesso das iniciativas de canais curtos dependem fundamentalmente da: 1) eficiência logística organizacional; 2) eficiência na distribuição do valor agregado; 3) eficiência informacional (BELLETTI; MARESCOTTI, 2013).

Canais curtos tradicionais e inovadores

Recentemente surgiu, a partir da crítica ao conceito *embeddedness* atribuído aos canais curtos (HINRICHS, 2000), uma nova forma de caracterizar os mercados ditos alternativos emergentes. Lançou-se mão do conceito *nested market* como forma de superar as fragilidades empíricas do conceito *embeddedness*. Assim, atribuiu-se aos canais curtos modernos (sistemas de cestas, agricultura sustentada pela comunidade e lojas específicas de agricultores familiares) a nomenclatura de mercados emergentes (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012; BRASIL, 2019).

Os canais curtos tradicionais (como as feiras e as vendas de porta em porta) podem ser caracterizados, em alguns casos, como *nested market*. Porém, cabe ressaltar que o presente estudo não se dedica a investigar o caráter *nest* dos canais, mas sim aferir, quantificar e levantar diferenças entre os canais curtos inovadores (ou emergentes) e os tradicionais no âmbito da inclusão dos agricultores familiares.

Canais curtos como alternativa ao modelo agroindustrial

O avanço do conceito *nested market* em relação ao de *embeddedness* refere-se ao fato de que o segundo nega e dicotomiza a relação dos canais curtos com o sistema agroalimentar convencional, enquanto o primeiro admite que a emergência de modalidades diferenciadas de comercialização se dá nos interstícios do sistema convencional e não é antagônica a este modelo (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012; BRASIL, 2019). Os canais curtos não têm necessariamente mais sustentabilidade ambiental nem mais capacidade de inclusão de agricultores periféricos e consumidores empobrecidos marginalizados. Estudos demonstram que alguns agricultores participantes de canais curtos que melhoram sua renda tendem a barrar a entrada de novos

agricultores, intensificar sua produção ou mesmo assumir o papel exclusivo de intermediário (WATTS; ILBERY; MAYE, 2005).

Não se pode alegar que os canais curtos de comercialização são necessariamente alternativos, pois em alguns casos repetem práticas econômicas e sociais do sistema convencional, além de existirem exemplos de iniciativas que foram cooptadas por poderosas empresas do sistema alimentar (ROSOL, 2020).

Apesar das fragilidades, alguns canais curtos tradicionais, como as feiras, podem impulsionar a inclusão de agricultores familiares em novos canais de comercialização (VERANO; MEDINA, 2021), e promover a dinamização de transações e articulações entre agentes e instituições ligados a agricultura familiar (VERANO; FIGUEIREDO; MEDINA, 2021), e se caracterizam como importante espaço de abastecimento local dos sistemas agroalimentares dos municípios de pequeno porte (VERANO; MEDINA, 2019).

Já os canais curtos inovadores são fruto de articulação de diversos atores dos sistemas agroalimentares na busca por formas de comercialização em que a lógica mercantil não é a principal orientadora de seu funcionamento. Para que alguns desses canais inovadores surjam e se consolidem, é necessário um ambiente social e institucional que promova uma governança democrática, que construa infraestrutura sociomaterial, que promova produtos e processos distintos e diferenciados e que se baseie na conexão transparente entre os participantes do canal (BRASIL, 2019).

Resultados

Diversidade de canais curtos

Os dados revelam grande diversidade de canais curtos nos municípios amostrados. Os municípios apresentaram entre três e 12 canais curtos de comercialização, com média de 7,15. Mais de 50% dos municípios goianos possuem entre oito e 12 canais curtos com participação de agricultores familiares (Tabela 1).

Tabela 1 – Diversidade de canais curtos nos municípios goianos amostrados no ano de 2019

Quantidade de Canais Curtos (CC)	Municípios amostrados com a quantidade de Canais Curtos (%)
1	1,29
2	1,94
3	3,23
4	10,32
5	12,26
6	9,68
7	10,32
8	18,71
9	13,55
10	10,32
11	5,80
12	2,58

Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

Dentre os canais curtos tradicionais, apenas as vendas em bancas nas ruas e estradas ocorrem em menos da metade dos municípios amostrados; e dentre os canais curtos inovadores, as vendas ao Pnae e as vendas por aplicativos e redes sociais são os únicos que ocorrem em mais da metade dos municípios amostrados, revelando maior frequência dos tradicionais. Os canais tradicionais mais recorrentes são as feiras e as vendas aos mercados e mercearias locais, o que demonstra a relevância dos canais curtos de comercialização para a movimentação dos sistemas agroalimentares locais.

Percebe-se que existe um movimento, ainda que tímido, de agricultores familiares buscando a abertura de novos canais de comercialização. A Tabela 2 revela que 4,52% dos municípios amostrados apresentaram iniciativas inovadoras no campo da comercialização e construção de mercados. Os canais inovadores que demandam agência coletiva como as lojas específicas de agricultores e os sistemas de entrega de cestas ocorrem, porém, ainda em poucos municípios. A grande ocorrência das vendas por aplicativos e venda na

propriedade revela que os agricultores estão buscando novas formas de interação com o consumidor final.

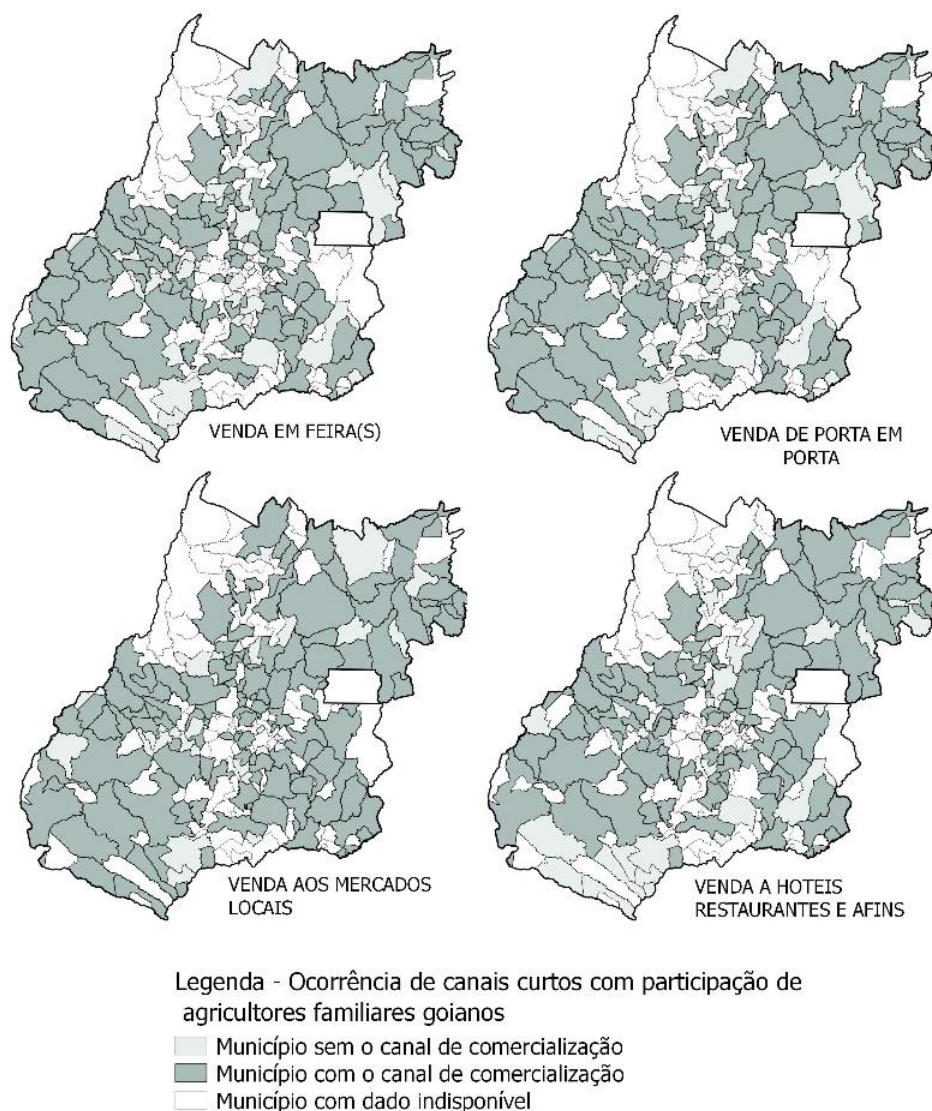
Tabela 2 – Ocorrência dos canais curtos tradicionais e inovadores nos municípios goianos em 2019

Canais Curtos tradicionais		Canais Curtos inovadores	
Canal	Municípios com o canal (%)	Canal	Municípios com o canal (%)
Mercados locais	82,12	Aplicativos e redes sociais	53,90
Feira	80,00	Loja específica AF	12,42
Porta em porta	75,00	Sistema de cestas	9,87
Restaurantes, hotéis e afins	74,13	Pnae	81,29
Venda na propriedade	59,87	Inovação – novos canais	4,52
Venda de produtos do cerrado	48,39		
Bancas nas ruas da cidade	35,25		
Açougues locais	59,84		
Venda aos vizinhos	65,81		

Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

As Figuras 1 e 2 espacializam a ocorrência dos principais canais curtos tradicionais e inovadores no estado de Goiás. É clara a ocorrência mais frequente e mais uniformemente distribuída dos canais curtos tradicionais. Nota-se que em alguns municípios da região central do estado (próximo à capital Goiânia) e do extremo sul os agricultores familiares não estão vendendo seus produtos a restaurantes, hotéis, lanchonetes e afins. Os canais feira e venda de porta em porta apresentam perfil de ocorrência semelhantes (Figura 1).

Figura 1 – Dispersão geográfica dos principais canais curtos tradicionais com participação de agricultores familiares goianos no ano de 2019

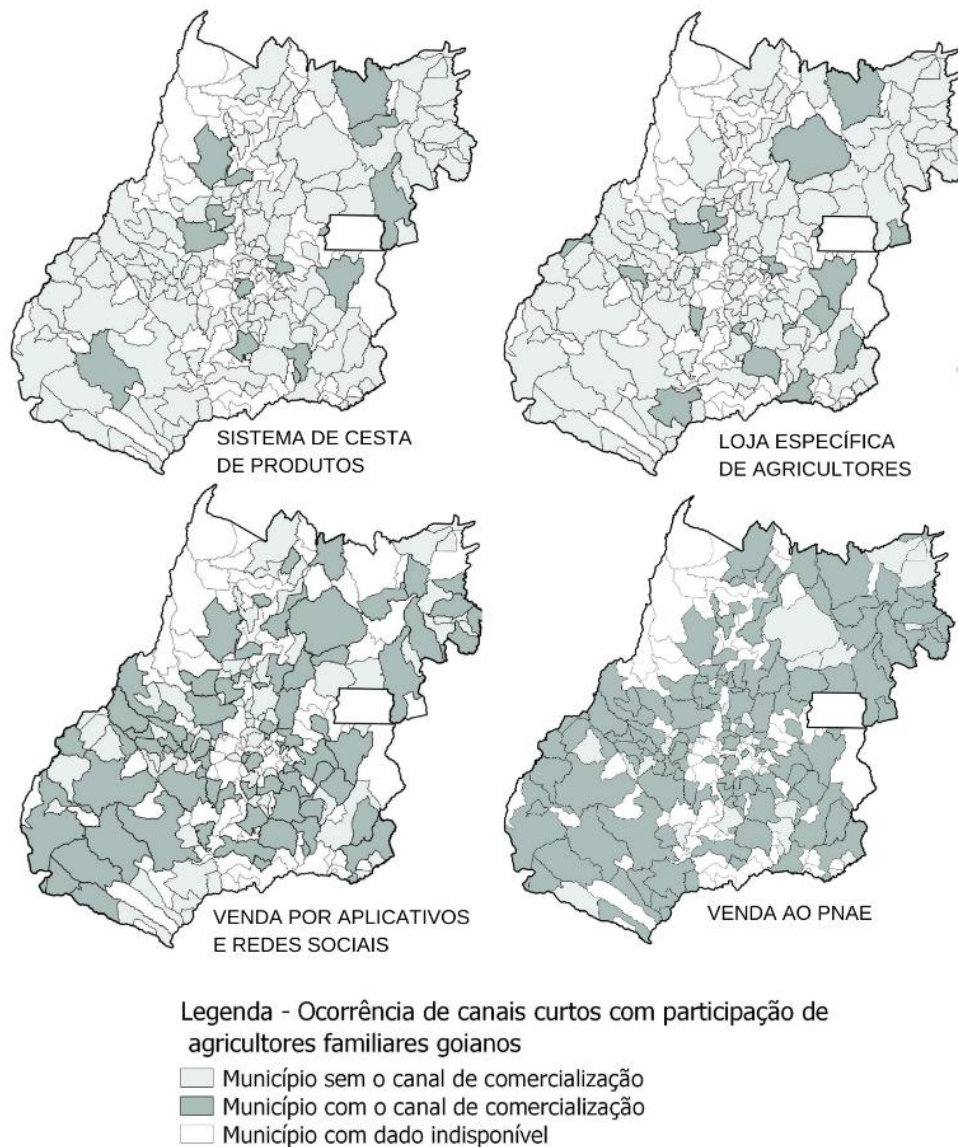


Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

Observa-se na Figura 2 que os canais curtos inovadores com venda ao Pnae e venda por aplicativos e redes sociais são os mais frequentes. As vendas por aplicativos e redes sociais ocorrem numa faixa quase contínua, que vai do Sudeste ao Sudoeste do estado e em municípios de todas as outras regiões de Goiás. Já as vendas ao Pnae ocorrem em quase todos os municípios amostrados.

Os canais sistema de cesta e loja específica de agricultores apresentaram padrão de dispersão semelhante.

Figura 2 – Dispersão geográfica dos principais canais curtos inovadores com participação de agricultores familiares

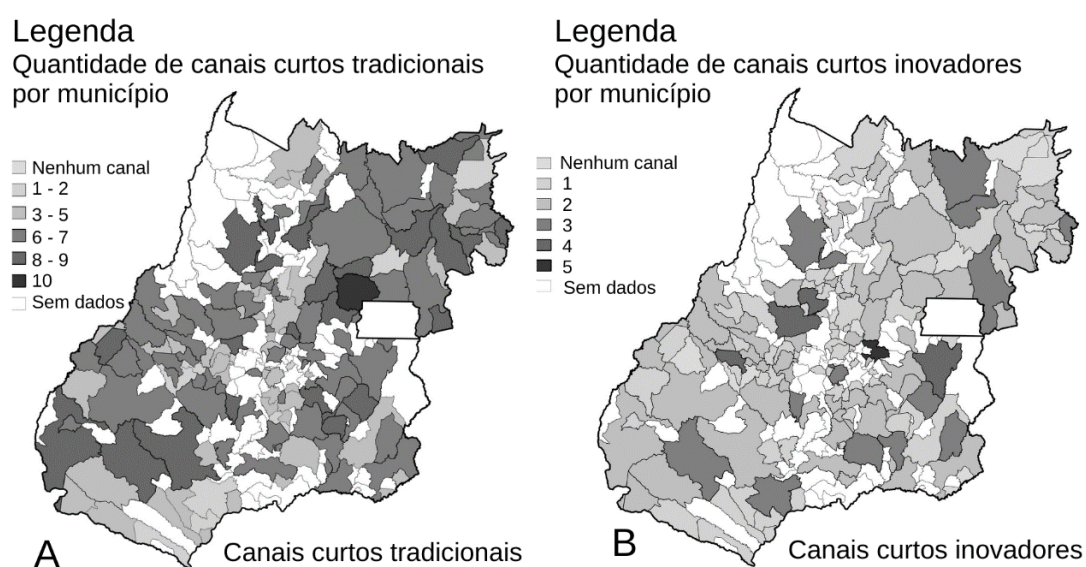


Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

A maioria dos municípios que possuem canais curtos inovadores apresentou apenas duas modalidades desse tipo de canal. Municípios com grande diversidade de canais curtos tradicionais ocorrem em todo o estado, com

destaque para as regiões Nordeste e Sudoeste, que apresentam *clusters* de municípios com mais de seis modalidades de canais curtos tradicionais. Ao se analisar a Figura 3, é possível perceber que não existe relações de antagonismo entre os canais tradicionais e inovadores, ou seja, a grande diversidade de canais tradicionais não interfere na ocorrência de grande diversidade de canais inovadores.

Figura 3 – Diversidade de canais curtos tradicionais e inovadores nos municípios goianos



Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

Participação de agricultores familiares nos canais curtos

Os canais tradicionais que mais incluem são as feiras e as vendas aos vizinhos (Tabela 3). O canal curto venda por aplicativos, apesar de ser o mais recente, apresenta grande capacidade de inclusão dentre os inovadores, porém o que mais inclui é o mercado institucional vendas ao Pnae.

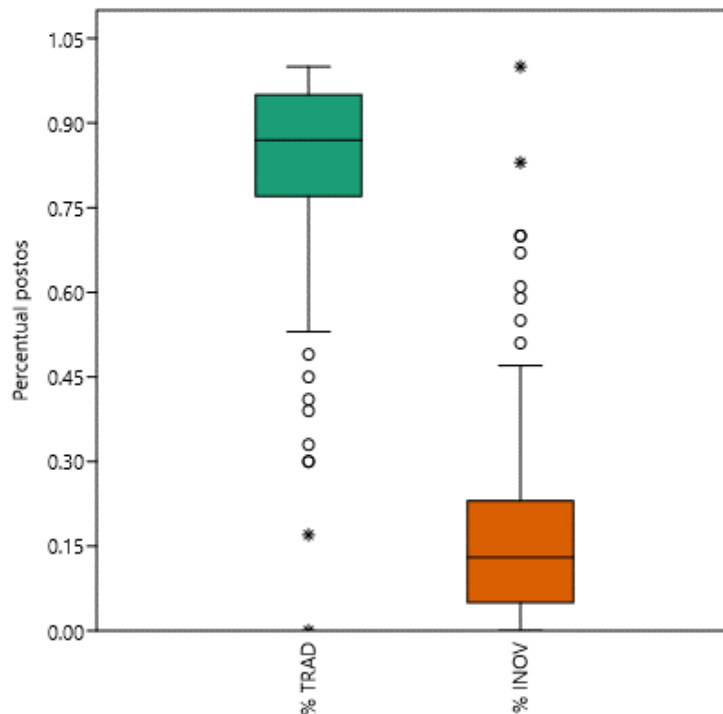
Tabela 3 – Participação de agricultores familiares nos canais curtos tradicionais e inovadores

Canais Curtos tradicionais		Canais Curtos inovadores	
Canal	AF no canal (%)	Canal	AF no canal (%)
Mercados locais	1,84	Aplicativos e redes sociais	1,70
Feira	5,62	Loja específica AF	0,20
Porta em porta	1,71	Sistema de cestas	0,14
Restaurantes, hotéis e afins	2,0	Pnae	2,25
Venda na propriedade	1,92	Inovação – novos canais	0,52
Venda de produtos do cerrado	1,09		
Bancas nas ruas da cidade	0,50		
Açougues locais	3,22		
Venda aos vizinhos	5,99		

Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

O conjunto de canais curtos tradicionais possui maior capacidade de inclusão de agricultores familiares do que o conjunto de canais curtos inovadores. A Figura 4 é um *boxplot* que mostra as variações dos valores dos dados levantados em torno da mediana. A figura revela que, entre os agricultores familiares que estão nos canais curtos, 82,24% participam dos tradicionais e 17,76% dos inovadores ($t = 22,43$; $p = 0,000$). Nota-se também que: (1) no *boxplot* dos canais curtos tradicionais os *outliers* encontram-se abaixo do mínimo e que os *outliers* dos canais curtos inovadores estão acima do máximo; e (2) o valor máximo dos canais curtos inovadores está quase no mesmo nível do valor mínimo dos canais curtos tradicionais.

Figura 4 – Boxplot – capacidade de inclusão de agricultores familiares em canais curtos tradicionais e inovadores



Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

Os dados revelam que existem, em média, nos municípios amostrados, 121,10 postos de comercialização do tipo canal curto ocupados por agricultores familiares (Tabela 4). A média apresentou níveis altos de desvio padrão e erro padrão. A quantidade total de postos de comercialização criados por canais curtos foi de 18771, e o número de estabelecimentos rurais familiares dos municípios amostrados é 71504. Assim, o índice de inclusão do conjunto de canais curtos (feito pela razão entre a quantidade total de postos de comercialização e o número de estabelecimentos rurais familiares dos municípios amostrados) foi de 26,25%.

Tabela 4 – Média, desvio padrão e erro padrão das quantidades de canais curtos, postos de comercialização e estabelecimentos rurais familiares dos municípios amostrados

	Média	Desvio padrão	Erro padrão
Quantidade de canais curtos disponíveis aos agricultores familiares nos municípios goianos	7,18	2,49	0,20
Quantidade de postos de comercialização do tipo canal curto ocupados por agricultores familiares de cada município	121,10	185,57	14,90
Quantidade de estabelecimentos rurais familiares nos municípios amostrados	461,3161	385,3826	30,9546

Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

O cruzamento entre os dados relacionados à diversidade de canais e o índice de inclusão de agricultores familiares (Tabela 5) revela que municípios com maior número de canais curtos tendem a criar mais postos de comercialização aos agricultores nos municípios amostrados. Entre os municípios amostrados, 25,8% possuem mais da metade dos agricultores familiares inseridos em algum canal curto de comercialização e 74,2% possuem menos da metade. Dentro da classe de municípios com maior índice de inclusão, observa-se a prevalência de municípios com maior diversidade de canais (21,29%) quando comparados aos municípios com menor diversidade (4,51%).

Tabela 5 – Relação entre a diversidade de canais curtos e o índice de inclusão de agricultores familiares

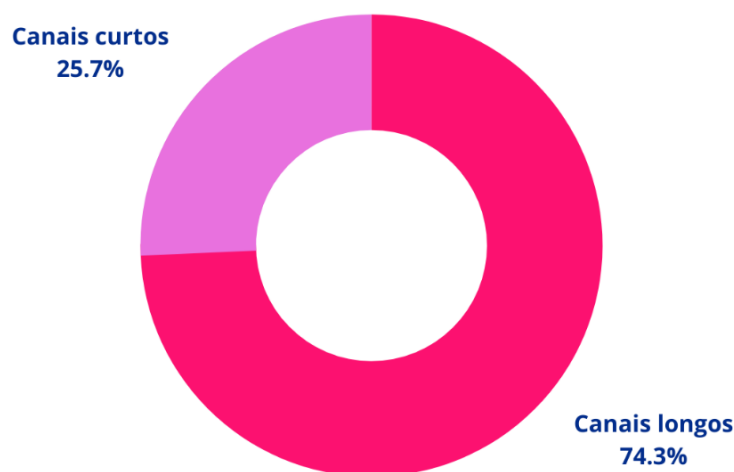
	Municípios com menos canais curtos (até 5)	Municípios com mais canais curtos (acima de 5)
Índice de inclusão (relação quantidade de postos de comercialização/quantidade de estabelecimentos rurais) alta – mais de 50%	4,51%	21,29%

Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

Participação dos canais curtos na renda dos agricultores familiares

A Figura 5 demonstra que o conjunto de canais longos gera três vezes mais renda do que o conjunto de canais curtos. O somatório das rendas produtivas dos agricultores familiares dos municípios amostrados oriundas das comercializações via canais curtos representa 25,74% ante 74,26% oriunda do conjunto de canais longos.

Figura 5 – Renda produtiva obtida pelos agricultores familiares amostrados no conjunto de canais curtos e no conjunto de canais longos

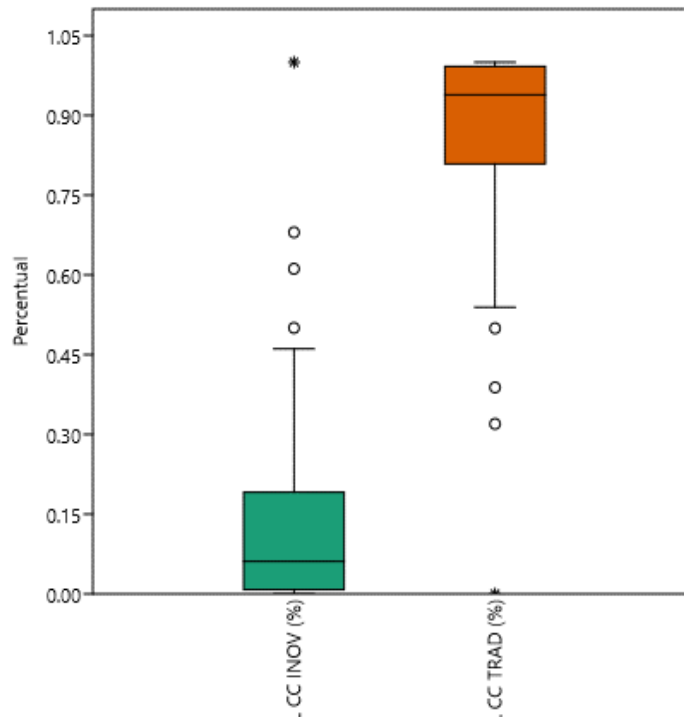


Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

Conforme observa-se na Figura 6, os canais curtos inovadores geram pequena parcela da renda produtiva dos agricultores familiares oriunda de canais curtos. Em média, cada município amostrado movimenta R\$ 82.936,00 por mês via comercialização feita por agricultores familiares em canais curtos tradicionais, ante R\$ 6.949,20 em canais curtos inovadores ($t = 5,535$; $p = 0,000$). Os canais curtos tradicionais representam, em média, 86,02% da renda obtida via canais curtos, ante 13,98% dos canais curtos inovadores ($t = -15,313$; $p = 0,000$). A grande diferença também é constatada ao se observar que o valor

máximo dos canais curtos inovadores é menor que o valor mínimo dos canais curtos tradicionais.

Figura 6 – *Boxplot* – participação do conjunto de canais curtos tradicionais e inovadores na renda produtiva dos agricultores familiares



Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

Os canais inovadores são responsáveis por pequena parcela da renda produtiva dos agricultores amostrados, conforme ilustra a Tabela 6. Dentre os inovadores, as vendas ao Pnae foram as que apresentaram melhor desempenho, seguidas pelas vendas por aplicativos e redes sociais. Os sistemas de cestas aparecem com baixa participação, indicando ainda ser um canal incipiente no estado. As feiras, entre todos os canais curtos, são a principal fonte de renda produtiva dos agricultores amostrados, seguidas das vendas aos açougues locais e aos mercados locais.

Tabela 6 – Renda produtiva relativa dos agricultores familiares oriunda dos canais curtos de comercialização tradicionais e inovadores

Canais Curtos tradicionais			Canais Curtos inovadores		
Canal	Percentual de vendas do canal entre os canais curtos	Percentual de vendas entre os canais curtos e longos	Canal	Percentual de vendas do canal entre os canais curtos	Percentual de vendas entre os canais curtos e longos
Feira	51,44	13,24	Pnae	5,63	1,45
Açougues locais	10,67	2,75	Aplicativos e redes sociais	0,84	0,21
Mercados locais	9,32	2,39	Inovação – novos canais	0,04	0,01
Porta em porta	5,85	1,50	Sistema de cestas	0,73	0,18
Restaurantes, hotéis e afins	5,31	1,36	Loja específica AF	0,33	0,08
Venda na propriedade	3,08	0,79			
Bancas nas ruas e estradas	0,16	0,04			

Fonte: Dados da pesquisa levantados em 2020.

Discussão

As pesquisas sobre canais curtos tendem a se basear em estudos de caso de caráter qualitativo. Portanto, se faz necessário quantificar a participação de agricultores familiares nessas modalidades de comercialização e entender a dispersão e a diversidade desses canais, para se aferir em que medida são relevantes dentro dos sistemas agroalimentares.

Este estudo quantitativo revelou existência e grande diversidade de canais curtos, sendo que há maior prevalência de canais tradicionais.

Mais da metade dos municípios amostrados possuem entre sete e 12 canais curtos com participação de agricultores familiares. Os canais curtos tradicionais alcançam mais municípios do que os inovadores, porém os canais

de venda ao Pnae e venda por aplicativos e redes sociais apresentaram ocorrência relevante.

Canais curtos inovadores dependem de uma rede de atores engajados, de uma conjuntura sociopolítica e de características dos agricultores familiares e dos consumidores muito específicas (CASSOL, 2018; BRASIL, 2019). Em territórios empobrecidos tal realidade não existe (KHAPAYI; CELLIERS, 2016), como ocorre em grande parte dos municípios goianos. Nesses locais, canais inovadores têm maior capacidade de emergirem se dependerem menos da agência coletiva e mais da agência individual (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012; BALESTRO, 2017), como é o caso das vendas por aplicativos e redes sociais.

O Nordeste do estado, um dos territórios mais carentes de infraestrutura e com índices sociais mais baixos de Goiás, apresentou elevada ocorrência do canal curto tradicional venda aos vizinhos, o que denota a dificuldade dos agricultores dessa região em participar de forma mais sistemática de canais de comercialização que exigem regularidade na oferta e organização da produção. A grande ocorrência dos canais curtos inovadores, como as vendas ao Pnae e as vendas por aplicativos e redes sociais nessa região, revela que, mesmo em condições precárias, os agricultores familiares do Nordeste Goiano têm buscado estratégias de comercialização para enfrentar tal precariedade.

Ademais, a grande diversidade de canais curtos de comercialização com participação de agricultores familiares demonstra a capacidade dessa categoria de se adaptar a diferentes realidades e resistir em diferentes conjunturas (WANDERLEY, 2014). Tal diversidade também conota se posicionar nos impérios alimentares e criar brechas que garantam a sua reprodução social (PLOEG, 2008).

Apesar da existência e diversidade, os canais curtos apresentam um índice de inclusão de agricultores familiares (relação entre postos de comercialização do tipo canal curto/número de estabelecimentos rurais familiares dos municípios amostrados) de apenas 26,25%. Ou seja, de cada 100 famílias (considerando que em cada estabelecimento rural familiar resida apenas uma família e que cada família participa de apenas um canal curto), cerca de 26

participam de canais curtos. O fato de a maioria dos agricultores não estarem inserido nos canais curtos de comercialização corrobora a tese de Wanderley (2014) de que existe uma enorme diversidade de realidades sociais, políticas, ambientais e materiais entre os agricultores familiares brasileiros. Para um grande percentual dessa categoria, a prioridade é garantir a segurança alimentar de suas famílias e a inserção aos mercados, além de requerer organização da produção e infraestrutura produtiva, demandar infraestrutura de estradas, energia e comunicação, além, é claro, de um mercado consumidor apto a adquirir produtos locais (WANDERLEY, 2014).

Portanto, pode-se afirmar que os canais curtos incluem parcela muito pequena dos agricultores familiares dos municípios aos mercados (VERANO; MEDINA, 2021). Porém municípios que possuem grande quantidade de modalidades de canais curtos tendem a incluir mais agricultores familiares aos mercados (SABOURIN, 2013), pois os circuitos locais são capazes de encubar novos processos de produção e distribuição, gerando sinergias entre os diferentes atores dos sistemas agroalimentares (PLOEG, 2008).

Os canais curtos geram 25,74% da renda produtiva dos agricultores familiares e, dentre os canais curtos, os tradicionais são os que geram maior renda se comparados aos inovadores, 86,02% ante 13,98%.

A participação de agricultores familiares em canais curtos de comercialização não está claramente relacionada ao incremento da renda produtiva dessa categoria (MUNDLER; LAUGHREA, 2016). Este estudo revelou que o conjunto de canais curtos é responsável por pequena parcela da renda produtiva do conjunto de agricultores familiares amostrados. Corrobora-se assim a tese de que a inclusão de agricultores familiares em canais curtos pode não ser suficiente para a geração de renda à categoria.

As feiras são a principal modalidade de canal curto para os agricultores familiares brasileiros (DAROLT *et al.*, 2016), e também são o canal que gera maior renda para o conjunto de agricultores familiares. O apoio e o suporte do poder público municipal e estadual às feiras são fundamentais para que elas sejam capazes de incluir agricultores familiares nos mercados, gerar dinamismo da economia local e criar desdobramentos que resultam no surgimento de novos canais curtos de comercialização (VERANO; FIGUEIREDO;

MEDINA, 2021). O bom desempenho dos canais venda a açougues e venda aos mercados locais, quando comparados aos outros canais curtos, revela grande potencial desses canais para gerar renda aos agricultores familiares. Apesar das legislações e fiscalizações referentes à venda de produtos de origem animal serem mais restritivas aos agricultores familiares, a venda a mercados e açougues locais ainda é muito recorrente, revelando, ao mesmo tempo, um gargalo legal e sanitário da produção de agricultores familiares, e um potencial econômico que essa categoria pode explorar.

A consolidação de canais adaptados à lógica socioproductiva dos agricultores familiares depende de políticas públicas e do empenho de diversos atores e organizações no sentido de moldar o funcionamento do mercado para que ele tenha caráter inclusivo e catalise processos que geram autonomia às comunidades rurais (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012). A elevada ocorrência do canal venda ao Pnae corrobora tal hipótese, pois revela que o Estado, ao atuar como indutor do desenvolvimento econômico nos municípios, pode propiciar a inclusão de agricultores familiares que antes estavam à margem dos processos econômicos locais. Alguns agricultores que hoje entregam sua produção ao Pnae, antes de existir tal política, não estavam inseridos em nenhum canal de comercialização e podem, a partir da experiência acumulada no Pnae, alcançar novos mercados. Isso é verificado em diversos municípios goianos.

Os agentes que atuam nos canais curtos tradicionais podem operar buscando sinergias com os agentes ligados aos canais curtos inovadores (BRASIL, 2019). Da mesma maneira, os agentes e as instituições que compõem os canais longos e curtos podem estabelecer diferentes tipos de relações de coexistência entre os canais, o que molda a resiliência do sistema agroalimentar (GASSELIN; HOSTIOU, 2020). Percebe-se que existe certa sinergia entre os atores que atuam nos canais curtos tradicionais e inovadores, quando agricultores aproveitam a rota de entrega estabelecida no Pnae e vendem também aos mercados locais.

A experiência acumulada por agricultores familiares no canal curto tradicional feira, é importante para que estes se insiram em canais curtos

inovadores como os sistemas de cestas e vendas por aplicativos (VERANO; MEDINA, 2021). Por outro lado, não se percebe a mesma sinergia entre o canal curto venda a mercados locais e o canal longo venda ao Ceasa. Se houvesse uma governança entre os atores que compõem esses dois canais (talvez com uma mediação do poder público local), seria possível definir estratégias logísticas capazes de garantir a chegada de produtos de agricultores locais às sedes dos municípios e os seus excedentes ao Ceasa. Da mesma maneira, os produtos oriundos da Ceasa seriam determinantes para evitar o desabastecimento de determinados produtos nos municípios.

As experiências recentes de criação de boxes específicos para produtos de agricultores familiares em algumas Centrais de Abastecimento são importantes, pois podem abrir novos mercados a essa categoria. Entretanto, tais iniciativas não são capazes de mitigar os impactos negativos da atuação de alguns atravessadores nos mercados agroalimentares locais. Ou seja, mesmo que os boxes específicos da agricultura familiar estejam obtendo êxito ao reconfigurar alguns produtos da Ceasa como sendo oriundos de canais curtos, a ação de empresas e atores ligados a tais Centrais continua fazendo com que produtos locais se desloquem até as capitais e voltem às regiões onde foram produzidos, tornando-os produtos oriundos de canais longos.

Em Goiás não existe uma política consolidada de fomento à inclusão de agricultores familiares nos processos de comercialização com mercados, mercearias, supermercados e açougues locais. Mesmo não existindo em muitos municípios goianos uma conjuntura ideal para consolidação desses circuitos locais, eles existem e são importantes para a renda produtiva do conjunto de agricultores familiares amostrados.

Sabendo que a emergência dos canais curtos inovadores está intimamente ligada à qualificação e à diferenciação do debate sobre a construção de novos paradigmas de produção agropecuária, sugere-se como pauta para futuras pesquisas o estabelecimento de relações inferenciais entre os índices de ocorrência de canais curtos inovadores e as quantidades de agricultores familiares que praticam agropecuária orgânica ou agroecológica nos municípios.

Conclusão

Os canais curtos de comercialização são diversos, ocorrendo, em média, 7,18 modalidades distintas nos municípios amostrados. Entre os canais curtos tradicionais, as feiras e as vendas aos mercados locais apresentaram ocorrência elevada, estando presentes em 80% e 82,12% dos municípios, respectivamente. Entre os canais curtos inovadores, os mais recorrentes são as vendas ao Pnae e as vendas por aplicativos e redes sociais, ocorrendo em 81,29% e 53,9% dos municípios, respectivamente.

Todos os canais curtos apresentaram baixo índice de inclusão de agricultores familiares (0,5 a 5,99% dos agricultores familiares de cada município). A grande diversidade de modalidade e o baixo índice de participação revelam um caráter atomizado dos canais curtos. Entre os municípios que possuem mais de cinco modalidades de canais curtos, 21,29% incluem mais da metade de seus agricultores familiares, enquanto entre municípios que possuem até cinco modalidades, 4,91% incluem mais da metade de seus agricultores familiares. Ou seja, existe uma tendência de aumento do índice de inclusão de agricultores aos mercados à medida que a diversidade de canais aumenta.

Os canais longos são os principais responsáveis pela maior parte da renda produtiva do conjunto de agricultores amostrados (74,26%), mas a renda oriunda do conjunto de canais curtos também é representativa (25,74%). As feiras são responsáveis por mais da metade de toda a renda oriunda do conjunto de canais curtos (51,44%), mas representam apenas 13,24% da renda, se forem considerados os canais longos e curtos. Os outros canais curtos apresentam participação pouco representativa na composição da renda do conjunto de agricultores familiares amostrados.

Entre os canais curtos, os canais curtos tradicionais ainda são os mais importantes, tanto para os agricultores familiares quanto para os sistemas agroalimentares locais como um todo. Estão emergindo novas modalidades de canais curtos que vão ao encontro das demandas da sociedade por alimentos locais e por formas de produção e distribuição mais sustentáveis, mas estes são bastante incipientes em Goiás. Isso é demonstrado pela baixa

ocorrência de alguns canais curtos inovadores e pelo baixo índice de inclusão de agricultores familiares.

Apesar da diversidade e da grande ocorrência, os canais curtos ainda não incluem a maioria dos agricultores familiares nem representam a sua principal fonte de renda, portanto, devem ser encarados como uma, entre muitas outras, estratégia de promoção do desenvolvimento rural.

Referências

- AGUIAR, Luane da Conceição; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; THOMÉ, Karim Marini. Short food supply chain: characteristics of a family farm. *Ciência Rural*, on-line, v. 48, n. 5, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/GmmnrGBJN7WJB68gKBYjn5b/#>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BALESTRO, Moisés V. Contribuições metodológicas para análise das cadeias curtas de produção: os ganhos da comparação e da causalidade. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (Orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 147-172.
- BELLETTI, Giovani; MARESCOTTI, Andrea. Inovações econômicas em cadeias curtas de abastecimento alimentar. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 129-145.
- BRASIL, Natália Salvate. Mercados imersos: uma nova abordagem sobre a construção social de mercados. 2019. 232 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/217796>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- CASSOL, Abel Perinazzo. Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais: barganha preços, variedade, qualidade e consumo em Feiras. 2018. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/189493>. Acesso em: 20 fev. 2023.

- CONTERATO, Marcelo Antonio *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. *In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio (Orgs).* Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 67-90.
- DARNHOFER, Ika *et al.* The resilience of family farms: towards a relational approach. *Journal of Rural Studies*, on-line, v. 44, p. 111-122, 2016.
- DAROLT, Moacir Roberto *et al.* Redes alimentares e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016.
- DUARTE, Sthefane Cristina de Lima; THOMÉ, Karim Marini. Short food supply chain: estado da arte na academia brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 315-340, 2015. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/575>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- GASELIN, Pierre; HOSTIOU, Nathalie. What do our research friends say about the coexistence and confrontation of agricultural and food models? Introduction to the special issue. *Review of Agricultural, Food and Environmental Studies*, on-line, v. 101, p. 173-190, 2020.
- GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. *In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (Orgs.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 9-24.
- GIUCA, Sabrina. Understanding the short chain. *In: GIARÈ, Francesca; GIUCA, Sabrina (Orgs.)* Farmers and short chain: legal profiles and socio-economic dynamics. Roma: Instituto Nazionale de Economia, 2013. p. 11-27.
- GOODMAN, David; DU PUIS, E. Melanie; GOODMAN, Michael K. Alternative food networks: knowledge, practice and politics. New York; Londres: Routledge, 2009.
- HINRICHS, C. Clare. Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. *Journal of Rural Studies*, on-line, v. 16, n. 3, p. 295-303, 2000.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 20 fev. 2023.
- KHAPAYI, Musa; CELLIER, Phillip. Factors limiting and preventing emerging farmeres to progress to commercial agricultural farming in the King William's Town area of the eastern Cape Province, South Africa. *South African Journal of Agricultural Extension*, Cidade do Cabo, v. 44, n. 1, p. 25-41, 2016.

- MUNDLER, Patrick; LAUGHREA, Sophie. The contributions of short food supply chains to territorial development: a study of three Quebec territories. *Journal of Rural Studies*, on-line, v. 45, p. 218-229, 2016.
- NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar. As novas ordens alimentares. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2019.
- PLOEG, Jan Douwe van der *et al.* Rural development: from practices and policies towards Theory Rural Development. *Sociologia Ruralis*, on-line, v. 40, p. 391-408, 2000.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e os Impérios Alimentares. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p. 13-56.
- PLOEG, Jan Douwe van der; JINGZHONG, Ye; SCHNEIDER, Sergio. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Journal of Peasant Studies*, on-line, v. 39, n. 1, p. 133-173, 2012.
- RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, on-line, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.
- ROSOL, Marit. On the significance of alternative economic practices: reconceptualizing alterity in Alternative Food Networks. *Economic Geography*, on-line, v. 96, n. 1, p. 52-76, 2020.
- SABOURIN, Eric. Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-33, 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/357>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry K. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, on-line, v. 6, n. 2, p. 181-199, 2006.
- TETREAULT, Darcy; MCCULLIGH, Cindy; LUCIO, Carlos. Distilling agro-extractivism: Agave and tequila production in Mexico. *Journal of Agrarian Change*, on-line, v. 21, n. 2, p. 219-241, 2021.
- VERANO, Thiago de Carvalho; MEDINA, Gabriel. Comercialização por agricultores familiares em feiras municipais: quantificação, participação, e localização no estado de Goiás. *Interações*, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 104-1056, 2019.
- VERANO, Thiago de Carvalho; MEDINA, Gabriel. Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. *Estudos Sociedade Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2021. Disponível em:

https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_11_feiras. Acesso em: 18 mar. 2023.

VERANO, Thiago de Carvalho; FIGUEIREDO, Reginaldo Santana; MEDINA, Gabriel. Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 59, n. 3, p. 1-17, 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 52, p. 25–44, 2014.

WATTS, D. C. H.; ILBERY, Brian; MAYE, Damian. Making reconnections in agro-food geography: Alternative systems of food provision. *Progress in Human Geography*, on-line, v. 29, n. 1, p. 22-40, 2005.

WILKINSON, John. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 147-174, 2002. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/211>. Acesso em: 26 fev. 2023.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 63-87, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/239>. Acesso em: 3 mar. 2023.

Como citar

VERANO, Thiago de Carvalho; MEDINA, Gabriel da Silva; SILVA NETO, Carlos de Melo. Diversidade de canais curtos de comercialização com participação de agricultores familiares: relevância de modalidades tradicionais como feiras do produtor e inovadoras como grupos de WhatsApp. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331216, 15 dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_16.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Tradução


Tradução para o português de artigo publicado originalmente em inglês na revista *The Sociological Review*, v. 69, n. 3, 20 maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/00380261211009061>.

Foram feitas pequenas alterações no artigo que são de responsabilidade exclusiva da autora, não significando necessariamente a opinião da *The Sociological Review* ou de seus editores.

Movimentos sociais como agentes de mudança: combatendo as desigualdades alimentares interseccionais, fazendo dos alimentos teias de vida

Social movements as agents of change: fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life

 **Renata Campos Motta¹**

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_01tr

Resumo: O que a diversidade de movimentos sociais e de iniciativas alimentares nos diz sobre os processos de mudança social? Argumento que essa diversidade oferece uma lente analítica fértil para se investigar a mudança social, uma vez que esses agentes identificam injustiças e dinâmicas de desigualdades no sistema alimentar e se engajam ativamente em transformá-las. Iniciativas alimentares alternativas locais representam

¹ Professora de Sociologia no Heidelberg Center for Ibero-American Studies (HCIAS), da Universidade de Heidelberg, Alemanha. Líder do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdes Alimentares na Bioeconomia, financiado pelo Ministério de Educação e Pesquisa da Alemanha (2019-2025). Doutorado em Sociologia pela Freie Universität Berlin, Alemanha. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: renata.motta@uni-heidelberg.de.

uma reação aos impactos ambientais associados às relações alimentares globalizadas; movimentos de soberania alimentar salientam as desigualdades de classe e as assimetrias de poder do sistema alimentar, as quais afetam os direitos das pessoas a práticas alimentares culturalmente adequadas; movimentos por justiça alimentar denunciam o racismo institucional; movimentos feministas lutam contra as persistentes desigualdades de gênero que estão presentes desde a produção até o consumo de alimentos; movimentos veganos defendem os direitos dos animais. Cada um destes movimentos e iniciativas é geralmente associado a uma região diferente do mundo: movimentos por justiça alimentar mais presentes nos Estados Unidos, movimentos de soberania alimentar mais ruidosos no Sul Global, movimentos alimentares feministas mais ativos na América Latina e movimentos alimentares locais mais comuns no Norte Global. Neste artigo, as diversas vertentes do ativismo e da pesquisa sobre as desigualdades sociais relacionadas à alimentação são reunidas sob o conceito guarda-chuva das desigualdades alimentares. Além da construção conceitual, este artigo contribui para uma sociologia dos estudos alimentares ao mapear a geopolítica do conhecimento sobre a mudança social que está por trás da crescente mobilização em torno das questões alimentares.

Palavras-chave: desigualdades alimentares; movimentos alimentares; desigualdades sociais; interseccionalidade; movimentos sociais.

Abstract: What does the diversity of social movements and food initiatives tell us about processes of social change? I argue that they offer a productive analytical lens to observe social change because they identify injustices and dynamics of inequalities in the food system and are actively engaged in transforming these. Alternative local food initiatives react to the environmental impacts of globalized food relations; food sovereignty movements highlight class inequalities and power asymmetries in the food system that affect people's rights to culturally appropriate foodways; food justice movements denounce institutional racism; feminist movements fight persistent gender inequalities from food production to consumption; vegan movements defend animal rights. These are often mapped onto different world regions, with food justice movements more present in the US; food sovereignty movements louder in the Global South; feminist food movements more active in Latin America; and local food movements commonly in the Global North. This article brings together diverse strands of activism and research

on social inequalities related to food under the conceptual umbrella of food inequalities. In addition to concept building, it contributes to a sociology of food studies by mapping the geopolitics of knowledge about social change behind the growing mobilization around food issues.

Keywords: food inequalities; food movements; social inequalities; intersectionality; social movements.

Introdução

Estratificação social, distinção social, diferença e desigualdades criadas por meio da alimentação são temas de pesquisa estabelecidos nos estudos sociais sobre alimentação. Novos processos de mudança social ocorrem na medida em que as questões alimentares se tornam progressivamente politizadas. A comida chega diariamente aos meios de comunicação de massa e às conversas públicas, e ela se torna cada vez mais um marcador de posicionamento político, principalmente entre os jovens, como visto nos debates recentes sobre o consumo de carne e as mudanças climáticas. As cidadãs e os cidadãos não estão apenas falando sobre comida e mudando seus comportamentos alimentares individuais por conta de questões políticas e éticas, mas também criando formas coletivas de promover relações alternativas de produção, distribuição, preparo, consumo e descarte de alimentos. Além disso, movimentos sociais com diferentes bases sociais, objetivos e estratégias se mobilizam para desafiar as forças estruturantes que geram e reproduzem as desigualdades no sistema alimentar.

Os movimentos camponeses que lutam contra as desigualdades de classe no acesso aos meios de produção – tais como terra, créditos e políticas de apoio à produção – têm incorporado questões referentes à cultura alimentar e à produção agroecológica de alimentos sob a bandeira da soberania alimentar (HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2014). As iniciativas alimentares alternativas – muitas vezes lideradas por consumidores – visam criar redes de solidariedade entre a produção e o consumo em sistemas alimentares locais e na agricultura apoiada pela comunidade (ALLEN, 2010;

GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012). Movimentos feministas têm abordado a questão da soberania alimentar, enquanto os movimentos camponeses têm reagido às desigualdades de gênero dentro de suas estruturas (SILIPRANDI, 2015; AGUIAR, 2016; MASSON; PAULOS; BEAULIEU BASTIEN, 2017; CONWAY, 2018). Movimentos por justiça alimentar têm condenado o privilégio branco que existe no interior dos movimentos alimentares, assim como o racismo institucional que atua no sistema alimentar – visível, por exemplo, na falta de acesso a alimentos nutritivos em comunidades não brancas e pobres (SLOCUM, 2007; ALKON; AGYEMAN, 2011; GUTHMAN, 2011). As lutas decoloniais pelos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas incorporam discursos de soberania alimentar para denunciar a insegurança alimentar e a privação de práticas alimentares que são culturalmente adequadas (SANTOS, 2020). Os movimentos veganos e aqueles que atuam em defesa dos direitos dos animais clamam por justiça interespécies, e as análises sobre o tema seguem o seu exemplo ao incorporar relações alimentares multiespécies de resistência e cuidado (BEILIN; SURYANARAYANAN, 2017; GARCÍA, 2019). O veganismo surge como uma nova prática entre feministas urbanas, movimentos de *black soul* e ecofeministas (CARMO, 2019).

As inovações e mobilizações sociais em torno dos alimentos são um locus privilegiado para a análise da mudança social, uma vez que os atores nelas envolvidos estão ativamente engajados na transformação das relações alimentares e do sistema alimentar. Na medida em que identificam as injustiças associadas à alimentação e constroem soluções para ultrapassá-las, elas nos oferecem lentes excepcionais para identificar as principais dimensões e dinâmicas das desigualdades sociais em curso. Nesse sentido, ao acompanhar as agendas e lutas dos movimentos sociais, assim como a ação coletiva de iniciativas alimentares alternativas, obtém-se uma melhor compreensão da mudança social através do prisma dos alimentos. As pesquisas têm se concentrado em um ou outro aspecto dessas dinâmicas de mudança, acompanhando este ou aquele tipo de movimento ou iniciativa alimentar alternativa, conforme visto na literatura citada anteriormente. A multiplicidade de movimentos e iniciativas alimentares, no entanto, justifica uma abordagem mais sistemática para se fazer um balanço de seus impactos agregados na

dinâmica de transformação do sistema alimentar. A transformação na direção de um sistema alimentar justo, democrático e ecológico, conforme será argumentado ao longo deste artigo, é um empreendimento complexo. É uma tarefa na qual várias organizações e movimentos da sociedade civil têm se envolvido, cada um focando em eixos específicos de injustiça, às vezes também tematizando a interseccionalidade das desigualdades e construindo alianças e solidariedades. Um quadro conceitual que faça jus a essa complexidade é necessário para que se possa avaliar a contribuição relativa desses grupos e iniciativas.

Este artigo busca oferecer uma dupla contribuição para a compreensão dos processos de mudança social que estão em curso neste momento de crescente politização das relações alimentares. Em primeiro lugar, ao desenvolver o conceito de desigualdades alimentares, o artigo – em uma análise interseccional – organiza a literatura sobre movimentos e iniciativas alimentares de acordo com suas respectivas ênfases em diferentes eixos de desigualdade. Mais do que servir como referencial analítico, uma abordagem interseccional que faça jus às suas origens nas lutas feministas negras deve manter seus fundamentos críticos e normativos vis-à-vis seus objetivos emancipatórios. Assim, fundamentado em epistemologias feministas e em compromissos políticos com a mudança social, o conceito de desigualdades alimentares deve servir também como um guia para investigar exclusões e potenciais de construção de solidariedade entre esses movimentos. O conceito de desigualdades alimentares baseia-se também no referencial teórico das desigualdades globais entrelaçadas (*global entangled inequalities*) (JELIN; MOTTA; COSTA, 2017) e busca incorporar: (1) múltiplas forças estruturais (socioeconômicas, sociopolíticas, socioecológicas e culturais) que produzem ordenações hierárquicas nas relações de produção, comercialização, preparo, consumo e descarte de alimentos; (2) uma perspectiva multiescalar e relacional, com foco nas interdependências entre fenômenos nos níveis macro, meso e micro, abarcando desde tendências históricas globais até negociações locais, aproximando espacialidades urbanas e rurais; (3) desigualdades plurais e interseccionais que afetam grupos sociais classificados em diversos eixos de diferenças; (4) dinâmica de transformação.

Em segundo lugar, o artigo busca contribuir para uma sociologia do conhecimento na literatura dos movimentos alimentares, aproximando os estudos do Norte Global e do Sul Global, os quais não têm dialogado entre si. Ao conceber uma agenda feminista de estudos alimentares, Sachs e Patel-Campillo (2014) criticaram o paradoxo do aumento da participação das mulheres nos movimentos alimentares *versus* a ausência de uma consciência feminista dentro desses movimentos. No entanto, suas conclusões são baseadas em estudos empíricos conduzidos apenas nos Estados Unidos, desconsiderando a proliferação de movimentos alimentares feministas em outros países. Na América Latina, os feminismos populares fizeram uma interpretação produtiva em termos interseccionais sobre a expansão das fronteiras agrícolas sobre os corpos femininos e subalternos, articulando lutas anticapitalistas e socioambientais, e agendas de justiça de gênero e soberania alimentar (GAGO, 2020; MOTTA; TEIXEIRA, 2022). Frequentemente, as diferentes pesquisas se vinculam a diferentes regiões do mundo, como os movimentos por justiça alimentar que emergem nos Estados Unidos (ALKON; AGYEMAN, 2011), movimentos de soberania alimentar mais fortes no Sul Global (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2014), movimentos agrários feministas mais ativos na América Latina e Sudeste Asiático (AGARWAL, 1995; DEER; LEÓN, 2001), a agroecologia mais forte na América Latina (ALTIERI; TOLEDO, 2011) e movimentos alimentares locais mais comuns no Norte Global (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012).

Construir conhecimento sobre as transformações nos sistemas alimentares globais é um desafio em curso, e deve ser encarado como uma agenda coletiva que vai claramente muito além das aspirações e possibilidades deste artigo. Tal desafio implica reunir as várias perspectivas parciais que foram desenvolvidas em diferentes partes do mundo, com diferentes posicionamentos sociais – particularmente as vozes subalternas (HARAWAY, 1988; KILOMBA, 2010). Isso significa situar e descentrar não apenas o sujeito social dos sistemas e movimentos alimentares, visto que ativistas, consumidores, produtores, por exemplo, não são sujeitos abstratos e universais, e sim corpos marcados e situados socialmente, como situar também a própria construção do conhecimento sobre o tema. As transformações que ocorrem nos debates

políticos – em que é salientado o lugar ocupado socialmente por quem fala ou escreve e assumir a responsabilidade por ele (RIBEIRO, 2019) – oferecem a nós, da academia, um exemplo a ser seguido. O meu lugar de fala é de uma mulher cis acadêmica migrante (não subalterna) geopoliticamente situada no norte da Europa, realizando pesquisas na América Latina e na Alemanha.

Considerando este lugar de fala, pretendo contribuir nesse esforço construindo pontes entre a literatura em língua inglesa, sobretudo sobre experiências norte-americanas e europeias, e a literatura em português e espanhol, referente a casos brasileiros e, quando possível, outras experiências latino-americanas, sem com isso reivindicar níveis (irrealizáveis) de abrangência ou representação. O artigo baseia-se em uma revisão da literatura sobre movimentos sociais e alimentação. Para isso, foram realizadas buscas por palavras-chave em inglês, nas bases de dados Scopus, Web of Science e Jstor, e em português e espanhol nos bancos de dados Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBT), Catálogo de Teses e Dissertações (Capes), Latindex, Clase, Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales da América Latina y el Caribe (Clacso) e Google Scholar.² Todos os resumos foram lidos, e os artigos que mais claramente tratavam de movimentos sociais envolvidos com o tema das desigualdades alimentares foram selecionados. Por razões de escopo, nem todos puderam ser citados, mas apenas aqueles considerados exemplares para uma análise dos eixos das desigualdades. Quando pertinente, também me referenciei nas minhas pesquisas sobre movimentos alimentares (MOTTA, 2016, 2017; TEIXEIRA; MOTTA, 2020). A pesquisa e a análise são exploratórias e qualitativas.

² A combinação de palavras-chave utilizadas em inglês foi: social movements AND food; social movements AND agricultural OR agrarian; social movements AND rural; social movements AND consumption; inequalities AND racism OR race; inequalities and feminism OR gender OR women; inequalities AND class; inequalities AND environment; inequalities AND animals OR vegan OR vegetarian. Em português: alimentação AND movimentos sociais OR movimentos camponeses OR movimentos sociais rurais; alimentação AND ação coletiva OR ação política; ativismo alimentar; movimentos sociais AND soberania alimentar; alimentação AND consumo OR politização do consumo; alimentação AND mulheres OR feminism OR gênero; alimentação AND raça OR questão racial OR antirracismo OR população negra; alimentação AND povos e comunidades tradicionais; alimentação AND povos indígenas; alimentação AND quilombolas; alimentação AND desigualdades sociais OR classe social OR pobreza. Para o espanhol foram utilizadas as mesmas palavras do português. A pesquisa incluiu resultados publicados até agosto de 2020.

Com esta combinação de idiomas pesquisados na revisão de literatura, inglês, português e espanhol, a versão original deste artigo, publicada em inglês, almejou superar alguns dos limites trazidos pela geopolítica do conhecimento científico, a qual desfavorece os estudos em língua não inglesa realizados no Sul Global, e trazer contribuições sobre este tema vindas do Brasil e da América Latina, considerando sua importância nas redes transnacionais de alimentação e ativismo rural. Esta versão, traduzida e adaptada ao português, é parte, por um lado, de um esforço para disponibilizar os resultados e ampliar o acesso ao público brasileiro de debates sobre os estudos da alimentação em publicações em língua inglesa. Porém, mais do que isso, trata-se de uma pesquisa relevante também para o contexto brasileiro e da América Latina, na medida em que inova ao organizar uma literatura rica, diversa e dispersa, em uma chave conceitual e analítica nova, a do conceito das desigualdades alimentares, a partir de uma análise interseccional.

O artigo se estrutura da seguinte maneira: inicia-se com uma nota explicativa sobre os diversos movimentos sociais e iniciativas que serão abrigados sob o (imperfeito) termo guarda-chuva “movimentos alimentares”. Em seguida, classifiquei analiticamente em categorias de acordo com o eixo principal de desigualdade tematizado, a saber: (1) classe; (2) gênero; (3) raça; (4) diferença colonial urbano-rural e indigeneidade; e (5) diferenças categóricas entre humanos e não humanos com ecologias e outras espécies. Em cada eixo de desigualdade, chamei a atenção para as intersecções com outras categorias de desigualdade e para as exclusões que estão presentes. Logo após, partindo das intersecções entre as categorias, desenvolvi o conceito de desigualdades alimentares interseccionais e discuti a contribuição do artigo para a compreensão da mudança social a partir das lentes dos movimentos alimentares.

Movimentos alimentares

Movimentos camponeses, redes alimentares alternativas, alianças entre feministas e movimentos por soberania alimentar, movimentos por justiça alimentar, movimentos agroecológicos, veganismo: todas essas mobilizações e

iniciativas que lidam com as desigualdades no sistema alimentar foram reunidas – para os propósitos deste artigo – sob o termo guarda-chuva “movimentos alimentares”. Essa denominação não esgota suas agendas e histórias. Muito pelo contrário, alguns desses movimentos só assumiram recentemente e de modo marginal a questão da “comida”, embora estejam há muito tempo engajados tanto no combate às desigualdades interseccionais que afetam a alimentação e a agricultura quanto na construção de mundos alternativos em que os alimentos são vistos como teias de vida. Analisamos brevemente os principais movimentos sociais e iniciativas selecionados para este estudo.

Os movimentos compostos por pessoas pobres do campo constituem um dos setores mais ativos no combate ao sistema agroalimentar. Eles são

uma categoria social altamente heterogênea, [...] inclui pequenos proprietários agricultores, meeiros, arrendatários, trabalhadores rurais, trabalhadores migrantes, pescadores para subsistência e trabalhadores da pesca, habitantes da floresta, povos indígenas, mulheres camponesas e pastores. (BORRAS JR.; EDELMAN; KAY, 2008, p. 1)

Esses grupos formam a base da Via Campesina, o maior movimento social transnacional, presente em todas as regiões do mundo. Sua principal bandeira de luta é a soberania alimentar, conceito que afirma a alimentação como um direito, abordando também questões de poder e autonomia. Eles vêm fomentando relações alternativas entre seres humanos e meio ambiente na produção de alimentos, promovendo um deslocamento da lógica de exploração para a lógica do cuidado e da preservação, sobretudo por meio da promoção da agroecologia. Está em curso um processo de mudança social, qual seja, a reconstrução dos territórios camponeses no contexto das lutas contra a agricultura industrial capitalista. A agroecologia constitui um discurso contra-hegemônico, mas também um conjunto de saberes, técnicas, práticas e relações.

As agendas feministas e de soberania alimentar se cruzaram na esfera transnacional por meio da colaboração entre a Via Campesina e a Marcha Mundial das Mulheres, uma aliança popular feminista transnacional cujo princípio fundacional é a luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Essa aliança é parcialmente explicada pela influência de lideranças brasileiras e

latino-americanas em ambos os movimentos transnacionais (MASSON; PAULOS; BEAULIEU BASTIEN, 2017; CONWAY, 2018). A conformação de uma visão feminista da soberania alimentar pode ser atribuída a tais colaborações. Um claro exemplo é a Declaração de Nyéléni de 2007. Tal declaração é resultado do Fórum Mundial para a Soberania Alimentar, no qual 500 delegadas e delegados de todos os continentes se reuniram na aldeia que deu nome à Declaração: “Soberania alimentar implica novas relações sociais, livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações.”

Redes alimentares alternativas (conhecidas em inglês como AFNs – *Alternative Food Networks*) incluem: iniciativas para estabelecer conexões diretas entre produtores e consumidores como feiras livres (*farmers’ markets*) e agricultura apoiada pela comunidade (CSA – *Community Supported Agriculture*); comercialização de produtos alimentícios diferenciados, como os orgânicos, os localmente produzidos, os de qualidade *premium*, os artesanais, os de Comércio Justo (*Fair Trade*); esforços por estabelecer relações alimentares no nível local (*localizing food relations*), por exemplo, por meio dos sistemas alimentares locais, entre outras ações. Iniciativas alimentares alternativas também podem ser encontradas em políticas públicas que criam mercados institucionais para fortalecer produtores e regiões, incluindo programas que estimulam a venda de alimentos locais para a merenda escolar e bancos de alimentos. Goodman, Dupuis e Goodman (2012) questionam a identificação automática e idealizada do local como o alternativo, ao criticar a essencialização de categorias de escala, tais como o local e o global. Em vez disso, eles se ancoram em uma teorização crítica para avaliar questões de justiça social e sustentabilidade. Na mesma linha, Allen (2010) destaca a importância de se garantir justiça social e participação democrática em todos os esforços de construção de sistemas alimentares locais. Apesar das AFNs locais possuírem limites estruturais em sua capacidade de alterar dinâmicas nacionais e globais, elas “oferecem excelentes oportunidades para vislumbrar e incubar uma maior equidade no sistema alimentar” (ALLEN, 2010, p. 298). A mudança social no sistema alimentar global pode então surgir de crescentes experimentações em uma miríade de iniciativas locais.

Nos Estados Unidos, o movimento por justiça alimentar cresce valendo-se dos legados das lutas tanto do movimento pelos direitos civis e contra a segregação racial em espaços e serviços públicos quanto dos movimentos por justiça ambiental que denunciam a contaminação química nos bairros onde habitam comunidades de baixa renda e não brancas (ALKON; AGYEMAN, 2011). O movimento por justiça alimentar amplia a agenda dos movimentos por justiça ambiental – restrita, no que tange à alimentação, ao tema da contaminação química por agrotóxicos – e contextualiza as injustiças a partir de uma crítica mais ampla à agricultura industrial (ALKON; AGYEMAN, 2011). Os movimentos por justiça alimentar usam o mesmo repertório de iniciativas alimentares alternativas (feiras livres, hortas comunitárias, CSA), levando-as a comunidades não brancas de baixa renda. Eles visam melhorar o acesso a alimentos saudáveis, frescos e diversificados, aumentando assim a segurança alimentar. Buscam apoiar os agricultores locais e criar empregos estáveis e significativos, promovendo assim a justiça social. Finalmente, procuram expandir as áreas verdes e as possibilidades de lazer.

Todas essas lutas são importantes e o desafio é conseguir alianças, solidariedades e articulações. A transformação do sistema alimentar na direção de uma alternativa justa, democrática e ecológica não é uma tarefa fácil (HOLT-GIMÉNEZ; SHATTUCK, 2011) e “requer reconhecer e tratar as dinâmicas sobrepostas e conflitantes de raça, gênero, classe, sexualidade e cidadania relacionadas às desigualdades alimentares” (SACHS; PATEL-CAMPILLO, 2014, p. 409). Os movimentos alimentares têm de fato procurado essas intersecções e se articulado com outras lutas, expandindo sua agenda programática principal ou original. Nas próximas seções, analisamos os movimentos alimentares de acordo com seus respectivos focos em um ou outro eixo de desigualdade no sistema agroalimentar, ao mesmo tempo que abordamos brevemente como esses movimentos expandiram suas solidariedades e agendas – de forma interseccional – ao se engajar em outros eixos de desigualdades.

Classes de consumidores transnacionais, privilégio de classe em AFNs e solidariedades camponesas transnacionais

As desigualdades de classe estão no centro dos debates sobre os principais fatores que levam à transformação do sistema alimentar. De um lado, existem redes alimentares alternativas, geralmente – mas não exclusivamente – situadas no Norte Global, que demandam alimentos locais, saudáveis e orgânicos, enraizados, portanto, em práticas e discursos cegos às diferenças de classe social. De outro lado, há em todo o mundo movimentos agrários de pessoas pobres do campo que atribuem um caráter classista à sua luta contra a expropriação de terras e a favor do apoio estatal à agricultura familiar e camponesa. Em contraste com o enfoque historicamente dado à esfera da produção nas ciências sociais, há hoje um ativismo e um campo de pesquisa em ascensão que se dedicam à esfera do consumo, incluindo o ativismo político alimentar (PORTILHO, 2020). No entanto, esse tipo de ativismo traz consigo a marca do privilégio de classe, e é dentro desse registro que as análises sobre suas possibilidades emancipatórias – a construção de um sistema alimentar “alternativo” – têm sido informadas. Em relação a esse aspecto, algumas questões emergem. Até que ponto esses esforços são alternativos? Quem está se beneficiando deles? E quem está sendo excluído?

Para Goodman, Dupuis e Goodman (2012), as redes alimentares alternativas representam uma virada qualitativa, um deslocamento para longe do mundo industrial – fundamentado em convenções de preço e padronização – em direção a um mundo doméstico – baseado em convenções de confiança, tradição e localidade –, bem como a um mundo cívico, sustentado em valores de justiça social e sustentabilidade. Ao revisar estudos sobre os esforços norte-americanos para construir redes alimentares ecologicamente sustentáveis, estes autores concluíram que estas iniciativas têm privilegiado estratégias individualistas de consumerismo verde, negligenciando as economias morais de justiça social, tais como as condições de trabalho de trabalhadores agrícolas, o *status* vulnerável de cidadania desses trabalhadores, questões de raça, gênero e de acesso igualitário a alimentos nutritivos e de qualidade. Há casos de “localismo defensivo” reacionário e neopopulista, marcados por políticas

conservadoras e sentimentos nativistas. Em sua revisão da experiência da Europa Ocidental, Goodman, Dupuis e Goodman veem as AFNs como um mecanismo de revitalização do meio rural que se vale de nichos de mercado, turismo rural e cadeias de valor territorializadas. No entanto, poucas vezes faz-se uma análise crítica das relações de poder dentro destas AFNs no que se refere às condições de trabalho, às desigualdades de gênero nas estruturas de propriedade e à divisão do trabalho dentro da família e também da fazenda. Finalmente, a partir da análise de experiências de AFNs globalizadas, incluindo os orgânicos transnacionais, os de *Fair Trade* ou Comércio Justo,³ os produtos certificados e as redes, os autores apontam para a geração de desigualdades dentro das comunidades, e identificam o surgimento de assimetrias de poder provocadas pelas auditorias externas. Por outro lado, também mencionam o aprimoramento das capacidades locais e a construção de redes de solidariedade, o que gera tensões entre o mercado e o mundo cívico.

Apesar das boas intenções por trás das AFNs, sua proliferação pode gerar uma dinâmica global perversa. Como apontado por Friedmann (2005), a crescente demanda por alimentos ecológicos e de qualidade pode criar um efeito indesejado, qual seja, gerar um sistema alimentar dividido em classes, em vez de sistemas alimentares alternativos. Para Friedmann, as reivindicações dos movimentos sociais pela produção de alimentos ecológicos e saudáveis se tornaram uma estratégia de mudança social privatizada: a demanda do consumidor por produtos de qualidade. Surge então um novo regime alimentar corporativo-ambiental, evidenciado pelo capitalismo verde, que se apropria de forma seletiva das pressões dos movimentos sociais para a maximização das oportunidades de lucro. Haveria então duas cadeias diferenciadas de abastecimento de alimentos atendendo a duas classes transnacionais: consumidores ricos e consumidores pobres. O capital privado esquiva-se da regulamentação estatal estabelecendo padrões privados em uma miríade de certificações em relação à qualidade, origem e métodos de produção, de modo a atender às demandas de consumidores abastados e privilegiados, tanto no Norte Global quanto no Sul Global. Novas formas de distinção social surgem

³ <http://www.brfair.org.br/>.

por meio de novas tendências no consumo político e ético. “Boa comida” passa a estar associada ao acesso a conhecimento e renda, e práticas elitistas dos AFNs estabelecem distinções entre aqueles que comem boa comida e os outros que são “comedores industriais” (ALKON; AGYEMAN, 2011). A maior mercantilização dos alimentos, por sua vez, sistematicamente gera insegurança alimentar para grupos sociais nas intersecções de desigualdades de gênero, classe, raça e cidadania.

Ao contrário de Friedmann, McMichael (2005) argumenta que o que constitui a principal transformação do regime alimentar – denominado por ele de regime alimentar corporativo – não é a diferenciação entre classes de consumidores, mas sim a luta de classes associada à produção de alimentos. A crescente concentração de terra, capital e controle em todos os nós da cadeia agroalimentar global nas mãos de corporações – desde sementes, insumos químicos, até transporte, comercialização, processamento e varejo – acontece sob a proteção de acordos multilaterais de livre comércio negociados por Estados. O Estado neoliberal está ativamente envolvido neste processo, de um lado desregulamentando políticas que antes protegiam a agricultura de pequena escala e, de outro, regulamentando direitos de propriedade intelectual sobre sementes e flexibilizando políticas de proteção da saúde e do meio ambiente. A acumulação via espoliação é subjacente à lógica que contrapõe os sistemas alimentares “produtivos” aos sistemas alimentares de subsistência, estes últimos sendo desvalorizados juntamente com os saberes, práticas e povos empenhados no desenvolvimento de culturas alimentares camponesas. Isso é legitimado em nome do desenvolvimento, o qual constrói o consumidor urbano modelado de acordo com os padrões ocidentais, ao mesmo tempo que joga os modos de vida camponeses para a lata de lixo da história. Nesse contexto, os movimentos de soberania alimentar, liderados pelo movimento camponês transnacional Via Campesina, surgem como agentes principais das transformações emancipatórias do sistema alimentar, contrariando a dinâmica de acumulação capitalista ao reivindicar a reforma agrária. Em muitas regiões, os movimentos camponeses têm uma forte identidade de classe e caracterizam sua luta sobretudo como anticapitalista.

A Via Campesina é o maior movimento de base camponês transnacional, e reivindica representar grupos que realmente trabalham na terra ou produzem alimentos a partir de modos de vida diversos, tais como pescadores, pastores, habitantes da floresta. Distingue-se por fazer uma combinação de ação direta e negociação crítica com instituições multilaterais, tendo desempenhado um papel fundamental no questionamento da hegemonia do regime de livre comércio (BORRAS JR.; EDELMAN; KAY, 2008; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010). As ambivalências da Via Campesina e da agenda da soberania alimentar estão no centro de debates sobre como conciliar a defesa da agricultura familiar com o combate às desigualdades de gênero (AGARWAL, 2014); sobre a importância de não descartar completamente a tecnologia, mas sim moldar seu desenvolvimento para fins emancipatórios (KLOPPENBURG, 2014); e sobre a necessidade de estabelecer relações com mercados internacionais e domésticos, bem como com o Estado, para construir um modelo alternativo de desenvolvimento agrário que responda aos desafios globais (EDELMAN *et al.*, 2014). Juntamente com a centralidade da reforma agrária e dos direitos, os movimentos camponeses abordam outras dimensões de desigualdades em uma série de situações, assumindo pautas feministas e ecológicas, e experimentando novas possibilidades disponíveis no mercado, como a busca por alianças com consumidores urbanos.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por exemplo, tornou-se o principal produtor e exportador de arroz orgânico do Brasil. Inovou ao criar cooperativas e desenvolver uma produção agroecológica de alimentos como formas de resistência (PAHNKE, 2015). De Carvalho (2020) reconstrói as transformações nas pautas e nos repertórios do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), abrangendo desde o enfoque inicial no acesso ao crédito e aos programas de habitação rural nos anos 1990 até a conformação da identidade camponesa nos anos 2000. Isso contrasta com a sua identificação anterior como agricultores familiares na agricultura capitalista de pequena escala. Sendo membros da Via Campesina, eles desenvolveram o chamado Plano Camponês, cujo objetivo é levar comida à mesa de todos os brasileiros. Ambos os movimentos têm adotado iniciativas alimentares alternativas, tais

como feiras livres, cestas básicas e o estabelecimento de lojas em centros urbanos, como o Armazéns do Campo, do MST, e o Raízes do Brasil, do MPA (TANAKA; PORTILHO, 2019). Niederle e Wesz Junior (2018) contam como as redes agroecológicas e os movimentos camponeses incluíram com sucesso na legislação brasileira sobre agricultura orgânica dois processos de certificação participativa – como alternativa à auditoria externa convencional, em geral muito cara e excludente – e desenvolveram certificações agroecológicas e biodinâmicas, as quais se somam às certificações que reconhecem produtos da agricultura camponesa e indígena.

Em nossas pesquisas, participamos de plenárias e seminários em que lideranças do MPA e do MST afirmaram a importância de se solidarizar com trabalhadores urbanos e com consumidores politizados por meio das redes alimentares e da agroecologia, destacando que o sujeito político da soberania alimentar é a classe trabalhadora. Esses esforços em ir além das questões clássicas das lutas de classes apontam para a importância de uma abordagem interseccional das desigualdades alimentares. Se, por um lado, as desigualdades de classe são politizadas por camponeses como o principal problema no sistema agroalimentar, por outro, elas também podem ser usadas como lente analítica para avaliar o caráter inclusivo das redes alimentares alternativas. Isto é, até que ponto os discursos e estratégias destes movimentos são permeados por privilégios de classe? Ao identificarem desigualdades e dinâmicas de classe em uma perspectiva global e transnacional, os debates sobre regimes alimentares transpõem o nacionalismo metodológico e o caráter estático da maioria das análises dos determinantes sociais da segurança alimentar. No entanto, por muito tempo, o foco de classe impediu a politização de outros eixos de desigualdade.

Desigualdades de gênero, movimentos alimentares feministas e pesquisas alimentares feministas

Desigualdades nutricionais de gênero foram historicamente documentadas em muitas regiões do mundo, com mulheres e meninas recebendo porções menores de alimentos (BEARDSWORTH; KEIL, 1996; PATEL, 2012). Para além do

foco nas mulheres e no consumo de alimentos no lar, uma análise teórica de gênero do sistema alimentar revela as desigualdades de poder também nos níveis meso e macro. No nível macro, a concentração de poder nas mãos das corporações ao longo da rede de fornecedores ressalta as masculinidades hegemônicas, com lógicas baseadas na obtenção de lucro e externalização de impactos sociais e ambientais (PATEL, 2012; MOTTA, 2017). Há um viés sistêmico que condiciona o crédito público à compra de sementes patenteadas e de insumos químicos, enquanto os saberes e práticas agroecológicas das mulheres são invisibilizadas e deixados sem apoio técnico (SILIPRANDI, 2015). A disseminação de alimentos processados está no centro da economia política da obesidade/DCNT (doenças crônicas não transmissíveis); o Estado, no entanto, esquiva-se de regular o poder corporativo; em vez disso, de um lado responsabiliza os indivíduos por suas dietas, de outro, responsabiliza as mães pela educação nutricional. Muitos autores concordam que a solução é enfrentar as desigualdades de gênero na tomada de decisões que afetam as políticas agrícolas e alimentares (ALLEN; SACHS, 2007; PATEL, 2012; SACHS; PATEL-CAMPILLO, 2014). Isso vale também para o nível meso de ordenamento social, nas organizações e movimentos sociais: as mulheres atuam na base dessas organizações, mas raramente alcançam cargos políticos que lhes permitiriam influenciar as políticas de Estado.

Allen e Sachs (2007) classificam as perspectivas de gênero sobre a alimentação em três domínios de teorização feminista. A primeira é corporal e diz respeito à relação atormentada da mulher com a alimentação em virtude das expectativas sociais em relação ao seu corpo. O segundo domínio é sociocultural e discute a responsabilidade das mulheres pelo trabalho de cuidado relacionado à alimentação em casa. As mulheres de classe média podem transferir o trabalho de cuidado a outras mulheres em trabalhos precários, em vez de renegociar a divisão de gênero do trabalho. Embora as mulheres sejam tipicamente mais engajadas como consumidoras políticas, as pesquisas feitas no campo de estudo sobre consumo político são cegas ao gênero. O terceiro domínio é de ordem material e se refere ao trabalho agrícola, na indústria de alimentos e no varejo: as mulheres tendem a ser contratadas para trabalhos sazonais, flexíveis, de meio

período e em cargos inferiores. Assim como trabalhadores não sindicalizados e migrantes sem documentos, elas recebem salários mais baixos pelo mesmo trabalho e ficam expostas ao assédio sexual. Os homens, ao contrário, se concentram em posições de liderança e gestão em empresas do agronegócio e nas ciências agrícolas (em oposição ao domínio feminino na área de nutrição).

Apesar da participação ativa das mulheres nos movimentos alimentares, Allen e Sachs observam “uma curiosa ausência do feminismo *per se* nos esforços das mulheres em criar mudanças no sistema agroalimentar, com exceção da política do corpo” (ALLEN; SACHS, 2007, p. 13-14), já que as mulheres não desafiam de forma consciente as desigualdades de gênero, mas, em vez disso, reinscrevem essas desigualdades no interior dos movimentos sociais ao assumir tarefas mais invisibilizadas no lugar de posições de liderança. A política feminista do corpo, entretanto, não considera as divisões desiguais do trabalho por gênero, por exemplo, o preparo da comida, o qual funciona como um gatilho para a violência doméstica, em si um tema bem estabelecido dentro dos movimentos feministas (ALLEN; SACHS, 2007).

Indo além dos referentes empíricos presentes nas obras anteriormente citadas, e movendo-se para o hemisfério sul, mais especificamente para a América Latina, vemos que há de fato uma proliferação de movimentos alimentares feministas de base. Na década de 1990, a mobilização das mulheres pela posse de terra abordou questões associadas à desigualdade de poder no interior dos movimentos agrários e indígenas (DEERE; LEÓN, 2001).⁴ No Brasil, a mobilização feminista em movimentos agrários conseguiu promover algumas mudanças em políticas públicas, como os títulos de propriedade conjunta, e também obteve direitos trabalhistas, como aposentadoria e licença maternidade. Tanto nos sindicatos urbanos quanto nos rurais, a implementação das regras de paridade teve início na década de 1990 (AGUIAR, 2016; PIMENTA, 2019). Os movimentos da Via Campesina também incluíram a questão de gênero em sua agenda, embora inicialmente tenha havido relutância por receio de deslocar o foco da luta de classes (DEERE; LEÓN, 2001). O

⁴ Deere e León (2001) estabelecem um diálogo com o estudo de Agarwal (1995) sobre posse de terra e desigualdades de gênero no Sudeste Asiático.

Movimento de Mulheres Camponesas, também integrante da Via Campesina, surgiu como um movimento autônomo, uma alternativa às estratégias de promoção da igualdade de gênero no interior de movimentos sociais mistos. Em 2000, o MST criou um setor de gênero que atua em todas as suas instâncias e, recentemente, também tratou da questão dos direitos LGBT; mas foi somente em março de 2020 que o movimento organizou o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra. Em 2003, o MPA organizou o I Encontro Nacional sobre Relações de Gênero, Poder e Classe (DE CARVALHO, 2020) e posteriormente publicou, em colaboração com acadêmicos, um livro sobre mulheres camponesas (NEVES; MEDEIROS, 2013). Há uma discussão em curso sobre os limites das regras de paridade dentro dos movimentos agrários. O desafio é fazer mais do que ter mulheres apenas ocupando cargos nos setores de gênero, juventude e educação e, em vez disso, reconhecer sua contribuição em discussões mais amplas sobre terra, desenvolvimento agrário e políticas alimentares.

O feminismo também é uma força mobilizadora no interior da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), uma rede – fundada em 2002 – que reúne movimentos agrários e urbanos e iniciativas alimentares alternativas. O slogan “sem feminismo não há agroecologia” ganhou força dentro da ANA, uma declaração de que a agroecologia envolve não apenas a transição para a agricultura ecológica, mas também uma mudança social nas relações de gênero. Mulheres ativistas dentro da Via Campesina realizaram importantes ações de protesto no dia 8 de março em todo o Brasil (MENEGAT; SILVA, 2019), associando uma data-chave no calendário feminista a demandas por transformação no sistema alimentar. Em paralelo, a mobilização feminista dentro dos sindicatos rurais liderou a Marcha das Margaridas, uma marcha nacional de protesto que contou com seis edições desde 2000, levando entre 20.000 e 100.000 mulheres a Brasília (TEIXEIRA; MOTTA, 2020). A Marcha das Margaridas surgiu em aliança com diversos movimentos rurais e feministas, entre os quais a Marcha Mundial das Mulheres.

Se de um lado as agendas dos movimentos populares feministas e dos movimentos de soberania alimentar articulam desigualdades de classe e de

gênero, de outro, nesses movimentos um claro posicionamento antirracista deixa a desejar (CONWAY, 2018; MOTTA, 2021). Movimentos populares feministas no Brasil, entretanto, têm rejeitado veementemente o discurso que atribui a atual epidemia de obesidade à inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas do século XX, e fazem isso não apenas por meio da demanda feminista pela divisão igualitária da responsabilidade sobre o trabalho de cuidado, mas também condenando o privilégio de classe e de raça que permeiam tal narrativa. A agenda antirracista está no centro dos movimentos por justiça alimentar dos Estados Unidos, aos quais nos voltaremos a seguir.

Movimentos por justiça alimentar: uma crítica antirracista explícita

As redes alimentares alternativas têm sido criticadas por seu privilégio branco e de classe, que permeiam suas narrativas, seus estilos de vida e sua principal estratégia: a compra de alimentos orgânicos locais como meio de promover mudanças econômicas, ambientais e sociais no sistema alimentar (GUTHMAN, 2008, 2011; SLOCUM, 2007). Abordagens antirracistas e análises de classe convergem aqui ao destacar o racismo institucional e as desigualdades estruturais na economia política do sistema alimentar, os quais conformam o contexto em que as escolhas alimentares serão feitas: “a economia política racializada da produção e distribuição de alimentos se encontra com a política cultural do consumo de alimentos” (ALKON; AGYEMAN, 2011, p. 13, tradução livre). Rejeitando a estrutura individualista de escolha, os estudos destacam, em vez disso, os limites e possibilidades socioeconômicas e culturais que os ambientes alimentares oferecem. Conceitos como desertos alimentares e pântanos alimentares ajudam a explicar a maior incidência de insegurança alimentar, desnutrição e obesidade entre grupos de baixa renda e não brancos. A falta de acesso a uma dieta diversificada, nutritiva, balanceada e de custo acessível está vinculada ao racismo institucional do planejamento urbano, o qual, intencionalmente ou não, promove uma segregação espacial que prejudica sistematicamente os não brancos.

Em reação a esse cenário, o movimento por justiça alimentar almeja fomentar sistemas alimentares comunitários locais, justos e sustentáveis.

Procura expandir as discussões sobre tais sistemas alimentares para explicitamente incluir considerações de equidade e justiça socioeconômica e racial (ALLEN, 2010). Afirmam ainda que os benefícios que os sistemas alimentares locais trazem à saúde e ao meio ambiente devem ser acessíveis a todas as comunidades marginalizadas. Essas iniciativas dão ênfase à mobilização de base, à dinâmica organizacional enraizada na comunidade e ao acesso ao poder de decisão em políticas e assuntos que afetam suas comunidades. É necessário fazer uma advertência neste ponto. A definição da comunidade como sujeito político dos sistemas alimentares emancipatórios deve ser acompanhada da ressalva de que as comunidades não são entidades livres de conflitos ou poder, e podem, portanto, reproduzir desigualdades patriarcais. De fato, diversos autores observam que os movimentos por justiça alimentar não levam em consideração as intersecções com a dimensão de gênero (ALKON, 2012; SMITH, 2019).

Apesar de o racismo institucional operar semelhantemente na estruturação hierárquica do sistema alimentar do Brasil – país frequentemente comparado aos Estados Unidos em debates sobre racismo, com porcentagem muito mais elevada de negros na população –, seu ativismo antirracista é muito distinto. Justiça alimentar não é uma expressão ou denominação comum para movimentos brasileiros, mas há um crescente engajamento do ativismo negro em questões alimentares, o que pode ser constatado pela proliferação de eventos públicos, trabalhos artísticos engajados, podcasts, grupos de mídia social. Movimentos negros urbanos e ativistas negros têm usado o termo “nutricídio”, emprestado da ativista norte-americana Llaia O. Afrika (RIBEIRO, 2020). Tal termo refere-se à degradação da saúde das pessoas negras como algo relacionado à mudança nas dietas alimentares e na cultura em razão do crescente papel do poder corporativo na promoção de alimentos industrializados. Os ativismos afro-vegano, vegano periférico e feminista vegano negro estão organizando eventos e muito ativos nas redes sociais, contrapondo-se assim ao privilégio classista e racial dos movimentos feministas veganos (CARMO, 2019). Há registros da participação de movimentos negros em debates sobre segurança e soberania alimentar durante o Fórum Social Mundial

em Salvador, na Bahia, em 2018, ocasião em que o tema do acesso das mulheres negras à alimentação como direito humano foi trazido à tona (HIDALGO *et al.*, 2020).

A adoção de uma forte crítica antirracista ainda é um desafio político para movimentos sociais brasileiros organizados para desafiar as injustiças no sistema alimentar. Nos movimentos camponeses mencionados anteriormente, quase não há alianças com movimentos negros. Apesar de suas bases serem formadas em sua maioria por pessoas não brancas, os movimentos camponeses não conseguiram incorporar as desigualdades raciais, em contraste com as pautas de gênero – uma ausência que tem sido notada por ativistas e estudiosos. Provocativamente, uma ativista-acadêmica chama a atenção para a falta de uma abordagem interseccional nas redes agroecológicas: “se há racismo não há agroecologia e também não há feminismo” (MOTTA, 2020, p. 3). Nos documentos oficiais da Marcha das Margaridas mencionam-se intersecções de classe, gênero, raça, etnia, mas ainda há um longo caminho até a adoção de uma clara postura antirracista. De Souza (2017) entrevistou líderes do MST na Bahia – estado com a maior proporção de pessoas negras no Brasil – a fim de entender por que o MST não se dedica à questão racial. Baseando-se em obras sociológicas fundamentais que articulam classe e raça, e considerando que as desigualdades sociais em áreas rurais são estruturalmente imbricadas com a escravidão e o racismo, Souza defende fortemente considerar as questões agrária e racial como questões que se constituem mutuamente. Ele considera um equívoco que camponeses e movimentos negros optem por focar em apenas uma dessas questões em vez de articular ambas as lutas; a mudança social não estará completa a menos que isso seja enfrentado.

Curiosamente, essas separações historicamente evoluíram a partir de dentro dos movimentos negros. Os quilombos, ou seja, as comunidades rurais negras formadas por pessoas escravizadas, fugitivos e ex-escravizadas, têm focado sua luta nos direitos territoriais. A resistência quilombola mostra como as lutas antirracistas fazem parte das lutas decoloniais (SANTOS, 2020).⁵ As lutas pelos

⁵ Ao mesmo tempo, a pauta dos direitos territoriais dos quilombolas está legal e institucionalmente situada na política brasileira sob a égide da questão racial, e não da questão agrária. O Plano Brasil Quilombola inclui ações de fomento à soberania alimentar, incluindo a compra de seus alimentos pelo governo para a merenda escolar pública. Os

direitos territoriais historicamente representam a busca pela soberania sobre uma determinada porção de terra, pela autonomia para desenvolver práticas alimentares ecológicas e culturalmente adequadas. Relatos históricos mais recentes sobre a escravidão e a resistência no período colonial nas Américas colocam em xeque as descrições que vinculavam pessoas escravizadas a uma situação de vitimização, e reconhecem sua agência na construção de uma variedade de sistemas alimentares e economias mercantis dinâmicas, os quais superam aquilo que é retratado nas histórias de fugas isoladas e economias de subsistência. Na verdade, a produção de alimentos por povos escravizados foi decisiva em contextos de escassez crônica de alimentos, como as monoculturas. Santos (2020) afirma que as lutas pela soberania alimentar devem adotar a agenda racial devido à colonialidade do poder no sistema alimentar.

A colonialidade da diferença urbano-rural e a soberania alimentar dos povos indígenas

Ao assumir uma perspectiva decolonial sobre as desigualdades alimentares, abre-se a lente analítica a diferentes histórias de racialização, indo além da construção da negritude e da branquitude, tão central no caso dos Estados Unidos. Na América Latina, discursos de mestiçagem complexificaram categorias raciais dicotômicas, o que gerou efeitos duradouros na legitimação de desigualdades, e ainda cria obstáculos significativos para a resistência. Como consequência, muitas das lutas decoloniais não dão centralidade à pauta antirracista, apesar do papel constitutivo do racismo em sua condição subalterna. No caso do Brasil, os povos e comunidades tradicionais surgiram como categoria política a partir das lutas e alianças entre povos indígenas, comunidades rurais negras e diversos outros grupos rurais pobres que, apesar de não se identificarem com categorias primordialmente raciais ou étnicas, são, em geral, formados por não brancos. A luta pelos direitos territoriais representa o cerne das lutas decoloniais, uma vez que a violência colonial envolveu não apenas o genocídio de comunidades indígenas, mas a contínua desapropriação de suas terras e possibilidades de reprodução cultural. Nas lutas latino-

quilombolas formaram uma comissão no então Conselho Nacional de Segurança Alimentar e organizaram Encontros Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e Povos Tradicionais (SANTOS, 2020).

americanas contra a colonialidade do poder e a colonialidade do gênero, a ruralidade representa uma categoria da diferença colonial que emerge no processo de construção de solidariedades. Apesar de não ser uma categoria estabelecida na análise interseccional, a ruralidade pode informar outras lutas em um contexto de aumento global da violência em áreas de extração de *commodities*, como em regiões de mineração e fronteiras agrícolas (MOTTA; TEIXEIRA, 2021).

A colonialidade da diferença urbano-rural é um eixo da desigualdade que se cruza com a raça. Organizações de agricultores negros nos Estados Unidos condenaram a discriminação racial sistemática no acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica. As leis de imigração garantiam o acesso à terra para grupos de imigrantes europeus, enquanto o negavam aos asiáticos (ALKON; AGYEMAN, 2011). As políticas de migração inscritas nos processos de construção da identidade nacional na América Latina também foram informadas pelo racismo científico. A terra foi distribuída para imigrantes vindos da Europa e da Ásia, mas nunca para vindos da África. No Brasil, de acordo com dados coletados em 5 milhões de propriedades rurais pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2017, agricultores negros ocupam 74% das propriedades com menos de 5 hectares, e sua participação na posse da terra decresce na medida em que o tamanho das propriedades aumenta; já agricultores brancos possuem 70% das propriedades com mais de 1000 hectares (FONSECA; PINA, 2019). Essa intersecção de categorias raciais com direitos de cidadania também pode ser observada em comunidades de migrantes em outras partes do mundo. Migrantes pobres, sem documentos e discriminados racialmente têm mais probabilidade de serem explorados na condição de trabalhadores agrícolas. Considerando os diferentes históricos de racialização existentes em outros lugares, uma importante agenda de pesquisa para uma sociologia global da alimentação seria desvendar de que formas o racismo institucional se manifesta em diferentes partes do mundo.

A expropriação de terras e a discriminação cultural criam obstáculos para a produção e consumo de alimentos culturalmente adequados por parte de povos indígenas e tradicionais. A comida tradicional se torna um símbolo de resistência decolonial. As populações rurais pobres em todo o mundo são as mais afetadas pela insegurança alimentar (FAO *et al.*, 2020), incluindo-se aí as

populações indígenas (BERTONCELO, 2019). Nos Estados Unidos, Norgaard, Reed e Van Horn (2011) explicam que o aumento da pobreza e da insegurança alimentar entre povos indígenas deve-se não apenas à história das conquistas coloniais, mas às violações persistentes da autonomia e dos direitos territoriais que decorrem de projetos contemporâneos estatais de infraestrutura, como a construção de estradas e barragens. Tratam-se de projetos raciais, no sentido de que levam à assimilação forçada desses povos e dificultam o exercício das práticas culturais de gestão ambiental que moldaram a forma como os povos indígenas coletam e produzem alimentos.

Além das lutas territoriais, os povos indígenas e os povos tradicionais vêm ativamente construindo um sistema alimentar alternativo e contra-hegemônico. Alguns movimentos indígenas assumiram a pauta da soberania alimentar e também fazem parte da Via Campesina. Mulheres indígenas têm se mobilizado por seus direitos, articulando as agendas políticas dos direitos territoriais, dos feminismos populares e da política do corpo. Em 2019, no Brasil, 3.000 mulheres indígenas acamparam e marcharam em Brasília, juntando-se posteriormente à Marcha das Margaridas (TEIXEIRA; MOTTA, 2020). Novas iniciativas alimentares também podem favorecer a criação de espaços seguros para as mulheres indígenas. Em uma cooperativa de panificação, mulheres zapatistas trocaram experiências de opressão – como a violência doméstica – e estabeleceram laços de amizade e solidariedade feminista, superando o isolamento dos laços de parentesco (EBER, 1999).

Formas de resistência indígena também envolvem relações de mercado. No México, Hernández Castillo e Nigh (1998) estudaram como cafeicultores maias – o povo Mam da região de Chiapas – incorporaram princípios da agroecologia, do cooperativismo e do Comércio Justo em suas relações de produção e comercialização, em resposta às ameaças representadas pela entrada em vigor do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta). Contrariando noções essencializadas, Castillo e Nigh descrevem como os Mam participaram de oficinas ministradas pela Igreja Católica e aprenderam com o cooperativismo europeu, o qual lhes pareceu semelhante a suas tradições de trabalho comunitário. A agroecologia, por sua vez, ofereceu uma resposta adequada aos

problemas que enfrentavam com os pesticidas e a degradação do solo, além de se aproximar de seu conhecimento e as tradições agrícolas. Eles conseguiram estabelecer um acesso direto a um mercado global de consumidores europeus ecológicos de agricultura orgânica.

Nem sempre os povos indígenas se beneficiam da mercantilização de seus produtos e culturas alimentares. Na nova cozinha peruana, a mestiçagem tornou-se um valor (de mercado). Depois de séculos de negação de referências indígenas, o Peru vive a celebração de uma culinária *fusion* multicultural que incorpora a comida indígena em processos de construção nacional, mas que, segundo Matta (2017), apoia-se em construções neoliberais sobre subjetividades empresariais que não promovem de fato a inclusão social dos povos indígenas subalternos. García (2013, 2019) volta o seu olhar ao que é subalterno nesse processo, trazendo para a análise mundos indígenas e não humanos invisíveis que compõem a rede de fornecedores da nação culinária. O histórico colonial de violência vai além do genocídio da população indígena e se manifesta também na colonialidade do poder que oprime as epistemologias e cosmologias dessa população, inclusive suas culturas alimentares. García conecta histórias de racialização e animalização através das quais foi estabelecido o domínio racial e sobre a natureza nos processos coloniais em entrelaçamentos de violência humano-animal. As cosmologias indígenas são não dualistas, mas envolvem ontologias relacionais mais-do-que-humanas que reconhecem agência política nas diversas relações estabelecidas nas teias de vida.

Não humanos: agroecologia, direitos dos animais e questões de cuidado

Existem pelo menos duas vertentes importantes de ativismo e de pesquisa sobre alimentação que vão além das categorias de desigualdade centradas no ser humano para também incluir as relações humano-ambientais e interespécies. Em primeiro lugar, como mostrado nas seções anteriores, diferentes movimentos e iniciativas adotam a agroecologia como um discurso contra-hegemônico, uma prática agrícola e um movimento político. Uma “forma-movimento” chave da agroecologia é o método cubano *campesino a campesino*, ou *camponês a camponês*, no qual se estabelecem trocas horizontais para a

solução de problemas na agricultura. Em suas pesquisas sobre movimentos no Brasil, na região andina, no México, na América Central e em Cuba, Altieri e Toledo (2011) falam de uma “revolução agroecológica” na América Latina, a qual se estruturaria em pilares epistemológicos, técnicos e sociais. A agroecologia vale-se tanto dos conhecimentos e técnicas tradicionais dos camponeses quanto da ciência contemporânea para produzir alimentos saudáveis e diversos com poucos insumos; ao mesmo tempo, resgata e conserva o solo e a agrobiodiversidade. É também um movimento político que empodera organizações camponesas, com potencial para “promover mudanças agrárias e sociais amplas e sustentáveis” (ALTIERI; TOLEDO, 2011, p. 587). Martínez-Torres e Rosset (2014) argumentam que a crescente adoção da agroecologia entre organizações da Via Campesina é resultado de suas práticas políticas e pedagógicas, as quais promovem um diálogo de saberes entre diferentes culturas rurais do mundo, incluindo tradições camponesas, indígenas, agrárias, pastoris e proletárias rurais. Ativistas da Via Campesina participam de treinamentos em agroecologia e liderança política ministrados em escolas e faculdades camponesas.

Uma segunda perspectiva é encontrada na área de humanidades ambientais, um novo campo de pesquisa transdisciplinar muito inspirado no trabalho pioneiro de Donna Haraway sobre espécies companheiras. Ao reconhecer que o ser humano estabelece com outras espécies uma relação estrutural de interdependência e entrelaçamento, seu trabalho exerceu grande influência e chamou a atenção para o antropocentrismo nas categorias científicas. Aprender a perceber, pensar e sentir com alteridades não humanas (TSING, 2015) é igualmente desafiador para os movimentos alimentares. As análises das desigualdades alimentares interseccionais deveriam incorporar os não humanos para que situações de injustiça sejam identificadas, redes de solidariedade desenvolvidas e a responsabilidade por tais injustiças, assumida.

Reconstruindo a história da mobilização pelo bem-estar e direitos dos animais, Heltosky (2012) argumenta que estes movimentos exerceram um impacto mensurável nas ideias e no comportamento associados ao consumo de animais e produtos de origem animal. Ao contrário das tradições culinárias que

havia sido foco dos estudos sobre alimentação, este é um caso de mudança culinária que resulta não da necessidade ou da adaptação à escassez de recursos, mas da escolha dos consumidores. O vegetarianismo e o veganismo surgiram de dois debates amplos que despontaram no Norte Global na década de 1970, quando se discutiam as consequências das dietas alimentares. Eram debates éticos sobre a subjugação de animais para fins humanos (especismo) e sobre as consequências das dietas à base de carne para o meio ambiente em um mundo de recursos escassos. Durante a década de 1990, a atenção pública à produção industrial de animais cresceu em razão da epidemia da vaca louca na Europa. Desde então, questões de crueldade e segurança alimentar foram levantadas em relação às práticas de criação de animais, incluindo o uso de antibióticos e hormônios. Os protestos que surgiram na Europa na esteira dos movimentos por justiça global também criticaram a McDonaldização dos alimentos, ou seja, a homogeneização das culturas alimentares ao redor do mundo, um fenômeno liderado pela indústria transnacional de alimentos. Heltsky contrasta esses movimentos com o vegetarianismo não intencional que pessoas pobres em todo o mundo foram forçadas a praticar até pelo menos a década de 1950, a partir de quando o consumo em massa de carne aumentou.

No entanto, é preciso situar essa mudança social nas dietas – ou transição nutricional – no Norte Global (BEARDSWORTH; KEIL, 1996); mesmo em sociedades ricas, essas tendências se mostram diferentes de acordo com a classe, raça, gênero, cidadania. No Sul Global, a carne e os alimentos processados são símbolos de ascensão social, e seu consumo só se tornou mais acessível a setores mais amplos da sociedade nas últimas duas décadas. Este não é um processo irreversível: há um aumento da insegurança alimentar em contextos de crise econômica, como no caso da pandemia de Covid-19 (GALINDO *et al.*, 2021). Conforme observado anteriormente, um ativismo vegano vem crescendo no interior de movimentos negros e de movimentos periféricos no Brasil, mas é preciso ainda investigar como os movimentos veganos abordam questões de classe, privilégio racial e alteridade. A disseminação de práticas e repertórios veganos dentro dos movimentos feministas brasileiros foi estudada por Carmo (2019) sob o conceito de gastropolítica feminista. A autora investiga novos significados, valores, corporalidades e sujeitos políticos que

emergem do cruzamento das gramáticas políticas do veganismo e do feminismo. Carmo argumenta que o veganismo reforça o processo de politização da esfera privada e se torna um signo político feminista a partir do qual convenções de gênero e sexualidade são contestadas. Ao incluir relações interespecies, ele aprofunda os debates sobre as hierarquias e opressões sobre corpos (comestíveis), sejam humanos ou de outra natureza. A gastropolítica feminista mostra a pluralidade tanto do veganismo quanto do feminismo. Ciente das exclusões raciais e de classe, a autora também nota a ausência de questões caras às lutas das mulheres rurais, fato que ela atribui ao caráter urbano e individualista do ativismo vegano. Entretanto, há um ativismo feminista vegano negro que cresce nos Estados Unidos e no Brasil.

Pesquisas também adotaram o especismo como categoria analítica para investigar as desigualdades alimentares. Em sua etnografia multiespecies sobre o novo *boom* da gastronomia peruana, García (2019) visita fazendas de porquinhos-da-índia (*cuys*), os quais passaram por um processo de ressignificação: antes associados à pobreza e ao racismo, agora aspiram ao cosmopolitismo da nova cozinha andina. Tendo testemunhado a morte de uma porquinha-da-índia grávida, ela interroga “quem conta como sujeito? Quem é transformado em ser matável, ou passível de ter sua morte lamentada? Quem vive e como?” (GARCÍA, 2019, p. 358). Desafiando a indiferença à violência exercida contra corpos femininos de *cuys* confinadas, instrumentalizadas para fins lucrativos e destinadas à morte, García abre possibilidades promissoras de queixa e compaixão. A partir de uma ética do cuidado, ela acredita que podemos aprender a nos sentir responsáveis por essas vidas. Uma “angústia profunda pode nos tornar mais abertos a formas de justiça mais radicalmente abrangentes que não dependem das previsíveis coletividades da família, nação, raça ou espécie, deixando espaço para o ‘nós imprevisível’ que cruza essas linhas” (GARCÍA, 2019, p. 368).

A justiça alimentar interespecies não envolve apenas o veganismo e a criação de animais. Inspirada pelo trabalho de Haraway e pelo apelo que Tsing (2015) faz em sua pesquisa com cogumelos para que cultivemos as artes de notar, observamos, durante nossa pesquisa sobre transformações agroecológicas em

hortas domésticas e na agricultura familiar de pequena escala na cidade de Belo Horizonte, mudanças nos discursos e práticas mobilizados para se lidar com as “pestes” e as “pragas”. Em vez de combater formigas ou fugir delas (CABRAL, 2015), vimos participantes de oficinas falar em “coexistir com formigas” e disseminar a prática do cultivo consorciado como forma de criar espaços alimentares diversificados que também alimentam insetos. Em vez de encarar as hortas de forma instrumentalizada, como operações voltadas exclusivamente à alimentação humana, os praticantes da agroecologia reconhecem a necessidade de alimentar e cuidar dos não humanos. De forma equivalente, Beilin e Suryanarayanan (2017) incluíram outras espécies nas alianças contra a agricultura industrial na Argentina e, para essa finalidade, utilizaram o conceito de resistência multiespécies. Vista como uma praga para os produtores de soja, o amaranto tornou-se um aliado para as comunidades que lutam contra a expansão das monoculturas de soja e a contaminação do meio ambiente por agrotóxicos. Uma abordagem interespécies dos alimentos como teias de vida incluem outros reinos biológicos, como os fungos (TSING, 2015) e as bactérias do solo (PUIG DE LA BELLACASA, 2015). Puig de la Bellacasa vê as relações humanos-solo dentro do movimento de permacultura como uma alternativa às racionalidades exploratórias, instrumentais e unilaterais dos regimes dominantes de produção de alimentos. A partir de uma perspectiva feminista, ela entende o cuidado nas relações alimentares como algo que envolve dimensões ético-políticas, práticas e afetivas. A política do cuidado na produção de alimentos anseia por uma agricultura que preserve e repare o solo, que use técnicas de cuidado com o solo que fomentem teias alimentares. Curiosamente, embora estas técnicas representem práticas inovadoras para alguns movimentos alimentares, seus praticantes estão cientes de que elas possuem “mil anos de idade, incorporando conhecimento a partir das formas indígenas contemporâneas de reencenar ecossistemas ancestrais” (PUIG DE LA BELLACASA, 2015, p. 708). Seguindo a pista de Puig de la Bellacasa, adotar uma abordagem do cuidado implica perguntar-se: quem cuida de quem? Em outras palavras, quem é o sujeito político da política do cuidado alimentar?

É problemático, portanto, quando perspectivas mais-do-que-humanas ou pós-humanas, ao expandirem a teorização das desigualdades e resistências para

incorporar alteridades não humanas, o fazem esquecendo-se de descentrar os seres humanos. Por exemplo, conviver com minhocas e fazer compostagem pode se tornar uma tendência para indivíduos ricos e informados que buscam estilos de vida ecológicos nos centros urbanos, mas é preciso situar essa experiência e contextualizar as várias desigualdades envolvidas no descarte de alimentos; em muitas partes do mundo, há pessoas que buscam comida em depósitos de lixo. Ao se descentrar o especismo na prática ativista e na pesquisa sobre as desigualdades alimentares, corre-se o risco de tratar a espécie humana de forma indiferenciada. Seguindo as perspectivas feministas pós-humanas de Braidotti (2013), entende-se que os seres humanos não são todos igualmente afetados – e tampouco compartilham a mesma responsabilidade – em se tratando de questões globais como mudanças climáticas e segurança alimentar. Assim, os estudos críticos em alimentação devem enfrentar o desafio de incorporar muitos eixos de desigualdades, incluindo os não humanos, como animais, plantas, insetos, fungos, bactérias e ecologias. Da mesma forma, movimentos com foco nos direitos dos animais também devem ser criticamente avaliados em sua capacidade de se sensibilizar com outros seres humanos que sofrem injustiças no sistema alimentar.

Desigualdades alimentares interseccionais

Com base em uma revisão de estudos sobre movimentos sociais que lutam contra várias dimensões das desigualdades alimentares, este artigo buscou contribuir com este campo de pesquisa de duas maneiras. Primeiro, o conceito de desigualdades alimentares é desenvolvido como ferramenta analítica interseccional para compreender os diferentes eixos e dimensões das desigualdades, em suas várias escalas, assim como captar as dinâmicas de reprodução e mudança no sistema alimentar. O conceito aqui sugerido baseia-se no referencial teórico das desigualdades globais entrelaçadas (JELIN; MOTTA; COSTA, 2017). Em primeiro lugar, isso significa reconhecer a multidimensionalidade das desigualdades alimentares, visto que o ordenamento estrutural das relações alimentares envolve simultaneamente a economia política da agricultura, a política cultural da alimentação, a

macropolítica de gênero do sistema alimentar, o racismo institucional e a colonialidade do poder presentes no sistema alimentar e os ordenamentos estruturais opressivos entre humanos e natureza. Em segundo lugar, as desigualdades alimentares globais entrelaçadas devem ser entendidas a partir de uma perspectiva multiescalar e relacional, no sentido de que podem ser observadas nos níveis dos corpos, lares, no interior das comunidades, nas organizações de movimentos sociais nacionais, em movimentos e alianças transnacionais, e em suas relações com a dinâmica global do sistema alimentar. Terceiro, as desigualdades alimentares não são apenas multidimensionais e multiescalares, mas também interseccionais, afetando diferentes grupos de maneira diversa. A literatura sobre movimentos alimentares foi estruturada a partir das categorias analíticas de classe, gênero, raça, ruralidade, indigeneidade e o não humano, as quais representam as faces mais visíveis da injustiça e do ativismo. Identificamos intersecções com outras categorias, de forma a construir um marco analítico no qual estas categorias não são adicionadas, mas avaliadas na medida em que incluem ou excluem outras categorias. Esse marco conceitual-analítico deve ser expandido para incluir diversas outras categorias de desigualdade, como deficiências (GERBER, 2007; WILLIAMS-FORSON; WILKERSON, 2011), sexualidade (SMITH, 2019) e outras que virão. Em quarto lugar, a discussão buscou identificar dinâmicas de mudança nas relações alimentares, incluindo novos ativismos, novas alianças entre movimentos alimentares e outros movimentos, assim como procurou apreender como as pautas circulam entre esses movimentos. Além disso, foram analisados os limites das lutas emancipatórias, por exemplo, quando as transições agroecológicas ou a formação de sistemas alimentares comunitários não são acompanhadas de uma discussão sobre poder e desigualdades de gênero dentro dos movimentos. O conceito foi construído indutivamente, seguindo os posicionamentos dos movimentos sociais contra as injustiças no sistema alimentar hegemônico, bem como suas políticas prefigurativas de construção de práticas alimentares alternativas. Concomitantemente, o conceito pode ser usado como uma lente analítica em expansão para fazer um balanço das novas lutas e das desigualdades invisibilizadas.

Um segundo objetivo do artigo foi construir pontes entre estudos sobre alimentação no Norte Global e no Sul Global, por meio da revisão de trabalhos que foram publicados em língua inglesa, portuguesa e espanhola. Por um lado, o artigo publicado em inglês visou decentralizar os estudos alimentares, ao incorporar pesquisas não publicadas como artigos das revistas indexadas nos bancos de dados dominantes, ou não conduzidas por autores baseados no Norte Global. O artigo recuperou debates de ativistas e acadêmicos da área da alimentação que trabalham na América Latina, com um foco maior no Brasil, e contribuiu para a construção de uma sociologia global da alimentação. Este é um esforço inicial, tendo em vista a força do ativismo e da pesquisa sobre alimentação na América Latina e a necessidade de expandir esses esforços para outras regiões e línguas do mundo. Por outro lado, o artigo visou provincializar a literatura dos estudos de alimentação do Norte Global, ao ir além da tradução de obras em língua inglesa para o público brasileiro, mas incorporando-as em um diálogo com a literatura latino-americana dentro de um marco analítico comum. Às pesquisas e às realidades empíricas latino-americanas não é, portanto, aplicado um marco conceitual desenvolvido em outras latitudes, mas elas servem de ponto de referência para a construção deste marco, que busca organizar a literatura de diferentes referenciais empíricos.

Este panorama geral também revelou que há dois debates a serem aprofundados sobre a dinâmica e direções das mudanças no sistema alimentar. O primeiro diz respeito às linhas de conflito e de construção de coalizões entre os movimentos pela alimentação. Embora haja consenso sobre a necessidade de reformar o sistema alimentar global, há uma série de divisões que impedem a formação de coalizões voltadas à transformação das relações alimentares em práticas justas, democráticas e ecológicas. Há divergências quanto à liderança de diferentes movimentos na direção da mudança, como os movimentos pelo consumo saudável e verde *versus* aqueles preocupados com a justiça social, bem como entre movimentos reformistas e radicais (HOLT-GIMÉNEZ; SHATTUCK, 2011). O segundo debate diz respeito ao potencial emancipatório das inovações sociais que surgem desses movimentos. É possível que o consumo político esteja substituindo a política e a ação coletiva e criando novas desigualdades,

tais como dietas divididas em classes sociais? Os mercados locais e a agricultura apoiada pela comunidade podem gerar novas exclusões com base em raça e classe?

Futuras agendas de pesquisa sobre alimentação e mudança social podem se ocupar desses debates sobre os movimentos alimentares, fazendo a ponte entre contestações e experimentações alternativas, guiadas por um referencial teórico que abarque várias dimensões e intersecções das desigualdades abordadas por diferentes movimentos, tal como o conceito de desigualdades alimentares apresentado aqui. As desigualdades alimentares são conceitualizadas a partir de uma posição epistemológica pró-justiça social, feminista, antirracista, decolonial e pós-humana. Esta é uma aspiração política e teórica, um princípio que possivelmente nunca seja plenamente realizado, mas que orienta os esforços teóricos e analíticos. Uma perspectiva pró-justiça social deve estar atenta às novas dinâmicas de formação de classes que atuam no sistema alimentar, considerando também o privilégio de classe associado a diversos movimentos alimentares e redes alimentares alternativas. Uma agenda feminista de estudos alimentares identificaria desigualdades e relações de opressão na produção, distribuição, preparação, consumo e descarte de alimentos. Também daria visibilidade aos esforços para mudar esse cenário, bem como às relações de poder dentro dos movimentos alimentares; ao trabalho associado às tarefas de cuidado com a alimentação; aos saberes e práticas dos sistemas agroecológicos, difundindo suas contribuições para a reprodução da vida. E, finalmente, adotaria uma abordagem interseccional que envolvesse, por exemplo, uma compreensão do gênero como algo que é sempre classista, racializado e cruzado com outras diferenças. Uma perspectiva decolonial traz à tona o papel constitutivo das hierarquias raciais e incorpora a questão da alteridade, o subalterno, ou seja, quem é incluído, quem fica de fora? Uma perspectiva ecológica pós-humana vai além das diferenças entre categorias no interior da espécie humana, e inclui os outros que são não humanos, como animais, plantas, bactérias e ecologias. O conceito de desigualdades alimentares assume uma abordagem interseccional aberta e acolhe uma política do cuidado que concebe os alimentos não de forma instrumentalizada, como algo que serve

apenas ao propósito de alimentar humanos, mas como teias de vida a serem apreciadas e preservadas.

Tal conceito pode servir de guia para análises das experimentações sociais e políticas que buscam enfrentar as desigualdades que atualmente minam a capacidade da justiça e da soberania alimentares em construir relações alimentares justas e ecológicas. Por exemplo, um movimento camponês pode postergar a discussão de medidas que envolvam mais diretamente questões de gênero; movimentos rurais feministas podem não combater o racismo; e movimentos alimentares alternativos locais podem, de forma acrítica, ser exclusivistas na perspectiva de classe. Há uma grande heterogeneidade também dentro dessas denominações: movimentos camponeses logram avanços maiores ou menores em suas demandas não classistas nas diferentes localidades. Embora não pareça problemático que movimentos sociais tenham prioridades políticas e alianças estratégicas, é importante – de uma perspectiva analítica – discutir abertamente que critérios claros poderiam ser usados para mapear casos diversos e avaliar os potenciais emancipatórios e os limites dos movimentos sociais e redes alimentares alternativas como agentes de mudança. Sistemas alimentares alternativos e contra-hegemônicos exigirão a construção de solidariedades de classe, coalizões inter-raciais, estruturas de gênero renovadas e coalizões interespecies respeitadas.

Referências

- AGARWAL, Bina. *A field of one's own: gender and land rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- AGARWAL, Bina. Food sovereignty, food security and democratic choice: critical contradictions, difficult conciliations. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1247-1268, 2014.

- AGUIAR, Vilenia Venancio P. Mulheres rurais, movimento social e participação: Reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 261-295, 2016.
- ALKON, Alison H. Food justice: an overview. In: ALBALA, Ken (Ed.). *Routledge International Handbook of Food Studies*. Londres: Routledge, 2012. p. 295-305.
- ALKON, Alison H.; AGYEMAN, Julian. *Cultivating food justice: race, class, and sustainability*. Cambridge: MIT Press, 2011.
- ALLEN, Patricia. Realizing justice in local food systems. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 3, n. 2, p. 295-308, 2010.
- ALLEN, Patricia; SACHS, Carolyn. Women and food chains: the gendered politics. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 15, n. 1, p. 1-23, 2007.
- ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor M. The agroecological revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- BEARDSWORTH, Alan; KEIL, Teresa. *Sociology on the menu: an invitation to the study of food and society*. Londres: Routledge, 1996.
- BEILIN, Katarzyna O.; SURYANARAYANAN, Sainath. The war between amaranth and soy: Interspecies resistance to transgenic soy agriculture in Argentina. *Environmental Humanities*, v. 9, n. 2, p.204-229, 2017.
- BERTONCELO, Edison. Classe social e alimentação: padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 100, p. 1-28, 2019.
- BORRAS JR., Saturnino M.; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. *Transnational agrarian movements confronting globalization*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2008.
- BRAIDOTTI, Rosi. *The posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- CARMO, Íris Nery do. Feminista e vegana: Gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens. *Estudos Feministas*, v. 27, n. 1, 2019.
- CONWAY, Janet M. When food becomes a feminist issue: Popular feminism and subaltern agency in the world march of women. *International Feminist Journal of Politics*, v. 20, n. 2, p. 188-203, 2018.
- CABRAL, Diogo de C. Into the bowels of tropical earth: Leaf-cutting ants and the colonial making of agrarian Brazil. *Journal of Historical Geography*, v. 50, p. 92-105, 2015.
- DE CARVALHO, Priscila D. Além da forma-movimento: compilações do Movimento dos Pequenos Agricultores. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 18, 2020.
- DE SOUZA, Raumi J. *Terra, raça, classe e estratégia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na

- América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.
- DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. *Empowering women: land and property rights in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2001.
- NYÉLÉNY. Declaração de Nyélény – Foro Mundial Pela Soberania Alimentar. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- EBER, Christine E. Seeking our own food: indigenous women's power and autonomy in San Pedro Chenalho, Chiapas (1980-1998). *Latin American Perspectives*, v. 26, n. 3, p. 6-36, 1999.
- EDELMAN, Marc; WEIS, Tony; BAVISKAR, Amita; BORRAS JR., Saturnino M.; HOLT-GIMÉNEZ, Eric; KANDIYOTI, Deniz; WOLFORD, Wendy. Introduction: Critical perspectives on food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 911-931, 2014.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations; IFAD – International Fund for Agricultural Development; UNICEF – United Nations Children's Fund; WFP – World Food Programme; WHO – World Health Organization. *The state of food security and nutrition in the world 2020*. Transforming food systems for affordable healthy diets. Roma, 2020. Disponível em: www.fao.org/3/ca9692en/CA9692EN.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.
- FONSECA, Bruno; PINA, Rute. O agro é branco. *OutrasMídias*, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://outras-palavras.net/outrasmidias/o-agro-e-branco/>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in Rural Sociology and Development*, v. 11, p. 227-264, 2005.
- GAGO, Verónica. *Feminist International: how to change everything*. Nova Iorque: Verso Books, 2020.
- GALINDO, Eryka; TEIXEIRA; Marco A.; ARAÚJO, Melissa de; MOTTA, Renata Campos; PESSOA, Milene; MENDES, Larissa; RENNÓ, Lúcio. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice Working Paper Series*, n. 4, 2021.
- GARCÍA, María E. The taste of conquest: Colonialism, cosmopolitanism, and the dark side of Peru's gastronomic boom. *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 18, n. 3, p. 505-524, 2013.
- GARCÍA, María E. Death of a guinea pig: grief and the limits of multispecies ethnography in Peru. *Environmental Humanities*, v. 11, n. 2, p. 351-372, 2019.
- GERBER, Elaine; Food studies and disability studies: Introducing a happy marriage. *Disability Studies Quarterly*, v. 27, n. 3, 2007.

- GOODMAN, David; DUPUIS, Melanie E.; GOODMAN, Michael K. *Alternative food networks: knowledge, practice, and politics*. Londres: Routledge, 2012.
- GUTHMAN, Julie. Bringing good food to others: Investigating the subjects of alternative food practice. *Cultural Geographies*, v. 15, n.4, p. 431-447, 2008.
- GUTHMAN, Julie. "If they only knew": the unbearable whiteness of alternative food. In: ALKON, Alison H.; AGYEMAN, Julian (Eds.). *Cultivating food justice: race, class and sustainability*. Cambridge: MIT Press, 2011. p. 263-281.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.
- HELTOSKY, Carol. Food studies and animal rights. In: ALBALA, Ken (Ed.). *Routledge International Handbook of Food Studies*. Londres: Routledge, 2012. p. 306-317.
- HERNÁNDEZ CASTILLO, Rosalva A.; NIGH, Ronald. Global processes and local identity among Mayan coffee growers in Chiapas, Mexico. *American Anthropologist*, v. 100, n. 1, p. 136-147, 1998.
- HIDALGO, Veronica; CARVALHO, Lizia; HOMERO, Nô; FARIAS, Maria Albenize; UGO, Edu. Território, feminismos e luta das mulheres negras pela segurança alimentar e nutricional. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 3, 2020.
- HOLT-GIMÉNEZ, Eric; ALTIERI, Miguel A. Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, n. 1, p. 90-102, 2013.
- HOLT-GIMÉNEZ, Eric; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: Rumblings of reform or tides of transformation? *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.
- JELIN, Elizabeth; MOTTA, Renata Campos; COSTA, Sergio. *Global entangled inequalities: conceptual debates and evidence from Latin America*. Londres: Routledge, 2017.
- KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Münster: Unrast-Verlag, 2010.
- KLOPPENBURG, Jack. Re-purposing the master's tools: the open source seed initiative and the struggle for seed sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1225-1246, 2014.
- MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter M. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, p. 149-175, 2010.
- MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter M. Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 979-997, 2014.

- MASSON, Dominique; PAULOS, Anabel; BEAULIEU BASTIEN, Elsa. Struggling for food sovereignty in the World March of Women. *The Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 1, p. 56-77, 2017.
- MATTA, Raúl. Unveiling the neoliberal taste: Peru's media representation as a food nation. In: MAY, Marah; SIDALI, Katia Laura; SPILLER, Achim; TSCHOFEN, Bernhard (Eds.). *Taste, power, tradition: geographical indications as cultural property*. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2017. p. 103-117.
- MCMICHAEL, Philip. Global development and the corporate food regime. In: BUTTEL, Frederick H.; MCMICHAEL, Philip (Eds.). *New directions in the sociology of global development*. Bingley: Emerald Group, 2005. p. 265-299.
- MENEGAT, Alzira Salette; SILVA, Sandra Procópio. Mulheres camponesas em movimentos: Análises da atuação feminina na Via Campesina, na caminhada para a soberania alimentar. *Movimentação*, v. 6, n. 10, p. 126-138, 2019.
- MOTTA, Renata Campos. *Social mobilization, global capitalism and struggles over food: a comparative study of social movements*. Londres: Routledge, 2016.
- MOTTA, Renata Campos. Socio-environmental inequalities and GM crops. In: JELIN, Elizabeth; MOTTA, Renata Campos; COSTA, Sergio. *Global entangled inequalities: conceptual debates and evidence from Latin America*. Londres: Routledge, 2017. p. 214-230.
- MOTTA, Renata Campos; TEIXEIRA, Marco Antonio. Food sovereignty and popular feminism in Brazil. *Anthropology of food*, v. 16, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aof/13575>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- MOTTA, Renata Campos; TEIXEIRA, Marco Antonio. Allowing rural difference to make a difference: the Brazilian Marcha das Margaridas. In: MASSON, Dominique; CONWAY, Janet; DUFOUR, Pascale. *Cross-border solidarities in 21st century context – feminist perspectives and activist practices*. Lanham: Rowman and Littlefield, 2021. p. 79-100.
- MOTTA, Renata Campos. Feminist Solidarities and Coalitional Identity: the Popular Feminism of Marcha das Margaridas. *Latin American Perspectives*, v. 48, n. 4, p. 25-41, 2021.
- MOTTA, Vivian Delfino. Por uma agroecologia antirracista. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 3, 2020.
- NEVES, Delma; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres camponesas – trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.
- NIEDERLE, Paulo; WESZ JUNIOR, Valdemar João. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- NORGAARD, Karie Marie; REED, Ron; VAN HORN, Carolina. A continuing legacy: Institutional racism, hunger, and nutritional justice on the Klamath. In: ALKON,

- Alison H.; AGYEMAN, Julian. *Cultivating food justice: race, class, and sustainability*. Cambridge: MIT Press, 2011. p. 23-46.
- PAHNKE, Anthony. Institutionalizing economies of opposition: explaining and evaluating the success of the MST's cooperatives and agroecological repeasantization. *The Journal of Peasant Studies*, v. 42, n. 6, p. 1087-1107, 2015.
- PATEL, Rajeev C. Food sovereignty: power, gender, and the right to food. *PLoS Medicine*, v. 9, n. 6, 2012.
- PIMENTA, Sara C. *Experiências em trajetórias de mulheres rurais: engajamento sindical, feminismos e subjetividades*. 2019. 310 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes*, v. 25, n. 2, p. 12-33, 2020.
- PUIG DE LA BELLACASA, María. Making time for soil: technoscientific futurity and the pace of care. *Social Studies of Science*, v. 45, n. 5, p. 691-716, 2015.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- RIBEIRO, Edda. Nutricídio, mas pode também chamar de fome. *Ojoio e o trigo*, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/11/nutricidio-mas-tambem-pode-chamar-de-fome/>. Acesso em: 16 jan. 2021.
- SACHS, Carolyn; PATEL-CAMPILLO, Anouk. Feminist food justice: crafting a new vision. *Feminist Studies*, v. 40, n. 2, p. 396-410, 2014.
- SANTOS, Felipe Imidio. *Soberania alimentar quilombola: uma abordagem histórica e desafios para romper colonialidades*. 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural), Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38427>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- SLOCUM, Rachel. Whiteness, space and alternative food practice. *Geoforum*, v. 38, n. 3, p. 520-533, 2007.
- SMITH, Bobby J. Food justice, intersectional agriculture, and the triple food movement. *Agriculture and Human Values*, v. 36, n. 4, p. 825-835, 2019.
- TANAKA, Jennifer; PORTILHO, Fátima. Ambiguidades da politização do consumo. *Raízes*, v. 39, n. 2, p. 344-358, 2019.
- TEIXEIRA, Marco Antonio; MOTTA, Renata Campos. Unionism and feminism: alliance building in the Brazilian Marcha das Margaridas. *Social Movement Studies*, p. 79-100, 2020.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

WILLIAMS-FORSON, Psyche; WILKERSON, Abby. Intersectionality and food studies. *Food, Culture & Society*, v. 14, n. 1, p. 7-28, 2011.

Como citar

MOTTA, Renata Campos. Movimentos sociais como agentes de mudança: combatendo as desigualdades alimentares interseccionais, fazendo dos alimentos teias de vida. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331203, 9 ago. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_01tr.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil:
transformações, permanências e os 60 anos da Contag

Organizadores

Marco Antonio Teixeira (Universität Heidelberg, Alemanha)

Priscila Delgado (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Seção Temática


Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag

Estudos sobre sindicalismo rural no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag

Rural Workers Unionism in Brazil: transformations, continuities, and 60 years of CONTAG

 **Marco Antonio Teixeira**¹

 **Priscila Delgado de Carvalho**²

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_08

Resumo: Este trabalho analisa o campo de estudos sobre sindicalismo rural no Brasil e está dividido em duas partes. Na primeira, analisamos eventos centrais e estudos sobre a trajetória do sindicalismo rural, com destaque para a experiência da Contag. Ao fazermos isso, apresentamos os artigos que compõem esta seção temática. Cobrimos os seguintes temas: ditadura e justiça de transição; atuação no plano local; multiplicação dos sujeitos políticos no campo brasileiro e pluralidade sindical; conflitos por terra; agricultura familiar, políticas públicas e a relação sindicalismo e Estado; fortalecimento de grupos minoritários no interior do sindicalismo. Na segunda parte, revisitamos algumas das principais vertentes teóricas que marcaram os estudos

¹ Pesquisador de pós-doutorado e líder do grupo de pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, sediado no Centro de Estudos Ibero-Americanos de Heidelberg da Universidade de Heidelberg, e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF). Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). E-mail: marco.teixeira@uni-heidelberg.de.

² Professora do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS/UFRRJ) e do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Doutorado em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: prisciladcarvalho@ufrj.br.

sindicais no Brasil. A partir disso, sugerimos agregar novas abordagens importantes, sobretudo nas últimas duas décadas, ainda que em uma síntese preliminar que necessita de aprofundamentos.

Palavras-chave: sindicalismo rural; trabalhadores e trabalhadoras rurais; Contag.

Abstract: This paper analyzes the field of studies on rural trade unionism in Brazil and is divided into two parts. First, we analyze some key events and research on the trajectory of rural trade unionism, with emphasis on CONTAG (the National Confederation of Rural Workers and Family Farmers), introducing the articles in this thematic section. The following topics are addressed: dictatorship and transitional justice; union action at the local level; the multiplication of political subjects in the Brazilian countryside and union plurality; land conflicts; family farming, public policies, and the relationship between unionism and the state; and finally, the strengthening of minority groups within unionism. In the second part, we revisit some of the main theory that has marked trade union studies in Brazil and subsequently suggest adding important new approaches, especially in the last two decades, as part of a preliminary synthesis that still requires further study.

Keywords: rural unionism; rural workers; CONTAG.

Introdução

O sindicalismo chega tardiamente às áreas rurais no Brasil. Às margens da regulação estatal começaram a ser criados sindicatos, associações de lavradores e ligas camponesas, já na primeira metade do século XX, muitas vezes em alianças com partidos de esquerda ou setores da Igreja Católica. Esse processo de organização e articulação de agricultores, assalariados, posseiros, meeiros, entre outros, assentou as bases para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), fundada em 20 de dezembro de 1963 (MARTINS, 1983; MEDEIROS, 1989; TEIXEIRA, 2023), e que completa 60 anos em dezembro de 2023.

Por seis décadas, a Contag passou por diversas conjunturas político-institucionais e enfrentou desafios à organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais, fossem assalariados(as) rurais ou agricultores(as) familiares. Esteve à frente ou integrou ativamente diversos processos que levaram melhorias para a vida da população no campo. Com uma longa e perene trajetória na defesa e promoção dos direitos dos povos do campo, da floresta e das águas, a Contag é peça-chave para qualquer pessoa interessada em entender o mundo rural brasileiro nos últimos 60 anos.

Se por muitos anos a Contag, suas federações e sindicatos mantiveram o monopólio da representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, esta estrutura começou a ser desafiada já nos anos 1980. Primeiro, pela criação da Secretaria Nacional de Trabalhadores Rurais, em 1986, transformada em dos Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), em 1988, e dos departamentos estaduais, no interior da CUT. Ambos os departamentos foram extintos em 1995 com a filiação da Contag à CUT. Segundo, pela criação da Federação dos Empregados Rurais de São Paulo (Feraesp), em 1989. Nos anos 1990, uma nova federação foi criada e passou a disputar a representação da categoria: a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de SC (Fetralesc), em 1997. Finalmente, já nos anos 2000, foi formada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul/CUT), em 2001, com abrangência inicial na Região Sul. A Fetraf-Sul se nacionalizou e se transformou na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil/CUT), em 2004. A Fetraf mudou sua denominação para Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf), em 2016. Finalmente, uma nova confederação foi criada em 2015: a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar). Ela resultou do processo de dissociação que ocorreu no interior da Contag. Enquanto, por um lado, a Contag ficou com a representação da categoria agricultura familiar reunida em sua base, a Contar passou a representar os assalariados e assalariadas rurais.

Tendo em vista este interessante conjunto de organizações, bem como de sujeitos e temas que articulam, a seção temática “Sindicalismo de

Trabalhadores(as) rurais no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag” surgiu com o intuito de, no marco dos 60 anos da primeira confederação, contribuir com a publicação de pesquisas sobre o universo sindical rural e reflexões críticas para os estudos a respeito do sindicalismo rural no Brasil.

Este texto que abre a seção temática está dividido em duas partes principais. Inicialmente, analisamos, de forma articulada, eventos centrais da trajetória do sindicalismo rural e eixos temáticos que permitem uma sistematização das análises sobre essa história, tendo como foco a trajetória da Contag. Por vezes, pontuamos como os olhares analíticos ajudaram a construir a percepção sobre os sujeitos coletivos analisados. Não tivemos a pretensão de ser exaustivos, mas de fazer uma seleção de questões relevantes e que ajudam a introduzir a leitura dos artigos desta publicação, que são apresentados no decorrer desta parte, sempre em diálogo com o campo de debate acerca dos estudos sindicais rurais no Brasil contemporâneo. Em seguida, com base em trabalhos anteriores, revisitamos algumas das principais abordagens ou vertentes teóricas que marcaram os estudos sindicais no Brasil. A partir disso, sugerimos a possibilidade de agregar novas vertentes importantes sobretudo nas últimas duas décadas, ainda que em uma síntese bastante inicial, que necessita de aprofundamentos em trabalhos futuros.

O sindicalismo rural no Brasil: entre eventos marcantes e análises

Sindicalismo rural na ditadura e justiça de transição

A compreensão dos fenômenos sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos do rural brasileiro contemporâneo passa, necessariamente, pela análise da atuação dos movimentos sociais rurais. Esses sujeitos políticos lutam, por exemplo, por direitos trabalhistas, reforma agrária, políticas de apoio à agricultura familiar e camponesa, políticas sociais e, para isso, realizam um conjunto de ações que buscam contribuir com a qualidade de vida dos povos do campo, da floresta e das águas. Porém, não se restringem apenas a políticas focadas no meio rural, embora essa já fosse tarefa suficiente. Também propõem caminhos alternativos para muitos dos problemas contemporâneos, como as

questões ambientais e climáticas, as crises do cuidado, a representação política, para citar alguns exemplos. Ou seja, o entendimento sobre a sociedade contemporânea também passa pela compreensão da atuação dos movimentos sociais rurais.

Entre tais movimentos, merece destaque pela longevidade e relevância política o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Durante décadas a luta sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais foi protagonizada pelo chamado Sistema Contag, termo que se refere ao conjunto de instâncias que estão organizadas no interior da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (como é chamada atualmente a Contag) e que inclui as federações estaduais (Fetags) e os sindicatos de base municipal (os STTRs).

Nesses 60 anos, a Contag passou por contextos de ditadura e democracia, sob governos de perfis neoliberal, popular, neodesenvolvimentista e de extrema direita. Entre as décadas de 1960 e 1970, foi o principal e mais abrangente canal de representação de trabalhadores e trabalhadoras rurais no país. Entre 1964 e 1965, a Contag passou por uma intervenção. Em 1965, o interventor nomeado para presidente, José Rotta, que dirigia a Federação de Trabalhadores Rurais de São Paulo (Fetaesp), entidade ligada aos Círculos Operários Católicos, foi eleito presidente e manteve o cargo. Este quadro mudou a partir de 1968, quando um grupo de sindicalistas se articulou para disputar as eleições sindicais naquele ano e saiu vitorioso, conduzindo José Francisco da Silva, de Pernambuco, ao cargo de presidente (TEIXEIRA, 2023). Com isso, o Contag passou a ser conduzida por um sindicalista do Nordeste cuja principal base era a categoria de assalariados rurais. Isso representa uma mudança significativa na hegemonia das forças no poder na confederação. Em um contexto fortemente adverso, o sindicalismo rural encontrou formas de manter-se próximo aos trabalhadores e trabalhadoras, fosse prestando serviços, fosse encontrando brechas para a organização e luta sindical, sobretudo com o uso da legislação e, inclusive, por meio de greves (MEDEIROS, 1989). Mesmo dentro dos estritos parâmetros legais definidos para as greves, trabalhadores assalariados permanentes e diaristas lograram resultados em salários e condições de vida, além de terem inserido as

populações rurais no ciclo de greves que marcou a retomada das mobilizações pela democratização (SIGAUD, 1980, 1986). De fato, durante a ditadura civil-militar o Sistema Contag nunca deixou de atuar, como mostraram alguns estudos (PALMEIRA, 1985; CARNEIRO; CIOCCARI, 2010; MEDEIROS; SORIANO, 1984; MEDEIROS, 1989; TEIXEIRA, 2011, 2023).

Contudo, foi principalmente a partir dos anos 2010 que o estudo sobre esse período foi revisitado em meio a uma nova agenda de pesquisa sobre sindicalismo rural na ditadura e justiça de transição, que emergiu na esteira da instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Dentro da CNV, havia um grupo de trabalho dedicado às investigações sobre violações de direitos humanos cometidos por motivações políticas relacionadas à luta pela terra contra populações camponesas e indígenas e outro dedicado à pesquisa sobre a ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical.

Em paralelo, se formou a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), que surgiu a partir da Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, em 22 de agosto de 2012. Ela é composta por movimentos sociais e uma rede nacional de pesquisadores e pesquisadoras. Uma das principais ações da CCV foi a elaboração de um relatório com casos emblemáticos de violação aos direitos humanos ocorridos no campo brasileiro entre 1946 e 1988 com o objetivo de subsidiar o trabalho da CNV. Este documento acabou se tornando um relatório próprio, que foi publicado em 2015 (SAUER *et al.*, 2015).

Outro efeito da criação da CNV foi a multiplicação de comissões da verdade estaduais, locais e temáticas. Com isso, novas pesquisas foram feitas se debruçando sobre os contextos da repressão e resistência camponesa nos estados e municípios, abordando inclusive o papel de sindicalistas rurais e sindicatos. É o caso da pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”, coordenada por Leonilde Servolo de Medeiros, e que teve como um dos seus resultados o livro *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro* (MEDEIROS, 2018).

Esta agenda de pesquisa se consolidou e, nos anos seguintes, novos trabalhos sobre esta temática foram realizados, como: o projeto de pesquisa “Mobilizações

e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE”, coordenado por Sérgio Sauer, e que teve como um dos seus resultados a publicação do livro *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistência no passado e presente* (SAUER, 2020); e o projeto de pesquisa “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70”, coordenado por José Sergio Leite Lopes, que tem entre seus principais produtos o livro *Movimentos cruzados, histórias específicas. Estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros* (LEITE; HEREDIA, 2020); entre outros trabalhos, como os de Medeiros (2014b, 2019, 2020), Teixeira (2017), Gasparoto e Teló (2021), Teló *et al.* (2021).

Nos anos mais recentes, novos temas e abordagens ganharam força, como o da investigação da relação entre empresas privadas, violação de direitos humanos e a ditadura na estrutura da repressão política. Esta linha de pesquisa tem desenvolvido diálogos interdisciplinares e temáticos com pesquisadores(as) do Brasil e do exterior, como o pesquisador Pedro Campos, que é um dos coordenadores do Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil (ver, por exemplo, CAMPOS, 2014), e a pesquisadora Victoria Basualdo, que integra uma rede mais ampla de pesquisadores(as) denominada Red Procesos represivos, empresas, trabajadores/as y sindicatos en América Latina (RIProR), e que tem feito pesquisas sobre o tema na Argentina e inspirado metodologicamente os trabalhos que vêm se desenvolvendo no Brasil (ver, por exemplo, BASUALDO *et al.*, 2016). Neste sentido, o projeto de pesquisa “O caso da Josapar e a violação de direitos humanos de camponeses e camponesas na região do Guamá, Pará (1981-1985)”, coordenado por Alessandra Gasparotto, e em andamento até a finalização deste texto, tem contribuído para ampliar o debate sobre sindicalismo rural e justiça de transição em diálogo com outras disciplinas e estudos de caso.

Sindicalismo rural no plano local

A análise do sistema sindical com foco não apenas na atuação das confederações, como a Contag, ou mesmo das federações, mas também para a ação de lideranças e na política dos sindicatos, localmente ou articulados em suas regiões, permite uma visão matizada dos desafios do sindicalismo rural e dos embates do campo, como um todo. Estudos como os de Gutemberg Armando Diniz Guerra e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (1990), Jean Hébette (2002), William Santos de Assis (2007) e Raynice Souza dos Santos e Heribert Schmitz (2022) sobre o estado do Pará; Cliff Welch (2010) e Gabriel Teixeira (2017) sobre São Paulo; Leonilde Medeiros (2018) e Marco Antonio Teixeira (2011, 2015) sobre o Rio de Janeiro; Osvaldo Heller da Silva (2006) sobre o Paraná; Koury (1980, 1992), Lygia Sigaud (1979, 1980, 1986), Antonio Torres Montenegro (2019) e Caroline Araújo Bordalo (2011) sobre Pernambuco, entre muitos outros, ajudam a complexificar narrativas sobre o sindicalismo na medida em que mostram como as situações vividas nos planos locais nem sempre coincidem com a política sindical do plano nacional.

Esta é uma agenda ainda a ser expandida, seja por meio da inclusão de mais estudos de caso, seja via a elaboração de sistematizações que analisem esse conjunto de experiências de forma conjugada. Nesta edição especial, trazemos dois trabalhos sobre regiões do Pará e um sobre a região Tocantina, no Maranhão. Um deles foca o debate sobre a organização sindical no plano local. O artigo “A trajetória do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no Nordeste Paraense do ponto de vista de seus líderes”, de Lucas Gabriel da Silva Moraes e Heribert Schmitz, trata de região que os autores consideram menos estudada no estado. Eles observam a trajetória das organizações sindicais no município de Tomé-Açu a partir das lideranças sindicais, contribuindo para três aspectos, articulados. Primeiro, mostram como os processos da política sindical e nacional são vividos de forma distinta em diferentes escalas, no caso, a de um município. Segundo, destacam a dimensão dos conflitos entre concepções sindicais, que levaram a disputas pelas direções, com efeitos distintos em momentos históricos particulares. Enquanto a disputa pela direção do STTR durante a ditadura levou ao

afastamento do presidente considerado “pelego”, a insatisfação com a política sindical nos anos mais recentes não levou à disputa por cargos, mas à criação de um novo sindicato, o Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares de Tomé-Açu (Sintraf), ligado à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Pará (Fetraf-PA), organizações hoje ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf). Ainda, a insatisfação com a condução da política sindical levou outros atores até então organizados dentro do STTR a criar um terceiro sindicato, o Sindicato de Empregados e Empregadas Rurais de Tomé-Açu (Sindter), representando a categoria de assalariados e assalariadas rurais. Com isso, e esta é a terceira contribuição, tematizam o debate sobre unicidade e pluralidade sindical, tema central nos debates políticos e acadêmicos a respeito do sindicalismo, que ganhou novo fôlego nos anos mais recentes com a disputa pela representação da categoria de agricultores familiares, criação de novas entidades de representação de assalariados rurais, enquanto entidades ecléticas de representação dos trabalhadores rurais (agricultores familiares e assalariados rurais) mais antigas convivem com as novas formas de representação. A multiplicação dos coletivos e organizações que constituem os movimentos rurais foi, justamente, um dos temas candentes dos anos recentes, e merece um olhar mais detalhado, na subseção a seguir.

Multiplicação dos sujeitos políticos no campo brasileiro e pluralidade sindical

Os desafios colocados ao sindicalismo contaguiano pela emergência de novos sujeitos políticos não são recentes. A partir dos anos 1970, novos coletivos e as identificações políticas que os articulam questionaram algumas das práticas do sindicalismo rural, renovaram agendas e construíram novas disputas, dentro e fora da esfera sindical. Dois processos ocorreram em forte relação com o Sistema Contag, com dinâmicas de oposição e alinhamento.

Por um lado, a formação de um novo sindicalismo durante a democratização trouxe desafios às práticas sindicais rurais estabelecidas nas décadas anteriores, e levou a disputas, rearranjos, algumas rupturas e, sobretudo, a transformações

no interior do Sistema Contag. Conforme mencionado no início do texto, a criação da Secretaria Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), na CUT, em 1986 (transformada em Departamento, em 1988), e, em seguida, dos Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais (DETRs), foi um marco nesse processo (FAVARETO, 2006; RICCI, 2009; MEDEIROS, 2014a). Em 1995, com a filiação da Contag à CUT, o DNTR e os DETRs foram extintos.

Por outro lado, o surgimento de grupos e organizações, sobretudo nos anos 1980, que se organizavam sob a forma-movimento (SIGAUD, 2000) complexificou a composição e as formas de atuação dos movimentos sociais rurais no país. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), entre tantos outros, contribuíram para que novas categorias de organização política, em especial a de sem-terra, ganhassem destaque, colocando novos desafios e temas à Contag, federações e sindicatos (ROSA, 2004, 2010).

Essas transformações nos atores e disputas no mundo rural tiveram também consequências analíticas: o foco da academia voltou-se para aqueles novos coletivos, que protagonizavam ações de forte visibilidade e impacto político, e que eram facilmente interpretados na chave das teorias sobre os novos movimentos sociais, sujeitos coletivos que renovaram o cenário político do Ocidente na segunda metade do século XX. Houve, conseqüentemente, menor atenção ao sindicalismo rural. Por outro lado, ainda que o novo sindicalismo brasileiro tenha sido objeto de interesse acadêmico, por essa via o foco concentrou-se nos movimentos urbanos – não raro, obliterando a relevância dos rurais para a conformação das centrais sindicais. Apenas nos últimos anos, o papel dos rurais nas centrais sindicais ganhou nova atenção, no bojo da criação da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), em 2007, que se tornou uma força política relevante no interior da Contag (RODRIGUES; RAMALHO, 2014; RODRIGUES; LADOSKY, 2015; CORRÊA, 2018, 2021).

A partir dos anos 1990, em especial nos estados do Sul, grupos que disputavam a representação sindical com o Sistema Contag estabeleceram estruturas locais, estaduais e nacionais, culminando com a criação da Federação

dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil/CUT), em 2004, ligada à CUT, que passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil (Contraf-Brasil), em 2016 (PICOLOTTO, 2011, 2014). Se não fossem suficientes essas mudanças, a pluralização da representação sindical e a recente dissociação entre a representação de trabalhadores assalariados e agricultores familiares, que levou à criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar), em 2015, reavivam o interesse sobre como o sindicalismo rural foi afetado por tais mudanças (LERMEN; PICOLOTTO, 2019; MEDEIROS; PICOLOTTO, 2016; PICOLOTTO, 2018).

Em meio a tantas mudanças, ao longo das últimas décadas, estudos gerais sobre a Contag continuaram sendo realizados e ofereceram olhares específicos sobre a política sindical e sobre a organização da confederação, bem como para suas interações com outros grupos organizados do mundo rural e com o Estado (MEDEIROS, 1989; BOITO JÚNIOR, 1990; TAVARES, 1992; RICCI, 1999, 2009; FAVARETO; BITTENCOURT, 2000; FAVARETTO, 2006; TEIXEIRA, 2018). O livro *Contag 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas*, de Marco Antonio Teixeira (2023), insere-se nesse conjunto, e é resenhado por Ricardo Braga Brito nesta seção temática, no texto “Contag: 60 anos de um sindicalismo em movimento”.

Ainda que, em alguns momentos, as análises sobre a Contag tenham privilegiados os limites e desafios com que o sindicalismo rural se debatia, um balanço desses 60 anos de atuação nos permite afirmar que sua permanência – e a manutenção da relevância política – está associada a uma constante capacidade de reinventar-se politicamente, equilibrando-se entre as diferentes forças políticas que compõem a sociedade, como os movimentos do campo, o sindicalismo rural e o sindicalismo de forma geral, e agentes do Estado.

Permanentes conflitos por terra

A questão premente dos conflitos por terras foi um dos temas que nunca deixou de ser estudado, ainda que com diferentes graus de intensidade, e com maior ou menor foco no papel do sindicalismo. Muitos dos estudos já citados

neste texto tratam o tema, de forma direta ou tangencialmente. Embora tenha perdido a hegemonia que manteve até os anos 1980, a Contag nunca deixou de atuar nos debates fundiários e, em diversos momentos, a confederação, federações e sindicatos protagonizaram disputas territoriais e institucionais sobre o tema. Uma literatura recente vem retomando a atenção para o papel do sindicalismo em contextos de conflitos de terras e simultaneamente na construção de políticas para a reforma agrária (WELCH; SAUER, 2015; PENNA, 2015).

Dois textos deste dossiê abordam justamente a atuação de sindicatos rurais ligados à Contag em lutas pela terra. No artigo “A organização da luta pela terra no Sudeste Paraense a partir dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs)”, Rogério Rego Miranda trata de dois fenômenos que se relacionam: os conflitos fundiários e a atuação dos STTRs. O autor apresenta uma reconstrução histórica do processo de ocupação de terras no Sudeste do Pará. Diferenciando momentos de acordo com a concepção de desenvolvimento em voga – período da economia da castanha (1920-1960) e da “modernização” amazônica (1960-1990) –, aborda os principais conflitos por terra, os sujeitos envolvidos e os significados que eles atribuem aos fenômenos estudados. Aborda, ainda, a atuação de outros sujeitos políticos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MST, instituições do Estado, latifundiários e empresas agropecuárias e minerais.

Um segundo artigo, também atento aos conflitos fundiários, apresenta um caso em que o sindicato rural e o MST realizaram ocupações de terra em uma mesma área, localizada no Sudoeste do Maranhão. No texto, denominado “Caminhos para chegar a terra: a atuação do STTR e MST na Ocupação da Fazenda Cipó Cortado em João Lisboa-MA”, Verônica Viana da Fonseca, Maciel Cover e Marcelo Domingos Sampaio Carneiro mostram um conflito fundiário que se estende por décadas e contam o processo de ocupação das terras, por meio da metodologia de história oral e a partir do conceito de repertórios de ação. A análise da ação sindical com base na teoria do processo político cresceu nas décadas recentes, acompanhando tendência da literatura da área, como discutiremos no item dois sobre as abordagens teóricas.

Agricultura familiar, políticas públicas e a relação sindicalismo e Estado

Se conflitos por terra não deixam de ser um tema relevante, também é fato que, nos anos 1990, outros temas passaram a ter mais força nos debates sindicais rurais, como a agenda da agricultura familiar. Embora as pautas dos então chamados pequenos agricultores e agricultoras tenham estado sempre presentes no interior do sindicalismo contaguiano, com lutas por melhores condições de produção e preços, ao longo dos anos 1970 e 1980 esta categoria se organizou e disputou por mais espaços de poder no interior do Sistema Contag.

Este processo contribuiu para a conformação do que se veio a entender como agricultura familiar ao longo da década de 1990, com forte protagonismo do sindicalismo rural (PICOLOTTO, 2014). Nos anos 1990, esta categoria passou a informar um conjunto de novas políticas de apoio à produção e à comercialização agrícolas. Inclusive, muitas dessas políticas foram elaboradas como respostas do Estado a demandas do sindicalismo rural. Neste processo, as mobilizações anuais do Grito da Terra Brasil (GTB) foram fundamentais e responsáveis pela conquista, por exemplo, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996. O GTB nasceu de uma articulação entre diversos movimentos e depois passou a ser protagonizado pelo sindicalismo contaguiano, com forte ênfase nas negociações por políticas de produção e crédito agrícola, mas tratando também de uma ampla agenda voltada a políticas públicas para o meio rural (TEIXEIRA, 2023). Nos anos seguintes, foi criado um conjunto crescente de políticas públicas direcionadas para agricultores e agricultoras familiares. Tais políticas têm sido estudadas sob diferentes enfoques (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Essa construção foi marcada por interações entre sindicalistas e agentes do Estado, além de representantes de organizações internacionais e pesquisadores e pesquisadoras, sob um regime democrático. Dificilmente, tais interações poderiam ser lidas a partir de lentes de cooptação e autonomia forjadas em décadas anteriores. Em paralelo, ampliaram-se canais de participação nas políticas de desenvolvimento rural (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004) e, sobretudo a partir dos governos petistas, houve forte investimento na presença de lideranças em espaços participativos (CARVALHO, 2011). Os diferentes canais

de conexão entre movimentos rurais e instituições estatais, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, estiveram entre os casos que serviram de subsídios para uma influente teoria sobre a relação entre movimentos e o Estado no Brasil, pela via analítica dos repertórios de interação (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Além disso, a mobilização de sindicatos, federações e da Contag diante de reformas que colocaram em xeque direitos trabalhistas indicam capacidade de articulação também em contextos de oposição aos governos (CARVALHO, 2020). Por fim, tem havido crescente atenção, nos anos recentes, para a atuação do sindicalismo contaguiano sobre o parlamento (BOARIN; RESENDE; RIBEIRO, 2020).

Também situado nessa seara de novos trabalhos que observam de perto a relação da Contag com o Estado e a construção de políticas públicas, está o artigo de Juliana Ramos Luiz. O texto “O sindicalismo rural brasileiro na política externa: narrativas e oportunidades de incidência política desenvolvidas pela Contag” mostra o papel da Contag na formulação de uma área de política pública pouco explorada, que é a da política externa brasileira, analisando como foram construídas e exploradas oportunidades ao longo dos governos petistas, articulando demandas por participação da sociedade civil e por políticas para a agricultura familiar. Ao passar pelo relevante tema da atuação da Contag em instituições internacionais, o artigo dialoga com uma literatura que cresceu recentemente sobre a transnacionalização da Contag (CARVALHO, 2018), seu papel na construção de articulações regionais (TEIXEIRA; LUIZ; CARVALHO, 2020), na difusão de políticas brasileiras para o campo (GRISA; NIEDERLE, 2019; SABOURIN; GRISA, 2018; LUIZ, 2018) e na constituição de um espaço para discussão de políticas específicas no Mercosul, a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar, Reaf (VON BÜLOW; CARVALHO, 2012; NIEDERLE, 2016, GRISA *et al.*, 2022).

O fortalecimento de grupos minoritários no interior do sindicalismo e o olhar para a Contag por dentro

Em paralelo à incidência sobre o Estado – para usar um termo comum entre sindicalistas –, principalmente desde a redemocratização, outro processo vem

marcando a trajetória do sindicalismo rural no Brasil e tem recebido particular atenção de pesquisas. Estamos nos referindo ao processo de organização e mobilização política de grupos que, por muitos anos, tiveram pouco ou nenhum espaço no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O caso mais emblemático deste processo é o da organização política das mulheres. Se é fato que as mulheres sempre estiveram presentes na história do sindicalismo rural no Brasil, foram necessárias algumas décadas para que elas alcançassem visibilidade política. Paulatinamente, a agenda das mulheres trabalhadoras rurais ganha força no interior do sindicalismo rural. Um dos marcos desse processo foram as organizações como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Pernambuco, no início dos anos 1990. Em 2000, ocorre a primeira Marcha das Margaridas, que explicita o fortalecimento de um arco de alianças estabelecidas pelas mulheres trabalhadoras rurais, agregando organizações e movimentos de mulheres feministas, centrais sindicais e outros movimentos sociais. A Marcha das Margaridas é, provavelmente, a ação com maior visibilidade no meio sindical na atualidade, senão entre todos os movimentos sociais no Brasil, e trouxe um conjunto de novas análises à já relevante agenda de estudos sobre as a organização das mulheres rurais (PIMENTA, 2013; 2019; AGUIAR, 2015, 2016). Há trabalhos que se debruçam sobre determinadas edições da Marcha (TEIXEIRA *et al.*, 2023), outros sobre a conformação da Marcha das Margaridas como uma aliança (MOTTA; TEIXEIRA, 2021; TEIXEIRA; MOTTA, 2022), e sobre a formação de uma identidade de coalizão (MOTTA, 2021). Houve ainda publicações sobre a atuação da Marcha no contexto de um governo de extrema-direita (TEIXEIRA, 2021; PEREZ; VAZ DE MOURA; MELO, 2023), sobre a contribuição da Marcha para a pauta da agroecologia (MOREIRA, 2019) e da soberania alimentar (MOTTA; TEIXEIRA, 2022), ou sobre os debates em torno do feminismo da Marcha (KUHLEN, 2020).

Esse também é um tema abordado nesta seção temática, em dois textos. No artigo “A luta das mulheres trabalhadoras rurais da Contag: a Marcha das Margaridas em diálogo com o(s) feminismo(s)”, Sarah Moreira e Suzi Huff Theodoro analisam o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil a partir das ações das mulheres na e da Contag, em dois

momentos. Primeiro, na participação das sindicalistas rurais nos congressos da Contag; segundo, por meio da realização da Marcha das Margaridas. Ao fazerem isso, debatem sobre o processo de organização política das mulheres do campo, das águas e da floresta, evidenciam a trajetória da Marcha na organização da política e discutem perspectivas feministas presentes na Marcha. Com isso, destacam como esse processo de organização das mulheres teve um duplo papel: por um lado, contribuiu para o fortalecimento do sindicalismo da Contag, sobretudo das mulheres; por outro lado, contribuiu para as lutas feministas assim como recebeu contribuições das lutas feministas, sobretudo por meio do envolvimento das organizações parceiras que compõem a Marcha.

A força do tema da representação e participação das mulheres acabou por contribuir para fortalecer a atuação de outros sujeitos políticos no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em especial, a juventude (GALINDO, 2017), mas também a Terceira Idade. O debate sobre as questões raciais e LGBTQIA+ vem recebendo mais atenção nos anos recentes, mas com esforços ainda tímidos.

O tema da organização política das mulheres jovens rurais está presente na seção temática por meio do artigo “Mulheres jovens trabalhadoras rurais: a emergência de uma nova categoria política e suas repercussões no sindicalismo rural”, de Eryka Galindo. A autora argumenta que as mulheres trabalhadoras rurais inauguraram uma forma de ação baseada em três pilares: espaços e processos de formação e auto-organização específicos; medidas de ampliação das condições de participação; e ações coletivas de caráter público. Em seguida, foca sua análise no processo de organização política que leva ao surgimento da categoria ‘mulheres jovens trabalhadoras rurais’, atenta às tensões e às contribuições que a classe aporta ao sindicalismo. O trabalho faz uma análise de narrativas biográficas de três diretoras jovens da Contag e de documentos institucionais.

Há, por fim, um último elemento que une esses dois artigos. Eles foram escritos por pesquisadoras que ocuparam cargos de assessoria da Contag anteriormente. Esses não são casos isolados nem um fenômeno recente. Moacir Palmeira, por exemplo, foi assessor da confederação no final dos anos

1970 e por um período nos anos 1980. Há outros trabalhos de pessoas que atuaram como assessores ou consultores, como Afrânio Raul Garcia Júnior, Sara Deolinda Pimenta e Marco Antonio Teixeira, todos citados neste texto. Há, portanto, um conjunto de trajetórias de assessores e consultores que costuram fronteiras entre ativismos e análises, academia e sindicalismo, e que marcam a construção desse campo de estudos, forjando o que Medeiros denominou um “Olhar a Contag por dentro”, no prefácio do livro *Contag 1963-2023* (TEIXEIRA, 2023).

Além disso, sobretudo a partir da criação da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), em 2006, se produziu um novo impulso de reflexões sobre a trajetória política e institucional do Sistema Contag, que conta com vasta produção da própria Enfoc³ e vem sendo tema de estudo por outros pesquisadores, como Silva (2013). Este processo é concomitante ao da interiorização de universidades, da abertura de vagas para trabalhadores rurais, sem-terra e outros povos do campo, da floresta e das águas, e da criação de cursos específicos, muitos deles impulsionados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) (DINIZ; LERRER, 2018). Neste contexto, há também sindicalistas rurais acessando a graduação e a pós-graduação, e por meio delas também se engajando na construção de conhecimentos sobre suas práticas. Tudo isso para dizer que os movimentos rurais em geral, e a Contag especificamente, têm mantido um esforço permanente de reflexão sobre as suas práticas, que interagem continuamente com outras pesquisas que se engajam nas análises acerca das trajetórias do movimento sindical rural.

Revisitar a trajetória do sindicalismo rural no Brasil e dos estudos deste campo, em especial da Contag, como fizemos até aqui, passa também por compreender as lentes analíticas que orientaram este campo de estudo. As ênfases de cada abordagem contribuem para ora conferir visibilidade, ora silenciar determinados temas, sujeitos e perspectivas. A imagem que emerge dos estudos sobre o movimento sindical rural no Brasil é construída em diálogo com as abordagens teóricas utilizadas. Diante disso, analisaremos na próxima

³ O site da Enfoc abriga uma biblioteca digital com diversas publicações da própria Escola. Disponível em: <https://enfoc.org.br/>.

seção, ainda que de forma breve e incompleta, algumas das vertentes teóricas que orientaram este campo de estudo nas últimas décadas.

Abordagens teóricas nos estudos sobre sindicalismo rural no Brasil

Ricci, em texto publicado em 2009, identificou três vertentes teóricas que, até aquele momento, vinham fornecendo as principais ferramentas para a análise da trajetória do sindicalismo rural no Brasil. A primeira, o **estrutural-funcionalismo**, tem o trabalho de Luzia Guedes Pinto (1978) como sua principal expoente. Para a autora, a Contag era uma instituição marcada por uma forte contradição e ambivalência decorrentes da estrutura sindical que mantinha a organização entre a representação de trabalhadores e trabalhadoras e a colaboração com o Poder Público. Era, portanto, a própria estrutura sindical vigente, definida pelos interesses dos órgãos governamentais, que demarcava essa ambivalência. Para a autora, segundo Ricci, a maneira pela qual a estrutura sindical brasileira está definida “faz com que os sindicatos não tenham condições de assumir uma forma pura de ação: colaboracionista ou representativa” (RICCI, 2009, p. 324, grifo do original).

A segunda vertente teórica é o **estruturalismo marxista**, inaugurada por Armando Boito Júnior (1990) e traduzida para os estudos sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por Claudinei Coletti (1998). Ricci entende que Boito Júnior “sugere que a relação umbilical da estrutura sindical não apenas com o aparelho de Estado, mas com a própria concepção de representação: a) induziria todas as correntes sindicais a aderirem ao sindicato oficial; b) induziria tais correntes a aceitar a tutela do Estado; e c) reproduziria a ideologia populista no interior das práticas sindicais nacionais” (RICCI, 2009, p. 325). Com isso, emergiu o que Boito Júnior denominou de “sindicalismo de Estado”, com lideranças sindicais com uma visão de mundo na qual a lógica sindical seria exclusivamente institucionalizada. De acordo com Ricci, para Boito Júnior e Coletti, o sindicalismo rural seria mais subserviente ao Estado, mais imobilista e assistencialista quando comparado com o urbano (RICCI, 2009).

A terceira e última vertente teórica citada por Ricci é a dos **novos movimentos sociais**. Ainda que esta vertente compreenda trabalhos com referências teóricas heterogêneas, ela se caracteriza pelo afastamento da análise centrada na estrutura e por buscar entender as disputas ideológicas internas ao sindicalismo, orientando-se pela cultura sindical baseada na experiência concreta da organização e das lutas sociais no campo. Ricci aponta como referência inaugural dessa vertente o ensaio de Leonilde Servolo de Medeiros, em coautoria com Joaquim Soriano (1984), sobre sistema de lealdades e acordos internos do sindicalismo de trabalhadores rurais liderados pela Contag. A abordagem centrada no conceito de experiência de E. P. Thompson foi primordial para este conjunto de trabalhos e ainda segue como abordagem relevante para os estudos feitos nos anos subsequentes. Além disso, Ricci compreende que, em certa medida, esta vertente esteve vinculada ao que na Europa e na América Latina se denominou “novos movimentos sociais” ou “novo sindicalismo”, com foco em novos valores organizativos (RICCI, 2009).

Outro trabalho fundamental nesta vertente foi o livro de Medeiros sobre os movimentos sociais rurais no Brasil (1989) – produzido para subsidiar o trabalho de formação dos trabalhadores e publicado por uma ONG, a Fase. Ao oferecer um panorama sobre a trajetória dos sujeitos políticos coletivos que atuam no campo, incluindo o sindicalismo, Medeiros oferece um olhar processual que chama a atenção para a construção das organizações sindicais, sua interação com outros movimentos, e para processos de emergência de sujeitos políticos e temas. Esta abordagem está em consonância com outros estudos sobre movimentos sociais no Brasil feitos nos anos 1980 e que se afastaram de uma perspectiva centrada na estrutura e se voltaram para a análise da experiência popular e as formulações elaboradas pelos próprios sujeitos do movimento, como no trabalho de Sader (1988) e Kowarick (1987) (BRINGEL; TEIXEIRA, 2015). A sensibilidade posterior para temas como gênero, geração, racismo e etnia encontra, sem dúvida, bases empíricas e teóricas aqui.

Se a análise elaborada por Ricci sistematiza algumas das principais vertentes teóricas utilizadas nos estudos sobre sindicalismo rural no Brasil, um olhar quase 15 anos mais tarde precisa levar em conta outras abordagens que foram se

mostrando fundamentais para o estudo do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Uma quarta vertente teórica fundamental para o estudo do sindicalismo rural no Brasil foi a da **antropologia política**. Marco desta vertente foi o projeto “Emprego e mudança econômica no Nordeste”, desenvolvido entre 1975 e 1977, e que reuniu um grupo de pesquisadores e pesquisadoras em torno dos antropólogos Moacir Palmeira e Lygia Sigaud. O projeto tinha o objetivo de analisar situações de produção, trabalho e migração entre camponeses e trabalhadores rurais, sobretudo no Nordeste brasileiro (CARVALHO, 2023). Embora seu foco não tenha sido o sindicalismo em si, vários estudos tiveram as organizações sindicais como sujeito político relevante e, com isso, ofereceram uma contribuição ímpar para este campo. Com uma abordagem que se aproxima em alguns pontos da vertente anterior, os trabalhos reunidos em torno desta vertente adotaram uma perspectiva metodológica que tomou como “ponto de partida as categorias e elaborações dos agentes sociais a respeito das situações nas quais estão inseridos” (PALMEIRA *et al.*, 1977, p. 231 *apud* CARVALHO, 2023). Estudos que se aproximam desta vertente seguiram sendo elaborados nas décadas seguintes. De modo geral, eles centram o olhar na experiência cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e destacam o papel do sindicalismo neste processo, assim como outros atores, contribuindo, desta forma, para o entendimento de processos políticos. Entre alguns dos estudos mais relevantes dessa vertente estão os trabalhos de Sigaud (1979, 1980), Heredia (1979), Palmeira (1985), Novaes (1997), Garcia Jr. (1989), Comerford (2003), Palmeira e Heredia (2010).

Nos anos mais recentes, uma quinta vertente teórica tem se sobressaído nos estudos sobre movimentos sociais e sindicais: a da **teoria do confronto político**. Se é bem verdade que ela não está totalmente distante da vertente dos novos movimentos sociais, esta abordagem traz um conjunto específico de categorias analíticas – repertórios de ação e de confronto, ciclos de protesto e estrutura de oportunidades e ameaças políticas – e tende a deslocar as análises para a relação entre atores coletivos e a política institucional (MCADAM; TILLY; TARROW, 2001). Sua aterrissagem no Brasil, com força analítica, ocorreu principalmente a partir de meados dos anos 2000. O conceito de repertório de confronto tem sido

amplamente utilizado em trabalhos sobre movimentos sociais no Brasil e, por sua vez, se tornou também uma referência importante para as análises do sindicalismo rural. Dois trabalhos publicados nesta seção temática se valem de conceitos desta teoria: a análise dos conflitos por terra no Maranhão trabalha com repertórios de ação, e a análise da Marcha das Margaridas articula esta vertente com outras fontes dos estudos feministas.

Organizar analiticamente trabalhos de publicação mais recente é sempre um desafio, dada a necessidade de tempo para a decantação das tendências. Esse desafio é aprofundado com a expansão temática que fica evidente nas páginas anteriores deste texto, e que contribui para a multiplicação de análises que dialogam diretamente com outras áreas, as quais têm suas próprias vertentes teóricas (como ocorre com as políticas públicas e com as relações internacionais, para ficar apenas em alguns exemplos). Por ora, é possível dizer que a análise do sindicalismo rural sob as lentes das últimas três abordagens mencionadas – novos movimentos sociais, antropologia política e teoria do confronto político – ainda marca o campo de estudos. Contudo, outras fontes teóricas vêm sendo utilizadas e articuladas. Chama a atenção o fato de algumas delas buscarem contribuir com o aprofundamento de um **olhar relacional** para estes fenômenos.

Neste sentido, se sobressaem as articulações com a teoria feminista, que informa estudos sobre mulheres e jovens (PIMENTA, 2013, 2019; AGUIAR, 2015, 2016; TEIXEIRA; MOTTA, 2022; GALINDO, 2017; MOREIRA, 2019), presentes também nesta seção temática. A teoria feminista inspira, ainda, algumas das leituras que colocam foco na relevância das ações de reprodução social para o entendimento do funcionamento da Contag (TEIXEIRA, 2018, 2023), bem como para olhar indutivamente como movimentos rurais agiram durante os tempos revoltos da Covid-19 (CARVALHO *et al.*, 2022). Sob outra vertente, a teoria feminista foi também mobilizada em olhares recentes sobre a transnacionalização de movimentos rurais, a partir da categoria de campos discursivos de ação (CARVALHO, 2018). Há, ainda por essa via, sinais de uma (tardia) aproximação dos estudos rurais com abordagens pós-estruturalistas (ROSA; PENNA; CARVALHO, 2018). Em outro eixo teórico, mas também em um esforço de

construir uma perspectiva relacional, há trabalhos que acionaram aportes da teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu (CORRÊA, 2018, 2021).

Outra característica que parece se tornar evidente em relevantes trabalhos recentes é o empenho em transitar entre diferentes abordagens, articulando-as. Assim, ao mesmo tempo que autores mantêm forte diálogo com E. P. Thompson (MEDEIROS, 2014a; PICOLOTTO, 2014), abrem diálogo com a teoria do reconhecimento, de Axel Honneth, e dos campos políticos, de Pierre Bourdieu (PICOLOTTO, 2014, 2018), assim como acionando autores de uma abordagem pragmatista, como Daniel Cefaï, e da teoria do confronto político (MEDEIROS, 2014a).

Apesar dos limites dessa síntese final, ela é útil para denotar a pujança do campo de estudos e sua contínua inquietação tanto em acompanhar os sujeitos coletivos enquanto atuam como em colaborar para a compreensão de tais processos com suas diversas lentes teóricas e analíticas.

Esperamos que os trabalhos que constituem esta seção temática contribuam para divulgar pesquisas contemporâneas sobre sindicalismo rural, com especial foco no Sistema Contag, mostrando a riqueza teórica, metodológica e empírica do campo de estudos sindicais rurais. Ao fazer isso, as autoras e autores oferecem não só reflexões para a compreensão do fenômeno do sindicalismo rural, o que por si só já seria suficiente, mas cooperam para que se conheça e entenda melhor também o que chamamos de mundo rural e a sociedade e política do Brasil contemporâneo no contexto da efeméride dos 60 anos da Contag. Nossa expectativa é que estes trabalhos sirvam de estímulo para debates, reflexões e novas análises críticas sobre a atuação do sindicalismo rural brasileiro nas últimas seis décadas e perspectivas para os próximos anos.

Boa leitura!

Agradecimentos

Os organizadores agradecem a Delcio Junior, pelo apoio na organização da seção temática, e à professora Leonilde Servolo de Medeiros, pelos comentários a este texto.

Referências

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, Curitiba, v. 15, p. 261-295, 2016.
- ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense*. 2007. 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/tede/684?mode=full>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BASUALDO, Victoria *et al.* *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado*. 1. ed. Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2016.
- BORDALO, Caroline Araújo. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/2634>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BRINGEL, Breno; TEIXEIRA, Marco Antonio. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, Ilsen; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Orgs.). *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. p. 43-76.
- BORGES, Barbara Salatiel *et al.* Trabalhadores rurais no Parlamento. O lobby da Contag na Câmara dos Deputados (2007-2015). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 105, p. e3610502, 2021.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp; Hucitec, 1990.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. 1. ed. Niterói: Eduff, 2014.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

- CARVALHO, Priscila Delgado de. *A produção do transnacional: compilações da agricultura familiar e camponesa na Contag e no MPA*. 2018. 267 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B9SPGA>. Acesso em: 8 set. 2023.
- CARVALHO, Priscila Delgado de. *Ação coletiva transnacional e Mercosul: organizações da sociedade civil do Brasil e do Paraguai na Reaf*. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CARVALHO, Priscila Delgado de. *Ação sindical frente a um governo de direita: agricultores familiares e a reforma da previdência*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 12., 2020. Anais... Rio de Janeiro: ABCP, 2020.
- CARVALHO, Priscila Delgado de *et al.* *Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 37, n. 108, p. e3710808, 2022.
- CARVALHO, Lucas. *O Nordeste como perspectiva - o projeto, emprego e mudança socioeconômica*. Série Nordeste. *BlogBVPS*. 6 jun. 2023. Disponível em: <https://blogbvps.com/2023/06/06/serie-nordeste-o-nordeste-como-perspectiva-o-projeto-emprego-e-mudanca-socioeconomica-por-lucas-carvalho/#>. Acesso em: 8 out. 2023.
- COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- COMERFORD, John. *Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CORRÊA, Éllen Gallerani. *Sindicalismo rural e centrais sindicais no Brasil: disputas e aproximações nas primeiras décadas do século XXI*. 2018. 365 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- CORRÊA, Éllen Gallerani. *O Sindicalismo de trabalhadores rurais como objeto de disputa e como agente de construção de centrais sindicais no Brasil (2003-2017)*. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. 021004, 2021.
- DINIZ, Daise Ferreira; LERRER, Debora Franco. *O programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Prонера): uma política pública para a democratização do estado no Brasil*. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 259-280, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/46105>. Acesso em: 15 out. 2023.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1987.

- FAVARETO, Arilson. Agricultores trabalhadores – os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, 2006.
- FAVARETO, Arilson; BITTENCOURT, Gerson Luis. Agricultura e sindicalismo nos anos noventa: notas para um balanço. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo: Editora da UP, 2000.
- GALINDO, Eryka Danyelle Silva. *Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e as repercussões no sindicalismo*. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31181>. Acesso em: 1 out. 2023.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação Social. 1. ed. São Paulo: Marco Zero/CNPq/UnBM 1989.
- GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabrício. Movimentos de luta pela terra e repressão a camponeses durante a ditadura civil-militar no Brasil: reflexões sobre história, memória e justiça de transição. In: GALLO, Carlos Arthur (Org.). *Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, política de memória e justiça de transição no Sul da Europa e na América do Sul*. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. p. 277-300.
- GRISA, Cátia *et al.* Brazilian government action in the strengthening and dismantling of Mercosur's family farming institutionalality. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. e20210024, 2022.
- GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo André. Transferência, convergência e tradução de políticas públicas: a experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. e20160099, 2019.
- GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a Agricultura Familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, n. 1, p. S125-S146, 2015.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais: o caso do Pará. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 126, p. 47-56, 1990.
- HÉBETTE, Jean. Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural na região de Marabá. *Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, Belém, v. 1, n. 3, p. 141-172, 2002.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida: trabalho familiar entre pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Greves rurais na Zona da Mata de Pernambuco Pós 64: reflexões em torno das relações entre sindicalismo rural e estado autoritário no Brasil*. *Política e Trabalho*, João Pessoa, v. 1, p. 10-34, 1980.

- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, 1950-1974*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- KOWARICK, Lúcio F. F. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise de literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 38-50, 1987.
- KUHNEN, Tânia Aparecida. *Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco) feminismo latino-americano*. *Sul-Sul*, Barra, v. 1, n. 01, p. 124-147, 2020.
- LEITE LOPES, José Sergio; HEREDIA, Beatriz. *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.
- LERMEN, Nadine Gerhardt; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação do sindicalismo de assalariados rurais no Brasil: desafios e novas práticas sindicais. In: BEGA, Maria Tarcisa Silva; PESSOA, Kauê (Orgs.). *Desenvolvimento e justiça social: perspectivas da sociologia no século XXI*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 42-63.
- LUIZ, Juliana R. *As linhas vermelhas para o desenvolvimento rural: a internacionalização da agricultura familiar brasileira e seu impacto na governança global*. 2018. 408 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/17556>. Acesso em: 15 out. 2023.
- LUIZ, Juliana R.; CARVALHO, Priscila Delgado de; TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Cross-Movement in Latin America: lessons from the Mercosur Confederation of Family Farming Organisations (Coprofam). *Moving the Social*, Bochum, v. 63, p. 41-63, 2020.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo*. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014a.

- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Pesquisando a contrapelo: a memória dos conflitos e das formas de resistência dos trabalhadores no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: LEITE LOPES, José Sérgio; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). *Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais: história e perspectivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020. p. 161-194.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: Milton Pinheiro. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 195-230.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A representação política no sindicalismo rural: antigos e novos atores. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40. Caxambu, 2016. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 2016.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; SORIANO, J. Reflexões sobre o sindicalismo rural brasileiro: a Contag. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 36., São Paulo, 1984. *Anais...* São Paulo: SBPC, 1984.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; TELÓ, Fabrício. Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do Ibra. In: SALES, Jean Rodrigues *et al.* (Orgs.). *História escrita, história vivida. Movimentos sociais, memória e repressão política na ditadura militar brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2019. p. 52-77.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 269-303.
- MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. *A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil*. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- MOTTA, Renata. Feminist solidarities and coalitional identity: the popular feminism of the Marcha das Margaridas. *Latin American Perspectives*, v. 48, n. 5, p. 37-56, 2021.
- MOTTA, Renata; Teixeira, Marco Antonio. Food sovereignty and popular feminism in Brazil. *Anthropology of food* [on-line], 16, p. 1-16, 2022.
- MOTTA, Renata; Teixeira, Marco Antonio. Allowing rural difference to make a difference: the Brazilian Marcha das Margaridas. In: CONWAY, Janet M.; DUFOUR, Pascale; MASSON, Dominique. *Cross-border solidarities in twenty-first century contexts: feminist perspectives and activist practices*. 1. ed. Londres: Rowman & Littlefield, 2021. p. 79-99.

- NIEDERLE, Paulo André. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre Governos e Movimentos Sociais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 569-603, 2016. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/668>. Acesso em: 20 set. 2023.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphic, 1997.
- PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PALMEIRA, Moacir *et al.* Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste (projeto de pesquisa). *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 76, p. 201-238, 1997.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Nuap; Relume Dumará, 2010.
- PEREZ, Olivia Cristina, MOURA, Joana Tereza Vaz de; MELO, Caroline Bandeira de Brito. Protests for women's rights and against the Bolsonaro administration. *Latin American Perspectives*, v. 50, n. 1, p. 165-178, 2023.
- PENNA, Camila. *Conexões e controvérsias no Incra de Marabá*. O Estado como um ator heterogêneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. *Sociologias*, v. 16, n. 35, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/45998>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, p. 63-84, 2014.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. *Lua Nova*, n. 104, p. 201238, 2018.
- PIMENTA, Sara Deolinda. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, Eduardo Moreira da; SOARES, Eduardo Barros. *Políticas públicas e formas societárias de participação*. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2013.

- PIMENTA, Sara Deolinda. *Experiências em trajetórias de mulheres rurais: engajamento sindical, feminismos e subjetividades*. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. *A Contag de 64 a 76*. Reflexões sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém*. Representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-1964. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- RODRIGUES, Iram Jacóme; LADOSKY, Mario H. G. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. *Lua Nova*, n. 95, p. 87-142, 2015.
- RODRIGUES, Iram Jacóme; RAMALHO, José Ricardo. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. *Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 3, p. 381-403, 2014.
- ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, p. 473-503, 2004.
- ROSA, Marcelo. Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel (Ed.). *Combatendo a desigualdade social*. O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 461-447.
- ROSA, Marcelo; PENNA, Camila; CARVALHO, Priscila Delgado de. Movimentos e estado como coletivos instáveis e heterogêneos: uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de casos. *Civitas*, Porto Alegre, v. 20, n. 3, 2020.
- SABOURIN, Eric; GRISA, Cátia (Eds.). *A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe*. Porto Alegre: Escritos, 2018.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Raynice Souza dos; SCHMITZ, Heribert. *Desafios do engajamento sindical: estudo de uma organização de agricultores familiares no Nordeste Paraense*. *InterEspaço*, Grajaú, v. 8, p. 1-28, 2022.
- SAUER, Sergio et al. *Comissão Camponesa da Verdade: relatório final – violações de direitos no campo 1946 a 1988*. 1. ed. Brasília: Dex-Unb; Senado Federal, 2015.
- SAUER, Sergio (Org.). *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistência no passado e presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

- SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- SIGAUD, Lygia. A forma acampamento. Notas a partir da versão Pernambucana. *Novos estudos CEBRAP*, v. 58, p. 73-92, 2000.
- SIGAUD, Lygia. *A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, 1986.
- SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, Iby Montenegro de. *A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política*. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Osvaldo Heller da Silva, 2006.
- TAVARES, Ricardo. *Contag, da ditadura à transição — memória social e construção política do “campesinato”*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1304>. Acesso em: 20 out. 2023.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. *Contag: 1963-2023 – ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. Dimensões da memória da repressão política no campo. *Raízes*, Campina Grande, v. 37, n. 1, p. 54-67, 2017. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/50>. Acesso em: 23 out. 2023.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. Formas de ação coletiva: reflexões a partir dos conflitos por terra em Magé, RJ. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 29, 2015.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. *Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)*. 2018. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/15447>. Acesso em: 20 out. 2023.

- TEIXEIRA, Marco Antonio. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 34, p. 1-17, 2021.
- TEIXEIRA, Marco Antonio; MOTTA, Renata. Unionism and feminism: alliance building in the Brazilian Marcha das Margaridas. *Social Movement Studies*, v. 21, n. 1-2, p. 135-151, 2022.
- TEIXEIRA, Anna Carolina Carvalho *et al.* *Marcha das Margaridas: caminhos, memórias e repercussões*. Brasília: Contag, 2023.
- TEIXEIRA, Gabriel Pereira da Silva. *Dos direitos às conquistas, das conquistas à luta: sindicalismo de trabalhadores rurais, cultura e política na região de Ribeirão Preto, 1964-1988*. 2017. 219 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- TELÓ, Fabrício *et al.* Land and transitional justice in Brazil. *International Journal of Transitional Justice*, v. 15, n. 1, p 190-209, 2021.
- WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- WELCH, Clifford Andrew; SAUER, Sergio. Rural unions and the struggle for land in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, v. 42, n. 6, p. 1109-1135, 2015.

Como citar

TEIXEIRA, Marco Antonio; CARVALHO, Priscila Delgado de. Estudos sobre sindicalismo rural no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331208, 27 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_08.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.


Seção Temática

Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag

O sindicalismo rural brasileiro na política externa: narrativas e oportunidades de incidência política desenvolvidas pela Contag

Brazilian rural unionism in the foreign policy: narratives and opportunities for political influence developed by Contag

 **Juliana R. Luiz**¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_09

Resumo: Ao longo dos anos 2000, as políticas públicas brasileiras experienciaram a abertura para a participação social. A política externa, comumente isolada dos debates internos, também foi influenciada por esse processo, passando a contar com o envolvimento de movimentos sociais rurais em algumas agendas, como foi o caso da agenda internacional da agricultura familiar. Neste artigo, a participação da Contag na política externa brasileira foi analisada a partir das narrativas políticas desenvolvidas pela Organização, bem como pelas oportunidades políticas construídas em duas arenas internacionais: OMC e FAO. Além de informar detalhes sobre a participação da

¹ Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). E-mail: jul Luiz@gmail.com.

Confederação nos debates de política externa, o artigo analisou as convergências e divergências de participação da Contag nos dois organismos internacionais citados.

Palavras-chave: política externa brasileira; Contag; OMC; FAO.

Abstract: Throughout the 2000s, Brazilian public policies experienced an opening process to social participation. Commonly isolated from internal debates, foreign policy was also influenced by this process, therefore, the engagement of some rural social movements was noticed for some agendas, such as the family farming. In this article, Contag's participation in Brazilian foreign policy was analyzed based on the political narratives developed by the organization, as well as the political opportunities built in two international arenas: WTO and FAO. In addition to providing details about the confederation's participation in foreign policy debates, the article presents the convergences and divergences of Contag's participation in the two international organizations above mentioned.

Keywords: Brazilian foreign policy; Contag; WTO; FAO.

Introdução

Alinhado ao propósito da presente seção temática, este artigo² teve a intenção de ampliar o debate sobre a atuação do sindicalismo rural na política externa brasileira, com destaque para a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em alguns processos de negociação internacional em curso na primeira década dos anos 2000.

Há, na literatura acadêmica, diversas contribuições sobre a atuação internacional dos movimentos sociais rurais brasileiros, como é o caso da análise dos processos de transnacionalização desses movimentos (RUBBO, 2013; CARVALHO, 2021) e da constituição (ou engajamento) destes movimentos em redes transnacionais de ativismo (VIEIRA, 2012; LUIZ; CARVALHO; TEIXEIRA,

² Este artigo é um desdobramento da pesquisa realizada para o desenvolvimento da Tese de Doutorado "As Linhas Vermelhas para o desenvolvimento rural: a internacionalização da agenda da agricultura familiar brasileira e seus impactos na governança global", que contou com apoio financeiro do CNPq e Capes.

2020). Contudo, parece haver poucas análises sobre a participação dos movimentos sociais rurais na agenda da política externa nacional.

Por muitos anos, a literatura acadêmica destacou o caráter “insular” da política externa brasileira. Esse insulamento era observado pelo controle do Ministério das Relações Exteriores (MRE) na formulação e condução da agenda internacional do país – com baixa participação de outros agentes políticos domésticos –, pelo menos até os anos 1980 (FARIA, 2012). A partir da redemocratização do país, a pluralização de diferentes grupos no jogo político também alcançou a agenda internacional, que, cada vez mais politizada, passou a responder aos conflitos distributivos domésticos (LIMA, 2000).

A partir dos anos 2000, identifica-se a incidência dos movimentos sociais rurais brasileiros na construção da agenda de política externa (LUIZ, 2018). As oportunidades para essa participação incluíram a própria experiência acumulada dos movimentos em processos de transnacionalização, a agenda de negociações internacionais em curso, a criação de um ministério federal mais receptivo aos movimentos rurais e, por fim, a nova orientação para a agenda internacional do país após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República.

Para tratar de tais oportunidades de participação na política externa, o artigo se estrutura da seguinte forma: seção 1. apresenta recorte analítico da pesquisa, baseado na análise da política externa com base no conceito de narrativas políticas e com o uso de informações levantadas em documentos oficiais, em canais de imprensa e, sobretudo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas entre janeiro de 2017 e agosto de 2018 com pessoas participantes dos processos de negociação internacional na OMC e FAO;³ seção 2. introduz o processo de transnacionalização da Contag, destacando o engajamento da Confederação nas discussões regionais, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca); seção 3. apresenta

³ A tese desenvolvida levantou dados oficiais (sobretudo do Ministério das Relações Exteriores) das negociações internacionais em curso, contou com o compartilhamento de documentos e materiais pelas pessoas contatadas para a pesquisa e conduziu 70 entrevistas semiestruturadas com representantes governamentais, setoriais, de movimentos sociais rurais e da sociedade civil, seguindo os seguintes critérios: 1. abrangência de grupos e setores participantes das negociações; 2. saturação das informações (quando a repetição dos dados por diferentes grupos e setores esgotaram a necessidade de realizar mais entrevistas); 3. saturação de indicações (quando as pessoas entrevistadas passaram a sugerir os mesmos nomes, já entrevistados).

as oportunidades existentes nos anos 2000 que permitiram a participação da Contag na construção da agenda de política externa para a agricultura familiar, como foi o caso da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de mudanças na estrutura burocrático-funcional do Itamaraty; seção 4. analisa as experiências de engajamento da Contag em duas arenas diferentes internacionais – FAO e OMC – destacando as principais narrativas mobilizadas pela Confederação ao longo dos anos 2000: o papel da agricultura familiar na produção de alimentos e no fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional do país; e seção 5. reflete sobre as convergências e divergências da atuação da Contag nestes dois fóruns globais, destacando, inclusive, as distintas formas de interação com outros movimentos sociais rurais, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Após a apresentação das diferentes seções descritas anteriormente, a conclusão faz breve recapitulação de todo o exposto, aponta alguns balanços sobre a participação da Contag na agenda de política externa, e por último, reflete sobre oportunidades de novas formas de incidência da Confederação na agenda internacional do país.

O papel das narrativas na análise de políticas públicas

Há diferentes vertentes acadêmicas que reconhecem o papel das ideias na construção, revisão e transformação das políticas públicas. Com base nos três conceitos fundamentais presentes em qualquer ação política – interesses, instituições e ideias –, as abordagens cognitivas dão ênfase a essas últimas, partindo do pressuposto de que as ideias, crenças e valores comuns do conjunto de atores envolvidos (bem como suas interações sociais) ajudam a definir a maneira pela qual os problemas públicos são percebidos e, conseqüentemente, quais soluções são desenhadas para os problemas selecionados.

Dentre as diferentes correntes que reforçam o papel das ideias, se destacaram, nos anos 1980, os conceitos de “paradigma” de Peter Hall (1989)⁴ e

⁴ O modelo de Hall foi inspirado no trabalho de Thomas Kuhn sobre o avanço científico. É dividido em uma fase preliminar, quando há diversos desacordos sobre uma atividade científica; uma fase estável, quando as referências usadas para explicar uma realidade são recorrentemente as mesmas; e, por fim, uma fase crítica/instável, quando o paradigma vigente já não atende às transformações identificadas na realidade. Com a mudança sobre a compreensão da realidade, um novo paradigma passa a ser forjado.

de “referencial” de Bruno Jobert e Pierre Muller (1987).⁵ Em ambos os modelos, o foco de análise das políticas públicas se finca nas dimensões de crenças, ideias e valores compartilhados por um grupo de atores. Essas crenças ora dispõem de alguma estabilidade (contribuindo para manter uma política pública estável), ora entram em crise (provocando choques de compreensão do real e, conseqüentemente, no próprio desenho de política pública para lidar com aquela questão).

Outras vertentes analíticas também exploraram o papel das ideias, mas de maneira mais instrumental, com destaque à análise do processo decisório (SNYDER; BRUCK; SAPIN, 1954; SPROUT; SPROUT, 1956; MELLO E SILVA, 1998) e de formulação de agenda (KINGDON, 1984; BAUMGARTNER; JONES, 1993). Esse também foi o caso dos estudos sobre Fóruns e Arenas, de Éve Fouilleux (2000), sobre Coalizões de Causa (*advocacy coalition framework*), de Sabatier (1988) e Sabatier e Jenkins-Smith (1999), e sobre narrativas de política (*narrative policy framework*), de Radaelli (2000) e McBeth, Jones e Shanahan (2014), que partiram dos conceitos de referencial e paradigma anteriormente descritos, mas desenvolveram etapas processuais para conferir mais dinamismo ao sistema de crenças e ao papel das ideias nas análises de políticas públicas.

As narrativas de política são resultado desse esforço de dinamização. Elas são reconhecidas como argumentações que buscam tornar os problemas políticos inteligíveis, pois é por meio delas que os seres humanos dão sentido ao mundo e se encaixam nele. Servem para promover a comunicação entre as pessoas, para a organização do pensamento e para as diversas formas de cognição individual e coletiva. No que diz respeito à análise de políticas públicas, elas são os recursos construídos pelos agentes para traduzir, estruturar e instrumentalizar suas preferências políticas dentro dos espaços de negociação e disputa.

Em outras palavras, as narrativas refletem tanto a composição de um conjunto de ideias quanto representam os recursos utilizados para produzir e legitimar essas ideias, o que as tornam extremamente úteis para análise do

⁵ O modelo de Pierre Muller e Bruno Jobert reconhece um duplo mecanismo na construção das políticas: um processo de decodificação/descomplexificação da realidade seguido de sua posterior recodificação, isto é, reorganização dessa realidade em planos e programas de ação. O processo se desdobra em dois níveis, o global e o setorial (como pode ser o caso da agricultura). Para os autores, as mudanças nas políticas ocorrem quando há mudanças no referencial global, o que gera uma pressão por ajustes no referencial setorial.

processo de mudança política. Contudo, cabe destacar que não podem ser analisadas isoladamente, pois precisam ser observadas a partir das “características do subsistema de política pública que ela se insere” (GRISA, 2011, p. 128) e que, “para ser[em] considerada[s] como uma narrativa política, a narrativa em questão deve apresentar pelo menos um personagem e fazer menção a uma preferência ou posição de política pública” (SHANAHAN *et al.*, 2013, p. 457).

Tendo em vista que as narrativas precisam de personagem, subsistema de política e posição política na disputa em questão, todos esses elementos são encontrados na conformação deste artigo, que observa a atuação da Contag em espaços negociais específicos em prol da agenda da agricultura familiar. Com base nesse recorte, é possível conduzir uma análise mais detalhada da atuação da Organização, explorando o concatenamento das ideias e o poder de persuasão e argumentação em meio às interações com outros grupos, sejam eles aliados ou competidores, vencedores ou perdedores.

Inclusive, no campo das análises das narrativas políticas, cabe destacar que elas são construídas para atingir um fim (isto é, se expressam como histórias causais, com início, meio e fim), dispõem de um contexto/cenário (*setting*), de personagens (incluindo heróis, vilões e vítimas) e de um enredo/trama, que se dissemina em busca de um resultado político preferido, ou seja, a moral da história (ESTÉVEZ; PÁEZ ARENAS, 2020, p. 18). A partir dos cenários construídos em meio às negociações internacionais, as próximas seções deste artigo exploram a relação da Contag com o meio internacional, detalhando sua participação na política externa em duas principais arenas: a OMC e a FAO.

Os caminhos da transnacionalização da Contag

No esforço de dar mais clareza e contorno ao conceito de transnacionalismo, Portes, Guarnizo e Landolt (1999, p. 219) destacaram pelo menos três condições necessárias para sua identificação como um fenômeno próprio: (i) que o processo envolva uma quantidade significativa de pessoas daquele universo analítico; (ii) que as ações desenvolvidas não sejam excepcionais e disponham de alguma estabilidade e resiliência ao longo do tempo; e, por último, (iii) que

as atividades e ações identificadas não sejam passíveis de captura por um conceito já existente.

Sem a pretensão de avançar no debate sobre a definição de transnacionalismo, é possível invocar o conceito para observar as ações além-fronteiras da Contag de maneira congruente às condições arroladas anteriormente. No que tange à quantidade de pessoas (condição i), destaca-se o processo histórico de articulação internacional das lideranças sindicais rurais (ainda que não da base sindicalizada). Sobre a não excepcionalidade das ações (condição ii), destaca-se o reconhecimento assumido pela Organização (especialmente após os anos 1990) da atuação internacional como estratégia de ação. Por fim, quanto à captura das ações por outro conceito (condição iii), ressalta-se a caracterização do conceito como um fenômeno popular de base, fazendo-se distinguir das ações extrafronteiriças exercidas por estados, identificadas como internacionalismo, ou por empresas, definida como multinacionalismo (PORTES, 2004, p. 75). Quando se observa as ações da Contag, o tipo de engajamento e mobilização transnacional variou bastante, tendo passado por dentro e por fora das arenas internacionais, além de ter diferentes estratégias de atuação, desde a cooperação ao confronto.

Como o objetivo deste artigo foi observar a atuação da Contag na agenda da política externa brasileira, a apresentação da ação transnacional da Contag a seguir desenvolvida cumpre o papel de contextualizar a atuação da Confederação em discussões globais e melhor situar as oportunidades de incidência nesta política em específico.

Primeiro ciclo: da fundação da Contag à redemocratização nacional

A primeira metade do século XX no Brasil foi marcada pela paulatina adequação do país ao paradigma de desenvolvimento global que equiparava desenvolvimento com crescimento econômico, industrial e tecnológico. Parte das práticas adotadas pelo governo brasileiro para superar a defasagem brasileira das economias capitalistas industrializadas se deu por meio da “industrialização por substituição de importações” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 128).

Evidentemente, os impactos dessa reestruturação socioeconômica também eram sentidos pelos agentes sociais do campo. A própria criação da Contag em 1963 reflete esse momento de efervescência política, com a articulação de trabalhadoras e trabalhadores rurais, produtores e camponesas e camponeses em organizações. Como exemplo, destacam-se o ressurgimento das Ligas Camponesas, em 1954, a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em 1954, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Master), em 1960. Contudo, o golpe civil-militar de 1964 tanto excluiu diversos grupos sociais da arena política quanto deu condições para o avanço do modelo de modernização da agricultura internacionalmente denominado “Revolução Verde”.

A proposta da modernização da agricultura contemplava abertura técnica, complementaridade com as cadeias de *commodities* internacionais e valorização e incentivo ao agricultor moderno integrado à produção capitalista (FREITAS; FREITAS; MINÁ DIAS, 2012, p. 1580). Ainda que o modelo tenha gerado aumento de produção, também deu ensejo a inúmeros efeitos perversos, com destaque ao êxodo rural e à pauperização da população que remanesce no campo. Como tratado por Mielitz Neto (2010, p. 22), “30 milhões de pessoas deixaram o meio rural, em busca de uma colocação nas cidades, mas não lograram ser absorvidas pelo mercado de trabalho de outros setores da economia”. Não existia, para a maior parte dos pequenos agricultores remanescentes, políticas focadas para seu desenvolvimento, já que estavam fora da lógica dos complexos agroindustriais. Para estes, sobravam apenas medidas compensatórias e assistencialistas (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

Todas as transformações evidenciadas no campo nas primeiras décadas de existência da Contag, como foi o caso do forte êxodo rural, terminaram afetando sua base sindical, com destaque às(aos) trabalhadoras(es) e assalariadas(os) rurais, que tiveram seu percentual bastante reduzido entre os anos 1960 e 1990. Além da necessidade de refletir sobre a própria reestruturação da Confederação, que passou a dar realce ao conceito de agricultura familiar, o momento esteve indissociavelmente atrelado ao processo de redemocratização do país. Com o fim da ditadura civil-militar e a maior abertura política, viu-se surgir novas organizações (como o Movimento dos Pequenos Agricultores –

MPA) e a articulação/rearticulação de outras organizações sociais do campo (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST).

No que diz respeito ao tipo de atuação além-fronteiras da Contag neste primeiro ciclo – isto é, desde sua criação até o início do processo de redemocratização – se destacam as articulações com as diferentes correntes do sindicalismo internacional, equilibrando-se num jogo de forças sindicais travadas entre o bloco soviético, países capitalistas e democratas cristãos (CARVALHO, 2021, p. 7). Além do debate político-partidário, as viagens das lideranças sindicais para conhecer as experiências dos demais países (notadamente França e Alemanha) permitiram o contato com outras pautas políticas e formas associativas (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017, p. 350).

Há também outro elemento transfronteiriço que merece relevo, que foi a aproximação entre as federações do Sul do país e as organizações do Uruguai, Argentina e Paraguai, fruto da proximidade geográfica entre elas. Essa aproximação contribuiu tanto para a construção dos referenciais iniciais da agricultura familiar (por se tratarem de uma pequena produção melhor estruturada e relativamente mais integrada às cadeias produtivas) quanto para a formação da Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (Coprofam), apresentada no próximo item.

Segundo Ciclo: da filiação à CUT à mobilização em torno da agenda de integração regional

Arelado ao contexto de redemocratização e de abertura política nacional, dois processos merecem destaque no que diz respeito à construção de ações transnacionais da Contag: a filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os desdobramentos do processo de integração regional. Apesar de guardarem dimensões distintas, ambos se entrelaçam e se interligam em meio às ações desenvolvidas pela Contag para o desenvolvimento da agricultura familiar como categoria política.

Quanto à CUT, as ações da central sindical estiveram historicamente pautadas no discurso internacionalista de solidariedade da classe trabalhadora. Contudo, a estratégia internacional foi institucionalizada e aprofundada no

final dos anos 1980 com a criação da Secretaria de Relações Internacionais (SRI/CUT) e sua filiação à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) via Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit). Dentre os objetivos da SRI estava “a interiorização das relações internacionais junto das diferentes instâncias” (COSTA, 2005, p. 137). Esse processo foi difundido em diferentes instâncias da CUT, inclusive no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR). Cumpre igualmente ressaltar que o DNTR dispunha de número significativo de militantes ligados à Democracia Socialista (DS), divisão interna do PT com uma dimensão internacional muito presente na sua práxis política e *modus operandi*.

A forte atuação internacional da CUT e a filiação da Contag à central sindical muito contribuíram para a internacionalização da Confederação, ainda que algumas de suas lideranças já tivessem constatado que “uma organização tão grande como a Contag não podia ficar fechada para o mundo” (LUIZ, 2018, p. 177). De fato, o movimento de base social rural mais conhecido internacionalmente naquele momento era o MST, que já tinha uma Secretaria de Relações Internacionais desde os anos 1980, além de um corpo diretivo imbuído de um “DNA internacionalista”, desenvolvido com base no papel político e ideológico da Teologia da Libertação (RUBBO, 2013, p. 91).

Com relação à criação do Mercosul, o processo de abertura comercial regional também marcou outra distinção entre a atuação transnacional da Contag e do MST. Este, a partir da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (Cloc), tinha uma postura muito mais crítica à integração regional, considerando a constituição do novo bloco um processo alinhado à lógica de mercado e negativo para as agriculturas nacionais e soberania alimentar. Sendo assim, sob a perspectiva da Cloc e MST, a integração regional deveria ser impedida e refreada. Já sob a perspectiva da Contag e Coprofam, a construção do Mercosul deveria passar pela decisão de apoio crítico, especialmente para garantir um papel diferenciado da agricultura familiar no processo de integração (LUIZ, 2018, p. 175).

A Coprofam teve seu ato fundacional em 1994, quando aproximadamente 60 líderes de diferentes organizações de pequena produção agrícola dos países do Cone Sul se encontraram na cidade de Porto Alegre para fortalecer laços,

coordenar ações regionais e construir um conhecimento sobre as realidades distintas da agricultura familiar existente nos diferentes países do sul do continente. Havia a preocupação de algumas organizações sindicais e de pequenos produtores – especialmente de produtos como leite, trigo e hortaliças – sobre uma possível desgravação tarifária muito agressiva, que atingiria diretamente esses setores.

Segundo Luiz, Carvalho e Teixeira (2020, p. 52), o ponto central de constituição da Coprofam era o reconhecimento da coexistência de dois modelos agrícolas distintos na América do Sul, um voltado para o agronegócio e outro para a agricultura familiar. A narrativa de dois modelos era o ponto de ancoragem necessário para a reivindicação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar em meio à construção do novo bloco.

Seja pelo apoio crítico (como feito pela Coprofam), seja pela oposição (como feito pela Cloc), fica evidente que o Mercosul e outros processos de liberalização comercial regional serviram de catalisador para a construção de diferentes processos de transnacionalização dos movimentos rurais latino-americanos, contribuindo na disseminação de ideias, valores e sentidos de ação política a partir de um processo de “regionalização pela base, por baixo” (SABOURIN *et al.*, 2015, p. 12).

Cumprir destacar que outros processos regionais voltados para a liberalização do comércio mobilizaram diversas organizações sociais do campo, inclusive a Contag, como foi o caso das discussões sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Contudo, foi em meio às discussões do Mercosul que a Contag e a Coprofam mais desenvolveram ações de incidência política sobre a necessidade de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar. Nessa fase inicial, sobretudo ao longo dos anos 1990, muitas organizações contaram com o apoio de Organizações Não Governamentais e Agências Internacionais, seja pelo apoio financeiro, seja pelo técnico, já que “este tipo de estrutura [transnacional] transcend[ia] às possibilidades concretas das entidades representativas dos pequenos produtores” (ROMANO, 1996, p. 108). Dentre os apoios viabilizadores de articulações regionais – ainda que pontuais –, estavam os do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário

(Fida), da FAO Regional da América Latina e do Centro Latino Americano para Desenvolvimento Rural (Rimisp).

Para concluir esse segundo ciclo – que se estende sobretudo pelos anos 1990 –, destaca-se a interação internacional da Contag com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), já que a Contag ainda era a representante nacional dos assalariados rurais nesse período. Contudo, foram as transformações voltadas para a liberalização comercial regional que mais se sobressaíram no processo de transnacionalização da Contag no período. E, concomitantemente ao debate de comércio regional dos anos 1990, também ocorria a construção da categoria de agricultura familiar dentro do Brasil, fazendo com que a Contag levasse “no bojo dos debates sobre comércio [...] a categoria da agricultura para suas articulações internacionais” (CARVALHO, 2021, p. 9).

Terceiro Ciclo: da constituição de um novo governo federal à aproximação com a agenda governamental internacional

Foi a partir dos anos 2000, sobretudo com a eleição do governo do PT à Presidência da República, que uma nova conjuntura política abriu espaço para uma terceira fase de atuação da Contag: do então *modus operandi* de ativismo transnacional fora dos espaços governamentais, para um processo de articulação da Confederação por dentro dos espaços governamentais para incidir na agenda da política externa brasileira. Cabe, neste subitem, ressaltar três frentes coincidentes com os esforços de ação transnacional da Contag e os princípios da nova política externa brasileira: a promoção da integração regional, a ênfase no multilateralismo e o compromisso com a cooperação internacional para o desenvolvimento.

Essas três frentes são bem sintetizadas pelo exemplo da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf), já bastante estudada pela literatura (VON BÜLOW; CARVALHO, 2012; NIERDELE, 2016; GRISA; NIERDELE, 2018; GONZALEZ, 2020; ZIMMERMANN, 2020, entre outros), ainda que diversas outras ações tenham ocorrido simultaneamente. A Reaf surgiu em 2004 e se tornou um espaço institucionalizado dentro do Mercosul para construção de

propostas para a agricultura familiar. Seu modelo de funcionamento era composto por sessões nacionais e regionais e contava com a participação obrigatória dos movimentos sociais ao lado dos representantes governamentais.

No tocante à integração regional, a criação deste espaço teve um impacto extremamente positivo para a atuação transnacional regional da Contag, participante-chave (especialmente nos primeiros ciclos), e para a difusão do conceito e de práticas da agricultura familiar nacional e regionalmente.

Em relação ao multilateralismo, a Reaf também contribuiu com o escalonamento de suas práticas globalmente, isto é, agindo não só como espaço, mas também como ator político, via circulação de ideias, projetos e desenhos institucionais para outros espaços regionais e instâncias globais (LUIZ, 2018, p. 200). Neste quesito, viabilizou o contato com outras organizações internacionais, bem como o acesso a outros espaços de diálogo.

Por fim, no que concerne à cooperação internacional para o desenvolvimento, diferentes projetos de cooperação em desenvolvimento agrícola e agrário foram estabelecidos pelos governos do PT ao longo dos anos 2000. A Reaf contou com apoios estratégicos de cooperação de agências e organismos internacionais, sobretudo do Fida e da FAO América Latina. A atuação transnacional da Contag nesse sentido variava desde a modalidade de receptor/parceiro-cooperante de programas de capacitação técnica, como foi o caso de capacitações de lideranças rurais, até como agente mobilizador de críticas dos modelos de cooperação praticados pelo Brasil, como foi o caso do Prosavana, em articulação com o MST e outros movimentos sociais rurais nacionais e regionais de Moçambique (SHANKLAND; GONÇALVES; FAVARETO, 2016).

A crescente atuação além-fronteiras da Contag ficou evidente desde os anos 1960 até o início dos anos 2000, com destaque ao desenvolvimento e agenciamento da agenda da agricultura familiar como modelo de desenvolvimento agrícola dos anos 1980 em diante. Entretanto, até os anos 2000, tanto a agenda da agricultura familiar quanto a atuação da Contag eram

pautadas fora dos marcos da política externa brasileira, e, por essa razão, a próxima seção apresenta as especificidades dessa política em específico.

Agentes e Agendas da Política Externa Brasileira

Na literatura de relações internacionais e de análise de política externa, há a premissa de que a política externa é uma política pública, contudo, uma política pública *sui generis* (MILANI; PINHEIRO, 2013; MILANI, 2015). A ressalva se dá por ser a política externa ao mesmo tempo uma política doméstica, isto é, dependente de coalizões, barganhas, disputas e acordos entre os representantes de diversos interesses, mas também por ser uma política de Estado, atrelada a questões de soberania, interesse nacional e integridade territorial. Como política de Estado, é igualmente constituída para pautar o relacionamento e a interação com outros atores internacionais, como Estados e Organismos Multilaterais. Entre as suas especificidades está o fato de que “toda ação internacional de política externa precisa estar associada a alguma forma de ‘autorização estatal’” (LUIZ, 2022a, p. 99).

Por muito tempo, a política externa se manteve “insulada” das disputas domésticas, sendo coordenada basicamente pelo Itamaraty e formulada a partir do “triângulo de ferro” (FARIA, 2003, p. 25), que no caso da política externa era historicamente composto pela Presidência, pelo Itamaraty e por alguns ministérios setoriais, a depender do tema.

Com a redemocratização e maior engajamento do país em agendas e espaços internacionais, despontou também a pluralização de agentes no jogo político para temas externos, gerando um duplo efeito na agenda internacional: por um lado, a diminuição da capacidade de tomada de decisão autônoma pelo Itamaraty e, por outro, a politização da agenda, com custos e benefícios assimétricos para os diferentes setores nacionais. Esse novo cenário deu azo a “novas coalizões favoráveis a mudanças do *status quo*” (LIMA, 2000, p. 295).

Quanto à agenda da política externa para a agricultura, ajustes para a implementação do plano Real (como a âncora verde) contribuíram para a construção da noção de “imprescindibilidade” do agronegócio para a estabilidade da balança comercial brasileira (DELGADO, 2012). Já nos anos 2000,

o projeto de desenvolvimento da China impulsionou a alta dos preços de produtos primários e reforçou a conformação de modelo de desenvolvimento econômico baseado na exportação em larga escala de bens primários e de baixo valor agregado como via principal de crescimento econômico, aquilo que ficou conhecido como o “consenso das *commodities*” (SVAMPA, 2015), processo impulsionado por sucessivas altas de preço até 2008, quando os preços começaram a cair (APEX-BRASIL, 2011, p. 21).

Diante da imprescindibilidade do agronegócio na condução da macroeconomia nacional, a política externa passou a responder a essa nova dinâmica. Institucionalmente, viu-se duas grandes transformações: a ampliação de secretarias internacionais em outros ministérios e o adensamento da agenda agrícola no organograma do Itamaraty. Sobre o primeiro ponto, uma das primeiras transformações veio com a reforma estrutural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em julho de 2003, permitindo a criação da Assessoria Internacional e de Promoção Comercial (AIPC) dentro do gabinete do ministro.

A fundação da AIPC foi justificada pela discussão em alta de importantes agendas internacionais com impacto na agricultura: Alca e OMC (já em 2003) e a retomada das negociações sobre o Acordo Mercosul-União Europeia (em 2004). O contexto estimulou a instituição de um Grupo de Trabalho Internacional (GTI) dentro do MDA para que agentes governamentais, movimentos sociais, academia e organizações não governamentais pudessem debater essa agenda conjuntamente, logo depois, o GTI foi formalizado institucionalmente como AIPC. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o processo de transformação já vinha ocorrendo desde os anos 1990, mas apenas em 2005 o Ministério foi reestruturado para passar a contar com a Secretaria de Relações Internacionais (SRI). Até aquele momento, boa parte das discussões internacionais ocorriam no gabinete do ministro e em outros departamentos, como era o caso da Secretaria de Política Agrícola.

Outros ministérios também passaram a lidar com a agenda internacional da agricultura familiar, sobretudo aqueles responsáveis por políticas que – pouco a pouco – passavam a ser incorporadas nos projetos de cooperação Sul-Sul,

como foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sob responsabilidade central do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), sob responsabilidade central do Ministério da Educação via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A demanda por cooperação era recebida e administrada pelas secretarias e assessorias internacionais destes ministérios, com maior ou menor ingerência da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), envolvendo programas de capacitação técnica e compartilhamento de boas práticas por entre gestoras(es) públicos e diferentes lideranças sociais.

A respeito do segundo ponto – das transformações institucionais no Itamaraty –, a primeira delas ocorreu ainda em 1992, quando o Ministério criou a Divisão de Agricultura e Produtos de Base (DPB), dentro do Departamento de Política Comercial Internacional (DPC). O Ministério também passou a alocar uma grande quantidade de diplomatas nos departamentos que cuidavam das negociações comerciais que envolviam a pauta agrícola. Contudo, uma das principais transformações dos anos 2000 está atrelada ao projeto da política externa “altiva e ativa” que tinha como princípio a difusão do modelo de desenvolvimento brasileiro para o mundo, sobretudo para países do Sul geopolítico.

Entre os “sucessos exportados” pelo Brasil, estava o Fome Zero, perfeitamente adequado às ambições do Brasil de tornar-se um *global player*. Como sinalizado por Maluf, Santarelli e Prado (2014, p. 19), o governo fez questão de politizar o tema da fome ao tirá-la “dos limites estreitos das opções técnicas ou soluções ótimas”. Assim como o Fome Zero, o modelo de desenvolvimento rural dual também fazia parte da estratégia mais ampla de política externa, pois associava desenvolvimento econômico – via exportação em larga escala do agronegócio – com políticas de desenvolvimento e justiça social – via projetos estruturantes que atrelavam a agricultura familiar com segurança alimentar.

Dentro dessa estruturação de política externa “altiva e ativa”, o Itamaraty criou a Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFome) em 2004, com o objetivo institucional voltado para a Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvimento rural e agricultura familiar. Como

tratado por Rondó e Lopes (2016, p. 12), o CGFome tinha o papel de ser a “interface externa” do Fome Zero e das políticas e agendas estruturantes que compunham o programa. A intenção de mobilizar o capital político e simbólico do Brasil mundo afora também se evidenciou pelo aumento de volume de recursos aportados em cooperação, que passaram de R\$ 27,7 milhões em 2005 para R\$ 101,6 milhões em 2010. Os números de doação internacional de alimentos também foram expressivos, de R\$ 1,2 milhão em alimentos em 2005 para R\$ 284,2 milhões em 2010, ocasião do início das doações feitas pelo Brasil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas (IPEA, 2017).

Na análise sobre a entrada da Contag nas agendas discutidas pela política externa brasileira, dois pontos merecem destaque para o período: (i) a participação social como princípio geral da atuação governamental dos governos do PT; e (ii) o discurso de desenvolvimento rural pautado na dualidade. No primeiro caso, foi possível observar uma “mudança da participação social no processo de deliberação sobre a política externa” no período, ainda que dependesse de muita reivindicação e pressão de diferentes grupos sociais (LUIZ, 2018, p. 359). A inclusão de movimentos e grupos sociais rurais nas discussões internacionais também contou com o apoio institucional do MDA e de diferentes conselhos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Com relação ao segundo ponto, o desenvolvimento rural dual brasileiro era o discurso exportado mundialmente, sobretudo pelos representantes do Itamaraty e da Presidência da República, indicando que o Brasil era capaz de produzir desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que avançava com justiça social. Evidentemente, essa dualidade nunca foi equilibrada, pois os recursos, a visibilidade e o peso político do agronegócio sempre foram completamente desiguais se comparados à agricultura familiar. Contudo, o governo brasileiro optou por exportar mundialmente (principalmente para outros países do Sul geopolítico), que seu modelo de “coexistência pacífica” (MILHORANCE; GABAS, 2015, p. 7) poderia oferecer caminhos semelhantes tanto de desenvolvimento econômico quanto social.

Evidentemente, o discurso da coexistência pacífica variava conforme a arena internacional e a pauta discutida. A diplomacia tinha mais facilidade de entender – e construir posição política – a parte de cooperação, mas encontrava dificuldade de entender a coexistência entre agronegócio e agricultura familiar nas negociações comerciais, isto é, como ser ofensivo e defensivo em matéria agrícola ao mesmo tempo (LUIZ, 2018, p. 141). As duas arenas discutidas a seguir – OMC e FAO – são exemplos dessas variações.

A Contag na política externa brasileira: experiências na OMC e na FAO

Organização Mundial do Comércio (OMC)

O tema da agricultura foi historicamente excluído das discussões comerciais internacionais desde a assinatura do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT), embrião daquilo que se transformou em OMC nos anos 1990. Foi apenas na última rodada do GATT, a rodada Uruguai (1986-1994), que o tema entrou nas discussões internacionais, com o propósito de desenhar e definir o escopo da negociação comercial agrícola no novo organismo internacional. Conhecido como “Blair House Agreement”, o Acordo de Agricultura foi construído a portas fechadas (sobretudo entre Estados Unidos e países da União Europeia), contendo 21 artigos e cinco anexos, além de três principais pilares de exceções ao livre-comércio agrícola (apoio interno, acesso a mercados e subsídios à exportação). Apesar de todas as ressalvas, essa foi a primeira vez, em quase cinco décadas, que o comércio agrícola passou a ser subordinado às regras multilaterais (MESQUITA, 2013, p. 65).

Olhando para a participação do Brasil na transição entre GATT e OMC, a posição oficial do país passava por um conflito interno de paradigmas de desenvolvimento, em razão do esgotamento do modelo de industrialização via substituição das importações. Até mesmo o setor agrícola não estava nem preparado, nem totalmente convencido dos ganhos da abertura internacional (FARIAS, 2007, p. 227). Esse cenário só mudou nos anos 2000, quando se deu a abertura da Rodada de Doha e quando a maior parte das negociações ocorreu,

entre 2001 e 2008, interrompida em meio às crises globais de alimentos e financeira.

Denominada “rodada do desenvolvimento”, a Rodada de Doha reforçou em seu mandato de abertura que as negociações dessem condições para que os países em desenvolvimento “efetivamente levassem em consideração suas necessidades de desenvolvimento, incluindo segurança alimentar e desenvolvimento rural” (OMC, 2001, p. 3). De fato, esses foram os temas que mais mobilizaram as discussões nesse período, a partir da articulação em torno do G-20 Agrícola, coalizão de países em desenvolvimento liderados por Brasil e Índia que dispunham de forte peso no setor agrícola e que, até então, estavam alijados da condução dos debates sobre agricultura promovidos sobretudo por Estados Unidos, União Europeia, Japão e Canadá.

Olhando para a formulação da posição brasileira, o governo Lula começou então com a urgência de formar posição para a conferência seguinte, prevista para setembro de 2003 em Cancún, no México. Logo neste primeiro ano, diversas instâncias e espaços de discussão surgiram para avaliar os impactos das negociações comerciais internacionais na política doméstica brasileira. A AIPC dentro do MDA, certamente, é um dos destaques, promovendo discussões em conjunto com os movimentos sociais rurais. Contudo, outros espaços também foram identificados.

Por exemplo, o seminário “Agricultura Familiar e Negociações Comerciais Internacionais” (realizado entre os dias 20 e 22 de agosto de 2003) foi organizado pelo MDA, MRE e Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip)⁶ e contou tanto com a presença de diversas organizações sociais como a Contag, o MST, a Oxfam, a ActionAid quanto com a participação de representantes de governos de 11 países. O chanceler Celso Amorim, presente no seminário, fez pronunciamento oficial sobre a importância de garantir “a participação da sociedade civil, particularmente às organizações de trabalhadores e produtores rurais familiares, nas negociações internacionais”, afinal, “o tema é o desenvolvimento, então ela tem que levar em consideração

⁶ Rebrip é uma organização-rede, que reúne diversas associações, organizações não governamentais e movimentos sociais voltados para temas diversos. Na ocasião, a Rebrip discutia, a partir do seu GT de Agricultura, os impactos das negociações comerciais sobre a agricultura familiar, além de formular propostas.

as necessidades da segurança alimentar e os interesses e demandas diferenciadas da agricultura familiar” (LUIZ, 2018, p. 138).

A participação da Contag nas negociações para formulação de posição da política externa brasileira surge mais claramente nessa ocasião da conferência de Cancún, tendo sido a primeira vez que a delegação oficial brasileira incluía movimentos sociais rurais entre seus representantes. Cabe destacar que outras ações de engajamento existiram previamente à Cancún, como foi a participação nas mobilizações ocorridas durante a conferência de Seattle, em 1999, “ainda que do lado de fora e por convite das grandes ONGs internacionais, como Oxfam e ActionAid, e não por convocação do Itamaraty, nem como delegação brasileira” (LUIZ, 2018, p. 256). A Coprofam também lançou posição para Seattle, defendendo “padrões de comércio coerentes com o desenvolvimento e fortalecimento dos sistemas produtivos baseados na agricultura familiar” (CARVALHO, 2003, p. 381). O MST e a Via Campesina, por outro lado, formaram consenso sobre a retirada de toda a regulamentação do universo agrícola da OMC (CAMPOS; OLIVEIRA; BIANCHINI, 2001, p. 77).

Outros dois espaços governamentais merecem destaque no contexto das negociações comerciais: (i) o Grupo Técnico Informal (GTI) da DPB/MRE; e (ii) a Câmara de Comércio Exterior (Camex). No primeiro caso, o GTI foi criado em 2003, dentro do Itamaraty, com o objetivo de formar consenso entre os setores agrícolas envolvidos. Participavam do GTI: organizações e instâncias governamentais identificadas com o agronegócio (Mapa, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e o Instituto de Estudos do Comércio e das Negociações Internacionais – Ícone – centro de pesquisa financiado por várias entidades representativas de setores do agronegócio) e aquelas identificadas com a agricultura familiar (sobretudo o MDA e a Contag).

Já a Camex era a estrutura doméstica responsável pelas negociações comerciais. Ali, vários outros setores disputavam a negociação comercial, não apenas a agricultura. Participavam do Conselho da Câmara: Secretaria-Geral da Presidência, Casa Civil, Ministério da Fazenda, do Planejamento, da Indústria, dos Transportes, da Agricultura e o Itamaraty. A partir de 2005, a Camex passou a ser composta também pelo MDA. Como tratado por Ramazini Jr. (2010, p. 104), a criação do GTI foi uma forma do Itamaraty recuperar sua autoridade em

matéria de negociações internacionais, perdida nos anos 1990. Afinal, parte do objetivo do GTI era “pacificar” a questão agrícola antes de levar o debate à Camex.

Ainda que a Contag não fizesse oficialmente parte desse segundo espaço, é importante destacar que a atuação do MDA era muito pautada por uma ampla discussão com movimentos sociais rurais. Representantes do Ministério recorrentemente afirmavam que o trabalho conjunto entre governo e sociedade civil era considerado “fundamental para a internacionalização da agenda como um todo, mas também para articulação dentro do MRE” (LUIZ, 2018, p. 273). A vocação de atuação internacional de parte de gestoras e gestores do MDA também contribuía para a participação de movimentos sociais rurais, como a Contag, em outras pautas externas.

Entre as principais contribuições da participação da Contag nas negociações como delegação oficial estava a possibilidade de acompanhar os acordos costurados e exigir que os negociadores cumprissem os pactos assumidos domesticamente. Ademais, criava uma oportunidade nova de intervenção, que eram as manifestações dentro dos espaços de negociação. De fato, protestos do lado de dentro eram uma novidade na OMC, já que as manifestações aconteciam mais regularmente nos espaços públicos localizados ao redor do local do encontro, como ocorrera em Seattle. Outro diferencial dessa participação na delegação era o compartilhamento das informações com os movimentos mobilizados do lado de fora, que permitia ações mais coordenadas e concertadas entre os representantes da sociedade civil, bem como mais acesso à mídia internacional para denunciar as pressões sofridas por representantes de países em desenvolvimento para que aceitassem determinados arranjos decisórios (LUIZ, 2018, p. 279).

Em Cancún, principalmente, esse novo tipo de engajamento entre representantes de governo, organizações não governamentais e sociedade civil chamou bastante atenção, como é o caso do relato descrito por Paul Blustein:

parecia uma cena de protesto dos anos 1960, lembram os participantes. Os negociadores dos países em desenvolvimento estavam acomodados sobre mesas e sentados no chão e em qualquer outro lugar que pudessem achar vazio. Eles tinham

acabado de ser descobertos pela mídia do mundo inteiro, espantada com sua representatividade e sentido de unidade. (2011, p. 220)

Nasce, a partir daí, o G-20 Agrícola, que não só aglutinava diferentes países em desenvolvimento sobre a pauta agrícola, como se alicerçava (especialmente no que diz respeito à liderança brasileira da coalizão) no equilíbrio entre as propostas de liberalização comercial agrícola e a agenda de segurança alimentar e desenvolvimento rural.

Um último destaque sobre a participação da Contag na OMC, é a representação clara do embate ao redor da ideia de “coexistência pacífica” entre agronegócio e agricultura familiar na disputa pela construção da posição brasileira em política externa. Ainda que no plano doméstico fosse mais ou menos possível manter a dupla estratégia de desenvolvimento rural – via assimetria de políticas, recursos e intervenções –, no plano das negociações comerciais internacionais, a concertação entre os dois modelos parecia impeditivo, sem contar que as polaridades eram bem mais definidas na OMC. Contag e MDA reforçavam os limites da “coexistência pacífica” no plano internacional, como é o caso da afirmação de representante do MDA transcrita a seguir:

Ao comparar a política doméstica, [é possível ver que] você conseguia – minimamente ir contemplando os dois [projetos de agricultura]: você dá 12 bilhões para a agricultura familiar e não sei quantos bilhões a mais para o agronegócio. O crédito para o agronegócio era maior, mas cada um ia fazendo sua política. Você ia meio que compondo “não me atrapalha, que eu não te atrapalho”. Na política internacional era diferente. Você precisava fechar uma posição. [...] Então, era “abrir ou não abrir”, e se você toma uma decisão ‘A’, você vai deixar um superfeliz, mas o outro não. Você tinha na área internacional interesses divergentes e os choques eram mais diretos. [Era ali] onde se encontravam mesmo as divergências do modelo de desenvolvimento agrícola”. (LUIZ, 2018, p. 274)

As transformações globais – seja com o crescimento econômico da China (e seus impactos na economia brasileira), seja com os desdobramentos que desembocaram na crise global financeira e de alimentos de 2008 – terminaram

por colocar o debate sobre liberalização do comércio agrícola em suspenso, além de demolir o delicado equilíbrio de condução da negociação brasileira entre agricultura familiar e agronegócio construído na OMC de 2003 até 2008. Ficou, contudo, registrada a vontade política da alta cúpula do governo de promover esse alinhamento como uma estratégia mais ampla de política externa, condição fundamental para que o Brasil liderasse as negociações em curso durante os anos 2000.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Ao contrário da OMC e dos acordos de comércio internacional, a FAO traz no seu próprio cerne constitutivo o debate sobre agricultura. Contudo, sua estratégia de atuação e desenho constitucional não partiam do pressuposto da desigualdade social e sim da “insuficiência produtiva como fator central da fome” (ANDRADE; GOMES JR., 2014). Sendo assim, o desenvolvimento rural – via crescimento da produtividade – era reconhecido como fator-chave para o combate à insegurança alimentar.

Inclusive, a primeira vez que a Organização apresentou oficialmente a definição de “segurança alimentar” foi na I Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em 1974, quando limitou o conceito à questão de produção, referindo-se “à disponibilidade, em todos os momentos, de abastecimento mundial adequado de alimentos básicos para sustentar uma expansão constante do consumo de alimentos e para compensar as flutuações na produção e nos preços” (ONU, 1974). A visão produtivista sobre a segurança alimentar, embora desconsidere o aspecto intrinsecamente social da fome, como retratado por Josué de Castro em *Geografia da Fome* (1984), é um elemento essencial para análise das características do funcionamento da FAO.

Um segundo ponto importante sobre a Organização é que, ao longo dos anos, a FAO foi perdendo sua predominância no debate global sobre agricultura e alimentação, com a pluralização da governança para outras agências, a exemplo do Fida, do PMA, do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (*Consultative Group on International Agricultural Research – Cgiar*), do antigo Conselho Mundial de Alimentação, da agenda agrícola no

Banco Mundial e na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além da abertura do tema dentro da própria OMC. A pluralização esvaziava seu papel político e sua capacidade decisória, além de condicionar parte do seu funcionamento ao elemento da *expertise* técnica.

Um terceiro e último elemento a se destacar são os impactos dos ajustes estruturais promovidos pelo modelo neoliberal na agricultura. Conforme descrito por Fouilleux (2009, p. 764), o modelo preconizava a retirada máxima do Estado do funcionamento dos mercados internos, a eliminação de tarifas e subsídios, a redução drástica do número de funcionários públicos e a privatização sistemática das unidades de produção. A FAO não passou incólume por estes ajustes, já que a Organização sofreu diversos cortes orçamentários e encolhimento da sua atuação pelo mundo. Ao longo dos anos 1980 e 1990, dentre os impactos dos ajustes, estavam o aumento da pobreza rural e o crescimento da inviabilidade do modelo de produção agrícola baseado na pequena escala.

Esse é o cenário no qual se instaurou a II Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996. A cúpula foi significativa por uma série de fatores: representou a inclusão da discussão de novos paradigmas alternativos ao neoliberalismo (direito humano à alimentação – *right to food*, soberania alimentar, agroecologia); permitiu a retomada da atuação da FAO como promotora de grandes diálogos internacionais; e, por fim, abriu nova fase de atuação dos movimentos sociais rurais, que passaram a se mobilizar transnacionalmente “em reação aos efeitos devastadores das políticas neoliberais sobre a produção agrícola e os meios de subsistência rurais” (MCKEON, 2011, p. 5).

A segunda cúpula permitiu a reunião de muitos setores da sociedade civil ao redor das agendas discutidas pela FAO. Até então, diversos movimentos sociais rurais e organizações sociais pouco haviam trabalhado em conjunto nos temas da Organização; muitos sequer tinham conhecimento uns sobre os outros. A Contag, que até dispunha de alguma interação com a OIT (como já citado em seção anterior), não tinha ainda uma relação robustamente estabelecida com outras agências da ONU, como a FAO.

Sempre importante destacar que o período era de muita mobilização interna dentro do Brasil. No caso da Contag, havia as mobilizações ao redor do Grito da

Terra Brasil (GTB) desde 1994 e toda a conjuntura histórica que deu condições para a aprovação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996. A percepção quanto à prioridade da agenda doméstica, em detrimento da internacional, também pautava outros grupos sociais brasileiros, como era o caso daqueles mobilizados ao redor do tema da segurança e soberania alimentar. Estes reconheciam a pauta internacional como ainda bastante marginal, diante de tantos desafios nacionais e da própria construção das bases do conceito de “Segurança Alimentar e Nutricional” domesticamente (LUIZ, 2018, p. 315). Apesar disto, vale o registro da cúpula de 1996 como o pontapé inicial do processo de internacionalização de diferentes movimentos sociais rurais ao redor da FAO.

Por exemplo, a FAO implementou a “Política e Estratégia de Cooperação com Organizações Não Governamentais e da Sociedade Civil”, em 1999, abrindo consultas regionais para compreender como aumentar a legitimidade e eficiência de seus processos decisórios, reconhecendo a importância da participação dos principais constituintes do campo rural, ambiental, florestal das diferentes regiões do mundo (FAO, 2013, p. 8). A Contag esteve envolvida nesse processo, assim como o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (criado em 1998).

Em seguida, foi criado o Comitê Internacional de Planejamento (CIP), em 2002, como forma de endereçar a maior dificuldade experienciada pelos movimentos sociais rurais de participar e incidir nos debates estabelecidos na FAO, especialmente se comparado com a capacidade de participação e incidência das grandes e solidamente estabelecidas ONGs do Norte Geopolítico. Com o CIP, os movimentos puderam se familiarizar com a agenda da FAO, além de melhor articular suas reivindicações pelo direito de participar como membros legítimos dos debates estabelecidos pela Organização.

Por fim, todo esse movimento culminou na criação do Mecanismo da Sociedade Civil do Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA) em 2009, espaço formal criado e responsável pelo diálogo dos atores da sociedade civil com a FAO. Essa criação faz parte de um processo ainda maior, de reforma do Comitê Mundial. A reforma tinha dentre seus principais objetivos: retomar a

centralidade política da FAO nos debates sobre segurança alimentar; fazer do Comitê Mundial um espaço de debate político; e, por último, promover mais inclusão e participação democrática nas discussões (BREM-WILSON, 2010, p. 75).

A prerrogativa do Mecanismo era a participação de representantes do campo, ainda que fosse permitida a presença de ONGs internacionais, desde que para apenas assessoramento e suporte. Via Mecanismo, a Contag – representando a Coprofam – passou também a se articular mais solidamente com outras redes internacionais, como a Rede de Organizações de Camponeses e Produtores da África Ocidental (Réseau des Organisations Paysannes et de Producteurs de l’Afrique de l’Ouest – Roppa) e a Associação de Produtores da Ásia para Desenvolvimento Rural Sustentável (Asian Farmers Association for Sustainable Rural Development – AFA).

Na FAO, é evidente a articulação e incidência transnacional da Contag na FAO por outros caminhos e independente das agendas da política externa brasileira. Contudo, a estratégia do Fome Zero era uma marca indissociável da política externa nos anos 2000, de modo que, seja alinhados como delegação, seja atuando de maneira independente, as pautas discutidas pela Contag na FAO também estavam alinhadas com as discutidas pelos representantes oficiais do estado brasileiro na Organização. Ademais, cabe destacar três pontos essenciais de relação entre a Contag e a política externa brasileira na FAO: a agenda de segurança alimentar; o engajamento e articulação via CGFome; e, por último, o movimento estratégico do MRE, da Presidência da República e do próprio já ex-Presidente Lula para eleger Graziano da Silva como diretor-geral da Organização em 2012.

No que se refere ao primeiro ponto, destaca-se o elemento subordinado da agenda da agricultura familiar às pautas de segurança alimentar na FAO. Neste contexto, parte do debate sobre agricultura familiar promovido pela política externa esteve a reboque do conceito de Fome Zero e de sua campanha internacional para “gerar uma mudança qualitativa do debate sobre a fome e sobre o papel do Brasil no tema [...], que passou a ser visto, de fato, como um país bem-sucedido na área agrícola e bem-sucedido na área do combate à fome e à pobreza” (LUIZ, 2018, p. 353). As referências e menções ao “círculo virtuoso” das boas práticas difundidas pelo Brasil, como o caso do PAA e Pnae, ajudavam

a reforçar que o combate à fome e à pobreza dependiam de características estruturais voltadas à pequena produção, no caso, a agricultura familiar. Nesse aspecto, a possibilidade de trazer a agenda da agricultura familiar para a FAO de Roma aumentava a chance da discussão global sobre o tema, proporcionando mais oportunidades a favor do setor, como foi o caso da construção do movimento em prol do Ano Internacional da Agricultura Familiar (ocorrido em 2014), seguido pela Década Internacional da Agricultura Familiar (2019-2028).

Quanto à articulação com agentes estatais engajados na política externa, e – ao contrário do observado nos debates na OMC – não era o MDA o ministério mais ativo no trabalho em conjunto com a Contag na FAO. Ali, o maior diálogo ocorria com a CGFome do Itamaraty e, em alguma medida, com a Rebrasfao (Representação Brasileira para FAO, Fida e PMA baseada em Roma), criada a partir de 2008, comprovando a prioridade dada para essa arena multilateral pela política externa brasileira. Apesar da aproximação e de ser um importante espaço doméstico no Brasil para a articulação ao redor da agenda da política externa desenvolvida na FAO, esse engajamento CGFome-Contag parecia encontrar mais dificuldades em razão da maior aproximação ideológica da coordenação-geral com a Via Campesina (LUIZ, 2018, p. 352).

Por fim, no que concerne aos movimentos pela eleição de José Graziano da Silva para a FAO Global em 2012, destaca-se o processo histórico de circulação das estratégias do Fome Zero e, conseqüentemente, do pacote brasileiro de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar desde 2006, quando Graziano foi empossado diretor regional da FAO de Santiago, catalisando “a experiência brasileira em projetos Sul-Sul direcionados à luta contra a pobreza e fome na região” (GRAZIANO DA SILVA, 2017, p. 310). A partir dali se construiu uma agenda de trabalho conjunta da Contag e Coprofam com a FAO Regional, seja ela embasada em práticas produtivas mais diretamente, seja também estruturada a partir da associação entre agricultura familiar e segurança alimentar.

A mobilização pela candidatura de Graziano para a FAO Global começou sem a recomendação do Itamaraty, que na ocasião preferia utilizar seu capital

político na eleição para a OMC. Contudo, a Presidência da República tomou a decisão de lançar sua candidatura, que logo em seguida contou não só com a ativação da máquina diplomática do MRE, mas de outros ministérios e da própria sociedade civil e dos movimentos sociais, incluindo aí a Contag, como mostra o depoimento apresentado por Luiz (2018, p. 349) de representante da Confederação:

A conquista de um organismo como a FAO não chega do nada: foi uma disputa do caceta. [...] A gente fazia encontro, falava dos nossos programas, o Consea, a ABC [...] A gente saía para fazer campanha corpo a corpo, e eu conversava com as pessoas, disparava emails para sociedade civil etc.

Todas as profundas transformações políticas ocorridas no Brasil desde 2016 impactaram diretamente a agenda da política externa brasileira na FAO e também a agenda da agricultura familiar dentro do país. A despeito dessas mudanças, a Contag seguiu e ainda segue ativa em seus diálogos transnacionais, seja via Coprofram e as articulações com o Mecanismo da Sociedade Civil, seja ao redor dos debates da Década da Agricultura Familiar (2019-2028). Em ambos os casos, a participação e engajamento internacional seguem representando intenção de “dar visibilidade [para agricultura familiar], criar estratégias de articulação com atores-chave, criar institucionalidade [...] e incidir nesses espaços de maneira qualificada” (CONTAG, S/d).

Convergências e divergências da participação da Contag na política externa brasileira

Entre os principais pressupostos do arcabouço das narrativas políticas estão: a construção social da realidade, a relativa estabilidade dessas construções sociais no tempo, a composição de narrativas a partir de componentes específicos e identificáveis, a operação dessas narrativas em três níveis de interação (micro, meso e macro) e, por fim, o papel das narrativas para cognição e na comunicação humana. A agricultura familiar tem sido o grande elemento definidor da narrativa social da realidade por parte da Contag nos últimos anos. A relativa estabilidade, a caracterização dessa agricultura por componentes específicos (inclusive normativos) e sua difusão em diferentes contextos e níveis

de interação marcam a estruturação argumentativa da Organização nas últimas décadas. Portanto, seja na OMC, seja na FAO, a narrativa mobilizada pela Contag estava pautada no papel e na relevância da agricultura familiar para o país.

Tendo em vista que cada narrativa guarda uma estratégia distinta a depender do nível de análise e do contexto na qual está inserida, cabe destacar as principais convergências e divergências em que a Contag (*homo narrans*) construiu suas estratégias argumentativas e narrativas nas diferentes instâncias (*agora narrans*), seja baseado na dinâmica entre os grupos da mesma coalizão/fórum que participou, seja na disputa com os demais fóruns/coalizões em disputa.

Observando as convergências, em ambos os casos – OMC e FAO –, a produção desta agricultura para fortalecimento e garantia da segurança alimentar perpassava o discurso tanto da Contag quanto da própria posição da política externa brasileira (ao menos no período sob análise). A lógica da incidência política da Contag nestes espaços se coadunava com a lógica da incidência de outros agentes governamentais envolvidos no processo – com destaque para o MDA – e estava pautada na participação e engajamento internacional como reforço para expansão ou – minimamente – para manutenção das políticas públicas domésticas. A difusão da agenda da agricultura familiar e do pacote de políticas públicas que interligavam agricultura familiar e segurança alimentar ajudava a manter a existência da narrativa de duas agriculturas no plano doméstico, e, portanto, de políticas voltadas para esse setor, já que o embate doméstico sempre colocava em xeque a lógica de duas agriculturas (LUIZ; MILANI, 2022; LUIZ; ECIJA, 2022).

Outra convergência estava na vontade política do país, na ocasião, de se colocar no tabuleiro internacional como um ator capaz e legítimo de propor um novo modelo de desenvolvimento para o mundo, com destaque para o Sul Geopolítico (LUIZ, 2022b, p. 230). As bases para a atuação do Brasil como um *global player* dependiam da exportação dos denominados “modelos de sucesso” promovidos pelo país. Na ocasião, era a “coexistência” entre duas agriculturas que se dizia permitir o avanço tanto social quanto econômico em matéria de

desenvolvimento rural. Ainda que com muitas dificuldades e com capacidades extremamente assimétricas entre os representantes do agronegócio e da agricultura familiar, havia maior abertura para a incidência política da Contag dada a nova orientação da política externa, que – por sua vez – se colocava nas discussões internacionais a partir desse papel de promotor de um novo modelo de desenvolvimento. Esses foram os argumentos, por exemplo, da narrativa diplomática tanto no contexto do G-20 Agrícola da OMC quanto da reforma do CSA da FAO.

Uma última convergência sobre a incidência política da Contag tanto na OMC como na FAO era a questão das barreiras técnicas e linguísticas para engajamento nas discussões internacionais desenvolvidas nessas arenas. No quesito linguístico, a dificuldade era compartilhada por outras lideranças e militantes de outros movimentos sociais, sobretudo quando passaram a dialogar com outras esferas internacionais para além da região, onde o espanhol permitia alguma interação, pela semelhança com o português. Um dos relatos disponíveis em Teixeira (2018, p. 182), coletados durante entrevistas com representantes da Contag, dialogou com essa questão: “um senhor desafio de vida aí, ter que aprender outra língua [...] pelo menos [com] meu portunhol me viro pelo resto do mundo... [mas] não consegui vencer a minha barreira de aprender inglês”.

Na mesma lógica, também havia uma barreira técnica, dados os novos léxicos e outras práticas de intervenção promovidas por esses organismos, principalmente quanto às negociações promovidas na OMC, que tinham toda uma complexidade pouco acessada pela delegação brasileira, com exceção daqueles diretamente envolvidos com os textos dos acordos. No caso da FAO, a relação com a Organização também exigia tempo de aprendizado sobre os processos de interação, como era a contribuição em consultas, a participação em conferências e os diálogos a partir do Mecanismo da Sociedade Civil.

Já no que tange às divergências entre as estratégias de incidência política da Contag na OMC e da FAO, a primeira refere-se aos principais parceiros governamentais mobilizados para articulação. Na OMC, a parceria com o MDA era reconhecida como fundamental e ambos participavam de maneira articulada em diferentes ocasiões de negociação sobre a posição brasileira,

como foi o caso das reuniões do GTI e dos seminários promovidos. Essa aproximação nas negociações entre Contag e MDA já não ocorria na FAO, tendo em vista que o ator governamental mais atuante naquele espaço era o Itamaraty, via CGFome.

Uma segunda divergência dizia respeito à atuação dentro e fora da delegação. No caso da OMC, ficou mais evidente a participação da Contag como representante da delegação brasileira nas reuniões ocorridas para a rodada de Doha. Já na FAO, ficava mais aparente uma atuação transnacional mais independente da Contag, especialmente a partir da criação do Mecanismo da Social Civil, que garantia a contribuição da Confederação como representante da Coprofam sem depender da articulação com a delegação do país.

Uma terceira divergência estava na construção de engajamento entre OMC e FAO. A lógica de existência da OMC está apoiada na liberalização do comércio internacional agrícola e, sendo assim, a discussão sobre agricultura familiar esteve mais pautada em seu aspecto produtivo, com menor destaque para outros cenários da multifuncionalidade da agricultura familiar. Havia, nesse espaço, mais preocupação em garantir a manutenção de políticas públicas voltadas para agricultura familiar, inclusive subsídios e recursos destinados para esse grupo, que – sob a ótica da liberalização – são interpretados como práticas protecionistas. Na FAO, que desempenha um relevante papel de construção e estruturação do debate sobre agricultura no mundo, havia mais oportunidade de discutir os diferentes aspectos da agricultura familiar, além de pautar o próprio conceito, que não era internalizado pela Organização (comumente mobilizada do conceito de pequenos produtores, *small-scale farmers*).

Por fim, há uma miríade de convergências e divergências relativa à participação e ao diálogo, seja com representantes do agronegócio, seja com outros movimentos sociais rurais, com destaque aqui para o MST. No caso da OMC, ficava nítida a maior participação – e embate – com representantes do agronegócio, uma vez que se tratava de um espaço prioritário para a agenda do Mapa e outros representantes não governamentais do setor. A necessidade de concertação e diálogo era mais constante com esses grupos na OMC, se

comparada com a FAO, espaço no qual o agronegócio era atuante apenas em áreas específicas.

O MST não reconhecia a OMC como espaço legítimo de discussão sobre agricultura, portanto, incidia no debate sobre abertura comercial de maneira crítica, atuando de forma contestatória do lado de fora. Como discutido por Luiz (2018, p.184), a cadeia produtiva da agricultura familiar filiada à Contag sofria mais diretamente os impactos da liberalização comercial, como foi o caso do Mercosul, por estarem os agricultores sindicalizados da Contag mais diretamente ligados às cadeias agroindustriais e, por conseguinte, mais impactados pelas transformações do mercado agroindustrial. A lógica de intervenção da Contag a partir de uma relação institucional permitiu que, na OMC, houvesse uma troca entre as atividades do lado de dentro dos espaços de negociação e os espaços de fora de manifestação política.

Já na FAO, tanto a relação com setores do agronegócio quanto com outros movimentos sociais rurais era distinta. No caso do agronegócio, a incidência na FAO era restrita – até o início dos anos 2000 – a algumas áreas da Organização, como o Codex Alimentarius e a Comissão de Medidas Fitossanitárias, reconhecidos pela própria OMC como *norm setting bodies*, isto é, as definições ali estabelecidas eram aceitas como regras dentro da OMC. No caso dos demais movimentos sociais, o engajamento e articulação era muito mais ativo, seja com grupos mais diretamente atrelados aos debates sobre segurança alimentar, seja com aqueles mais diretamente ligados aos debates sobre agricultura familiar, indígena, quilombola, extrativista e campesina.

A partir das convergências e divergências da atuação da Contag nesses organismos e observados todos os elementos descritos anteriormente, é possível fazer algumas considerações e distinções sobre os: i) contextos/cenários (*setting*); ii) personagens; iii) enredos/tramas; e, por fim, iv) sobre as diferentes histórias de moral construídas na definição das narrativas políticas da Confederação em meio à agenda da política externa discutida na OMC e na FAO.

Para a OMC, no que diz respeito ao contexto/cenário, cabe reforçar o elemento da novidade de participação nas discussões dentro dessa arena, espaço fechado para diferentes atores não governamentais, sobretudo

movimentos sociais. O ambiente de discussão também era operacionalizado sobretudo de maneira *top-down*, com mobilização de jargão técnico que dificultava o acesso ao conteúdo e para a construção de argumentos que dialogassem com a tecnicidade da negociação. O papel de personagens apoiadores dessa participação foi bastante relevante – com destaque ao engajamento dos gestores públicos do MDA, mas também de ativistas envolvidos em outras agendas internacionais, como o caso da Rebrip, Oxfam, entre outros.

É interessante observar que na construção do enredo/trama, fica mais evidente o discurso da complementaridade entre agricultura familiar e agricultura patronal, sobretudo por representar um ponto de aderência ao projeto político em desenvolvimento pelo Itamaraty no desenho da sua política externa ativa e altiva, facilitando a composição de uma coalizão dominante nas negociações em curso. A complementaridade não está aqui disposta como concordância, mas sim no desenho da argumentação de que era preciso estabelecer coerência com as políticas domésticas existentes – baseadas no modelo dual. Portanto, a ampla liberação comercial era incompatível com o modelo praticado internamente e também com o projeto político geopolítico em curso.

A incompatibilidade do argumento se destacou em 2008, quando as divergências sobre a questão agrícola inviabilizaram a alegação da “coexistência pacífica” no plano internacional. Ainda que não possa ser reconhecida como uma vitória, a interrupção das negociações ajudava a frear o processo de liberalização comercial agrícola via acordo multilateral. Em 2013, o brasileiro diplomata Roberto Azevêdo assumiu a Direção-Geral da OMC em meio à paralisia ocasionada pelas divergências agrícolas. Estrategicamente, o novo diretor reconheceu a necessidade de construir acordos mais modestos e passou a articular as negociações em temas pontuais.

Um deles foi o acordo de Nairobi estipulando o fim dos subsídios para exportação agrícola. Para esse novo ciclo, analisa Mineiro que, “o Brasil pouco a pouco abandon[ou] uma posição que visava equilibrar os interesses da grande agricultura de exportação e a agricultura familiar e camponesa e [foi]

explicitando o retorno a uma agenda restrita aos interesses ofensivos do agronegócio” (MINEIRO, 2017, p. 18). A mudança de comportamento reflete um novo período da política externa brasileira, com novos paradigmas de atuação, pouca aberta à participação social e com rebaixamento do MDA para uma secretaria especial, perdendo *status* de ministério.

Voltando-se para a análise da construção de narrativas pela Contag a partir da interação no contexto/cenário da FAO, as características são muito distintas do descrito anteriormente. A Contag construiu, paulatinamente, uma agenda política de maneira independente, seja com a Organização, seja com os demais grupos e movimentos sociais engajados nesta arena. Esse processo – mais *bottom-up* – facilitou o desenho e redesenho de estratégias, a construção de parcerias e articulações internacionais, assim como o processo de aprendizagem social, sobre as melhores formas de participação e incidência no espaço em questão. A variação em comparação à OMC também ocorre no plano dos personagens, já que as articulações com outros movimentos sociais rurais, inclusive o MST e MPA pela Via Campesina, contribuía para a construção de narrativas políticas em prol da agricultura familiar, com destaque ao papel da segurança e soberania alimentar.

A participação a partir da Coprofam também influenciava a maneira pela qual as narrativas eram construídas, já que representavam uma composição de valores, crenças e ideias do grupo latino-americano. Certamente, a ausência de uma atuação expressiva do setor do agronegócio patronal nessa arena na primeira década dos anos 2000 transformava a maneira pela qual os fóruns e coalizões eram forjados, permitindo a construção de discursos e enredos não embasados na lógica da “coexistência pacífica” e sim da complementaridade entre agricultura familiar e a agenda da Segurança Alimentar e Nutricional.

Da mesma forma que na OMC, a associação entre agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional também dispunha de aderência ao projeto político do Itamaraty e da Presidência. A relação de Graziano da Silva, eleito em 2012 para a FAO, com a agenda da agricultura familiar é extensa e cercada por sobreposições entre grupos e atores políticos mobilizadores desse tema no Brasil e no mundo. Destaca-se nos anos subsequentes a realização do Ano Internacional da Agricultura Familiar em 2014 e a aprovação da Década da

Agricultura Familiar. A conformação do conceito na Organização é uma estratégia narrativa importante de resiliência das suas próprias práticas, uma vez reconhecidas, praticadas e promovidas por organizações internacionais.

Considerações finais

Este artigo pretendeu ampliar o debate sobre a atuação da Contag na política externa brasileira, ao longo da primeira década dos anos 2000. A relevância do debate se deve à pouca observação desta política em específico – a política externa –, além da novidade de atuação da Contag nessa agenda, observada apenas a partir do período destacado.

Na Seção 1, foi sucintamente apresentada a abordagem das narrativas políticas, com intuito de situar a análise da política externa a partir de determinado personagem – a Contag – e sua participação em duas distintas arenas internacionais: OMC e FAO. A Seção 2 confirmou que a ausência da Contag nas discussões sobre a agenda da política externa não significava inexistência de atuação internacional da Organização nos anos anteriores. De fato, a Confederação se articulou de diferentes maneiras, regional e internacionalmente, desde sua criação, mas aprofundou sua atuação transnacional a partir dos anos 1990 em meio ao processo de integração regional, processo que se confunde com a própria construção da categoria política da agricultura familiar no Brasil.

Foi nos anos 2000 que se observou a atuação da Contag em política externa. A abertura política do governo brasileiro para participação social alcançou também essa agenda externa e, como descrito nas Seções 3 e 4, abriu oportunidades de incidência política da Contag em dois importantes organismos internacionais muito ativos nessa primeira década dos anos 2000: a OMC e a FAO. As convergências e divergências desse engajamento conforme os diferentes agentes e agendas envolvidos foram contempladas na Seção 5.

A participação da Contag na política externa brasileira, bem como na política institucional brasileira no geral, passou por grandes reveses após o golpe parlamentar de 2016 (SANTOS, 2017), com o rebaixamento do MDA para Secretaria Especial para Agricultura Familiar de Desenvolvimento Agrário

(Sead), seguido de incorporação pelo Mapa em 2019, tornando-se Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

O desmantelamento das políticas domésticas e dos espaços institucionais engajados no tema da agricultura familiar afetou uma parte importante da construção narrativa que dava abertura política para a incidência da Contag em política externa: a lógica de coexistência institucional entre os dois modelos de desenvolvimento (LUIZ, MILANI, 2022). Com a internalização da agenda da agricultura familiar no Mapa, restou o discurso de uma única agricultura, incompatível com a lógica até então desenvolvida pela narrativa da política externa de exportação de dois modelos de desenvolvimento (LUIZ, MILANI, 2022; LIMA; WAISBICH; SERAFIM, 2022).

Na Seção 1, foram apresentados três ciclos de participação transnacional da Contag, um quarto ciclo, não explorado neste artigo, certamente diz respeito ao esforço de atuação da Confederação em um contexto político nacional adverso. Sendo assim, de 2016 até 2022, a Contag seguiu atuando regionalmente e globalmente, por meio de campanhas transnacionais e em prol da difusão da agenda da agricultura familiar, ainda que “fora do radar” da nova institucionalização posta em curso no período (WAISBICH; LUIZ; FARIA, 2022).

A retomada do PT ao governo federal em 2023, a reestruturação das políticas da agricultura familiar e o retorno da dualidade burocrática (com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar) podem marcar um quinto ciclo de atuação internacional da Contag, bem como um novo modelo de intervenções na política externa brasileira, especialmente em razão da complexificação das discussões sobre a agricultura familiar com outros temas, como proteção ambiental e mudança climática. Para a pesquisadora e o pesquisador, ficam a incumbência de seguir monitorando as agendas e desenvolver novas análises sobre esse tipo de articulação.

Referências

ANDRADE, Erica; GOMES JR., Newton. Produção de alimentos e acumulação capitalista no Brasil: da insuficiência à inadequação do consumo alimentar. *Revista ABRA*, ano 35, v. 1, n. 1, p. 53-66, 2014.

- APEX-BRASIL – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. *As exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas*. Série Análise Apex-Brasil: Conjuntura e estratégia. Brasília: APEX, 2011.
- BAUMGARTNER, Frank. R.; JONES, Bryan. *Agendas and instability in American politics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BLUSTEIN, Paul. *Desventuras das nações mais favorecidas*. Brasília: Funag, 2011.
- BREM-WILSON, Josh. *The reformed committee on World Food Security: a briefing paper for civil society*. Bilbao: IPC for Food Sovereignty, 2010.
- CAMPOS, Arnaldo de; OLIVEIRA, Marcos Antonio de; BIANCHINI, Valter. Integração nas Américas uma abordagem a partir do rural. In: ACTIONAID Brasil. *Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Actionaid Brasil, 2001. p. 47-82.
- CARVALHO, Maria Izabel. Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da posição brasileira para Seattle. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 363-40, 2003
- CARVALHO, Priscila Delgado de. Controvérsias e a produção do transnacional: os casos da Contag e do MPA. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, 2021. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=1195>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Introdução à Década da Agricultura Familiar 2019-2028*. Brasília: Contag, 2019. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/introducao-a-decada-da-agricultura-familiar-2019-2028>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Anuário Estatístico da Agricultura Familiar - 2023, Ano 2*. Brasília: Contag, 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/contag-lanca-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-2023-20230725>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- COSTA, Hermes. O sindicalismo, a política internacional e a CUT. *Lua Nova*, São Paulo, n. 64, p. 129–152, 2005.
- DELGADO, Guilherme. *Do 'Capital Financeiro na Agricultura' à Economia do Agronegócio: mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- ESTÉVEZ, Alejandro A.; PÁEZ ARENAS, Alejandra. El Enfoque Narrativo de Políticas Públicas. *Cuadernos del INAP*, Buenos Aires, v. 1, n. 37, 2020.
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. *FAO strategy for partnership with civil society organizations*. FAO: Roma, 2013.
- FARIA, Carlos Aurélio. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-22, 2003.

- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 311-355, 2012.
- FARIAS, Rogério. *O Brasil e o GATT (1973-1993): unidades decisórias e política*. 2007. 269 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1552>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- FIGUEIRA, Ricardo. Condenados à escravidão. In: VV.AA. (Org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia; São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p. 165-208.
- FONSECA JR., Gelson. Alguns aspectos da política externa brasileira contemporânea. In: FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 353-374.
- FOUILLEUX, Eve. Entre production et institutionnalisation des idées: la réforme de la Politique Agricole Commune. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 50, n. 2, 2000.
- FOUILLEUX, Eve. À propos de crises mondiales... Quel rôle de la FAO dans les débats internationaux sur les politiques agricoles et alimentaires?. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 59, n. 4, p. 757-782, 2009.
- FREITAS, Alair; FREITAS, Alan; MINÁ DIAS, Marcelo. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012.
- GONZALEZ, Leticia. *Del predio a la región: la participación de las organizaciones de la agricultura familiar en la REAF*. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 9, n. 5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/13516>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O Brasil e a FAO – parceira por um mundo sem fome. In: ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo. *30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional brasileira*. Brasília: Funag, 2017. p. 305-330.
- GRISA, Cátia. As ideias na produção de políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio. *Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- GRISA, Cátia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. 2012. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GRISA, Cátia *et al.* Agricultura familiar no Mercosul: transformações nas arenas e políticas públicas. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 9, n. 5, 2020.

- GRISA, Catia; NIEDERLE, Paulo. Difusão, convergência e tradução nas políticas de compras públicas da agricultura familiar no âmbito da REAF Mercosul. *Mundos Plurales*, [s. l.], v. 5, n. 2, 2018.
- GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, p. 125-146, 2014.
- HALL, Peter (Org.). *The political power of economic ideas*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Brazilian cooperation for international development: 2011-2013*. Brasília: Ipea/ABC, 2017.
- JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. *L'Etat en action: politiques publiques et corporatismes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- KINDGON, John. W. *Agendas, alternatives and public policies*. Boston: Little, Brown and Company, 1984.
- LIMA, Maria Regina S. de. Instituições democráticas e política exterior. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 265-303, 2000.
- LIMA, Thiago; WAISBICH, Laura. T.; SERAFIM, Lizandra. “One single agriculture”: dismantling policies and silencing peasant family farmers in Brazilian foreign policy (2016-2022). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 65, n. 2, p. e018, 2022.
- LUIZ, Juliana R. As “linhas vermelhas” para o desenvolvimento rural: a internacionalização da agenda da agricultura familiar e seus impactos na governança global. 2018. 408 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17556>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- LUIZ, Juliana R. O papel das ideias na construção da política externa brasileira: a contribuição das abordagens cognitivas. In: LUIZ, Juliana R. et al. (Orgs). *Política externa, agricultura e modelos de desenvolvimento: conceitos, teorias e estudos de caso*. Curitiba: Appris, 2022a. p.79-103.
- LUIZ, Juliana R. Fóruns e Arenas da política externa brasileira para agricultura na Organização Mundial do Comércio (OMC). In: LUIZ, Juliana R. et al. (Orgs). *Política externa, agricultura e modelos de desenvolvimento: conceitos, teorias e estudos de caso*. Curitiba: Appris, 2022b, p. 211-241.
- LUIZ, Juliana R.; CARVALHO, Priscila Delgado de; TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Cross-Movement in Latin America: lessons from the Mercosur Confederation of Family Farming Organisations (Coprofam). *Moving the Social*, Bochum, v. 63, p. 41-63, 2020.
- LUIZ, Juliana R.; ECIJA, Maria Berta. The diffusion of Brazilian public policies within international venues: the cases of health and rural development. In: PORTO DE

- OLIVEIRA, Osmany; ROMANO, Giulia C. (Eds.). *Brazil and China in knowledge and policy transfer: agents, objects, time, structures and power*. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 305-334.
- LUIZ, Juliana R.; MILANI, Carlos. Brazilian foreign policy and family farming: internationalisation processes through the analysis of 'Forums and Arenas'. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. e20200101, 2022.
- MALUF, Renato; SANTARELLI, Mariana; PRADO, Veruska. *A cooperação brasileira em segurança alimentar e nutricional: determinantes e desafios presentes na construção da agenda internacional*. Rio de Janeiro: Ceresan, 2014.
- MCBETH, Mark K.; JONES, Michael D.; SHANAHAN, Elizabeth A. The narrative policy framework. *Theories of the policy process*, v. 3, p. 225-266, 2014.
- MCKEON, Nora. *Global governance for World Food Security: a scorecard four years after the eruption of the "Food Crisis"*. Berlim: Heinrich-Böll-Stiftung, 2011.
- MCKEON, Nora. *The United Nations and civil society: legitimating global governance whose voice?* New York; Londres: Zed Books, 2009.
- MELLO E SILVA, Alexandra de. Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 41, p. 139-158, 1998.
- MESQUITA, Paulo. *A Organização Mundial do Comércio*. Brasília: Funag, 2013.
- MIELITZ NETO, Carlos. *Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil*. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/ UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- MILANI, Carlos. Política externa é política pública? *Insight Inteligência*, [s. l.], p. 57-75, 2015.
- MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como Política Pública. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.
- MILHORANCE, Carolina; GABAS, Jean-Jacques. Reframing development from the South? A debate on the Internationalisation of Brazil's rural policies. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF PUBLIC POLICY, Milão, 2015. *Anais...* Milão: Catholic University of Sacro Cuore, 2015. p. 1-20.
- MINEIRO, Adhemar. As negociações recentes em Agricultura na OMC. In: INSTITUTO EQUIT (Org.). *A organização mundial do comércio e suas novas estratégias*. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2017. p. 13-18
- NIERDELE, Paulo André. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre Governos e Movimentos Sociais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 569-603, 2016. Disponível em:

- <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/668>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- OMC – Organização Mundial do Comércio. *Declaração Ministerial adotada em 14 de novembro de 2001*. Genebra, 2001. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm. Acesso em: 28 maio 2022.
- ONU – Organização das Nações Unidas. *Report of the World Food Conference*, Rome 5-16 November 1974. New York: ONU, 1975. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/701143>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- PICOLOTTO, Everton. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, n. 1, p. 63-84, 2014.
- PICOLOTTO, Everton; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: DELGADO, Guilherme; BERGAMASCO, Sonia Maria (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: MDA, 2017. p. 342-366.
- PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante1. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 69, p. 73-93, 2004.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis E.; LANDOLT, Patricia. The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field. *Ethnic and Racial Studies*, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 217-237, 1999.
- RADAELLI, Claudio. Logiques de pouvoir et récits dans les politiques publiques de l'Union européenne. *Revue française de science politique*, Paris, v. 50, n. 2, p. 255-275, 2000.
- RAMANZINI JR., Haroldo. *Processo decisório de política externa e coalizões internacionais: as posições do Brasil na OMC*. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- RODRIGUES NETO, Damasio Duval; BARCELOS, Márcio. Histórias na agenda: uma aplicação do “Narrative Policy Framework”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, p. 1632-1653, 2020.
- ROMANO, Jorge O. Atores e processos sociais agrários no Mercosul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1996. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/87>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- RONDÓ, Milton; LOPES, Marcos. *Política externa e democracia: a construção de novos paradigmas em segurança alimentar e nutricional*. *Friedrich Ebert Stiftung Brasil*, n. 18, p. 1-20, 2016.
- RUBBO, Deni Irineu Alfaro. *Campesinos cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina*. 2013. 232 f. Dissertação

- (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10052013-121248/pt-br.php>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- SABATIER, Paul. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. *Policy Sciences*, [s. l.], n. 21, p. 129-168, 1988.
- SABATIER, Paul; JENKINS-SMITH, Hank. The advocacy coalition framework: an assessment. *Theories of the Policy Process*, [s. l.], v. 118, p. 188, 1999.
- SABATIER, Paul.; WEIBLE, C. The advocacy coalition framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, Paul (Ed.). *Theories of the policy process*. Colorado: Westview Press, 2007, p. 189-220
- SABOURIN, Eric *et al.* Análisis transversal de las políticas sobre agricultura familiar en América Latina. In: SABOURIN, Eric; SAMPER, Mario; SOTOMAYOR, Octavio. *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas*. San José: IICA, 2015, p. 2-39.
- SAKAMOTO, Leonardo (Coord.). *Trabalho escravo no Brasil do século XXI*. Brasília: OIT, 2007.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.
- SHANAHAN, Elizabeth *et al.* An angel on the wind: how heroic policy narratives shape policy realities. *Policy Studies Journal*, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 453-483, 2013.
- SHANKLAND, Alex; GONÇALVES, Euclides; FAVARETO, Arilson. *Social movements, agrarian change and the contestation of ProSAVANA in Mozambique and Brazil*. 2016.
- SNYDER, Richard; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton (Orgs.). *Foreign policy decision making: an approach to the study of international politics*. New York: Free Press, 1962.
- SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. *Man-milieu relationship hypotheses in the context of international politics*. Washington: Center of International Studies; Princeton: Princeton University, 1956.
- SVAMPA, Maristela. Commodities consensus: neoextractivism and enclosure of the commons. *Latin America South Atlantic Quarterly*, Duke; v. 114, p. 65-82, 2015.
- TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. *Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag*. 2018. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:
<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/15447>. Acesso em: 8 jan. 2023.

- VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. *NERA*, Presidente Prudente, n. 20, v. 15, 2012.
- VON BÜLOW, Marisa; CARVALHO, Priscila Delgado de. O caso das organizações da agricultura familiar no Mercosul. In: GOHN, Maria; BRINGEL, Breno (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 183-197.
- WAISBICH, Laura; LUIZ, Juliana; FARIA, Carlos Alberto P. de. The rise and fall of Brazil as a “Policy Exporter”: from Lula Da Silva to Jair Bolsonaro. In: PORTO DE OLIVEIRA, Osmany; ROMANO, Giulia C. (Eds.). *Brazil and China in knowledge and policy transfer: agents, objects, time, structures and power*. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 75-106
- ZIMMERMANN, Silvia *et al.* El público de la agricultura familiar y la REAF Mercosur como experiencia colectiva. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 9, n. 5, p. 934-962, 2020.

Como citar

LUIZ, Juliana R. O sindicalismo rural brasileiro na política externa: narrativas e oportunidades de incidência política desenvolvidas pela Contag. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331209, 27 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_09.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática


Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag

A luta das mulheres trabalhadoras rurais da Contag: a Marcha das Margaridas em diálogo com o(s) feminismo(s)

The struggle of CONTAG's rural women workers: the March of Daisies in dialog with feminism(s)

 Sarah Moreira¹

 Suzi Huff Theodoro²

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_10

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a luta e a contribuição das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil a partir das ações das mulheres na e da Contag, com foco na Marcha das Margaridas e no seu diálogo com o(s) feminismo(s). O foco é conhecer a história da organização das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil e entender como esta fortaleceu o sindicalismo da Contag e a luta feminista. Como a Marcha das Margaridas foi um marco da mobilização das mulheres do movimento sindical da Contag, em parceria com diversas organizações de mulheres e feministas do Brasil, sua compreensão é central para entender a Contag em seus 60 anos de história. Para isso, foi feita uma pesquisa qualitativa, com análise documental e de entrevistas semiestruturais, realizadas com lideranças da Contag, da Marcha das Margaridas, das

¹ Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: sarahluiza1982@gmail.com.

² Professora Voluntária da Universidade de Brasília (UnB), lotada no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER). Pós-doutorado pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: suzihuff@hotmail.com.

entidades parceiras e com representantes do governo que estiveram em algum momento em diálogo com essas lutas e demandas. Como resultado, percebe-se que a crescente organização das mulheres do campo, das águas e das florestas trouxe mais visibilidade e reconhecimento político para o sindicalismo da Contag, para dentro e para fora do movimento, tendo como expressão a força política da Marcha das Margaridas que se tornou referência nacional e internacional de mobilização das mulheres rurais e a maior ação em massa realizada pela Contag. Também foi possível identificar como as mulheres da Contag se fortaleceram com o(s) feminismo(s) e como o(s) feminismo(s) se fortaleceram com a luta das mulheres do sindicalismo rural.

Palavras-chave: Contag; Marcha das Margaridas; feminismo(s); mulheres rurais.

Abstract: This article analyzes the struggle and contribution of rural women workers in Brazil based on the actions of women in CONTAG, with a focus on the March of the Daisies and its dialog with feminism(s). We focus on the history of the organization of rural women workers in Brazil and understanding how this strengthened CONTAG's unionism and the feminist struggle. Because the March of the Daisies was a milestone for the mobilization of women in CONTAG's union movement, in partnership with various women's and feminist organizations in Brazil, understanding it is central to understanding CONTAG during its 60-year history. To do so, we conducted a qualitative study, analyzing documents and semi-structured interviews with leaders of CONTAG, the March of the Daisies, and partner organizations, as well as government representatives who dialogued with these struggles and demands at various points. This reveals how the growing organization of women in rural, water, and forest settings brought greater visibility and political recognition to CONTAG's trade unionism, both inside and outside the movement, with the political strength of the March of the Daisies becoming a national and international reference for the mobilization of rural women and CONTAG's largest mass action. It was also possible to identify how the women in CONTAG were strengthened by feminism(s) and how these feminisms were strengthened by the struggle of women in rural trade unions.

Keywords: CONTAG; March of the Daisies; feminism(s); rural women.

Introdução

Neste artigo analisamos como se deu o processo de organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais no sindicalismo rural da Contag, percebendo em que contexto ele ocorreu, que contribuições trouxe para o movimento sindical, em especial a partir da mobilização da Macha das Margaridas, mas também para as lutas sociais, principalmente das mulheres e feministas. Consideramos que conhecer os desafios, estratégias e conquistas das mulheres nos 60 anos da história da Contag é um dos âmbitos fundamentais para perceber um dos motivos que fez com que esta entidade se tornasse a referência que é hoje, digna de ser estudada pelas Ciências Sociais. Ao mesmo tempo é uma forma de romper com o risco da história única, como nos diz Chimamanda Ngozi Adichie (2019), e visibilizar um lado da história, o das mulheres, sujeitos por tanto tempo excluídos e invisibilizados nos espaços públicos de participação política, como mostram inúmeros estudos feministas e de gênero (BEAUVOIR, 1960; PATEMAN, 1993; PERROT, 1988, 2005; PINTO, 2010; BIROLI, 2013, 2018; DAVIS, 2017; HIRATA; KERGOAT, 2007).

Com o intuito de responder aos objetivos propostos para o artigo, fizemos uma pesquisa qualitativa, com levantamento bibliográfico, análise documental, e recuperamos depoimentos de entrevistas semiestruturais (em um total de 16 entrevistas), realizadas para um estudo anterior,³ com mulheres lideranças da Contag, com foco nas secretárias de Mulheres da Contag e coordenadoras das Marcha das Margaridas, e das entidades parceiras (lideranças da Marcha Mundial das Mulheres, do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste), assim como em representantes do governo que estiveram em algum momento em diálogo com suas mobilizações e reivindicações, no Ministério do Desenvolvimento Agrário e na Secretaria-Geral da Presidência.

Este artigo debate com dois campos teórico-conceituais principais: o da teoria dos movimentos sociais e o das pesquisas de gênero e epistemologias

³ O presente artigo é um desdobramento da dissertação intitulada *A contribuição da Marcha das Margaridas na construção de políticas públicas de agroecologia no Brasil*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB de Planaltina na Universidade de Brasília para aprovação no mestrado. A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2018 e 2019 e mostrou que a pauta e a força política da Marcha das Margaridas foram fundamentais para que fosse possível, naquele momento (2012), instituir uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

feministas. Em relação ao primeiro, baseou-se no trabalho de autoras(s) como Charles Tilly (2006, 2010), Maria da Glória Gohn (2013) e Sônia Alvarez (2000) e seus debates sobre a categoria de movimentos sociais, repertório de ação coletiva, identidade, transnacionalização das lutas. Com o apoio de tais referências, consideramos aqui os movimentos sociais, a Contag e a Marcha das Margaridas, a partir de seu conjunto de estratégias construídas por um grupo com uma identidade comum durante um contexto histórico diante de determinadas condições sociopolíticas e culturais. Observamos que, ao longo dos 60 anos da Contag e 23 anos da Marcha das Margaridas, houve mudanças e atualizações sobre as identidades coletivas, que também contribuíram para a atualização dos repertórios de ação coletiva. Por tudo isso, achamos relevante para este artigo buscar compreender, ainda, como a Marcha das Margaridas é vista, qual o caráter da organização da Marcha: é um movimento, uma articulação, uma mobilização, uma rede, um evento? Que identidades então envolvidas no seu histórico de construção? Ao final do artigo, trouxemos algumas considerações a este respeito.

Já o segundo campo foi importante para debater sobre relações desiguais de gênero, feminismos e interseccionalidade, com base nas contribuições trazidas por Joan Scott (1995), Donna Haraway (1995), Bell Hooks (2018), Kimberlé Crenshaw (1989), Danièle Kergoat (2004), Heleieth Saffioti (2010). Nesse sentido, consideramos aqui gênero como uma categoria de análise que remete às relações desiguais entre homens e mulheres impostas pelo patriarcado e aprofundada pela lógica do capitalismo e pelo racismo estrutural, e que, por isso, devem ser refletidas a partir da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) ou da consubstancialidade (KERGOAT, 2003) que, mesmo com focos diferentes, afirmam a necessidade de pensar as opressões de gênero, classe e raça de forma interconectada.

Partimos ainda da perspectiva do feminismo no singular como um lugar de encontro, um projeto político comum entre as diferentes expressões ou identidades que lutam contra todas as formas de violência e opressões vividas pelas mulheres, como a “reunião de solidariedades a se construir” (ESMERALDO, 2006). Como disse Bell Hooks: “Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2018, p.17). Ao falarmos dos

feminismos, no plural, nos referimos às diversas formas como as mulheres, a partir de identidades e demandas próprias, passaram a se definir e diferenciar, inclusive criando novos nomes e caracterizações múltiplas do feminismo, tal como pautam o feminismo negro (DAVIS; HOOKS, 2018; CARNEIRO, 2019; GONZALEZ, 2020), o feminismo camponês (TÁBOAS, 2018; SANTOS, 2021) e o feminismo comunitário (CABNAL, 2010; GUZMÁN, 2014). Ao olhar para a Marcha das Margaridas, procuramos perceber qual a sua relação com o(s) feminismo(s), suas influências e possíveis conexões.

Com relação à análise dos documentos, voltamos aos cartazes, cadernos de textos, pautas de reivindicações entregues para os governos federais e os documentos de respostas às demandas, em especial no que se refere à Marcha das Margaridas, entre os anos 2000 e 2023. As entrevistas citadas neste artigo foram realizadas em 2018 pela autoria principal deste artigo como parte do levantamento de dados para a elaboração da dissertação *A contribuição da Marcha das Margaridas para as políticas públicas de agroecologia no Brasil*, sob a orientação da professora Suzi Huff, defendida na UnB no ano de 2019. As falas trazem análises das(o)s interlocutoras(es) sobre os desafios, avanços e conquistas, assim como sobre a relação entre a luta sindical rural e a feminista, além da percepção a respeito do diálogo e da pressão por políticas públicas

Para isso, escolhemos como percurso iniciar com um breve histórico da luta e organização das mulheres trabalhadoras rurais por reconhecimento e representação na Contag, a partir de uma análise dos seus congressos e como foi se dando a participação e o avanço das pautas femininas ao longo dos anos, desde a criação da Contag até o presente ano, 2023. Para entender essa trajetória, consideramos importante saber como os movimentos de mulheres e feministas do campo vinham se mobilizando nesse mesmo período. Em seguida, entendendo a Marcha das Margaridas como resultado do acúmulo de forças da organização e luta das mulheres do movimento sindical da Contag no diálogo com os movimentos de mulheres e feministas, analisamos como se deu essa relação e contribuição recíproca entre as lutas sindicais e as feministas. Trazemos ainda um olhar sobre como o(s) feminismo(s) se expressam e desenvolvem na luta das mulheres rurais e na Marcha das Margaridas. Por fim,

concluimos nossa análise fazendo um balanço de como a luta das mulheres do campo, das águas e das florestas, iniciada pelas mulheres da Contag, fortaleceu o movimento sindical rural e o(s) feminismo(s).

Histórico da participação e organização coletiva das mulheres na Contag

A Contag foi criada em 20 de dezembro de 1963⁴ como a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional, reconhecida legalmente, como resultado de décadas de lutas da(os) denominadas(os) lavradoras(es) e camponesas(es) em todo o Brasil. Desde a sua criação, até os dias de hoje, tem uma composição ampla, com diversas concepções e correntes de pensamento e vinculações partidárias, atualmente representadas pelo campo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). A criação da Confederação ocorreu durante uma conjuntura tensa, que precedeu a ditadura militar no Brasil e a dura repressão aos movimentos sociais no país. Com a prisão de várias lideranças, a Contag viveu um processo de intervenção, passando a ser coordenada por uma junta governativa em 1964. No entanto, em 1965 foi realizada a eleição de uma nova Diretoria que legitimou a chapa interventora. Apenas na eleição de 1968 houve mudança da Presidência, mesmo tendo na chapa integrantes da gestão anterior (TEIXEIRA, 2018, 2023).

Ao longo dos últimos 60 anos, a Contag passou por um processo de organização e de desenvolvimento crescentes, contando atualmente com mais de quatro mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e 27 Federações (Fetags) filiadas, em todos os estados do Brasil (CONTAG, 2023).

Para retomar o histórico de participação política das mulheres da Contag, pesquisas anteriores nos ajudaram a recuperá-lo, como o estudo de Sara Pimenta (2012), tese de Vilênia Aguiar (2015) e a tese e livro de Marco Antonio Teixeira (2018, 2023).

Essa história foi permeada pela luta das mulheres contra a invisibilidade; pelo seu reconhecimento como trabalhadoras rurais; pelo direito de se sindicalizar e

⁴ Indicamos aqui a data registrada na tese e no livro de Marco Antonio Teixeira (2018, 2023). No entanto, é possível ver em alguns documentos a data de 22 de dezembro de 1963, tal como na *Revista Contag 40 anos* (ver p. 5). Disponível em: : <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

ser dirigentes (com as mesmas prerrogativas de trabalho) e contra o assédio sexual e moral e todas as formas de violência. Sara Pimenta (2012) ilustra essa trajetória de luta das mulheres por meio de um registro que esclarece como, ao longo dos anos, as disputas e conquistas de espaços foram se desenrolando, a partir das informações disponíveis nos anais dos Congressos da Contag. Segundo a autora, durante o 2º e 3º Congressos (1973 e 1979, respectivamente), as mulheres eram citadas como “esposa do trabalhador” e representavam apenas 1% dos “trabalhadores rurais” ou “homens do campo” presentes. Importa destacar que ainda no 3º Congresso foi defendido o direito de aposentadoria das mulheres, o que se tornou uma demanda central da organização feminina na Contag no diálogo com os governos. Naquele momento, a dificuldade de comprovação de sua atividade rural na família já era um desafio, ainda maior para elas, que não eram consideradas trabalhadoras, mas apenas “do lar” (PAULILO, 2016a, 2016b).

O 4º Congresso (1985) contou com pouco mais de 2% de mulheres, como registra Sarah Pimenta (2012). Nessa edição do Congresso foram incluídas, nos debates, a reivindicação de igualdade salarial e a denúncia do não reconhecimento da trabalhadora rural na legislação previdenciária, inclusive com a apresentação de uma moção cobrando o reconhecimento da mulher trabalhadora rural agricultora em regime de economia familiar, questionamento que se tornaria recorrente diante da ideia monolítica de família, o familismo, centrada no homem como “chefe de família” (SILIPRANDI, 2002).

Medeiros (2012) lembra que, nesse contexto (década de 1980) de intenso movimento de luta pela redemocratização do país, houve por dentro do movimento sindical um processo de questionamento a formas tradicionais de fazer política, especialmente dos que foram chamados de “pelegos” (sindicalistas controlados pelos patrões). Este processo culminou no aparecimento do que ficou conhecido como o “novo sindicalismo”, mobilizado pela CUT (criada em 1983), que propunha uma nova prática sindical de organização de base constituída por experiências políticas inovadoras que se definiram como classistas, como é o caso da formação do Partido dos

Trabalhadores, no início dos anos 1980. “Não é difícil perceber o quanto segmentos considerados secundários ou inexpressivos ganharam força política no cruzamento de identidades étnicas e classistas” (MEDEIROS, 2012, p. 12).

Nesse sentido, tanto Medeiros (2012) quanto Jalil (2013) chamam a atenção para como tal conjuntura de abertura política ao debate e o fortalecimento dos espaços de organização e luta sindical foram vistos pelas mulheres como uma oportunidade de trazer à tona suas vivências cotidianas de opressão, de violência, de invisibilidade e de isolamento ao espaço privado, possibilitando que elas passassem a se organizar a partir da identidade de mulheres trabalhadoras rurais dentro dos movimentos sindicais.

Em 1989⁵ (4º Congresso), as mulheres conquistam espaço por meio da criação da Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, vinculada à Vice-Presidência da Contag, se tornando a primeira instância de auto-organização das mulheres na estrutura da entidade (PIMENTA, 2012).

No 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1991), que contou com 8% de delegadas, a luta foi por maior participação das mulheres nos cargos de Direção e nos diferentes espaços de deliberação, ao mesmo tempo que se reclamava a estruturação de comissões de mulheres e mais formação política, reafirmando a estratégia de reconhecimento e representação. A adoção de um plano de lutas para a garantia de direitos (terra, igualdade salarial, aposentadoria, salário maternidade, creches, saúde e educação) e o enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação, inclusive aquelas praticadas no interior do movimento sindical, integraram as deliberações do 5º Congresso (PIMENTA, 2003), caminho através do qual as mulheres trouxeram para o movimento questões antes consideradas de âmbito privado, ou seja, politizando-as.

Essa pressão resultou na deliberação pelo reconhecimento da importância e da necessidade do respeito aos movimentos autônomos de mulheres para a construção de “uma política de alianças, a fim de fortalecer a luta de classe e gênero” (CONTAG, 1991), o que indica que havia diálogos entre as mulheres do movimento sindical rural e as dos movimentos específicos e feministas, a

⁵ Marco Antônio Teixeira (2018) destaca que há informações divergentes que colocam em dúvida se esse fato se deu em 1987 ou 1989.

exemplo da participação de mulheres lideranças da Contag no Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste – MMTR-NE, como Margarida Pereira da Silva, conhecida como Hilda, que foi a primeira coordenadora Nacional da Mulher Trabalhadora Rural da Contag e se tornou liderança do MMTR-NE, movimento do qual “começou a fazer parte ainda quando pertencia às instâncias de direção do movimento sindical” (AGUIAR, 2015, p. 95). Em uma fala de Raimundinha, citada por Aguiar (2015), ela menciona vários movimentos autônomos de mulheres do período, diferenciando a atuação das mulheres da Contag pelo fato de elas terem optado por organizar a luta das mulheres por dentro do movimento sindical:

nós queremos uma organização dentro dessa organização grande, nós vamos criar uma organização de mulheres, nós não vamos por fora. Porque outros movimentos já tinham assim, já tinham o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Brasil [ela está se referindo à ANMTR], que até então, agora já não é mais do Brasil, que é o MMC, já tinha as mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste [MMTR-NE], e por aí vai, esse movimento todo virou aí em vários, dois, três e, se não me falha a memória, um liderado pelas mulheres do Nordeste [MMTR-NE], mais precisamente por Nazaré Gomes, que era do Ceará, já não tá mais viva; e no RS, liderado pela companheira chamada Justina [MMC] (Raimundinha Damasceno, coordenadora da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag de 1998-2005). (AGUIAR, 1995, p. 98)

Mesmo com um aumento quantitativo de participação das mulheres em 1995, elas representaram ainda cerca de 13% das(o)s delegadas(os) do 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores, mas conseguiram deliberar sobre o fortalecimento da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), a qual passaria a ter regulamentação estatutária, recursos próprios e representação no Conselho Deliberativo da Contag, tendo sido escolhida a primeira coordenadora para a CNMTR em uma reunião da coordenação em novembro de 1995 (PIMENTA, 2012). Mesmo com este avanço, o Congresso foi marcado pela exclusão das mulheres das negociações e da composição da chapa para a nova Diretoria, o que demonstrava a resistência à ampliação da

participação real delas nas instâncias de decisão (PIMENTA, 2012). Neste Congresso (1995), a Contag se filiou à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Assim, fica explícito como as mulheres organizadas que já pautavam a importância do enfrentamento ao machismo e da luta feminista em movimentos mistos, como na CUT, influenciaram e contribuíram, por meio de cursos e publicações, para que os debates dentro da Contag avançassem, como mostra o depoimento de Raimundinha na tese de Vilênia Aguiar (2015):

quando as mulheres chegam à Contag, uma das primeiras coisas avaliadas internamente entre nós, muito internamente entre nós, sem deixar escapar pra fora, é que não eram suficientes três mulheres na direção da Contag [...]. Nós estávamos ali em três, mas nós não éramos três, nós éramos as porta-vozes de uma outra quantidade de mulheres que pensava, e que queria pautar as questões das mulheres de um forma... [...] Todas as três, duas vindas, nascedoras do departamento rural da CUT, Graça do Maranhão e eu; e Fátima, também do Piauí, vindo, assim, não sendo do departamento, mas sendo uma mulher que vinha acumulando também as discussões dentro da Região Nordeste. [...] Era bastante forte nos departamentos [se refere aos Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT] a busca pela filiação da Contag à CUT, na época, com bastante força, era um tema que tinha bastante fortaleza na época. Então essas mulheres pautavam aqui dentro da Contag a questão das mulheres, eram mulheres cutistas que convocavam as outras mulheres não cutistas e acabavam criando uma força bastante grande dentro da Contag, como foi a política afirmativa de cotas. As cotas uniram as mulheres cutistas e não cutistas, de todos os campos, eu posso até dizer que foi um dos principais temas que convocaram todas as mulheres, que uniu todas as mulheres, que os homens não conseguiram dividir as mulheres, acho que foi muito bacana [...] (Raimundinha Damasceno, coordenadora da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag de 1998-2005). (AGUIAR, 1995, p. 98)

O 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (1998) finalmente reconhece em seu nome as mulheres ao incluir o termo “trabalhadoras”, o que foi uma das expressões da ampliação do processo de

organização fortalecido pela Comissão Nacional de Mulheres. A quantidade de participantes mulheres no Congresso alcançou, então, 42%, e mostrou a importância dos espaços de auto-organização no caminho para uma inclusão efetiva na Contag. Com a força feminina presente no Congresso, elas conseguiram aprovar a cota de no mínimo 30% de mulheres na Direção da Contag, fazendo com que a nova Diretoria Executiva passasse a contar com três representantes. Foi aprovado ainda, nesse Congresso, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS)⁶ (PIMENTA, 2012).

Vale lembrar que esta aprovação ocorreu no bojo dos debates sobre as cotas de participação de mulheres nos partidos e movimentos sociais, sendo marcante a aprovação do mínimo de 30% de mulheres nos cargos de Direção na Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1993, medida já adotada desde 1991 pelo Partido dos Trabalhadores (DELGADO, 1996).

No ano de 1999, no 2º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, deliberou-se pela ampliação da política de cotas para todas as instâncias da Contag (federações, sindicatos, conselhos), além da participação de 50% de mulheres em todos os espaços de formação. Vale destacar que foram elas que vinham afirmando a importância dos espaços de formação política, como o que veio a se tornar a Enfoc (Escola de Formação da Contag), criada em 2006.⁷ Nesse contexto de ampliação e fortalecimento da organização coletiva das mulheres da Contag, a Marcha das Margaridas foi construída em 2000, como ação das trabalhadoras rurais na campanha da Marcha Mundial das Mulheres.

Seguindo o percurso sobre os congressos da Contag, a partir das informações disponíveis da *Revista Contag 40 anos*⁸ e nos anais dos congressos, podemos observar que no 8º Congresso da Contag, em 2001, a juventude, que também

⁶ O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) foi resultado de um processo de mobilização da luta sindical na busca por apresentar alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento que vinha sendo implementado no Brasil na década de 1990. A partir dos debates em torno do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (1995), uma série de atividades de âmbito nacional, estadual, regional e municipal foi desencadeada, a exemplo dos seminários regionais de desenvolvimento alternativo realizados pela Contag em 1996, que tiveram o intuito de construir propostas concretas. O projeto de pesquisa e formação CUT/Contag contribuiu para a elaboração e sistematização de propostas apresentadas, que organizaram os pontos centrais do Projeto, aprovados no 7º Congresso, em 1998. Um dos pontos aprovados foi o que tratava das relações de gênero e geração no meio rural, resultante de um intenso debate realizado pelas mulheres trabalhadoras rurais em busca do reconhecimento do seu trabalho.

⁷ Disponível em: http://www.enfoc.org.br/conteudos/detail/quem_somos. Acesso em: 12 mar. 2023.

⁸ Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

vinha se organizando, criou a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais com a eleição de uma jovem mulher (Simone Battestin/ES) para a Direção da Contag. Também foi um contexto de reafirmação da necessidade de seguir a implementação do Programa Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) (CONTAG, 2003).

Em 2005, aconteceu o 9º Congresso da Contag, que teve o debate da solidariedade em sua centralidade, o que culminou na última atualização do PADRS, que passou a ser chamado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Nesse congresso ainda foi criado o cargo de Coordenação da Comissão Nacional da Terceira Idade⁹ na Diretoria da Contag (TEIXEIRA, 2018), uma pauta inovadora para o movimento sindical. Diante disso, houve uma profunda reflexão sobre o neoliberalismo e as desigualdades de gênero, geração, raça e etnia geradas por este sistema, fazendo com que se reafirmasse a urgência de que o movimento sindical precisaria fortalecer esses enfrentamentos com a construção de alternativas específicas às mulheres, jovens, negras(os) em toda a sua diversidade de identidades. Desse modo, se afirmou e fortaleceu o processo de criação de secretarias de mulheres e juventude também nas federações e sindicatos, seguindo o caminho da estrutura nacional. A importância de formações políticas, sindicais e profissionais próprias para esses sujeitos também foi reafirmada (CONTAG, 2003).

O 10º Congresso da Contag (2009) foi marcado pela desfiliação da Contag da CUT em um discurso pautado pela ideia da unidade, reafirmando a parceria com a CUT e a CTB, que dividem os cargos da Diretoria da Contag. Para a luta das mulheres, esse Congresso foi relevante pela aprovação da transformação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AGUIAR, 2015). Aguiar destaca uma ironia histórica: no ano em que se reconhece a Secretaria de Mulheres há a desfiliação da Contag da CUT, que ao longo da história foi a organização que mais intensamente trouxe a pauta das mulheres para a Contag, ou seja, foram as

⁹ A Contag considera que estão na Terceira Idade àquelas(es) trabalhadoras(es) rurais com 55 anos ou mais.

mulheres cutistas que assumiram a Coordenação ou a Secretaria de Mulheres (AGUIAR, 2015).

Nesse ano também houve a aprovação das bases da Política Nacional de Formação Sindical, orientadora das ações da Escola Nacional de Formação (Enfoc). O momento também foi de luta das mulheres para que fosse assegurado o cumprimento, em todas as instâncias das entidades do MSTTR (CONTAG, Fetags e STTRs), das cotas de no mínimo 30% de mulheres e de, no mínimo, 20% de jovens, com garantia de condições igualitárias de participação e trabalho entre homens e mulheres, assim como igual valor de gratificação. Para isso, falou-se em proibir a participação das entidades que não seguissem estas orientações nas diferentes instâncias e espaços de deliberação da Contag e das Fetags. Por fim, a paridade já aparece como meta na luta das mulheres (CONTAG, 2009).

Já o 11º Congresso da Contag, realizado em 2013, comemorou os 50 anos da Contag e os 15 anos da aprovação da política de cotas para as mulheres na entidade. Em um congresso que contou com 43,9% de participação de mulheres, também resultado de um intenso processo de mobilização delas desde o 10º Congresso, elas conquistaram a aprovação da paridade, por unanimidade, em todas as instâncias do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Assim, foi acordado que a composição da nova Direção da Contag, que seria eleita no 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para a gestão 2017-2021, já contaria com 50% dos cargos para homens e 50% para mulheres em todas as instâncias da Contag (no Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, no Conselho Deliberativo e na Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais). Um dos encaminhamentos foi o de seguir aprofundando internamente o debate sobre a adoção da paridade de gênero em todas as suas entidades e instâncias deliberativas até o 12º CNTTR (CONTAG, 2013). É interessante perceber como a cada Congresso o debate sobre a importância de fortalecer os sujeitos da agricultura familiar historicamente invisibilizados e excluídos, como as mulheres, as(os) jovens e a Terceira Idade,

se intensificou, avançando em uma perspectiva de diálogo entre as Secretarias específicas, e respeitando suas diversidades e particularidades.

Em 2017, o contexto do 12º Congresso da Contag foi marcado pelo fato de ter acontecido durante o governo Temer, após o golpe político, jurídico e midiático imposto à Dilma Rousseff, primeira mulher presidenta do Brasil, em 2016, exigindo uma série de retrocesso nos direitos e políticas públicas para o campo, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério das Mulheres, entre outros. As mulheres também denunciaram o avanço do conservadorismo e fundamentalismo na sociedade, em um movimento de recuo nas conquistas sociais que elas vinham acumulando entre os anos de 2003 e 2015. O Congresso efetivou a paridade de gênero na participação das(os) delegadas(os) e na composição da nova Diretoria para a Gestão 2017-2021. Na abertura do Congresso, a então secretária de Mulheres, Alessandra Lunas, falou sobre os desafios da Contag para os próximos períodos:

Um deles (dos desafios) é o da maior confederação desse país de continuar avançando. E só nós, mulheres, sabemos o que significa o primeiro congresso da Contag paritário. Não é uma conquista de ontem. É uma conquista que nasceu do sonho de cada companheira. Essa entidade tem compromisso com a luta igualitária. Esse é um exemplo que a Contag está dando para as suas federações e sindicatos, que ainda nem cumprem o mínimo de 30% de mulheres em suas direções.¹⁰

Nesse mesmo sentido, Carmen Foro (secretária de Mulheres da Contag entre os anos de 2005-2013), afirmou: “A paridade representa mais do que metade de homens e mulheres na direção da Contag, a paridade representa o exercício da igualdade de direitos e oportunidades de vivenciar e fazer ação sindical. A paridade na Contag é mais uma conquista, mas não encerra a luta das mulheres rurais por igualdade.”¹¹

Por fim, chegamos ao 13º Congresso da Contag, que aconteceu em 2021, durante a pandemia da Covid 19 e o isolamento social pandêmico, e o governo Bolsonaro. O Congresso foi realizado de forma virtual, contando com a

¹⁰ Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/>. Acesso em: 25 out. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.cut.org.br/>. A paridade na Contag é mais uma conquista, mas não encerra a luta das mulheres rurais por igualdade – CUT – Central Única dos Trabalhadores. Acesso em: 25 out. 2023.

participação de cerca de três mil pessoas on-line, um formado inédito que, mesmo limitando o contato e a presença física, possibilitou uma ampla participação de agricultoras(res) familiares de todo o Brasil. Em sua fala de abertura, a secretária de Mulheres Mazé Moraes comentou: “O 13º CNTTR ocorre num momento desafiador, mas o fato de conseguirmos nos mobilizar para construir esse Congresso mostra a nossa resiliência perante a pandemia e os impactos sociais e econômicos pelos quais o país passa, com o aumento do desemprego, da insegurança alimentar e da violência, sobretudo contra as mulheres” (Mazé Moraes).¹² Esta fala trouxe a denúncia do aumento da violência contra as mulheres ao longo da pandemia, além da necessidade de fortalecer a luta pela retomada dos direitos e políticas públicas destruídas pelos governos Temer e Bolsonaro, o que também orienta as ações que a entidade deve implementar no próximo mandato.

Desde então, segue intenso o debate sobre a necessidade de garantir a efetiva implementação da paridade, demandando inclusive punições para quem não cumprir a deliberação congressual. Vale destacar que surgiu uma demanda por aprofundar os debates no MSTTR sobre “diversidade sexual e gênero”, considerando e incluindo as vozes e experiências das mulheres trans e dos sujeitos LGBTQIA+, no enfrentamento à lesbofobia, transfobia e todas as formas de preconceito de gênero. Nesse sentido, foi proposta a criação de um Coletivo Nacional LGBTQIA+, a ser organizado em conjunto com as Secretarias de Mulheres e Juventude (CONTAG, 2021). Por fim, neste congresso foi apresentada pela primeira vez na história da Contag uma mulher para assumir a Secretaria de Política Agrícola.

Este histórico, ainda que abreviado, mostra que ao longo dos 60 anos da Contag houve muitos desafios permeados por tensões, resistências e conflitos, mas, também, conquistas importantes a partir da luta e organização das mulheres, tal como a instituição da paridade nos cargos de Direção da Contag (2017). Estes feitos se tornaram ainda mais importantes tendo em vista que, em parte desse período, o Brasil vivia sob um regime de exceção, no qual a luta por

¹² Disponível em: <https://contee.org.br/inicia-o-13o-congresso-da-contag-com-3-mil-conectadas-em-todo-o-brasil-e-em-outros-paises/>. Inicia o 13º Congresso da Contag com 3 mil conectadas em todo o Brasil e em outros países – Contee. Acesso em: 20 mar. 2023.

direitos de qualquer natureza era considerada subversiva. As conquistas inspiraram e resultaram em novos e inquestionáveis avanços, entre eles, a Marcha das Margaridas.

Antes de compreender a contribuição da Marcha das Margaridas, vale destacar que as duas últimas décadas do século XX foi um período efervescente de processos organizativos de mulheres rurais no Brasil, que gerou em todo o país a criação de movimentos específicos que deram força para os movimentos de mulheres e feministas que vinham se constituindo e que surgiram depois. No Nordeste, em 1982, foram criados o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), em Pernambuco. Em 1986, a partir da necessidade de mulheres sindicalistas rurais, foi instituído o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), com intensa relação com a Contag. Inclusive, *Margarida Pereira da Silva*, a primeira coordenadora da CNMTR da Contag, é uma das fundadoras do MMTR-NE (AGUIAR, 2015; SILVA, 2008, 2021).

Na região Sul do Brasil, surgiram vários movimentos regionais como o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em 1983, e os grupos “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986) que, posteriormente, em 1989, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS). Em 1988, a Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul se constituiu e reuniu mulheres de toda a região.

De caráter nacional, foi formada, em 1995, a Articulação Nacional dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que conseguiu reunir todos os movimentos organizados por mulheres naquele período, tanto os articulados com os sindicatos do sistema Contag quanto às organizações vinculadas ao MST e à Via Campesina. Em 2004, ela se filiou à Via e passou a se denominar MMC. Porém, essa filiação não foi consensual, e em Pernambuco foi mantido o MMTR-PE (PAULILO; BONI, 2016).

Todo essa efervescência entre os anos 1980 e 2000, ao longo da segunda e da terceira ondas do feminismo no Brasil, mostra como os processos de mobilização e organização das mulheres do campo se davam tanto por dentro dos movimentos sindicais, na Contag, por exemplo, quanto em espaços específicos, muitas vezes por grupos de mulheres que avaliaram que não seria

possível fazer uma transformação da sociedade patriarcal e do machismo por dentro das instâncias formais dos sindicatos, federações e confederações. Mesmo com diferentes estratégias, o que se pode perceber é que esses processos estavam em profundo diálogo, pois mesmo que permeado por divergências conseguiam construir convergências estratégicas entre as mulheres nos/dos movimentos mistos e o movimento feminista, ou de mulheres,¹³ assim como entre as integrantes dos partidos políticos, que tinham como objetivo central a superação da desigualdade estrutural entre homens e mulheres na sociedade capitalista e patriarcal. Juntas, as mulheres denunciavam tanto as desigualdades de classe quanto de gênero,¹⁴ trazendo temas específicos às suas vidas, como saúde, sexualidade, violência sexista, direito à creche, e críticas à ação do Estado (FARAH, 2004).

Entender toda essa trajetória de organização das mulheres rurais dentro e fora da Contag possibilita identificar algumas das contribuições que essa luta trouxe para o sindicalismo rural no Brasil. Vimos que as mulheres pautaram e cobraram o seu reconhecimento e a sua representação como sujeitos coletivos, como sujeitos políticos (FARAH, 2004) no movimento sindical desde a década de 1980. Desde o início, elas questionaram as formas tradicionais de se fazer política (PIMENTA, 2013), problematizando os limites entre o público/político e o privado, mostrando como as questões do cotidiano, vivenciadas nas famílias, nas comunidades, nas relações pessoais deviam ser pauta do movimento. Nesse sentido, elas ampliaram demandas, incorporando questões como a violência contra as mulheres, o assédio, mas também o trabalho produtivo e reprodutivo, as formas de produzir e se relacionar, a sustentabilidade da vida e a agroecologia.

As mulheres mobilizadas favoreceram ainda os processos formativos internos, com a luta pela criação da Enfoc (Escola Nacional de Formação da Contag), que a princípio foi uma demanda delas por um espaço específico de formação (vale destacar que mesmo a escola tendo se tornando um espaço misto, hoje ela conta com formações direcionadas às mulheres). Como disse

¹³ Nem todos os movimentos específicos de mulheres se afirmavam feministas.

¹⁴ Consideramos gênero, a partir da definição de Scott, como categoria de análise que retrata a construção social e histórica do feminino e do masculino e as relações desiguais entre os sexos (SCOTT, 1995).

Hilda Maria Alves, educadora popular, na comemoração de 10 anos da Enfoc, em 2016: “Eu tive o privilégio de fazer parte da construção da Enfoc e da sua 1ª turma. Temos que trazer na comemoração dos 10 anos da Enfoc a participação e construção da Escola pela mão das mulheres.”¹⁵

A organização e luta das mulheres também foi inspiração para o movimento de juventudes (GALINDO, 2017) e da Terceira Idade no sindicalismo, na medida em que estes seguiram os caminhos abertos por elas na luta por reconhecimento e representação, por exemplo, a partir da busca por cotas de participação e criação de instâncias específicas dentro da estrutura da Contag, das federações e sindicatos. Também é interessante perceber o pioneirismo da Contag em reconhecer a importância da organização dos sujeitos da Terceira Idade. Por fim, vale destacar que este diálogo com os movimentos autônomos de mulheres e/ou feministas favoreceram a auto-organização delas como estratégia e trouxeram esse aprendizado para todo o sistema da Contag mediante a criação de comissões, coordenações ou secretarias de mulheres em todos os níveis, federal, estaduais e locais.

A Marcha das Margaridas – contribuições para o movimento sindical

A Marcha das Margaridas é uma mobilização estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas que se tornou parte da agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É organizada e realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em parceria com diversas organizações e movimentos feministas e de mulheres do Brasil (CONTAG, 2015). Com 23 anos de organização, a Marcha se tornou uma referência nacional e internacional de mobilização das mulheres do campo, das águas e das florestas por se expressar por meio da maior ação em massa realizada pela Contag.

Em 2000, as mulheres trabalhadoras rurais realizaram a primeira Marcha das Margaridas. Sua primeira edição ocorreu naquele ano sob o lema: “2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. Após esta ação, que trouxe para Brasília 20 mil mulheres de todo o país, definiu-se que ela

¹⁵ Depoimento registrado em matéria publicada no site da Contag. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

passaria a ser realizada de quatro em quatro anos (à exceção do intervalo entre a primeira e a segunda edição, que foi de três anos) e que teria um caráter formativo, de denúncia e de pressão social, assim como de proposição, diálogo e negociação com o Estado por políticas públicas. Ao longo das sete edições (2000, 2003, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023), a capacidade de organização e mobilização foi sendo ampliada, chegando a alcançar o quantitativo de 100 mil mulheres reunidas em Brasília, em 2019.

A Marcha tem como principais objetivos, segundo o *Caderno de Textos para Estudos e Debates* de 2015:

Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; b) Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; c) Apresentar, através de proposições, nossa crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista; d) Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar; e) Denunciar e lutar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação contra as mulheres, no sentido da construção da igualdade; f) Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas, considerando as suas especificidades. (CONTAG, 2015, p. 8)

Sua principal luta tem sido por melhoria na qualidade de vida, especialmente para as mulheres, trazendo questões referentes tanto à produção quanto à reprodução da vida no meio rural.

A Marcha recebeu esse nome em homenagem a Margarida Maria Alves, que foi uma sindicalista de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada por latifundiários no dia 12 de agosto de 1983. A data se tornou referência para a realização das mobilizações e para as Jornadas das Margaridas, que se

converteram em atividades anuais de monitoramento e negociação das demandas entregues aos governos.

Ao longo desses 23 anos, as problemáticas levantadas pela Marcha das Margaridas foi acompanhando as mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais do país e do mundo, bem como aprofundando o diálogo com a academia e os debates dos movimentos sociais. Dessa forma, seus lemas e eixos de debate foram incorporando novos temas e, a partir de sua quarta edição, em 2011, a centralidade das demandas tornou-se a busca por um desenvolvimento rural sustentável, em consonância com as propostas de políticas públicas implementadas no Brasil a partir de 2003, quando o projeto de um governo democrático popular, personalizado na figura do presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, ascendeu ao poder. Os diálogos da Contag com o governo federal foram sendo estabelecidos com base no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), construído pelo movimento sindical rural, expresso nas propostas de pauta dos Gritos das Terra e da Marcha das Margaridas.

Observando os lemas das sete edições da Marcha das Margaridas, podemos perceber que, desde o primeiro ano, o questionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista, neoliberal, sempre esteve no centro dos debates. Essa proposta se expressava no meio rural pela implementação da revolução verde e sua modernização conservadora, que fortaleceu o setor do agronegócio e o latifúndio no Brasil. Em 2000, as mulheres trabalhadoras rurais, organizadas no movimento sindical rural, apresentaram essa bandeira de luta em diálogo com o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que vinha sendo construído. Mas foi na quarta edição (2011) que o tema do desenvolvimento rural sustentável foi estabelecido como central no lema da Marcha, dando mais destaque a esse tema como perspectiva política e caminho estratégico. Ao longo das edições da Marcha, o debate sobre qual modelo de desenvolvimento as mulheres trabalhadoras rurais desejavam foi sendo adensado e complexificado.

Para entender o contexto desses debates, é importante examinarmos os movimentos e as organizações que contribuíram com as reflexões em cada

período. No decorrer da história da Marcha das Margaridas, conforme sugerido nos documentos e entrevistas realizadas no contexto da elaboração da dissertação de Sarah Moreira (2019), a Marcha é apresentada como uma ação da Contag que envolve outros movimentos e organizações tratadas como colaboradoras ou parceiras, que passam a compor sua coordenação ampliada. Essas entidades participaram de diferentes formas (em distintos níveis) e foram envolvidas nos diversos processos, tal como na definição dos eixos estruturantes (Quadro 1), passando pela construção do documento de reivindicações e pelo monitoramento das negociações com as várias instituições do governo federal.

A presença das parceiras contribuiu para a aproximação e o aprofundamento dos debates feministas e ambientais/ecológicos/agroecológicos dentro da Contag. À medida que as organizações e movimentos que compunham a coordenação ampliada da Marcha das Margaridas vinham colocando novas solicitações ou outros ângulos de percepção, a Contag, a partir da Secretaria de Mulheres, foi incorporando ou fazendo releituras dos temas e questões. A questão do feminismo e da agroecologia são interessantes exemplos desse movimento.

Quadro 1 – Resumo dos eixos temáticos e aspectos marcantes em cada das edições das Marchas das Margaridas

Ano	Pauta – Eixos temáticos	• Aspectos marcantes
<p>2000</p> <p>Lema: 2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista – Fortalecendo o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável</p> <p>20 mil mulheres em Brasília</p>	<p>1 – Valorização da participação da mulher na reforma agrária e na agricultura familiar</p> <p>2 – Garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais</p> <p>3 – Combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Governo neoliberal de FHC • Primeira Marcha foi resultado de muita tensão interna dentro do MSTTR – mulheres foram muito questionadas, desacreditadas, consideradas “loucas”, sem discernimento político para propor uma ação daquele tamanho, naquele momento • Crítica dura ao sistema capitalista, neoliberal e ao modelo de desenvolvimento rural e seus impactos na vida das mulheres • Identidade: mulheres trabalhadoras rurais

<p>2003</p> <p>Lema: 2003 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista</p> <p>40 mil mulheres em Brasília</p>	<p>1 – A reforma agrária como instrumento para o desenvolvimento rural sustentável</p> <p>2 – Organização da produção das mulheres trabalhadoras rurais</p> <p>3 – Meio ambiente – promover a sustentabilidade com agroecologia e um novo padrão energético</p> <p>4 – Por uma política de valorização do salário mínimo</p> <p>5 – Saúde pública com assistência integral à mulher</p> <p>6 – Contra a violência sexista e todas as formas de discriminação e violência no campo</p> <p>7 – Ações afirmativas de valorização das mulheres rurais</p> <p>8 – Garantia e ampliação dos direitos previdenciários</p> <p>9 – Por uma educação do campo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Início do primeiro mandato do presidente Lula • Política de valorização do salário mínimo aumenta sua força nas propostas • Identidade: mulheres trabalhadoras rurais
<p>2007</p> <p>Lema: 2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista</p> <p>70 mil mulheres em Brasília</p>	<p>1 – Terra, água e agroecologia</p> <p>2 – Segurança Alimentar e Nutricional e a construção da soberania alimentar</p> <p>3 – Trabalho, renda e economia solidária</p> <p>4 – Garantia de emprego e melhores condições de vida e trabalho das assalariadas</p> <p>5 – Política de valorização do salário mínimo</p> <p>6 – Previdência Social pública, universal e solidária</p> <p>7 – Em defesa da saúde pública e do SUS</p> <p>8 – Educação do campo não sexista</p> <p>9 – Combate à violência contra as mulheres</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo mandato do governo Lula • Marcha das Margaridas introduz a identidade das “mulheres do campo e da floresta”, com mais visibilidade das mulheres extrativistas, das florestas • Além da pauta ampla, foi entregue uma síntese ao governo federal, com 13 pontos • Foi entregue também uma pauta para o Poder Legislativo
<p>2011</p> <p>Lema: 2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p> <p>70 mil mulheres em Brasília</p>	<p>Eixo I: Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais</p> <p>Eixo II: Terra, Água e Agroecologia</p> <p>Eixo III: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>Eixo IV: Autonomia Econômica, Trabalho e Renda</p> <p>Eixo V: Educação não Sexista, Sexualidade e Violência</p> <p>Eixo VI: Saúde e Direitos Reprodutivos.</p> <p>Eixo VII: Democracia, Poder e Participação Política.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Eleição da primeira presidenta da história do Brasil • É considerado por várias das lideranças entrevistadas como marcante, em virtude da quantidade de respostas à pauta • Demandas trazem questões do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e da agenda feminista • Pauta continha 158 itens • Cobrança de criação de um programa que promovesse a massificação da transição agroecológica nas unidades familiares de produção.

		<ul style="list-style-type: none"> • Pedido de ampliação, qualificação e instituição como política pública do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais. • Solicitação de criação de um Programa Interministerial para a Promoção da Alimentação Saudável, de base agroecológica. • Identidade: mulheres do campo, da floresta e das águas.
<p>2015</p> <p>Lema: Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade</p> <p>100 mil mulheres em Brasília</p>	<p>Eixo 1: As Margaridas na Luta por Terra, Água e Agroecologia: Pilares de Sustentação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>Eixo 2: Margaridas em Defesa da Sociobiodiversidade e dos Bens Comuns.</p> <p>Eixo 3: Margaridas em Defesa da Autonomia Econômica, do Trabalho e da Renda para as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas</p> <p>Eixo 4: Margaridas em Defesa da Educação Não Sexista, da Educação Sexual e da Sexualidade Vivida com Liberdade</p> <p>Eixo 5: As Margaridas no Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres</p> <p>Eixo 6: Margaridas em Defesa do Direito à Saúde e aos Direitos Reprodutivos</p> <p>Eixo 7: Margaridas em Defesa da Democracia, do Poder e da Participação das Mulheres.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Crise política e econômica no Brasil, com ameaça de golpe à presidenta Dilma. • Forte luta em defesa da democracia. • Foi considerada a Marcha da Resistência (ao golpe, à crise, às tensões, às dificuldades econômicas). • Caderno apresentou proposições específicas das Margaridas de cada região no país e pelos biomas (Margaridas da Amazônia; Margaridas do Cerrado e do Pantanal; a voz das Margaridas do Nordeste, do Sudeste e do Sul). • Documento contou ainda com requerimentos específicos das mulheres jovens, da Terceira Idade, das assalariadas rurais, assim como das Margaridas das Águas, Quilombolas e Indígenas. • Foi entregue uma pauta de reivindicações para o Legislativo. • Identidade: Margaridas e mulheres do campo, das águas e das florestas.
<p>2019</p> <p>Lema: Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência</p> <p>100 mil mulheres em Brasília</p>	<p>Eixo 1: Por Democracia com Igualdade e Fortalecimento da Participação Política das Mulheres</p> <p>Eixo 2: Pela Autodeterminação dos Povos, com Soberania Alimentar e Energética</p> <p>Eixo 3: Pela Proteção e Conservação da Sociobiodiversidade e Acesso aos bens comuns</p> <p>Eixo 4: Por Autonomia Econômica, Trabalho e Renda</p> <p>Eixo 5: Por Terra, Água e Agroecologia</p> <p>Eixo 6: Por uma Vida Livre de Todas as Formas de Violência, sem Racismo e sem Sexismo</p> <p>Eixo 7: Pela Autonomia e Liberdade das Mulheres sobre o seu Corpo e sua Sexualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aconteceu no contexto do governo de extrema direita de Bolsonaro • Foi marcado pelo medo da reação à Marcha, com muita organização em torno da segurança • Foi a primeira que não apresentou pauta ao governo federal para negociação, pela avaliação de que não era possível diálogo • O documento produzido foi uma plataforma política para dialogar com a sociedade • Por esse contexto a centralidade estava na luta em defesa da democracia e da soberania popular

	<p>Eixo 8: Por Saúde Pública e em Defesa do SUS</p> <p>Eixo 9: Por Previdência e Assistência Social Pública, Universal e Solidária</p> <p>Eixo 10: Por uma Educação Não Sexista e Antirracista e pelo Direito à Educação do Campo</p>	
<p>2023</p> <p>Lema: Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver</p> <p>100 mil mulheres em Brasília</p>	<p>Eixo 1: Democracia Participativa e Soberania Popular</p> <p>Eixo 2: Poder e Participação Política das Mulheres</p> <p>Eixo 3: Vida Livre de todas as Formas de Violência, sem Racismo e sem Sexismo</p> <p>Autodeterminação dos Povos, com Soberania Alimentar, Hídrica e Energética.</p> <p>Eixo 4: Autonomia e Liberdade das Mulheres sobre o seu Corpo e a sua Sexualidade</p> <p>Eixo 5: Proteção da Natureza com Justiça Ambiental e Climática</p> <p>Eixo 6: Autodeterminação dos Povos, com Soberania Alimentar, Hídrica e Energética</p> <p>Eixo 7: Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios</p> <p>Eixo 8: Direito de Acesso e Uso da Biodiversidade, Defesa dos Bens Comuns</p> <p>Eixo 9: Vida Saudável com Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>Eixo 10: Autonomia Econômica, Inclusão Produtiva, Trabalho e Renda</p> <p>Eixo 11: Saúde, Previdência e Assistência Social Pública, Universal e Solidária</p> <p>Eixo 12: Educação Pública Não Sexista e Antirracista e Direito à Educação do e no Campo</p> <p>Eixo 13: Universalização do Acesso à Internet e Inclusão Digital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O lema dessa Marcha foi decidido apenas depois do resultado das eleições de 2022 – o processo anterior de organização trabalhava com dois contextos possíveis (1 – a vitória de Lula; 2 – a reeleição de Bolsonaro) • O contexto dessa Marcha foi marcado pela esperança que a eleição de Lula trouxe, com a retomada de um governo democrático e progressista • Com o desmonte das políticas públicas, a extinção do MDA e a destruição da maioria das políticas públicas para mulheres rurais no Brasil pela gestão anterior, a centralidade desta Marcha estava na reconstrução do país e das políticas para o rural • Com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, esta instância volta a ser um interlocutor importante • No entanto, houve uma busca por dialogar com todos os ministérios (importante dizer que todos os 33 ministérios em alguma medida deram respostas às demandas da Marcha das Margaridas) • Lula recebeu a Marcha e apresentou em frente ao Congresso as principais respostas do governo

Fonte: <http://transformatoriomargaridas.org.br/> e Marcha das Margaridas 2023.

Elaboração: As autoras, a partir da primeira versão da tabela que constava em Moreira (2019), dos Documentos da Marcha das Margaridas e do Transformatório das Margaridas.¹⁶

¹⁶ O Transformatório da Marcha das Margaridas foi um site criado com o objetivo de ser um observatório, apoiado pela Oxfam, um espaço que pudesse contribuir para visibilizar a trajetória das mulheres, a história da Marcha e suas plataformas políticas, articular com o Poder Público, a sociedade civil e as universidades e acompanhar a implementação das pautas nas políticas públicas e no dia a dia das mulheres. Recebeu esse nome por considerar que esse processo apoia o processo de transformação da vida das mulheres do campo, das águas e das florestas. O site deixou de ser alimentado depois da Marcha de 2015. O site atual no qual podemos encontrar informações sobre a Marcha das Margaridas é: www.marchadasmargaridas.org.br.

De forma geral, o grupo central de coordenação tem sido composto por movimentos sociais sindicais, ambientais/regionais e por feministas, assim como algumas Organizações não Governamentais, cooperativas e outras redes. Desde a 1ª edição, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Movimento Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), e ainda a Central Única dos Trabalhadores (CUT) têm composto essa articulação. Essas organizações e movimentos originam-se de realidades e formas de organizações diferenciadas (rurais, nordestinas, quebradeiras de coco, extrativistas, urbanas) e trouxeram temas, problematizações e reflexões que contribuíram para adensar o conteúdo político da Marcha das Margaridas. A cada edição, as parcerias foram sendo ampliadas, agregando novos olhares, outras experiências e acúmulos políticos, como aponta Renata Moreno (2013).

Como parte desse processo, é interessante perceber que essa ação estratégica das mulheres trabalhadoras rurais foi se construindo e reconstruindo a partir da ampliação (a cada edição) de sua composição, com novas e diversas identidades de mulheres que foram se somando e compondo a Marcha, o que resultou na denominação coletiva de “mulheres do campo, da floresta e das águas”, expressão da complexificação das concepções de desenvolvimento rural, de agroecologia, de luta das mulheres e do feminismo.

Vale recordar que a identidade de ‘mulheres trabalhadoras rurais’ (PIMENTA, 2013; AGUIAR, 2015; BUTTO, 2017) foi construída pelas sindicalistas, com o intuito de demarcar a necessidade do reconhecimento do trabalho realizado por elas no meio rural, e posteriormente passaram a se reconhecer como ‘mulheres do campo, da floresta e das águas’ (AGUIAR, 2016; BUTTO, 2017), redefinida mediante a incorporação de diversos sujeitos nos debates entre os movimentos e destes com os governos. A mobilização da Marcha também dialoga com o conceito de ‘mulheres rurais’ (SALES, 1999; PAULILO, 2016a, 2016b), que foi utilizado nas produções do governo federal, com vistas à elaboração das políticas públicas que considerem toda a diversidade de experiências, identidades e trajetórias femininas no campo.

Sobre esse movimento de (re)construção de identidades nos movimentos sociais, Gohn (2013) destaca que

um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política. (p. 31-32)

Essa reflexão é relevante na observação sobre como diferentes identidades vão se somando na construção da Marcha das Margaridas, trazendo com elas desejos e expectativas expressas em novas questões que foram sendo adicionadas ao debate. Esse incremento de visões e entendimentos reforçou novas concepções sobre os caminhos para que o desenvolvimento rural entrasse nas reflexões, assim como novos repertórios de ação coletiva (TILLY, 2006), gerando momentos de tensão e de mudanças políticas.

Nesse sentido, Medeiros (2012) considera que o sujeito coletivo se forma no próprio processo do conflito, constituindo identidades essencialmente provisórias e relacionais, e mostra como há um processo de revalorização das dimensões culturais, ampliando a percepção sobre o que é considerado político. Tais olhares ajudam a entender os processos vividos pelas mulheres que construíram a Marcha das Margaridas em um movimento de se repensar e ampliar suas alianças, buscando acolher e representar cada vez mais outras experiências e realidades.

Esse movimento de afirmação e acolhimento das diferentes autoidentificações e realidades das mulheres no processo de ampliação das articulações da Marcha das Margaridas pode ter contribuído para que tal mobilização e suas reivindicações fossem tornando-se mais complexas e completas, dando mais força social e política à luta por uma causa que somou bandeiras do movimento sindical rural, do movimento feminista, do movimento socioambiental, incluindo até mesmo temas referentes ao movimento urbano (BUTTO, 2017; AGUIAR, 2015).

É possível averiguar que a Marcha ampliou suas articulações para além das fronteiras dos países, transnacionalizando suas lutas. Alvarez (2000) lembra que o final da década de 1990 foi marcado pelo contexto de globalização dos feminismos, quando esses ampliaram suas arenas políticas de atuação, ao

mesmo tempo que sua contestação discursiva ganhou mais legitimidade, constituindo o que Fraser (2004) define como “*contra-públicos subalternos*”.

A respeito da transnacionalização das lutas e a perspectiva feminista, Medeiros (2012) cita Tarrow (2005), que considera que o internacionalismo é uma ampla rede de instituições, regimes, práticas e processos que incluem/dialogam com atores estatais e adentram pela e na política doméstica de diferentes países. Esse aspecto é trazido com grande força pelo movimento feminista, na medida em que esse tem como uma de suas principais questões tornar político o espaço privado. O autor nega o discurso de que há dicotomia entre o local e o global, acreditando que esses espaços dialogam e aproximam Estados e a política internacional, trocando experiências, formas de ação e interpretação de mundo e até mesmo novas identidades. Um exemplo interessante foi a experiência pioneira da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, a Rede LAC, que teve suas ações iniciadas em 1990 e se constituiu a partir de um encontro que reuniu 230 mulheres líderes rurais, de 100 organizações de 21 países, em Fortaleza, no ano de 1996. Vanete Almeida,¹⁷ fundadora e coordenadora da Rede, foi fundamental para sua organização, que chegou a representar 25 mil trabalhadoras rurais de 23 países do mundo (JALIL, 2013).

A Marcha das Margaridas mostra esse esforço de construção de uma agenda comum entre diferentes organizações, com culturas e histórias distintas, envolvendo, como menciona Cohen (2003), uma série de dificuldades na tradução de laços e demandas locais para um requerimento mais genérico, na qual questões particulares podem ser ressignificadas ao ultrapassarem fronteiras locais e, assim, se ampliar e, possivelmente, produzir novas tensões.

Outro exemplo significativo que mostra como a Marcha tem buscado ampliação e transnacionalização de suas lutas, foi a participação de uma delegação internacional na 5ª Marcha das Margaridas, em 2015, com 40 mulheres, representantes de organizações de 16 países. Elas participaram, em

¹⁷ Maria Vanete Almeida (1943-2012) foi uma agricultora, mulher negra e sertaneja, nascida em Custódia, Pernambuco. Ela foi uma grande liderança feminista, representante das trabalhadoras rurais do sertão de Pernambuco desde a década de 1980, que chegou a ser indicada para o Prêmio Nobel em 2005. Foi integrante do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e uma das fundadoras e coordenadoras da Rede LAC – Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe.

Brasília, de um seminário internacional que culminou na formação de uma rede de articulação internacional de mulheres rurais denominada “Rede Margaridas do Mundo” e na elaboração de uma carta em que estão explicitadas suas necessidades e reivindicações.

Scherer-Warren (2008) destaca desafios vivenciados pelos movimentos sociais, que também podem ser vistos em alguns momentos no processo de construção da Marcha das Margaridas, como a complexidade de temáticas e requerimentos, expressa nas amplas demandas apresentadas ao governo; a dificuldade de conciliação de temáticas prioritárias; o encontro e desencontro de agendas e de interesses; o diálogo (ou falta de diálogo) intercultural, intergeracional, interétnico, inter-regional, entre outros.

Mas olhar para a história da Marcha das Margaridas também é perceber como há diferentes lugares e formas de compreendê-la. Para que isto acontecesse de forma mais acurada, foram realizadas entrevistas com mulheres que participaram de sua construção e que a retrataram como mobilização ou ação (e como um evento), ou como articulação ou, ainda, como movimento (por vezes como rede), conforme depoimento de uma entrevistada:

Eu vejo mais como uma ação, onde há, por parte das companheiras da Contag, a intenção de transformar essa ação em um processo mais permanente. Mas eu acho que enquanto processo permanente tem uma coisa mais vinculada às mulheres da Contag, internamente na Contag. (Mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Para mim não é um evento, é uma ação em que a cada quatro anos as mulheres debatem... A cada 3 anos, por que elas fazem no quarto ano, mas a Marcha começa a preparar um ano antes, um ano e alguma coisa antes. (Mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Muitas das pessoas entrevistadas consideraram a Marcha uma grande articulação, como um espaço de diálogo e troca que, mesmo proporcionando uma identidade comum, não consegue ter um processo orgânico de atuação continuada. Algumas mulheres ouvidas destacam esforços em manter a unidade na ação entre os anos de Marcha, mas afirmam que os debates acabam

se concentrando no processo de sua organização. O fato de a Contag ter um papel maior na tomada de decisões, seja como coordenadora ou responsável por sua realização, faz com que a Marcha ainda tenha uma relação mais profunda com o movimento sindical rural. A percepção da Marcha como Rede veio de algumas pessoas, mas sem muita clareza do que diferenciaria uma articulação de uma rede.

(...) na prática a Marcha das Margaridas é muito mais uma grande rede, essa é a minha leitura, não é só uma mobilização. Eu acho que ela é um espaço onde a gente consegue dialogar com todo mundo. Na Marcha... eu acho que ela é uma grande rede, com os vários movimentos (...) organicamente eu não diria que é um movimento. (Mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas)

Mas há, entre elas, quem não concorde com a percepção da Marcha como rede, afirmando que existem diferenças entre as diversas fases, entre uma Marcha e outra, e que ela acaba não sendo contínua, não tendo uma ação permanente como algumas gostariam que fosse.

Há, também, quem afirme que a Marcha das Margaridas pode ser considerada um movimento, mesmo que um movimento dentro da Contag. De maneira geral, a concepção de movimento é colocada mais como uma perspectiva, como um vir a ser, algo que pode se constituir a partir de uma relação construída e que toma corpo a cada quatro anos, mesmo entendendo que a Marcha ainda não é organicamente um movimento, estando mais próxima das ideias de articulação ou de uma grande rede, com vários movimentos, em que todo o mundo consegue dialogar.

Eu vejo a Marcha das Margaridas como um movimento que caminha (...) por dentro da Contag. (...) ainda são as mulheres trabalhadoras rurais da Contag com a capacidade maior da Marcha em mobilização. (Mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Agora eu acho que é um movimento em análise. (...) Eu até acho que é um novo feminismo, um feminismo rural, sabe? Não é a mesma coisa do feminismo urbano, não. É um novo feminismo que nós estamos construindo. Nós estamos

construindo teoria política, sabe? Eu não sei analisar essa teoria, mas sei que o que nós estamos fazendo na Marcha das Margaridas é construindo teoria e uma prática política para ser analisada. (Mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Outra percepção importante relata que a Marcha das Margaridas vem se fortalecendo e se tornando uma referência de tal forma que tem uma força política própria, para além da Contag. Isso pode ser visto nos processos de negociação da Marcha com os governos, a abertura e a boa recepção da pauta. Em 2023, por exemplo, nove ministras(os) e representantes de outros ministérios receberam as demandas da Marcha¹⁸ e 13 ministras(os) participaram da abertura oficial¹⁹ no Parque da Cidade, em Brasília.

Mesmo diante de tão diversas compreensões sobre a Marcha das Margaridas, o que podemos afirmar como síntese das reflexões desenvolvidas aqui é que ela conquistou grande reconhecimento social e político, dando visibilidade para o movimento sindical rural no Brasil e no mundo. Ao longo dos seus 23 anos, ela tem sido fundamental para reconhecer as diversidades de mulheres e suas identidades, adaptando-se para incluí-las, de trabalhadoras rurais a mulheres do campo, da floresta e das águas (AGUIAR, 2015), além do uso do reconhecimento como Margaridas (MOTTA, 2021). Nesse processo também houve a compreensão de que muitas vezes as identidades são múltiplas, podendo ser ao mesmo tempo agricultora familiar, quilombola e mulheres das florestas, por exemplo.

Ao mesmo tempo, a Marcha mediou um aumento no diálogo do movimento sindical com o movimento de mulheres, feministas, ambientais e agroecológicos, ao ampliar seu arco de alianças para fortalecer a luta de classe e gênero (BUTTO, 2017), e trouxe para o movimento sindical rural lutas como o feminismo, a agroecologia (MOREIRA, 2019) e atualmente o enfrentamento ao racismo.

¹⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/junho/governo-federal-recebe-reivindicacoes-da-marcha-das-margaridas-2023>. Acesso em: 20 out. 2023.

¹⁹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/08/5117370-marcha-das-margaridas-abertura-recebe-13-ministros-de-lula.html>. Acesso em: 20 out. 2023.

Os feminismos na luta das mulheres rurais e na Marcha das Margaridas

Conhecer o processo de formação e fortalecimento da Marcha das Margaridas também significa tratar das epistemologias e dos movimentos feministas, em sua diversidade, em perspectiva histórica, buscando perceber como se deu a incorporação ou a percepção (ou não) por parte das trabalhadoras rurais de que as pautas feministas sempre fizeram parte das lutas da Marcha ao longo de suas edições. Tendo o(s) feminismo(s) como categoria de análise, refletimos sobre as mudanças conceituais, teóricas e práticas que vêm acontecendo nas últimas décadas e de que maneira elas se expressam no processo de articulação e luta da Marcha das Margaridas no Brasil. De acordo com os pressupostos de Ana de Miguel (1995, p. 217), pensamos que o feminismo esteve presente “sempre que as mulheres, individual ou coletivamente, se queixaram de seu injusto e amargo destino sob o patriarcado e reivindicaram uma situação diferente, uma vida melhor”.

Para melhor compreender tais movimentos e seus repertórios, é interessante considerar que, ao longo da história, diferentes foram as formas como as mulheres se articularam, tanto na teoria quanto na prática, para apresentar suas reivindicações e construir suas estratégias de ação, sempre marcadas pelos debates da igualdade e da diferença. E muitas organizações coletivas passaram a diferenciar o seu feminismo dos outros feminismos, geralmente questionando aqueles considerados hegemônicos, falando de sua particularidade. As referências históricas e as vertentes mais conhecidas são marcadas pela forte influência europeia (anglo-saxã e francesa) e norte-americana, o que tem sido alvo de muitas críticas atualmente, que destacam a visão eurocêntrica que orienta as reflexões e principais teorias feministas.

O que é importante para este artigo é compreender as principais questões trazidas pelos feminismos para buscar identificar de que forma a Marcha das Margaridas dialoga e fortalece essas lutas e perspectivas, assim como tentar perceber quais os feminismos que mais dialogam com as identidades e repertórios de ação coletiva construídos pela Marcha.

Algumas autoras debatem sobre a história do feminismo a partir da ideia de ondas, tais como Rebecca Walker (1992), Céli Pinto (2010), Linda Nicholson

(2013), Marlise Matos (2014), ou o problematizam como Nancy Hewitt (2010) e Donna Goodman (2019). A primeira onda, do fim do século XIX até meados do século XX, foi marcada pelos clamores por igualdade de direitos, em especial os direitos civis e políticos, sendo a luta sufragista um de seus marcos, como comenta Céli Pinto (2010). A segunda onda, demarcada entre os anos de 1960 e o final dos anos 1980, trouxe à tona os debates e os questionamentos, sobre o que seria ser mulher, de estruturas que oprimiam as mulheres sob formas de violência e subordinação no cotidiano, afirmando a existência de uma dominação dos homens sobre as mulheres e de relações desiguais de gênero, com foco em temas relacionados à construção das subjetividades e da sexualidade feminina, marcada pelos embates entre o feminismo da igualdade e o da diferença, na luta por liberdade (FRANCHINI, 2017; ZIRBEL, 2021).

A terceira onda, do final dos anos 1980 até os dias atuais, trouxe o questionamento de pensamentos categóricos, estruturantes ou padronizadores, com centralidade na demarcação das diversidade de experiências vividas pelas mulheres, suas especificidades e importância de auto-organização a partir desta identidade, com força para o feminismo negro, assim como pela desconstrução do estereótipos de gênero, trazendo o debate sobre a importância do reconhecimento das mulheres trans, dialoga com os estudos de gênero e as teorias do patriarcado, tanto das marxistas quanto das pós-estruturalistas, além dos estudos pós-feministas ou pós-modernas e sua perspectiva culturalista (FRANCHINI, 2017; ZIRBEL, 2021). Atualmente, fala-se ainda de uma quarta onda do feminismo que seria interseccional, digital e coletiva, como dizem Olívia Cristina Perez e Arlene Ricoldi (2019), caracterizada pela desinstitucionalização, pela horizontalidade, pela organização em grupos ou coletivos, pelo retorno às ruas caráter intersetorial, divisão e disputa entre vertentes e caráter transnacional. Quanto à ideia de retorno dos movimentos às ruas e à transnacionalidade, vários movimentos como a Marcha Mundial das Mulheres, e mesmo a Marcha das Margaridas, diriam que eles nunca saíram das ruas e que são transnacionais há cerca de duas décadas, além de terem tido sempre uma perspectiva coletiva.

Ao olhar para as tão faladas ondas do feminismo, vemos que as mobilizações da Marcha das Margaridas, ao longo dos anos, vai dialogando com todas as

tipificações, pois no início de sua organização teve forte influência dos debates sobre os direitos civis e políticos pautados pela primeira onda, uma vez que a luta era por reconhecimento como trabalhadora, documentação civil, e a consequente ampliação da participação e representação política. Na segunda onda, podemos ver uma relação com a leitura das estruturas e as instituições, inclusive sindical, que mantêm e reproduzem as relações de opressão e violência, enquanto na terceira se verifica a incorporação das questões da diversidade entre as mulheres, o que inclusive se expressa depois da ampliação das identidade das mulheres da Marcha (de mulheres trabalhadoras rurais, para mulheres do campo, das águas e das florestas), como tratamos mais à frente, assim como uma atenção maior às mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras. Nas Marchas de 2019 e 2023 (CONTAG, 2019, 2023), conseguimos observar também a busca por uma leitura interseccional e a influência da atuação digital, principalmente pautada pelas jovens.

Com relação ao feminismo no Brasil, podemos perceber ainda as conexões históricas e os diálogos com a organização e luta das mulheres. Como mostra Céli Regina Jardim Pinto (2003), tivemos nos país as seguintes fases: a primeira, marcada pela luta por direitos políticos de participação e voto e pela ação das mulheres anarquistas, do final do século XIX a meados do século XX; a segunda, em que a luta contra a ditadura e pela redemocratização do país foi o contexto de reação e da rearticulação dos partidos e dos movimentos sociais, em especial pelos movimentos de mulheres e feministas e pelas organizações do campo, entre os anos 1960 e 1980; e a terceira, na qual o neoliberalismo impôs sua agenda e os movimentos feministas passaram por um processo de institucionalização e fragmentação e por uma grande ebulição e ampliação das lutas no meio rural.

Olhando para estas fases no Brasil, conseguimos identificar como as lutas das mulheres rurais no sindicalismo rural fazem parte da segunda fase de redemocratização e rearticulação dos movimentos sociais, na busca por sair da invisibilidade e do isolamento do mundo privado para o reconhecimento de seu trabalho produtivo, por intermédio da afirmação nos espaços públicos e, especificamente no movimento sindical, da identidade de mulheres

trabalhadoras rurais. Serem consideradas como trabalhadoras era parte de uma longa caminhada de afirmação de sua contribuição social, econômica e política, que deveria se expressar nas leis, nas políticas públicas, nos movimentos e na sociedade (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Ao mesmo tempo, na terceira fase, vê-se a Marcha das Margaridas como expressão da ampliação das lutas, assim como do enfrentamento ao risco de fragmentação das articulações perante o desafio do alargamento das identidades. E aqui vemos como estas mulheres se organizaram em diálogo com os movimentos feministas no Brasil.

Sabemos que desde a década de 1960, no processo de construção, desconstrução e reconstrução do(s) feminismo(s), vários vão se desenhando a partir de diferentes perspectivas analíticas ou sujeitos visibilizados, tais como o feminismo marxista, o radical, o pós-moderno, o feminismo negro, o comunitário, o camponês popular. E podemos perceber que a organização das mulheres do sindicalismo rural da Contag e da Marcha das Margaridas, em alguma medida, bebem um pouco de cada uma destas concepções.

Entre os vários feminismos, observamos que os documentos e debates realizados pela Marcha das Margaridas se aproximam do feminismo marxista, que vê como causa da subordinação feminina a própria organização da economia e do mundo do trabalho, marcado pelo acesso aos meios de produção e o fim da divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003; SAFFIOTI, 2004), visto que o conceito do trabalho é central na afirmação dessas mulheres como trabalhadoras rurais e na percepção, ao longo de suas edições, da necessidade de problematizar a sobrecarga de trabalho e questionar os lugares preestabelecidos pela divisão sexual do trabalho.

Também há, em alguns momentos, um diálogo com o feminismo radical, que é identificado por considerar que a raiz da dominação masculina está no patriarcado, que separa e hierarquiza princípios e valores com base em dualismos como razão/emoção, objetivo/subjetivo, público/privado, homem/mulher. Essa ideologia estruturante parte da ideia da natureza inferior e imutável das mulheres, o que justificaria a opressão e sujeição impostas a elas, expressa no controle dos seus corpos e vidas: a dominação se dá, então, segundo essa corrente, a partir do sistema de dominação social do sexo (SAFFIOTI, 2004, 2013).

Nos últimos anos, percebemos ainda influências do feminismo pós-moderno na medida em que este debate sobre as diversidades das mulheres, pelo questionamento à visão da mulher como um ser homogêneo que desconsidera as suas várias vivências e performances. Essa perspectiva tem contribuído para trazer à tona debates a respeito das realidades das mulheres negras, das lésbicas, das indígenas e camponesas, e os feminismos (que passaria a ser tratado no plural), despertando reflexões sobre a necessidade da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) ou da consubstancialidade (KERGOAT, 2010), movimento que a Marcha também tem procurado fazer, especialmente quanto ao reconhecimento das diversidades de mulheres do campo, das águas e das florestas.

Identificamos ainda influência do feminismo negro, comunitário e camponês popular nos documentos da Marcha. Do feminismo negro, que tem como principais referências Bell Hooks (1984, 1994, 2000), Angela Davis (1998, 1999, 2017), Sueli Carneiro (2001, 2011) e Lélia Gonzalez (1982, 1983), que demarcam fortemente a realidade vivida pelas mulheres negras, oprimidas pelos(as) brancos(as) (homens e mulheres) e pelos homens negros, pautando a necessidade do olhar interseccional entre gênero, raça e classe (MEDINA, 2013). Esta busca tem marcado especialmente as duas últimas marchas (2019 e 2023), trazido especialmente pelas mulheres quilombolas e dos movimentos feministas.

A aproximação com o feminismo comunitário se apresenta pelas questões comuns que mostram as conexões entre as mulheres, seus corpos, seus territórios, sendo a comunidade o lugar de identidade, de vida e de resistência, que engloba um feminismo indígena, que procura construir-se a partir de um processo de luta das mulheres desde a sua cosmovisão e da percepção de sua relação com *la madre tierra* para a construção do *buen vivir*. Autoras como Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014), Lorena Cabnal (2010) e Maria Galindo (2013) têm sido fundamentais no processo de construção de concepções teóricas e práticas desse novo feminismo (GARGALLO, 2014). Na medida em que as Margaridas também têm tido o território como uma referência de denúncias e anúncios, além de haver uma busca por perceber as diferentes visões de mundo

das mulheres quilombolas, indígenas, das águas, e considerá-las nas reivindicações, a inspiração do feminismo comunitários parece presente.

Por fim, há uma explícita convergência da Marcha das Margaridas com o feminismo camponês e popular, a partir das mulheres organizadas em torno da Via Campesina, especialmente na América Latina, que se coloca como uma tentativa de aproximar o feminismo e a luta pela emancipação humana com base na perspectiva das mulheres camponesas, desde a sua realidade de vida, trabalho e relações, na luta contra o patriarcado e o capitalismo. Elas buscam ressignificar os conceitos de família, de trabalho, de cozinha (aproximando produção e reprodução), de natureza, a partir da valorização do que têm construído para a soberania alimentar (SANTOS, 2021). Pretendem ainda, apoiadas no debate das classes, aproximar-se das trabalhadoras das classes mais desfavorecidas do campo e das cidades, fortalecendo a luta das classes populares. Esse debate integra um projeto político emancipatório no qual as mulheres camponesas possam se ver e se reconhecer como sujeitos da transformação (BUTTO, 2017).

Para Táboas (2018), o Feminismo Camponês Popular é a

(...) construção de um projeto político essencialmente vinculado à realidade concreta e cotidiana das mulheres camponesas latino-americanas, uma prática política em constante construção que se apoia em um tripé – organização popular, formação política e luta de massas – e tem como horizonte a libertação das mulheres e do povo latino-americano, entendendo que esta é uma realização coletiva, não uma tarefa para ser cumprida individualmente (...) Reflete fundamentalmente as práticas diárias de resistência à dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista protagonizada por mulheres camponesas latino-americanas. (p. 86)

Essa conexão se concretiza na incorporação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na coordenação ampliada da Marcha das Margaridas desde o ano de 2019, que está à frente dos debates e defesa do Feminismo Camponês Popular no Brasil.

Ao olhar para essa miríade de feminismos e suas especificidades, podemos perceber que no âmbito da organização das mulheres trabalhadoras rurais do

sindicalismo rural da Contag há uma maior aproximação com o feminismo marxista, que tem centralidade na questão do trabalho, e o feminismo radical, que olha para as opressões estruturalmente instituídas, enquanto no âmbito da Marcha das Margaridas haveria uma ampliação de diálogos com outros feminismos, exatamente por ser este um espaço que acolhe e troca com várias organizações e movimentos, fazendo mais aproximações, por exemplo, com o feminismo comunitário, o camponês e popular e o movimento negro. Todavia, não acreditamos que há uma intenção em se “filiar” ou escolher uma linha única, específica a seguir ou mesmo de criar uma nova linha do feminismo: percebemos que a Marcha das Margaridas, como espaço de encontro e unidade, tem buscado aprender de cada movimento e seu(s) feminismo(s) o que pode contribuir para fortalecer e ampliar conquistas e melhoria na qualidade de vida das mulheres do campo, das águas e das florestas.

Embora tenhamos apresentado a relação do movimento de mulheres do sindicalismo rural com o feminismo, é importante dizer que tal relação não é automática nem tranquila. Em entrevistas realizadas para a dissertação de Sarah Moreira (2019), o debate em torno do feminismo mostrou os desafios do autorreconhecimento das mulheres como feministas, mesmo em meio a algumas que faziam parte da organização e das lutas específicas femininas, dentro de um movimento sindical rural misto.

Paralelamente, algumas falas reforçam o fato de a Contag ser um movimento classista, misto, com mulheres, e não um movimento feminista, mas com militantes e ações feministas dentro de organização, inclusive para além da Marcha das Margaridas. Também chamou a atenção o fato de a Marcha das Margaridas não poder ser vista apenas como um gueto de mulheres dentro da Contag: ela precisa envolver o coletivo da organização, assim como as outras mulheres e/ou feministas da Direção ou da equipe de assessoras que atua no movimento. Nesse processo, algumas falas reforçam que a Marcha – como espaço de luta das mulheres rurais – também possibilitou a construção de sujeitos feministas dentro e fora do movimento sindical rural, como analisa Butto (2017). Nesse sentido, uma liderança da Marcha das Margaridas comenta:

Na primeira Marcha a gente não conseguia falar do feminismo como uma coisa geral, mas eu me lembro que nos estados já traziam a coisa mais elaborada. Foi o Ceará que fez a camiseta lilás (símbolo do feminismo), enquanto todas as outras fez verde. Depois eu me lembro que na Marcha de 2003 toda a estratégia para colocar o lilás e a gente fez essa atividade de formação na preparação. Então eu acho que teve um crescente. Tinha na coordenação da Marcha das Margaridas essa visão do feminismo, mas como ir colocando de forma geral pro conjunto das mulheres foi um processo. E foi um processo que foi crescendo, foi crescendo tanto em torno dos símbolos feministas... que passa pela cor, que passa por outras questões, mas também de como o conteúdo aparece. (Mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)²⁰

Como mencionam algumas entrevistadas, o feminismo sempre foi uma palavra meio “maldita”, principalmente nos movimentos mistos. Até mesmo em alguns movimentos de mulheres, e mulheres de movimentos autônomos, estas não se assumiam como feministas. Ao mesmo tempo, as mulheres do movimento sindical (lembram algumas) não eram bem-vistas pelo movimento feminista: eram consideradas “atrasadas”. No entanto, a Marcha das Margaridas passou a colocá-las em outro lugar, em outro patamar, de mais respeito, de mais reconhecimento quanto à sua contribuição para a luta feminista. E Medeiros (2012) chama a atenção para o que pode ter possibilitado esse processo de aproximação do feminismo:

(...) descobrir pontos comuns à situação das mulheres, conferir às disputas privadas um alcance público e converter mal-estares pessoais em causas coletivas. As ativistas que vêm em seguida não inventam abruptamente os papéis que desempenham, mas habitam universos de sentidos que lhes são legados, reorganizando-os em favor dos novos desafios que se apresentam. (p. 19)

Como nos mostra o trabalho de Aguiar (2018), muitas vezes as mulheres não se diziam abertamente feministas, especialmente pelo preconceito que permeia esse conceito, como revela a fala de Carmen Foro: “A palavra

²⁰ Entrevista realizada em 2018 pela autora Sarah Luiza de S. Moreira como parte do levantamento de dados para a elaboração da *dissertação A contribuição da Marcha das Margaridas para as políticas públicas de agroecologia no Brasil*, sob a orientação da professora Suzi Huff, defendida na UnB no ano de 2019.

feminismo ou feminista dentro do movimento sindical é tratada com muito preconceito, portanto falar ‘eu sou uma feminista’ custa caro [...]” (AGUIAR, 2018, p. 228). Mas com os processos formativos e a relação com outros movimentos feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), as sindicalistas passaram a perceber que suas práticas eram as mesmas das “tais feministas”, embora não as nomeassem dessa forma.

Um momento de avanço nesse processo deu-se a partir do I Curso Nacional de Formação Político Sindical para Mulheres, organizado pela Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc) e pela Secretaria de Mulheres da Contag, somado à participação de muitas representantes das Comissões Estaduais de Mulheres das Federações do sistema Contag na 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (2010), no qual várias participantes deram depoimentos a respeito do seu reconhecimento como feminista ou como (ou quando) se viam feministas (AGUIAR, 2018).

Eu me acho feminista quando eu tô lá no meu estado defendendo a reforma agrária, eu me acho feminista quando eu tô lá defendendo as trabalhadoras rurais assalariadas, e me acho feminista também quando tamos defendendo as mulheres trabalhadoras que estão sendo vítimas de violência [...]. Acredito que o feminismo somos nós quando estamos lutando por direito, igualdade e oportunidade [...] (Luziete, Secretaria de Mulheres da Federação do estado de Sergipe, 2010). (p. 228)

Esta mudança pode ser percebida na pesquisa denominada “Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos”, feita pelo Grupo de Pesquisa Alimento pela Justiça a partir de entrevistas com as participantes da Marcha das Margaridas 2019, que mostraram, na pesquisa face a face, que a ideia da maioria delas relacionava feminismo com luta, igualdade de direitos e liberdade, com 83,5% apresentando uma visão positiva do feminismo, contra 8% que ainda viam o feminismo de forma negativa, e 8,5% de forma ambivalente. Sobre o feminismo, a pesquisa conclui que:

Grande maioria das mulheres se declarou totalmente feminista, ou feminista em parte. A maioria das mulheres

defende os direitos de igualdade entre marido e mulher, em relação à responsabilidade pelas crianças, trabalho, participação política e sexualidade e enfatizam a importância da interferência em situações de violência contra as mulheres. Elas também reconhecem os direitos de minorias. Uma pauta tradicional do movimento feminista, a legalização do aborto, foi criticada pela maioria, mas elas negaram um punitivismo severo. A grande maioria reconheceu as desigualdades raciais existentes no país. (TEIXEIRA *et al.*, 2021, p. 85)

No que diz respeito à Marcha das Margaridas e o feminismo, há uma compreensão geral, em especial pelas mulheres da própria Contag, de que as ações da Marcha das Margaridas sempre tiveram uma perspectiva feminista, mesmo que individualmente algumas lideranças ainda não tivessem assim se identificado.

Muita gente questiona se nós somos feministas ou não somos feministas (...) pra mim a Marcha das Margaridas tem, enquanto base estrutural, na sua plataforma, o ideal feminista. Eu sei que o conjunto das mulheres que participam da Marcha não tem isso aprofundado. Acho que é um bom desafio (...) havia uma negação política disso. E nós hoje andamos bastante! Eu sei que na maioria da leitura mais geral isso se dá a partir das principais lideranças. As principais lideranças articulam, formulam, percebem, articulam com toda uma agenda feminista as questões, mesmo que a maioria da base não se reconheça, não entenda como. (Mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Mas tendo ou não tendo a palavra feminista nos textos da Marcha, os seus conteúdos, desde o início, encontram um lugar na plataforma feminista. Inclusive a Marcha de 2000 ela tem um lema que é o mesmo lema da Marcha Mundial das Mulheres. (Mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Sempre foi um lugar de conflito e de tensão dentro das organizações mistas (...) E essa tensão produz novos processos. Então foi o que nós vivemos. Em alguns momentos sendo muito questionada, noutros momentos até recuando, noutros momentos fazendo muita tensão, mas não perdendo de vista que a Marcha das Margaridas tem uma agenda e tem por trás todo um ideal feminista de mudança, de questionamento do

atual sistema, do sistema patriarcal. (Mulher representante da Secretaria de Mulheres da Contag)

Portanto, ao observar a relação das mulheres do sindicalismo da Contag e da Marcha das Margaridas com o feminismo, pudemos identificar que ao longo do seu processo organizativo foi havendo uma mudança na ideia negativa, pejorativa das feministas como mulheres que não gostavam de homens, como se esta fosse uma luta contra os homens. Com os processos formativos internos e as parcerias com movimentos feministas, como a MMM e a AMB, esta visão foi se desfazendo e as sindicalistas passaram, de forma geral, a ter uma visão mais positiva do feminismo, relacionando-o à luta, à liberdade e à igualdade de direitos. Apesar de algumas considerarem que desde o princípio a Marcha das Margaridas se baseou em princípios feministas, o processo de fortalecimento da organização e mobilização das mulheres contribuiu para que a identidade feminista fosse se aprofundando e as sindicalistas da Contag passassem a se identificar cada vez mais como feministas.

Vimos que a perspectiva feminista vai amadurecendo na Marcha das Margaridas à medida que as reivindicações das mulheres por reforma agrária, acesso à água, por saúde integral e contra a violência passam a ser compreendidas como parte de uma luta contra o patriarcado. A Marcha vai se constituindo, assim, como um espaço de construção de sujeitos feministas, como afirma Andrea Butto (2017).

Ao mesmo tempo, é interessante perceber que também há um aprendizado por parte dos movimentos feministas, que é visto como eminentemente urbano, a partir da relação com o sindicalismo rural, especialmente por intermédio da Marcha das Margaridas. Isso pode ser observado a partir da incorporação de pautas das mulheres do campo, das florestas e das águas, como acesso à terra, à água, por apoio à organização produtiva no meio rural, com fomento, assistência técnica, entre outras, à agenda feminista de alguns movimentos que antes não debatiam esses temas. Se por muito tempo a visão geral limitava a luta feminista às reivindicações pelo fim da violência contra as mulheres, com o diálogo com as mulheres trabalhadoras rurais e a ampliação de demandas ligadas ao mundo rural, o(s) feminismo(s) também se fortaleceram nessa relação.

Assim, em diálogo com o referencial teórico e histórico do feminismo, é interessante refletir sobre a forma pela qual esse processo de construção de novos feminismos (comunitário, popular, camponês) poderia convergir na ideia do feminismo como um espaço de encontro das lutas antipatriarcais, antirracistas, anticapitalistas, antiétnocêntricas, em uma perspectiva consubstancial. Como dito anteriormente, consideramos que a Marcha das Margaridas pode ser vista como um lugar de construção de um feminismo que é um encontro entre feminismos (um singular, como projeto político, que acolhe as multiplicidades, os feminismos no plural), um espaço no qual o reconhecimento das diversas identidades vai somando causas e construindo caminhos comuns, sem necessariamente criar um novo feminismo ou precisar se filiar a um dos feminismos que foram apresentados.

É importante destacar que quando falamos aqui de reconhecimento e representação dialogamos com a teoria da justiça social de Fraser (2004) que, a partir da leitura do movimento feminista, fala das dimensões cultural do reconhecimento, expressa também na representação, e econômica da distribuição identificadas nas lutas sociais. Em sua teoria, ela reforça que só haverá justiça social se houver, ao mesmo tempo, garantia de reconhecimento, como demonstra a luta travada pelas mulheres para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais (também percebida a partir da luta por representação, revelada na demanda por participação política para ocupação nos cargos de decisão do movimento sindical), e de redistribuição material, como mostra toda a pauta de acesso igualitário aos bens e riquezas para a segurança da liberdade. E assim vemos as mulheres do MSTRR e da Marcha das Margaridas em sua centralidade na luta por justiça social.

Por fim, conseguimos identificar como esse processo de organização e luta das mulheres rurais no sindicalismo da Contag foi de fato mostrado pelas dimensões da teoria da justiça social de Nancy Fraser. Vimos a dimensão cultural do reconhecimento, marcada pela afirmação das identidades de mulheres trabalhadoras rurais, do campo, das águas e das florestas, como agentes de transformação do campo a partir do seu trabalho e da vivência de opressão e violência pelo fato de serem mulheres em toda sua diversidade, de geração, sexualidade, regionalidades. A dimensão política da representação

perpassa toda a sua história de luta pela valorização e visibilidade de sua contribuição política para as lutas sindicais e feministas, no enfrentamento a um processo histórico de exclusão, tanto no diálogo com o Estado, no reconhecimento de suas demandas específicas e de seu papel político, quanto no próprio movimento sindical, na pressão por mais igualdade de condições de atuação e participação. E por fim, a dimensão econômica da distribuição que vai se fortalecendo ao longo do acúmulo de debates e reflexões, emergindo a partir das necessidades concretas das mulheres em seu cotidiano de busca pela sustentabilidade da vida, muito marcada pelos debates em torno da organização produtiva, e sendo fortalecida pelos diálogos relativos às políticas públicas que foram sendo construídas em respostas às suas demandas específicas, mas que impactam a vida de todas as pessoas.

Considerações finais

Conhecer a organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais e da Marcha das Margaridas é parte fundamental da história dos 60 anos do sindicalismo rural da Contag. Para isso, fizemos, no artigo, um percurso de retomada dos processos de organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais dentro do movimento sindical, a partir de todos os Congressos realizados, e dos movimentos de mulheres e feminista no Brasil para compreender como a Marcha das Margaridas, organizada pela Contag, se constitui a maior mobilização de massa das mulheres rurais da América Latina.

Vimos como essa trajetória das mulheres trabalhadoras rurais da Contag possibilitou uma revisão e atualização do próprio sindicalismo rural à medida que problematizaram os sujeitos e a forma de fazer política e reforçaram a urgência de reconhecer as mulheres como trabalhadoras, e suas demandas específicas, e de incluí-las nos espaços de poder e decisão, com destaque para a importância das instâncias internas de auto-organização e as ações de discriminação positiva (como cotas e paridade). Tal organização permitiu ainda afirmar a importância dos espaços de formação para uma inclusão com qualidade, para além da quantidade, e apoiar outros sujeitos

também historicamente invisibilizados, como as(os) jovens e a Terceira Idade.

Já com a Marcha das Margaridas, é interessante perceber os aprendizados que o processo de ampliação das articulações e parcerias que passaram a integrar sua coordenação ampliada trouxeram tanto com relação à amplitude e multiplicidade das identidades das mulheres do campo, das águas e das florestas quanto para as novas problemáticas que os debates ambiental, agroecológico e feminista vinham trazendo, questões que foram sendo incorporados e têm crescido e se fortalecido ao longo das edições. Nesse sentido, a Marcha das Margaridas vem sendo cada vez mais reconhecida como uma luta com ampla representatividade e força política, como mostra o aumento progressivo de participação nas marchas e os diálogos com tantas instâncias governamentais, fazendo com que a cada edição mais organizações e movimentos se somem a esta articulação.

Ao observar a relação entre a Marcha das Margaridas e o feminismo, foi possível perceber como a Marcha, com seus processos formativos internos e suas parceria com movimentos feministas como a Marcha Mundial das Mulheres (desde a sua primeira edição) e a Articulação de Mulheres Brasileiras, contribuiu para que as mulheres do movimento sindical rural mudassem sua concepção acerca do feminismo, quebrando preconceitos e estereótipos negativos, passando a aceitá-lo como sinônimo de luta, igualdade e liberdade, o que estava em acordo com as lutas que elas vinham travando há décadas na Contag. Assim, foi possível perceber que ao mesmo tempo que o sindicalismo aprende com o movimento feminista, este também cresce ao conhecer melhor a realidades das mulheres trabalhadoras rurais e com as mulheres do campo, das águas e das florestas.

Por fim, é fundamental reconhecer que a Marcha das Margaridas vem fortalecendo a Contag e o sindicalismo rural brasileiro, a partir da ação das mulheres trabalhadoras rurais. Essa grande mobilização de massa se tornou uma referência de luta e tem mostrado força política nas negociações e nos processos de formações, ao mesmo tempo que se (re)afirma como feminista e aumenta o poder das mulheres rurais em sua diversidade. Vale dizer, portanto,

que a Marcha reforça e amplia as fileiras da luta contra o machismo, o patriarcado e todas as formas de violência contra as mulheres.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos. *In: ALVAREZ, Sonia; Evelina, DAGNINO ESCOBAR, Arturo. Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, Curitiba, v. 15, p. 261-295, 2016.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Niterói: EdUFF; Vinhedo: Horizonte, 2013.
- BUTTO, Andrea. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito político*. 2017. 277 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25468>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitário*. Las Segovias: ACSUR, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de*

- (Org.). *Pensamento feminista. Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Texto base para debates – Marcha das Margaridas 2000*. Brasília: Contag, 2000.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Pauta de reivindicações – Marcha das Margaridas 2000*. Brasília: Contag, 2000.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Texto base para debates – Marcha das Margaridas 2003*. Brasília: Contag, 2003.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Revista 40 anos da Contag*. Brasília: Contag, 2003.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2007*. Brasília: Contag, 2007.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2011*. Brasília: Contag, 2011.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Pauta de reivindicações – Marcha das Margaridas 2011*. Brasília: Contag, 2011.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Caderno de textos para estudos e debates – Marcha das Margaridas 2015*. Brasília: Contag, 2015.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Pauta de reivindicações – Marcha das Margaridas 2015*. Brasília: Contag, 2015.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Caderno de textos para estudos e debates – Marcha das Margaridas 2019*. Brasília: Contag, 2019.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Plataforma política Marcha das Margaridas 2019*. Brasília: Contag, 2019.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Revista Marcha das Margaridas 2019*. Brasília: Contag, 2019.

- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *A Contag*. Brasília: Contag, 2023.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Anais do 9º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília: Contag, 2005. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1433230809_19012017151345.pdf. Acesso em 25 out 2023.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Anais do 10º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília: DF, 2009. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/publicacao/publicacao09.pdf>. Acesso em: 25 out 2023.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17345-2364136-anais-do-11%C2%BA-congr.-nac.-dos-trabalhadores-rurais-de--04-a-08-de-marco-de-2013-menor.pdf>. Acesso em: 25 out 2023.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Anais do 12º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília: DF, 2017. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_374159712_06052019151716.pdf. Acesso em: 25 out 2023.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Anais do 13º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Brasília: DF, 2021. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17293-6683804-anais-web.pdf>. Acesso em: 25 out 2023.
- CRENSHAW, Kimberlè. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, n. 12, p. 171-88, 2002.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DE MIGUEL, Ana. Feminismos. In: AMORÓS, Celia (Org.). *10 palavras claves sobre mujer*. Navarra: Verbo Divino, 1995.
- ESMERALDO, Gema Galgani. O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. Resenha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rvQd7dyG3k7QrJTzfWg3KKj/>. Acesso em: 24 out 2023.

- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 12, n. 1, 2004.
- FRANCHINI, Bruna Santiago. O que são as ondas do feminismo? *QG Feminista*, online, 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>. Acesso em: 24 out. 2023.
- FRASER, Nancy. De la redistribution a la reconnaissance? Les dilemmes de la justice dans une ère 'Postsocialiste'. In: COLLIN, Françoise; DEUTSCHER, Pénélope (Orgs.). *Repenser le politique: l'apport du féminisme*. Paris: Campagne Première, 2004.
- GALINDO, María. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar*. Teoría y propuesta de la despatriarcalización. La Paz: Mujeres Creando, 2013.
- GALINDO, Eryka. *Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e as repercussões no sindicalismo*. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31181>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014. Disponível em: <https://francescagargallo.files.wordpress.com/2014/01/francesca-gargallo-feminismos-desde-abya-yala-ene20141.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p.7-41, 1995.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *NERA*, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, 2006.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 37, n. 132, 2007.
- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- JALIL, Laeticia. *As flores e os frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marilene et al. (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:*

- desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 4, n. 7, 2012.
- MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. *A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil*. 2019. 193 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/37630>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- MORENO, Renata Faleiros Camargo. *Além do que se vê – uma leitura da contribuição do feminismo para a economia*. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.
- MOTTA, Renata. Feminist solidarities and coalitional identity: the popular feminism of Marcha das Margaridas. *Latin American Perspectives*, v. 48, n. 5, p. 25-41, 2021.
- PATEMAN, Carole. O contrato sexual. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016a.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 15, edição especial, 2016b.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira; BONI, Valdete. Movimentos de mulheres agricultoras e Ecologia. In: *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.
- PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. *A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva*. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., Monterrey, México, 2019. *Anais...* Monterrey: ALACIP; AMECIP; Tecnológico de Monterrey, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos das histórias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou silêncios da história*. Bauru: Educs, 2005.
- PIMENTA, Sara Deolinda. *Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural*. 2012. 87 f. Monografia (Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/54814>. Acesso em: 9 mar. 2023.

- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>. Acesso em: 20 out. 2023.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, Michela Katiúscia Calaça Alves dos. *O feminismo camponês popular: resistência e revolução*. 452 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/22951>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. História: debates e tendências. Passo Fundo: Editora da UPF, 2008.
- SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n.3, p. 38-48, 2002.
- SILVA, Berenice Gomes da. *Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SILVA, Berenice Gomes da. *A marcha das margaridas: lutas sociais e resistências das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil no século XXI*. 2021. 207 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.
- TÁBOAS, Ísis Menezes. *É luta! Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência*. Rio de Janeiro: Lumun Juris, 2018.
- TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. *Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)*. 2018. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. *Contag 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

- TEIXEIRA, Marco Antonio *et al.* *Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos*. Food for Justice Working Paper Series, n. 2. Berlim: Food for Justice, 2021.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, 2010.
- ZIRBEL, Ilse. Ondas do Feminismo. *Mulheres na Filosofia*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <http://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 24 out. 2023.

Como citar

MOREIRA, Sarah; THEODORO, Suzi Huff. A luta das mulheres trabalhadoras rurais da Contag: a Marcha das Margaridas em diálogo com o(s) feminismo(s). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331210, 27 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_10.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.


Seção Temática

Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag

Mulheres jovens trabalhadoras rurais: a emergência de uma nova categoria política e suas repercussões no sindicalismo rural

Young rural women workers: the emergence of a new
political category and repercussions on rural trade unionism

 **Eryka Galindo**¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_11

Resumo: O objetivo pretendido com este artigo foi analisar as interações entre as categorias políticas ‘mulheres trabalhadoras rurais’ e ‘juventude trabalhadora rural’, dentro da Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), evidenciando as contribuições e tensões geradas na ação sindical, sobretudo, a partir da maior participação das ‘mulheres jovens trabalhadoras rurais’, que surge como categoria política no sindicalismo, assumindo características próprias. A pesquisa se baseou em metodologia qualitativa, tendo por principal referência as narrativas biográficas de três diretoras da Contag, além de documentos institucionais. Dentre as principais conclusões está a de que as mulheres trabalhadoras rurais inauguraram uma forma de ação baseada em três pilares, voltados à constituição de: i)

¹ Pesquisadora Doutora do Grupo de Pesquisa Júnior “Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy” do Lateinamerika-Institut da Freie Universität Berlin (LAI/FU Berlin). E-mail: erykagalindo@gmail.com.

espaços e processos de formação e auto-organização específicos; ii) medidas de ampliação das condições de participação; iii) ações coletivas de caráter público. Assim, institucionalizaram condições para a emergência de outras categorias políticas, desde a interseção de gênero, geração e classe. É desse processo que emergem as mulheres jovens trabalhadoras rurais, que passam a reivindicar essa identidade política e a tecer um campo de articulação que repercute no sindicalismo, pautando novas abordagens sobre temas presentes na agenda sindical e disputando espaço de poder e visibilidade sobre suas questões.

Palavras-chave: mulheres trabalhadoras rurais; juventude trabalhadora rural; Contag; narrativas biográficas; gênero; geração; políticas afirmativas.

Abstract: This article analyzes interactions between the political categories of “rural women workers” and “young rural workers” within the National Confederation of Rural Workers and Family Farmers (CONTAG). The contributions and tensions generated in trade union action are highlighted, especially those resulting from increased participation by “young rural women workers,” a new political category which has emerged in trade unionism with its own unique characteristics. The research utilized qualitative methodology based on biographical narratives of three CONTAG directors and CONTAG institutional documents. One of the main conclusions is that rural women workers instituted a new form of action based on three pillars: i) specific spaces and processes for training and self-organization; ii) measures to expand conditions for participation; iii) collective actions of a public nature. In doing so, they institutionalized the conditions required for other political categories to emerge from the intersection of gender, generation, and class. These newly formed categories include young rural women workers, claiming this political identity and weaving together a field of interconnections that has repercussions for trade unionism, guiding new approaches to issues on the trade union agenda and disputing the space of power and visibility over their work.

Keywords: rural women workers; young rural workers; CONTAG; biographical narratives; gender; generation; affirmative policies.

Introdução

São variadas as formas e temas por meio dos quais se pode contar as seis décadas de história da Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). Uma dessas formas é a partir dos sujeitos políticos que emergem e se afirmam ao longo desse período.

Essa profusão de sujeitos e suas reivindicações marcam a história do sindicalismo rural, desde as lutas de trabalhadores da cana e de grandes plantações, destacadamente a partir das greves dos anos 1970 (MEDEIROS, 1989), dos posseiros pelo direito à terra na década de 1980, ou mesmo, da construção da noção de agricultores e agricultoras familiares nos anos 1990 (SCHNEIDER, 1999, 2003).

O Brasil pós-redemocratização também foi palco do surgimento de movimentos sociais, que traziam consigo identidades pouco visíveis até aquele momento. A emergência desses atores sociais também se expressam em disputas por representação e reconhecimento que afetam a própria forma de ação do movimento sindical coordenado pela Contag,² novas categorias políticas marcadas pela intersecção de gênero, de geração e classe, sendo elas as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude trabalhadora rural, nos anos 1980 e 1990, respectivamente (PIMENTA, 2012; GALINDO, 2012, 2017; TEIXEIRA, 2023).

‘Mulheres trabalhadoras rurais’ e ‘juventude rural’ se constroem como categorias políticas importantes dentro do sindicalismo rural, marcadas por formas de autoidentificação e pertencimento próprios e construídas em contextos e condições sócio-históricos particulares. O trabalho de pesquisa que deu origem a este artigo evidencia as interações construídas entre elas, possibilitando que muitas lideranças reivindicassem o seu lugar como ‘mulheres jovens trabalhadoras rurais’, emergindo daí outra categoria política, de características particulares.

² Este termo busca abarcar o conjunto de entidades que integram o sistema Contag, sendo elas, as Delegacias Sindicais, Sindicatos e Federações filiadas. Embora as referidas entidades costumem se automear “Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (Msttr)”, este trabalho adota termo alternativo – Movimento Sindical Coordenado pela Contag – dada a existência de outros sistemas sindicais de representação da agricultura familiar, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf – Brasil), que se originou no final dos anos 1990 e recebeu, em 2023, do Ministério do Trabalho e Emprego, seu registro formal como entidade sindical.

O objetivo pretendido com este artigo foi analisar as interações entre as categorias políticas mulheres trabalhadoras rurais e juventude trabalhadora rural, dentro da Contag, evidenciando as repercussões, tensões e contribuições geradas na ação sindical, sobretudo, a partir da maior participação das ‘mulheres jovens trabalhadoras rurais’, que surge como categoria política no sindicalismo, assumindo características próprias. O artigo resume os achados da minha pesquisa de mestrado defendida em 2017, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, denominada: “Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e as repercussões no sindicalismo” (GALINDO, 2017).

Vale ainda dizer que minha trajetória como pesquisadora se confunde com minha trajetória de trabalho e engajamento nas organizações sindicais. Por mais de dez anos, entre 2006 e 2019, assessorei a Coordenação Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag.³ Naquele momento, me deparei com a efervescência da criação de espaços organizativos de juventude nos sindicatos e Federações filiadas. Para além da sua existência, chamava a minha atenção a presença majoritária das mulheres jovens nesses espaços, algo superior a 60%, na maioria dos casos.

Essa realidade me intrigava, principalmente, quando recorria à literatura sobre juventude rural, que dizia que as juventudes rurais estavam migrando, sobretudo, as jovens mulheres (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; CASTRO, 2006; STROPASOLAS, 2006; AGUIAR; STROPASOLAS, 2010). Ou mesmo quando lia os trabalhos sobre culturas juvenis, que interpretavam a juventude a partir de novos símbolos e engajamento no âmbito da cultura, artes, comunicação e tecnologia (ABRAMO, 1994; WELLER, 2005; DIÓGENES, 2020). Esta perspectiva enfatiza as formas de organização orientadas pela cultura, como hip hop e outros coletivos, principalmente nas periferias urbanas, sendo menos frequentes análises sobre a participação de jovens em espaços mais clássicos, como os sindicatos, os partidos, movimentos estudantis, entre outros.

³ O cargo de coordenadora Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais foi criado em 2001 e integra o estatuto da Contag. A(O) dirigente é eleita(o) em Congresso e tem assento na Diretoria Executiva da Contag, tendo por missão específica coordenar as ações de organização da juventude rural no âmbito nacional. Em 2009, uma mudança no Estatuto da entidade alterou o termo dado ao cargo, passando a ser Secretária Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

(MESQUITA, 2008; CASTRO *et al.*, 2009; BRENNER, 2011). A realidade que eu via me dizia que existiam outras experiências de participação juvenil, nesse caso, em territórios rurais, que estavam sendo pouco consideradas nas pesquisas acadêmicas. Foi estimulada por essas ideias que decidi me lançar à pesquisa.

A pesquisa se baseou em metodologia qualitativa, tendo por principal referência as narrativas biográficas (KOFES, 2015) de três diretoras da Contag, as únicas a ocuparem, até 2017,⁴ o cargo de coordenadoras ou secretárias de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais. São elas, por ordem de exercício do cargo: Simone Battestin, Maria Elenice Anastácio e Mazé Moraes. Embora mencionados nesta parte do artigo, seus nomes serão ocultados ao longo das citações de suas entrevistas.

Simone Battestin nasceu no Espírito Santo, numa família de agricultores de descendência italiana, sendo a caçula de seis irmãos. Ela foi a primeira dirigente a assumir a Coordenação de Jovens Trabalhadores Rurais da Contag, no período de 2001 a 2005. Antes da Contag, Battestin foi eleita, aos 20 anos de idade, para integrar a Diretoria do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anchieta e, anos depois, entre 1998 e 2001, assumiu a Diretoria da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (Fetaes), momento em que participou ativamente do impulsionamento da organização das mulheres no estado.

Maria Elenice Anastácio, nascida em Monte das Gameleiras, no Rio Grande do Norte, cresceu numa família de agricultores sem-terra composta por seis filhos, desempenhando desde a infância atividades agrícolas. Os grupos de jovens na escola e na igreja tornaram-se os primeiros ambientes de participação e socialização, na adolescência. Ela chegou a participar de algumas reuniões do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Monte das Gameleiras, juntamente com alguns colegas, sendo, na sequência, convidada a ser funcionária da entidade, ocupando-se da elaboração das atas e do recebimento dos pagamentos da contribuição sindical. Pouco depois, aos 17 anos de idade, passou a integrar a Diretoria da entidade, sendo eleita, após seis anos, como presidenta do referido sindicato, onde trabalhou no fortalecimento da

⁴ Depois desse período, mas uma mulher jovem, Mônica Buffon foi eleita como Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, exercendo o mandato no período de 2017 – 2021 e se reelegendo para a gestão 2021 – 2025.

organização das mulheres trabalhadoras rurais e dando início ao processo organizativo com jovens e a terceira idade. Essa trajetória a conduziu à Coordenação de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (Fetarn). Ela foi eleita coordenadora de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag por dois mandatos (2005-2009/2009-2013).

Maria José Morais Costa foi a terceira mulher jovem a assumir a Coordenação de Jovens da Contag no mandato 2013-2017. Ela é piauiense, nascida no município de Batalha e no seio de uma família assentada, sendo a caçula de nove filhos. Na adolescência, Mazé Morais (como prefere ser chamada) participava do grupo de jovens da Igreja Católica, além de duas Associações de Moradores de sua comunidade, assumindo numa delas o cargo de presidenta. Seu destacado engajamento fez com que o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Batalha convidasse Mazé a ser suplente da Coordenação de Jovens, cargo que já havia sido criado há alguns anos. Logo depois, assumiu a titularidade do referido cargo, quando a antiga titular teve que assumir outra função sindical. Anos depois ela desempenhou o equivalente ao mesmo cargo na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Piauí (Fetag-PI), decisão que foi compartilhada com o marido, uma vez que precisariam sair do seu município e mudar-se para Teresina.

Recorri às narrativas biográficas (KOFES, 2015) por entendê-las como ferramenta útil para evidenciar as experiências vividas pelas mulheres jovens trabalhadoras rurais e remontar a construção dessa identidade comum, ainda pouco visibilizada em pesquisas acadêmicas.

A noção de experiência, conceito importante para as teorias feministas, é central neste trabalho, uma vez que pela experiência “todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas” (RAGO, 1998. p. 17). Vê-se a experiência como processo de produção de sentidos, no qual os sujeitos constroem a si mesmos (SCOTT, 1998), e por meio do qual vivem histórias coletivas. Assim, a experiência dos sujeitos está intrinsecamente relacionada à narrativa, uma vez que a experiência narrada “conectaria eventos e afecções, incorporando e germinando significações e valores” (KOFES, 2015, p. 34-35).

Além das narrativas biográficas das três diretoras mencionadas, depoimentos de outras dirigentes foram utilizados, presentes em trabalhos já publicados, bem como vindos de esforços de pesquisa anteriores empreendidos por mim (2012). Recorri ainda aos documentos institucionais da Contag, como os Anais de Congresso, para recuperar marcos históricos e a própria narrativa institucional sobre temas tratados nesta pesquisa.

O artigo está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais, sendo elas: 1) uma seção, subdividida em duas, dedicada tanto à descrição dos processos organizativos das mulheres trabalhadoras rurais quanto da juventude trabalhadora rural no movimento sindical coordenado pela Contag; 2) a emergência da categoria mulheres jovens trabalhadoras rurais; 3) as contribuições e tensões trazidas pelas mulheres jovens para o movimento sindical coordenado pela Contag.

Mulheres e Jovens: duas categorias políticas dentro do sindicalismo rural

A Contag se organizou ao longo dos seus 60 anos em torno da categoria trabalhadores rurais, aglutinando, dentro dela, uma diversidade de identidades de sujeitos formadas não só pela dimensão clássica do trabalho, mas também, e principalmente, por suas intersecções de gênero e geração.

Embora a participação das mulheres se faça ver desde a origem da Contag, elas passam a organizar-se como categoria política, como mulheres trabalhadoras rurais dentro do sindicalismo rural, nos anos 1980, quando reivindicam o direito de ser sócias dos sindicatos independentemente da filiação de seus maridos, filhos e demais parentes homens, como era comum até aquela década. Nesse momento, também reivindicam uma existência pública, ao demandarem o direito à aposentadoria rural em condições diferenciadas (PIMENTA, 2012; AGUIAR, 2015; TEIXEIRA, 2023). Era o momento histórico de redemocratização do Brasil, marcado pela emergência de movimentos sociais nacionais⁵ que influenciaram as condições de representação e ação da Contag.

⁵ A década de 1980 foi palco da criação de importantes movimentos rurais, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), os Movimentos Autônomos de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Camponesas – gérmen da criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR Nordeste) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), dentre outros. Coletivos de jovens organizados,

Mais tarde, na primeira década do século XXI, as mulheres trabalhadoras rurais passaram a reconhecer-se e demandar reconhecimento como mulheres do campo, da floresta e das águas, como parte do processo de ação coletiva e construção de alianças consolidado a partir da Marcha das Margaridas (AGUIAR, 2015; MOREIRA, 2019; TEIXEIRA, 2023).

Com relação à juventude, há também a noção de que desde o nascimento da Contag havia a presença de jovens lideranças ocupando papéis importantes. No entanto, a figura da(o) jovem trabalhadora e trabalhador rural, nos termos discutidos por esta pesquisa (como categoria política), emerge no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Tal emergência se organiza também em torno da demanda pelo reconhecimento da juventude como parte da categoria trabalhadora rural, inclusive, como parte necessária à reprodução social desta categoria no presente e futuro. Com isso, problematizam a migração juvenil do campo para a cidade e, conseqüentemente, os dilemas sucessórios na agricultura familiar, como resultado da insuficiência de políticas e direitos sociais oferecidas às populações do campo, reivindicando oportunidades para que os(as) jovens possam construir seus projetos de vida no meio rural, com renda, terra, educação, lazer, entre outros direitos (CONTAG, 2013).

Essas duas importantes categorias políticas passam a ser vistas dentro da Contag – e fora dela – ganhando mais que reconhecimento, mas representação institucional, com a constituição de espaços organizativos específicos, como veremos nos tópicos seguintes. Mesmo se conformando numa esfera institucional comum (a Contag e suas afiliadas) e em contextos sócio-históricos aproximados, pouco se fala das interações que se construíram a partir da organização das mulheres e das(os) jovens trabalhadoras e trabalhadores rurais no sindicalismo rural. E nisso consiste nosso argumento: há conexões, pouco exploradas, que entrelaçam a constituição e a organização dessas categorias políticas, gerando repercussões sobre o sindicalismo rural, sendo a própria participação expressiva das mulheres jovens um desses efeitos.

especialmente, a partir da Igreja católica, começam a surgir nesse período, a exemplo da Pastoral da Juventude Rural, criada em 1983, no Rio Grande do Sul.

Organização das mulheres trabalhadoras rurais na Contag

A análise do processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais no âmbito do sindicalismo rural, mostra que algumas autoras como Pimenta (2012) e Aguiar (2015) articulam a influência de três importantes agentes: setores da Igreja Católica, o novo sindicalismo e os movimentos feministas. Por meio da Igreja e das ideias do novo sindicalismo,⁶ as mulheres foram entrando nos sindicatos, não só como sócias, mas compondo chapas e disputando cargos nas direções dos sindicatos. Com isso, pautaram não apenas a abertura das entidades sindicais à participação das mulheres nos espaços decisórios, mas a própria crítica ao sindicalismo. Já o movimento feminista consegue alcançar as mulheres do sindicalismo rural pela mediação dos setores da esquerda brasileira, principalmente, a partir das Centrais Sindicais (por intermédio da Central Única dos Trabalhadores – CUT) e dos partidos políticos (principalmente, o Partido dos Trabalhadores – PT) (AGUIAR, 2015). Assim, estabelece-se um trânsito de ideias e diálogos entre as lideranças dos movimentos feministas e as dirigentes sindicais rurais, que enraízam alianças em torno de pautas e estratégias de ação comuns, também a partir da organização dos Movimentos Autônomos de Mulheres Trabalhadoras Rurais,⁷ dos quais muitas dessas lideranças faziam parte (JALIL; BORDALO, 2010).

Em termos numéricos, a presença de mulheres permanecia restrita aos espaços decisórios da Contag. Se considerarmos os Congressos Nacionais da Contag, que são a instância deliberativa máxima da entidade, pode-se dizer que do 2º ao 4º Congressos da Contag (realizados, respectivamente, em 1973, 1979, 1985) o percentual aproximado de participação de mulheres chegou a pouco mais de 2% (PIMENTA, 2013). Entretanto, mesmo com baixa representação numérica no 4º Congresso (ocorrido em 1985), as mulheres fizeram uma

⁶ Consistiu num movimento de oposições sindicais surgido no final dos anos 1970, que criticava a estrutura sindical corporativista, implantada a partir da década de 1930, questionando a atuação dos sindicatos e sua tutela ao Ministério do Trabalho. No meio rural direcionaram suas críticas às estruturas oficiais coordenadas pela Contag (AGUIAR, 2015; FAVARETO, 2006).

⁷ O estudo de Jalil e Bordalo (2010) traça a cronologia de criação desses movimentos, que se constituíram no Brasil nos anos 1980. São eles: o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), em 1984; o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMASP), em 1985; o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), em 1983; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTRRS), em 1985; a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (Amutres), em 1986; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), em 1986; o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (Camutra), em 1987; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE) e a Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul, em 1988.

arrojada mobilização para a aprovação da “Moção de apoio à luta da mulher trabalhadora rural”. Essa moção foi um importante marco que visava tirar das sombras as contradições sindicais, ainda persistentes, do não reconhecimento das mulheres tanto no trabalho agrícola quanto no seu direito à participação e filiação sindical (CAPPELLIN, 1994; ABRAMOVAY; SILVA, 2000; PIMENTA, 2012), pavimentando o caminho para a realização, em 1988, do 1º Seminário Nacional de Trabalhadoras Rurais, para a criação da Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, em 1989, e, no final dos 1980, para a presença das primeiras mulheres a ocuparem a suplência da Diretoria da Contag.

Somam-se a esses passos, a constituição da Coordenação de Mulheres Trabalhadoras Rurais,⁸ com a condução, em 1995, da primeira mulher a compor a Diretoria efetiva da Confederação, como coordenadora da Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais (CNMTR), a pernambucana Margarida Pereira. E em 1998, com a incorporação deste cargo no Estatuto da entidade e com a eleição da cearense Raimunda Damasceno. Nesse mesmo ano, é aprovada e implementada a política de cotas, que prevê a garantia de, no mínimo, 30% de mulheres nas instâncias deliberativas da Contag, incluindo sua Diretoria efetiva. Assim, no 6º Congresso da Contag, em 1995, foram eleitas, além da coordenadora de Mulheres, outras duas dirigentes.

Nos anos 2000, nascia a Marcha das Margaridas, como parte do processo histórico de organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais e seus diálogos com os feminismos emergentes no Brasil. Nasceu da intenção das trabalhadoras rurais organizadas na Contag de realizar uma grande ação nacional que mostrasse ao sindicalismo, ao governo e à sociedade em geral a capacidade de organização e ação pública das mulheres. No plano internacional, foi constituída em estreita relação com a Marcha Mundial das Mulheres, uma vez que a Marcha das Margaridas, em 2000, fez parte do calendário de mobilizações da Marcha Mundial de Mulheres (AGUIAR, 2015; TEIXEIRA, 2023). Baseada em processos de formação e auto-organização, além

⁸ Momento em que a Contag passava por uma reestruturação interna, que incluía, dentre outras coisas, a criação de secretarias temáticas como as de Política Agrícola, Agrária e Salarial, para além dos cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário-geral. Isso ocorreu por recomendação da 1ª Plenária Nacional Ampliada em 1991. No Congresso seguinte, em 1995, são criadas outras secretarias, a de Políticas Sociais e a de Formação e Organização Sindical, além do cargo de coordenadora da CNTMR (TEIXEIRA, 2023), sendo estes três dirigidos por mulheres.

de apresentação e negociação de propostas com os poderes públicos para a efetivação de políticas públicas, de perspectiva feminista, a Marcha das Margaridas se converteu na maior ação de mulheres do campo, da floresta e das águas da América Latina, sendo marcada por ampla construção de alianças, sob a coordenação da Comissão Nacional de Mulheres da Contag (AGUIAR, 2015; TEIXEIRA; MOTTA, 2020; MOTTA; TEIXEIRA, 2021).

Os processos formativos sempre integraram as práticas organizativas das mulheres trabalhadoras rurais, sendo viabilizadas com esforços internos ou com parcerias com ONGs, movimentos feministas, cooperação internacional e até mesmo com os governos. Uma das suas demandas foi a garantia de participação de, no mínimo, 50% de mulheres nos processos formativos sindicais (aprovada desde 1999, no 2º Congresso Extraordinário da Contag) e a criação, na esfera sindical, de uma escola de formação específica para as mulheres. Em 2005, é aprovado no 9º Congresso a constituição da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc-Contag), vinda de um processo de discussão protagonizado pelas trabalhadoras rurais.⁹ Desde a criação deste espaço, os processos formativos vêm assegurando a participação paritária das mulheres. A partir de 2011 se constituiu o Curso de Formação específico de mulheres, como parte do processo de organização da Marcha das Margaridas.

A política de ações afirmativas, inicialmente desenvolvida a partir da cota de, no mínimo, 30% de mulheres nos espaços de deliberação sindical, foi sendo reelaborada, convergindo para o entendimento de que para promover igualdade de participação das mulheres seria necessário a efetivação da paridade de gênero. Assim, propõem uma noção de paridade que não se pauta apenas pela divisão numérica igualitária de cargos, mas também por condições políticas equitativas, dentre os quais está a eleição de mulheres em cargos de prestígio e poder político (como Presidência), a garantia de recursos financeiros e humanos necessários à participação (GALINDO, 2017). A paridade foi aprovada

⁹ A Enfoc-Contag foi oficialmente criada em 2006, e resultou das proposições defendidas pelas mulheres lideranças sindicais de constituição de uma escola de formação das mulheres, voltada ao desenvolvimento de itinerários formativos específicos para este grupo social. A partir daí, se sucederam negociações internas, direcionadas à criação de uma escola que envolvesse todos os sujeitos do sindicalismo rural. De acordo com informações disponíveis em seu site (<http://www.enfoc.org.br>), a Enfoc-Contag tem como objetivo: desenvolver processos formativos, voltados à formação política e sindical, à qualificação profissional, ao desenvolvimento local e à educação do campo, orientada por referencial pedagógico, crítico e dialógico dirigido à formação humana.

em 2013 e desde então vem sendo implementada nas instâncias da Contag, em muitas de suas Federações e em alguns dos sindicatos filiados.

Assim, é possível dizer que as mulheres criaram uma ‘forma de ação’ original, nunca antes experimentada na Contag, baseada na constituição de: i) espaços e processos de formação e auto-organização específicos; ii) medidas de ampliação das condições de participação; e iii) ações coletivas de caráter público, com forte incidência nas políticas e programas governamentais. Essa forma organizativa inaugurada pelas mulheres consolidou-se nas dinâmicas sindicais, funcionando, desde então, como inspiradora e legitimadora dos caminhos de organização de outras categorias políticas,¹⁰ como a juventude trabalhadora rural, como detalharemos a seguir.

Organização da juventude trabalhadora rural na Contag

A pesquisa nos Anais dos Congressos da Contag mostra que a primeira vez em que se menciona o termo jovem, data do ano de 1985, no 4º Congresso da entidade. Antes disso, é possível identificar referências aos “filhos dos trabalhadores rurais”, como se vê na seguinte passagem relativa ao 2º Congresso da Contag, realizado em 1973: “Que a Contag solicite do Ministério da Agricultura a criação de colégios agrícolas regionais, dando prioridade de matrícula aos filhos de Trabalhadores Rurais sindicalizados” (CONTAG, 1973, p. 111).

Na segunda metade da década de 1990, pode-se ver maior inserção de lideranças jovens e seus temas dentro do sindicalismo rural, impulsionados, principalmente, pelas pastorais juvenis da Igreja Católica, pela construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) e pelos processos de organização das mulheres.

A formação política desenvolvida para jovens, por meio das Pastorais de Juventude e outros setores da Igreja Católica, foi um importante canal de entrada no movimento sindical (GALINDO, 2012). Nos níveis locais, os sindicatos apoiavam a realização de cursos, encontros e outras atividades promovidos pelas pastorais juvenis e, mais que isso, muitas vezes eram instados a

¹⁰ Utilizamos o termo categorias políticas no plural, considerando as semelhanças existentes na forma de organização não só da juventude trabalhadora rural, como também da terceira idade dentro da Contag. Um exemplo disso é a criação, no final dos anos 2000, da Comissão Nacional da Terceira Idade e Pessoa Idosa e sua Coordenação.

desenvolverem ações com a juventude. O relato abaixo, dado por um dirigente jovem da Contag, da Região Norte do país, narra os primeiros contatos com o sindicato:

[...] Foi uma época que a diocese, que a pastoral da juventude trabalhava muito nisso, nessa coisa da fé e da política. De como a gente intervir, de estar nos espaços, de estar participando, de mudar a realidade, de uma importância de ser jovem, né?! E qual é o papel da juventude. (Dirigente jovem da Região Norte *apud* GALINDO, 2012, p. 42)

Outro componente, como já mencionado, foi a elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), a partir de 1995. Esse processo teve sua origem no Projeto CUT/Contag¹¹ e se desdobrou em oficinas, reuniões, encontros e outros tipos de diálogos entre a Contag e sua base de representação, para captar as opiniões, demandas e desejos das(os) trabalhadoras(es) rurais e dirigentes, na esfera local. Não ocasionalmente, nesse período, cresceu a presença de lideranças jovens e de temas até então pouco evidentes na agenda sindical, como o direito ao lazer, esporte e ênfase nas discussões sobre uma educação contextualizada.

Os espaços de formação e organização das mulheres também foram uma importante porta de entrada das lideranças jovens nos espaços sindicais, naquele momento inicial. As narrativas biográficas mencionaram isso: “Então, eu não cheguei na Contag como representante da juventude, por uma trajetória de discussão da juventude. Eu cheguei por minha trajetória de discussão como mulher, não como jovem” (Secretária de Jovens da Contag, entrevista concedida em 2016). Entretanto, mais que um portão de acesso, vários depoimentos de lideranças da Contag evidenciaram que as mulheres trabalhadoras rurais contribuíram muito com a criação de espaços organizativos específicos da juventude rural, defendendo essas ideias em

¹¹ O Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical se consolidou a partir da filiação da Contag à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1995. Com o apoio de entidades da cooperação internacional, as duas organizações desenvolveram, no período de 1996 a 1999, um processo de produção de diagnósticos locais, elaboração de diretrizes de ação e formação sindical com as trabalhadoras e trabalhadores rurais. Os resultados do trabalho subsidiaram a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) e a reorientação da organização sindical, com vistas a tornar o sindicalismo rural mais representativo diante das demandas da categoria. Anos depois, adicionou-se mais um S ao referido Projeto, que passou a chamar-se Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS).

Congressos, propondo e realizando atividades combinadas, de mulheres e juventude, para otimizar a utilização dos recursos financeiros. Olhando para as deliberações contidas nos Anais do 5º Congresso da Contag (1991), todas as propostas aprovadas relativas à juventude trabalhadora rural estavam incluídas na seção dedicada à agenda propositiva das mulheres.

No contexto nacional, no ano de 1990 foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente, marco legal provedor de direitos, assistência e proteção ao grupo social com idade até os 18 anos – e, em alguns casos, até os 21 anos de idade. Esse período também foi palco de algumas pesquisas patrocinadas pela Unesco, no âmbito das regiões metropolitanas, em capitais como Brasília, Curitiba, Fortaleza e Rio de Janeiro, estabelecendo os marcos iniciais do debate sobre políticas públicas de juventude no Brasil (WEISHEIMER, 2009).

Em consonância com o cenário nacional de maior abertura às questões juvenis, durante os anos de 1998 e 1999, a Contag realizou os Seminários Regionais da Juventude Rural, que culminaram com a realização do I Encontro Nacional de Jovens Rurais, em 1999.

Os Anais do 2º Congresso Nacional Extraordinário, realizado em 1999, registram duas importantes resoluções sobre a juventude: a) a definição da faixa etária de 16 a 32 anos,¹² para caracterizar a juventude trabalhadora rural, pelo movimento sindical da Contag; b) a indicação da criação, no Congresso seguinte, da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag (CNJTTR/Contag) e da sua Coordenação – este um novo cargo no que concerne à Diretoria Executiva da entidade. Assim, em 2001, durante o 8º Congresso da Contag, foi eleita a primeira coordenadora de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag, a jovem Simone Battestin, do estado do Espírito Santo.

¹² Embora não haja registros escritos sobre os argumentos que embasaram a escolha deste intervalo etário, a minha convivência com lideranças do MSTTR colocou-me em contato com algumas das justificativas que permeiam o discurso sindical. Segundo depoimentos de representantes institucionais, este parâmetro foi assumido para delimitar melhor o segmento juvenil e, com isso, propor programas e ações mais coerentes com as necessidades da juventude. Ainda segundo os comentários das lideranças, para chegar a esta faixa etária, foram analisados os dados estatísticos sobre a juventude residente em territórios rurais. Por meio dessas análises, explicitou-se uma dura condição marcada pela inserção tardia na escola, aliada às dificuldades de acesso e permanência, e ainda os limites colocados para o acesso a terra e renda pela juventude. Tais componentes demonstraram uma condição juvenil diferenciada entre campo e cidade, parâmetro que justificou a escolha de um intervalo de idade mais extenso (16 aos 32 anos) como forma de abarcar as mais diferentes vivências juvenis no campo.

Os primeiros anos de trabalho da Coordenação de Jovens da Contag foram marcados por uma série de encontros regionais e nacionais de juventude, que integravam o “Projeto Juventude Rural – protagonista do desenvolvimento local sustentável”, financiado com recursos da entidade de cooperação internacional alemã, Gtz.¹³ Foram realizados dez Seminários Regionais e um Salão Nacional da Juventude Rural, que resultaram na elaboração de uma “Moção contra a liberação das sementes transgênicas” e da “Carta Proposta da Juventude Rural”. Nesse período, 2004, a criação do Programa Jovem Saber surgiu da necessidade de apoiar a formação de lideranças jovens para participação e exercício de cargos de direção nas entidades vinculadas à Contag. A metodologia se baseia na formação a distância, orientada por estudos em grupo desenvolvidos por meio de cartilha produzida pela Contag (CONTAG, 2016).

No 9º Congresso da Contag, em 2005, foi aprovada a cota de participação de, no mínimo, 20% de jovens nas instâncias do Movimento Sindical (Contag, 2005), pautada pelo debate sobre ampliação do estímulo e das condições de participação juvenil, para garantir vida longa ao movimento sindical coordenado pela Contag. Neste mesmo ano (2005), foram constituídos, no âmbito do governo federal, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Esse período inaugurou um ciclo de 11 anos de construção de Políticas Públicas de Juventude, desenvolvidas nos governos Lula e Dilma. Para Dulci e Macedo (2019, p. 125-126), esse ciclo é caracterizado por duas fases: “A primeira delas, de 2005 a 2010, foi marcada por políticas de inclusão social e [...] a segunda fase (2011 a 2016) foi marcada pela ampliação da pauta e do leque de ações da Secretaria Nacional de Juventude.”

No bojo da criação da institucionalidade federal em torno das questões da juventude brasileira, a Contag ampliou sua ação propositiva, desde a perspectiva da juventude trabalhadora rural. Assim, iniciou-se a trajetória de realização dos Festivais Nacionais da Juventude Rural. Ocorridos nos anos 2007, 2011, 2015 e 2023, os Festivais se caracterizam como uma grande ação que

¹³ A referida entidade alterou sua denominação, adotando por nome e sigla em língua alemã *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* – Giz (que numa tradução livre para o português significa Sociedade Alemã de Cooperação Internacional).

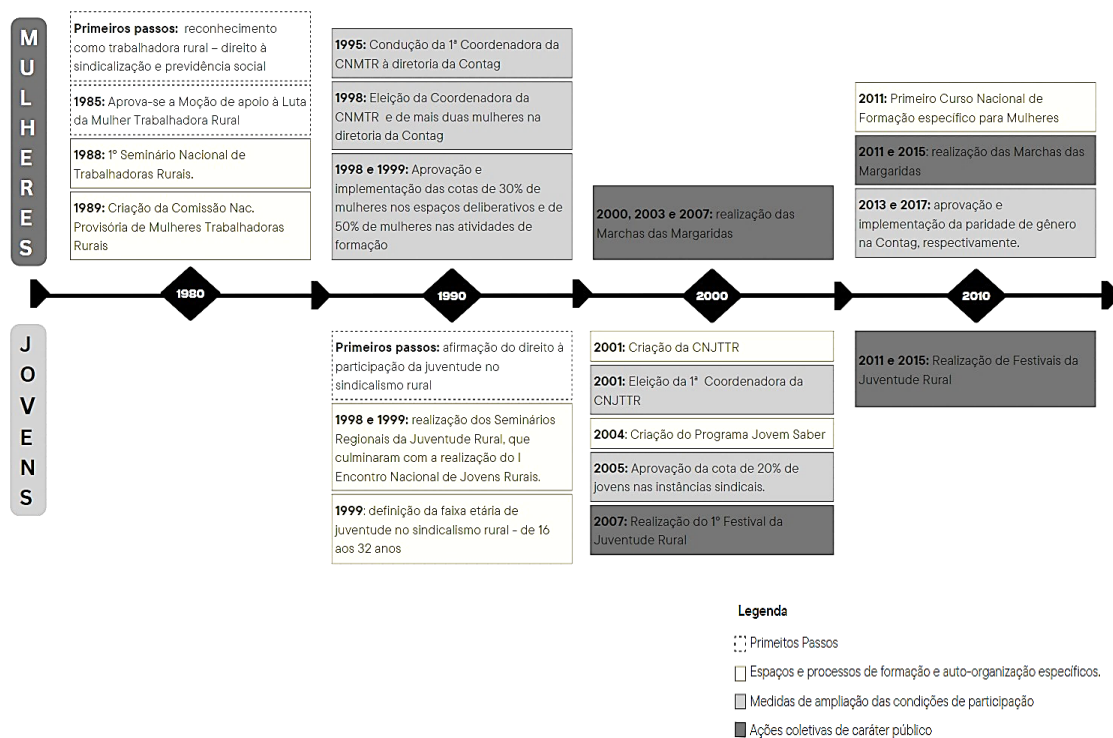
reúnia, aproximadamente, de dois mil a cinco mil jovens em Brasília, numa programação que incluía atividades formativas, culturais e esportivas e atos de rua, além da apresentação e negociação de pauta com o Poder Público, mostrando objetivos gerais muito semelhantes com os propostos pela Marcha das Margaridas e com os Gritos da Terra Brasil (GTBs).¹⁴

A adoção pela juventude trabalhadora rural de formas de ação semelhantes às construídas pelas mulheres informa-nos não propriamente sobre uma repetição de estratégias, mas, essencialmente, sobre uma ‘forma de ação’ gerada e impulsionada pelas mulheres, experimentada no movimento sindical coordenado pela Contag, mas que segue ganhando outros contornos. Esta ‘forma-ação’ se consolida na Contag e segue sendo reinventada internamente, na medida em que ganha outros sentidos atribuídos pelos sujeitos do sindicalismo. Desse modo, por mais que guardem similitudes na maneira de fazer, os significados são outros, uma vez que os sujeitos da ação e suas histórias também são outras. Assim, queremos dizer que mesmo reconhecendo aspectos equivalentes na realização da Marcha das Margaridas e no Festival Nacional da Juventude Rural, para citar um exemplo, suas dinâmicas, conteúdos e formas de fazer são próprios, haja vista a importância dada à cultura e ao esporte no Festival que não se vê na mesma medida na Marcha; do mesmo modo, o papel fundamental conferido pela Marcha das Margaridas à construção de alianças com outros movimentos, é pouco visível no Festival.

Abaixo (Figura 1), compartilhamos uma síntese dos principais marcos na trajetória de organização das mulheres e jovens no movimento sindical coordenado pela Contag, que se baseia em marcos cronológicos e nos três pilares (i. espaços e processos de formação e auto-organização específicos; ii. medidas de ampliação das condições de participação; iii. ações coletivas de caráter público) que caracterizam a ‘forma-ação’ presente na organização das categorias políticas que emergiram no sindicalismo:

¹⁴ O Grito da Terra Brasil é uma importante ação coletiva da Contag. Iniciada em 1994, ela tem como característica desencadear processo de negociação, prioritariamente, com o Executivo federal, a partir da pauta de reivindicações da categoria (TEIXEIRA, 2023).

Figura 1 – Marcos da Organização de Mulheres e Juventude no sindicalismo rural da Contag (1980-2017), 2023



Fonte: Elaboração da autora.

A emergência da categoria política mulheres jovens trabalhadoras rurais

E as mulheres jovens trabalhadoras rurais, como emergem desse processo? A existência da ‘forma de ação’ anteriormente descrita ampliou a presença das mulheres jovens no sindicalismo rural da Contag e, conseqüentemente, a construção dessa categoria. Entretanto, outras expressões e formas de afirmação e organização de mulheres jovens se faziam ver no contexto nacional.

A relação entre as lutas dos movimentos de mulheres e feministas e as lideranças e organizações juvenis foi explorada em pesquisas, sobretudo, a partir dos anos 2000 (DI GIOVANI, 2003; ADEVE, 2009; ADRIÃO; MÉLLO, 2009; GONÇALVES, FREITAS; OLIVEIRA, 2013). Di Giovani (2003) e Adeve (2009) defendem que a noção de mulheres jovens tem sua gênese nas articulações entre as feministas jovens brasileiras e suas conexões com movimentos afins na

América Latina e Caribe, a partir de espaços como o Fórum Social Mundial e da organização do III Acampamento Intercontinental da Juventude, em 2003.

Em 2001, já existia uma articulação denominada Fórum do Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas, apelidada de Forito, que se reunia para debater a participação destas mulheres desde uma perspectiva de gênero (PAPA; SOUZA, 2009). Destaca-se ainda o 1º Encontro Nacional de Jovens Feministas, ocorrido em março de 2008 no Ceará, e a Marcha das Vadias, que realizou em 2011 sua primeira edição no Brasil, como iniciativas que reivindicam a categoria mulheres jovens nas lutas feministas brasileiras (ZANETTI, 2010; GONÇALVES; FREITAS; OLIVEIRA, 2013). As autoras agregam ainda que:

[...] uma das questões que aparecem nos movimentos sociais, após a década de 1980, e particularmente no feminista, é a da diversidade que a categoria “mulher” pode não manifestar, qual seja, a de que diferentes mulheres disputam legitimidade nos espaços dos movimentos feministas, ao mesmo tempo em que questionam o “sujeito mulher” no singular. Sendo assim, as jovens feministas buscam ser reconhecidas como um segmento dentro do movimento. (ADRIÃO; MÉLLO, 2009)

No contexto rural, o estudo de Gaspareto e Menezes (2013) analisa a crescente participação, nas duas últimas décadas, das jovens no âmbito do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), pautando, principalmente, questões relacionadas ao acesso à terra, educação, renda e autonomia em relação aos pais. Diante desse cenário, é possível dizer que em alguma medida a esfera sindical também era influenciada pelo que acontecia no Brasil.

De volta à esfera sindical, pode-se afirmar que a combinação das políticas de cotas e a criação de Comissões Nacionais tanto de mulheres quanto de jovens – incluindo as Comissões Estaduais e Municipais – funcionaram como porta de acesso ao sindicalismo rural para as mulheres jovens trabalhadoras rurais. Tudo isso, conjugado aos processos formativos, de organização e os demais espaços mencionados, permitiu que as mulheres jovens se reconhecessem como tal.

Mas como essa categoria política – mulheres jovens – se expressa dentro do sindicalismo?

Um primeiro ponto a ser destacado se refere ao fato de que elas reivindicam o direito de ser reconhecidas como ‘mulheres jovens’, mas sem necessariamente demandar a criação de institucionalidades específicas. Em outras palavras, não se baseiam na construção de instâncias próprias, como Comissões ou Secretarias de mulheres jovens, como meio de reivindicar sua identidade. Sua emergência se expressa como um campo de identidade e articulação, construída pelos vínculos, alianças e ação conjunta com outras mulheres, especialmente, as jovens, que vivenciam experiências comuns.

Outro destaque que se apresenta importante: a experiência vivida na família, na comunidade e no sindicato como mulher jovem é indispensável para entender-se como parte dessa categoria política. As narrativas biográficas destacam que ao chegarem nos espaços de formação e organização das mulheres e/ou da juventude trabalhadora rural, elas se viam entre pares, reconheciam as experiências comuns, compartilhadas com as(os) outras(os) participantes.

Eu escrevia no papel, mas, na hora de ler, eu gaguejava. Não saía a voz, eu corri, fui chorar no banheiro e tal, mas ela [a Coordenadora de Mulheres da FETAG] foi me estimulando, me apoiando. (Secretária de Jovens da Contag, 2016)

O último ano que eu estive aqui nós moramos juntas, ela veio para a Contag nesse período e a gente morava juntas, e ainda [...] que houvesse um pacto que dentro de casa, a gente não falaria das coisas, mas só o fato da gente estar ali juntas se apoiando, isso foi fundamental para eu estar aqui. (Secretária de Jovens da Contag, 2016)

Ao mesmo tempo que essas trocas criavam um sentido de coletividade e identidade, geravam um sentimento de libertação, como mostra um dos depoimentos: “Eu me senti libertada, vamos dizer assim, ao ver muito dessas falas das mulheres aí, a partir do sindicato.” (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016).

Dentre os relatos mais recorrentes estão o trabalho desempenhado, desde a infância, na agricultura e no cuidado com a casa e a família. Mais que isso, suas falas mostraram como a inserção no movimento sindical foi importante para

que elas entendessem que isso tudo que faziam era trabalho, não ajuda, como costumavam pensar.

A minha vida desde esse tempo é de trabalho. Plantar, colher, limpar o roçado, levar comida para os trabalhadores, buscar lenha, lavar roupa, cuidar das crianças, então, quem cuidava das crianças era eu, quando adoecia quem levava para o hospital era eu. (Secretária de Jovens da Contag, 2016)

A partir de um vídeo que eu vi na Enfoc, que tem uma criança raspando a mandioca... quando eu vi aquela criança, daquele tamanho, raspando a macaxeira do jeito que eu raspava, aí eu fui perguntar a mãe, né?! (...) Então, minha mãe me ajudou a lembrar que eu comecei a trabalhar na agricultura a partir dos 5 anos de idade. A minha rotina era de trabalho. “Ela [a mãe da entrevistada] chama de ajudar, né?! Eu hoje reconheço que aquilo era trabalho. (Secretária de Jovens da Contag, 2016)

Além disso, relataram as restrições que sofriam, vindas dos seus pais, para acessarem o espaço público – inclusive a escola –, sobretudo, por serem mulheres jovens numa sociedade patriarcal, mas também agravadas tanto pela condição econômica e de classe, por serem de família de trabalhadoras(es) rurais, quanto pela pouca oferta de equipamentos públicos no meio rural, como mostra o trecho seguinte: “Então, minha vida foi sempre de trabalhar, estudar meu pai não queria” (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016). Em muitos casos, a igreja da comunidade e o sindicato eram os espaços públicos disponíveis e autorizados pelo pai para participar e partilhar suas experiências.

Os relatos confirmam, como já mencionado, que para a primeira geração (final dos anos 1990 ao início dos 2000) de mulheres jovens, que entraram no movimento sindical coordenado pela Contag, o grande impulso foi o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais, principalmente, a partir das Comissões de Mulheres, os processos formativos entre outros. Na medida em que os espaços da juventude trabalhadora rural foram se consolidando, as mulheres jovens passaram a inserir-se no sindicalismo a partir dos grupos de jovens nos sindicatos, Comissões Municipais e Estaduais de Juventude Rural.

Destacadamente, a aplicação concomitante das cotas de mulheres (posteriormente, a paridade) e de jovens gerou uma dinâmica própria de

inserção das mulheres jovens nos espaços deliberativos do movimento sindical coordenado pela Contag. Essa dinâmica, não significa, necessariamente, uma ampliação da participação massiva de mulheres jovens, muito menos facilidades ou vantagem nas condições de ingresso, afinal, a própria necessidade de implementação de políticas afirmativas informa a existência de desigualdades que precisam ser corrigidas. Como detalharemos no próximo tópico, essa dinâmica é caracterizada por um jeito próprio de implementação das políticas afirmativas, marcada, principalmente, por dois aspectos: 1) até hoje, não se extrapolou o percentual mínimo definido pelas políticas afirmativas; 2) sempre que possível, busca-se que uma mesma pessoa atenda os critérios de cumprimento das duas políticas afirmativas. Com essas medidas – pouco explícitas nos discursos, mas recorrentes na prática –, sobram mais vagas para manter nos espaços deliberativos as lideranças do sexo masculino, de mais idade e/ou tempo de atuação sindical.

Sobre a coexistência das cotas de mulheres e jovens: possibilidades e restrições

A cota de mulheres, de 1995, é uma porta de ingresso importante para o conjunto das trabalhadoras rurais no espaço sindical. Ela se consolida na Contag, num momento de debates em torno do PADRS e também de progressiva mobilização em torno das questões organizativas da juventude. Em certa medida, a combinação desses fatores se converteu em elemento importante para a entrada das mulheres jovens no sindicalismo, em especial, na Contag:

Porque eu entrei na Contag [para assumir o cargo de diretora executiva na Secretaria de Jovens] pela cota de mulheres. Não existia, na época, cota de jovens. Então, eu vim para o espaço de juventude, mas para cumprir a cota de mulheres. Bem que ali [para a Secretaria era de Jovens] poderia ser um homem, porque afinal a vaga era para jovens, mas eu vim por ser jovem e por ser mulher. (Secretária de Jovens da Contag, 2016, grifo da autora)

Num segundo momento, dez anos depois, também integra esse fluxo de ingresso ao sindicalismo a cota de participação de, no mínimo, 20% de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais nas instâncias sindicais. Mas é,

principalmente, com a implantação da paridade de gênero na Diretoria da Contag,¹⁵ em combinação com a cota de jovens, que se amplia a presença das mulheres jovens na entidade. Exemplifica esse argumento, a composição das diretorias da Contag, considerados os períodos antes e depois da política afirmativa de paridade de gênero (Tabela 1). Tomemos como parâmetro a Direção eleita para o mandato 2013-2017 (que precisava cumprir, ao mesmo tempo, as cotas de, no mínimo, 30% de mulheres e 20% de jovens), em sua composição que totalizava 13 cargos, nove deles eram ocupados por homens, dois deles jovens; e por quatro mulheres, sendo duas jovens. Já no mandato seguinte (2017-2021) a composição da Diretoria, composta por 12 cargos, contava com seis homens, nenhum deles jovens; e seis mulheres, três delas jovens, sendo que estas últimas proporções se repetiram na composição da última Diretoria eleita (2021-2025), havendo apenas uma mudança, o aumentando do número de mulheres jovens, que saiu de três para quatro.

Tabela 1 – Composição da Diretoria da Contag, por sexo e faixa etária de juventude, nos últimos três mandatos, 2023

Período	Políticas afirmativas a serem cumpridas	Composição	Total de cargos – Contag
Mandato Contag 2013-2017	Cota de, no mínimo, 30% mulheres	9 homens, sendo 2 jovens	13 cargos
	Cota de, no mínimo, 20% Jovens	4 mulheres, sendo 2 jovens	
Mandato Contag 2017-2021	Paridade de gênero	6 homens, nenhum jovem	12 cargos
	Cota de, no mínimo, 20% jovens	6 mulheres, sendo 3 jovens	
Mandato Contag 2021-2025	Paridade de gênero	6 homens, nenhum jovem	12 cargos
	Cota de, no mínimo, 20% jovens	6 mulheres, sendo 4 jovens	

Fonte: Elaborada pela autora.

¹⁵ A paridade foi aprovada no 10º Congresso, realizado em 2013, mas sua implementação só aconteceu no congresso seguinte, em 2017.

Mesmo avaliando positivamente a adoção das políticas afirmativas, as entrevistadas produziram uma visão bastante crítica sobre a forma de como a Contag coloca-as em prática. Um dos grandes questionamentos diz respeito à dimensão numérica, ponto muito debatido e qualificado pelas discussões sobre paridade de participação feita pelas mulheres do movimento sindical da Contag. Se as cotas são vistas como porta de entrada, na prática, são exercidas na ponta do lápis. Em outras palavras, a definição do percentual mínimo de participação converteu-se, efetivamente, na estipulação do número máximo. São exercidas como teto, tanto para a participação das mulheres trabalhadoras rurais quanto dos(as) jovens.

Tais questões são referências comuns na literatura sobre o desenvolvimento das políticas afirmativas, principalmente no campo de estudos de raça e gênero (JACCOUD; BEGHIN, 2002; CUT, 2008; PIMENTA, 2012). Tais ideias alertam sobre a insuficiência do recurso numérico para a superação das complexas e históricas formas de discriminação lançadas sobre a população negra e as mulheres, como explicita a seguinte citação: “O uso do critério numérico pode não ser suficiente para que uma ação afirmativa realize seu objetivo, qual seja, o de alterar a forma histórica de inserção de um grupo racial discriminado, ampliando as oportunidades de ascensão social continuamente bloqueadas.” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 48).

Essas ideias ajudam a entender uma crítica importante feita pelas mulheres trabalhadoras rurais com relação à ocupação dos cargos da Diretoria da Contag. Elas reconhecem o impulso dado pelas políticas afirmativas para o aumento da participação das mulheres, em quantidade e qualidade organizativa, mas, por outro lado, também entendem que mesmo com as cotas, a paridade, a constituição de espaços organizativos específicos e toda a pressão interna exercida pelas mulheres, ainda existem dinâmicas e forças internas que põem limites à participação feminina, especialmente, quando se referem aos cargos de mais prestígio e poder político. Em outras palavras, mesmo com o aumento do número de mulheres (jovens ou não) na Diretoria da Confederação, nunca nenhuma delas chegou aos cargos de presidenta ou tesoureira da entidade, o

que demonstra que o recurso numérico é parte das conquistas, mas que por si só não assegura igualdade.

É fundamental combinar ocupação de cargos e espaços de deliberação pelas mulheres, com o compartilhamento do poder político e decisório. Em muitos casos, a mobilização de mulheres jovens é vista menos como uma oportunidade de trazer novas vozes para participar e decidir e mais como uma estratégia para facilitar a composição das chapas da Diretoria, como menciona o relato a seguir:

Um presidente de um sindicato, que é um dos sindicatos maiores da região, indicou meu nome, e tem os argumentos dele. Disse que era importante a gente tá indicando uma pessoa jovem e mulher porque **estrategicamente** era mais fácil de fazer uma composição de chapa. (Secretária de Jovens da Contag, entrevista concedida em 2012, grifo da autora)

Mesmo com toda a vigilância e luta constante das trabalhadoras rurais para o cumprimento das deliberações sindicais, dinâmicas internas têm gerado características próprias ao exercício das ações afirmativas no movimento sindical coordenado pela Contag. Há uma tendência de escolher uma mesma pessoa, ou seja, uma mulher jovem, para a observância das duas políticas (a paridade na participação de mulheres e a cota de jovens). Com este recurso, sobram mais cargos a serem negociados e disponíveis para acomodar os dirigentes homens, de longa trajetória dentro da política sindical. Por meio dessas estratégias, fica ameaçada a verdadeira finalidade das ações afirmativas, que é a de democratizar a participação, de forma ampla e irrestrita. Entretanto, no discurso sindical o exercício da cota de jovens e da paridade de gênero transparece uma imagem sindical mais democrática, por expressar uma preocupação com a participação de mulheres e jovens, mas, por outro, em alguma medida, reforça a permanência dos mesmos dirigentes por longos períodos nestas estruturas.

Outro destaque, tomando como referência o depoimento anterior, dado por uma das secretárias de Jovens da Contag, diz respeito à forma como os dirigentes homens também influenciam o processo de mobilização e indicação dos nomes que ‘estrategicamente’ devem compor as chapas. Tal informação,

endossa o argumento de que ainda permanece o desafio de democratizar o poder decisório com mulheres e juventude nas esferas sindicais.

Embora essas práticas não partam de regras ou acordos explícitos, elas existem e geram efeitos concretos sobre as condições de participação das mulheres, sejam elas jovens ou não. Na leitura de uma das entrevistadas, como registra o trecho seguinte, essas ações são características de uma prática sindical masculina.

Porque, infelizmente, assim, você luta, você conquista o meio, uma ação, meio para superar uma situação que está dada, mas **outras posturas surgem para burlar aquela ação** e essa é a forma mais comum para a gente ver o desrespeito, **ao ver como eles agem** [os homens]. (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016, grifo da autora)

Além de criticar a forma como “eles agem”, denunciam suas práticas e discursos voltados a desqualificar a atuação das dirigentes que chegam ao cargo e da própria ineficácia das políticas afirmativas:

[...] E muitas vezes isso era usado como discurso: “Está vendo, **não adianta colocar cota, porque vai acontecer isso, isso e isso**”. Não, esse discurso não procede, porque a gente tem que partir do princípio que uma vez chegando aquele jovem ali dentro, seja homem, seja mulher, a gente tem, no mínimo, que ter expectativa de que, com o andar da carruagem, seja mais um a somar. (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016, grifo da autora)

Mesmo questionando o modo como vêm sendo implementadas as políticas afirmativas, as críticas feitas pelas entrevistadas não são sobre as medidas em si, mas como as práticas sindicais vêm neutralizando ou reduzindo sua potência.

Então é melhor correr o risco, do que não ter nem esse risco, entendeu? Isso é o papel das cotas aí dentro do movimento sindical, foi pelas cotas que as mulheres conseguiram chegar em maior número e também pelas cotas que a juventude também tem conseguido chegar em maior número, estar dentro do movimento, porque senão vai ficar sempre discutindo por fora, fica só nos espaços, não participa das decisões do dia a dia. (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016)

Por isso, mais do que analisar as portas de acesso ao espaço sindical, coloca-se como desafio reunir condições para propor caminhos que convirjam com a superação das restrições de participação ainda presentes nas práticas sindicais. Se por um lado é possível afirmar que as políticas afirmativas permitiram ampliar a participação das mulheres e da juventude (ainda que de forma condicionada ao percentual predefinido), ainda há a necessidade de democratizar o poder decisório, de forma a melhor representar a diversidade de sujeitos que integram a categoria trabalhador e trabalhadora rural.

Mulheres jovens trabalhadoras rurais: contribuições e tensões no sindicalismo

Dando mais um passo nas discussões propostas por este artigo, cabe pensarmos sobre quais as repercussões que essa categoria política emergente produz dentro do sindicalismo, destacando tanto as contribuições geradas quanto o campo de tensões e contradições existentes.

Uma primeira contribuição gerada a partir da participação das mulheres jovens no sindicalismo reside no jeito de abordar determinados temas dentro do sindicalismo, tornando-o mais permeável a visões variadas, nesse caso vindas dessas jovens.

As entrevistadas enxergaram, com base em suas experiências, os espaços de organização e formação juvenil como uma oportunidade de debater a construção de relações de gênero mais igualitárias também com os jovens homens, extrapolando com isso a clássica divisão dos temas específicos de mulheres. O fato de a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag ser um espaço misto, permitia introduzir as discussões sobre mudança de práticas machistas e sexistas, influenciando positivamente essa geração de homens sindicalistas:

E em uma comissão de jovens que era mista [composta por mulheres e homens], essa discussão, ela extrapolava. Então, a discussão de gênero extrapolava o âmbito das mulheres, ela passava também para os espaços dos rapazes. (...) Então eu acho que os jovens da comissão [de Jovens da Contag] tiveram muito mais oportunidade de discutir gênero do que os diretores de uma forma geral. Por isso tinham, eu acho, a obrigação também

de ter uma postura diferenciada, entendeu? (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016)

Para além do espaço da Comissão Nacional de Jovens, outros espaços juvenis, especialmente, espaços formativos, como o Programa Jovem Saber, pautavam as discussões sobre os efeitos das desigualdades de gênero sobre a vida das mulheres e as questões relativas à sexualidade, à violência doméstica e à autonomia das mulheres sobre o seu corpo, ampliando um debate, normalmente, circunscrito ao espaço de organização das mulheres, para um número maior de homens e mulheres jovens.

As mulheres trabalhadoras rurais sempre aportaram discussões e temas que não estavam no centro dos debates sindicais, a exemplo da agroecologia (MOREIRA, 2019) e da soberania alimentar (MOTTA; TEIXEIRA, 2022). Nesse sentido, as mulheres jovens também incrementam essas contribuições. Elas refletem e pautam temas que não são tão convencionais no sindicalismo rural, sendo a sucessão rural, desde uma perspectiva das relações de poder fundadas no gênero, uma delas. Com isso, agregam novas questões para a agenda política sindical e mesmo para o entendimento dos fenômenos sociais estabelecidos nos territórios rurais. Isso se verifica nas pautas de reivindicações ao governo federal, produzidas pelas Marchas das Margaridas e pelos Festivais da Juventude Rural. A pauta de reivindicações da 5ª Marcha das Margaridas (2015) apresenta 19 pontos que tratam especificamente das mulheres jovens, sendo sete deles voltados às questões da participação autônoma na produção, permanência no campo e sucessão rural (CONTAG, 2015a). Tendência semelhante se reconhece na Pauta do 3º Festival da Juventude Rural, em que constam propostas sobre o eixo “Estímulo à organização produtiva, renda e sucessão rural”. Uma delas trata diretamente de “Desenvolver no âmbito do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – metas específicas para o atendimento das demandas das jovens” (CONTAG, 2015b, p. 5). Embora a análise dos documentos produzidos por essas duas ações políticas, coordenadas pela Contag, possa apontar bons elementos para entender as contribuições da categoria política mulher jovem dentro do sindicalismo rural, ela extrapola o escopo deste trabalho, podendo ser explorada em outras pesquisas.

Além desses, outros temas se apresentaram ao longo das entrevistas. A oferta de educação formal e não formal e a saúde foram alguns deles. Mais que aprofundar a abordagem feita sobre os temas, as entrevistas apontam para certas tensões geracionais no tratamento desses temas.

Enquanto as mulheres [não jovens] estavam querendo discutir saúde, a gente estava querendo discutir educação, a gente estava querendo discutir alfabetização, a gente estava querendo discutir curso superior, a gente [as mulheres jovens] estava querendo discutir curso técnico e essa não é a pauta das mulheres [não jovens]. Elas queriam formação sindical. A gente queria formação sindical, mas a nossa pauta era a educação formal. (Secretária de Jovens da Contag (Entrevista concedida em 2016, grifo da autora)

As mulheres [não jovens] tratavam da saúde como tema de câncer, prevenção, essas coisas assim. A juventude quando tratava de saúde era para evitar filhos. Como se prevenir das infecções sexualmente transmissíveis. (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016, grifo da autora)

Ao passo que contribuem com o sindicalismo trazendo novos temas ou outras formas de abordá-los, essa contribuição produzida pelas mulheres jovens também expõe tensões nos processos de diálogo, especialmente, com mulheres de outras gerações.

Um tema presente nas narrativas biográficas é a abordagem das discussões sobre violência doméstica. Embora todas as entrevistadas tenham mencionado algum tipo de violência vivido por elas em algum momento da vida, seja em casa ou no sindicato, seja física, psicológica ou moral, há o entendimento de que esse tema não figurava entre os temas mais centrais.

Então, algumas coisas se aproximavam e outras a gente não se aproximava [mulheres jovens e não jovens]. Quando tratava da violência, a violência doméstica, esse não era um tema tratado pela juventude. Embora a juventude seja vítima de violência doméstica. Era um tema muito tratado pelas mulheres [não jovens]. [...] A gente não tratava nem da violência doméstica, nem dessa violência dentro do movimento sindical. O que a gente tratava na Comissão de Jovens [da Contag] era sobre essa barreira que os que estavam lá há mais tempo tinham com a

entrada da juventude, de não oferecer as condições de trabalho ou de a pessoa entrar e quem estava lá querendo tirar... (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016, grifo da autora)

Uma hipótese possível, é a existência de um efeito desfavorável do espaço misto da juventude. O fato de ser um espaço misto também confere limites ao debate das questões específicas das mulheres, na medida em que alguns temas são deixados para trás, por serem entendidos socialmente como algo que não afeta diretamente a vida da juventude em geral, e dos jovens homens, em específico.¹⁶

Em geral, os relatos anteriores indicam certas diferenças geracionais, sobre o que pensam as mulheres jovens e não jovens. E em algumas passagens são observadas tensões, ressentimentos pelo fato de algumas dirigentes mulheres não reconhecerem as mulheres jovens, sobretudo, as que ocupavam os espaços de organização da juventude, na sua identidade como mulher jovem ou mesmo como aliadas das lutas mais amplas das mulheres.

[...] eu nunca aceitei ter passado pela gestão da Contag e não ser reconhecida como mulher pela Secretária de Mulheres... isso doía em mim, isso dói. (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016)

A dupla posição, como mulher e jovem, e, principalmente, a participação dessas mulheres jovens nos espaços de organização da juventude são usadas como formas de relativizar ou mesmo desconsiderar sua posição como mulher.

Nós, por exemplo, pelas mulheres mais de idade, é como se a gente não fosse mulher, a gente é jovem, mas não é mulher. [...] Eu lembro quando eu cheguei aqui na Contag, na negociação da Marcha das Margaridas, teve uma mulher (eu também não vou me esquecer disso nunca), que, quando nós chegamos na audiência, passou a lista (geralmente passa a lista de presença), e eu fui e disse: 'Não, meu nome não está aqui'. Ela disse assim: "Mas você? O seu nome?" E eu falei: "Mas por quê? Sou mulher e sou jovem." É tipo assim: "Não está o seu nome, para que o seu

¹⁶ Mesmo sendo a violência contra as mulheres cometida, principalmente, por pessoas do sexo masculino e do círculo de relações mais próximo e sendo as jovens as principais vítimas, em termos numéricos (LEÔNICIO *et al.*, 2008; BRASIL, 2019).

nome aqui?” (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016)

Como afirmam estudos sobre a participação das mulheres jovens nos movimentos feministas (ADRIÃO; MÉLLO, 2009; ZANETTI, 2010), as tensões geracionais sobre a participação das jovens se fundamentam na visão de que estas ainda são inexperientes, por terem pouca vivência na luta feminista. Isso reflete sobre a existência de hierarquias internas e apontam as tensões entre feministas “históricas” – mais respeitadas e detentoras das decisões internas, dado seu maior tempo de atuação nos movimentos – e as “novas” feministas, vistas como inexperientes, não só por ingressarem num período mais recente nos movimentos, mas também por serem mais jovens em idade (GROSSI, 1998; ADRIÃO; MÉLLO, 2009; GONÇALVES; FREITAS; OLIVEIRA, 2013).

O relato das entrevistadas confirma os argumentos anteriores, de que são identificadas como pouco experientes na luta sindical, especificamente, por não terem construído uma trajetória sindical nos espaços de luta das mulheres trabalhadoras rurais. Mas elas agregam outro motivo: a disputa por espaço político, na medida em que são identificadas como possíveis concorrentes nas disputas por cargo e liderança na esfera sindical.

Era o medo de que uma mulher que não tivesse uma trajetória em idade e em tempo igual ao delas não tinha legitimidade de ocupar esse lugar... (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016)

Então, eu acho que é nessa linha. É o medo de a gente [mulheres jovens] ocupar os espaços que elas estão. (Secretária de Jovens da Contag. Entrevista concedida em 2016)

Foram enfatizados até aqui alguns pontos de tensões baseados, especialmente, nas diferenças geracionais (entre mulheres jovens e não jovens). Há também as dimensões de gênero, que são evidenciadas pelas discordâncias entre as mulheres (jovens ou não) em direção aos homens não jovens. Nesse ponto, cabe uma reflexão sobre o fato de que os depoimentos das entrevistadas romantizam, em certa medida, o papel dos jovens homens da Comissão Nacional de Jovens. Em geral, são vistos como aliados e detentores de uma

postura diferentes dos demais dirigentes homens, como se apenas estes estivessem buscando se manter no poder.

[...] os jovens [homens] que estavam na comissão esses tinham um papel um pouquinho diferente, mas os que não estavam, esses aí estavam no bloco [hegemônico], entendeu? Mas os que estavam na Comissão [de Jovens da Contag] eles ficavam acho que meio divididos. Aí, dependendo do rumo das coisas, se as coisas se resolvessem, ótimo. Se as coisas não se resolvessem, a tendência era ir também lá [fechavam acordo com o bloco hegemônico]. (Secretária de Jovens da Contag. (Entrevista concedida em 2016)

Pelo depoimento, fora da Comissão Nacional de Jovens, todos os homens, incluindo jovens, são vistos como aliados dos grupos masculinos hegemônicos, com o interesse restrito à ocupação dos cargos políticos, sem compromisso, inclusive com as pautas da juventude.

Cabe ainda compreender que as tensões são entendidas, neste artigo, como importante meio para discussão e renovação de práticas sindicais. As tensões são parte das dinâmicas do sindicalismo e repercutem no seu cotidiano, podendo recriar as dinâmicas internas, como defende Carmen Foro, que foi dirigente da Contag e da Cut:

[...] Porque o fato de nós criarmos secretarias de mulheres, ela por si só gera um conflito, um conflito que leva a um tensionamento e um tensionamento que eu tenho apostado que ele é absolutamente positivo. Tensiona o poder, tensiona a visão, coloca o olhar, chama para a discussão do porquê as mulheres estão invisibilizadas. Mobiliza as mulheres para saírem da invisibilidade, tensiona... Há um ambiente de tensionamento. Por que as pessoas olham o tensionamento como algo negativo sempre? Eu olho o tensionamento como algo positivo. E as mulheres conseguiram fazer um tensionamento no interior dessa organização, que esse tensionamento produz elaboração, formulação, proposição, enfrentamento. Por que não? Promove avanços. Imagine um lugar onde não tenha tensionamento político! Dificilmente se promove avanços, não é mesmo? (Carmen Foro *apud* PIMENTA, 2012)

Há que se destacar que nessas discussões, embora os binarismos, homens e mulheres, jovens e não jovens, apareçam em relevo, as práticas e as relações sindicais se apresentam de forma muito mais dinâmicas. Considerar apenas os aspectos geracionais e de gênero como algo que divide as e os dirigentes, nesse caso as mulheres, é olhar somente para parte do fenômeno. A Contag é constituída de grupos políticos, posições de poder e correlações de força que organizam a ação dos sujeitos. Esses grupos e forças se organizam de variadas formas, como a partir das filiações partidárias, das regionais sindicais, do engajamento em, pelo menos, duas centrais sindicais (a Central Única dos Trabalhadores – Cut e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Ctb), além das afinidades e interesses pessoais. Mulheres e juventude, ou mesmo outras categorias políticas existentes, também estão inseridas nesses grupos e forças políticas, sendo este vínculo produtor de alianças e mesmo de tensões, para além das geracionais. Assim, as alianças em torno de uma identidade política comum, como as mulheres jovens trabalhadoras rurais, organizam um campo de incidência e repercutem sobre a ação sindical, agregando mais camadas às complexas relações construídas no sindicalismo rural da Contag, sendo objetivo desta pesquisa agregar contribuições nesse campo.

Considerações finais

Se a noção de classe trabalhadora rural que deu origem à Contag já abarcava, desde sua criação, uma variedade de sujeitos e identidades, ao longo dos seus 60 anos, foi possível ver a emergência de novas categorias políticas, tendo nas intersecções de classe, gênero e geração importantes referências. Nesse sentido, emergem no sindicalismo rural coordenado pela Contag as categorias mulheres trabalhadoras rurais e juventude trabalhadora rural.

As mulheres se organizaram primeiro no sindicalismo, na década de 1980, sendo influenciadas por um contexto nacional de redemocratização do país, lutas feministas e críticas ao sindicalismo. A partir daí, inauguram, dentro do movimento sindical coordenado pela Contag, uma ‘forma-ação’ baseada na constituição de: espaços e processos de formação e auto-organização específicos; medidas de ampliação das condições de participação; ações coletivas de caráter público.

A referida ‘forma-ação’ passou a ser uma referência para a organização de categorias políticas emergentes no sindicalismo rural, como a juventude trabalhadora rural, que desponta no sindicalismo no final dos anos 1990. Entretanto, os sujeitos jovens reinventam, agregam outros sentidos e conformam processos organizativos que guardam singularidades, ainda que preservem alguma semelhança com a ‘forma-ação’ empreendida pelas mulheres.

A (co)existência de processos organizativos próprios das mulheres e da juventude permitiu a emergência de uma nova categoria política ‘mulheres jovens trabalhadoras rurais’. Essa ‘forma-ação’ que se concretiza nos processos organizativos são mais que uma porta de entrada, favoreceram a construção de pertencimento em torno dessa identidade comum como mulheres jovens.

As mulheres jovens se constituem como categoria política dentro de uma perspectiva articulatória e de construção de alianças. Esse campo de articulação se evidencia por dentro da institucionalidade sindical já existente, que se expressa na apresentação de demandas comuns, seja nos espaços de formação e organização, seja nos processos que dão origem às pautas de reivindicação direcionadas tanto para os governos, propondo políticas públicas, quanto às entidades sindicais, para promover democracia interna. Ou ainda, na solidariedade construída entre as mulheres de diferentes gerações.

O desenvolvimento de políticas afirmativas, como a cota de participação de, no mínimo, 20% de jovens dos espaços decisórios da Contag e entidades filiadas, combinada à implantação da paridade, cumprem um importante papel para garantir a participação das mulheres, especialmente, as jovens. Entretanto, as desigualdades estruturais de gênero, contradições e dinâmicas internas, adotadas pelo movimento sindical coordenado pela Contag, produzem mecanismos que mantêm os dirigentes, em geral, homens, centralizando o poder de decisão em suas mãos. Assim, o êxito da ampliação da participação das mulheres e juventude, gerado pelas políticas afirmativas, convive com os limites de uma participação limitada, numericamente, aos percentuais mínimos predefinidos (de 50% no caso da paridade e de 20% no caso da cota de jovens) e com as restrições históricas da ocupação, pelas mulheres, dos cargos de mais prestígio no sindicalismo, como a Presidência e Tesouraria. Além disso, há um

contraste entre a Contag e suas filiadas quando o tema é política afirmativa. Muitos sindicatos sequer implementam a cota de mulheres e jovens, em suas direções e demais instâncias deliberativas, sendo menos ainda os que cumprem com os critérios de paridade de gênero. Caso que também pode ser registrado, só que em menor proporção, entre algumas Federações filiadas à Contag. Isso aponta para uma agenda de pesquisa que possa investigar os contextos locais e estaduais de participação sindical, considerando as formas de aplicação das políticas afirmativas como uma importante dimensão.

Dentre as contribuições trazidas pelas mulheres jovens se evidenciam os novos temas ou mesmo os novos olhares sobre velhos temas, que são algumas das contribuições das mulheres jovens para o sindicalismo rural, dentre os quais se destaca um olhar sobre as desigualdades de gênero como um dos fatores de saída do campo, do trabalho na agricultura familiar e na sucessão rural. Além de outras reflexões sobre discussões como educação e saúde.

A construção de alianças e vínculos convive com tensões e disputas internas. Em síntese, tais tensões se expressam nas diferenças geracionais quanto à forma de abordar os temas presentes na agenda sindical; ou ainda nas desigualdades de gênero que limitam a participação autônoma das mulheres nos espaços de poder e decisão. Se essas tensões são marcadas pelas dimensões geracionais e de gênero, pode-se dizer que existem outras dimensões geradoras de divergências, que se estruturam a partir dos variados grupos políticos existentes no sindicalismo, que vão desde as disputas partidárias, de centrais sindicais ou mesmo entre as regiões do país. Assim, as alianças e distanciamentos construídos pelas mulheres jovens baseiam-se nessa variada e complexa teia de pertencimentos e conexões, que marcam as dinâmicas sindicais.

Por fim, destacamos que o conjunto de análises desenvolvidas ao longo deste artigo buscou agregar contribuições ao campo de estudos sobre mulheres trabalhadoras rurais e sua participação nos movimentos sociais. Visibilizar sujeitos políticos pouco evidenciados nas lutas das mulheres e no sindicalismo, parece-nos ainda uma escolha pouco comum, quando consideramos a literatura disponível. Adicionalmente, procuramos contar essa história desde as experiências das mulheres jovens que ocuparam o papel de coordenação da organização da juventude trabalhadora rural da Contag. Essa escolha se apoia,

sobretudo, nas teorias feministas, que entendem o conceito de experiência como uma ferramenta necessária de enunciação dos sujeitos, que nos permite compreender processos coletivos. Com isso, desejamos estimular a construção de outros caminhos metodológicos possíveis, que multipliquem as formas de ver, interpretar e contar sobre a diversidade de sujeitos e categorias políticas em contextos rurais.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5 e n. 6, p. 25-36, 1997.
- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag). In: ROCHA, Maria Isabel B. da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 347-366.
- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- ADEVE, Ana. Memórias de um passado recente: o I Encontro Nacional de Jovens Feministas. In: PAPA, Fernanda; SOUZA, Raquel (Orgs.). *Forito, jovens feministas presentes*. São Paulo: Unifem/Friedrich Ebert Stiftung/Ação Educativa, 2009. p. 36-41.
- ADRIÃO, Karla Galvão; MÉLLO, Ricardo Pimentel. As jovens feministas: sujeitos políticos que entrelaçam questões de gênero e geração? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 15., Maceió, 2009. *Anais...* Maceió: Abrapso, 2009.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 157-182.

- BRASIL. *Balanço 2019 – Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher*. Brasília: MMFDH, 2020.
- BRENNER, Ana Karina. *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*. 2011. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-144625/pt-br.php>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano 2, n. especial, p. 273-290, 1994.
- CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social de hierarquias. In: WOORTMANN, Ellen F.; MENACHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). *Margarida Alves – Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: NEAD/MDA/IICA, 2006.
- CASTRO, Elisa Guaraná *et al.* *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.
- CUT – Central Única dos Trabalhadores. *Igualdade é o máximo, cota é o mínimo: as mulheres no mundo sindical*. São Paulo: CUT/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2008.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Juventude Rural e sua caminhada na CONTAG*. Brasília, 2016.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Pauta de Reivindicações da 5ª Marcha das Margaridas*. Brasília, 2015a.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Pauta de Reivindicações do 3º Festival da Juventude Rural*. Brasília, 2015b.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília, 2013.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Anais do 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1973.
- DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Jovens, feministas, em movimento: a Marcha Mundial das Mulheres no III Acampamento Intercontinental da Juventude. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 655-660, 2003.
- DIÓGENES, Glória. Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, p. 373-390, 2020.
- DULCI, Luiza; MACEDO, Severine. Quando a juventude torna-se agenda governamental: reconhecimento político e direito a ter direitos nos governos Lula e Dilma. In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando (Orgs.). *Juventude no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 117-139.

Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/05/Juventude-Final.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

- GALINDO, Eryka; ROSA, Marcelo. Rural labour unionism in Brazil: the transformations of the National Confederation of Farm Workers (CONTAG). *Labour Questions in the Global South*, Singapore, Spring Nature Singapore, p. 269-287, 2021.
- GALINDO, Eryka. *Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e as repercussões no sindicalismo*. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31181>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- GALINDO, Eryka. *Jovens do campo: reflexões sobre as trajetórias e sentidos da participação no Movimento Sindical*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; MENEZES, Marilda Aparecida. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 303-328.
- GONÇALVES, Eliane; DE FREITAS, Fátima Regina Almeida; OLIVEIRA, Elismênia Aparecida. Idades transitórias: as jovens no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. *Feminismos*, Salvador, v. 1, n. 3, 2013.
- GROSSI, Miriam Pillar. Velhas e novas feministas no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n. 28, 1998.
- JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9164>. Acesso em: 30 out. 2023.
- JALIL, Laetícia; BORDALO, Carolina. Participando sem medo de ser mulher: a trajetória de luta e participação das mulheres rurais no Brasil. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., Porto de Galinhas, 2010. *Anais...* Recife: UFRPE, 2010.
- KOFES, Suely. Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser? In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela. *Vidas & grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2015. p. 20-39.

- LEÔNICIO, Karla Lima *et al.* O perfil de mulheres vitimizadas e de seus agressores. *Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro, p. 307-312. 2008.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 81, p. 179-2007, 2008.
- MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. *A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil*. 2019. 193 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/37630>. Acesso em: 13 set. 2023.
- MOTTA, Renata. Feminist solidarities and coalitional identity: the popular feminism of Marcha das Margaridas. *Latin American Perspectives*, v. 48, n. 5, p. 25-41, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X211017896>. Acesso em: 30 out. 2023.
- PAPA, Fernanda; SOUZA, Raquel. (Orgs.). *Forito, jovens feministas presentes*. São Paulo: Unifem/Friedrich Ebert Stiftung/Ação Educativa, 2009.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A representação política no sindicalismo rural: antigos e novos atores. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., Caxambu, 2016. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2016.
- PIMENTA, Sara Deolinda. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. *Rio de Janeiro*: ISESP/UFRJ, 2013.
- PIMENTA, Sara Deolinda. *Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural*. 2012. 87 f. Monografia (Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/54814>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- RAGO, Margareth. A "nova" historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 73-96, 1999.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e pluriatividade*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122. 2003.

- SCOTT, Joan W. *et al.* A invisibilidade da experiência. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 16, 1998.
- SILVA, Berenice Gomes da. *Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/949>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- STROPASOLAS, Valmir. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. *Contag 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- TEIXEIRA, Marco Antonio; MOTTA, Renata. Unionism and feminism: alliance building in the Brazilian Marcha das Margaridas. *Social Movement Studies*, Berlim, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742837.2020.1770430> . Acesso em: 30 out. 2023.
- WEISHEIMER, Nilson. *A situação juvenil na agricultura familiar*. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.
- WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, p. 107-126, 2005.
- ZANETTI, Júlia Paiva. Jovens feministas: um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., Florianópolis, 2010. *Anais...* Florianópolis: Udesc/UFSC, 2010.

Como citar

GALINDO, Eryka. Mulheres jovens trabalhadoras rurais: a emergência de uma nova categoria política e suas repercussões no sindicalismo rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331211, 27 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_11.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática


Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag

A trajetória do Movimento Sindical Rural no Nordeste Paraense do ponto de vista de seus líderes

The trajectory of the Rural Trade Union Movement in northeastern Pará from the perspective of its leaders

 **Lucas Gabriel da Silva Moraes**¹

 **Heribert Schmitz**²

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_12

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar narrativas sobre a trajetória do Movimento Sindical Rural (MSR) em Tomé-Açu, Nordeste Paraense, tendo como principal foco as lideranças. Com isso, analisamos a criação de novos sindicatos – o Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares (Sintraf) e o Sindicato de Empregados e Empregadas Rurais (Sindter) – ambos desmembrando-se do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) –, e seu impacto no movimento sindical do município. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa utilizando entrevistas não diretas e documentos como fonte de dados. Os resultados demonstram a importância das lideranças no processo de construção da estrutura de representação

¹ Professor Substituto dos cursos de Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac). Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro dos Grupos de Pesquisa: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Grupo de Estudo em Produção do Espaço na Amazônia (Gepea). E-mail: lucasmgeo@gmail.com.

² Professor Associado IV da Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Doutorado em Sociologia Rural pela Universidade Humboldt de Berlim (Alemanha). Pós-doutorado pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de.

dessas categorias e revelam os desafios atuais do sindicalismo em Tomé-Açu, especialmente os ligados à expansão da dendeicultura.

Palavras-chave: Movimento Sindical Rural; lideranças; pluralidade sindical; dendeicultura.

Abstract: This article presents narratives on the trajectory of the Rural Trade Union Movement (MSR) in Tomé-Açu, located in northeastern Pará state, Brazil, with a primary focus on its leaders. We also analyze the creation of new unions, the Family Farmers Union (SINTRAF) and the Rural Employees Union (SINDTER), both of which originated from the Rural Workers Union (STTR), along with their impact on the municipality's union movement. A qualitative approach was utilized, with non-directive interviews to collect data. The results demonstrate the importance of leadership in the process of structuring the representation of these categories and reveal the current challenges that face trade unionism in Tomé-Açu, especially those linked to the expansion of oil palm cultivation.

Keywords: Rural Trade Union Movement; leaderships; union plurality; oil palm cultivation.

Introdução

O tema do artigo é a trajetória do Movimento Sindical Rural (MSR)³ no Nordeste Paraense, tendo como foco as narrativas dos líderes do movimento no município de Tomé-Açu (PA).⁴

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por melhores condições de vida e trabalho resultou na construção da estrutura representativa que conhecemos hoje. Desde os meados da década de 1940, quando as primeiras organizações de lavradores foram sendo criadas, os trabalhadores fizeram das

³ Neste artigo é utilizada a expressão Movimento Sindical Rural (MSR) e não Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) para se referir aos STTRs, Sintraf e Sindter.

⁴ Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no âmbito do Projeto "Movimento Sindical Rural na Amazônia Oriental: como os sindicatos lidam com os novos desafios?", coordenado pelo Prof. Dr. Heribert Schmitz, Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. Os preparativos para esse projeto começaram com uma série de entrevistas com sindicalistas em Tomé-Açu e Concórdia do Pará em 2015.

organizações rurais seu alicerce na busca por direitos até então inéditos. As décadas seguintes trouxeram conquistas significativas que demarcaram o MSR como um importante ator coletivo para a categoria, que, por meio da estrutura da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), criada em 1963, consolidou o seu espaço no rural brasileiro.

Após a institucionalização da luta, em 1962, os próximos mais de sessenta anos do MSR foram marcados por processos complexos e contraditórios, que resultaram em crises e reformulações na sua estrutura organizacional e política, principalmente durante a ditadura militar entre 1964 e 1985. Nesse período, outros atores coletivos entraram em cena, trazendo novos desafios e possibilidades para o movimento, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criadas em 1975 e 1983, respectivamente.

No Nordeste Paraense, a luta por direitos teve início nos meados da década de 1950, com a criação das primeiras organizações de trabalhadores rurais na região. Durante essa década ocorreu uma forte disputa entre o Estado, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) pela representação da categoria. Na década seguinte, a Igreja Católica criou o Movimento de Educação de Base (MEB) propondo estratégias diferentes das orientações do PCB, por exemplo, e ganhando espaço no cenário de disputa das organizações. Seu trabalho de mobilização foi reconhecidamente importante durante a década de 1970. Esse período também foi marcado pela atuação da Igreja por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, da CPT. Esta teve grande importância no processo de construção do sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Pará, auxiliando no processo de retomada de direitos no pós-ditadura, quando incentivou a formação de oposições sindicais em municípios como Tomé-Açu, contribuindo para a construção do sindicalismo rural da região.

Ainda na década de 1970, sob a repressão do governo militar, foi criado o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tomé-Açu (STTR)⁵ que

⁵ Adotamos neste artigo apenas a forma STTR, que inclui as mulheres (trabalhadores e trabalhadoras), mesmo que antes de 1998 falava-se apenas de STR (considerando só trabalhadores). De forma análoga, usamos os nomes mais atuais

se transformou em uma das principais organizações de trabalhadores na luta pela reforma agrária na região. Durante pelo menos 35 anos, o STTR foi a única organização que representava a categoria no município. O sindicato tem uma história característica de luta pela terra, com trajetórias de lideranças que foram fundamentais para a consolidação do MSR no Nordeste Paraense.

Passados os primeiros cinquenta anos de construção de sua estrutura representativa no Nordeste Paraense, novos desafios emergiram para o sindicalismo rural a partir do século XXI. A ação do Estado, por meio de políticas para a produção e o uso do biodiesel, sobre as quais falaremos mais adiante, fez da dendeicultura um empreendimento que causou diferentes transformações sociais, econômicas e ambientais na região, impactando de forma direta nas organizações de trabalhadores rurais. Nesse período, outros dois sindicatos foram criados em Tomé-Açu: o Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares de Tomé-Açu (Sintraf), em 2006, e o Sindicato de Empregados e Empregadas Rurais de Tomé-Açu (Sindter), mais recentemente, em 2016.

Tendo em vista a trajetória construída pelos trabalhadores e trabalhadoras da região e a complexa situação dos sindicatos na atualidade, este texto buscou contribuir com uma análise dos períodos que envolveram a criação e consolidação do STTR de Tomé-Açu sob a ótica de suas principais lideranças. Pretendemos, mediante suas narrativas individuais de vida e luta sindical, demonstrar o papel desses atores para a construção coletiva da estrutura de representação dos trabalhadores rurais no município estudado. Além disso, analisamos o atual contexto de pluralidade sindical e os desafios impostos pela expansão da dendeicultura, procurando entender como estes fatos novos refletem na organização sindical e no MSR como um todo. A partir desta análise, o texto fez as seguintes reflexões: i) como se deu o processo de organização da representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Tomé-Açu?; ii) qual o papel das lideranças nesse processo?; iii) quais as consequências da formação de novos sindicatos no município para o MSR? Nossas contribuições para os estudos sobre o sindicalismo rural se

adotados pelas organizações sindicais que já buscam incluir de forma mais representativa as trabalhadoras, as agricultoras e as empregadas/assalariadas rurais.

concentraram no papel das lideranças para a mobilização coletiva e no esforço pelo conhecimento da trajetória do MSR na região Nordeste Paraense, que se comparada com outras regiões do estado (por exemplo, o Sudeste) foi menos pesquisada.

Além desta introdução, o texto está estruturado em outras sete partes. Antes de abordar especificamente a história do STTR, iniciamos com uma explanação sobre o contexto histórico do MSR no Nordeste Paraense. Posteriormente, apresentamos os procedimentos metodológicos. Os três tópicos seguintes descrevem as histórias de líderes selecionados do movimento em Tomé-Açu, sendo um tópico dedicado a cada liderança. Num quinto momento, analisamos a pluralidade sindical que se estabeleceu em período recente no município, apresentando depoimentos dos líderes dos outros dois sindicatos. Por fim, elencamos as nossas considerações finais e as principais contribuições desta pesquisa.

Contextualização histórica do MSR no Nordeste Paraense

Na mesorregião Nordeste Paraense, no final do século XIX, formou-se o que Hébette e Moreira (1997, p. 125) descrevem como o “[...] primeiro e mais significativo campesinato da Amazônia”. Influenciado pelas políticas de imigração para a Amazônia e por setores da Igreja Católica, esse campesinato foi a base para a organização do MSR na região.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (Ultap), criada em 1956, foi a primeira organização no estado do Pará. Nos anos seguintes, formaram-se os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) a partir das associações de lavradores. Estes, serviram de base para a criação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Pará (Fetagri-PA), em 1968 (GUERRA; ACEVEDO MARIN, 1990; ASSIS, 2007).

Durante toda a década de 1950, o processo de organização do sindicalismo de trabalhadores rurais seguiu conquistando seu espaço, e o esforço coletivo da categoria resultou na criação da Contag, em 20 dezembro de 1963 (TEIXEIRA, 2023). Logo em seguida, com o golpe de 1964, o governo militar tomou o poder “[...] com mão de ferro e uma política bem definida de sindicalização” (GUERRA;

ACEVEDO MARIN, 1990, p. 51). No âmbito nacional, o MSR perdeu sua autonomia, havendo, a partir daí, uma descontinuidade no processo de luta pelo reconhecimento de suas demandas. Algumas organizações, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), criada pela Igreja Católica, em 1961, estavam obtendo bons resultados com o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, mas tiveram que mudar suas estratégias, mobilizando-se contra a ditadura e em favor da formação de oposições sindicais (SOUZA, 2005; HÉBETTE; MOREIRA, 1997).

Os trabalhadores rurais viram sua estrutura de representação ser tomada pelos militares e seus aliados ao longo das décadas de 1960 e 1970. A Fetagri-PA foi vinculada à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) adotando uma abordagem mais legalista, apoiando, a criação de STTRs que seriam dirigidos por presidentes “pelegos” (HÉBETTE, 2002). Isso fez com que se formasse um “[...] sindicalismo ‘previdenciário’, ‘assistencialista’ e preocupado com ações legais [...], distante das questões discutidas nos dez ou quinze anos que antecederam o golpe militar” (GUERRA; ACEVEDO MARIN, 1990, p. 51).

Nesse período, as lideranças foram fundamentais para a retomada da autonomia dos trabalhadores rurais. No Nordeste Paraense, mais especificamente nos municípios de Moju, Acará, Bujaru e Tomé-Açu, um movimento progressista disseminou-se dentro da Igreja Católica. Padre Sérgio Tonetto, principal líder das CEBs, promoveu novas práticas de evangelização e conscientização política nas comunidades rurais, desafiando o conservadorismo do clero na região (HÉBETTE; MOREIRA, 1997; SACRAMENTO, 2007; MACEDO; SOUSA, 2016). Em 1975, a Igreja Católica, entendendo a importância da categoria dos trabalhadores rurais, criou a CPT. A Comissão foi fundada durante a ditadura militar, “[...] como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho e [...] expulsos das terras que ocupavam” (CPT, 2010). A organização se estabeleceu também no Pará buscando outras formas de lutar pela representação dos trabalhadores rurais, para além das práticas da Fetagri-PA e da Contag, ambas dominadas pelos militares (MEDEIROS, 1989; ASSIS, 2007).

Em 1978, constituiu-se um grupo combativo que formou a Corrente Sindical de Lavradores Unidos no Oeste do Pará, em Santarém. Em pouco tempo, a Corrente conquistou a direção do STTR de Santarém, em 1980 (LEROY, 1991). No Sudeste Paraense, apoiados pela CPT, os trabalhadores formaram uma Oposição Sindical no município de Conceição do Araguaia, que pregava a formação de grupos que disputassem eleições com os “pelegos”⁶ e tomassem os sindicatos, em 1979 (GUERRA; ACEVEDO MARIN, 1990). Diante desse cenário, a década de 1980 foi marcada pelo processo de retomada das organizações e de conquista de direitos pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A CPT ajudou no renascimento das organizações combativas dos trabalhadores rurais em meio à pressão da ditadura militar (HÉBETTE; MOREIRA, 1997). Graças à colaboração de militantes religiosos, muitos posseiros incentivados por um setor da Igreja Católica que seguia a abordagem da Teologia da Libertação reuniram-se nas CEBs e tomaram a direção de STTRs “pelegos”.

Com os grupos da oposição formados, os trabalhadores uniram forças para reestabelecer a essência militante e emancipatória do sindicalismo rural, disseminando a luta para outras regiões. No Nordeste Paraense, alguns líderes se destacaram: Virgílio Serrão Sacramento, líder dos trabalhadores rurais em Moju, e Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, principal líder da oposição sindical e presidente do STTR de Tomé-Açu, entre 1983 e 1984 (SACRAMENTO, 2007).

Esta pesquisa concentrou-se justamente em Tomé-Açu, cuja história está vinculada ao seu povoamento pelos indígenas Tembé e Guajajara, imigrantes japoneses, remanescentes quilombolas e camponeses nordestinos que se dedicaram principalmente à agricultura como base de sua reprodução social. Ao longo dos anos, a agricultura de Tomé-Açu foi caracterizada por diferentes produtos, como a pimenta-do-reino, o cacau e o açaí. A partir da agricultura, formaram organizações que se tornaram relevantes para melhorar as condições de vida e trabalho no campo, o caso da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-

⁶ Os sindicatos que se caracterizam pelas práticas clientelistas e por um trabalho assistencialista são assim chamados pelos seus adversários. A Fetagri foi dominada por grupos “pelegos” durante 20 anos, com um juiz do trabalho à frente, até o ano de 1986.

Açu (Camta), criada em 1949 (ARNAUD, 1985; SILVA, 2004; AIHARA, 2008; HOMMA, 2016). Mais tarde, formou-se o STTR, criado em 1971 como sindicato mais antigo do município.

Após a consolidação do MSR em Tomé-Açu, que percorreu as décadas de 1950 e 1990, novos desafios se apresentam para os sindicatos da região Nordeste Paraense no século XXI. Implementada pelo Estado por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO)⁷, criados, respectivamente, em 2004 e 2010, a dendeicultura tem sido a principal causa das mudanças no meio ambiente e na “organização do trabalho familiar no interior dos estabelecimentos familiares” (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019, p. 533). O PPSPO declara entre seus objetivos o desenvolvimento rural e o reflorestamento por meio da integração de agricultores familiares na cadeia produtiva do óleo de palma. Muitas famílias de agricultores, por sua vez, viram nos contratos de integração às agroindústrias uma forma de melhorar sua renda, passando a cultivar o produto em suas propriedades.

Durante a expansão da dendeicultura, foram criados outros dois sindicatos, sendo eles o Sintraf, de 2006, e o Sindter, fundado em 2016. Nesse contexto, os cultivos de dendê tornaram-se um importante objeto para a maioria das pesquisas recentes sobre a agricultura familiar no Nordeste Paraense. Para o caso deste trabalho, a dendeicultura – como também o cooperativismo – se insere de forma secundária para demonstrar as diferentes posturas adotadas pelas organizações do MSR de Tomé-Açu em relação aos impactos de sua expansão.

Com base no contexto histórico até aqui descrito e diante dos novos desafios que se apresentam para o sindicalismo rural no século XXI, buscamos fornecer novos dados para a análise da trajetória do MSR no Nordeste Paraense. Para tal, concentramos nossos esforços em ouvir e transmitir as narrativas e as experiências vividas por seus protagonistas, atores sociais que muito têm a contribuir para a construção histórica do movimento. Norteados pela

⁷ Na literatura e em documentos oficiais encontra-se também: Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (Ppsop). Usamos a denominação indicada no anteprojeto de lei, de 3 de maio de 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=768113. Acesso em: 29 mar. 2023.

problemática e os objetivos definidos previamente, traçamos o percurso metodológico da pesquisa, que será apresentado a seguir.

Procedimentos metodológicos

Por meio de abordagem qualitativa, objetivamos analisar os acontecimentos e os aspectos mais subjetivos que emergiram da interação com os atores da pesquisa. Essa abordagem abrange condições contextuais, como as sociais e as institucionais, em que se desenrolam as vidas das pessoas (YIN, 2016). Parte da noção da construção social das realidades, está interessada nas perspectivas dos participantes, em seus significados, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo (FLICK, 2009; YIN, 2016).

O STTR é o principal objeto desta pesquisa pelas seguintes razões: a) tem a maior rede de representações no estado do Pará, abrangendo 143 municípios; b) está na origem dos outros sindicatos em Tomé-Açu que se desmembraram da sua estrutura; c) é o sindicato que tem trajetória mais duradoura marcada por heranças deixadas por antigas lideranças. Tais aspectos dão uma posição de destaque ao STTR, o que pretendemos explorar mais a fundo. Quanto aos outros dois sindicatos, resolvemos analisá-los de forma complementar, buscando descrever suas trajetórias e, principalmente, considerar os diferentes pontos de vista de suas lideranças sobre o que foi identificado no STTR.

A coleta de dados foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2021 nas sedes do STTR, do Sintraf e do Sindter e foi complementada por um levantamento documental realizado em julho de 2023. Foram realizadas entrevistas não diretivas (MICHELAT, 1987) com lideranças dos três sindicatos de Tomé-Açu: os atuais presidentes (3 entrevistas); o tesoureiro e o ex-secretário de Finanças do Sintraf (2 entrevistas); e um ex-presidente do STTR (1 entrevista). Ao contrário das entrevistas estruturadas, as entrevistas não diretivas buscam contornar as restrições e diretividades das perguntas fechadas, contribuindo essencialmente para “[...] apreender e prestar contas dos sistemas de valores, de normas, de representações, de símbolos próprios a uma cultura

ou a uma subcultura” (MICHELAT, 1987, p. 192). Assim, recorreremos às entrevistas não diretivas ou abertas a fim de captar os principais aspectos da história de formação dos sindicatos e da trajetória de suas principais lideranças, procurando analisar a sua importância e os seus papéis no desenvolvimento da organização sindical e do próprio MSR como um todo no município estudado. As entrevistas foram transcritas e analisadas mediante leituras verticais (conservando a lógica de cada narrativa), e horizontais (fazendo relações entre os discursos), como proposto por Michelat (1987).

No levantamento documental, realizamos leituras das atas de assembleias do STTR datadas de 28 de abril de 1974 até 31 de março de 2023, com o objetivo de coletar informações a respeito das principais lideranças do sindicato, de modo que fosse possível construir uma linha do tempo da trajetória analisada. Delimitamos nossas análises, como dito anteriormente, no processo de organização da representação dos trabalhadores rurais, no papel das lideranças nesse processo e nas consequências da formação de novos sindicatos em Tomé-Açu. Cabe ainda ressaltar que algumas lideranças tiveram seus nomes mantidos em sigilo ao longo do trabalho para preservar sua segurança e sua privacidade.

Diante do contexto de constante luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por seus espaços de representação e de novos desafios para o sindicalismo rural na região Nordeste Paraense, a construção histórica do movimento se mostra necessária para uma melhor compreensão de sua trajetória e do papel das lideranças nesse processo. Nessa premissa, apresentamos nos tópicos seguintes as histórias de três lideranças do STTR, descrevendo parte de suas trajetórias de luta como trabalhadores e líderes sindicais.

‘Eu quero o meu povo, eu morro pelo meu povo!’

O STTR de Tomé-Açu tem sua história ligada ao contexto de luta dos trabalhadores rurais pelo direito à terra. O sindicato foi criado, quando o Nordeste Paraense vivenciava um período de intensos conflitos fundiários e a Fetagri e os STTRs estavam nas mãos de dirigentes “pelegos” (GUERRA, 2009;

SACRAMENTO, 2016). As disputas pela direção dos STTRs estenderam-se durante toda a década de 1980, de modo que os sindicatos só conseguiram organizar-se com plena autonomia em 1987, período em que os trabalhadores rurais da oposição tomaram a direção da Fetagri-PA (GUERRA; ACEVEDO MARIN, 1990; ROGGE, 1996; SACRAMENTO, 2007).

Na década de 1970, o presidente do STTR era o tenente Waldemar Pereira dos Santos, o Vavá. Adepto dos ideais da ditadura militar, o líder “pelego” do sindicato despertou a insatisfação da grande maioria dos trabalhadores afiliados, que lutaram por outro representante através da eleição de um delegado sindical, mesmo contra a vontade do então mandatário.

Nesse contexto de insatisfação coletiva, ganha força o principal símbolo da história do STTR de Tomé-Açu: o lavrador Benedito Alves Bandeira. Benezinho, como ficou conhecido, chegou ao município em 1974, vindo de Nova-Timboteua (PA), e iniciou, com os seus aliados,⁸ um movimento de oposição contra a gestão de Vavá, liderando reivindicações para a construção de estradas, ramais e escolas, a legalização de terras, a melhoria do serviço de saúde, entre outras.

Na época, a capacidade de liderança de Benezinho vinha de sua formação política no município de Bujaru, influenciado pela Igreja Católica. A paróquia de Bujaru fazia parte da Prelazia de Abaetetuba, criada pelo Papa João XXIII em 1961, e confiada aos cuidados da Sociedade de São Francisco Xavier para as Missões Estrangeiras (SX), cujos membros foram chamados de xaverianos.⁹ A partir das reformas da Conferência de Medellín (1968), os padres xaverianos começaram a trabalhar no espírito da Teologia da Libertação. Por meio de intervenção de Dom Ângelo Frosi (bispo de Abaetetuba), os xaverianos iniciaram o primeiro curso de coordenadores de comunidades (monitores) em Bujaru, em 1972. Várias lideranças da região surgiram a partir desse intenso

⁸ Para esta pesquisa, entendemos que os aliados também eram líderes, que quase sempre tinham cargos na Direção do sindicato e que apoiaram as lideranças analisadas no texto (ver Figura 1 – Linha do tempo).

⁹ A Prelazia foi transformada em Diocese pelo Papa João Paulo II, em 1981. Dezenove paróquias em oito municípios, entre eles Tomé-Açu e Bujaru, faziam parte da Diocese. Os dois primeiros bispos foram xaverianos, Dom Giovanni Gazza (1962-1966; foi eleito Superior-Geral dos Xaverianos naquele ano) e Dom Ângelo Frosi (1970-1995). A CPT dessa região (CPT Guajarina) também foi coordenada durante mais de vinte anos por um xaveriano, Padre Sérgio Tonetto. Disponível em: <http://cnbbn2.com.br/diocese-de-abaetetuba>. Acesso em: 27 out. 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Diocese_de_Abaetetuba. Acesso em: 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.xaverianos.org.br/noticias-e-artigos/ano-celebrativo/2565-os-xaverianos-na-formacao-do-clero-diocesano-de-abaetetuba>. Acesso em: 27 out. 2023.

trabalho de evangelização e de formação e organização políticas (SACRAMENTO, 2012; MACEDO; SOUSA, 2016).

A oposição sindical atingiu seu apogeu em 1983, quando a Presidência do STTR passou para as mãos de Benezinho e seus aliados. Com o apoio da comunidade local e da Igreja, Benezinho tornou-se um líder militante, enfrentando os desafios do MSR em Tomé-Açu, principalmente a desigualdade fundiária na região. Durante sua trajetória na linha de frente do STTR (mesmo antes de ser presidente, como delegado sindical), Benezinho liderou muitas conquistas e, em consequência disso, adquiriu alguns inimigos. Um deles foi o latifundiário Acrino Azevedo Breda. Ele queria expulsar cerca de 70 famílias de agricultores que viviam, há vinte anos, no território que na época correspondia à fazenda Colatina, localizada nas proximidades do município de Acará (SACRAMENTO, 2016).

Diante das ameaças do latifundiário, houve uma forte mobilização por parte do STTR contra a expropriação dos agricultores da fazenda Colatina, o que intensificou a desavença entre Benezinho e Acrino. A disputa estendeu-se por algum tempo.¹⁰ Quando finalmente a Justiça deu ganho de causa aos trabalhadores, o conflito chegou a sua instância máxima: a mando do latifundiário, Benezinho foi assassinado no dia 4 de julho de 1984. No dia seguinte, os pistoleiros que o mataram foram chacinados pelos agricultores em Tomé-Açu. Pouco tempo depois da conquista, a fazenda Colatina foi transformada no Assentamento Benedito Alves Bandeira, em homenagem ao líder sindical.

O que ficou de herança para o sindicato foi o espírito de luta de Benezinho. A força de sua liderança representa, até os dias de hoje, o passado de importantes conquistas do STTR e a inspiração para buscar defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da região, que necessitam de representação em um cenário que os desfavorece cada vez mais. E se a luta continua, é porque outros líderes se apresentaram ao movimento, como veremos adiante.

¹⁰ Há também informações sobre a formação por fazendeiros de um grupo chamado "Terceira Lei", que atuou com o objetivo de intimidar e de assassinar lideranças dos trabalhadores rurais (POVO, 1984).

‘O sindicato é uma arma em defesa dos seus direitos’

Após a morte de Benezinho, outra liderança foi importante para a continuação do trabalho iniciado por ele no STTR. Liderança-1, 71 anos, nasceu em Cametá (PA) e, no dia 20 de julho de 1963, aos 13 anos, foi morar em Tomé-Açu, acompanhado do pai e de quatro irmãos. Órfão de mãe, teve de seguir logo cedo os passos do pai, que trabalhava na agricultura. Mesmo sem entender nada daquele estilo de trabalho, resolveu aceitar os desafios que lhe impôs a vida.

Eu não entendia nada de agricultura, mas meu pai trabalhava com roça, com um pessoal, trabalhava com um e com outro. Ele foi tomar conta de uma terra aqui para dentro do rio Tomé-Açu, para onde é Tropicália agora. Eu saí do trabalho, não tinha para onde ir e fui com ele para a roça. Era difícil para caramba, a vida era diferente, a pescaria era diferente, difícil, mas fiquei lá com o meu pai trabalhando e fui vendo. Aí eu pensei, “vou ter que enfrentar a vida como ela é, como ela tá me proporcionando”, já com 17 para 18 anos. Ele ia para o serviço e eu ia com ele. Fui trabalhando, [...] e fui aprendendo a trabalhar naquilo que o pessoal fazia. [...] Com ele aprendi a fazer caçada, botar armadilha, pescar, e fui conseguindo viver, aprendendo a trabalhar na roça, fui me acostumando com aquilo. [...] Depois, já comecei a plantar pimenta e com isso cheguei no *status* de rapaz adulto. Já colhia pimenta, já vendia, comecei a ficar mais livre e fiquei na roça. Só que as terras lá não eram nossas, a gente não podia ficar definitivamente para o trabalho. (Liderança-1, 2021)

Nos anos 1970, o governo do estado estabeleceu uma colônia chamada Água Branca e distribuiu terras para agricultores. Nessa época, Liderança-1 casou-se e passou a morar em uma comunidade de Tomé-Açu, com sua esposa e filhos. O cametaense foi um dos principais responsáveis pela formação de sua comunidade e pela construção da Igreja Católica no local, o que o fez ser visto como uma liderança pelos demais moradores. Atuou como delegado sindical e ajudou nas mobilizações para a retomada do sindicato na época de Benezinho. Em virtude da sua participação efetiva no movimento, teve sua importância reconhecida pelos trabalhadores e liderou a chapa que saiu vitoriosa em 1993,

sendo eleito presidente do STTR. Ao lado de seus aliados, planejava as principais estratégias de luta e dividia as responsabilidades de liderança dentro da organização.

Naquela época, a luta pela terra era o objetivo principal do sindicato, e as lideranças foram fundamentais nesse processo, porque atuavam conscientizando os trabalhadores para que não vendessem suas terras ou não deixassem assinar suas carteiras de trabalho.

Nessa época, nós tivemos que lutar em defesa da posse da terra. Defender muito os trabalhadores, os agricultores, os posseiros, do invasor. O cara chegava querendo comprar terra [...] você sabe que o caboclo se ilude por besteira, né!? Aí, esse era o nosso trabalho. “Não vende sua terra, não vende, não vende, por favor! Você não tem o que comer? Então plante uma macaxeira, coma aí, mas não deixe a sua terra. Primeiro, que, através dessa terra, você vai adquirir uma aposentadoria. Não deixe assinar sua carteira de trabalho [...] não faça isso!” Nós conseguimos fazer muito isso com o pessoal e hoje tem muita gente que está aposentado porque a gente passou a instrução, não deixou sujar a carteira com esse negócio de empreginho [...] não existe isso para nós. [...] Eu sou trabalhador rural, minha vida é aqui na roça. Eu posso ir lá trabalhar uma semana, duas, um mês, mas a minha profissão é aqui na roça, sou agricultor! Embora que eu plante só mandioca. Isso acontecia porque eu tomei uma consciência dessa vida, que o trabalhador rural futuramente ia ter o valor da agricultura familiar. Isso nós aprendemos e temos no nosso coração. (Liderança-1, 2021)

Para Liderança-1, a mobilização sindical era (e continua sendo) fundamental para fazer com que os trabalhadores tomassem consciência dos seus direitos e do seu lugar na sociedade. Explicar para o trabalhador a importância do sindicato e fazer com que ele tomasse para si a bandeira de luta do movimento e se entendesse como trabalhador rural eram as formas pelas quais ele buscava novos sócios:

A mobilização sindical é uma faculdade. Você vai aprendendo na rua, na prática, e dentro da mobilização você vai influenciando. O sindicato é esse influenciador. Mas eu não

tenho que dizer para você o que é que você tem que fazer. Eu tenho que explicar o que ele é e qual a importância. [...] A mobilização você vai vendendo para a sociedade uma coisa que ela não sabe que precisa, mas precisa. Aí a gente vai fazendo esse trabalho. [...] Eu não ia lá dizer que ia associar eles no sindicato, eu ia lá explicar a importância que tem o sindicato, para que ele serve. Então, tudo isso faz parte, ir mobilizando o pessoal para saberem dos seus direitos e para que serve o sindicato. Então, o sindicato é isso [...]. É mobilizar! É convidar o pessoal para vir. É a mesma coisa de pregar o evangelho, quando você começa, o cara não sabe nem o que é a Bíblia. Depois ele começa a ler e a entender. Tudo é uma mobilização, você vai criando mentalidade, se formando e não demora muito você é um líder. (Liderança-1, 2021)

A identidade de um movimento social, depende, dentre outras coisas, da ação individual de seus líderes, pois são eles que traçam as estratégias e determinam os rumos das ações coletivas. O discurso de Liderança-1 contribui com essa compreensão do papel das lideranças para a mobilização coletiva voluntária de trabalhadores.

A tarefa de conscientização política empreendida por ele e outros líderes demonstra que sua atuação no movimento sindical ajuda a despertar sentimentos voluntários, como a solidariedade, e a construir uma identidade coletiva. Conceito trabalhado por Melucci (1996, p. 75): “A identidade coletiva é um processo de aprendizagem que leva à formação e manutenção de um ator empírico unificado que podemos chamar de ‘movimento social’”. Na compreensão de Melucci (1988, p. 334), “[...] *solidariedade*, isto é a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte de uma mesma unidade social”. Numa luta, “[...] a solidariedade interna do grupo reforça e garante a identidade. [...] A solidariedade que une os indivíduos entre si permite-lhes afirmar-se como sujeitos da sua ação [...]” (MELUCCI, 1996, p. 75). Por sua vez, a identidade se mostra relevante inclusive para a formação de novos líderes, como demonstra a fala do entrevistado.

Entretanto, com o avanço da idade de Liderança-1, alguns aliados que estavam na linha de frente do STTR e contribuíram significativamente para o sucesso da luta sindical morreram. Por esse motivo, Liderança-1 acabou

deixando o sindicato nos meados de 2005. Infelizmente, não tinha mais seus principais aliados para ajudá-lo a manter-se à frente da organização nem saúde para seguir firme na luta:

[...] a gente tinha o acompanhamento de umas lideranças amigas, parceiras, que nós trabalhávamos e botávamos para frente as coisas. Aí os companheiros começaram a morrer e foi desmobilizando. Eu sempre faço a comparação: trabalhar no sindicato é o mesmo que um jogo de futebol. Você pode até ser bom jogador, mas se você não tiver um parceiro para lhe acompanhar, você se machuca, você se bate e acaba perdendo a atenção da plateia, fica desmoralizado com seu trabalho. Então, quando começou a ficar assim, começou a ter oposição, eu saí de lá. Aí foi o tempo que eu me aposentei também e vim para cá, fiquei aqui na roça trabalhando, plantando as coisas. (Liderança-1, 2021)

Apesar da importância dos líderes para os empreendimentos coletivos, a reflexão que fica é que estes, ao fazerem parte de uma organização, acabam se tornando também atores coletivos, pois representam um coletivo, seja ele movimento ou organização. O papel de liderança não se faz sozinho. Para se realizar, depende do esforço de aliados, de companheiros, que pensem e atuem de forma conjunta na direção de um objetivo comum. Com exceção ao movimento realizado na época de Benezinho para a retomada do sindicato das mãos do presidente “pelego”, não conseguimos identificar a presença de outras frentes opositoras dentro do STTR. Mesmo com a fala de Liderança-1 indicando a existência de oposição, os sucessores de Benezinho mostraram-se aliados, conforme demonstra a linha do tempo (Figura 1) no fim desta discussão.

Liderança-1 trabalhou no STTR durante quinze anos. Ele conta que até hoje é visto como uma liderança em sua comunidade. Por onde passa, recebe o reconhecimento pelo que foi conquistado enquanto esteve à frente do sindicato. Hoje ele vive com a família em sua “pequena colônia”. Ainda trabalha na roça, planta mandioca, açaí, pimenta-do-reino e diz ter orgulho de sua trajetória como liderança, de ter sido sempre trabalhador rural. Em 2003, o lugar de Liderança-1 no STTR foi ocupado por uma mulher que assumiu, a

partir daquele momento, o papel de principal líder do STTR e do próprio movimento em Tomé-Açu, como veremos no próximo tópico.

‘Se hoje nós estamos aqui, é porque a gente se organizou’

Natural do município de Bujaru, filha de pai nordestino e de mãe paraense, Liderança-2 tem 61 anos e tem sido a principal líder do STTR desde os anos 2000. Seu pai era muito rígido; por não aguentar a pressão, ela resolveu sair de casa cedo. Apaixonada, casou-se aos 17 anos com um rapaz que vivia em Tomé-Açu. Com ele viveu durante vinte anos, teve seis filhos e depois se separou. Hoje, tornou-se uma das principais militantes do movimento sindical no município.

Sócia do sindicato desde 1981, Liderança-2 participou da construção do STTR, especialmente após a morte de Benezinho. Sua participação teve início na Igreja Católica. Seu trabalho nas CEBs mostrou-lhe a dificuldade de viver e de trabalhar na terra em um período que os latifundiários exerciam uma forte pressão nos trabalhadores pela venda de suas terras. Em 1987, Liderança-2 mobilizou, na Igreja Católica, a organização de mutirões comunitários para estabelecer roçados, o que, segundo ela, fez com que as pessoas melhorassem de vida e permanecessem em suas terras:

Eu resolvi entrar para o sindicato, porque nos anos de 1990 ou a gente era forte ou então se ferrava, na verdade. E aí foi o momento em que [os trabalhadores] começaram a vender as terras, vender as terras [...] e eu tive que me fazer de forte para me manter lá na colônia. Me juntei com o pessoal da Igreja Católica, naquela época era a irmã Celeste, e a comunidade era muito pobre. Chegou um fazendeiro que estava comprando todas as terras. Aí nós tivemos que se organizar, reunir, para discutir como é que nós íamos sobreviver na comunidade. E aí veio a preocupação, que ou a gente se organizava, se unia, ou então a gente não ia conseguir enfrentar, naquele momento, o êxodo rural, porque a dificuldade estava grande, aí, o cara chegava oferecendo um dinheirinho e o pessoal ia vendendo. Aí, nos reunimos na Igreja Católica, se organizamos através do sindicato e conversamos com a irmã Celeste e ela disse que íamos

começar a trabalhar os mutirões, porque ninguém tinha roça nem nada, na época. Então nós começamos a trabalhar os mutirões comunitários e foi aí que nós conseguimos se erguer, isso foi no ano de 1987, mais ou menos. (Liderança-2, 2021)

O primeiro passo foi a organização da comunidade em torno do sindicato e da ação coletiva dos mutirões. Com os trabalhadores organizados e com a posse da terra, as estradas passaram a ser o foco das mobilizações do sindicato. Liderança-2, que ainda não tinha cargo no sindicato, liderava o movimento em sua comunidade, sempre contando com o apoio da Igreja. Graças à essa parceria, o sindicato conseguiu reivindicar ramais, pontes e energia elétrica para algumas comunidades. Conseguiram carro, ocuparam a Prefeitura, sempre com a força de muitos trabalhadores mobilizados:

Quando chegou nos anos 1990, já tinha uma organização. Nós tivemos mutirão de até 27 pessoas para plantar roça. Era muito bonito, era muito organizado. Nosso mutirão era bem diferente, cada um levava comida, colocava lá e na hora do almoço partilhava todo mundo junto. Era muito lindo! [...] Depois de um ano todo mundo estava com roça. Tinha o arroz, o milho, a farinha [...] começou a melhorar. Aí a gente partiu para o segundo ponto, que era lutar pela estrada e pela energia. Nós começamos a produção, mas não tínhamos estrada. Aí nós reunimos, arrumamos um carro e fomos até a Prefeitura, cinquenta e poucas pessoas. O padre foi com a gente naquele tempo, até a Prefeitura. Chegamos lá e ocupamos a prefeitura. Não foi com carinho não! Seguramos a porta, pedimos ao vigia para entrar, procuramos pelo prefeito e ele disse que não estava. Nós seguramos a porta e colocamos o pessoal para dentro. Sentamos lá dentro e disse que só saía depois que visse o prefeito. [...] Depois de 15 minutos o prefeito apareceu. Nós falamos para ele que nós tínhamos ido lá porque nós não tínhamos nem ponte, nem estrada, nem nada. Nós produzíamos a farinha e quando vinha de lá para cá, tinha uma pinguela [ponte]. Várias vezes a farinha caía na água. A gente terminava de torrar a farinha com a maior dificuldade, dois, três quilômetros de casa, e caía dentro d'água. Quando foi numa quarta-feira, os carros da Prefeitura, trator, caçamba, entraram e fizeram a estrada para

nós. Esse foi o primeiro trabalho meu, foi a estrada do nosso ramal. (Liderança-2, 2021)

Mesmo ainda não ocupando cargos na Diretoria do sindicato naquela época, a história de Liderança-2 demonstra o quanto os líderes locais também são importantes para a mobilização em torno do MSR. De modo geral, são pessoas que têm consciência política, que entendem a relevância do sindicato e da união e que mobilizam as bases para participar e se organizar. Contudo, Liderança-2 não se via como uma líder e não gostava de assumir cargos importantes, na Igreja ou no sindicato. Recebia convites para ser catequista, coordenadora, mas não aceitava, não se enxergava ocupando tais lugares. Essa realidade começou a mudar, quando, em determinado momento, tudo começou a desmoronar em sua vida. Seu marido e sua filha adoeceram. Ambos foram desenganados pelos médicos, o marido com problemas renais e a filha com um tumor maligno no pescoço. Sem saída, Liderança-2 fez preces a São Francisco e, num momento de fé, fez uma promessa:

Acabou tudo! A gente só não passou fome porque eu era muito virada. Mas o resto, de tudo a gente sofreu. Ele foi embora para Belém, passou mais de 2 anos sofrendo desenganado para lá e eu aqui. Aí eu fiz um voto. Uma noite eu acordei com tanta fé que eu fiz um voto com São Francisco: que seu meu marido e minha filha fossem curados, eu dedicaria o resto da minha vida em prol dos mais fracos, dos mais necessitados. (2021)

Dias depois de ter feito a promessa, Liderança-2 conta ter encontrado uma senhora que lhe ensinou um remédio caseiro para a doença de sua filha. Chegando em casa, ela passou o remédio no pescoço da criança, e o tumor sarou em pouco tempo. O marido, que ainda estava em Belém, havia sido desenganado e voltava para morrer em casa, perto de sua família:

Quando ele chegou na porta do hospital, uma mulher estava lá e ensinou um remédio para ele. Ele chegou em casa e eu fiz o remédio para ele. Com três dias, ele botou as três pedras do rim e foi curado também. Tudo isso aconteceu por milagre de Deus. Então daí foi a decisão de eu ir para o trabalho da comunidade. Eu dedicaria a minha vida em prol dos mais necessitados. (Liderança-2, 2021)

Após a ação da providência divina, Liderança-2 passou a ter a luta social como prioridade e não só pagaria a promessa, mas também faria do MSR a sua vida. Logo em seguida, tornou-se catequista e, já com os grupos organizados em mutirões, foi eleita presidente da associação de sua comunidade e delegada sindical, entre 1997 e 1999. Essa situação demonstra que, ao contrário do que analisa Olson (1965) em *A lógica da ação coletiva*, nem sempre a decisão de participar de uma ação coletiva depende de uma análise estritamente racional, ela pode ser motivada por valores, sentimentos e crenças, como acreditam Melucci (1989), Sabourin (2012) e Castells (2002). No caso de Liderança-2, a fé foi o principal fator para que decidisse se tornar uma sindicalista.

A partir desse momento, Liderança-2 teve uma participação mais ativa no sindicato. Sua liderança já era vista com bons olhos pela direção de Liderança-1 e por muitos agricultores. Todos tinham certeza de sua força, mas ela ainda hesitava e não se sentia preparada para assumir grandes responsabilidades. Acreditava que o trabalho que fazia como presidente da associação e delegada sindical já a ocupava demais.

Chegado o período de eleição para presidente do STTR, mais de 200 pessoas estavam presentes na assembleia-geral que escolheria o substituto de Liderança-1. Ainda em 1999, como delegada sindical com grande influência nas tomadas de decisão do sindicato, Liderança-2 apontou um trabalhador chamado Liderança-3 como seu favorito para a Presidência, mas foi prontamente contrariada pela maioria ali presente:

[...] eles viram que eu estava muito forte, só que eu nunca quis ser presidente. Na verdade, eu vim na reunião que era para a escolha do candidato e eu apontei o Liderança-3. Nós reunimos e discutimos que era ele o nome para vir. Quando foi na hora, ele não apareceu. Aí eu disse que o meu candidato era o [Liderança-3]. Só que o povo levantou a mão de uma vez: “Negativo! A nossa candidata é a senhora”, mais de 200 pessoas. Eu digo: “Gente, eu não estou preparada, não estou preparada”. Aí eles disseram: “Não, não tem esse negócio. A senhora está preparada sim! Pelo tamanho da sua liderança, do seu trabalho, está preparada, sim”. Quando o povo disse que a presidente tinha que ser eu, foi a maior surpresa que eu tive na vida. Eu nunca entendi aquilo, parece que levantou a mão todo

mundo de uma vez. Foi o momento mais lindo da minha vida, porque eu não sabia que eles tinham aquela surpresa para mim. (Liderança-2, 2021)

Aqui, como no caso de Liderança-1, vemos novamente a importância dos aliados no apoio às lideranças e nos processos decisórios que envolvem a organização sindical. Na época, a luta pela construção da rodovia PA-140¹¹ era o ponto alto das mobilizações do STTR. Liderança-2 era a principal líder do STTR nessa empreitada, estava na linha de frente de todo o processo. Ganhou credibilidade e confiança. Por isso, os trabalhadores presentes na assembleia acreditavam nela e tinham certeza de que ela era a pessoa certa para conduzi-los. Então, quando tiveram a oportunidade de inseri-la na Diretoria do sindicato, o fizeram. Liderança-2 foi eleita secretária de finanças no penúltimo mandato de Liderança-1, entre 1993 e 1997, e reeleita no mandato de João Bandeira, entre 1997 e 2001. Em 2006, foi eleita presidente do STTR pela primeira vez e, de lá para cá, tem sempre ressaltado a importância da organização para a luta sindical:

Se hoje nós estamos aqui é porque a gente se organizou, porque senão a gente não conseguia ficar aqui. Então nós melhoramos todo mundo de vida. Tinha gente que não tinha terra e se situou. [...] nós conseguimos nos organizar de um tanto, que a gente conseguiu estrada, caminhão da feira, energia, um monte de coisa [...] avançamos mesmo. Conseguimos nos estabilizar e segurar o pessoal. (Liderança-2, 2021)

Com o sindicato organizado e com a confiança dos trabalhadores, Liderança-2 resolveu pleitear um cargo na política. Em três oportunidades, candidatou-se a vereadora, sendo a última em 2019, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas acabou não sendo eleita em nenhuma delas. Durante entrevista, ela explicou que, na época de eleição, é feito um debate dentro do sindicato para decidir qual a melhor pessoa para representá-los. Como está à frente do STTR, é ela quem costuma ser indicada para representar o movimento e lutar pelas demandas coletivas. Nas eleições de 2019, ela recebeu

¹¹ A rodovia PA-140 liga Tomé-Açu à rodovia Belém-Brasília.

396 votos e diz ter uma “base fiel”, que é mobilizada por meio das delegacias sindicais.

Atualmente, Liderança-2 é uma das principais personagens do MSR em Tomé-Açu. Representa a força da mulher na agricultura e na luta social. Por sua participação no movimento e pelo conhecimento que ele lhe proporcionou, ela resolveu voltar a estudar e está concluindo o ensino superior no curso de Engenharia Agrícola. Explica Liderança-2:

[...] eu represento a importância da mulher no movimento social. Foi a partir disso que eu pensei em voltar a estudar. [...] Isso para mim é muito importante, porque a maioria das mulheres botam na cabeça que estão velhas, que não são capazes, e eu estou aqui”. (2021)

A luta das mulheres por igualdade de condições no MSR começou com a construção dos primeiros sindicatos na década de 1950. Existem registros da Contag que dão conta de grandes manifestações estaduais de trabalhadoras rurais durante a década de 1980, uma década antes da conquista do seu direito à sindicalização (CONTAG, 2004). Excluídas durante décadas das esferas de liderança do sindicalismo, as trabalhadoras rurais enfrentaram desafios significativos para conquistar o direito de ocupar espaços decisórios (CARVALHO, 2018). Elas então passaram a questionar as normas tradicionais e a participar ativamente na luta por questões essenciais, como o acesso à terra, geração de renda, superação da violência doméstica, igualdade de gênero e valorização de seu trabalho nas propriedades familiares (MEDEIROS; PAULILO, 2013; CARVALHO, 2018). No século XXI, o papel das mulheres no MSR tem transformado os discursos e práticas sindicais no âmbito da Contag e CUT, que já atribuem maior relevância ao trabalho feminino na luta sindical. Atualmente, a Fetagri-PA tem quatro mulheres (de sete diretores) na Diretoria Executiva, o que demonstra a ocupação dos espaços decisórios por mulheres em todas as instâncias do sindicalismo rural.¹²

Seguindo este debate, a ascensão de Liderança-2 à Presidência do STTR, pela primeira vez em 2006, marcou a emergência de uma mulher depois de

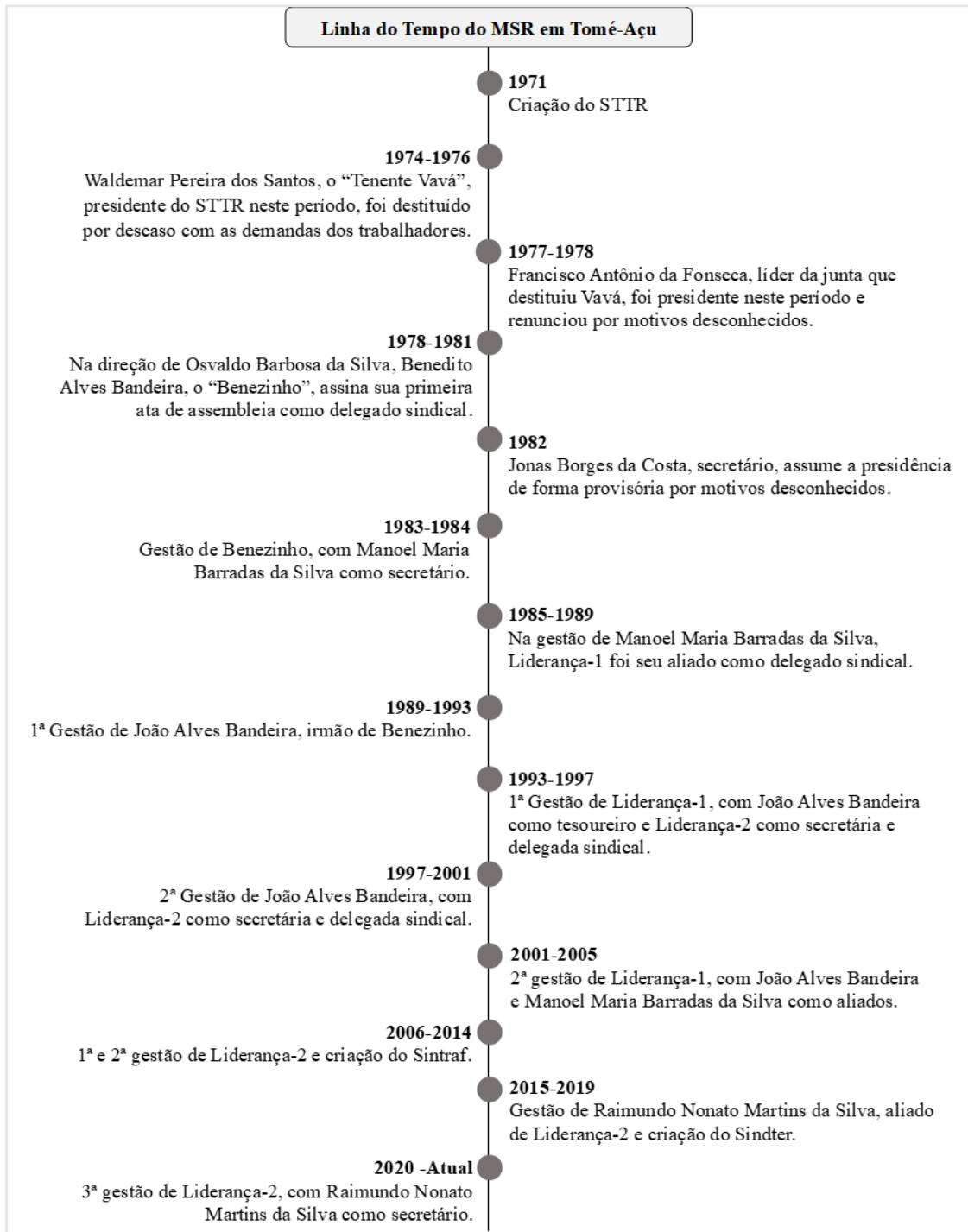
¹² Fetagri-PA elege e empossa sua nova Diretoria (gestão 2021-2025). Disponível em: <http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=14306&mt=1&nw=1&ano=&mes=>. Acesso em: 26 out. 2023.

décadas do controle dessa organização por homens. A linha do tempo exposta na Figura 1 mostra a predominância dos homens desempenhando papéis de chefia e ocupando cargos na Diretoria da organização. O caso de Liderança-2 é uma exceção que acabou interferindo fortemente na história do sindicato. Desde a década de 1980, mesmo antes de assumir algum cargo no sindicato, ela participou ativamente das mobilizações de base, enfrentando todas as dificuldades de ser uma liderança feminina em um ambiente dominado pelo machismo. Nos dias de hoje, é ela quem lidera as estratégias e organiza a maior parte das mobilizações feitas pelo STTR.

Atualmente, o STTR conta com o apoio da CUT, da Fetagri e da Contag e é um sindicato que se considera eclético (aquele que atende agricultores familiares e assalariados rurais). Entretanto, em virtude da criação recente de outros sindicatos no município, perdeu muitos sócios (entre agricultores e assalariados). De acordo com a atual gestão, o sindicato ainda tem uma causa com os assalariados na Justiça e por isso continua a se considerar eclético. Com cerca de 1200 sócios ativos (que estão em dia com as contribuições sindicais), sua estrutura organizacional é formada por secretarias internas destinadas a diferentes funções e serviços, como: Secretaria de Políticas Sociais e Terceira Idade, Secretaria de Finanças, Secretaria de Reforma Agrária, Secretaria de Agricultura Familiar, Secretaria de Jovens e Mulheres e Secretaria-Geral.

A trajetória do STTR demonstra que as lideranças foram sempre fundamentais para que as ações coletivas acontecessem. Desde a época de Benezinho, as conquistas têm sido significativas para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Tomé-Açu. A partir das atas de assembleias do STTR, elaboramos uma linha do tempo (Figura 1), que mostra a trajetória das lideranças do STTR, com o foco voltado para os presidentes do sindicato, e evidencia que, desde a gestão de Benezinho, essa organização foi comandada por seus aliados, não dando mostras da ascensão de oposições internas.

Figura 1 – Linha do tempo com as lideranças do STTR no período 1971-2023



Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa, 2023.

Em um período mais recente, outras dinâmicas têm influenciado na organização dos trabalhadores, entre as quais a expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense. Quando Liderança-1 retirou-se e Liderança-2 preparava-se para assumir seu primeiro mandato como presidente do STTR, teve início um importante período na história do MSR em Tomé-Açu: a chegada da dendeicultura. Com a criação do PNPB, em 2004, e do PPSPO, em 2010, o dendê tornou-se parte da realidade dos agricultores familiares que foram incluídos na cadeia produtiva de biodiesel no Nordeste Paraense. O município de Tomé-Açu é hoje um dos principais polos da dendeicultura, recebendo empresas desse segmento que atuam na compra e no arrendamento de terras e no assalariamento de agricultores integrados (FLEXOR *et al.*, 2011; BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018). Esses fatores impuseram uma série de desafios ao MSR e exigiram um posicionamento imediato de suas lideranças. Liderança-2, como representante do STTR, posicionou-se contra os projetos de dendê desde o início por acreditar que a dendeicultura traria o sistema de monocultivo para os estabelecimentos familiares:

[...] eles diziam que a saída era dendê e nós dizíamos que não era. O dendê está todo mundo ferrado até hoje! Devendo o banco, muitos sem condição, falando bonito, que está bom, mas é tudo mentira [...]. Nunca para de pagar! [...] para nós, que enxergamos um pouquinho, nós achamos que agronegócio nenhum é futuro para a agricultura familiar. (Liderança-2, 2021)

As opiniões sobre o conteúdo da crítica da liderança divergem. Brandão, Schoneveld e Pacheco (2018, p. 1) constatam que, oito anos depois do lançamento do PPSPO, “[...] o desempenho dos agricultores familiares varia amplamente, havendo desde unidades altamente produtivas até projetos praticamente abandonados” e que a maioria dos agricultores familiares integrados à agroindústria (54,8%) que produziram por contrato “[...] não conseguiu atender às expectativas de desempenho das empresas de óleo de palma”. Segundo os autores, as empresas manifestam sua preocupação com a

capacidade que esses agricultores têm “[...] de cumprir suas obrigações de crédito”¹³ (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018, p. 5).

Pesquisas no âmbito do Projeto AFInS¹⁴ mostraram que os(as) agricultores(as) “[...] satisfeitos(as) tanto com o sentimento de ser produtor(a) de dendê quanto com a renda são predominantes (52,6%)” entre os(as) entrevistados(as) (MOTA *et al.*, 2022, p. 21). Outros 69% voltariam a plantar dendê, e 73% aconselhariam esse cultivo a parentes, amigos ou conhecidos. Porém, um grupo significativo (24,8%) estava insatisfeito “[...] tanto com o sentimento quanto com a renda [...]” (MOTA *et al.*, 2022, p. 21). Em alguns municípios, foram alcançadas porcentagens maiores de insatisfação (66%), como descobriram Tavares e Mota (2020, p. 541), em Irituia (PA). O Projeto AFInS indica nas suas recomendações: “É necessário dispor de espaços acessíveis e acolhedores para dialogar sobre as insatisfações com a produção de dendê e com o contrato de integração” (MOTA *et al.*, 2022, p. 22).¹⁵

Liderança-3, agricultor que liderou o movimento de criação do Sintraf, afirmou que este sindicato foi contra a implementação da dendeicultura e que não aceitou as parcerias propostas pelas empresas no início, acompanhando a postura adotada pelo STTR de ir contra os projetos. No entanto, seu posicionamento mudou à medida que uma quantidade significativa de sócios manifestava interesse em plantar dendê (muitos agricultores inclusive deixaram o STTR e buscaram o Sintraf, que se mostrou mais flexível quanto a essa questão). Segundo Liderança-3, o Sintraf passou então a atuar em parceria com a empresa Biopalma. Na época, ele avaliou que a dendeicultura tinha pontos positivos (aumento da renda, garantia de mercado, geração de empregos, cursos de capacitação) e negativos (aumento da violência, conflitos com indígenas, uso de agrotóxicos e danos ambientais). Seu depoimento a seguir, demonstra – assim como alertaram algumas lideranças logo na chegada dos projetos de dendê no município – que muitos agricultores teriam

¹³ Em relação ao pagamento da dívida, a maioria dos agricultores integrados encontrava-se em 2018 ainda dentro do período de carência.

¹⁴ Projeto “Integração da agricultura familiar na produção do dendê no Pará: possibilidade de inclusão social?” realizado com recursos da Embrapa no período de 2014 a 2019.

¹⁵ Esses espaços podem ser ocupados pelas organizações sociais, entre as quais os sindicatos e as associações, como mostra o exemplo da Central das Organizações Sociais entre os rios Guamá e Capim (Consergc) (OLIVEIRA, 2020).

dificuldade em manter a diversificação produtiva e passariam a cultivar apenas o dendê, fortalecendo a monocultura:

[...] nós, como sindicato, acompanhamos os agricultores, discutimos bastante. Teve algumas assembleias de discussões e a gente aderiu ao projeto. Uma das coisas que a gente conversou muito, bateu muito, é a monocultura. Aderimos com uma condição: que o agricultor teria que continuar diversificando a produção, para que não ficasse na monocultura, para não correr o risco de se atrapalhar mais para frente. [...] muitos agricultores estão fazendo isso, têm o dendê como mais uma cultura que se inseriu lá no espaço, lá no lote dele. Mas alguns deles não, eles tão trabalhando somente com o dendê. Isso é preocupante porque caso venha ocorrer o contrário, não sei como vão fazer porque tem uma dívida no banco. [...] então isso é uma preocupação, um desafio, nós estamos trabalhando, nós continuamos falando isso nas reuniões: não plante só o dendê, continue plantando a pimenta, o cacau, o açaí e criando galinha, porco, peixe. (Liderança-3, 2015)

Na opinião de Liderança-2, a expansão da dendeicultura ocasionou também um forte êxodo rural, um tema que marca sua trajetória e que foi um dos motivos para seu engajamento no STTR, como mencionado anteriormente:

Depois que veio o dendê, o êxodo rural foi muito grande. As nossas comunidades diminuíram muito. Eu acho que foi uma queda muito grande. As nossas delegacias sindicais diminuíram muito. Na verdade, o sindicato, em vista do ano 2000 até 2010, que foi o forte do dendê, nós tínhamos 36 delegacias. Nós chegamos a 43 delegacias. Hoje, nós temos 21 delegacias e nem 15 funcionando. E não é porque não queira, é porque as comunidades praticamente estão todas fracas. Muita gente veio embora, muitas lideranças se mudaram. (Liderança-2, 2021)

Ainda é difícil quantificar esse êxodo. Uma liderança do município vizinho de Concórdia do Pará afirmou que 200 famílias, no mínimo, venderam as suas terras. Outra liderança do mesmo município disse que, dentro de dois anos,

“40% do povo da área rural” teria mudado para a cidade.¹⁶ Segundo Silva, Magalhães e Farias (2016, p. 190), a aquisição de terras pelas empresas dendeicultoras, “[...] equivalentes a 16% do território dos municípios que compõem a microrregião de Tomé-Açu”, tem ocorrido “[...] em absoluto desacordo com a legislação que rege o mercado formal de terras”. Porém, em âmbito local, existem dificuldades para conseguir números, como mostra Moreira (2022, p. 23), que buscou identificar agricultores que venderam a sua terra: “[...] notei que alguns interlocutores não ficaram confortáveis em falar sobre a venda do estabelecimento [...]”. Guimarães (2021), na sua pesquisa sobre agricultores integrados que abandonaram o plantio de dendê, também identificou poucos casos de venda de terras e constatou que a grande maioria continua na agricultura.¹⁷ Quantificar essas importantes mudanças resultantes da introdução de uma *commodity* nessa região permanece um desafio para futuras pesquisas.

Outro fator que afetou diretamente o MSR foi a demanda maior de assalariados rurais por parte das agroindústrias de dendê: o STTR, um sindicato eclético, teve dificuldade de atender esses assalariados. A demanda dos assalariados representa uma parcela dos motivos que levaram à fundação de outros sindicatos em Tomé-Açu. No contexto geral, dois cenários se apresentam: o primeiro, começa com a insatisfação de um grupo específico de sócios do STTR que se mobilizaram para criar um sindicato concorrente, resultando na elaboração do Sintraf, em 2006; já o segundo, partiu da demanda dos assalariados por uma representação específica, movimento este que resultou na criação do Sindter, em 2016.

A pluralidade sindical imprime novas nuances à história do MSR em Tomé-Açu. Ela traz consigo um caráter de competição e provoca a emergência de novos atores coletivos, com estratégias e demandas específicas. Esse contexto de pluralidade sindical, que se estabelece com a criação do Sintraf e do Sindter, será apresentado no tópico a seguir.

¹⁶ Entrevistas realizadas pelo Projeto AFInS, que contou com a participação de um dos autores.

¹⁷ Ambas essas pesquisas sofreram com as limitações impostas pela pandemia.

Pluralidade sindical em Tomé-Açu: os casos do Sintraf e do Sindter

De acordo com Schmitz e Mota (2010, p. 28-29), “na América Latina, o Brasil e o Paraguai são os únicos países nos quais os trabalhadores da agricultura e os agricultores são organizados conjuntamente”. Os autores têm uma visão crítica dessa forma de organização e explicam:

O nome “sindicato de trabalhadores rurais” não explicita a diversidade real das categorias sociais que o mesmo comporta como membros associados. Em muitas regiões brasileiras, os agricultores familiares constituem a maior parte dos sócios. Os verdadeiros trabalhadores da agricultura (por exemplo, assalariados, diaristas, empreiteiros, boias-frias) são contratados tanto pela agricultura empresarial quanto pela agricultura familiar. Os conflitos sociais entre estas diferentes categorias são escamoteados pelo fato de todas elas serem representadas por um sindicato comum. (2010, p. 29)

No fim da década de 1980 e no início dos anos 1990, a categoria dos trabalhadores rurais passou por transformações consideráveis em suas formas de representação política e de organização sindical (MEDEIROS, 2014). A diversidade de sujeitos que surgiram durante esse período não foi mais adequadamente representada pelo MSR e estava à procura de novas formas de se organizar, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que instituíram novas estruturas de mobilização para reivindicar direitos (MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2018). Mais tarde, nos primeiros anos do século XXI, a Contag perdeu espaço para um setor da CUT e viu sua estrutura de unicidade sindical ameaçada por uma série de alterações no movimento sindical, como a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), em 2001, organização que passaria a disputar a representação dos agricultores familiares em âmbito estadual no Brasil (PICOLOTTO, 2018).

Enquanto o sistema sindical da Contag procurava manter unificada a representação formal de todas as situações de trabalho no meio rural (inclusive os agricultores familiares), a

Fetraf ergueu a bandeira da representação específica dos agricultores familiares, para isso procurou transformar os seus sindicatos ou construir novos na forma de Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), diferenciando-os dos STR da Contag. (PICOLOTTO, 2018, p. 216)

Fundados como sindicatos ecléticos, os STTRs sentiram o enfraquecimento da confederação no sentido de manter a unicidade da categoria trabalhador rural a partir da década de 1980 (PICOLOTTO, 2018). Isso teve um impacto direto em suas estruturas, dando brecha para a constituição de outros sindicatos que começaram a disputar o direito de representar dois setores específicos que se apartaram da categoria: os agricultores familiares e os assalariados rurais, ambos já representados pelos STTRs. No município de Tomé-Açu, o STTR representou a unicidade sindical que fazia parte do projeto de sindicalismo da Contag até 2006, quando se formou um novo sindicato de agricultores familiares.

Em 2002, um setor do STTR de Tomé-Açu, descontente com suas formas de atuação, iniciou o movimento de construção de um novo sindicato. Agricultores de um assentamento em fase inicial estavam em busca da regularização de suas terras; por outro lado, o sindicato tinha de atender muitas demandas e estava em campanha política dando apoio para um candidato a deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT), acabando por não priorizar os agricultores naquele momento.

[...] a gente morava em assentamento, onde precisávamos conversar com o Incra e precisávamos que o sindicato nos representasse lá. Eles botaram dificuldade, na época. Eu lembro que eu fui lá e botaram dificuldade, porque não tinham como acompanhar, porque estavam em plena campanha política para eleger o Beto Faro [presidente da Fetagri na época], e aí não acompanharam a gente até o Incra. (Liderança-3, 2021)

Conduzidos por Liderança-3, ex-delegado sindical do STTR, o grupo participou de um fórum da região Guajarina a convite da CPT, na pessoa do Padre Sérgio Tonetto, que discutiria a situação da terra. Depois, resolveram

deixar o STTR e ingressar no MPA regional, onde permaneceram até 2005, quando a regional foi extinta. Com a participação no movimento, Liderança-3 formou um grupo ainda maior de trabalhadores que tinham o objetivo comum de regularização da terra. Ele conta que esses trabalhadores já estavam acostumados a se reunir para debater seus problemas, mas não tinham uma entidade que os representasse, já que acreditavam que o STTR estava na contramão de seus interesses. Resolveram, então, filiar-se à Fetraf-PA e, com o apoio dessa Federação, criaram o Sintraf, em 2006. O STTR já não conseguia mobilizar toda a base, e esse grupo de opositores aproveitou o momento de fragilidade para formar uma nova organização, mobilizando a base não alcançada (e/ou divergente) pelo sindicato eclético.

Diferentemente do STTR, o Sintraf é um sindicato regional que atende agricultores familiares dos municípios de Tomé-Açu, Concórdia, Acará, São Domingos do Capim, Aurora do Pará, Ipixuna, Tailândia e Moju. Atualmente, o sindicato possui aproximadamente 2000 sócios, a maioria deles do município de Tomé-Açu.

No sindicato, a gente representa o povo na questão da reforma agrária, questão financeira, financiamentos no banco, comercialização, capacitação dos agricultores [...]. Nisso, a gente tem uns parceiros, que é a Secretaria de Agricultura, parceria com o Iterpa [Instituto de Terras do Pará], [...] financiamentos do Basa [Banco da Amazônia] a gente tem acessado bastante para os nossos agricultores [...] a gente tem parceria com o Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], com o Senar [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural] [...] e a gente faz esse trabalho. Essa razão nos motivou a criar o sindicato, porque sem uma entidade, sem o CNPJ, a gente tinha dificuldade dessa parceria com esses órgãos. (Liderança-3, 2021)

O Sintraf é, caracteristicamente, um sindicato que atua nos moldes da agricultura familiar instituída pelo Estado a partir da década de 1990. Uma agricultura modernizada, inserida na perspectiva dos mercados, um sujeito que tem como demandas principais o crédito rural e a assistência técnica (MEDEIROS, 2014). Enquanto o STTR está vinculado a um passado de lutas por

meio da mobilização dos trabalhadores para a conquista de direitos, com um caráter político mais apurado, o Sintraf prioriza elementos assistenciais. As reivindicações, os protestos, a luta sindical sempre foram assumidos pelo STTR, e isso foi percebido nas seguintes falas:

O Sintraf [...] se volta mais para a questão de buscar assistir os agricultores para que tenham um melhor desenvolvimento. Não se volta diretamente para a questão de manifestação, a não ser que seja algo que realmente precisa ser feito, coisa extrema. Mas a maior finalidade é a organização dos agricultores, esse é o principal objetivo do Sintraf, organizar os agricultores para ter um melhor desenvolvimento (Ex-secretário de finanças e sócio do SINTRAF, 2021).

Eles trabalham mais é a questão de financiamento, [...] trabalham bastante com empresas [...] parece que tem até uma empresa com técnico agrícola lá dentro do sindicato para acompanhar os trabalhadores. O STTR não tem isso. (Liderança-1, 2021)

Liderança-3 reafirmou a importância das capacitações como um dos principais serviços oferecidos pelo sindicato. Ele acredita que a agricultura precisa estar apoiada em três fatores essenciais: a organização, a produção e a comercialização. Esse último fator motivou sócios do sindicato a criarem uma cooperativa para comercializar seus produtos agrícolas. A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Miritipitanga, Tomé-Açu e Região (Coopafamita) foi criada em 2019 no ramal Miritipitanga, km 20, entre Tomé-Açu e Concórdia do Pará.

Depois que criamos o sindicato, aí nós dissemos: “agora já temos o sindicato, que está acessando recursos para a gente, intermediando os bancos, financiando [...], mas não basta só isso, nós precisamos organizar para comercializar”. [...] Então foi esse o objetivo que a gente pensou, não adianta produzir e não ter como vender. É organizado que a gente vende e compra. Aí, motivou criar essa cooperativa. (Liderança-3, 2021)

Os processos de globalização e o avanço das tecnologias resultaram em uma competição cada vez mais acirrada no mercado, o que ocasionou a exclusão de

uma parte da população do sistema de produção (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015). Com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como principal política pública para o setor rural e a instituição da agricultura familiar como categoria prioritária, as associações e cooperativas, para além dos sindicatos, mostram-se ferramentas importantes de organização social, política e econômica. O seu papel na agricultura tem sido reconhecido, por oferecerem estabilidade, segurança e inserção nos mercados locais a agricultores familiares (ANDRADE; ALVES, 2013; RIBEIRO; NASCIMENTO; SILVA, 2013; SCHMITZ; FARIAS, 2021).

As questões da modernização e da tecnologia agrícolas, da assistência técnica, da produção e do mercado são tratadas como prioridade no Sintraf. Para a construção da cooperativa, foi estabelecida uma parceria com a Camta, a maior cooperativa de Tomé-Açu. Por meio da Coopafamita, 34 agricultores vendem polpas de frutas, macaxeira embalada a vácuo, hortaliças e pretendem comercializar frangos no futuro. Vale ressaltar que todos os cooperados são sócios do sindicato.

A importância atribuída às cooperativas no atual momento é grande, e o STTR também busca formar uma cooperativa agrícola. Apesar de adotar a reforma agrária como principal bandeira de luta, a produção e a comercialização aparecem logo em seguida:

O maior desafio do sindicato é a bandeira de luta da reforma agrária. É uma luta incansável. Eu acho que a reforma agrária ela precisa continuar. Nós estamos vendo muito êxodo rural e se não tiver homem no campo não tem agricultura, não tem sindicato. Para que sindicato se não tem mais agricultor? Eu acho que a luta pela terra é a primeira. A segunda é a luta pela produção, e, hoje, a comercialização. É tanto que nós vamos lutar agora para criar uma cooperativa. Nós temos uma produção muito alta, mas nós estamos com dificuldade na comercialização. (Liderança-2, 2021)

Embora ambos os sindicatos representem agricultores familiares, STTR e Sintraf têm estratégias de atuação distintas, fazendo com que exista uma competição entre eles. Enquanto o primeiro tem a reforma agrária como

bandeira de luta e atua muito mais nas representações política e social, o segundo tem a produção e a comercialização como objetivos principais. Mesmo que aos poucos o STTR tente acompanhar a “modernização” das pautas do Sintraf, é nítido que existe uma pluralidade de estratégias sindicais. Dito isso, é possível analisar essa situação não só pela via da concorrência, mas da diversidade. Especialmente os dirigentes podem enxergar a nova situação pela ótica da concorrência; já os trabalhadores podem ver com bons olhos a existência de mais de um sindicato. Na perspectiva de Liderança-2, a criação do Sintraf ocasionou certo prejuízo ao STTR: “Na verdade, o Sintraf trouxe isso para nós, porque nós disputamos o mesmo público. O nosso sindicato sempre foi mais forte, porque nós já tínhamos uma demanda muito boa. Então teve queda, pouca, mas teve” (Liderança-2, 2021).

Por outro lado, segundo as lideranças entrevistadas, muitos agricultores trocaram o STTR pelo Sintraf, por entenderem que o sindicato mais recente atende melhor às suas necessidades. Ou seja, a existência de mais de um sindicato oferece opções diferentes conforme as demandas de cada um. Diante dessa nova realidade, é provável que a pluralidade sindical seja vista como um problema pelas principais lideranças, afetando o movimento sindical como um todo, enquanto para os sócios, representaria uma diversidade necessária.

Desde 2014, mudanças significativas têm ocorrido na estrutura normativa dos sindicatos rurais na esfera nacional. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) decidiu que podem existir duas categorias sindicais específicas para a categoria eclética de trabalhador rural: os assalariados e os agricultores familiares (PICOLOTTO, 2018). Nessa perspectiva, outra organização sindical faria parte do cenário do MSR no município de Tomé-Açu: trata-se do Sindter, sindicato exclusivo para os assalariados rurais (sobretudo para aqueles que trabalham nas agroindústrias do dendê), fundado em 16 de dezembro de 2015.

Assim como ocorreu com o Sintraf, a criação do Sindter aconteceu também por conta de uma discordância quanto à política de gestão do STTR. As transformações nas relações de trabalho nos estabelecimentos rurais familiares provocadas pela expansão da dendeicultura exigiram que o STTR adotasse uma postura contrária aos mecanismos impostos pelas agroindústrias de dendê. Porém, como os projetos avançaram, o sindicato teve

de atender os assalariados e os agricultores familiares que resolveram integrar-se às agroindústrias.

Ainda em 2015, um grupo político oposto ao STTR de Tomé-Açu e ligado à Fetagri-PA, segundo Liderança-2, teria feito acordos com empresários e cooptado um integrante do STTR para que aparecesse como liderança na criação de um novo sindicato no município, o Sindter. Liderança-4 era assalariado de uma agroindústria do dendê e secretário de Políticas Salariais do STTR. Ele conta ter observado muitos erros durante seu trabalho na Secretaria e começou a cobrar da direção melhorias nos acordos com os assalariados. Quando a Direção do sindicato tomou ciência dos fatos, Liderança-4 foi afastado de seu cargo.

Em outubro do mesmo ano, acontecia o 1º Congresso Extraordinário dos Assalariados e Assalariadas Rurais, em Brasília, que marcou a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar). De acordo com Picolotto (2018), a Contar nasceu da necessidade de estruturar uma representação autônoma para assalariados rurais, e isso fez com que os STTRs fossem orientados a escolher apenas uma das categorias – agricultores familiares ou assalariados rurais. “Entre 2014 e o primeiro semestre de 2016, cerca de 560 STRs fizeram a dissociação sindical e optaram por representar os agricultores familiares ou os assalariados rurais, e foram formados 90 novos sindicatos para representar a categoria dissociada” (PICOLOTTO, 2018, p. 227). Liderança-4, líder da criação do Sindter, relatou um pouco do que aconteceu durante esse processo:

Aí foi quando aconteceu a fundação da Contar lá em Brasília, foi tirada uma comissão para ir lá e eu fui no meio. Lá, foi acertado, em agosto de 2015, que teria que criar sindicatos dos assalariados em todos os municípios do Brasil. Quando a gente voltou de lá, já voltou articulado, entendeu? Aí voltamos, fomos conversar e houve muitos conflitos da parte do STTR. A gente conseguiu contornar, conseguiu ir para uma eleição, onde tinha 417 pessoas e a gente conseguiu sair dali com mais ou menos 402 votos. (2021)

A dissociação mencionada por Liderança-4 não foi feita de forma espontânea e em comum acordo pelo STTR de Tomé-Açu. Conforme nos revelaram as conversas com os dirigentes das duas organizações, a criação do Sindter foi um processo conflituoso e não foi imediatamente aceita. A inserção do Sindter como organização sindical no MSR representa uma história de ruptura, de não aceitação, por parte do STTR, da (co)existência com o outro.

Essas pessoas votaram na nossa chapa por conta de ver como era a dificuldade com o outro sindicato, porque era um sindicato eclético que representava duas categorias e era muito ruim de trabalhar. [...] ganhamos na eleição e dali começamos a ser perseguidos na justiça [pelo STTR], até quando chegou o tempo que tomamos a decisão de partir para a briga também. Aí, eu acho que acabou pela parte deles e a gente também abandonou, porque briga não era o nosso objetivo. Nosso objetivo era organizar a categoria. (Liderança-4, 2021)

Como resultado da criação do Sindter, o STTR perdeu a sua “Secretaria de Política Salarial” e os acordos anteriormente feitos com as empresas de dendê, que foram transferidos e renegociados pelo Sindter, o que, na visão da atual presidente do STTR, atrapalhou a organização dos assalariados. Contudo, na perspectiva da Liderança-4, a ideia de separação da Secretaria de Política Salarial já estava em discussão na Contag há certo tempo. A discussão teria iniciado com as reivindicações dos assalariados por um tratamento diferenciado das outras categorias de trabalhadores rurais: o serviço prestado pelo STTR era demorado, o que não era bom, pois os empregados do dendê recebem por produtividade; logo, não aproveitar bem o tempo é perder dinheiro. Hoje o Sindter representa os empregados das agroindústrias do dendê em Tomé-Açu tendo, atualmente, 1300 sócios. Quando perguntado sobre o papel do Sindter, Liderança-4 relatou ter um bom relacionamento com as empresas e que o sindicato é importante para esse diálogo na busca por melhores condições de trabalho para a categoria dos assalariados rurais.

Atualmente, existe uma maior aceitação, por parte do STTR, dos novos sindicatos. Porém, a relação entre as principais lideranças não é boa, dado o passado recente de conflitos. Em Tomé-Açu, Sintraf e Sindter dialogam

melhor entre si. Entre STTR e Sindter, a relação é mais difícil por conta da forma como se deu a criação do sindicato dos assalariados e em razão do posicionamento contrário do sindicato tradicional à dendeicultura. Quanto à relação entre STTR e Sintraf, não há conflitos evidentes entre as lideranças, mas não existe parceria: cada organização atua de maneira isolada conforme suas estratégias e seus interesses, sem uma aparente convergência de pautas, embora ambas representem uma mesma categoria. Os depoimentos a seguir mostram o relacionamento entre os sindicatos:

Como eu te falei, aquele outro sindicato [STTR] continua a pessoa que disputou eleição com a gente. A gente não tem entrosamento com eles, mas nós temos uma proximidade muito boa com o Sintraf, a gente conversa muito bem, assim como o sindicato patronal. (Liderança-4, 2021)

[...] não tem uma união. Os sindicatos hoje não têm união, a gente não tem organização. É isso que eu sempre prego para eles, que nós precisamos nos fortalecer. Como eu sou da CUT, eu tenho que passar acima de sindicato e buscar esse companheirismo. O próprio sindicato de assalariados, depois que foi fundado, tinha uma pessoa que não entendia o que era sindicato [Liderança-4] e ficou muito difícil para a gente trabalhar com eles. (Liderança-2, 2021)

Então tinha [concorrência], no começo. Depois, a gente percebeu que mudou a conjuntura a partir do momento em que as coisas ficaram difíceis para todos os sindicatos. [...] não vamos mais brigar entre nós, porque nós temos mesmo é que nos organizar para conquistar espaço. Aí esfriou, não tem mais muita perturbação, acabou. (Liderança-3, 2021)

Analisando sua trajetória de criação, é perceptível que o relacionamento entre os sindicatos já foi muito pior. Apesar de não atuarem necessariamente de maneira conjunta, suas lideranças não dão mais tanta importância ao conflito entre eles e tentam conviver. Com isso, duas conclusões principais podem ser extraídas da pluralidade sindical em Tomé-Açu: por um lado, ela representou um leque maior de opções para as categorias rurais representadas; por outro lado, houve uma fragmentação no MSR. Isso porque o STTR, como sindicato mais antigo e principal responsável pela maior parte

das mobilizações, foi diretamente atingido por seus concorrentes, sofrendo uma perda significativa de sócios, e pelo cenário político que se sucedeu, não tendo conseguido manter a frequência e o impacto de suas ações coletivas. Além disso, existe uma oposição clara de estratégias entre os três sindicatos, especialmente entre os que representam agricultores. A relação entre as organizações está pautada pela competição e não pela luta por objetivos comuns, o que prejudica o movimento como um todo e impõe novos desafios à ação coletiva no município.

Considerações finais

O MSR foi formado a partir da necessidade de representação, de reivindicação e de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O estudo demonstrou que em um contexto de luta, as lideranças tiveram um papel fundamental na conscientização política e na mobilização dos trabalhadores. Benezinho, Liderança-1 e Liderança-2 foram as três principais personagens à frente das mobilizações que consolidaram o STTR no município de Tomé-Açu como entidade de representação da categoria, diante das desigualdades sociais que avançavam na região. Por meio das narrativas, contribuimos para a compreensão da trajetória do sindicalismo no Nordeste Paraense, descrevendo aspectos passados de sua história e analisando desafios atuais que se apresentam.

Benezinho, quando em vida, foi um dos precursores do movimento em Tomé-Açu. Apesar do curto período como presidente do STTR, liderou diversas mobilizações e dispôs-se a enfrentar as desigualdades sociais e fundiárias, tornando-se um defensor do trabalhador rural e da reforma agrária. Comandou o MSR em um período de forte repressão e violência no campo e teve de unir forças contra o Estado, os latifundiários e até mesmo dirigentes corruptos. Após sua morte, Benezinho converteu-se em um símbolo, um herói e uma fonte de inspiração para aqueles que ficaram e tentam dar continuidade à luta.

Liderança-1, por sua vez, comandou o sindicato em um período importante, quando a formação sindical e o estímulo ao engajamento voluntário no

movimento foram imprescindíveis para a conquista da terra e para a consolidação da representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesse período, o sindicato deixou de lado o assistencialismo puro,¹⁸ desvencilhou-se das amarras do Estado e conquistou a autonomia para lutar e defender os direitos dos trabalhadores rurais.

Militante e dirigente há mais de 30 anos, Liderança-2 tem uma grande importância no STTR, especialmente por conta de suas contribuições a partir dos anos 2000. Com uma história de superação de problemas familiares e de convivência diária com os desafios de ser uma líder, ela representa a força da mulher e da trabalhadora rural no MSR. Esteve à frente do sindicato em um período de grande aporte do Estado em relação às políticas públicas para a agricultura familiar e do avanço da dendeicultura em Tomé-Açu. E está à frente do sindicato no período atual, marcado por crises políticas, econômicas, sociais e sindicais. Este momento que se assemelha muito ao vivenciado por Benezinho, por causa da forte pressão – por parte do governo Bolsonaro (2019-2022) e segmentos da agricultura patronal e da agroindústria – no sentido de calar os movimentos sociais e suas lideranças e de negligenciar os direitos anteriormente conquistados. A principal diferença entre a década de 1970 e os dias de hoje advém da dificuldade de realizar ações coletivas, de fazer formação sindical e, conseqüentemente, de formar novas lideranças (debate que será abordado em outra oportunidade). Diante dos perigos da luta social, especialmente os ligados à violência, o militante precisa, antes de tudo, de coragem. Há anos, Liderança-2 tem dedicado sua vida ao sindicalismo e à bandeira de luta que ela considera primordial para os trabalhadores rurais, que é a reforma agrária. Tal qual Benezinho, faz novos inimigos a cada grande conquista, mas, segundo ela, sente-se mais segura estando no sindicato, ao lado dos companheiros de luta, do que fora dele.

Com relação à pluralidade sindical, que já é uma realidade em Tomé-Açu, a criação de novos sindicatos trouxe consigo a concorrência que o STTR não conhecia anteriormente. A dificuldade maior era a organização dos trabalhadores em torno do sindicato. Hoje STTR e Sintraf disputam a afiliação

¹⁸ Segundo Alayón (1995, p. 53), “é a orientação ideológico-política da prática assistencial que determina se ela é assistencialista ou não”. Ver também o debate em Santos e Schmitz (2022).

dos agricultores familiares, enquanto o Sindter praticamente ganhou a disputa pelos assalariados por meio de acordos com as agroindústrias do dende e por conta do espaço conquistado pela categoria no cenário nacional. Essa relação de competição entre as entidades sindicais também contribui para o enfraquecimento do MSR em Tomé-Açu, pois não existe diálogo entre as lideranças nem estratégias comuns no que diz respeito à representação dos trabalhadores rurais. Cada sindicato atua de uma forma: o STTR imbricado na luta pela reforma agrária; o Sintraf preocupando-se com crédito rural, benefícios sociais em geral e o que há de mais técnico para a agricultura familiar; o Sindter atuando com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos assalariados rurais.

O que a unicidade sindical da Contag mostrou ao longo dos anos é que categorias diferentes emergiram, cada uma delas com demandas específicas que, inevitavelmente, suscitaram na prática a necessidade de formação de outras organizações. Ressaltamos, portanto, que a pluralidade sindical oferece mais opções de escolha e de representação aos trabalhadores. Por outro lado, acreditamos que existe uma fragmentação do MSR em Tomé-Açu, dada a relação problemática entre as suas principais lideranças. A falta de diálogo e de objetivos convergentes está prejudicando diretamente as ações coletivas e a força política do movimento, desafios que discutiremos mais a fundo em outra oportunidade.

Referências

- AIHARA, Maria do Socorro Michiko. *Paisagens nipo-brasileiras na cidade de Tomé-Açu (PA): estudo antropológico das memórias da família Onuma*. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3037/1/Dissertacao_PaisagensNipoBrasileiras.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ALAYÓN, Norberto. *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* Tradução de B. V. de Netto. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

- ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. *RAIMED*, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.
- ARNAUD, Expedito. O direito indígena e a ocupação territorial: o caso dos índios Tembé do Alto Guamá (Pará). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 27/28, p. 327-342, 1985.
- ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense*. 2007. 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BRANDÃO, Frederico; SCHONEVELD, George; PACHECO, Pablo. *Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia brasileira: análise e recomendações*. Bogor: CIFOR, 2018.
- CARVALHO, Priscila Delgado de. *A produção do transnacional: compilações da agricultura familiar e camponesa na Contag e no MPA*. 2018. 267 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B9SPGA>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A sociedade em rede, v. 2. Tradução de K. B. Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Contag: 40 anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo*. Brasília: Contag, 2004. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos>. Acesso em: 23 out. 2023.
- COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 109-126, jan./mar. 2015.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Histórico*. CPT, 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 23 out. 2023.
- FLEXOR, Georges; KATO, Karina Yoshie Martin; LIMA, Maria do Socorro; ROCHA, Betty Nogueira. Dilemas institucionais na promoção dos biocombustíveis: o caso do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 8, p. 329-354, 2011.
- FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009. p. 117-137.

- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais: o caso do Pará. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 126, p. 47-56, 1990.
- GUIMARÃES, Jamilly Brito. “O dendê pra mim ficou só em sonho”: da integração à ruptura contratual das agroindústrias de dendê no Nordeste Paraense. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1153954/1/TS-JamillyGuimaraes.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- HÉBETTE, Jean. Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural na região de Marabá. *Revista Agricultura Familiar*, Belém, v. 1, n. 3, p. 141-172, 2002.
- HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 119-127, 1997.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2016.
- LEROY, Jean-Pierre. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Fase; Petrópolis: Vozes, 1991.
- MACEDO, Cátia Oliveira; SOUSA, Rafael Benevides de. Camponeses e religiosidade na Amazônia Paraense. *Revista Terceira Margem Amazônia*, Manaus, v. 2, n. 6, p. 41-71, 2016.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 247-282.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 188-195.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MELUCCI, Alberto. Getting involved: identity and mobilization in social movements. *International Social Movements Research*, v. 1, 1988.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

- MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.
- MOREIRA, Éberton da Costa. *Para onde foram os camponeses? As reconfigurações nas estratégias de reprodução social após venda dos estabelecimentos no contexto de expansão da dendeicultura na Amazônia paraense*. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- MOTA, Dalva Maria da et al. *A agricultura familiar e a produção de dendê por contrato no nordeste paraense: contribuições para as políticas públicas*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; UFPA, 2022.
- MOTA, Dalva Maria da; RIBEIRO, Laiane Bezerra; SCHMITZ, Heribert. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 2, p. 531-551, 2019.
- OLIVEIRA, Khety Elane Holanda de. *A ação coletiva de agricultores integrados à agroindústria de dendê na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia-Pará*. 2020. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- OLSON, Mancur. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press. 1965.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 104, p. 201-238, 2018.
- POVO vinga a morte de sindicalista. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, n. 37, p. 16, ago. 1984. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2120>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, Deise Cristiane do; SILVA, Joelma Fabiana Barros da. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 19, n. 40, p. 77-101, 2013.
- ROGGE, Jan. *Die Kleinbauernbewegung im Nordosten Parás (Brasilien): Geschichte, Selbstverständnis und ökologischer Diskurs*. 1996. 133 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Latinoamericanos) – Freie Universität Berlin, Berlin, 1996.
- SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais. *Ruris*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 53-90, 2012.

- SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra: a violência no campo paraense*. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- SACRAMENTO, Elias Diniz. Chacinas, pistolagens e atuação sindical: história e memória do assassinato de Benezinho em Tomé-Açu/PA, década de 1980. In: SILVA, Julio Claudio da (Org.). *História oral, memória e interdisciplinaridade na Amazônia*. Manaus: UEA Edições, 2016. p. 112-129.
- SACRAMENTO, Elias Diniz. Igreja Católica e Sindicato dos Trabalhadores Rurais: A presença da Teologia da Libertação em Moju/PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2012, Rio de Janeiro. Memória, Democracia e Justiça. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340419436_ARQUIVO_ArtigoABHOIgrejaCatolicaeSindicatodosTrabalhadoresRurais.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.
- SANTOS, Raynice Souza dos; SCHMITZ, Heribert. Desafios do engajamento sindical: estudo de uma organização de agricultores familiares no Nordeste Paraense. *InterEspaço*, Grajaú, v. 8, p. 1-28, 2022.
- SCHMITZ, Heribert; FARIAS, Elielson Soares. Cooperação e persistência: um estudo da ação coletiva de agricultores familiares no Oeste do Pará, Amazônia. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 26, p. 1-22, 2021.
- SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. In: SCHMITZ, Heribert (Org.). *Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 23-42.
- SILVA, Elielson Pereira da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FARIAS, André Luís Assunção de. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. *Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 edição especial, p. 165-195, jun. 2016.
- SILVA, Kátia do Socorro Oliveira da. *Identidade cultural japonesa em Tomé-Açu: encontros e desencontros*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2004.
- SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. *Organizações não governamentais: um estudo de caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)*. 2005. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- TAVARES, Paula Egyto; MOTA, Dalva Mota da. Bom pra quem? As reações à dendeicultura por contrato na Amazônia paraense. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 11, n. 3, p. 532-545, 2020.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. *Contag: 1963-2023 – ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

Como citar

MORAES, Lucas Gabriel da Silva; SCHMITZ, Heribert. A trajetória do Movimento Sindical Rural no Nordeste Paraense do ponto de vista de seus líderes. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331212, 27 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_12.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.


Seção Temática

Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag

A organização da luta pela terra no Sudeste Paraense a partir dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs)

Organization of the struggle for land in southeastern Pará through the Rural Workers' Unions

 Rogério Rego Miranda¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_13

Resumo: O presente artigo resulta de uma pesquisa desenvolvida no Sudeste do Pará (Brasil), com vista a compreender o processo de territorialização dos movimentos sociais e sindicais na realidade em tela e as suas estratégias de luta pela terra e de permanência, após a criação dos projetos de assentamento. Nesse sentido, para esse trabalho, centralizou-se o olhar sobre a atuação do movimento sindical, cuja origem remonta à organização e mobilização dos camponeses-posseiros provenientes do período da economia da castanha (1920-1960) e, posteriormente, dos anos iniciais da “modernização” amazônica (1960-1990) que imprimiu uma desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais (indígenas) e dos camponeses-posseiros. Por esse motivo, estabeleceram diversas estratégias com o intuito de se reterritorializarem, a

¹ Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), campus de Marabá-Pará, no curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: rogeriomir@unifesspa.edu.br.

partir da criação de assentamentos, fato que não ocorreu sem conflitos, mas que contribuiu para uma mudança na geografia regional, na qual os camponeses puderam grafar seus territórios e refazerem suas histórias.

Palavras-chave: Sindicatos Rurais; camponeses-posseiros; Sudeste Paraense.

Abstract: This article is the result of research conducted in southeastern Pará (Brazil) to understand the process of territorialization in social and trade union movements in this region and their strategies to fight for land and remain on it after settlement projects were created. The work focused on the activity of the trade union movement, which originated in the organization and mobilization of peasant-squatters from the period of the Brazil nut economy (1920–1960) and later, the initial years of Amazonian "modernization" (1960–1990), and led to the deterritorialization of traditional (indigenous) peoples and communities as well as peasant-squatters. The movements consequently established various strategies to reterritorialize themselves, starting with the creation of settlements. Although this did not take place without conflict, it contributed to a change in the regional geography, in which peasants were able to mark out their territories and retrace their histories.

Keywords: Rural Trade Unions; peasant-squatters; southeastern Pará.

Introdução

Este artigo realiza uma leitura histórico-geográfica sobre o processo de territorialização dos sindicatos rurais, entre os anos de 1970 e 2000, no Sudeste do Pará, sub-região marcada pela forte concentração de terras, em decorrência da monopolização territorial empreendida por latifundiários e empresas agropecuárias e minerais. Apesar dessa configuração da estrutura fundiária, a mobilização coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio da reocupação dos sindicatos, conseguiu impactar a geografia regional do referido espaço agrário, ao conquistarem territórios da reforma agrária, expressos em projetos de assentamentos.

Nesse contexto, constatou-se que a organização da luta pela terra desenvolvida pelo sindicalismo rural na realidade do Sudeste Paraense remonta

à história de mobilização social empreendida pelos camponeses-posseiros, especialmente a partir da década de 1970, em face do forte processo de expulsão a que foram submetidos, tanto pela elite rural endógena, denominada oligarquia dos castanhais quanto pelas empresas agropecuárias e de extração mineral atreladas ao capital nacional e internacional, as quais, via incentivos financeiros da União, apropriaram-se de territórios dos povos e comunidades tradicionais (especialmente indígenas) e dos camponeses-posseiros existentes na sub-região em tela.

Com efeito, torna-se necessário recuperar o processo de formação territorial do Sudeste Paraense, com a finalidade de melhor compreender a particularidade dos sindicatos atuantes no campo. Nesse sentido, destacam-se alguns momentos importantes desse processo, a saber: o período da economia da castanha (1920 a 1960) e o momento de “modernização” da Amazônia e da sub-região Sudeste do Pará (1960 a 1990), com o intuito de compreender a complexidade da luta pela terra e da territorialização do sindicalismo rural.

A pesquisa utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: (a) revisão bibliográfica em torno da temática do sindicalismo rural, particularmente no Sudeste do Pará, utilizando-se de autores de referência no que tange à compreensão da territorialização camponesa-posseira² e do sindicalismo rural na realidade em tela; (b) realizou-se trabalhos de campo, entre o período de 2013 e 2017, durante a elaboração da tese de doutorado, em assentamentos criados a partir da atuação sindical,³ com vistas a analisar as condições de reprodução camponesa-posseira, momento em que se procedeu às seguintes atividades: (b1) observação participante referente às ações cotidianas que envolviam o cuidado com a terra, mobilizações políticas, desenvolvimento de

² Define-se neste trabalho o posseiro como um camponês, em face da sua íntima relação com a terra (ainda que na condição de posse), utilizando-se desse meio de produção para desenvolver cultivos e criações, a partir do trabalho familiar, com vistas a viabilizar a reprodução social e econômica da unidade parental e angariar um excedente de mercadorias que possam ser vendidas no mercado local e, assim, obter uma renda que será utilizada para a compra de produtos que não possui, como instrumentos de trabalho, roupas, eletrodomésticos, entre outros.

³ Durante a tese de doutorado entrevistou-se entre 2013 e 2017 lideranças nos assentamentos que foram organizados pelo MST, no Sudeste Paraense, a saber: 1º de março (São João do Araguaia), 26 de março (Marabá), 17 de abril, Cabanos, Canudos e Lourival Santana (Eldorado dos Carajás), Palmares II, Onalício Barros (Parauapebas) e Nega Madalena (Tucumã). Salientando que muitas dessas lideranças eram antigos sindicalistas que ajudaram na formação do MST no Sudeste Paraense. Adicionalmente, dialogou-se com lideranças do PA 3 Ilhas (Marabá), PA Agroextrativista Praia Alta Piranha (Nova Ipixuna) e PA Castanhal Araras (São João do Araguaia) durante o projeto “Diagnóstico da Agricultura Familiar em Marabá e Região”, desenvolvido entre os anos de 2017 e 2018.

ações lúdicas e educacionais, dentre outras; (b2) seis entrevistas semiestruturadas realizadas pelo autor com representações sindicais (duas lideranças masculinas e uma liderança feminina) que vivenciaram momentos distintos do processo de territorialização camponesa-posseira no Sudeste Paraense e dos sindicatos rurais, incluindo aqui sindicalistas que iniciaram a “reocupação dos sindicatos municipais”, a construção de federações de agricultores familiares e de movimentos sociais (uma liderança feminina), bem como de dois representantes masculinos da CPT, sendo um que participou da organização dos camponeses-posseiros na década de 1970 e outro representante que atua hoje no acompanhamento da luta pela terra; e, por fim (c) a elaboração de uma cartografia temática.

O trabalho divide-se nos seguintes momentos: 1) introdução, na qual expõe-se o objetivo geral, o recorte espaço-temporal e os procedimentos metodológicos; 2) o segundo tópico, no qual aborda-se o processo de apropriação privada das florestas no Sudeste Paraense, por meio de uma oligarquia agrária, que, para atingir esse fim, expropriou indígenas e camponeses-posseiros; 3) o terceiro tópico foca no aprofundamento da concentração fundiária regional, em face do projeto de modernização amazônica implementada pelo governo federal, beneficiando empresas nacionais e estrangeiras com recursos financeiros e terras, para o desenvolvimento de projetos agropecuários e minerais; 4) o quarto tópico procura definir o camponês-posseiro e sua particularidade na realidade do Sudeste Paraense; 5) o quinto tópico destaca o momento histórico da organização e mobilização de ações coletivas em sindicatos, entre os anos de 1970 e 1990, que culminaram na conquista de projetos de assentamentos; 6) o sexto tópico discute as ações dos sindicatos nos anos de 1990 e 2000, com vistas a consolidarem sua territorialização pela continuidade da luta pela terra e pela implementação de políticas públicas nos projetos de assentamentos conquistados; 7) por fim, apresentou-se as conclusões, com as principais sínteses analíticas do processo de territorialização camponesa-posseira a partir do fortalecimento dos sindicatos rurais na realidade do Sudeste Paraense.

A economia extrativa da castanha e a constituição do campesinato-possesivo

A referida economia da castanha (*Bertholetia excelsa*) tem seu início registrado por Emmi (2002) a partir da década de 1920, como uma atividade substitutiva da exploração do caucho (*Castilla ulei*), da qual se retirava a goma para fabricação de borracha.

Conforme a castanha se tornava um produto de significativo valor comercial no mercado internacional, realizava-se um processo de disciplinamento dos castanhais, com a promulgação de leis que possibilitavam a apropriação privada dessas áreas.

Para esse fim, criou-se em 1918 a Lei nº 1.747, que permitia a compra de terras devolutas do Estado e, após três anos, foi promulgada a Lei nº 1.947, que previa o aforamento perpétuo em terras devolutas do Estado. Em 1925, uma nova forma de controle foi implantada pelo Estado, qual seja, o arrendamento, que corresponderia a uma espécie de aluguel da terra por período de safra; a prática generalizou-se como modalidade de uso dos castanhais a partir de 1930, passando a ser um instrumento legal para o benefício político e econômico da oligarquia castanheira emergente em detrimento dos pequenos e médios produtores. Esse mecanismo findou concretamente a extração livre e possibilitou o monopólio do comércio da castanha (EMMI, 2002).

Ao lado do arrendamento, foi garantida pela lei a “extração livre” nos castanhais de servidão pública, também denominados “castanhais do povo”, nos quais os coletores de menor expressão econômica podiam explorar o produto, mediante uma taxa de inscrição a ser paga nas prefeituras locais. Em outras palavras, a exploração livre da coleta no início do século XX passou a ser disciplinada pelo Estado (EMMI, 2002).

Esse disciplinamento e posterior monopolização dos castanhais se consolidou em 1954, com a Lei nº 913, que definiu o aforamento⁴ como a principal forma de uso dos castanhais, indo ao encontro dos anseios dos grandes arrendatários que reclamavam não apenas um tempo maior de concessão das áreas arrendadas (que antes era de cinco anos), mas uma

⁴ Corresponhia à cessão de uso e exploração da castanha mediante ao pagamento de um foro anual, uma espécie de aluguel ao estado paraense.

apropriação concreta e mais duradoura dos castanhais. A lei supracitada, embora estipulasse que as áreas ainda seriam de propriedade do Estado, possibilitava ao foreiro o direito de uso por 99 anos (uma espécie de aforamento perpétuo) que deveria ser feito com a anuência do governo paraense, responsável por analisar as cláusulas dos títulos de aforamento, que por não terem sido revistas, permitiu aos foreiros tornarem-se “donos dos castanhais” (VELHO, 1981; EMMI, 2002).

Esses donos dos castanhais se constituíram em uma oligarquia, com forte poder político e econômico regional, porém ela não era homogênea, visto que no seu seio existiam alguns sujeitos que especializavam-se em uma dada etapa da economia extrativa – como os comerciantes/financiadores mais capitalizados, que se sobressaíam pelo controle sobre o beneficiamento e a comercialização das castanhas –, outros grupos oligárquicos controlavam as terras e se legitimavam pela exploração da castanha, obtendo o monopólio dessa atividade mediante a extração do lucro comercial. Alguns grupos oligárquicos mais fortes desenvolviam tanto o comércio/financiamento quanto o arrendamento das terras de castanhais, obtendo igualmente o monopólio sobre a extração e sobre a circulação e o comércio desenvolvido por meio dos rios, uma vez que eram proprietários das embarcações, além de comercializarem os gêneros alimentícios para a subsistência dos castanheiros (EMMI, 1999, 2002).

A coleta e negociação da castanha eram voltadas principalmente, na época, ao mercado externo dos Estados Unidos e da Inglaterra. Sua negociação estava pautada nos mesmos padrões de comercialização da borracha, feita por meio de casas aviadoras e de firmas exportadoras, que realizavam o monopólio da sua venda (DIAS, 1959).

Essa atividade extrativa instigou um forte afluxo migratório para a região, cujos sujeitos conformaram os chamados *camponeses-posseiros*, caracterizados da seguinte maneira por Da Matta e Laraia (1978):

São os posseiros de terras. Uma grande parte deles é composta por imigrantes que ali chegam fugindo da seca no Nordeste. A região, então, lhes parece propícia: as matas são bastante verdes, há água em abundância, e grandes extensões de terras

estão desocupadas. Constroem os seus pequenos barracos, derrubam pedaços de floresta, plantam uma roça de milho, mandioca ou fumo, e enquanto esperam pela colheita vivem da caça ou da pesca. *Passam grandes dificuldades no início, mas no segundo ou terceiro ano, a situação começa a ser menos difícil, precisam de pouco para viver e os seus produtos encontram um mercado certo em Tucuruí. Um dia descobrem que a terra já tem dono. Então ou continuam ali, porque aquele só quer da terra a castanha, ou seguem a sua peregrinação de camponeses sem terra. Alguns resistem e acabam presos ou mortos. Os mais felizes conseguem com o chefe uma outra parada.* (p. 97-98, grifo nosso)

Muitos desses camponeses-posseiros ao adentrarem a mata e/ou beira dos rios buscavam assegurar sua sobrevivência por meio do trabalho familiar na produção agrícola, coleta de produtos florestais, caça e pesca, cujo excedente era vendido em mercados locais. Contudo, conforme o território da oligarquia dos castanhais avançava, esses camponeses-posseiros eram impelidos para outros lugares, sendo eles posteriormente impactados pela transformação dos castanhais em pastagens para introdução da pecuária ou mesmo pela apropriação de empresas de mineração, conforme será apontado no tópico posterior.

A 'modernização' da Amazônia e a territorialização de 'novos' agentes econômicos (1960-1980)

A partir da década de 1970, implantou-se o projeto “desenvolvimentista” do governo civil-militar (1964-1985) que ambicionava integrar o Brasil através da malha rodoviária na Amazônia. No que concerne a essa região, o objetivo era modernizá-la e integrá-la ao Centro-Sul, pois a Região Amazônica, além de fornecedora de matérias-primas, cumpriu o papel de mercado consumidor (BRITO, 2001), configurando um novo padrão territorial na região e outro papel na divisão territorial do trabalho, que não era mais ligado apenas a produtos extrativistas-florestais, mas de caráter mineral e agropecuário.

A efetivação inicial desse projeto se processou por uma ação estatal e particular, a chamada fronteira demográfica que implementou políticas de incentivo à migração para a região, de forma a diminuir os conflitos agrários

ocorrentes no Nordeste brasileiro e também constituir mão de obra suficiente para viabilizar o desenvolvimento da fronteira econômica, ou seja, a expansão do capital.

De acordo com Hébette (2004), os movimentos migratórios tiveram duas grandes frentes de penetração na região. A primeira ocorreu no sentido Leste-Oeste e foi feita principalmente por nordestinos que se estabeleceram ao longo do rio Araguaia, a partir de 1960. Essa leva de migrantes era composta majoritariamente de maranhenses, normalmente pequenos agricultores, que inicialmente foram alocados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ao mesmo tempo, houve a presença daqueles migrantes “espontâneos”, que adentraram na área dos castanhais e desenvolveram um processo de ocupação-expulsão-reocupação.

A segunda frente de migração seguiu no sentido Sul-Norte, ao final da década de 1970, e se instalou ao longo do rio Tocantins (com pessoas oriundas de Imperatriz e Carolina) e da Belém-Brasília (com indivíduos advindos da região Sul do país). Empreendeu-se, assim, a “modernização” do espaço amazônico e se incentivaram novas relações sociais marcadas principalmente pelo mercado (HÉBETTE, 2004).

Para tanto, o Estado criou vários órgãos que buscavam planejar e executar a expansão econômica da Amazônia: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), substituída pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea); o Banco da Amazônia S.A (Basa) e a Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (Suframa). Nessa modernização econômica da Amazônia, as instituições estatais cumpriram um papel fundamental que

com base nessa ação governamental a política de desenvolvimento regional foi orientada para estabelecer “polos de desenvolvimento”. A esfera econômica dessa ocupação viria com a atração de capitais para a região por meio de incentivos monetários e fiscais e de criação de uma infraestrutura para esses investimentos (com a construção de estradas, aeroportos, portos e hidrelétricas). A esfera geopolítica efetiva-se com a imigração inter-regional e estrangeira e a formação de

assentamentos nas áreas de fronteira. (ACEVEDO MARIN, 2002, p. 8)

Dessa forma, este novo projeto estava alicerçado na expansão da fronteira amazônica, cujo rebatimento espacial se desenvolveu dando origem a uma nova configuração regional, privilegiando grandes grupos capitalistas, especialmente empresas multinacionais ligadas ao ramo agromineral, o que ampliou as desigualdades sociais.

O Estado também implantou medidas que desarticularam as relações de poder regional, já que a partir da promulgação da Lei nº 1.164 de 1º de abril de 1971, define-se como indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional a apropriação de terras situadas na faixa de cem quilômetros de largura de ambos os lados do eixo rodoviário da Amazônia Legal, processo conhecido como federalização das terras estaduais, que transferiu para a União a maior parte das terras e contribuiu para o enfraquecimento da expressão política das elites locais, uma vez que muitas dessas margens foram apropriadas posteriormente por grandes projetos agropecuários, beneficiados por incentivos fiscais concedidos pelo governo federal.

Paralelamente, com o intuito de manter seu domínio político-econômico, os “donos de castanhais”, embora não correspondessem a um grupo homogêneo, iniciaram algumas ações que foram se complementando.

A primeira se refere aos “memoriais” enviados às autoridades estaduais e federais e aos órgãos responsáveis pela regularização fundiária como o Incra e o Iterpa (Instituto de Terras do Pará), no fim dos anos 1970 e início dos 1980, porém sem respostas positivas. O conteúdo desses documentos ressaltava a necessidade de preservação da área dos castanhais e a preocupação com os conflitos fundiários, entretanto, o que buscavam era salvaguardar o domínio sobre as terras, em face do avanço da expansão agropecuária e mineral e do forte fluxo migratório, que concorriam para o aumento da disputa pelo mesmo território com camponeses-posseiros, madeireiros, fazendeiros e grupos empresariais do setor minerário, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além da militarização da região amazônica que implicou o aparecimento de órgãos fundiários atrelados à política de segurança nacional (EMMI; MARIN; BENTES, 1987).

A segunda ação foi a proposição da criação do “Polígono Castanheiro do Tocantins”. Foi por esse motivo que:

Em outubro de 1983, o Sindicato Rural de Marabá e a Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil enviam um Memorial ao Ministro para Assuntos Fundiários, por meio do qual pretendem alertar as autoridades do país para os problemas decorrentes da queda da extração da castanha-do-pará. Os signatários alinham os fatores responsáveis pelo declínio: o desequilíbrio ecológico, o corte indiscriminado, a instabilidade fundiária, as invasões predatórias, a falta de proteção eficaz sugerem a revisão fundiária, a mudança de natureza do título, a proteção florestal, além do fortalecimento dos órgãos administrativos policiais e judiciários, culminando com a recomendação da “*criação de um polígono de preservação permanente ou utilização limitada dos castanhais*”. (EMMI, 1999, p. 142, grifo no original)

A estratégia da criação do “Polígono dos Castanhais” como uma ofensiva à perda da hegemonia por parte da oligarquia dos castanhais mostra não apenas uma alteração na relação de poder, mas igualmente na forma do seu exercício, posto que ele não se realiza unicamente pela coerção. O “Polígono” aliás ganha força como uma categoria argumentativa importante no discurso dos donos dos castanhais, sendo inexistente em momentos anteriores (EMMI; MARIN; BENTES, 1987).

Como bem arguíram Emmi, Marin e Bentes (1987), o Polígono dos Castanhais como significante adquire *status* de política oficial em decorrência de sua vinculação aos pleitos auferidos com o Estado. Com efeito, passa a representar uma posição de referência obrigatória no âmbito das demandas reivindicadas pela oligarquia dos castanhais, ou seja, “essa denominação se reveste artificialmente de um estatuto epistemológico que a transfigura em instrumento de análise, fictício, despossuído de real significado” (EMMI; MARIN; BENTES, 1987, p. 12).

Em verdade, se o polígono constituiu uma iniciativa de manutenção ou de reestruturação da territorialidade dos donos dos castanhais, ele implica necessariamente uma forma geométrica que imprimiria ao espaço um *limite* – que não é a-histórico e natural, mas socialmente produzido –, com o intuito de

apropriação privada de um dado recurso, no caso a castanha-do-pará e, principalmente, a terra.

Por esse motivo o discurso de criação do “polígono”, transvertido de um ideal de preservação e de diminuição dos conflitos fundiários, criou um falso cenário no qual a oligarquia dos castanhais seria aquela que não desmata e preserva a floresta, ao contrário dos camponeses-posseiros e empresas que chegavam à região.

Contudo, muitos participantes da oligarquia dos castanhais já haviam se tornado fazendeiros, como as famílias Chady, Chamié e Mutram (EMMI; MARIN; BENTES, 1987). Além de haver destruição da floresta castanheira em diversos castanhais de posse de grupos tradicionais, a saber: Peruano, Limão, São Pedro, Santa Cruz, Bia Fé, Centro Novo, Sacrifício.

Com efeito, nesse novo momento, essa oligarquia mesmo não sendo mais o grupo hegemônico, utilizou-se do argumento preservacionista para ocultar seus reais interesses que eram obter o monopólio da coleta e do comércio da castanha e a manutenção dos seus domínios sobre vastas áreas de terras (BENTES; MARIN; EMMI, 1988).

Nesse ínterim, com a intenção de cuidar dos assuntos fundiários, principalmente, no “Bico do Papagaio” – que compreende as terras ao sul e sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás, posteriormente anexadas ao Tocantins – criou-se o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) em 1980, desfeito apenas em 1987, que sobrepunha regionalmente as funções do Incra e da Funai (ASSIS, 2009) e estava vinculado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), representando a militarização da questão agrária na Amazônia (MARTINS, 1985).

A ação do Getat visava à ampliação do desenvolvimento capitalista na região que só poderia ocorrer com a desestruturação de camponeses-posseiros, indígenas, garimpeiros, dentre outros que oferecessem resistência à implantação dos projetos agropecuários, de empresas madeireiras e de extração mineral; em outras palavras, tratava-se de assegurar terras a esses grupos econômicos, considerando o grande fluxo migratório para a região (ALMEIDA, 1981).

Segundo Almeida (1985), o Getat, ao implementar a regularização fundiária, na verdade acabou reconhecendo irregularidades, porque não considerava as fraudes nos cartórios, e os atos de arrecadação, pois, na realidade, visava à regularização de áreas pretendidas pelos empreendimentos, valorizando-as e possibilitando transações comerciais legítimas, contribuindo para a incorporação dessas áreas ao mercado de terras, caso em que criou a ideia de condições legais de ações de despejo e a definição dos garimpeiros, coletores de castanha e camponeses-posseiros como “invasores”, além de formalizar a apropriação de terras indígenas.

O Getat não alterou profundamente a estrutura fundiária regional, mas criou condições legais de incorporação das terras por parte do capital financeiro a exemplo do Banco Bamerindus, empresas mineradoras como a Companhia Vale do Rio Doce e de fazendeiros do Centro-Sul, legitimando o caráter rentista do capitalismo no Brasil e, particularmente, na Amazônia pois o capitalista (empresário) torna-se proprietário da terra (latifundiário), constituindo-se no titular da renda fundiária: nesse caso “a determinação histórica do capital não destrói a renda da terra nem preserva o seu caráter pré-capitalista – transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada” (MARTINS, 2010, p. 22).

Para Suzuki (2006), a noção de renda capitalizada é a mais adequada para a compreensão da realidade brasileira e latino-americana, especialmente, pelo fato de sua formação econômico-social ser marcada pela transição da riqueza pautada na escravização de pessoas, ou outra forma semelhante de subjugação do trabalhador ao longo da colonização, para a terra que foi transformada em mercadoria, tornando-se o fundamento da reprodução das relações sociais em geral.

Essa ação do Getat não contemplou plenamente os anseios da oligarquia dos castanhais, ao contrário, em áreas densamente povoadas houve o beneficiamento indireto de várias camadas camponesas, já que seria impraticável a remoção desses sujeitos, tal qual aconteceu em Xinguara e Redenção, locais de grandes conflitos de terras que envolveram aproximadamente 10 mil trabalhadores (ALMEIDA, 1981).

O “Polígono dos Castanhais” não chegou a ser reconhecido oficialmente, embora tivesse sido mencionado por um documento do Getat de 1985, que indicava ser uma área de 1,2 milhão de hectares, abrangendo os municípios de Marabá, São João do Araguaia e Xinguara.

Em suma, de acordo com Emmi e Marin (1996), por um lado, a oligarquia dos castanhais passava por uma crise de hegemonia, decorrente dos seguintes fatores:

a) provenientes dos grandes projetos, as diferentes opções de trabalho que surgem para os antigos castanheiros tornaram-se um problema para os donos de castanhais, que não tinham mais à sua disposição uma mão de obra abundante e submissa às relações paternalistas que impunham;

b) embora os latifúndios tradicionais não tivessem sofrido fisicamente grandes alterações, em termos de poder político foram enfraquecidos, em razão de os latifundiários serem aliçados dos processos de decisão e terem sua hegemonia local questionada, principalmente pelo Poder Público federal;

c) houve uma concorrência com grupos externos pelos castanhais e o monopólio das famílias tradicionais paraenses foi quebrado;

d) também entraram em confronto com os camponeses-posseiros que se instalaram em terras devolutas e desconheciam a propriedade improdutiva e o poder hegemônico dos donos dos castanhais ou protestavam contra isso;

e) por fim, houve o deslocamento do centro de decisão política, no que se refere às questões locais, para a esfera do governo federal, ao menos enquanto perdurou a ditadura civil-militar, visto que com o seu término, a área do “Polígono dos Castanhais”, por exemplo, voltou para a competência do Iterpa e do Incra, pois nessa realidade existem áreas do estado do Pará e da União, em face da federalização de terras.

Por outro, também de acordo com Emmi e Marin (1996), essa oligarquia criou condições de se rearticular a partir de ações conflituosas que envolviam grupos de trabalhadores rurais recém-chegados, moradores antigos e territórios indígenas, que se “chocavam” com os representantes dessa oligarquia da castanha (e, também, com os empresários capitalistas que migraram para a

região). Estes se utilizavam de algumas estratégias para manter seus domínios sobre os castanhais, a saber:

a) avançavam sobre os castanhais do povo, configurando a “invasão dos castanhais”, com o objetivo de manter seu comando sobre essas terras, expulsando violentamente aqueles que se apossavam delas, além de exercerem pressão via sindicato patronal sobre órgãos governamentais como o Incra, a fim de denunciar a ação dos “invasores” (faziam denúncias de saques por parte dos camponeses-possesores com o intuito de criminalizá-los e, assim, esconder a violência com que eram reprimidos);

b) interrogavam a atuação de órgãos federais, pois não encontravam nestas suas pretensões contempladas;

c) a reação de defesa da oligarquia decorreu dos conflitos entre a atuação de instituições estaduais e federais na região dos castanhais, sobretudo do descompasso de entendimento entre Iterpa e Getat, pois o último demarcou terras aforadas, discordando da interpretação do primeiro, para o qual as terras de castanhais não poderiam ser tocadas. Contudo, entre 1980 e 1987, ficou sob a competência do Getat a regularização fundiária paraense;

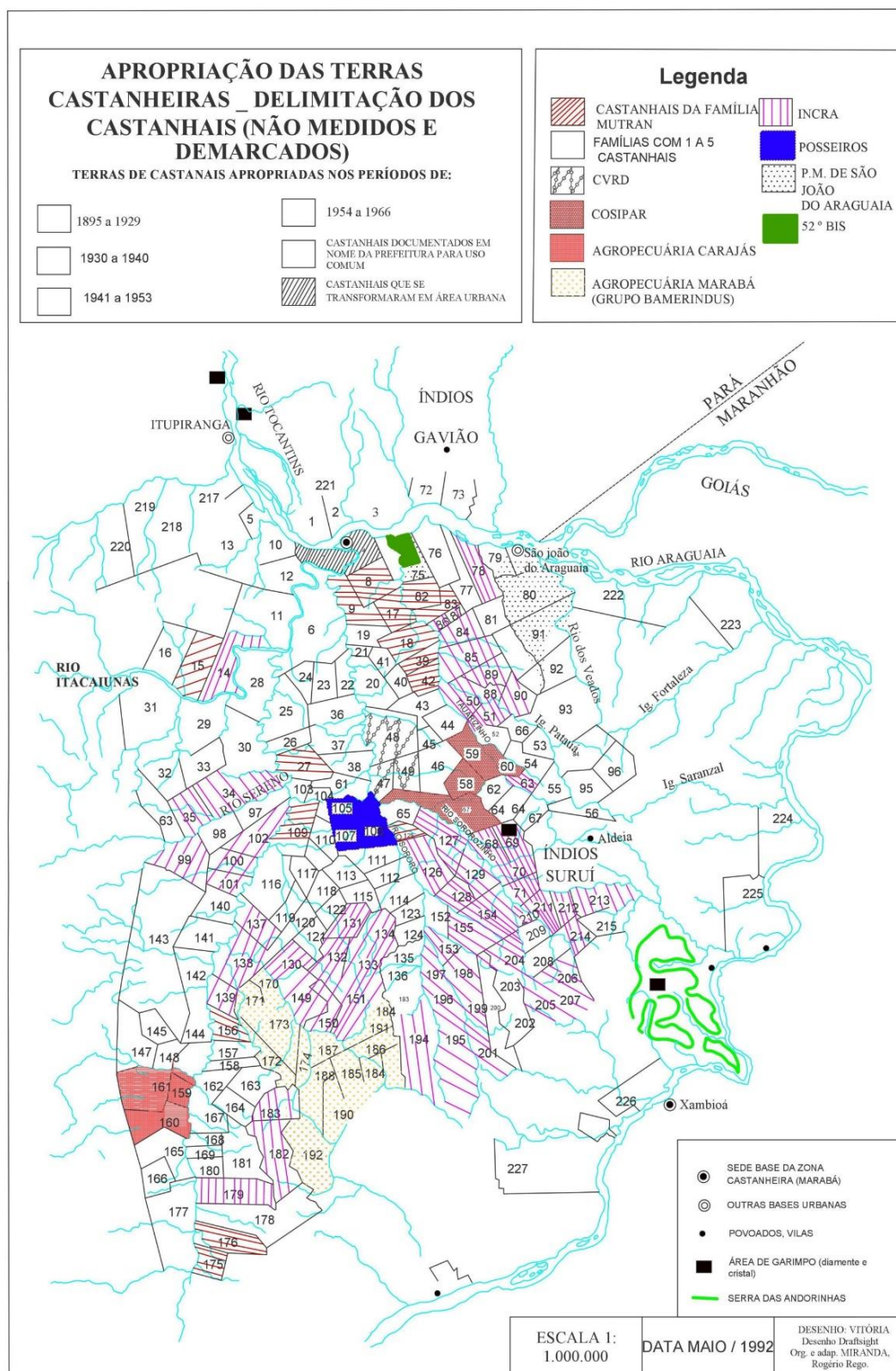
d) as famílias oligárquicas de expressão na região procuraram se legitimar na esfera política, a partir da candidatura a cargos públicos;

e) as oligarquias articularam-se para impedir a desapropriação de terras dos castanhais em conflito e, assim, pedir a reintegração de sua posse.

Esse revigoreamento do poder regional é favorecido pela necessidade de o governo federal, na transição do governo civil-militar para a “Nova República”, encontrar aliados político-partidários na região, havendo uma reconsideração dos interesses locais que, por seu turno, deveriam lidar com os conflitos fundiários, com o objetivo de diminuir as tensões no campo (ALMEIDA, 1981).

Como a Figura 1 mostra, observa-se que no início da década de 1980, no Sudeste Paraense, foram instaladas siderúrgicas, a exemplo da Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar), empresas agropecuárias (Agropecuária Carajás e Agropecuária Marabá, essa última do antigo Banco Bamerindus) e empresas de mineração.

Figura 1 – Estrutura fundiária do ‘Polígono dos Castançais’ na década de 1980



Fonte: BARROS (1992). Adaptação de Rogério Rego Miranda.

Dentre as empresas mineradoras se destaca a CVRD, que se territorializa a partir da implantação do Programa Grande Carajás (PGC), que era composto pela mina da Serra de Carajás (Projeto Ferro Carajás), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e a Albras-Alunorte.⁵ Esse programa, levado a cabo desde o período da ditadura civil-militar, iniciou-se com a “descoberta” de minério de ferro na Serra de Carajás que, segundo Oliveira (1987), ocorreu em 1967 pela Cia. Meridional de Mineração (subsidiária da United States Steel Co.).

A exploração do ferro de Carajás começou a ser realizada a partir de um acordo entre o Estado brasileiro e a multinacional supracitada, resultando na criação da Amza (Amazônia Mineração S.A.) em 15 de abril de 1970, empreendimento que tinha a participação da então estatal Companhia Vale do Rio Doce, com 50,9% das ações, e da Companhia Meridional de Mineração (U.S. Steel), com 49,1%. Essa associação foi desfeita na década de 1970 em virtude da crise do petróleo, momento em que a empresa norte-americana vendeu suas ações à CVRD por 50 milhões de dólares em junho de 1977, fato que levou à extinção da Amza, e iniciou-se o Programa Grande Carajás em 1980 (OLIVEIRA, 1987), extinto em 1991.

Para a implantação do PGC houve uma política de migração realizada pelo governo federal que contribuiu para um crescimento populacional substancial ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC),⁶ aumentando a concentração demográfica nas cidades de Marabá (PA), Imperatriz e Açailândia, ambas no Maranhão, além de antigos povoados de Parauapebas (atualmente elevada à condição de cidade), “km 30” (hoje Curionópolis) e “km 100” (Eldorado de Carajás), esses últimos localizados próximos às áreas de lavra da CVRD e de

⁵ Indústria de alumínio e de alumina localizada no município de Barcarena-Pará.

⁶ A Estrada de Ferro Carajás (EFC), de 889,34 quilômetros de extensão, interliga a mina de Carajás (PA) ao porto de Itaqui, em São Luiz (MA), por onde se escoo o ferro proveniente da província mineral de Carajás, que está sob o controle da Vale S.A., cuja propriedade era estatal até 1997. Porém, por conta da privatização da Vale, a EFC passou para a esfera da iniciativa privada, que detém hoje a maior parte de suas ações e amplia sua atuação na Região Sudeste do Pará, mediante a implantação de outros projetos de extração mineral como: a Serra Leste, localizada em Curionópolis, onde se explora o minério de ferro; Salobo, uma das maiores reservas de cobre do Brasil, que se localiza no município de Marabá; e o Projeto Ferro Carajás S11D, localizado em Canaã de Carajás, onde a exploração do minério de ferro aumentará. Tais projetos necessitam da duplicação da ferrovia, obra que já está em execução e contará com uma ampliação de aproximadamente 504 quilômetros de ferrovia, do porto de Itaqui e do potencial energético. Daí a projeção das usinas hidrelétricas de Belo Monte, de Santa Izabel e de Marabá, sendo a primeira de grande porte e as outras, menores. Essas são algumas das infraestruturas que afetam diretamente as populações indígenas e camponesas-posseiras da Região Sudeste do Pará.

garimpos (a exemplo de Serra Pelada) no Sudeste Paraense, interligados pela PA-275 e suas vicinais (COELHO, 1997; COELHO *et al.*, 2006).

No ano de 1997 entrou em processo a privatização da Vale, fato que gerou questionamentos jurídicos sobre o tempo de concessão de direito de uso das áreas de lavras da empresa, firmado em 1986, posto que a sua venda invalidaria a concessão, o que levou o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) a assinar outro decreto concedendo o direito de uso da Vale sobre a área de 411,948 hectares. Essa ação foi invalidada pelo Supremo Tribunal Federal, visto que após a Constituição de 1988 apenas o Congresso Nacional teria competência para realizar tal concessão. Isso fez com que o governo federal alterasse a situação jurídica da área de atuação da Vale, optando pela criação de Unidades de Conservação Federais, a exemplo da Floresta Nacional (Flona) Carajás, instituída em 1998, que passou a ser de responsabilidade da União: a área correspondia ao espaço de uso real da empresa, e quem decidia de forma mais concreta sobre seu uso era a própria empresa. Logo, a área continuou sendo efetivamente um território da Vale, hoje uma empresa privada, devido ao que ficou firmado no decreto de criação da Flona, no que tange a pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte e comercialização dos minerais ali existentes. (COELHO *et al.*, 2009)

Com a implantação desse empreendimento, houve um forte impacto sobre as áreas indígenas, dado que com o Decreto nº 88.988/1983 o governo federal possibilitou a exploração das terras indígenas por empresas mineradoras estatais ou privadas, embora o Estatuto do Índio definisse, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, que a exploração dos recursos existentes no subsolo só poderia ser realizada em condição excepcional. No entanto, de acordo com Vidal (1986), o que se observou foi o avanço da exploração mineral, mesmo em áreas demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Outros sujeitos igualmente impactados foram os camponeses-posseiros, cujas experiências de luta possibilitaram a emergência de movimentos sindicais que reivindicaram a criação de projetos de assentamento na área em questão, aspecto que iremos abordar a seguir.

Definindo o camponês-posseiro e suas estratégias de territorialização no Sudeste Paraense (1970-1990)

Esse contexto de mudanças no território amazônico provocou uma ação cada vez mais violenta da antiga oligarquia dos castanhais, dos fazendeiros (migrantes mais capitalizados oriundos do Centro-Sul do país) e de empresas agropecuárias e mineradoras nacionais e estrangeiras que chegavam à região, em relação aos camponeses-posseiros.

De acordo com Sauer *et al.* (2015), a Comissão Camponesa da Verdade (CCV) apurou que o Pará se destacou pela existência de 805 conflitos fundiários, ao longo do período do governo civil-militar (1965-1985), no qual foram arroladas 411 famílias disputando aproximadamente 9 milhões de hectares, resultando em 556 assassinatos camponeses, dentre eles camponeses-posseiros, isso porque, particularmente no Sudeste Paraense, foram os responsáveis por (re)fundarem os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, com vistas a garantirem direitos trabalhistas e a luta pela reforma agrária na região.

Os posseiros são compreendidos neste trabalho como camponeses, porém esses sujeitos apresentam uma relação singular com o território, pois por definição não podem ser enquadrados como sem-terra, embora em determinados períodos possam vir a se encontrar expropriados da terra, uma vez que detêm sua posse e não sua propriedade; mas igualmente não são colonos provenientes da colonização oficial ou proprietários de uma área devoluta devidamente reconhecida ou demarcada por um órgão oficial. Por isso, vivem na insegurança de sua permanência territorial, com uma situação social precária em consequência do não reconhecimento como donos da sua terra.

Por esse motivo, Guerra (2001) vai definir o posseiro como um “camponês a caminho de seu reconhecimento social”, ou “camponês em luta pela afirmação de sua identidade” e ainda “um camponês que, consciente de si mesmo tem que lutar por seu reconhecimento social, legal e político” (cf. GUERRA, 2001, p. 18). Assim, a identidade posseira é construída coletivamente no conflito social de luta pela terra, na atividade familiar rural, no processo de enraizamento que envolve o esforço no trabalho da terra, cujo fim é a reprodução da unidade familiar e não a especulação, o que se expressa no manejo da terra (rotatividade

de culturas, diversidade produtiva, preservação da mata, tipos de culturas plantadas, entre outros).

Guerra (2001), a partir de relevante pesquisa no Sudeste Paraense, sintetiza a categoria posseiro como sujeitos do campo, cujos antecedentes remetem à vida rural, na condição de moradores (sem-terra, desempregado, entre outros) e/ou trabalhadores (vaqueiros, proprietários falidos, pequenos comerciantes, assalariados rurais, dentre outros). Ao adentrarem na terra, a disputam como um território de trabalho e moradia, pois a terra lhes permitiria um sentido de segurança. Isso porque nela produziriam seus víveres agrícolas e criações, especialmente com a mão de obra familiar. Assim, idealizam o crescimento econômico pela elevação da produtividade em um dado espaço-tempo, com vistas a prover a sustentação da família e a criação de um excedente que lhe possibilite permutar por produtos industrializados e inexistentes no mundo camponês. Igualmente vislumbram o beneficiamento dos seus produtos para a melhor comercialização, o título da terra, além da educação formal aos filhos, estradas e transportes adequados, atendimento médico e crédito rural, ou seja, acesso a direitos que garantiriam cidadania e reconhecimento social.

Martins (1981) complementa a leitura dos camponeses-posseiros definindo-os como trabalhadores familiares que se diferenciavam e se integravam à frente pioneira (que se refere ao processo de modernização empreendida pelas relações capitalistas de produção na Região Amazônica a partir da década de 1970) em voga no período e que visava assegurar o território às grandes empresas agropecuárias e minerais, imprimindo um forte processo de expulsão dos camponeses-posseiros de suas terras, outrora já espoliados em outros contextos históricos-geográficos.

Assim, o camponês-posseiro é produto das próprias contradições do capital, uma vez que ele uma vez expulso, avança para outros territórios previamente ocupados, por exemplo por indígenas, expulsando-os e 'limpando' a área por meio da derrubada da mata, e, em seguida, acaba cedendo o local para o capital, na figura de fazendeiros e empresas. Por esse motivo foram estimulados a desenvolverem a migração (MARTINS, 1981). Dessa forma,

(...) a funcionalidade da sua existência se desenvolve porque está inserido em relações dominadas pelo capital e não porque esteja nos cálculos do capitalista. A mesma sociedade que dele se beneficia o quer destruir. A expansão do capital se faz preferencialmente sobre terras por posseiros, através da expropriação e da expulsão. A presença do posseiro nesta sociedade compromete um dos requisitos fundamentais, que é o da propriedade capitalista. Além disso, onde existe o posseiro não há possibilidade de extrair a renda da terra. E a primeira forma de extração dessa renda é compra e venda de imóveis. (MARTINS, 1981, p. 116)

Com vistas a romper com esse ciclo de ocupação-expulsão-reocupação, os camponeses-posseiros lutaram para o reconhecimento de sua identidade por meio da permanência na terra e, assim, iniciaram um movimento coletivo, associando-se para conquistar esse meio de produção fundamental a sua reprodução social, de forma a se libertarem do cativo da terra (MARTINS, 2010) e resistirem à *besta-fera*, ou seja, ao retorno das relações de exploração a que eram submetidos pelo aviamento,⁷ pela expulsão de suas terras, entre outras práticas, personificadas agora na figura do fazendeiro, entendido aqui como o proprietário dos meios de produção, ainda que de forma ilícita (VELHO, 2007).

A partir de relatos de um dos representantes da CPT à época,⁸ que acompanhou a organização da luta posseira desde a década de 1970, observou-se uma “tipificação” desses sujeitos, assim, existiriam três “tipos ideais”, a saber:

(a) *camponeses-posseiros ribeirinhos*: são migrantes que foram para o Sudeste Paraense antes da colonização governamental da década de 1970, fugindo pela via fluvial dos conflitos fundiários/expulsões da região do Bico do Papagaio e acabavam aportando em áreas à beira dos rios Itacaiúnas, Tocantins e Araguaia. Eles sobreviviam da agricultura de macaxeira e arroz, além da pesca

⁷ O aviamento correspondia a uma espécie de escravidão por dívida, visto que os trabalhadores eram envolvidos em um sistema de dívidas no qual não conseguiam pagar, uma vez que lhes eram cobrados preços abusivos pelos instrumentos de trabalho, alimentação, transporte, entre outros. A referida dívida deveria ser paga com a produção de castanha, no entanto, os seus gastos eram sempre superiores aos seus ganhos, pois o preço dos produtos era definido pelos donos dos castanhais que os enganavam também no cômputo do que deviam, pois eram analfabetos.

⁸ Informações obtidas por meio de entrevista realizada em 3 de novembro de 2018 com Emmanuel Wambergue, ex-dirigente da CPT de Marabá-Pará.

e caça que eram utilizadas para a alimentação do núcleo familiar, além de venderem produtos encontrados no interior da floresta (frutas, pele de animais, entre outros) para obter uma renda a ser utilizada na compra de produtos inexistentes na mata (querosene, sal, medicamentos, roupas, instrumentos de trabalho, dentre outros). Mas também trabalhavam na coleta da castanha-do-pará na área do “Polígono do Castanhais” e realizavam o garimpo de diamantes e de cristal de rocha, atividade desenvolvida no período de estiagem dos rios, pois era quando apareciam os veios minerais. Com o avanço do capital sobre suas terras, adentram a floresta e passam a residir no denominado “Centro da Mata”;

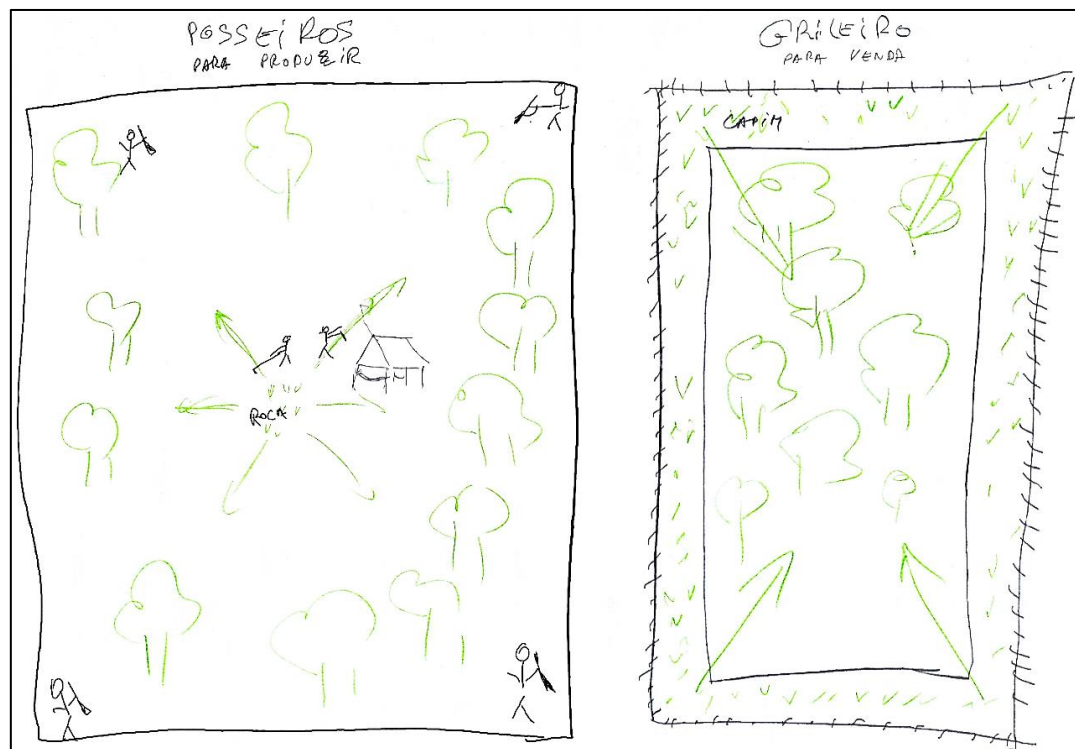
(b) *camponês-possheiro “aventureiro”*: são migrantes oriundos do Nordeste brasileiro, especialmente Maranhão, que trabalhavam em atividades campestres, mas foram expropriados de suas terras ou “liberados” de suas funções nas fazendas que trabalhavam e acabaram por migrar de maneira forçada para o Sudeste Paraense, incentivados pelos projetos de colonização do governo civil-militar, em destaque aqueles ao longo da Transamazônica. Contudo, após trabalharem na terra, colocando “roça” e abrindo a mata e estradas, são expulsos pelos “donos” da terra, na verdade grileiros, que reivindicavam o direito à terra, por meio de documentos fraudulentos e uso de violência. Em face dessa expulsão são obrigados a migrarem para o “Polígono dos Castanhais”, onde ocuparam o “Centro da Mata” e passaram a se organizarem coletivamente, com ajuda da CPT e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com vistas a formarem lideranças e a reocuparem e/ou fundarem sindicatos, passando a reivindicar a Reforma Agrária. Para Guerra (2001), esses sujeitos são denominados *posseiros com perspectiva camponesa*, que se caracterizavam por raramente apresentarem a intenção de venda dos lotes que se apossavam, residiam e trabalhavam com seus familiares, onde também desenvolviam relações comunitárias com ajuda mútua entre os vizinhos, plantavam culturas permanentes e desmatavam apenas o necessário para a roça anual e rotativa e a implantação de pasto era para animais de uso no trabalho ou de consumo, participavam ativamente de entidades representativas (associações ou sindicatos) ou reuniões de

interesse coletivo, o único recurso que possuíam era proveniente da produção agrícola e manifestavam interesses em viabilizar melhorias sociais para a comunidade;

(c) *posseiro grileiro*: correspondia a um migrante do período da colonização do governo civil-militar que se apossava de terras com vistas a titulá-la para venda futura. Antes disso ocorrer, realizava o desmatamento para a comercialização da madeira e posterior introdução de pastagem, geralmente em grandes áreas, o que não era comum nas duas primeiras modalidades de posseiros. Existiam ainda de um lado os *pequenos posseiros grileiros* que trabalhavam nos lotes cultivando principalmente produtos anuais, mas alçando a venda da terra para angariar uma renda que lhes permitissem pagar dívidas contraídas; e, de outro, os *grandes posseiros grileiros* que eram mais capitalizados e se apropriavam de significativas extensões de terras para especulação e, para esse fim, as cercavam e as “limpavam”, ou seja, expulsavam os outros tipos de posseiros existentes e/ou indígenas, por meio do uso da violência. Guerra (2001) denominou esses sujeitos de *posseiros sem perspectiva camponesa* e se caracterizavam por priorizarem a especulação fundiária, não residiam com seus familiares no lote, usavam de relações de trabalhos assalariados, não participavam da vida comunitária/vizinhança local, desmatavam ao máximo a área para exploração madeireira e instalação da pastagem, implantavam cultivos de ciclos curtos, não colocavam roça anualmente, não se associavam a entidades dos pequenos produtores e apresentavam recursos e/ou financiadores externos.

Há uma diferenciação espaço-temporal entre os camponeses-posseiros ribeirinhos/ “aventureiros” e os posseiros grileiros e/ou fazendeiros-empresários, visto que manifestam racionalidades distintas no que se refere ao uso e apropriação territorial, conforme observa-se na Figura 2.

Figura 2 – Representação espaço-temporal da organização territorial dos camponeses-posseiros ribeirinhos/“aventureiros” e dos posseiros grileiros (*sem perspectiva camponesa*)/fazendeiros-empresários



Fonte: Trabalho de Campo, 2018. Desenho elaborado por Emmanuel Wambergue, ex-dirigente da CPT de Marabá-Pará.

A Figura 2 corresponde a um mapa mental elaborado por um antigo dirigente da CPT, que indicava a organização territorial dos camponeses-posseiros (à esquerda), na qual se expressa a ocupação do “Centro da Mata” com lotes de terras, onde se encontravam as residências e a roças de culturas anuais e permanentes, pois a ideia era permanecer no local, e a manutenção da mata nativa, bem como a vigilância feita por pessoas armados, tendo em vista a eminente retaliação violenta dos autointitulados “donos da terra” (grileiros).

Na mesma figura (à direita) retrata-se a forma de ocupação dos grileiros (posseiros sem perspectiva camponesa e fazendeiros-empresários), pela qual delimitavam-se os limites da área por meio de cercas (indicando-se a propriedade privada) e a implantação de capim, mediante o avanço do desmatamento sobre a mata nativa, com a intenção de explorar a madeira e

implantar a pecuária, esperando a valorização das terras. Essas duas lógicas foram devidamente delineadas na fala abaixo:

(...) geralmente o grande fazendeiro, para falar melhor, o *especulador da terra*, ele queria uma área grande. No fim das contas era para vender a preço de banana [barato] a madeira ou no futuro o capim, era esse o objetivo. Então, só podia ter valor se [a terra] fosse muito grande. Senão, o fazendeiro não ia comprar, o madeireiro não ia comprar, então, maior [a terra], é outra coisa. O madeireiro sabia “um ano vou cortar isso aqui, isso aqui, ou vou pegar primeiro a madeira de lei, depois vou pegar não sei o que”, então quanto mais grande [a terra], mais ele tem vida [tempo de exploração dos recursos naturais]. Então, os posseiros eram o contrário [em termos de objetivos], eles queriam o mesmo espaço, então a gente pode ver porque teve tanta violência, porque a vida de um dependia da morte de outro, dos dois lados. (Emmanuel Wambergue, ex-dirigente da CPT de Marabá-Pará, 61 anos, em entrevista concedida em 3 nov. 2018, grifo nosso)

Diante do exposto, os conflitos territoriais eram eminentes e distribuídos espacialmente em três frentes durante o período civil-militar. A primeira área compreendia ao espaço entre a rodovia Belém-Brasília e o rio Tocantins, porção norte de Imperatriz e Marabá, que é cortada pelas estradas estaduais PA70 (atual BR222) – no sentido Leste-Oeste –, e a PA150 – no sentido Norte-Sul. Nessa extensão de terra, até o início da década de 1960 existiam grupos indígenas, mas a partir desse momento o território foi gradualmente ocupado por grandes proprietários (com fazendas de até 250 mil hectares) e grupos de camponeses-posseiros (com lotes de 50 a 200 hectares), impelindo os indígenas para uma reserva de aproximadamente 60 mil hectares, o que desencadeou um conflito entre camponeses-posseiros já existentes na área ou pequenos proprietários e grileiros que utilizavam a força armada dos jagunços, havendo a mediação do Getat, que tendia em favor dos grileiros. Esse conflito perdurou entre 1976 e 1984, aproximadamente, momento em que lideranças camponesas foram feridas ou mortas (HÉBETTE, 1991).

A segunda frente de conflito, na década de 1980, situava-se na área do “Polígono dos Castanhais” pretendida pela oligarquia castanheira. Nessa área,

os antigos empregados (castanheiros) e migrantes (posseiros com perspectiva camponesa) realizaram a ocupação de grandes extensões dos castanhais, especialmente no setor das “sobras” (áreas sem definição de posse). Na época foram identificadas 43 áreas de ocupação com um total de 200 mil hectares, com 2.200 famílias. O embate se deu entre esses camponeses-posseiros e a antiga oligarquia dos castanhais, resultando em forte violência por parte dos últimos, mas culminou com o Estado tendo de conceder várias áreas aos camponeses-posseiros que somavam 229 mil hectares (HÉBETTE, 1991).

Por fim, a terceira frente localizava-se na área impactada pela represa da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que alagou, no início de 1980, 240 mil hectares de mata e de terra cultivada, incluindo lotes de colonização da Transamazônica. De acordo com Hébette (1991), este empreendimento desterritorializou vários grupos indígenas e uma população de aproximadamente quatrocentas famílias camponesas-posseiras, constituída por moradores antigos da região e colonos recém-chegados, que se organizaram no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Em face dessas diversas frentes de conflitos fundiários espacializadas no Sudeste Paraense os camponeses-posseiros desenvolveram ações individuais e/ou coletivas com o propósito de permanecerem em seus territórios ou de se reterritorializarem em outras realidades, como será explicado a seguir.

Processo de territorialização da luta camponesa-posseira e a reocupação/fundação dos sindicatos rurais no Sudeste Paraense (1970-1990)

Como forma de resistência, esses camponeses-posseiros criaram algumas estratégias que lhes permitiram a conquista da terra, dentre elas está a reocupação e/ou fundação de Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) que, de acordo com Medeiros (1989), só passaram a ser reconhecidos pelo Estado em 1962, por meio de uma Portaria Ministerial, em função de diversas mobilizações nacionais dos trabalhadores do campo. Isso porque anteriormente a 1944 os trabalhadores rurais eram assistidos por sindicatos patronais, e mesmo com o Decreto-Lei nº 7.038 de 1944, que permitia a criação de sindicatos autônomos, no caso dos sindicatos dos trabalhadores

rurais havia uma vinculação com o Ministério do Trabalho. Esse decreto foi substituído pelo DL nº 7.449 de 30 de maio de 1945, que derrubava a sindicalização e propunha a formação de associações municipais, sem critérios laborais e com a forte tutela do Estado.

No estado do Pará essas associações surgiram em meados do século XX, a exemplo das Associações de Lavradores, no Nordeste Paraense, área de colonização mais antiga que abrigava a maior concentração de agricultores do estado, além de servir de rota de migrantes que se dirigiam para o Sudeste Paraense. Em 1956, essas Associações de Lavradores se estadualizaram e fundam a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (Ultap) – articulada com a União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (Ultab), criada em 1954 – que define o campo de representação dos lavradores paraenses e que defende a reforma agrária (ASSIS, 2007).

Em 1961, no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a Ultab deflagra o processo de sindicalização por meio da transformação das associações em sindicatos, o que ocorreu também no Pará, tendo como principal pauta a reforma agrária (ASSIS, 2007).

Já em 1963 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), como uma entidade de representação nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais que congregou as federações que foram sendo gradualmente fundadas nos estados (TEIXEIRA, 2023; GUERRA, 2009).

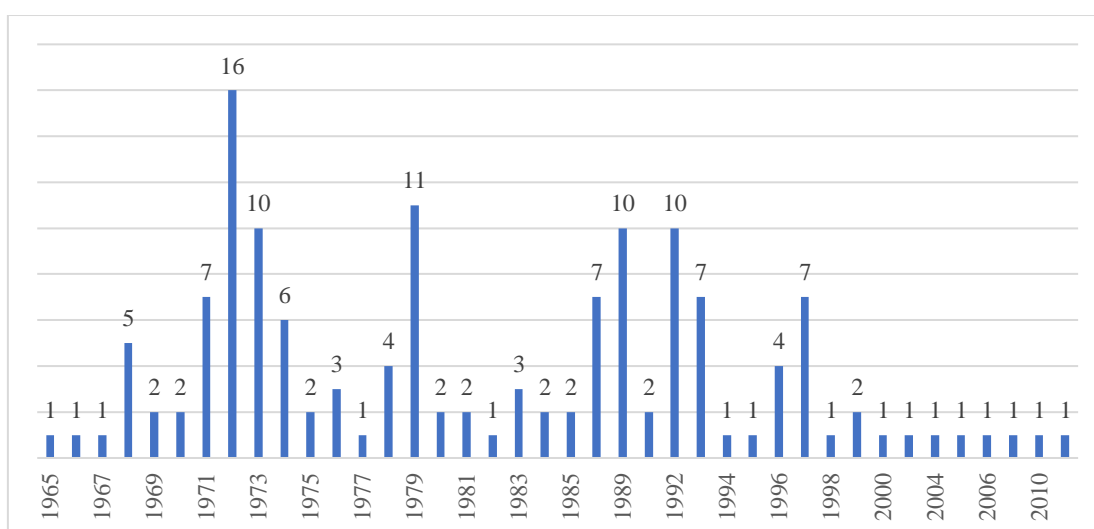
Contudo, em 1964, houve o início da ditadura civil-militar, que empreendeu uma intensa repressão às lutas no campo. Assim, ocorreu em âmbito nacional uma forte intervenção na Contag e os sindicatos a ela associados eram vigiados e/ou tutelados pelos organismos de repressão (MEDEIROS, 2014), muito embora, como assevera Teixeira (2023), os seus interventores, particularmente entre 1964 e 1967, fossem ligados aos Círculos Operários Católicos (COP)⁹ e ao sindicalismo estadunidense que haviam perdido hegemonia no período anterior ao de 1964.

⁹ Os círculos operários iniciam suas atividades em 1932 e tinham uma abrangência em quase todo o território nacional, congregando diversas entidades. Eram vinculados à Igreja e adotaram uma postura política anticomunista e colaborativa com os governos, inclusive ditatoriais. O circulismo era um “movimento católico destinado a organizar o proletariado e a impor um novo padrão de comportamento moral e cultural. Tal objetivo era atingido através das práticas assistencialistas e paternalistas” (BARRETO, 1997, p. 131)

Na Contag, por exemplo, se nomeou um interventor ligado ao COP, logo, tinha familiaridade com as pautas dos trabalhadores do campo, apesar de divergir dos direcionamentos traçados pelos seus dirigentes anteriores, mais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Isso significa que muitos interventores não eram necessariamente indivíduos deslocados totalmente do movimento sindical, atuando em defesa dos sujeitos do campo, mas segundo suas orientações ideológicas, fato que ocorreu igualmente em muitos sindicatos locais, existindo relativa abertura de negociação com o governo civil-militar (TEIXEIRA, 2023).

Particularmente no estado do Pará, os sindicatos de trabalhadores do campo foram reconhecidos oficialmente, porém após seguirem rigorosos regimentos estabelecidos pelo Ministério do Trabalho. Assim, as associações de trabalhadores campestres foram transformadas em Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e fundou-se com sete sindicatos (Castanhal, Alenquer, Capanema, Curuçá, Igarapé-Miri, Santa Isabel do Pará e São Domingos do Capim) a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – Fetagri, em 1968. Esse sindicalismo nascente formou-se sob a política previdenciária e assistencialista, pois preocupa-se fundamentalmente com ações legais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) (GUERRA, 2009).

Gráfico 1 – Criação de STTRs no estado do Pará, por ano



Fonte: Arquivos da Fetagri-PA.

Nesse interim, desestruturaram-se as associações, enfraqueceu-se a Ultap e criaram-se diversos sindicatos sob a égide do governo, especialmente na década de 1970 – Gráfico 1 –, período em que intervenções foram realizadas nessas entidades para suprir a necessidade de se impor dirigentes coniventes com os interesses governamentais (GUERRA, 2009).

Entre 1961 e 1988, ano da promulgação da Constituição brasileira, foram criados 3.864 sindicatos rurais no Brasil, e, desses, 91 foram no estado do Pará e 16 no Sudeste Paraense (IBGE, 1988, 1989), mesorregião que teve 43% (62) dos seus sindicatos criados entre 1970 e 1979, 20% (29) entre 1980 e 1989 e 24% (35) fundados entre 1990 e 1999 – Tabela 1 –, sendo o principal sindicato situado no município de Marabá, fundado em 1980, salientando que o primeiro sindicato criado foi o de Conceição de Araguaia, em 1972.

Tabela 1 – Espacialização dos STTRs no estado do Pará, 1960-2013

Mesorregião Paraense	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2013
Sudeste Paraense	1	7	14	16	1
Sudoeste Paraense	1	2	4	6	1
Baixo Amazonas	1	8	1	4	1
Nordeste Paraense	5	30	4	9	1
Metropolitana de Belém	2	5	1	0	3
Marajó	0	10	5	0	1
Total	10	62	29	35	8

Fonte: Arquivos da Fetagri-PA.

No Sudeste Paraense, em face das intervenções nos sindicatos dos trabalhadores rurais, esses sujeitos políticos se organizaram inicialmente em associações independentes (associação de moradores, associação em defesa dos trabalhadores rurais, entre outras) que permitiam o encontro mediado pelo debate de seus problemas e foram o embrião da resistência camponesa-posseira (HÉBETTE, 1989).

Essas associações tinham uma relativa autonomia, pois ficavam fora dos controles rígidos e repressivos do Estado, possuindo normas próprias e dirigentes eleitos internamente. Muito embora apresentassem pouca articulação entre si, os seus componentes passavam a lutar de maneira coletiva, reivindicando direitos e utilizando-se da solidariedade para permanecerem resistindo na terra (HÉBETTE, 1989).

Nesse contexto, a Igreja passou a desempenhar um papel fundamental na organização desses camponeses na luta pela terra (MEDEIROS, 2014), especialmente a partir das Comunidades Eclesiais de Base, que constituíram uma estratégia fundamental para a retomada dos sindicatos com o declínio do governo civil-militar.

É importante salientar que essas estratégias não surgiram “naturalmente” e/ou de cima para baixo, a partir de instituições/organizações e suas determinações centralizadoras, ao contrário, são provenientes de experiências sociais advindas de seu cotidiano de lutas camponesas-posseiras, em suas mais variadas formas e significados. Como adverte Comerford (1999), o termo *luta* adquire uma polissemia em função das situações, agentes e relações com os quais os camponeses então envolvidos.

Assim, diante de um contexto espaço-temporal de precarização das relações de trabalho e de condições de vida, *luta* refere-se ao *sofrimento*. Já nos momentos em que existe o conflito entre camponeses e latifundiários *luta* denota *enfrentamento* prolongado e violento, bem como *mobilização coletiva e comunidade*, assumindo um sentido ético em que comunidades expressam seu valor mediante a resistência para permanecer no espaço perante o conflito instaurado com agentes considerados mais fortes. Por fim, no contexto de organização sindical, *luta* remete a uma categoria (trabalhadores rurais) e às práticas no âmbito jurídico e político idealizadas pelas lideranças como ações que proporcionariam ganhos ou proteção. Isso está relacionado igualmente às atividades rotineiras dos dirigentes e militantes dos sindicatos e às problemáticas por eles enfrentadas para realizá-las (COMERFORD, 1999).

Essas *lutas* vivenciadas e praticadas no dia a dia, inicialmente de maneira mais individual e dispersa, vão se entrecruzando e criando um corpo mais coletivo, apresentando, como relata Barreira (1992), outras maneiras de se fazer política e em espaços distintos daqueles convencionais, nos quais o cotidiano introjetou-se como fundante na ação social, a exemplo de igrejas (a partir da Teologia da Libertação), escolas (espaço público que envolve toda a família), sindicatos (com uma proposta dos sujeitos subalternos), dentre outros.

Essas ações apresentam conteúdos novos, pois deflagram a emergência de um sujeito coletivo e descentralizado. Esse novo sujeito é eminentemente social, porque em seu interior os indivíduos, anteriormente dispersos e privatizados, começam a definir-se, a reconhecerem-se, a tomarem decisões e praticarem ações em conjunto, redefinindo-se constantemente em face das deliberações e atividades desenvolvidas (CHAUÍ, 2001).

A noção de sujeito coletivo se refere a “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 2001, p. 55). Assim, a novidade desse sujeito é tripla: ele é coletivo, adentra novos espaços políticos e produz uma nova prática mediante a criação de direitos provenientes da consciência de interesses próprios (CHAUÍ, 2001).

Particularmente no que tange aos movimentos camponeses-posseiros do Sudeste Paraense, observa-se o “nascimento” de um sujeito coletivo (camponês-posseiro) que tece alianças outrora inexistentes, por exemplo, com a Igreja, por meio da CPT, comerciantes locais, partidos políticos de esquerda, movimentos sociais emergentes, instituições de ensino, dentre outros igualmente importantes, que congregariam um coletivo maior e que precisariam articularem-se e não conflitarem, ao lutarem pela terra para o trabalho, questionando a propriedade privada da terra e de especulação, bem como a desigualdade social e a concentração fundiária.

Para a melhor compreensão dessas estratégias dos camponeses-posseiros, é necessária a devida contextualização das suas mobilizações na realidade amazônica.

A partir de 1970, os segmentos da Igreja que atuavam em defesa dos camponeses-posseiros nas áreas afetadas pelas políticas de colonização, como a Amazônia, sofriam uma repressão dupla: por parte do regime e por setores da própria Igreja. Em 1974, alguns bispos iniciaram a publicação de documentos que denunciavam a situação de conflito nas áreas de fronteira e, em 1975, surgiu a Comissão Pastoral da Terra, cuja luta pela reforma agrária seguia inicialmente os ditames do Estatuto da Terra.¹⁰ Essa organização começa a assessorar a luta posseira na Amazônia (MEDEIROS, 2014).

Para Martins (1997), a CPT, ao ser criada, rompe com o cenário de silêncio e temor da ditadura civil-militar: sua fundação promove o aparecimento de outra forma de luta social, referente aos movimentos camponeses, que apresenta preocupações sociais e políticas, e

[...] proclama que os excluídos e os penalizados pela brutalização política e econômica não perdem a sua condição humana com o desenvolvimento capitalista. E por isso não perdem o direito àquilo que os faz dignos e humanos, que são as condições da sua sobrevivência. No caso das populações indígenas, os seus territórios. No caso das populações camponesas, o direito à terra. (MARTINS, 1997, p. 77)

A CPT iniciou suas atividades no Pará em 1976, implantando-se na diocese de Marabá, com o apoio do bispo e seus sujeitos de pastoral, com o objetivo principal da luta pela reforma agrária, obtendo êxito quanto à organização camponesa, uma vez que os sindicatos eram fiscalizados de perto pelo governo (LEROY, 2000), como foi bem ilustrado pela fala do advogado da CPT:

Aqui na região então, nesse período, existia apenas o movimento sindical com os sindicatos em alguns municípios: Marabá, Itupiranga, Tucuruí, Conceição do Araguaia, em poucas cidades. Essas organizações dos trabalhadores sofreram a intervenção dos militares e os militares colocaram ali pessoas de confiança deles para justamente impedir a organização dos trabalhadores. Com

¹⁰ De acordo com Martins (1986), o Estatuto da Terra em certa medida foi aplicado no governo civil-militar, em virtude de seu objetivo central não ser o de redistribuir terras para os trabalhadores que dela vivem, mas proporcionar o avanço da agricultura empresarial. O estatuto de 1964 definia que o trabalhador que ocupasse a terra devoluta pelo período de um ano teria preferência na sua aquisição. A Lei nº 6.383 de 1976 previa que o posseiro que residisse e cultivasse por um ano se tornava legítimo de possuir cem hectares. Mas o novo Estatuto da Terra dos militares redefiniu a ocupação, que deveria ser de três anos para adquirir o direito legal sobre a terra, tornando ainda mais difícil esse ato, devido às condições precárias a que os migrantes estavam submetidos, além da forte violência que sofriam, a exemplo da Amazônia.

isso, como os trabalhadores não podiam contar com os poucos sindicatos que existiam naquele período, porque estava sob o controle dos militares, inclusive a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e a própria Contag, por exemplo, *então eles passaram a procurar a Igreja Católica, que naquele contexto era a entidade que tinha um comprometimento muito grande com as causas sociais e que abria as portas para atender os camponeses nas reivindicações e nas denúncias que eles procuravam apresentar nesse espaço, e aí com a criação da CPT isso foi canalizado para CPT*. Então a CPT passou aqui na região, foi instalado no mesmo ano de 1976 com uma equipe aqui em Marabá, outra equipe em Conceição do Araguaia e passou então a prestar assessoria, apoio aos camponeses que faziam a luta pela terra aqui pela conquista ou pela permanência na terra e também a luta contra violação dos seus direitos. [...]. (José Batista Afonso, advogado da CPT de Marabá-Pará, 50 anos, em entrevista concedida em 18 mar. 2015, grifo nosso)

Como mecanismo de apoio aos camponeses-posseiros na luta pela terra e pelos seus direitos, iniciou-se um processo de crítica em relação ao aparelhamento estatal dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de disputa por esse espaço político, com o objetivo de recuperá-los da intervenção efetuada pelo governo em relação aos dirigentes.

Contudo, antes da disputa dos sindicatos, foi necessário desenvolver um processo de formação política entre os camponeses-posseiros, com vistas a construir um coletivo que pudesse tecer ações de luta pela terra, o que foi concebido e mediado pela CPT.

Nesse contexto de organização camponesa, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), atreladas à CPT, foram de suma importância, pois foi a partir delas que várias lideranças se formaram, atuando ulteriormente nos sindicatos, e constituindo-se em um lugar de debate e formação política, pois tinham mais liberdade nas discussões em razão do menor controle por parte dos militares. A atuação das CEBs se dava, principalmente, nas periferias das cidades e em áreas rurais onde se encontravam os camponeses-posseiros oprimidos pela lógica do capital em franca expansão na região, tal qual nos revela o advogado da CPT.

[...] *naquele período o único espaço em que as lideranças, os trabalhadores tinham para poder fazer, se reunirem, fazer a discussão política aproveitando do espaço religioso, era nessas comunidades, ou seja, era onde os militares tinham um certo... em função da briga com a Igreja ser um pouco mais complicada, onde se tinha um pouco mais de liberdade, onde os militares não tinham controle da situação. Então, as comunidades eram o espaço onde se fazia a reflexão da fé, a leitura da Bíblia, o estudo da Bíblia ligado com a realidade, e partir daí se fazia também a discussão da própria vida organizativa, política, luta pelos direitos e assim por diante. Então, as comunidades [eclesiais de base] eram um espaço privilegiado de viver a fé e a luta, como o pessoal dizia: “era a fé e a luta juntas”. [...] Porque era um espaço, vamos dizer assim, uma iniciativa puxada pela Igreja que era voltada para a base, para atingir justamente os mais pobres, então as comunidades, elas proliferavam na periferia das cidades e na zona rural, onde estava o povo pobre, oprimido, mais sofrido, o sem-teto, o sem-terra e era onde era mais fácil fazer um debate religioso falado com um debate da conscientização política também, então as comunidades tinham um papel, eu diria assim, muito importante nesse processo aí de trabalhar o processo de organização e conscientização dos trabalhadores, dos participantes da comunidade. (José Batista Afonso, advogado da CPT de Marabá-Pará, 50 anos, em entrevista concedida em 18 mar. 2015, grifo nosso)*

Nessas CEBs são formados *animadores de comunidades* com o intuito de disseminarem o debate sobre a *luta* (*sofrimento* diante das precariedades sociais) em espaços diversos como a escola e a casa das pessoas, como descrito nas falas a seguir:

Tudo isso aqui era analisado, analisado também a sociedade, como é que funcionava, e tinha um espaço muito grande porque os animadores, cada comunidade tinha três, quatro pessoas, geralmente a professora, geralmente um agricultor, assim que tinha um pouquinho de liderança, é muitas nem tinha leitura né? Dois ou três jovens, era animador da comunidade, eles que cuidavam, que zelavam de tudo dessa comunidade, principalmente organizavam o momento da oração, das conversas depois, mas eles também recebiam uma formação, acho que era de dois em dois meses, eles ficavam um dia e meio com a

gente né! (Emmanuel Wambergue, ex- dirigente da CPT de Marabá-Pará, 61 anos, em entrevista concedida em 3 nov. 2018, grifo nosso)

(...) e aí ele [sindicalista Almir Ferreira Barros]¹¹ *começou a chamar o povo, a reunir o povo para ir ao colégio, para ir para a igreja e começou sair de casa em casa, lendo a Bíblia para o povo (...), conscientizando o povo, não é!* Ele pegava a Bíblia e ia para as casas para ler, fazer celebração nas casas (...). Ai quando pensaram que não, não agora o Almir vai ser um animador de comunidade, porque ele fez esse trabalho, *uniu o povo*, aí começou esse trabalho, quando ele uniu o povo, que foi animador de comunidade. (Patrucina Ferreira Barros, sindicalista e agricultora de São João do Araguaia, em entrevista concedida em 23 nov. 2018, grifo nosso)

Com o auxílio da Igreja e de partidos políticos de esquerda, os espaços de atuação política dos sindicatos começaram a serem redefinidos de maneira contrária à postura do sindicato-apoio do Estado (GUERRA, 2009). E os animadores supracitados começaram a se lançar como oposição sindical e a promover encontros sobre a posse e uso da terra.

Guerra (2009) rememora o I Encontro de Trabalhadores Rurais da Região Tocantina, em 1978, que reuniu 38 lavradores de dois municípios, momento em que se definiu a necessidade de tomada dos sindicatos e luta pela permanência do agricultor na terra. Já em 1979, o II Encontro abrigou 88 trabalhadores de nove municípios com a continuidade da necessidade de retomar os sindicatos e de tecer alianças com trabalhadores de outras regiões e estados. Esse trabalho contribuiu para que o III Encontro, em abril de 1980, aglutinasse 120 trabalhadores de 18 municípios.

As deliberações desses encontros reverberaram no Pará, concorrendo para que diversos esforços de reocupação dos sindicatos fossem realizados, exemplo do que ocorreu em Conceição do Araguaia, em 1980, quando se criou uma oposição sindical com vistas a fazer frente aos interventores governamentais que assumiram a Direção desde 1974 (GUERRA, 2009)

¹¹ Importante sindicalista que trabalhou no processo de organização dos camponeses-possesores e dos sindicatos rurais paraenses entre as décadas de 1970 e 1990 (ver COSTA, 2019).

Como já foi indicado, esse movimento de reocupação dos sindicatos, iniciado no final da década de 1970, foi abraçado pela CPT, mediante a formação de lideranças que se lançaram como dirigentes sindicais. Dessa maneira, desenvolveu-se uma luta intensiva para se retomar os sindicatos existentes, como o de Conceição do Araguaia (1972), Tucuruí (1972) e São Geraldo do Araguaia (1974), além de fundar outros sindicatos alinhados às ideias dos camponeses-posseiros, o que ocorreu em Itupiranga (1979), Curionópolis (1979), Marabá (1980), Jacundá (1980), Santana do Araguaia (1979), São Félix do Xingu (1978), Rondon do Pará (1982), Xinguará (1983), Redenção (1983) e Rio Maria (1985).

Esse processo não se realiza sem conflito e violência desferida por parte da antiga oligarquia dos castanhais e dos novos agentes econômicos que adentram a Região Amazônica (empresas agropecuárias, siderúrgicas e empresas de mineração), incorrendo em diversos assassinatos no campo, como o de Raimundo Ferreira Lima, conhecido como “Gringo”, que fez oposição nas eleições do sindicato de Conceição do Araguaia, mas foi morto antes de concorrer.

Com efeito, a luta foi se fortalecendo, redefinindo as ações políticas dos sindicatos que passaram a ser um espaço de organização dos trabalhadores rurais diante do latifúndio, sempre com o apoio da CPT, como na assessoria jurídica e técnica.¹² A respeito dessa retomada dos sindicatos, um dos sindicalistas nos relata:

(...) o que era mais triste é que os primeiros sindicatos, não digo sindicato, porque o sindicato é uma estrutura, o sindicato é um registro, o sindicato é unido com os trabalhadores, mas para a gente tomar esse sindicato da mão do pelego, que era quem dizia o que fazer naquele tempo, é que foi uma briga para retomar da mão do pelego, quem diziam eram os patrões, os patrões que davam o dentista, pagava o funcionário, a prefeitura pagava o funcionário, mas quem dizia o que o sindicato tinha que o que fazer eram os patrões, não os trabalhadores. Aí a gente foi para cima, tomou o sindicato dos trabalhadores das mãos dos patrões,

¹² Esse processo de luta dos camponeses-posseiros pela terra e a relação destes com a CPT e os sindicatos foram discutidos neste trabalho a partir de pesquisa de campo em associações, sindicatos e lideranças que participaram dessas formas de organização camponesa.

e dizia, daqui para frente quem vai dar o rumo do sindicato somos nós. Aí começou a briga, porque a partir da hora que os patrões mandavam, diziam não, espera lá, essa terra ou é do meu amigo, ou é do meu compadre, ou é do meu conhecido, aí não tinha lógica, tu estavas com licença da palavra, com o rabo preso na mão dele e ele que direcionava para onde tu fosse. A partir daí que o sindicato foi retomado pelos trabalhadores, os trabalhadores que decidiam, aí que começou o pau, por isso que deu muito derramamento de sangue nessa região, foi a partir daí. (...) Os trabalhadores diziam, não, quem vai decidir o rumo do sindicato é nós, aí começou as ocupações, não tinha patrão, não tinha compadre, se a terra fosse vistoriada para fazer o levantamento, ia vistoriar e se ela desse improdutiva, o cara vinha para cima, não deu improdutiva o governo vai pagar, indenizar por ser pública, ele só paga indenização se ela for improdutiva, é a lei da reforma agrária e vai fazer com que ela seja desapropriada, não é nós não, nosso papel é o que a gente está fazendo, dar o rumo e fazer com que os trabalhadores sejam muito claros na sua organização. (Antônio Gomes, coordenador da Fetagri do Sudeste Paraense, 56 anos, em entrevista concedida em 20 jun. 2014, grifo nosso)

A disputa sindical impôs uma *luta* diante da necessidade de retirar dos sindicatos aqueles dirigentes alinhados aos interesses do governo civil-militar, da oligarquia dos castanhais e de empresas agropecuárias e realizar eleições diretas em que dirigentes advindos do coletivo camponês-possuidor pudessem concorrer e, assim, reestabelecer demandas dos trabalhadores rurais e não dos “patrões”, especialmente no que se refere à temática da reforma agrária.

Com a retomada e/ou criação de sindicatos com dirigentes advindos dos camponeses-possuidores, iniciou-se por meio dessas entidades um processo de ocupação de áreas identificadas como públicas, particularmente no “Polígono do Castanhais”.

Nesse contexto, os camponeses-possuidores sindicalistas iniciaram a ocupação de vários castanhais existentes nos municípios de São João do Araguaia, Marabá, São Geraldo do Araguaia, Xinguara, Eldorado dos Carajás, São Domingos do Araguaia, Nova Ipixuna e Piçarra, culminando em diversos conflitos com as famílias pertencentes à antiga oligarquia dos castanhais que

requeriam essas áreas como de sua propriedade, mas cuja titularidade não foi reconhecida pelo Getat. Contudo, essa ofensiva sobre os territórios dos latifundiários levou à ocupação de 62 castanhais (perfazendo uma área de 30.491.279,19 hectares), que resultou na criação de 38 projetos de assentamentos rurais, a partir da desapropriação daqueles castanhais entre 1987 e 1988, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Projetos de assentamentos criados a partir da ação sindical dos camponeses-posseiros no Sudeste Paraense

Municípios do Sudeste Paraense	Quantidade de castanhais desapropriados entre 1987-1988, pela luta camponesa-posseira	Total das áreas dos castanhais ocupados por município (Hectares)	Projetos de assentamentos criados a partir da luta sindical/camponesa-posseira
São João do Araguaia	4	11.991,47	3
Marabá	3	10.054,33	2
São Geraldo do Araguaia	34	30.387.820,75	22
Xinguara	1	3.600	1
Eldorado dos Carajás	12	51.735,80	6
São Domingos do Araguaia	5	16.097,75	2
Nova Ipixuna	2	7.200,00	1
Piçarra	1	2.779,09	1
Total	62	30.491.279,19	38

Fonte: Incra-SR-27.

Nessas ocupações dos castanhais, os camponeses-posseiros sindicalistas adotaram algumas estratégias para ocupação da terra. Destarte, por se tratar de um espaço bastante extenso e com a presença ainda da mata nativa, territorializavam-se nos castanhais mais periféricos.

Desta feita, utilizavam-se da seguinte metodologia: um grupo de homens se dirigia ao interior dos castanhais e preparava a terra para o plantio de cultivos

básicos, como o arroz, feijão, mandioca, entre outros produtos; outro grupo, geralmente armado, ficava responsável por vigiar o local, e após esse processo se retiravam – ou seja, desenvolviam ações rotativas, não permanecendo no local, ao menos no início desse processo de ocupação da terra. Essa metodologia foi retratada com detalhes, particularmente na ocupação do castanhal do Cuxiú, entre 1980 e 1981 (São Domingos do Araguaia):

(...) a primeira ocupação foi numa área dos Mutrans [conhecida família da oligarquia dos castanhais], o Cuxiú [antigo castanhal existente em São Domingos do Araguaia],¹³ (...) lá no Cuxiú era um castanhal antigamente público (...) castanhal do povo. E o Vavá [Osvaldo dos Reis Mutran],¹⁴ quando ele foi prefeito de São João [do Araguaia], expulsou todo mundo, nós vamos retomar esse castanhal, a ideia, está vendo, é conhecida em São Domingos [do Araguaia]. Uma senhora já idosa que falou que foi expulsa do Cuxiú e ela falou o lugar, e lá tinha prova que tinha, pois tinha manga, se tem manga, se tem prova que tem gente que plantou né? (...) E o Vavá os expulsou porque eles faziam roça (...) quando eles saíram [os posseiros] foram trinta homens e berrados [armados] com tudo, com tudo que necessitava. É cartucho, me lembro que tinha uma lei no Cuxiú, que tu tinha que levar um fardo de farinha, dois litros né? Sal e no mínimo três cartuchos e com a condição de trazer mais se precisar, porque cartucho servia para comer né? A caça, te defender e tudo, era a lei do Cuxiú, essa aqui. Eu vi os caras “abre a boroça [bolsa/mochila] aqui, três cartuchos estão bons, tu vais”, é porque também era a segurança, e saíram trinta e duas pessoas (...) agora só não ia mulher, só vi mulher lá quando era casal novo, bem novinho, novo assim que não tinha criança nenhuma, as crianças nunca vi, mulher, nem crianças durante os primeiros anos. (Emmanuel Wambergue, ex-dirigente da CPT de Marabá-Pará, 61 anos, em entrevista concedida em 3 nov. 2018)

Nesse momento de ocupação de terras, os sindicatos foram de fundamental importância, pois além de auxiliarem na organização dos camponeses-

¹³ Silva (2015) informa, a partir de relatórios da CPT e do Iterpa, que o Cuxiú era formado por três castanhais (Cuxiú I, II e Boa Esperança) que totalizavam 11.226 hectares e pertenciam a Helena Churquia Mutran.

¹⁴ Osvaldo dos Reis Mutran ficou conhecido nos noticiários por ser acusado de matar uma criança de oito anos com um tiro na cabeça (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0612200217.htm>).

posseiros no sentido de entrarem e resistirem na terra, denunciavam as diversas formas de violências cometidas pelos latifundiários contra os trabalhadores rurais.

Além do apoio da Igreja e dos sindicatos, os camponeses-posseiros recebiam ajuda de pequenos comerciantes que lhes doavam remédios, alimentos e sementes e firmavam parcerias com comunidades rurais:

[...] quando tu ias plantar, porque eles não tinham terra, aí a gente inventou um sistema de empréstimo, que era o sistema deles, entre as comunidades de baixo emprestavam semente. Bom, claro que tinha comunidade como da Vila Santana que era no meio da Transamazônica, produção de arroz, que..., lá não tinha problema de terra, então eles emprestavam, *aí te empresto um saco de arroz pra plantar e tu me dá dois na colheita, era o sistema que eles utilizavam, acho que até hoje deve existir ainda.* Estou contanto essa história, mas se a gente vê porque que tem posseiro que tem PA hoje é por causa disso aqui que eu estou dizendo. (Emmanuel Wambergue, ex-dirigente da CPT de Marabá-Pará, 56 anos, em entrevista concedida em 24 jun. 2013, grifo nosso).

Ao longo das formações políticas nas CEBs e ocupações de terras, os camponeses-posseiros, agora sindicalizados, foram se formando como entes coletivos, comunidade, ou seja, um sentimento de união. Alguns dirigentes sindicais, mesmo quando conseguiam terras, continuavam a luta em prol da democratização desse meio de produção para os seus semelhantes, já que era a existência da comunidade/vizinhança que lhes garantiria a permanência no local, visto que diante das precariedades/violências enfrentadas, a ajuda mútua (denominada localmente de mutirões) era fundamental para a proteção, alimentação, assistência em relação a enfermidades etc., como bem retrata a fala abaixo:

(...) o que o senhor está fazendo com isso aqui, o senhor não tem terra? Ele [o sindicalista Almir Ferreira Barros] deu uma resposta que eu tenho certeza que o cara não entendeu, uma resposta bem de lavrador né? ***É, eu sei que eu tenho terra, mas o que adianta eu ter terra se eu não tenho vizinho?*** O cara não entendeu, militar, ele não entendeu, mas todo mundo

entendeu, eu entendi, eu sou camponês, eu entendi, eu sei o que que é ficar sem vizinho. Tu não és doido não, porque quem é que vai te levar na rede amanhã? Quem é que vai te dá um cartucho, porque não tem? (...) é veado que ele vai comer hoje, eu vou receber um pedaço, ou se é veado que eu vou comer, ele vai ganhar um pedaço. (Emmanuel Wambergue, ex-dirigente da CPT de Marabá-Pará, 61 anos, em entrevista concedida em 3 nov. 2018, grifo nosso)

Nesse processo, a experiência de luta camponesa-posseira sindical construiu alianças com outros sujeitos envolvidos nos conflitos fundiários, particularmente os indígenas, uma vez que era estratégia do Estado, particularmente dos grupos mais conservadores e ligados à mineração e à agropecuária, fragmentar a luta e criar cisões/disputas entre os diversos movimentos do campo. Entretanto, essas estratégias foram percebidas e coibidas, com a intenção de ampliar os coletivos de luta, como é relatado a seguir:

Era a posição do Almir [Ferreira Barros], bom era a minha também, a gente conversou lá na CPT e tudo, e a posição do Almir logo no início foi muito clara, “*terra de índio é terra de índio, terra de posseiro é terra de posseiro, e posseiro não entra em terra de índio*”. (Emmanuel Wambergue, ex-dirigente da CPT de Marabá-Pará, 61 anos, em entrevista concedida em 3 nov. 2018, grifo nosso)

Essas práticas dos movimentos camponeses-posseiros sindicalistas, como adverte Barreira (1992), comunicam os princípios norteadores da ação coletiva, embora existam movimentos distintos, há também convergências na compreensão de que seus direitos sociais precisam avançar para além do que está previsto na lei, pois os limites legais impostos destoam do conjunto das reivindicações e legitimidades construídas no seio das práticas e percepções sociais dos movimentos.

Essas disputas territoriais ocorreram principalmente entre 1976 e 1984, período correspondente ao momento de transição para a “Nova República”, que foi precedida por um *pacto político*, que configura igualmente um pacto de classes em 1984.

A ditadura civil-militar foi sustentada por uma articulação entre setores da burguesia, grandes proprietários do Sul e do Nordeste, a classe média, setores do sindicalismo pelego e os militares, mas entra em colapso ao final da década de 1970 em virtude dos conflitos entre esses segmentos do poder e o conjunto de conflitos e manifestações que surgem no campo e na cidade (greves, depredações, ocupações de terras), concorrendo para a proposição de outro pacto político que fundamentaria o governo democrático de 1985, que não deixou de ser conservador, considerando a ausência de representantes dos trabalhadores. Todavia, tentou realizar igualmente um *pacto social* com a cessação, por um período, das reivindicações sociais (MARTINS, 1986).

Nesse momento de transição para a democracia, foi criado o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (Mirad), já no primeiro governo civil-militar, em 1985, e teve início o 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que previa o assentamento de trabalhadores em áreas desapropriadas, colonização e regularização fundiária, além de propor a participação de representações dos trabalhadores, mas essas premissas foram contestadas pelos representantes dos proprietários de terra que se organizaram na época na União Democrática Ruralista (UDR) e alegavam a defesa extrema do direito de propriedade, proposta que se tornou vencedora.

No Sudeste Paraense, os camponeses-posseiros a partir de sua organização pelos sindicatos e a CPT forçaram o governo a criar assentamentos. Assim, o camponês-posseiro parecia sair de uma condição de “ocupação reprimida”, marcada pela violência dos donos de castanhais, para uma “ocupação consentida”, cujo Estado passava a deter a propriedade da terra e indicava desenvolver mecanismos de aquisição, redistribuição e controle sobre a terra, reconhecendo os anseios dos camponeses-posseiros (ACEVEDO MARIN; EMMI, 1997).

No entanto, isso aconteceu parcialmente, porque o Mirad/Incrá não atendeu a todos os pleitos dos sindicatos, em verdade, contribuiu para a satisfação dos interesses dos pretensos donos de castanhais, visto que a maioria das áreas pretendidas pelos camponeses-posseiros sindicalistas para

assentamento não foi legitimada, e sim aquelas indicadas pela oligarquia (ACEVEDO MARIN; EMMI, 1997), que efetivamente premiadas, pois no âmbito nacional estava no ministério responsável pela política fundiária o senador paraense Jader Barbalho que, por meio da Portaria Ministerial nº 450 de dezembro de 1988, transformou dez castanhais em projetos de assentamento (ASSIS, 2007).

Esse ministério acabou adquirindo 62 castanhais na área do “Polígono dos Castanhais” em 1987-1988 – Tabela 2 –, dos quais 44 pertenciam a componentes da família Mutran.

Para essa oligarquia, a venda se tornou um excelente negócio economicamente, uma vez que o valor das indenizações estava muito acima do valor das terras no mercado (ASSIS, 2007). No período posterior, correspondente aos anos de 1997 a 2001, foram criados mais 48 projetos de assentamentos, a partir da desapropriação de 89 castanhais, com uma área de 390.874,10 hectares.

A luta camponesa-posseira sindicalista a partir daí não findou, ao contrário, cresceu exponencialmente e se estabeleceu em duas frentes. A primeira continuava a ser pela reforma agrária, especialmente com a disputa que agora estabeleciam com novos sujeitos econômicos, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, que ao se implantar na região impôs limites para a criação de novos assentamentos pelo Estado, por ter interesses sobre o subsolo, além de disputar o território com aqueles há muito tempo instalados, principalmente a partir da década de 1980 (ACEVEDO MARIN; EMMI, 1997).

A segunda frente de batalha era a luta pela permanência no lote, especialmente a partir de 1987, período em que se criaram os primeiros projetos de assentamentos após o governo civil-militar, já que esses não proporcionavam uma segurança territorial aos assentados (antigos camponeses-posseiros) em decorrência das precariedades a que estavam submetidos, seja pela parca infraestrutura e ausência ou diminutos créditos, seja pela demora na titularidade de seus lotes que conferia insegurança quanto à permanência dos assentados no local, perante a ação de grileiros, fazendeiros e empresas. Assim sendo, o “ato de assentar torna-se transitório” (ACEVEDO MARIN; EMMI, 1997, p. 256).

A experiência de luta dos camponeses-possesores sindicalistas no jogo assimétrico das relações de poder que permeia e configura o território, desde os âmbitos jurídico, político e econômico até o cultural-simbólico (HAESBAERT, 2004), mostra o reconhecimento, por parte desses indivíduos, dos seus direitos e a necessidade de criar estratégias que lhes possibilitem a (re)tomada do seu território.

Sua geografia da resistência ainda hoje marca a região e se tornou base para a construção de movimentos sociais como o MST, que só conseguiu se territorializar a partir de alianças tecidas com os STTRs.¹⁵

Muito embora essa aliança com os sindicalistas tenha sido marcada por tensões, uma vez que no Primeiro Congresso do MST os sindicalistas paraenses não aceitaram a implantação do MST no Pará, pois suas estratégias divergiam daquelas praticadas pelos possesores, isso não representava o distanciamento deles em relação à questão fundiária regional (LEROY, 2000).

A divergência residia em uma experiência de luta anterior desenvolvida pelos camponeses-possesores sindicalistas, os quais ocupavam as áreas de mata, conquistando gradativamente a terra, ao passo que o MST propunha como forma de resistência o acampamento, o que não era muito bem compreendido pelos camponeses-possesores:

[...] o MST que tinha essa prática, que inclusive o povo no início não começou, para ocupar as áreas, nem chamavam de acampamento, não sabiam o que era, chamavam “ocupamento”, quantas vezes não escutei: “gente, não existe essa palavra!”. Mas é bem significativa: “ocupamento”; (Emmanuel Wambergue, ex-dirigente da CPT de Marabá-Pará, 69 anos, em entrevista concedida em 21 ago. 2014)

¹⁵ Segundo Rocha (2015), a formação do MST no Pará apresentou quatro momentos importantes. O primeiro foi entre 1984 e 1990, quando buscou apoio na CUT (Central Única dos Trabalhadores), em Belém, e tentou realizar sua primeira ocupação de terra no município de Conceição do Araguaia, porém sem êxito, em virtude do diminuto apoio regional e forte repressão dos latifundiários e da polícia. O segundo momento (1990-1996) marca uma aproximação inicial entre o MST e os camponeses-possesores sindicalistas, mas introduzindo outras estratégias de luta, que envolvia todo o núcleo familiar e o enfrentamento com o aparato institucional do Estado. O terceiro momento (1996-2000) refere-se à estadualização do MST, por meio da criação de vários escritórios políticos e da ocupação de terras em diversos municípios do Pará. No quarto momento (2000-2009), houve a consolidação de alianças com a CPT, partidos políticos de esquerda, movimentos relacionados aos povos e comunidades tradicionais e os STTRs.

Essas divergências apesar de permanentes foram gradativamente diluídas diante ao imperativo de desenvolverem ações conjuntas, ante a violência do latifúndio, das empresas mineradoras e do próprio Estado, além da necessidade de construção de pautas comuns em termos de políticas públicas que foram reivindicadas na década de 1990.

Essas alianças permitiram uma relativa reestruturação da geografia da área que outrora correspondeu ao “Polígono dos Castanhais”, mediante a presença marcante de diversos assentamentos e ocupações de fazendas implementadas pela luta posseira, por meio dos sindicatos, e do MST.

Atuação do sindicalismo rural no Sudeste Paraense a partir da ‘redemocratização’ nos anos 1990 e 2000

Nos anos subsequentes à conquista da terra pela criação de projetos de assentamento no Sudeste Paraense, o que ocorreu principalmente entre 1987 e 2001, os sindicalistas seguiram com uma nova pauta de reivindicação, ou seja, políticas públicas destinadas ao campo. Contudo, nesse novo contexto, conforme adverte Assis (2017), surgiram novos sujeitos coletivos, como o MST, cooperativas, associações, federações de centrais, que redefinem a posição sociopolítica dos sindicatos rurais regionalmente, cuja legitimidade é tensionada, mas igualmente fortalecida, em face da experiência de lutas concretas dos seus dirigentes sindicais.

Outra questão que se impôs aos sindicalistas foi como pensar as diferenças históricas e geográficas das realidades do estado do Pará, especialmente como elas seriam debatidas e incorporadas na esfera de uma Federação Estadual, a exemplo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA).

Nesse sentido, foi proposta a criação de Delegacias Regionais da Federação que teriam o papel de levar as demandas específicas de suas respectivas realidades, bem como assistir os sindicatos nas escalas locais, estadual e federal e, assim, implementar ações mais articuladas, o que não ocorreu plenamente, em função de divergências internas, da pressão dos latifundiários e das tentativas de tutela do Estado. Nesse cenário, observou-se que o “conjunto de

forças que ajudou a alçar a oposição sindical ao comando da Fetagri Estadual no final dos anos oitenta não tinha uma visão unificada de como prosseguir no processo organizativo e no fortalecimento do sindicalismo no estado” (ASSIS, 2017, p. 110).

Apesar do diagnóstico dos problemas provenientes de uma atuação distante das diferentes realidades, a Fetagri estadual não conseguiu colocar em prática ações concretas para saná-los, culminando com a emergência de iniciativas mais localizadas por parte dos sindicatos, que atuavam de acordo com suas especificidades, reivindicando a centralidade em políticas públicas relacionadas a produção, assistência técnica, infraestrutura, entre outras (ASSIS, 2017).

Em 1996, diante desse modelo descentralizado da Fetagri, foi realizado o seu III Congresso estadual, no qual se propôs ações mais regionalizadas, considerando as especificidades, já definidas pelos próprios sindicatos. Assim, no Oeste do Pará, os STTRs propuseram debates em torno de políticas públicas relacionadas a um modelo de assentamento que preservasse o patrimônio florestal; no Nordeste Paraense, centrou-se a discussão na recuperação de áreas degradadas, produção e comercialização; já no Sudeste Paraense a demanda era principalmente por acesso à terra, em decorrência do forte fluxo migratório e dos conflitos fundiários (ASSIS, 2017).

Nesse contexto, foram criadas dez regionais: Alto Tocantins, Bragantina, Baixo-Amazonas, Guajarina, Ilhas do Marajó, Salgado, Sul, Sudeste, Tocantina e Transamazônica, que juntas somavam 141 sindicatos. Atualmente, ainda permanecem dez regionais, contudo houve a supressão da regional Alto Tocantins e criada a BR-163, dessa feita, hoje, existem 143 sindicatos de base municipal, pois o único município que não possui associação sindical a uma regional da Fetagri-PA é o de Marituba – Tabela 3.

Tabela 3 – Regionais da Fetagri-PA e número de sindicatos, 2023

	Regionais da Fetagri	Nº de Municípios e sindicatos
1	Sudeste	21
2	Sul	15
3	BR-163	6
4	Transamazônica	10
5	Baixo Amazonas	13
6	Guajarina	8
7	Salgado	19
8	Tocantina	6
9	Bragantina	29
10	Ilhas do Marajó	16
	Total	143

Fonte: Fetagri-PA.

A Fetagri Regional Sudeste (FRS) foi composta inicialmente por 17 municípios, os quais foram estendidos para 21 no atual momento.

A regional do Sudeste, por ter um histórico de lutas sindicais empreendidas inicialmente pelos camponeses-posseiros e depois pelos demais imigrantes que vieram a partir da década de 1970, obteve um acúmulo de experiências em termos de formação política e de uma militância atuante, que se concentrava principalmente no município de Marabá.

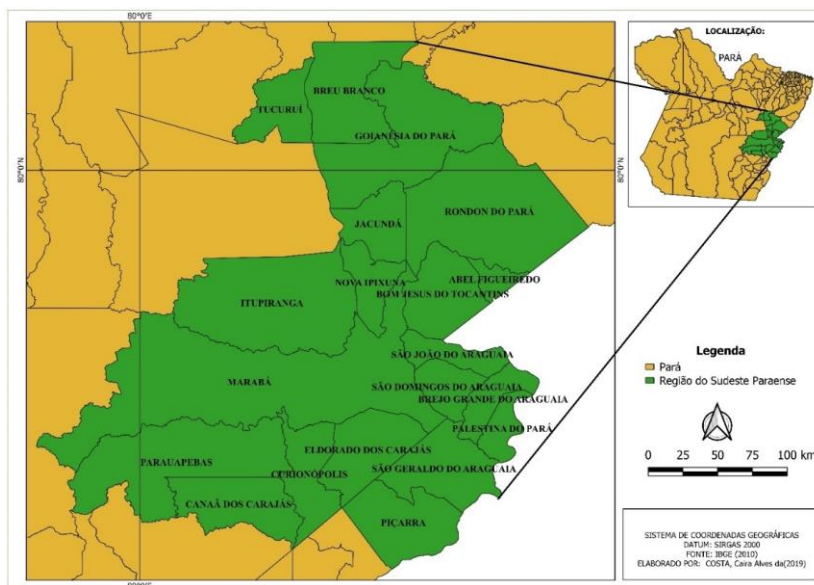
Por esse motivo, a Fetagri Regional Sudeste buscou desenvolver uma articulação com os sindicatos, considerados o seu alicerce, uma vez que são suas demandas que definem suas diretrizes de atuação, logo, a luta pela terra, em uma realidade extremamente conflituosa, continua a ser uma ação recorrente, além de buscar políticas públicas para os assentamentos existentes, conforme relata um dos representantes sindicais:

A Fetagri também entra nessa mesma linha de defesa dos trabalhadores. *É que o sindicato organiza os trabalhadores, pede*

a vistoria, pede a desapropriação e depois luta para a infraestrutura dentro dos assentamentos. A Fetagri acompanha os trabalhadores, o sindicato e, também, os trabalhadores, mas com outro viés (...), vamos dizer, tem uma coisa que a gente faz, o relatório todos os anos, junto ao nosso sindicato, o que a Fetagri vai trabalhar esse ano para defender a política dos trabalhadores, a gente faz um apanhado de tudo o que tu precisa no seu sindicato, faz um relatório, faz todo um aparato e traz e coloca na mão da Fetagri, seja infraestrutura, seja a escola, seja a estrada, seja a luz para todos, seja o crédito, aí o papel da Fetagri é sentar, vamos dizer, com a prefeitura, com o governo do estado, com o governo nacional, para que essas políticas cheguem até o trabalhador. Então o papel da Fetagri é representar politicamente os trabalhadores nessa questão da infraestrutura a partir da própria ocupação da terra, então até o assentamento. (Antônio Gomes, coordenador da Fetagri do Sudeste Paraense, 56 anos, em entrevista concedida em 20 jun. 2014 , grifo nosso)

Diante da necessidade de continuar a luta pela terra, os sindicatos da FRS (Figura 3) estabeleceram como estratégia a construção de alianças com outros movimentos que surgem na realidade do Sudeste Paraense, por esse motivo, tece articulações e ações conjuntas, por exemplo com o MST.

Figura 3 – Municípios da Regional Sudeste da Fetagri-Pará, 2023



Fonte: COSTA (2019).

De acordo com Assis (2007), isso decorre de uma abertura maior dos dirigentes sindicais a partir dos anos 1990, inicialmente da Fetagri Regional, que reconhecem as mútuas competências, diferenças e potencialidades entre MST e Fetagri, passando de um momento de *deslegitimação recíproca* – marcado pelo desentendimento e com negociações separadas – para um de *reconhecimento recíproco* – manifesto pelo reconhecimento das diferenças e das ações coletivas decorrentes da necessidade de se fortalecerem para enfrentar conjuntamente o Estado. Tal junção de interesses não significou a extinção das diferenças, mas possibilitou uma relação mais próxima para realizar embates nas arenas de disputa por políticas públicas, a partir, por exemplo, dos Grandes Acampamentos para reivindicar alterações e inclusões na Programação Operacional (PO) do Incra e conseguir conquistas importantes, no âmbito da criação de assentamentos, assistência técnica e educação do campo. Esses Grandes Acampamentos assumem uma particularidade regional, em consequência da grande extensão territorial, composta atualmente por 39 municípios, da elevada quantidade de agricultores envolvidos na ação, geralmente em torno de 10 mil pessoas, da diversidade das pautas de reivindicações, que variam entre políticas agrárias e agrícolas, assistência técnica, políticas sociais, infraestrutura e políticas específicas para mulheres e jovens agricultores, e da diversidade de sujeitos envolvidos, como STR, associações, cooperativas, federações, movimentos, agências de mediação, partidos políticos e entidades de representação de trabalhadores urbanos.

Acerca dessa estratégia de construção de alianças territoriais de luta pela terra, o representante da Fetagri fez o seguinte comentário:

A partir de 1997, quando a gente fez um acampamento de mais de 15 mil trabalhadores, na frente do INCRA, a partir daí a reforma agrária era muito aquém e a gente não sabia como agir, como entrar e como sair de uma questão de desapropriação na terra. A partir desse acampamento, juntamente com os nossos, alguns que já eram envolvidos na política, foram caçando brechas para que a gente pudesse entender a lei da reforma agrária. (...) Aqui na nossa região (...) era só a Fetagri, não é dizer que o MST não existia, estou falando que existia, mas em outros municípios e outros estados. Nessa época só existia aqui a Fetagri, depois

chegou o MST e agora a Fetraf [Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar], então são três movimentos que defendem os trabalhadores e quando é uma demanda muito grande, que a gente quer fazer um grande acampamento, é uma estratégia diferente, mas unimos os três movimentos e diz, no nosso ponto de vista, nós vamos lutar por isso, aí acampa trinta mil famílias, trabalhadores, em torno do Incra, reivindica a questão da prefeitura, do próprio INSS [Instituto Nacional de Seguro Social], da própria secretaria de agricultura, aí a gente reparte e ocupa, tira do acampamento e ocupa em todas as instâncias onde a gente pode reivindicar o direito dos trabalhadores, tanto é que já teve acampamento aqui que a gente fez o trem [Estrada de Ferro Carajás] parar e voltar de ré, porque não passava, com dez mil pessoas em cima da linha, o cara tem que tremer na base. (Antônio Gomes, coordenador da Fetagri do Sudeste Paraense, 56 anos, em entrevista concedida em 20 jun. 2014, grifo nosso)

Essa articulação é denominada *arco da aliança* pelas lideranças sindicais e de movimentos sociais, como o MST, e iniciou-se na segunda metade dos anos de 1990 e perdura até o presente momento.

O arco de aliança consiste em ações coletivas de maior envergadura: a) por demandar um contingente de pessoas maior, pois envolve um enfrentamento com sujeitos econômico-políticos de grande expressão como a Vale ou o próprio Estado; b) pelo fato de as manifestações pontuais não resultarem em soluções referentes às pautas requeridas; (c) pela morosidade no atendimento de determinadas pautas como cestas básicas para os acampamentos, infraestrutura (estrada, saúde, escola) crédito e extensão rural para os assentamentos e a desapropriação de terras ocupadas.

Para atingir seus objetivos, as organizações definem previamente uma programação e uma pauta conjunta entre MST e Fetagri, e, em alguns casos, com a Fetraf,¹⁶ e sua ação geralmente culmina em um grande acampamento no

¹⁶ A Fetraf no Sudeste Paraense surgiu no ano de 2007 a partir de uma dissidência da Fetagri-PA. Assim, a maior parte dos integrantes da Fetraf eram sindicalistas da Fetagri e, em menor proporção, militantes do MST, cujas experiências de luta coletiva social, de direção sindical e associativa foram incorporadas nas ações dessa nova federação, particularmente na ocupação de terras, organização de projetos de assentamentos e proposição/execução de políticas públicas. Essa separação ocorreu em virtude de as demandas não terem uma vinculação direta a partidos políticos de esquerda e com a CPT e poderem ser negociadas de maneira mais autônoma com as instituições públicas e empresas, a exemplo da Vale. Contudo, desenvolve ações reivindicatórias conjuntas quando envolvem pautas mais complexas e que demandam negociações coletivas em torno da temática da reforma agrária, de financiamentos relativos à produção e à comercialização, extensão rural, educação do campo e cooperativismo (Informações obtidas por meio de entrevista realizada com o coordenador estadual da Fetraf-PA, em 17 de março de 2015).

Incra que perdura por vários dias; paralelamente, realizam bloqueios de estradas, caminhadas, manifestações em outros órgãos públicos e privados, mas a concentração principal fica no Incra.

Para que o arco da aliança não resulte em conflitos internos, pactuam-se alguns pontos, primordialmente no que tange aos recursos para os assentamentos, pois em termos numéricos há uma quantidade maior de PAs organizados pela Fetagri, seguida pela Fetraf e, em menor número, pelo MST, apesar de, muitas vezes, as mobilizações apresentarem um contingente maior de pessoas do MST. Isso pode levar ao questionamento sobre qual organização sindical ou movimento social irá ficar com a maior parte do investimento conseguido pela ação, pois o Incra delega a responsabilidade de divisão para aqueles sujeitos, como forma de criar uma cisão, na interpretação de uma das lideranças do MST:

[...] a gente fala assim, arco da aliança compreende alguns pactos antes da luta, por que senão tu já tens também a... ou, se vai ser em partes iguais, a gente fala, vamos fazer divisão em partes iguais, por que vai ser diferente? Pela quantidade? Assim, a quantidade de assentamentos, mas também a gente tem território que dá quase cinco assentamentos como a 17 de abril, Palmares, são assentamentos grandes que compreendem um território maior do que se tu juntar dela [Fetagri] e do outro [Fetraf], de outras áreas, aí essas coisas sempre acontecem, parece uma disputa mesquinha, mas é a forma como o Estado se relaciona, dialoga com os movimentos e depois coloca um contra o outro e fragmenta a luta, então esse tal do arco da aliança é com quem mais, com quem tu se junta, para que tu vai se juntar e depois se houver conquistas como que a gente divide. (Maria Raimunda César de Sousa, dirigente do MST e professora, 42 anos, em entrevista concedida em 12 jul. 2016, grifo nosso)

Muitas dessas ações são assistidas pela CPT ou são encampadas por ela, especialmente, nos momentos de manifestações.

Em face da permanência da questão agrária que envolve a reforma agrária e políticas públicas adequadas aos assentamentos rurais, os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais permanecem na luta cotidiana com vistas a fortalecer o campesinato amazônico e o seu território.

Conclusões

O processo de expropriação da terra no Sudeste Paraense tem sua intensificação mediante a monopolização territorial empreendida por agentes hegemônicos atrelados à economia extrativa, inicialmente da exploração da castanha-do-pará e, em seguida, de produtos minerais (ferro, manganês, níquel, ouro, entre outros) e, também, da agropecuária.

O período de exploração da castanha para venda no mercado internacional imprimiu algumas mudanças na região, dado que negou o direito de acesso dos castanhais aos povos e comunidades tradicionais que utilizavam o produto para alimentação e comercialização. E a partir dos “aforamentos perpétuos” realizou-se um cercamento, ou seja, uma apropriação privada das áreas florestais de incidência dos castanhais, avançando sobre territórios indígenas e de camponeses-posseiros, promovendo a concentração de terras e o estabelecimento de relações de trabalho, com base no aviamento, uma espécie de escravidão por dívidas, instaurando relações não capitalistas de produção (MARTINS, 2010), próprias do período de acumulação primitiva do capital (MARX, 2002), que ainda hoje são visíveis como parte das engrenagens da reprodução capitalista moderna, diante da sustentação de uma acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), materializada especialmente nas atividades agropecuárias desenvolvidas nas fazendas da realidade pesquisada (MIRANDA, 2019).

Essas atividades agropecuárias e minerais implantadas a partir do projeto de modernização da Amazônia, no governo civil-militar, ampliaram a concentração fundiária na região, em face do aprofundamento da desterritorialização promovida em relação aos indígenas e aos camponeses-posseiros, com a intenção de se implantar os grandes projetos e suas infraestruturas (rodovias, hidrelétricas, portos e sistemas de telecomunicações), que “rasgaram” os territórios tradicionais existentes, implodindo essas formas de vida e negando outros meios de existência e de usos da natureza que não fossem aqueles alinhados à dinâmica capitalista que a tudo visa transformar em mercadoria.

Contudo, a ação hegemônica do capital não se realizou em um “espaço vazio”, como discursava os militares, ao contrário, uma forte resistência foi imposta por diversos sujeitos, impactando esses projetos econômicos, pois, como asseverou Martins (1993, p. 64), “o processo não é unilateral. Há uma reciprocidade de consequências, o que não quer dizer equidade. Os grupos vitimados por esses programas lançam neles contradições, tensões, desafios”.

Nessa multiplicidade de re-existências (HURTADO; PORTO-GONÇALVES, 2022) se destacou no artigo a presença marcante dos camponeses-posseiros na luta pela retomada de seus territórios, e, para esse fim, auxiliados pela CPT, realizaram processos formativos para a criação de representações políticas e de militância, que foi fundamental para a reocupação/fundação dos sindicatos, outrora cooptados pelo governo civil-militar e ao estabelecimento da pauta da reforma agrária, a qual foi colocada em prática pela ação sindical de ocupação dos antigos castanhais, transformados na década de 1970 em fazendas, mas que correspondiam a terras da União ou do estado paraense, adquiridas por meios irregulares.

Essas ocupações ocorreram a partir dos anos 1980 e enfrentaram muita violência do latifúndio, que foi fortalecido pela inserção do capital internacional, então, grandes empresas globais passaram a atuar na área, como a Vale S.A., tornando a luta ainda mais árdua e complexa. No entanto, surgiram outros movimentos de luta pela terra, a exemplo do MST e a Fetraf, que se nutriram das experiências dos camponeses-posseiros sindicalistas existentes para iniciarem seus trabalhos e, ao mesmo tempo, traçarem ações conjuntas contra os agentes hegemônicos do capital, tecendo alianças territoriais para viabilizarem o projeto de reforma agrária, o qual se apresenta em constante transformação, tensionamento, contradição e disputa, demonstrando que a sua efetivação ainda está em suspensão, mas não esquecida. Nesse processo, o sindicalismo rural regional e nacional contribui de forma significativa para o fortalecimento de políticas públicas que possam dar voz cada vez mais a essas sociedades que por muito tempo foram marginalizadas e silenciadas pelo Estado e grupos empresariais hegemônicos.

Agradecimentos

O artigo é resultado parcial da tese de doutorado defendida na USP em 2017 e de pesquisas desenvolvidas nos anos subsequentes, nas quais foram de fundamental importância a dialogia tecida com antigos dirigentes sindicais do Sudeste Paraense, especialmente Emmanuel Wambergue, carinhosamente conhecido como Manu, e Antônio Gomes, popularmente reconhecido como Pipira, que, com outras tantas resistências igualmente relevantes, contribuíram em momentos diferentes e de maneiras diversas (entrevistas, conversas, solidariedade e histórias de vida) com a construção deste trabalho.

Referências

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. *In: SITREAMA*, 1., Belém, 2002. *Anais...* Belém, não paginado, cópia impressa.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; EMMI, Marília Ferreira. De posseiros a assentados: a precariedade das ações fundiárias no sudeste do Pará. *In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia (Orgs.). Dez anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 251-274.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O GETAT e a arrecadação de áreas rurais como terra devoluta*. Belém: IDESP, 1985. p. 1-32.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. GETAT – Segurança nacional e o revigoramento do poder regional. *Reforma Agrária (Boletim da Abra)*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 24-41, 1981.
- ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense*. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/tede/684>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BARROS, Maria Vitória Martins. *A zona castanheira do médio Tocantins e vale do Itacaiúnas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia*. Marabá (PA). 1992. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1992.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

- BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os Círculos Operários. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, p. 127-147, 1997.
- BENTES, Rosineide; EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Acevedo. Os cemitérios das castanheiras do Tocantins. *Pará desenvolvimento*, Belém, v. 23, n. 1, p. 18-24, 1988.
- BRITO, Daniel C. *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- COELHO, Maria Célia Nunes *et al.* Impactos ambientais da Estrada de Ferro Carajás no Sudeste do Pará. In: TEIXEIRA, João Batista Guimarães (Org.). *Carajás: geologia e ocupação humana*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. p. 405-470.
- COELHO, Maria Célia Nunes. A CVRD e o processo de (re)estruturação e mudança na área de Carajás (Pará). In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia (Orgs.). *Dez anos de Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 51-78.
- COELHO, Maria Célia Nunes. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Orgs.). *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-112.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- COSTA, Caira Alves da. *Memória e geografia da luta pela terra no sudeste do Pará: construção da trajetória de vida de seu Almir Ferreira Barros*. 2019. 110 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Geografia) –Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019.
- DIAS, Catarina V. Aspectos geográficos do comércio da castanha no médio Tocantins. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXI, n. 4, p. 517-531, 1959.
- DA MATTA, Roberto; LARAIA, Roque de Barros. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. Belém: UFPA/NAEA, 2002. p. 1-25.
- EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; BENTES, Rosineide. Polígono castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. *Revista Pará Agrário*, Belém, v. 1, p. 12-24, 1987.

- EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará*. Belém: UFPA/NAEA, 1996. p.1-19.
- GUERRA, Armando Dinis. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste paraense*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- GUERRA, Armando Dinis. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009. p. 117-137.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Editora, 2004.
- HÉBETTE, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 54-77.
- HÉBETTE, Jean. A ocupação humana recente na microrregião de Marabá. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. p. 63- 71.
- HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros. *Travessia – Revista do Migrante*, p. 15-18, 1989.
- HURTADO, Lina Maria; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Resistir y re-existir. *GEOgraphia*, v. 24, n. 53, p. 1-10, 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Catálogo Brasileiro de Entidades Sindicais Rurais* (versão preliminar). Rio de Janeiro: FIBGE, 1988.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sindicatos: indicadores sociais*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1989.
- LEROY, Jean-Pierre. Da fronteira sem lei nem direitos a uma democracia em construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA/CAT, 2000. p. 3-25.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

- MARTINS, José de Souza. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: CPT – Comissão Pastoral da Terra. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. p.195-229.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MIRANDA, Rogério Rego. O agronegócio no Sudeste Paraense e as relações de trabalho. *Geoaraguaia*, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 85-104, 2019.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1987.
- ROCHA André Carlos. *O MST e a luta pela terra no Pará*. Pará: Iguana, 2015.
- SAUER, Sergio *et al.* (Orgs.). *Comissão Camponesa da Verdade*. Relatório Final: violações de direitos no campo 1946 a 1988. Brasília: DEX-UnB, 2015.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- SILVA, Luiz de Oliveira. *Atores na construção de um território: uma análise dos perfis dos assentados do Projeto de Assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-Pará*. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2015. Disponível em: <https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/LUIZSILVA.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- SUZUKI, Júlio César. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 213-223.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. *Contag: 1963-2023 – ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VELHO, Otávio Guilherme. Marabá, régua e compasso. *Humanitas*, Belém, v. 23, p. 13-31, 2007.

VIDAL, Lux Boelitz. A questão indígena. *In*: GONÇALVES JR., José Maria (Org.). *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. Brasília: CNPq, 1986. p. 222-264.

Como citar

MIRANDA, Rogério Rego. A organização da luta pela terra no Sudeste Paraense a partir dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331213, 27 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_13.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag


Caminhos para chegar a terra: a atuação do STTR e MST na Ocupação da Fazenda Cipó Cortado em João Lisboa-MA

Pathways to reach land: the activities of STTR and MST in occupying the Cipó Cortado Farm in João Lisboa, Maranhão

 **Verônica Viana da Fonseca**¹

 **Maciel Cover**²

 **Marcelo Sampaio Carneiro**³

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_14

Resumo: Os movimentos sociais do campo apresentam-se como protagonistas na luta pela terra e cidadania na Região Tocantina, no sudoeste do Maranhão. O caso da ocupação da fazenda Cipó Cortado é um conflito fundiário que se estende por décadas. Este artigo é resultado de uma análise multidisciplinar sócio-histórica. Utilizou-se da metodologia da História Oral, ancorada na bibliografia correlata e no levantamento de dados em arquivos e, com base na noção de repertórios de ação, descreveu como a demanda social por terra e as reivindicações por um lugar (lote) para viver, morar e

¹ Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: veronica.fonseca@discente.ufma.br.

² Professor adjunto da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Professor adjunto da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pós-doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFMA). E-mail: maciel.cover@ufma.br.

³ Professor Titular do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estágio de pós-doutorado na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França). E-mail: marcelo.sampaio@ufma.br.

trabalhar ocorreram no local pesquisado. Ademais, o artigo mostra que a ocupação de terras foi um repertório utilizado tanto pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra – MST como pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de João Lisboa-MA.

Palavras-chave: Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; conflitos agrários.

Abstract: Rural social movements take a leading role in the struggle for land and citizenship in the Tocantina region of southwestern Maranhão. The occupation of the Cipó Cortado Farm is one case of land conflict that has lasted for decades. This article is the result of a multidisciplinary socio-historical analysis that utilized oral history based on the related bibliography and data collected from archives; using the notion of action repertoires, it describes how the social demand for land and the need for places to live and work arose in the studied location. It also shows that land occupation was used by both the Landless Rural Workers Movement (MST) and the Rural Workers Union of João Lisboa-MA (STTR).

Keywords: Union of Rural Workers; Landless Workers Movement; agrarian conflicts.

Introdução

Neste artigo, apresentam-se os resultados de uma pesquisa sobre o processo de luta pela terra da fazenda Cipó Cortado, localizada no município de João Lisboa, Maranhão. Com base na Teoria do Processo Político, utilizando-se da metodologia história oral, relacionando com dados dos arquivos do Incra e a bibliografia correlata, foi possível construir um mosaico deste conflito fundiário, baseado nas trajetórias dos seus personagens, nas suas múltiplas relações e assim conectar elementos que formam o contexto histórico da ocupação e conquista daquele imóvel. Neste artigo, são apresentados os antecedentes históricos das disputas por estas terras, o processo de ocupação pelos movimentos sociais do campo, destacando o papel do STTR de João

Lisboa e do MST, focalizando nas categorias repertório e oportunidade política. De acordo com a Teoria do Processo Político:

O confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Eles agem através de repertórios de confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social. (TARROW, 2009, p. 17)

A preparação, organização e a manutenção das formas de lutas nos confrontos políticos, através de repertórios, é papel dos movimentos sociais, sempre atentos às oportunidades e restrições políticas. O uso desta teoria possibilita olhar para um conflito agrário que mobiliza pessoas comuns, autoridades, elites, e que no processo de disputa vão aprendendo diferentes táticas para alcançar suas pautas.

Vale ressaltar, ainda, a importância das redes de movimentos sociais. Seja em âmbito nacional ou transnacional, os movimentos sociais se organizam em redes de apoio e solidariedade, sejam com recursos financeiros, seja na sensibilização de atores políticos e da sociedade de maneira geral. No caso específico analisado neste artigo,⁴ tanto o STTR de João Lisboa quanto o MST são movimentos organizados em redes de atuação e solidariedade. O STTR é ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetaema, vinculada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag. O MST se organiza por estado da Federação, e por sua vez integra o movimento Via Campesina, que é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de diversas partes do mundo.

A partir da década de 1960, os sindicatos de trabalhadores rurais se organizaram por todo o país, articulados com a Confederação de Trabalhadores na Agricultura – Contag. O STTR de João Lisboa foi fundado em 19 de dezembro

⁴ O artigo é resultado da pesquisa para a dissertação de mestrado *Arroz deu cacho e o feijão florido: repertórios dos movimentos sociais do campo na ocupação da Fazenda Cipó Cortado*, que foi defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) de Imperatriz-MA, orientada pelo professor Maciel Cover (FURG) e coorientada pelo professor Marcelo Sampaio Carneiro (UFMA).

de 1971, objetivando organizar os trabalhadores rurais, assalariados rurais e trabalhadores sem-terra em busca de seus direitos, como a terra para produzir e aposentadoria rural. Já o MST chegou na Região Tocantina em meados da década de 1980, quando fez as primeiras ocupações de terras, no município de Imperatriz.

Quanto à problemática proposta neste artigo, buscou-se responder à questão central: quais os repertórios, táticas e performances presentes nas lutas dos movimentos sociais do campo na disputa pelas terras da fazenda Cipó Cortado? Entre os objetivos específicos, estão: caracterizar identidades, opositores e finalidade nos movimentos sociais do campo na ocupação da fazenda Cipó Cortado; investigar as relações, oportunidades políticas e ameaças entre os movimentos sociais do campo, a reação dos pretensos proprietários de terra e o papel desempenhado pelo Estado; e identificar a dimensão simbólica presente nas ações dos camponeses.

A história oral foi a escolha metodológica para pesquisar os repertórios dos movimentos sociais na ocupação da Cipó Cortado, porque possibilita que seja contada a história de pessoas simples, com suas vidas permeadas pela oralidade, que guardam na memória suas trajetórias. Ou seja, “as fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). As elites têm suas histórias documentadas, escritas, então, os registros da história oral são uma ferramenta que preserva memórias, percepções e vozes de indivíduos e grupos em todos os níveis e em todas as atividades. Contar a história desde baixo, pela perspectiva daqueles e daquelas que, regularmente, não são considerados.

Na pesquisa de campo, foi realizada roda de conversa em um primeiro momento e depois foram realizadas entrevistas semiestruturadas. No texto, os interlocutores foram nomeados com nomes de árvores da região, não revelando sua identidade, por conta da sua segurança.

Portanto, a pesquisa buscou dialogar, em certa medida, com os estudos já realizados sobre os movimentos sociais do campo sob a ótica dos repertórios. E o propósito central é contribuir, por intermédio da academia, com a caracterização dos repertórios presentes nos movimentos sociais do campo da

Região Tocantina,⁵ na ocupação da fazenda Cipó Cortado, evidenciando o protagonismo dos atores sociais que desenvolvem lutas coletivas no plano local, mas que estão articuladas com mobilizações nacionais, no caso, a mobilização pela reforma agrária. E, desta forma, permitir que seja sistematizado e publicado o arcabouço das memórias, vivências e representações dos conflitos sociais que marcam a disputa pela justiça social nesta região da fronteira maranhense.

O artigo está organizado em quatro seções: na primeira, apresenta-se brevemente a fazenda Cipó Cortado. Na segunda, enfocam-se os antecedentes históricos da disputa pelas referidas terras. Na terceira, relata-se a ocupação da fazenda. Na quarta, reserva-se um espaço para olhar a oportunidade política que possibilitou a conquista da terra. E, por último, as considerações finais.

Apresentação do imóvel Cipó Cortado

O imóvel Cipó Cortado é uma fazenda ocupada por famílias de trabalhadores rurais sem-terra, ligadas a duas organizações de movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e o Sindicato Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de João Lisboa-MA, portanto, sua ocupação foi organizada a partir de processos distintos, realizados sob a coordenação do MST e do Sindicato. As histórias dessa luta pela terra apresentam pontos em comum, e também muitos outros que se diferenciam, que dizem respeito à forma como cada movimento social utiliza-se de táticas diferentes na luta pela terra. Na parte ocupada pelo MST, já foi criado o Projeto de Assentamento Cipó Cortado, e a maioria das famílias já foi regularizada pelo Incra. Na parte do Sindicato, as famílias estão ocupando e produzindo nos lotes, no entanto, ainda não foram regularizadas e não foi criado o Projeto de Assentamento.

O nome Cipó Cortado dado ao imóvel, conforme informado por um dos entrevistados, o Sr. Cosmo Rodrigues, presidente do STTR de João Lisboa-MA,

⁵ A Região Tocantina é composta pelos municípios de: Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene, e tem sido palco de inúmeros conflitos agrários. Esses conflitos são motivados por disputas que envolvem trabalhadores rurais sem-terra, fazendeiros, grileiros, latifundiários, grandes empresas do agronegócio, indígenas, extrativistas, cuja origem remontam ao processo de ocupação da região (ASSELIN, 2009).

surgiu por causa do assassinato de 12 famílias de pequenos agricultores, que residiam no local, em 1975, que teriam apanhado muito de cipó, antes da execução.

Quanto à localização geográfica, a fazenda Cipó Cortado fica situada no município de João Lisboa-MA, com uma área de 7.206,7860 hectares, encravada na Gleba da União Federal Boca da Mata Barreirão. Com a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins, Getat, em 1980, parte dessa Gleba foi titulada em nome de pessoas físicas, porém, a fazenda Cipó Cortado não teve a titulação concluída. Visto que, não ocorreu uma ação eficiente do Estado na destinação das terras desta região, abriu-se espaço para uma série de conflitos, inclusive a disputa pelas terras daquela fazenda.

Disputa pelas terras da fazenda Cipó Cortado: antecedentes históricos

A origem da fazenda Cipó Cortado vem de uma posse do fazendeiro José Paes Leme Martins, que foi o primeiro que quis se apropriar daquelas terras. Fez em 1981 uma proposta de permuta ao Getat com uma área que ele possuía no imóvel denominado loteamento Itaipava, lote 159, localizado em Xinguara-PA. O pleito foi negado pela direção do Getat. Mesmo assim, Martins continuou adquirindo posses na área em questão, chegando a dominar aproximadamente 8.000,0000 hectares, e assim expropriando famílias camponesas (posseiros) que foram expulsas e deixadas à própria sorte. Conforme a Nota Técnica do Incra, formalizada pelo Ofício UA/IPZ nº 6/2011, de 28 de junho de 2011, assinada pelo então chefe da Unidade, José R. Redondo de Sousa:

Os réus começaram a comprar posses dentro da área da União, mais precisamente na Gleba Boca da Mata / Barreirão, e com isso, insistiram na PERMUTA. Desse modo, é muito fácil entender a malícia dos réus, eles entregam uma terra no Estado do Pará, totalmente invadidas e querem em retribuição terras férteis no Maranhão adquirido por meio de invasão e coação dirigidas aos pequenos agricultores que foram expulsos pela ação maldosa e pecaminosa do CAPITAL. Agiram assim de MÁ-FÉ. (INCRA, 2011)

O Sr. Martins, verificando que as terras pertenciam ao Getat e que não havia mais condições de conseguir o título daquela área, pelas dimensões e por já ter sido titulada anteriormente, as vendeu de forma irregular e sem anuência dos órgãos fundiários, para vários fazendeiros da região. Entre eles Ambrosino Fideles de Carvalho, vulgo “Mineiro”, que mais tarde, percebendo que também não seria titulado em função de possuir imóveis, vendeu-as a terceiros. O loteamento de grandes áreas em lotes menores tem sido uma prática constante de ocupantes irregulares de áreas públicas da União, dos “grileiros”, assim conseguindo driblar os órgãos fundiários, obtendo, então, a regularização.

Aqui se confirma a tese que a fronteira agrícola não se encontra vazia, mas ocupada por pequenos agricultores que exploram a terra, mas não adquiriram o documento legal de propriedade, o título definitivo da área.

Bezerra (2018), sobre a gleba Boca da Mata / Barreirão, aponta que foi grande a surpresa dele ao observar que ocorreu uma mudança radical da década de 1980 para os anos 2000, quanto à dinâmica populacional e à econômica naquela região, havendo um esvaziamento por conta de um processo de expropriação camponesa:

[...] toda a movimentação de camponeses, a produção, as filas de caminhões transportando tudo o que era produzido na região pela década de 1980... Tudo havia desaparecido. Saltava ao pensamento: que fenômeno teria sido aquele? Eles, os camponeses, eram milhares por aquele tempo; no ano 2000 já eram tão poucos, e, agora, no presente, são menos ainda. Que fatores, naquela época, haviam causado tamanho deslocamento desses migrantes? Grande parte dos estudos sociológicos, antropológicos, econômicos e da geografia humana, e mesmo da história de um determinado período, aponta para a expropriação. (p. 25)

Em conversas informais, com alguns moradores do assentamento, eles narraram que, antes da ocupação da fazenda pelo Sr. Mineiro, já existiam camponeses na área, que residiam em casas próximas a um local chamado pé de caju, e que foram expulsos ou mesmo mortos, ninguém sabe ao certo. Entretanto, é do conhecimento de muita gente que na região existe um poço próximo ao pé de caju, onde as pessoas assassinadas teriam sido jogadas. E que

o Sr. Mineiro só conseguiu manter a posse daquelas terras por força da violência, dos serviços prestados pelo grupo do famoso Zé Bonfim. Zé Bonfim é conhecido como um dos mais temidos pistoleiros da Região Tocantina, que atuou com grupos armados na expulsão de camponeses das terras a mando de fazendeiros; ele tinha a função de fazer a “limpeza da área”.

Segundo Bezerra, esse pistoleiro atuou na expropriação de camponeses que moravam na gleba Boca da Mata/Barreirão, na década de 1970, como mostra o excerto de uma denúncia contra a atuação de José Bonfim encaminhada ao Ministério Público em Imperatriz:

Diz que quando ali chegou ouviu falar que a terra ali tinha dono, mas nunca tido oportunidade de ser importunado por alguém. Como tem conhecimento de lavradores que ali habitam e trabalham há mais de dez anos, que não conheciam se tinha algum dono a referida terra. Fez sua roça e ano passado tinha já colhido o arroz. Faltava ainda colher três linha de mandioca, meia linha de bananas, quatro linha de milho, bastante cana de açúcar. Porém está agora corrido por José Bonfim, filho de Clodomir Bonfim, sem poder colher sua mandioca, macaxeira e outros gêneros, tendo vindo se esconder nesta cidade, porque está ameaçado de morte se aparecer lá nas matas. O José Bonfim tem contrato com o Gilson filho de um Sr. Ariston, Baiano que diz ser o dono da terra, para que o mesmo retire dali os lavradores. Que o José Bonfim está esperando o pagamento de Cr\$ 15.000,00 para poder tirar todos os lavradores até o fim do mês, pois terão que sair debaixo de “Taca” e bala. O reclamante ia brocar sua roça deste ano, mais foi impedido de fazê-la pelo filho do Bonfim. O reclamante veio a esta cidade a procura de amparo da lei, mas não encontrou (MINISTÉRIO PÚBLICO, Comarca de Imperatriz-MA. Arquivo Morto. Março 1968/1973). (2018, p. 168)

Seguindo esta pista, na leitura da biografia escrita por Livaldo Fregona (1999) sobre Zé Bonfim, no Capítulo 12, intitulado “Fazenda Cipó Cortado”, ele narra que, em 1975, Zé Bonfim foi procurado por dois homens: “Rubens, gerente da fazenda Cipó Cortado, na região do Pindaré; e um outro, de nome Itamar Lourenço Ribeiro, que era um advogado que trabalhava para o grupo que se dizia proprietário da fazenda Alvorada, contígua à fazenda Cipó Cortado”

(FREGONA, 1999, p. 19). Zé Bonfim conta que foi contratado para fazer um desmate de 100 alqueires das suas terras, contudo, “de repente, estava envolvido na maior confusão do mundo”. Pois ocorreu resistência dos posseiros que ali viviam e ele e seus comparsas mataram e balearam alguns. O episódio teve grande repercussão na época e Zé Bonfim foi se esconder em Goiânia, depois seguiu para outras missões, ligadas à pistolagem.

No livro *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*, de Victor Asselin (2009, p. 149), ele descreve como foi o episódio que Zé Bonfim narra em sua biografia:

A 23 de maio de 1975 foram feitas seis vítimas na Fazenda Alvorada, área grilada pelo advogado Itamar Lourenço Ribeiro, de Goiânia. O massacre foi por vingança. Em abril do mesmo ano haviam sido assassinados, naquela fazenda, o administrador Marco Antônio e o motorista Júlio de tal. Então, um bando de jagunços que contava, ao que se diz, 11 integrantes, foi até o lugar Cipó Cortado, na fazenda Alvorada, e matou a tiros cinco posseiros e feriu uma mulher na perna. O próprio Itamar contou esses fatos a amigos seus de Goiânia. Os criminosos apoderaram-se dos cadáveres das vítimas para que não fossem sepultados, servindo de exemplo àqueles que fossem contrários aos seus “direitos”.

A nota técnica do Incra, Ofício UA/IPZ nº 6/2011, de 28 de junho de 2011, cita o seguinte trecho sobre os ocupantes, grileiros: “Os réus vêm turbando a posse do autor (Incra) desde fevereiro de 1985, quando invadiram e promoveram ali todo tipo de arbitrariedade” em desfavor das famílias sem-terra. Daí se depreende que era uma situação extrema de violência e desmando.

A partir de depoimentos coletados na pesquisa de campo, pode-se ter pistas para compreender como ocorreu o processo de formação das pastagens e das benfeitorias da fazenda Cipó Cortado, pois as terras teriam sido “gramadas”,⁶ graças a arrendamentos para posseiros expropriados. Segundo os depoimentos, o acordo consistia em cultivar culturas temporárias, como arroz, feijão e milho e já plantar a semente de capim junto para deixar a pastagem formada, e aquele que não conseguisse era punido. A prática de arrendamento era comum na

⁶ Áreas gramadas são as áreas de plantação de capim para a produção agropecuária.

região, os trabalhadores expropriados, sem-terra, se valiam desses “contratos informais” para adquirir itens de subsistência. Conforme os relatos a seguir:

Rapaz, dá um romance (risos), é... na verdade, o que me trouxe aqui mais foi, assim, tipo, eu me senti humilhado... por, por os proprietários de terra, né, que a gente trabalhava na terra dele, aí quando ia colher não colhia o legume todo, porque tinha aquela humilhação, tinha que botar o gado pra comer... e... tinha que pagar uma renda caro... e tudo o que a gente fazia... se resultava em nada. Aí a gente tinha o desejo, né, de conseguir um pedaço de terra, mas não podia comprar. (MACAÚBA, 2022)

Terra de outra pessoa, alugado, dizer que nem o companheiro, alugado, quando a gente trabalhava lá a gente plantava a roça, a gente plantava arroz já junto com a semente do capim, aí meu amigo, quem nasce primeiro é a semente, a gente não podia cortar porque se cortasse, o cara, o fazendeiro vinha como exclusive, ou como o companheiro citou, a gente quando ia colher o arroz, tinha que colher quase verde, porque ele queria botar o gado porque o capim já tava por cima. (BURITI, 2022)

Durante as entrevistas, ouvindo as histórias de vida e trajetórias dos interlocutores, verifica-se pontos em comum, pois grande parte deles afirmou ser agricultor, desde sempre, mas que trabalhava nas terras de outros, em situações degradantes. Martins (1981) explica esse processo no livro *Os camponeses e a política no Brasil: os camponeses arrendatários trabalham em terras alheias, em uma situação de exploração*. Nessa relação de exploração, além de pagar o “fôro” eles deixam a pastagem formada para os fazendeiros, em processo de apropriação da renda da terra em trabalho. Martins (1982) fez o seguinte comentário sobre o processo de expropriação:

A violência que geralmente acompanha a expropriação não é o seu aspecto principal. O principal é que a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. (p. 54)

Observa-se que a expansão do capital por meio da expropriação é um processo contínuo, desempenhando papel permanente na acumulação do capital e dominação e exclusão dos grupos subalternos. Na Cipó Cortado

existiu, inicialmente, um processo de expropriação camponesa, com a expulsão desses trabalhadores de suas posses e, depois, um processo de exploração, mediante a utilização de trabalhadores arrendatários, que pagavam o “fôro” e ainda deixavam a pastagem formada para o pretense proprietário.

A ocupação da fazenda na década de 2000: ‘Se for para conversar a gente conversa, mas se for para brigar, a gente briga’

Nos trabalhos de Lygia Sigaud (2000), sobre o movimento de ocupações realizado por trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco, encontramos reflexões sobre as ocupações e acampamentos, na década de 1990. Ao montar sua barraca, o trabalhador diz ao Incra que quer a terra, a bandeira caracteriza o movimento ao qual pertence, e o próprio Incra contabiliza os acampados para fins de cadastro e demanda por Reforma Agrária; os demais acampados irão reconhecê-lo como alguém que quer a terra. A barraca legitima a pretensão de obtenção da terra, ou seja, é a prova do interesse em ser contemplado pela redistribuição das terras.

Loera (2010) descreve como se dá o processo de acampamento, o significado para instituições e agentes, assim como o reconhecimento e o objetivo, conforme a seguir:

No mundo das ocupações de terra, aqueles que participam pela primeira vez de uma ocupação e subsequentemente de um acampamento, devem seguir uma etiqueta particular: montar um barraco e se instalar “debaixo da lona”. Essa é a forma apropriada de proceder e de “dizer” que se quer terra e que se “pertence” a determinado acampamento. Essa linguagem é entendida e compartilhada pelos trabalhadores rurais, pelos militantes dos movimentos e pelos representantes do Estado encarregados das desapropriações de terras. O barraco de lona preta se torna então, uma espécie de inscrição, sinaliza a participação num acampamento e é uma forma de marcar a entrada no mundo das ocupações de terra. (p. 38)

No intuito de realizar a ocupação da fazenda Cipó Cortado e montar um acampamento, as primeiras reuniões de conscientização sobre Reforma Agrária e organização dos trabalhadores, “as chamadas reuniões de base”, ocorreram no

mês de junho de 2006, nas cidades de Buritirana, Senador La Rocque e João Lisboa.

Uma mocinha morena chamada Erismar, um rapaz chamado Edin, e outro companheiro chamado Bodó, o nome dele é Raimundo mas chamava Bodó, né, aí eles fazendo a reuniãozinha de base lá, perguntando pros companheiro, se os companheiro num queria ir pra dentro duma terra logo pra trabalhar, lá num disse que eles estavam fazendo a reunião já era pra entrar e cortar pra trabalhar, né, aí eu digo, rapaz, eu tô dentro, porque, hoje, pra fazer que nem o caso, lá aonde a gente tava na Buritirana”. (...) “Teve, teve, assim, mais ou menos umas... pra gente deslocar do bairro pro, pra dentro da, da, da terra, teve mais ou menos umas 15 reuniões. Aí a gente certo dia, ele também não citava pra onde, né, pra num ter aquela surpresa, né. (BURITI, 2022)

Vinha avisando, avisando, aí fez as reunião. Aí, no dia reuniu todo mundo lá. Num dia muito chuvoso que o povo vieram, nesse dia. (D. AROEIRA STTR, 2022)

O mesmo grupo, composto por 112 famílias, sem terras, primeiro ocupou uma fazenda próxima, conhecida como “fazenda do Ismael”, porém essas famílias foram despejadas e formaram outro acampamento na beira da estrada, próximo ao Projeto de Assentamento Saramandaia, localizado no município de Buritirana. Sobre este período, Buriti (2022) relata: “Aí já descemos do caminhão na beira da estrada, próximo ao Projeto de Assentamento Saramandaia. O povo passava de carro e nos xingava: Vão trabalhar, bando de vagabundos.” A narrativa deixa visível a marca social, o estigma ao qual os acampados em busca de terras são submetidos.

Então, as lideranças organizaram uma ocupação na beira do rio Pindaré, no final do ano, coincidindo com o período chuvoso, da fazenda Cipó Cortado. O traslado de caminhão foi feito à noite, e ninguém foi informado para onde estava indo, só as lideranças sabiam. Esta tática de ocupação foi utilizada tanto pelo STTR de João Lisboa quanto pelo MST, conforme as falas abaixo:

Foi do mesmo jeito da primeira, eles também, eles tem a cautela deles, né, eles não anuncia pra onde, nem quando, nem que dia, pra não ter aquela surpresa, né, eles sempre, os

movimento, eles gosta de fazer aquela surpresa, mas eles sempre que eles, ou antecipa, ou adianta pra não ter a surpresa do outro lado, aí a gente veio, os companheiro. (BURITI, 2022)

Minha irmã, a gente se interessou porque ninguém tinha né, todo mundo é... é lavrador, e num tinha né, uma terra, aí se interessemo em vir pra cá pra ver se, se conseguia. Aí no primeiro dia que veio, é que nem eu disse, veio os meus meninos, vieram tudin, a minha família, veio minhas irmãs, e veio dois caminhão. (AROEIRA, 2022)

A ocupação de parte da fazenda Cipó Cortado foi primeiramente organizada pelo STTR, e a outra parte, logo depois, pelo MST. Ao longo dos relatos, vai se revelando o quão difícil foi o processo de ocupação, tanto por questão de insegurança, medo, perseguição, ameaças quanto pela infraestrutura precária, de moradia, alimentação, higiene e saúde. Na fala do Sr. Mucuiba (2022), se confirma isso:

Nós éramos 90 famílias, 88 saíram enganadas, por achar que iria ser fácil conquistar a terra. Nos forneceram 40 metros de plástico para 90 famílias, então com a chegada para acampar foi feito barracos coletivos, porque a lona não dava para todos. No outro dia foram pegar madeira e palha para fazer mais barracos, fizeram caieiras para produção de carvão. Na época a liderança era o Sr. Antônio, ele subia num toco, para dar as instruções e organizar o povo, ele começou a ser perseguido e ele desistiu por medo de morrer.

A fama do Sr. Mineiro era conhecida na região por ser “pedra dura”, ou seja, valente. Quando o grupo do MST chegou na beira do rio Pindaré, cortou a cerca da fazenda, entrou e observou onde estava, houve um sentimento de medo, mas não poderia dizer nada. Os motoristas dos caminhões alugados em Amarante, assim que se deram conta, ajudaram até a descarregar, para sair logo do local. Na entrevista com o Sr. Buriti (2022), ele narra, em detalhes, como foi aquela noite:

Quando nós chegou na entrada lá, que os companheiro viram que era na terra do Mineiro, que os caminhão era de Amarante, os caba não queriam entrar. Aí foi obrigado uma companheiro do MST chegar junto num, nos da frente, “ei, agora cês entra”, né, chegou neles, “agora cê tem que ir lá”, deixava... Os

caminhões eram alugados...É porque, assim, eles tinha o noticiário, né, que o véi Mineiro, quando... quando ele era vivo o pessoal aqui tudo temia ele, né, tudo temia, ainda mais da região de Amarante, que era próximo daqui, aí sabia quem era a peça, disse “pegar meu caminhão lá dentro, ou queima ou me mata”, né, aí os caba ficava com nervoso de entrar. É, aí a gente que... quando o primeiro entrou, o outro também nem analisou, porque pensou que era fácil, que vinha atrás, né, aí também já entrou atrás, quando chegou lá dentro, né, lá perto da sede, aí o outro disse “rapaz, siô, aqui a terra é do seu Mineiro”, “moço, pois bora ajudar a descarregar lá”, os motorista foi quem subiu pra cima das carrada tirando as coisa, com medo, né, pra já voltarem ligeiro.

Tanto o acampamento do Sindicato quanto o do MST foram montados perto do acesso à água. O acampamento do Sindicato, próximo a uma lagoa e, do MST, ao rio Pindaré. Buriti (2022) explica: “é porque todo... assim, ocupação, o MST tem esse, essa visão de colocar o povo perto de onde tem água, o foco é perto da água”. O sindicato utilizou a mesma estratégia, de acordo com o relato a seguir:

Ah, minha irmã, aqui foi feito os barraco, alimpado o capim, feito o barraco dentro... de lona, o barraco de lona, aí, de noite o pessoal foi comer, foi a maior luta, o maior sofrimento, chovendo, pelejando pra acender fogo, fome, aí, foi... já... já arrancharam acolá, né, perto, aonde tinha aquela, aquele barracão lá era de lona, né, foi feito de lona, aí, foram, outros foram fazendo os barraquin ao redor de lona, de noite, pra poder dormir. Tudo perto ali da lagoa (AROEIRA, 2022).

A Cipó Cortado é banhada pelo rio Pindaré, um rio perene, que nasce na serra do Gurupi, tem cerca de 720 km e desemboca no rio Mearim, antes da baía de São Marcos. Durante as entrevistas, os relatos demonstraram a importância do rio para a sobrevivência das famílias, porque ele tem muitos peixes, então, era uma fonte de alimentação decisiva para a permanência das famílias acampadas. “E ali era, era o salvaguarda do povo pra pegar peixe, tinha muito peixe, né” (AROEIRA, 2022).

Sim, muito, ele alimentou a gente muito tempo, aqui... até hoje né, porque a gente sempre... ainda vai lá pegar uns peixin pra

se alimentar. Porque muitas vez o que nem é no meu, no meu caso, o meu marido ficava trabalhando lá onde nós morava, pra mandar o alimento, e a gente complementava com peixe, né, porque era que a gente pegava na época. Pegava água, usava pra tomar banho, cozinhar, pra beber, pra tudo (COCURI, 2022).

Rapaz, podia ter dado certo, mas o rio Pindaré ajudou muito, sinceramente, muito, esses sem-terra aqui o rio ajudou, e hoje, o rio Pindaré ainda ajuda, né, num ficou diferente. A pessoa tá morando na beira dum rio daquele bem ali, ele só come feijão e arroz puro se quiser, se tiver um anzol ali, um carço de feijão pega uma piaba (risos) (MACAÚBA, 2022).

No entanto, os dois acampamentos também sofreram por conta da proximidade com a água, tanto da lagoa quanto do rio Pindaré. A lagoa estourou a represa e por pouco não atingiu os barracos dos acampados do Sindicato. E quanto aos acampados do MST, muitos tiveram malária, “deu malária até em jumento”, conforme o relato da Sra. Cocuri (2022):

Deu, deu malária, meu marido pegou malária, meu menino, o meu menino, o mais novo, porque tem a... eu tenho uma menina mais nova, né, mas são os dois mais novo que ficava comigo, eles deram malária, meu marido teve que ser internado, muita gente deu malária na época. Aí veio a Sucam e passou um bom tempo mais nós.

Com a ocupação da fazenda, os vaqueiros foram informados sobre a situação, pelas lideranças do MST, o que provocou um momento tenso. “É porque assim, na realidade, um dos vaqueiros lá, a gente ficou com ele ali, né, aí ele já quis explodir, né, que ele já queria, de noite, já passar a mensagem, a gente foi de encontro, né, aí ele já queria reagir, já queria ir pra rua anunciar pro patrão dele” (BURITI, 2022).

A ocupação de imóveis rurais para fins de reforma agrária é um repertório de ação coletiva bastante utilizado pelos movimentos sociais do campo no Brasil, é uma forma de pressionar governos e sociedade para atendimento de suas demandas (FERNANDES, 1996, 2000). O repertório é aprendido e compartilhado, mas os agentes fazem suas escolhas diante das opções de ação (ALONSO, 2009). No caso da Cipó Cortado a ocupação foi utilizada pelo MST e o Sindicato de

João Lisboa, embora existam diferenças, que serão detalhadas ainda neste artigo, pois cada movimento social tem sua identidade, suas estratégias de luta.

Os camponeses sem-terra, quando ocupam o latifúndio, rompem com a estrutura concentradora da terra, rompem com o imaginário construído na sociedade de que a propriedade privada é intocável, a qual não se admite ocupar, redistribuir. Entendem que ocupar não é invadir, mas sim, transformar o espaço que antes não estava ocupado, produzir alimentos, diversificar a produção, fazer com que a terra cumpra sua função social. (FERREIRA, 2014, p. 64)

Além disso, as ocupações são planejadas e organizadas pelos movimentos sociais, com prévio levantamento de informações. Eles analisam, dentre outras coisas, o tamanho e a situação documental do imóvel. Verificam se valerá a pena ocupar, por exemplo, uma grande propriedade improdutiva particular, pois o processo de desapropriação pode ser suspenso por três anos. Então, costumeiramente, fazem o acampamento nas margens ou nas proximidades da fazenda, em áreas cedidas ou de servidão coletiva. No caso da Cipó Cortado, foi narrado da seguinte forma:

O movimento, acredito que ele já tinha feito todas as pesquisa, é... já sabia que a terra não tinha documento, né, porque se tiver a gente não entra, e... praticamente quando a pessoa ocupa uma terra, é porque a gente já tem certeza do que pode acontecer, né, porque, é... sobre documento, aqui a gente já sabia de muito tempo que não tinha, aí foram ver direitinho e não tem mesmo, né. Aí eu acredito que o MST, ele programa bem as coisas pra acontecer. (MACAÚBA, 2022)

A fazenda Cipó Cortado, como já foi dito anteriormente, faz parte de uma gleba pública da União, fator considerado primordial para a decisão quanto à ocupação, portanto, os movimentos sociais analisaram os ganhos e perdas que poderiam ter. Durante a pesquisa de campo, os interlocutores deixaram claro que não se arrependeram de estar ali, mesmo com medo de perder a própria vida. Contudo, foi relatado também diversas desistências, inclusive da primeira liderança do acampamento do sindicato, o Sr. Antônio.

Conforme as conversas revelaram, o Sr. Antônio, quando se deslocava para a sede do município de Senador La Rocque, era hostilizado, ameaçado e, quando voltava, transmitia isso, ou seja, medo e insegurança nas reuniões com os acampados, até desistir de vez. Para Jasper (2016, p. 133): “As pessoas precisam reconhecer um problema social, acreditar que ele pode ser resolvido e sentir-se suficientemente indignadas para se envolverem. Também precisam confiar nos organizadores que lhes oferecem uma solução.”

A organização dos acampamentos

Os acampamentos do Sindicato e do MST foram formados por famílias oriundas dos municípios de Buritirana, Senador La Rocque, João Lisboa, Amarante do Maranhão e Montes Altos, todos da Região Tocantina. As famílias não possuíam relação direta com os expropriados da fazenda Cipó Cortado, mas eram famílias que sofreram processos de expropriação na região semelhantes.

Após a ocupação da fazenda em 2006, tanto o Sindicato como o MST foram montando estratégias para proteção e manutenção das famílias acampadas. Na roda de conversa, foi relatado como os acampamentos estavam organizados, pois ali havia pessoas que inicialmente estavam no acampamento do Sindicato que, depois, migraram para o acampamento do MST. Eles disseram que “com tempo este acampamento foi sendo desmobilizado pela demora na resolução do problema, o processo de assentamento não andou, o Estado não fez nada por nós” (ANAJÁ, 2022).

A partir do que foi contado, é possível identificar que no início do acampamento havia uma certa disputa entre o grupo mais antigo e os novatos, do grupo ligado ao MST e do grupo que tinha vindo com o Sindicato, no acampamento. Depois eles mesmos confirmaram isso. “No começo eles... tinham (...) umas pessoas que sempre foram a favor da gente, né, se unir a eles, aí sempre tinha um, né, pra dizer alguma coisinha, dizer que num queria, aquela coisa toda num tem, achando que a gente ia tomar vaga deles” (MURICI, 2022). O tempo de acampamento é um requisito que denota certa hierarquia entre

“novos e antigos” acampados, no próprio grupo e também para o Incra, ou seja, quem é mais antigo é prioritário para atendimento.

Deste modo, no mundo das ocupações de terra, o tempo de lona ou tempo de barraco, ao qual se faz referência também como tempo de acampamento, se torna um requisito incontornável para quem pretende ser beneficiário de reforma agrária, e a barraca de lona, se torna uma prova, uma amostra desse tempo. Em outras palavras, o tempo de acampamento pode se tornar visível através do barraco. (LOERA, 2010, p. 38-39)

As famílias passavam 14 dias no acampamento e 14 dias trabalhando como diaristas na região, visando à subsistência. Homens e mulheres estavam incluídos na vigília. E internamente, no caso do MST, a organização era a seguinte: as famílias eram divididas em coordenações, um coordenador para cada dez famílias, para fazer a vigília e as tarefas coletivas do acampamento. Cada coordenação era responsável por discutir os problemas daquele grupo, na Assembleia-Geral. Gilvânia Ferreira detalha a organização do acampamento da fazenda Cipó Cortado:

Em perspectiva organizativa, os acampados se aglutinam em grupos de dez famílias, têm coordenação com representação igualitária de gênero, um homem e uma mulher que coordenam as reuniões, distribuem as tarefas coletivamente, discutem nos grupos os conflitos existentes entre os participantes, bem como questões externas, como mobilizações, audiências, reuniões e questões relacionadas aos aspectos produtivos. A associação tem o papel de encaminhar soluções referentes aos aspectos jurídicos administrativos da comunidade, sempre a partir dos encaminhamentos da assembleia geral, sendo a assembleia o espaço mais importante das instâncias do acampamento. (2014, p. 74)

Durante a fase de acampamento, a sociabilidade é mais coletiva, as tarefas dependem do grupo, a própria sobrevivência depende das regras do grupo e quem não se adequar é excluído. Nas entrevistas, com os acampados da fazenda Cipó Cortado, foi dito que algumas ações, propostas pela coordenação, eram mantidas em segredo. Uma estratégia utilizada era divulgar uma determinada data e depois alterar para evitar que os fazendeiros soubessem e impedissem a

ação. O movimento orientava como deveriam agir, mesmo assim, eram nas interações cotidianas que se aprendia a viver coletivamente, “é a gente ia no dia a dia, você sabe como é, dia a dia é quem... diz que a pancada grande é que ensina a gente chorar, o dia a dia é quem ensinava a gente conviver” (BURITI, 2022).

No acampamento Cipó Cortado tem ocorrido diversas atividades pedagógicas desenvolvidas pela comunidade, articuladas pela coordenação, pelos núcleos de família. Palestras sobre violência doméstica, tribunal da terra, seminário da grilagem, organização política, o papel da juventude na luta pela terra, a participação das mulheres na resistência e organização do acampamento, o direito a terra e a moradia. Essas atividades são realizadas com a colaboração de estudantes da Universidade Estadual do Maranhão, militância do MST, e apoiadores da luta pela terra desenvolvida pelo movimento. (FERREIRA, 2014, p. 88)

Depois de três anos de ocupação, os dois acampamentos entraram em crise de organização, tanto do STTR quanto o do MST, principalmente pela demora na desafetação da área e pelo desgaste das famílias. Então, algumas famílias saíram do acampamento do Sindicato e foram para o do MST. Isso gerou certo conflito no grupo, pois os estabelecidos não aceitavam os novatos.

Contudo, após um tempo, foi formada uma comissão para uma viagem a Brasília, e apenas dois acampados se propuseram a ir para um encontro nacional do MST, já era 2009. Eles voltaram inspirados com a fala do João Pedro Stédile, conhecido dirigente nacional do MST, “de que as famílias deveriam se organizar porque o MST são as pessoas” (ANAJÁ, 2022), então, a partir dali, pensaram em estratégias de organização. Uma delas foi mudar o acampamento para a sede da fazenda, saindo da beira do rio Pindaré. Gradualmente, as famílias foram se mudando, se instalando no local, onde hoje é a Vila do Projeto de Assentamento.

Portanto, tanto o Sindicato de João Lisboa quanto o MST utilizaram-se do repertório de ocupação para adentrarem a fazenda Cipó Cortado e, assim, garantirem o direito à terra. As áreas requeridas pelo MST e STTR foram desafetadas pelo Programa Terra Legal e repassadas ao Incra, contudo, somente foi criado o Projeto de Assentamento Cipó Cortado, na parte requerida pelo MST, faltando ainda a criação na parte ocupada pelo Sindicato. O Projeto de

Assentamento da área demandada pelo Sindicato ainda não se tornou viável, porque falta um espaço de reserva legal, requisito da legislação ambiental, conforme a Lei de nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal).

A desafetação da área: oportunidade política

Conforme já explicitado anteriormente, a ocupação da fazenda Cipó Cortado foi feita a partir da organização de dois movimentos sociais do campo, o MST e o STTR de João Lisboa, movimentos esses que historicamente fazem a luta pela distribuição da terra na região. Embora tenham ocupado o mesmo imóvel, existem diferenças nas formas de ação de cada movimento.

Durante as entrevistas, ficou latente as diferenças na atuação dos dois movimentos, conforme a fala do Sr. Jatobá (2022), liderança do acampamento do Sindicato: “nossa relação com o pessoal do MST é de irmão, mas ‘não metemos a colher lá’ nem eles aqui, ninguém opina na administração um do outro”. Embora, em momentos de articulação e cobrança de entidades externas como o Incra, o governo do estado e o Judiciário fazem a luta conjunta. O Sindicato atua mais por meio das lideranças, já o MST envolve grande número de famílias, como forma de pressionar os entes públicos. A coordenadora regional do MST fala sobre essas mobilizações:

Mas quase toda semana o povo da Cipó estava no Incra, quase toda semana , no mínimo uma vez por mês, né, pra poder avançar. Isso foi muito importante, porque se não tivesse tido essas mobilizações, nós conseguimos ir pra Brasília fazer reunião com o Terra Legal em Brasília, nós conseguimos trazer várias vezes o ouvidor agrário para Imperatriz, nós fizemos várias denúncias, que era... o comando aqui da polícia era quase todo mês, a gente ia lá e fazia denúncia porque tinha os policiais de Senador La Rocque que iam lá, que o fazendeiro pedia pra ir, faziam ronda e ameaçavam o povo, e parava o povo na beira da estrada, o pessoal ficava esperando o ônibus, e o ônibus passava cinco horas da manhã, por ali, e era no horário que os cabra lá ia atirar, era praticamente naquele horário ali, entre quatro a cinco horas da manhã, que eles ameaçavam invadir o acampamento. (FERREIRA, 2022)

Como já posto anteriormente, a Gleba Boca da Mata do Barreirão é banhada pelo rio Pindaré e, em função disso, esta região ficou conhecida como região do Pindaré. Por esta razão, Victor Asselin, no livro *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*, chamou-a de “Grilo do Pindaré”. Então, tanto o Sindicato quanto o MST sabiam da fragilidade ou mesmo da ausência de documentos dessa área, o que motivou a ocupação por famílias sem terras, argumentando que a terra era da União, portanto pública.

Após anos de ocupação, abriu-se uma oportunidade com mudanças no poder federal, que foi identificada pelos atores que buscaram formas de valer-se de tais mudanças para avançar suas demandas. A criação do Programa Terra Legal, pela Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, transferiu do Incra para o MDA a competência para regularização fundiária na Amazônia Legal pelo prazo de cinco anos, prorrogáveis por igual período, e visava dar mais celeridade no processo de regularização fundiária tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas. Contudo, para o “posseiro” ser regularizado precisa atender a uma série de dispositivos contidos na Lei, conforme a seguir:

Art. 5º. Para regularização da ocupação, nos termos desta Lei, o ocupante e seu cônjuge ou companheiro deverão atender os seguintes requisitos:

I – ser brasileiro nato ou naturalizado;

II – não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional;

III – praticar cultura efetiva;

IV – comprovar o exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anterior a 1º de dezembro de 2004; e

V – não ter sido beneficiado por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária de área rural, ressalvadas as situações admitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

E os candidatos que desejavam obter os títulos definitivos da fazenda Cipó Cortado, não atendiam, em especial os incisos III – praticar cultura efetiva e IV – comprovar o exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por

si ou por seus antecessores, anterior a 1º de dezembro de 2004, impossibilitando assim sua regularização. Os candidatos dividiram a fazenda em várias áreas, com tamanho menor, e preencheram cadastros no Programa Terra Legal objetivando a regularização.

Contudo, nos laudos da fiscalização das áreas pleiteadas pelos peritos federais agrários, foi retratada a situação conflituosa da fazenda, inclusive já ocupada por famílias sem-terra, desde o ano de 2006, além do que, o próprio Incra já tinha manifestado interesse na área para fins de Reforma Agrária. Então, após uma série de negociações envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Terra Legal, o Incra, o MST e o STTR de João Lisboa e suas respectivas assessorias jurídicas, foi possível a afetação da área ao Incra para fins de Reforma Agrária.

Na parte requerida pelo MST, de 2.778,6433 hectares, foi criado formalmente o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, atendendo a 141 famílias formalmente cadastradas e homologadas, por meio da Portaria nº 58, de 5 de novembro de 2013, publicada no *Diário Oficial da União*, edição nº 222, seção 1, página 65, do dia 14 de novembro de 2013. Posteriormente, uma segunda parcela com área de 1.547,6919 hectares, da Cipó Cortado, também foi afetada ao Incra, visando atender ao STTR de João Lisboa/MA.

Nogueira (2017, p. 159) argumenta sobre o processo de reconquista das terras expropriadas, conforme a seguir:

Em resposta a esse modelo de desenvolvimento do campo brasileiro e partindo de sua condição material – expropriados da terra, é que os camponeses organizam-se politicamente com o objetivo de (re)conquistar sua terra de trabalho. Nesse contexto de luta surgem os assentamentos rurais, como novas territorialidades que vão de encontro ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

Nas entrevistas, foi questionado aos interlocutores do PA Cipó Cortado, qual o dia mais feliz nesta luta, e as respostas variaram entre: o dia que receberam a notícia da desafetação da área; o dia que foram regularizados; o dia que foi dito que a terra era nossa; quando foi criado o assentamento; o dia que recebi meu

Contrato de Concessão de Uso com o Incra. Alvim (2017, p. 17-18) fala sobre a importância do MST na conquista do PA Cipó Cortado:

No Assentamento Cipó Cortado, a articulação direta do MST, liderando a ocupação e organização dos camponeses fez com que mais rapidamente houvesse resultados positivos na conquista da propriedade. O movimento negocia diretamente com o Incra, prefeituras, governo e órgãos judiciais. Por ser o MST o maior movimento social do país, a experiência da luta faz com que os assentados se sintam amparados pelas forças do movimento.

A parte da área ocupada pelo Sindicato encontra-se desafetada, mas por questões judiciais e burocráticas ainda não foi possível a regularização do Projeto de Assentamento pelo Incra, embora as famílias tenham a posse e produzam na área. Inclusive, com melhoria em suas qualidades de vida, conforme o Sr. Jatobá (2022) descreve:

Um ponto positivo, que muitos chegaram só com um saquinho nas costas, muitos companheiros passando fome (...) nunca tivemos apoio de Banco, mesmo assim estamos melhor do que quando entrou, cada um tem seu gadinho, cria porco, galinha (...) aqui, os irmãos, companheiros de lutas, 90% tem seu cavalo, moto, carro. A gente é grande produtor de leite, por a área ser toda de pastagem, aí fomos criar gado.

Mariana Nóbrega (2020, p. 96) fala sobre o significado da conquista da terra para os camponeses:

A resistência aqui pensada advém do cultivo firme e permanente do campesinato brasileiro em elaborar e desenvolver os seguintes princípios: Terra para a agricultura camponesa é local de viver e não de simples exploração; o espaço produtivo é, antes de qualquer coisa, o espaço de vida de toda a família e da comunidade, o espaço de trabalho, dos ritos, das festas, do lazer, da cultura, da arte, do meio ambiente, da própria vida.

Por último, vale ressaltar que a criação do Programa Terra Legal, com autonomia administrativa para a desafetação áreas da União irregularmente ocupadas, possibilitou que a fazenda Cipó Cortado fosse destinada à Reforma

Agrária, ou seja, o elemento conjuntural foi favorável ao atendimento das famílias sem-terra, contudo, é necessário reforçar a importância da atuação dos movimentos sociais do campo para atendimento da demanda, tanto do MST quanto do STTR de João Lisboa, assim como de cada agente que arriscou sua vida na luta pela terra.

Considerações finais

A discussão sobre os repertórios dos movimentos sociais do campo, na ocupação da fazenda Cipó Cortado, não se encerra por aqui. É um campo vasto e extremamente rico de informações, entremeado por várias áreas do conhecimento. Por conta disso, realizamos algumas escolhas, seguimos um caminho, em detrimento de outros, para compreensão da problemática proposta neste trabalho.

O objetivo central deste trabalho foi compreender a atuação dos movimentos sociais do campo, na ocupação da fazenda Cipó Cortado. Para tal, utilizou-se a metodologia da história oral, com o propósito de acessar as memórias de agentes participantes da ocupação, assim como entrevistas com lideranças, pesquisas em arquivos do Incra e bibliográfica. Foi constatada a ocupação de terras como uma ação que se agrega ao conjunto maior de repertório de ações coletivas utilizadas pelo MST e o STTR de João Lisboa, nas disputas pelas terras da fazenda Cipó Cortado.

Além disso, é muito particular que tenha havido atuação do MST e do STTR simultaneamente, demonstrando a diversidade de formas organizacionais e revelando que a mobilização de trabalhadores sem-terra no Brasil congrega diferentes atores sociais, com suas concordâncias e discordâncias de ordem política e organizativa, mas que, com representação local e nacional, combinam táticas de pressão que possibilitam alcançar a conquista de seus pleitos.

Durante a pesquisa, também foi observado que a criação do Programa Terra Legal gerou uma oportunidade política, ou seja, ocorreu uma alteração na conjuntura, na estrutura do Estado brasileiro, que possibilitou a desafetação da fazenda Cipó Cortado. Embora ainda haja demandas para regularização de parte da área.

Quanto à atuação do MST e do STTR de João Lisboa na ocupação e permanência na Cipó Cortado, há elementos que os aproximam, como a utilização do repertório da ocupação de terras, a inserção dessas iniciativas de lutas sociais locais em mobilizações mais amplas, como a campanha pela reforma agrária, a partir da inserção em redes lideradas pela Fetaema e a Contag, no caso do STTR, e a organização nacional do MST e Via Campesina, no caso do MST.

Nota-se, na relação entre STTR e MST uma convivência respeitosa, sem deixar de acontecer determinados momentos de tensão, que implicam crises de articulação com as famílias sem-terra, que circulam, por vezes, nos dois modos de organização. Até onde pudemos apurar, a existência de duas organizações, STTR e MST, pode ser percebida como um ponto positivo para a conquista destes trabalhadores.

A utilização da história oral como metodologia na pesquisa de campo possibilitou acesso a uma imensidão de dados, informações sobre a vida daquelas famílias, daquelas comunidades, assim como dos processos de ocupação de terras da região, marcados por injustiças, grilagem, expropriação dos pequenos agricultores, exploração da mão de obra de forma compulsória, violência, assassinatos.

Conforme Sigaud (2000), algumas famílias sem-terra acreditam que a garantia de um futuro melhor passa pela lona preta. Ainda, segundo a autora, a lona preta passa a fazer parte de um repertório dos possíveis para “melhorar de vida”, figurando como mais uma alternativa dentro de um horizonte de possibilidades.

E apesar das agruras passadas por aqueles que conhecemos como sem-terra, presentes em suas narrativas, um elemento crucial para a ocupação da fazenda Cipó Cortado, observado em todas as entrevistas, para ficar acampado em condições bastante precárias, foi o papel desempenhado pelas organizações de movimentos sociais (MST e STTR) e a crença na perspectiva da obtenção de melhores condições de vida.

Referências

- ALONSO, Angela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXxz/>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/vfhGhRrJCdbfGvvV3GG9wDJ/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ALVIM, João Paulo Vieira. *Conflitos sociais contemporâneos no Campo Maranhense: formação territorial e organização do espaço no assentamento Cipó Cortado em João Lisboa*. 2017. 135 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Humanas/Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2017. Disponível: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/3447>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ANAJÁ. Entrevista concedida a Verônica Viana da Fonseca, João Lisboa-MA, 26 jun. 2022.
- AROEIRA. Entrevista concedida a Verônica Viana da Fonseca, João Lisboa-MA, 19 mai. 2022.
- ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Imperatriz: Ética, 2009.
- BEZERRA, Edmilson Rosa. *A territorialidade camponesa: os centros agrícolas como um lugar de integração ao capital. Gleba Boca da Mata / Barreirão no Município de João Lisboa – MA (1950-1987)*. 2018. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7690>. Acesso em: 15 out.2022.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: Presidência da República, 2013.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009*. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal... Brasília: Casa Civil, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm. Acesso em: 13 set. 2022.
- BURITI. Entrevista concedida a Verônica Viana da Fonseca, João Lisboa-MA, 24 jun. 2022.
- COCURI, Entrevista concedida a Verônica Viana da Fonseca, João Lisboa-MA, 23 jun. 2022.

- FERNANDES, Bernardo Maçano. *MST – formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERREIRA, Gilvânia. Entrevista concedida a Verônica Viana da Fonseca, Imperatriz-MA, 24 nov. 2022.
- FERREIRA, Gilvânia. *O caráter político-pedagógico da luta pela terra: a experiência do Acampamento Cipó Cortado – Senador La Rocque (MA)*. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c860766a-9f8c-4a17-9841-9c46b3flab15/content>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- FREGONA, Livaldo. *A Fama e a verdade de José Bonfim*. Imperatriz: Ética, 1999.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Nota Técnica UA/IPZ nº 06/2011*. Imperatriz: Incra, 2011.
- JASPER, James. M. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- JATOBÁ. Entrevista concedida a Verônica Viana da Fonseca, João Lisboa-MA, 25 jun. 2022.
- LOERA, Nashieli Rangel. Tempo de barraco. In: ROSA, Marcelo (Org.). *Greves, acampamentos e outras formas de mobilização social: o legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais*. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2010.
- MACAÚBA. Entrevista concedida a Verônica Viana da Fonseca, João Lisboa-MA, 25 jun. 2022.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2019.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2021.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2 Edição. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MUCUIBA. Entrevista concedida a Verônica Viana da Fonseca, João Lisboa-MA, 25 jun. 2022.
- MUKAI, Toshio. *O novo código florestal – anotações à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com as alterações da Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- MURICI. Entrevista concedida a Verônica Viana da Fonseca, João Lisboa-MA, 24 jun. 2022.

- NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. *Geografias das resistências: batalhas camponesas do século XXI nas Regiões do Bico do Papagaio e Cerrados Sul Maranhenses*. 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. A dimensão educativa nas territorialidades dos movimentos sociais do campo na América Latina: uma mirada a partir do MST e EZLN. 2017. 250 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24125>. Acesso em: 20 set. 2022.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.
- SEM-TERRA acampam em parque no Maranhão. *Folha On-line*, São Luís, 14 out.1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/px040539.htm>. Acesso em: 11 set. 2022.
- SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, n. 58, p. 73-92, 2000.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

Como citar

FONSECA, Verônica Viana da; COVER, Maciel; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Caminhos para chegar a terra: a atuação do STTR e MST na Ocupação da Fazenda Cipó Cortado em João Lisboa-MA. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331214, 27 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_14.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.


Seção Temática

Sindicalismo de Trabalhadores(as) rurais no Brasil: transformações, permanências e os 60 anos da Contag

Contag: 60 anos de um sindicalismo em movimento

CONTAG: 60 years of unionism in motion

 **Ricardo Braga Brito¹**

 https://doi.org/10.36920/esa31-2_15

Resumo: Resenha do livro *Contag: 1963-2023*. Ações de reprodução social e formas de ações coletiva, de Marco Antonio Teixeira.

Palavras-chave: resenha; Contag.

Abstract: Review of the book *Contag: 1963-2023*. Ações de reprodução social e formas de ações coletiva, by Marco Antonio Teixeira.

Keywords: review; CONTAG.

¹ Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Membro do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ), do Grupo de Pesquisa “Conflitos, movimentos sociais e representação política” e da Comissão Camponesa da Verdade. E-mail: ricardobraga.brito@gmail.com.

TEIXEIRA, Marco Antonio. *Contag: 1963-2023. Ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. 448 p.

Apesar de completar 60 anos em dezembro de 2023, ainda são poucas as análises sobre a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag; até 2015 a sigla correspondia à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura). A publicação do livro *Contag: 1963-2023. Ações de reprodução social e formas de ações coletivas*, de Marco Antonio Teixeira, contribui para reconstituir um histórico da confederação e do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), sinalizando seu protagonismo. Sua publicação é parte da celebração dos 60 anos da Contag, sendo uma importante contribuição acadêmica e política ao debate sobre o sindicalismo no Brasil, intensificada pela qualidade original da pesquisa em termos empíricos e na construção do quadro teórico. O livro é fruto da tese de doutorado do autor, defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), trabalho que ganhou o prêmio Maria de Nazareth Baudel Wanderley da Rede de Estudos Rurais em 2021.

A obra conta com um prefácio sobre a construção de uma pesquisa a partir de dentro da Contag, escrito por Leonilde Servolo de Medeiros, referência na análise sobre movimentos sociais e sindical de trabalhadores(as) rurais no Brasil. Em seguida, o autor apresenta a si mesmo, indicando suas motivações e trajetória de pesquisa e assessoria na Contag. O livro está dividido em uma introdução, com as reflexões teórico-metodológicas, quatro capítulos, que traçam e analisam a experiência da Contag entre 1963 e 2015, período em que se centrou a pesquisa de doutorado do autor, e um posfácio sobre os anos de 2015 a 2023. Ao final, estão três anexos com a sistematização de atores e tipologia das ações.

O objeto central do livro é a trajetória da Contag, apreendendo o acúmulo de lutas políticas e o aprendizado do fazer-se da e na Confederação. A pesquisa

aproxima suas ações, concepções e formas de organização a partir da leitura dos momentos políticos e suas possibilidades realizada pelos atores e atrizes sociais que a compõem, pensam e fazem, entendendo a si mesmos como movimento social e sindical. Para apreender a complexidade das formas de ação dos movimentos, o autor coloca em diálogo as teorias sobre ação coletiva e as teorias feministas sobre reprodução social, superando a centralidade comumente dada às ações públicas dos movimentos, tais como greves, ocupações de terra e de espaços públicos e marchas. Na metáfora que mobiliza, essas ações são a ponta do iceberg: elas revelam a parte visível, as reivindicações que são tornadas públicas e normalmente apontam para situações de conflito e interlocução com o Estado. Contudo, essas ações são construídas com ações que têm menos visibilidade, com as quais se consolidam a identidade do movimento, suas pautas, consensos mínimos, formas de organização, táticas e meios de capilarização. Entendendo as formas de ação coletiva e de reprodução de modo integrado, Teixeira apreende o objeto em sua totalidade e especificidade, dando grande contribuição às pesquisas sobre movimentos sociais.

Esse enquadramento teórico se constitui em conjunto com a análise de farto material documental produzido pela Contag, entrevistas realizadas com dirigentes e assessores(as) sindicais e observação participante, além de leitura crítica da bibliografia. Deste modo, se construiu um quadro mais complexo da atuação e vivência da Contag e do MSTTR. No Capítulo 1, acompanhamos a trajetória da Confederação, desde as lutas camponesas dos anos 1950 até sua dissociação sindical em 2015. O Capítulo 2 analisa as formas de reprodução social, centrando-se nos congressos e nas discussões internas da Confederação. No Capítulo 3, vemos as formas de ação coletiva, compreendendo as formas de luta com base na legislação e ações públicas como o ciclo de greves de trabalhadores(as) rurais do setor canavieiro (1979-1985) e o Grito da Terra Brasil realizado a partir de 1994. O último capítulo integra as formas de ação coletiva e de reprodução social, analisando as Marchas das Margaridas realizadas entre 2000 e 2015. Por fim, o posfácio estende a análise para as percepções e atuações durante as mudanças vividas após o golpe de 2016, as

políticas neoliberais de Temer e Bolsonaro, a pandemia de Covid-19 e a eleição para o terceiro governo de Lula em 2023.

A proposição teórica do autor busca apreender os consensos criados. A opção, ainda que secundarize as tensões e conflitos internos, tem o efeito de esclarecer como se constitui a unidade da Contag. Ao longo do tempo, a Confederação se caracterizou mais pela construção de relações de diálogo, cooperação e parceria com o Estado do que pelo confronto. Essa característica foi comumente desqualificada como “pelega” e “pouco combativa”, qualificativos que contêm matrizes de análise que valorizam ações consideradas mais radicais e que ignoram a miríade de atividades realizadas pela Contag na estruturação e capilarização do sindicalismo rural e suas bandeiras de luta. Ignora, portanto, uma leitura do mundo e do Brasil que caracterizou uma ação sindical fundada num período de intensificação das mobilizações sociais no Brasil, mas cuja atuação de seus dirigentes e assessores(as) sindicais foi atravessada por períodos de intensa repressão e violência protagonizadas pelo Estado, grandes proprietários de terra, empresários e grileiros.

A partir de uma sociogênese da Contag, feita com sensibilidade às formas de ação, observamos o acúmulo de lutas políticas que articularam a diversidade de trabalhadores(as) rurais. Em cada momento histórico se observa o protagonismo e a leitura política da Contag, seja ao longo da ditadura empresarial-militar, no processo de redemocratização e realização de ações coletivas de massa, em sua reestruturação, nas ações públicas de reivindicação e articulação de demandas e bandeiras de luta até a dissociação sindical e opção pela representação da categoria de agricultores(as) familiares. Em cada período acompanhamos as discussões realizadas nos Congressos Nacionais e nos cursos de formação. Nesses encontros é formada e reproduzida a Contag, a partir das discussões das reivindicações e estratégias de mobilização, da socialização das experiências e realidades locais tão diversas e da constituição das identidades e redes de solidariedade. Essas discussões tensionam e questionam os próprios limites do movimento sindical e são atravessadas pelo contexto político e pelo peso que o protagonismo de alguns atores sociais assume. Se dos anos 1950 aos 1980, posseiros, lavradores e trabalhadores(as) rurais eram as principais categorias articuladas nas bandeiras de reforma agrária e direitos trabalhistas, a

partir de 1990 a categoria agricultura familiar ganhou mais espaço. Ao ir assumindo sua representação, sem excluir uma concepção classista, também se aprofunda o projeto político e de transformação social proposto em contraposição à hegemonia do agronegócio e seu modelo exportador e de expropriação do trabalho e recursos naturais. É possível observar o peso dessa trajetória no livro. Em sua análise, o autor privilegiou as bandeiras de luta por direitos e reconhecimento da agricultura familiar, secundarizando a questão da reforma agrária.

Outro protagonismo está na atuação fundamental das mulheres trabalhadoras rurais dentro do MSTTR e da Contag. Trabalhadoras, assessoras, lideranças e dirigentes sindicais vêm conquistando, desde os anos 1980, mais espaço e voz, a ponto de construir a Marcha das Margaridas, cujo nome é uma homenagem a Margarida Maria Alves, liderança sindical paraibana assassinada em 1983. A Marcha é, hoje, a maior ação de mulheres do campo, das águas e da floresta da América Latina. Reflexões sobre a necessidade de criar condições para ampliar a participação política das mulheres na vida sindical e reconhecer o seu papel político e produtivo precederam a Marcha. O contínuo processo de socialização e organização das mulheres trabalhadoras rurais no interior dos sindicatos, federações e confederação constrói a sua percepção e demanda como sujeitos políticos que elaboram um projeto de transformação, com outro modelo de organização da sociedade e da produção que articula agroecologia, bem viver e uma diversidade de identidades.

Por fim, esse objeto complexo suscita algumas reflexões sobre sua agência. Na apresentação do autor e em relatos de dirigentes e assessores(as), a trajetória de engajamento no sindicalismo rural representa um processo de aproximação constante e mútuo entre sujeito e objeto, que costura ambos. É na relação íntima com o objeto e a diversidade de relações sociais, estabelecidas pelas ações coletivas e de reprodução social, que se constrói a síntese. O engajamento e a transformação de si em meio ao contato com a Contag e o MSTTR relatados indicam uma pedagogia da luta que se constitui no fazer-se das trabalhadoras(es) rurais em suas várias categorias e identidades. Por meio da vivência nas ações de reprodução social se faz a solidariedade, impactada pelas

ações coletivas. Integradas, entende-se o efeito da organização, reflexão e discussão sistemáticas e coletivas na transformação de uma vida, no acúmulo de experiências de luta e de mudança no interior do movimento sindical. Essa mudança é mais desafiadora na medida em que os atores e atrizes se colocam de frente às estruturas de dominação e exploração que nos formam e que reinstituem maneiras de produção e reprodução marcadas por desigualdades várias. E esse desafio é mais difícil se não há aquelas(es) com quem se marcha junto, com quem se encontra e se constrói a força.

Como aponta o autor, ecoando o que escutou de assessores(as) e dirigentes: você sai atravessado da experiência de contato íntimo com a Contag.

Referências

TEIXEIRA, Marco Antonio. *Contag: 1963-2023. Ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

Como citar

BRITO, Ricardo Braga. *Contag: 60 anos de um sindicalismo em movimento*. Resenha do livro *Contag: 1963-2023. Ações de reprodução social e formas de ações coletivas*, de Marco Antonio Teixeira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331215, 27 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-2_15.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Pareceristas

Adriane Benedetti

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Alessandra Matte

Alessandra Troian

Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil

Alfio Brandenburg

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Alice Moraes

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Ana Karolina Lima Pedrada

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

André Augusto Michelato Ghizelini

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil

Arilson Favareto

Universidade Federal do ABC (UFABC), Santo André, São Paulo, Brasil

Camila Penna

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Catia Grisa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Dalva Maria da Mota

Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará, Brasil

Dawisson Belém Cruz

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais

Dernival Ramos

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil

Dibe Ayoub

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Eduardo Magalhães Ribeiro

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Eduardo Miotto Flech

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Emma Siliprandi

Universidad Internacional de Andalucía (UNIA), Andalucía, Espanha

Fabiano Escher

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Fabrina Furtado

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Felipe da Luz Colomé

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Filipe Mendes Motta

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Flavio Sacco dos Anjos

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Gabriel Pereira

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Gerardo Enrique Cerdas Vega

Universidade Nacional (UNA), Heredia, Costa Rica

Gisele Barbosa de Paiva

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil

Gustavo Rovetta Pereira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Joel Orlando Bevilaqua Marin

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

John Wilkinson

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Jorge Luan Rodrigues Teixeira

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará, Brasil

José Carlos Alves Pereira

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Joyce Gotlib

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Leandro Bonecini de Almeida

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Leonardo Barros Soares

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Lia Pinheiro Barbosa

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

Lívia Barbosa

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Livia Pereira de Souza

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Liviam Cordeiro-Beduschi

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Luiza Borges Dulci

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Luiz Felipe Ferrari de Farias

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marcelo Rosa

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Paulo Campos

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará, Brasil

Paola Rebollar

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Patricia Ramiro Alves

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Pedro Barbarela

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Priscila Zanandrez

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Ramonildes Gomes

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil

Raphael Fernando Diniz

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Rayza Sarmiento de Sousa

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Renata Campos Motta

Freie Universität Berlin (FU-Berlin), Berlim, Alemanha

Roberta Novaes

Universidade Católica de Salvador (UCSal), Salvador, Bahia, Brasil

Roberto Porro

Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará, Brasil

Saulo Felipe Costa

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Sérgio Botton Barcellos

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Sergio Leite

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Sergio Sauer

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Tainá Reis

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Thais Marques de Santo

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Vanilde Esquerdo

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil